



NPGA
Núcleo de Pós-Graduação
em Administração

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

AYANA ZANÚNCIO ARAUJO

**EXTENSÃO RURAL, AGROECOLOGIA, DIÁLOGO E INVENÇÃO
TÉCNICA: OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE DA IMPLANTAÇÃO DE 4 UNIDADES
DE PESQUISA PARTICIPATIVA (UPPs)**

**SALVADOR
2022**

AYANA ZANÚNCIO ARAUJO

**EXTENSÃO RURAL, AGROECOLOGIA, DIÁLOGO E INVENÇÃO
TÉCNICA: OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE DA IMPLANTAÇÃO DE 4 UNIDADES
DE PESQUISA PARTICIPATIVA (UPPs)**

Tese apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa Franco Ribeiro

Salvador

2022

Escola de Administração - UFBA

A659 Araujo, Ayana Zanúncio.

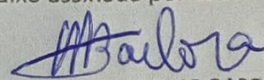
Extensão rural, agroecologia, diálogo e invenção técnica:
observação participante da implantação de 4 Unidades de Pesquisa
Participativa (UPPs) / Ayana Zanúncio Araujo. – 2022.
289 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa Franco Ribeiro.
Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola
de Administração, Salvador, 2022.

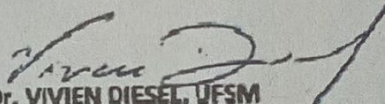
1. Extensão rural – Ecologia. 2. Ecologia agrícola. 3. Ecologia
política. I. Universidade Federal da Bahia Escola de Administração. II.
Título.

CDD – 338.1

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (NPGA), realizada em 25/10/2022 para procedimento de defesa da Tese de DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO no. 11, área de concentração Organização, Poder e Gestão, do(a) candidato(a) AYANA ZANUNCIO ARAUJO, de matrícula 217119737, intitulada **EXTENSÃO RURAL, AGROECOLOGIA, DIÁLOGO E INVENÇÃO TÉCNICA: OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE DA IMPLANTAÇÃO DE 4 UNIDADES DE PESQUISA PARTICIPATIVA (UPPs)**. Às 09:00 do citado dia, Ambiente virtual Zoom, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof^a. MARIA TERESA FRANCO RIBEIRO que apresentou os outros membros da banca: Prof^a. Dra. GILVANICE BARBOSA DA SILVA MUSIAL, Prof. Dr. WILLER ARAUJO BARBOSA, Prof. Dr. VIVIEN DIESEL, Prof. Dr. CÉSAR AUGUSTO DA ROS e Prof. Dr. LEONARDO MELGAREJO. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Doutorado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pela candidata, tendo a banca examinadora APROVADA o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.



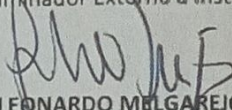
Dr. WILLER ARAUJO BARBOSA, UFV
Examinador Externo à Instituição



Dr. VIVIEN DIESEL, UFSM
Examinador Externo à Instituição

Dr. CÉSAR AUGUSTO DA ROS, UFRRJ
Examinador Externo à Instituição

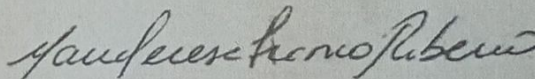
Documento assinado digitalmente
CESAR AUGUSTO DA ROS
Data: 31/10/2022 21:22:56-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>



Dr. LEONARDO MELGAREJO
Examinador Externo à Instituição

Dra. GILVANICE BARBOSA DA SILVA MUSIAL, UFBA
Examinadora Externa ao Programa

Documento assinado digitalmente
GILVANICE BARBOSA DA SILVA MUSIAL
Data: 03/11/2022 23:04:45-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>



Dra. MARIA TERESA FRANCO RIBEIRO, UFBA
Presidente

AYANA ZANUNCIO ARAUJO
Doutoranda

À professora Maria Teresa Franco Ribeiro

AGRADECIMENTOS

Por terem sido fundamentais à concretização deste trabalho, agradeço à Universidade Pública, ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (NPGA/EAUFBA), ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) e ao Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper). Outras instituições também contribuíram: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) e Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

À minha orientadora, professora Maria Teresa Franco Ribeiro, um agradecimento especial. Sua receptividade, generosidade, dedicação e sabedoria marcaram minha trajetória no doutorado – e minha vida durante o doutorado – de uma forma tão virtuosa que seria impossível descrever aqui. Vou levar a sua amizade e o seu exemplo para sempre comigo.

Aos professores e professoras da banca de qualificação e de defesa da tese, por terem aceitado o convite, pela leitura cuidadosa e pelas contribuições inestimáveis. Foi uma honra tê-los/as como interlocutores/as neste processo.

Aos meus pais, Rita e João. Além de todos os esforços realizados em prol da minha educação, vocês me revelaram desde a minha mais tenra idade o horizonte dos temas que desenvolvo nesta tese. Ao meu pai um agradecimento especial por ter aberto as portas do projeto das UPPs, isso foi fundamental para que este trabalho se realizasse.

Ao Marcos, meu esposo e companheiro em todos os momentos deste doutorado. Cada preocupação, cada vitória, os planejamentos, os sacrifícios, os cuidados com nossas filhas, as tarefas de casa, os momentos de lazer e descontração. Você esteve ao meu lado em tudo, sempre me apoiando! Graças ao seu companheirismo pude conquistar este título e vivenciar a maternidade de uma forma tão maravilhosa.

À Amanda e à Fernanda, minhas filhas, vocês me trouxeram muitas alegrias durante essa jornada e me proporcionaram uma clarividência que nem nos meus melhores sonhos eu poderia almejar. Vocês duas me ajudaram a transformar esses cinco anos de doutorado em cinco anos muito bem vividos!

Às minhas irmãs, Maria, Giovana, Daniela e Júlia por sempre me apoiarem de todas as formas possíveis em tudo o que preciso. Quando digo tudo, é tudo mesmo: bolo confeitado, decoração e docinhos para as festas de aniversário, traduções para o inglês, francês e espanhol, serviço de babás, apresentações musicais, ensaios fotográficos de família, serviços gráficos etc.

Aos meus avós paternos, Terezinha (*in memorian*) e João e maternos, Daniel (*in memorian*) e Dirce (*in memorian*), por todos os esforços que fizeram e que me proporcionaram chegar onde estou. Ao vovô João agradeço especialmente por ter feito a revisão de português da tese e deixo uma homenagem à vovó Terezinha que nos deixou recentemente e da qual tenho tantas lembranças boas.

À minha sogra, Ivana, e ao meu sogro, José Onofre que sempre me apoiaram, inclusive em alguns momentos que foram decisivos para esta conquista. Agradeço também à Raquel, por estar sempre presente, compreendendo minha luta e auxiliando de várias maneiras. Assim, estendo também meus agradecimentos para Lara Júlia, Milena, Carlos Alberto, Eduardo, Mônia, Enzo e João.

Aos colegas do projeto das UPPs, que me acolheram de braços abertos e me proporcionaram uma experiência tão rica de pesquisa e de vida.

Aos colegas do Ifes *campus* Montanha, André Sampaio, Cláudia Cunha, Fortunato Lambert, Helaine Motta, Filipe Carneiro, Alcione de Souza e a todos/as demais colegas que apoiaram minha necessidade de afastamento para realizar o doutorado.

À Anaélia, competente e dedicada secretária do NPGA, sempre prestativa e cordial. Aos professores e professoras do NPGA que foram compreensivos com os diversos momentos que passei durante o doutorado, especialmente prof.^a Ariádne Rigo, prof.^a Tânia Fischer e Prof. Reginaldo Santos (*in memorian*).

Ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Ufes e à Prof.^a Teresa Cristina Janes Carneiro.

Ao meu amigo Marcos Moacir Ribeiro Pinto e à Eliane Paulo da Silva do campus Venda Nova do Imigrante por me arrumarem uma sala para realizar meus estudos durante um tempo em que isso foi extremamente necessário e decisivo.

Às minhas amigas e meus amigos por estarem sempre presentes de alguma maneira em minha vida, me inspirando e apoiando.

Meus sinceros agradecimentos a todos e todas aqui mencionados/as e também aos que porventura eu tenha esquecido de mencionar! Muitas foram as contribuições, a solidariedade e as oportunidades recebidas ao longo desses cinco anos de doutorado!

De que o homem precisa não é somente colocar de modo infalível as últimas questões, mas precisa igualmente do sentido para o factível, o possível, o correto aqui e agora. Primeiramente, penso que aquele que filosofa tem de ter consciência da tensão entre as suas próprias pretensões e a realidade na qual ele está.
(Hans-Georg Gadamer, Verdade e Método)

Conhecer e debater as opções tecnológicas que condicionam o futuro da civilização permanece como um dos direitos mais cerceados do cidadão. Lutar por ele é uma tarefa imediata. (Dossiê Abrasco)

ARAÚJO, Ayana Zanúncio. Extensão Rural, Agroecologia, Diálogo e Invenção Técnica: Observação Participante da implantação de 4 unidades de pesquisa participativa (UPPs). 289 f. il. 2022. Tese (Doutorado) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

RESUMO

Esta tese foi proposta a partir da consideração do atual cenário de radicalização das políticas neoliberais que vêm impactando particularmente as populações rurais por meio da redução de recursos e reenquadramento conservador das políticas direcionadas a esse segmento. Buscando fomentar o debate em torno das políticas de extensão rural, agroecologia e agricultura familiar, a tese versa sobre as experiências e diversas metodologias de construção de saberes agroecológicos, exercitando a crítica às práticas convencionais de extensão rural. O objetivo proposto foi a investigação de uma prática extensionista em curso vinculada à agroecologia, buscando compreender sua base teórico-empírica, descrevendo e analisando tal experiência a partir da concepção de ato técnico e de dialogicidade. Os principais alicerces teóricos foram erigidos a partir da leitura e estudo de Álvaro Vieira Pinto (2005) e Paulo Freire (1977, 1978a, 1978b, 1979, 1992, 2011). O primeiro propõe uma reflexão filosófica sobre a técnica e a afirma como mediação necessária para a emancipação humana, ao mesmo tempo em que esclarece o papel desempenhado pela tecnologia convertida em instrumento de dominação imperialista (VIEIRA PINTO, 2005). O segundo, torna possível a compreensão do caráter da intervenção extensionista quando apoiada pela teoria da ação dialógica ou antidialógica, evidenciando o diálogo como método fundamental para a busca emancipadora (FREIRE, 1978b, 2011). A Ecologia Política foi utilizada de modo a conectar os referenciais teóricos da pesquisa com as questões pertinentes à extensão rural e à agroecologia, considerando principalmente os desafios impostos pelo contexto de iminente colapso ambiental que o modo capitalista de produção e consumo impõem à humanidade. A realização da pesquisa de campo se deu pela observação participante e realização de entrevistas semi-estruturadas junto aos membros de um projeto que propõe a implantação de 4 Unidades de Pesquisa Participativa (UPPs) em municípios localizados no Espírito Santo. A experiência permitiu constatar que a agroecologia constitui um terreno fértil para o desenvolvimento de técnicas que se contrapõem ao modo hoje dominante de fazer agricultura. Durante a pesquisa, foi possível identificar e analisar momentos significativos desta vivência transdisciplinar que apontam para a radicalização da participação das famílias agricultoras alcançada por meio do diálogo entre pesquisa e extensão, bem como

entre os diferentes sujeitos que participam do projeto. A pesquisa revelou também desafios ao processo participativo proposto e evidenciou a apropriação do ato técnico pelos sujeitos como condição para sua humanização no sentido utópico trazido por Paulo Freire (1979).

Palavras-chave: Extensão Rural, Agroecologia, Técnica, Diálogo.

ARAÚJO, Ayana Zanúncio. Rural extension, agroecology, dialogue and technical invention: participant observation of the implementation of 4 participatory research units (UPPs). 289 f. il. 2022. Tese (Doutorado) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

ABSTRACT

This thesis was proposed from the consideration of the current scenario of radicalization of neoliberal policies that have particularly affected rural populations through the reduction of resources and conservative reframing of policies directed to this segment. Seeking to foster the debate around the policies of rural extension, agroecology and family farming, the thesis deals with the experiences and various methodologies of construction of agroecological knowledge, exercising criticism of conventional practices of rural extension. The proposed objective was the investigation of an ongoing extensionist practice linked to agroecology, seeking to understand its theoretical-empirical basis, describing and analyzing this experience from the conception of technical act and dialogue. The main theoretical foundations were built from the reading and study of Álvaro Vieira Pinto (2005) and Paulo Freire (1977, 1978a, 1978b, 1979, 1992, 2011). The first proposes a philosophical reflection on technique and affirms it as necessary mediation for human emancipation, while clarifying the role played by technology converted into an instrument of imperialist domination (VIEIRA PINTO, 2005). The second makes it possible to understand the character of the extensionist intervention when supported by the theory of dialogical or anti-dialogical action, evidencing dialogue as a fundamental method for the emancipatory search (FREIRE, 1978b, 2011). The Political Ecology has connected the theoretical references of the research with the issues relevant to rural extension and agroecology, considering mainly the challenges imposed by the context of imminent environmental collapse that the capitalist mode of production and consumption impose on humanity. The field research was carried out by participant observation and semi-structured interviews with the members of a project that proposes the implementation of 4 Participatory Research Units (UPPs) in municipalities located in Espírito Santo. Experience has shown that agroecology is a fertile ground for the development of techniques that oppose the current dominant way of doing agriculture. During the research, it was possible to identify and analyze significant moments of this transdisciplinary experience that point to the radicalization of the participation of farming families achieved through the dialogue between research and extension, as well as between the different subjects participating in the project. The research

also revealed challenges to the proposed participatory process and evidenced the appropriation of the technical act by the subjects as a condition for their humanization in the utopian sense brought by Paulo Freire (1979).

Keywords: Rural Extension, Agroecology, Technique, Dialogue.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Apresentação da tese para membros do projeto das UPPs em Alegre-ES.....	19
Figura 2 - Linha do tempo da Unidade Agroflorestal da Fazenda Experimental Bananal do Norte (UAFEBN) do Incaper em Pacotuba/Cachoeiro de Itapemirim.....	24
Figura 3 – Localização dos municípios de implantação das 4 UPPs.....	26
Figura 4 - Vista panorâmica do experimento na Fazenda Experimental do INCAPER, em Pacotuba -Cachoeiro de Itapemirim	85
Figura 5 - Caminhada transversal pelo experimento na UAFEBN em março de 2017.....	86
Figura 6 - Avaliação participativa do experimento na UAFEBN	89
Figura 7 - Árvore do Louro-pardo ao centro da imagem à esquerda e equipe do projeto reunida sob outra árvore de Louro-pardo na mesma UPP na imagem à direita	100
Figura 8 – Oficina sobre os resultados da UAFEBN e capacitação para pesquisa participativa	102
Figura 9 - Momento de reflexão sobre participação.....	103
Figura 10 – Discussão em grupos.....	104
Figura 11 - Visita a uma das UPPs, agosto de 2021.....	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sistema de identificação das famílias agricultoras entrevistadas	17
Quadro 2 - Perspectivas teóricas que orientaram a Ater brasileira.....	68
Quadro 3 - Indicadores de sustentabilidade para avaliação da UAFEBN	87
Quadro 4 - Perguntas apresentadas aos grupos para discussão	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores de sustentabilidade e resultados da avaliação dos tratamentos testados na Unidade de Pesquisa Agroflorestal com Cafeeiro Conilon, em Pacotuba-ES.....	88
--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABAgroecologia	Associação Brasileira de Agroecologia
Acares	Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo
AT	Assistência Técnica
Ater	Assistência Técnica e Extensão Rural
C&T	Ciência e Tecnologia
CA	Cultivo Arborizado
CBP&D Café	Consórcio Brasileiro de Pesquisa & Desenvolvimento do Café
CCA-Ufes	Centro de Ciências Agrárias da Ufes
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Comptar	Comissão Nacional de Pesquisa Agropecuária
ELDR	Escritório Local de Desenvolvimento Regional do Incaper
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrater	Empresa Brasileira de Extensão Rural
Emcapa	Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária
Emcaper	Empresa Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
Emespe	Empresa Espírito-Santense de Pecuária
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
ER	Extensão Rural
Fapes	Fundação de Amparo à Pesquisa e à Inovação do Espírito Santo
Feab	Federação de Estudantes de Agronomia
FEVN	Fazenda Experimental do Incaper no município de Venda Nova do Imigrante
FMI	Fundo Monetário Internacional
Ifes	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Incaper	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
Iseb	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos

PGPM-Bio	Política de Garantia de Preço Mínimo para a Sociobiodiversidade
Planapo	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
Pnae	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
Pnater	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNGAQ	Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Quilombolas
PNGATI	Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PTA	Projeto Tecnologias alternativas
SAF	Sistema Agroflorestal
SEAG	Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca
UAFEBN	Unidade Agroflorestal da Fazenda Experimental Bananal do Norte
Ufes	Universidade Federal do Espírito Santo
UPP	Unidade de Pesquisa Participativa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 ESTRATÉGIA TEÓRICO METODOLÓGICA.....	15
2.1 PARA ENTENDER O PROJETO DAS UPPS: CONTEXTUALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA NO ESPÍRITO SANTO	20
2.2 DESCRIÇÃO DO PROJETO DAS UPPS	22
3 CRÍTICA DE PAULO FREIRE À EXTENSÃO RURAL E CONTRIBUIÇÕES PARA A AFIRMAÇÃO DE UMA PRÁXIS DIALÓGICA E HUMANISTA JUNTO ÀS PESSOAS DO CAMPO	27
4 A COMPREENSÃO FILOSÓFICA DE TÉCNICA, EM ÁLVARO VIEIRA PINTO E AS DIVERSAS ACEPTÕES DE TECNOLOGIA	33
4.1 COMPREENSÃO FILOSÓFICA SOBRE A TÉCNICA E CONDIÇÕES SOCIAIS PARA SUA PRODUÇÃO	36
4.2 AS QUATRO ACEPTÕES DE TECNOLOGIA	40
5 A ECOLOGIA POLÍTICA E APROXIMAÇÕES COM O PENSAMENTO DE PAULO FREIRE E ÁLVARO VIEIRA PINTO	45
6 CONCEITUANDO AGROECOLOGIA E ALGUNS OUTROS TERMOS RELACIONADOS	50
6.1 AS DIVERSAS MANIFESTAÇÕES DA AGROECOLOGIA: CIÊNCIA, CONJUNTO DE PRÁTICAS E MOVIMENTO SOCIAL	53
7 EXTENSÃO RURAL	59
7.1 DOS PRIMÓRDIOS DA ER NO BRASIL À CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO E POSTERIOR CRISE DIANTE DA ASCENSÃO NEOLIBERAL.....	60
7.2 A CRISE DA ATER PÚBLICA E A OFERTA DOS SERVIÇOS DE ER NO BRASIL APÓS 1990: DAS PRESCRIÇÕES DE PRIVATIZAÇÃO TOTAL AO ENFOQUE PLURALISTA.....	64
7.3 REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO “EXTENSÃO RURAL”	73
7.4 EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICA	78
8 O QUE A IMPLANTAÇÃO DE 4 UNIDADES DE PESQUISA PARTICIPATIVA PODE ENSINAR SOBRE A PRÁTICA EXTENSIONISTA VINCULADA À AGROECOLOGIA?	80
8.1. RADICALIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO	81

8.1.1 A centralidade da família agricultora no manejo agroecológico e a construção de uma participação não subordinada	97
8.1.2 A oficina do processo participativo nas Unidades de Pesquisa Participativa (UPPs)	102
8.2 DESAFIOS À PARTICIPAÇÃO E AO TRABALHO TRANSDISCIPLINAR	108
8.3 A DICOTOMIA TÉCNICO <i>VERSUS</i> SOCIAL	115
8.4 O OFÍCIO EXTENSIONISTA EM PROCESSO DE MUDANÇA	118
8.4.1 As bases de conhecimentos recebidas pelos extensionistas nas escolas técnicas	119
8.4.2 As contribuições dos pesquisadores e da pesquisadora	124
8.4.3 A desarticulação da Ater pública e o falso dilema Extensão Rural versus Assistência técnica	128
8.5 A BUSCA DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS POR OUTRO MODO DE FAZER AGRICULTURA E O DESPERTAR DE NOVOS SUJEITOS NESSA BUSCA	138
9 AGROECOLOGIA: SOLO FÉRTIL PARA A RESSIGNIFICAÇÃO DA PRÁTICA EXTENSIONISTA, PARA O DIÁLOGO E PARA A INVENÇÃO TÉCNICA.....	148
REFERÊNCIAS	157
APÊNDICE A	166
APÊNDICE B.....	171
ANEXO A.....	281

1 INTRODUÇÃO

Esta tese foi realizada por uma pessoa que possui formação acadêmica na área de Administração e que vem alimentando o interesse pelo campo da extensão rural, do mundo rural e pelas práticas transdisciplinares. Minha biografia levou-me a perceber com inquietação o drástico enxugamento do aparelho público de extensão rural, a extinção do MDA e a desarticulação de ações da Pnater a partir 2016.

Assim, no presente trabalho proponho uma reflexão a respeito dos temas da extensão rural (ER) e da agroecologia no contexto brasileiro. O ponto de partida foi a observação de uma reconfiguração da estrutura pública de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) com fomento à privatização e à pluralização de organizações prestadoras desse tipo de serviço, um movimento complexo que de certa maneira avança desde a extinção da Empresa Brasileira de Extensão Rural (Embrater) em 1990 (DA ROS, 2012; DIESEL et al., 2008; PEIXOTO, 2008). Tal processo parece ter sofrido um recrudescimento após o *impeachment* de Dilma Roussef em 2016 e as ações que se sucederam já mencionadas no parágrafo anterior.

Sabe-se que ao longo do tempo a extensão rural brasileira tem sido predominantemente orientada por uma teoria de ação antidualógica, conforme denunciado por Paulo Freire (2011) em “Extensão ou comunicação?”. Entretanto, nas últimas décadas vem se fortalecendo e ganhando corpo o paradigma denominado agroecologia, o qual, por meio de um enfoque transdisciplinar, tem exercitado uma crítica radical aos pressupostos e aos métodos convencionais de extensão rural, buscando entre outras coisas a promoção de políticas públicas de Ater com enfoque agroecológico.

Em Carta Política divulgada em 2018 pelo Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) é reconhecido que entre o 1º e o 3º ENA, realizados respectivamente em 2002 e 2014, houve diversas conquistas do campo agroecológico brasileiro com fortalecimento das redes de agroecologia. Entre essas conquistas, no âmbito das políticas públicas estão

o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), a Política de Garantia de Preço Mínimo para a Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), o Programa de Convivência com o Semiárido, o Programa SANEAR Amazônia, a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI) e a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Quilombolas (PNGAQ). (ENA, 2018, p.35)

Por meio de políticas como as que foram mencionadas, afirmou-se uma orientação técnica da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) pública para a agroecologia que teve

como importante marco e emergência da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) em 2003. Não obstante os desafios para concretização desse alinhamento (CAPORAL, 2014; ABRASCO, 2015), a sociedade construiu uma pluralidade de posturas pedagógicas e, durante esse período, foram formados agentes de extensão em agroecologia, constituídos núcleos de agroecologia nas Universidades e foi facilitada a articulação de diversas redes agroecológicas (KREUTZ *et al.*, 2005; CAPORAL, DAMBRÓS, 2017; SILVA, 2017).

A despeito de tais esforços e conquistas, ao longo do governo Michel Temer e na atual gestão Jair Bolsonaro, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extinto e diversos dispositivos de política pública destinados aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais e à promoção da agroecologia deixaram de ser estimulados, impactando também o financiamento das entidades públicas de Ater.

Atualmente, vivenciamos uma realidade marcada por acontecimentos preocupantes e pelo agravamento de situações que há muito assolam a vida do povo brasileiro. Refiro-me ao acirramento dos conflitos no campo e territórios indígenas, aumento do desmatamento, uso indiscriminado e criminoso de agrotóxicos, crise hídrica, entre outras questões que provocam a degradação das condições de vida do conjunto da população.

Podemos interpretar essa realidade à luz das contribuições de Dardot e Laval (2006), relacionando-a à consolidação do neoliberalismo no país. Os autores afirmam que a partir dos anos de 1980, o projeto neoliberal se firmou como um sistema disciplinar mundial que passou a difundir a concorrência e a financeirização como normas supremas e universais a serem respeitadas por todos os governos (DARDOT; LAVAL, 2006).

A homogeneização ideológica em torno do neoliberalismo se conjugou com a internacionalização das economias, sendo a competitividade entendida como uma prioridade política absoluta no contexto da abertura (DARDOT; LAVAL, 2006). Assim, o comércio internacional de natureza desigual e injusta, aprofundado dentro da lógica neoliberal, apresenta como reflexo o aumento de conflitos socioambientais em todo o mundo.

Dizer comércio internacional de natureza desigual significa dizer que tratam-se de (1) mercados concentrados em empresas transnacionais, (2) onde as trocas se efetuam de modo a externalizar custos sociais e ambientais inerentes ao processo produtivo e (3) desconsiderando os impactos sobre as condições de vida para as gerações atuais e futuras (PORTO; ALIER, 2007).

Esse comércio internacional opera dentro da divisão internacional do trabalho onde existem países que são eminentemente exportadores de *commodities* agrícolas e minerais e

existem países que importam tais *commodities* e outros produtos de baixo valor agregado, exportando, por sua vez, produtos de alto valor agregado.

Porto e Alier (2007) ressaltam a limitação da economia utilitarista neoclássica para lidar com a crise socioambiental provocada pelos termos em que se processam tais trocas econômicas. Os autores lançam os seguintes questionamentos:

“[...] quando uma tonelada de soja, carne bovina, ferro, aço ou alumínio é exportada, quanto de energia, materiais e recursos naturais foi consumido indiretamente? Como os processos de dissipação e desintegração produziram impactos ambientais em função do uso de recursos, agrotóxicos e irrigação? Este mesmo raciocínio pode ser aplicado para o trabalho humano: quantas vidas humanas foram afetadas por doenças, mortes e condições de vida precárias pelos sistemas produtivos que geraram tais produtos? (PORTO; ALIER, 2007, p.506)

Esses questionamentos não são considerados no processo de formação de preços e, por isso, causa preocupação notar que o Brasil esteja passando por um reforço do modelo econômico baseado na exportação de produtos primários, com drástica redução dos investimentos em Educação e em Ciência e Tecnologia (C&T)¹. Simultaneamente, o governo tem articulado ofensivas sobre movimentos sociais do campo e povos indígenas, permitido o avanço do garimpo e do desmatamento ilegal e a utilização de agrotóxicos que são banidos em diversos países do mundo e outras ações que demonstram o reforço à primarização da economia e a desregulações que favorecem estritamente certos interesses corporativos.

É importante demarcar que a solução não seria atribuir valores de mercado à natureza, num patente estímulo – e em conformidade com a racionalidade econômica hegemônica – às novas formas de apropriação da natureza, conforme alertam Porto-Gonçalves e Leff (2015). Segundo esses autores, é preciso reconhecer a impossibilidade de permanente crescimento, para que a economia seja posicionada como um subsistema de um sistema finito maior, que é a biosfera (PORTO-GONÇALVES; LEFF, 2015).

Todo esse cenário é mais bem compreendido à luz da Ecologia Política, campo que emerge da crise e do iminente colapso civilizatório que o atual modo de produção e consumo impõem à humanidade. As lutas sociais em torno da contestação do agronegócio e da

¹ Cabe ressaltar o rompimento por parte do governo federal com o esforço empreendido pelo Brasil em investimentos na C&T até 2015. Desde 2016, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) tem sofrido cortes drásticos e no ano de 2021 contou com um pífio orçamento de 8,3 bilhões, uma redução de 29% em relação a 2020 que já foi um ano de baixo orçamento. Os recursos do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, que é um instrumento que poderia amenizar esses sucessivos cortes orçamentários, estão alocados como reserva de contingência. O Ministério da Educação, que concentra a maior parte dos recursos para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), também vem sendo alvo dos maiores cortes orçamentários entre os demais ministérios (KOELLER; VIOTTI; RAUEN, 2016; MARQUES, 2019; ANDRADE, 2021). Importante destacar também que esses cortes impactaram na capacidade de enfrentamento à Pandemia Covid-19, como por exemplo em relação ao desenvolvimento de vacinas pelas universidades e institutos de pesquisa brasileiros (JORNAL DA USP, 2021).

construção de agriculturas alinhadas aos princípios de uma ecologia política e da agroecologia podem ser relacionadas na realidade brasileira à necessidade de superação da condição de subordinação tecnológica perpetrada, especificamente entre as populações rurais, pelo autoritarismo das práticas extensionistas.

Para compreender essa condição somam-se à investigação ora proposta as contribuições de Álvaro Vieira Pinto (2005) e Paulo Freire (1977, 1978a, 1978b, 1979, 1992, 2011). O primeiro propõe uma reflexão filosófica sobre a técnica e a afirma como mediação necessária para a emancipação humana, ao mesmo tempo em que esclarece o papel desempenhado pela tecnologia convertida em instrumento de dominação imperialista (VIEIRA PINTO, 2005). O segundo torna possível a compreensão do caráter da intervenção extensionista quando apoiada pela teoria da ação dialógica ou antidialógica, evidenciando o diálogo como método fundamental para a busca emancipadora (FREIRE, 1978b, 2011)

Álvaro Vieira Pinto (2005) reflete que a difusão tecnológica oculta relações de subordinação por meio das quais os países difusores realizam excelentes negócios e até mesmo intromissões nas decisões políticas do país receptor. Tal processo se caracteriza como uma *invasão cultural* e caracteriza também o papel historicamente desempenhado pelo Estado brasileiro por meio das instituições de extensão rural.

Paulo Freire (1978b, p.34-35) afirma que “um dos elementos básicos na mediação opressores-oprimidos é a prescrição. Toda prescrição é a imposição da opção de uma consciência a outra”. Assim, a teoria antidialógica, implícita na extensão rural, bem como seu equívoco gnosiológico de transformar sujeitos do conhecimento em objetos da ação e de transformar o conhecimento em algo estático acaba servindo ao processo de dominação tecnológica denunciado por Vieira Pinto (2005).

Por outro lado, em um processo dialógico se estabelece um pensar crítico a respeito da realidade que leva os sujeitos a perceberem-na não de modo fatalista, mas sim como um constante devenir. Freire (1978b, p.119) afirma que a superação do pensamento ingênuo “não se faz no ato de consumir ideias, mas no de produzi-las e de transformá-las na ação e na comunicação”.

Tendo essas reflexões em mente, a busca pela identificação de ações culturais dialógicas que se aproximassem do conceito de comunicação promovido por Freire (2011), e de uma relação fecunda e emancipatória com o ato técnico, tal como analisado por Vieira Pinto (2005), levou-me a pensar a respeito da agroecologia.

A agroecologia se constitui como um paradigma científico-tecnológico capaz de dar respostas à problemática apresentada por meio da (1) crítica à teoria antidialógica implícita na

extensão e proposição de ações culturais dialógicas baseadas na transdisciplinaridade e no diálogo de saberes; (2) atenção às inovações como processos sociais e construção de técnicas centradas no manejo e não em produtos mercantis; (3) melhor utilização de recursos locais específicos; (4) conquista de maior estabilidade da produção pelos agricultores e agricultoras; (5) reestruturação do sistema agroalimentar; (6) respeito aos povos e culturas originárias tradicionais; e (7) preservação da biodiversidade.

Segundo a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) (2020, p.8-9),

a incorporação dos princípios da agroecologia como abordagem orientada à reestruturação do atual sistema agroalimentar encontra-se em sintonia com a diversificação da base alimentar, localização/territorialização dos processos de produção e consumo de alimentos e a internalização dos fluxos de energia e nutrientes na dinâmica dos sistemas agroalimentares-

A agroecologia vem sendo considerada uma ciência, mas não em um sentido estritamente ocidental (ROSSET et al, 2021), pois assume o diálogo de saberes como premissa (PETERSEN, 2012) e, partindo dos conhecimentos locais e tradicionais (RUIZ-ROSADO, 2006), adota um enfoque tecnológico centrado em processos sociais participativos (ALTIERI, 2012) e no manejo agroecológico (EMBRAPA, 2006; PRIMAVERSI, 2008).

Assumo no presente trabalho que a agroecologia articula por meio de práticas transdisciplinares e do diálogo entre saberes a crítica da extensão rural baseada na teoria antidialógica ao mesmo tempo em que promove ações culturais dialógicas que, por sua vez, ampliam o campo da comunicação rural e as possibilidades de um desenvolvimento técnico apropriado para as realidades do povo brasileiro.

O crescimento e fortalecimento da experiência agroecológica, inclusive por meio de políticas públicas como a PNATER, a PNAPO e a PNSAN², mas também pelo diálogo entre diversos atores e em articulação com os movimentos sociais, se desenvolve agora em meio a uma enorme ofensiva neoliberal sobre o Estado democrático de direito. Tal avanço tem impactos diretos sobre as populações rurais.

Causa preocupação a desarticulação do campo da extensão rural e a desestruturação de políticas direcionadas à agroecologia porque impõem um retrocesso em relação ao que vinha sendo conquistado e colocam enorme desafio sobretudo para que trabalhadores/as do campo e técnicos/as ligados/as à extensão rural possam produzir estratégias de resistência e sobrevivência.

² Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater); Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

Apesar disso, resta claro que a agroecologia vem se desenvolvendo em parte nas franjas das instituições públicas de extensão e pesquisa que, por sua vez, incorporam amplamente as metodologias reducionistas, difusionistas e produtivistas. Movimentos sociais do campo, sindicatos de trabalhadores rurais, coletivos negros, feministas, estudantis, indígenas, organizações não governamentais vêm protagonizando o movimento agroecológico e constantemente ocupando espaços de desenvolvimento nas políticas e instituições públicas.

Esta tese constitui, portanto, um esforço para continuar pensando as experiências e diversas metodologias de construção de saberes agroecológicos, exercitando a crítica às práticas convencionais de extensão (e de pesquisa), o que é fundamental no atual cenário de crise ambiental e radicalização das políticas neoliberais.

O presente trabalho está inserido nos esforços de crítica da ER e de pensa-la como ação comunicativa e emancipatória na perspectiva de uma ecologia política, portanto, o objetivo proposto consiste na **investigação de uma prática extensionista em curso vinculada à agroecologia, buscando compreender sua base teórico-empírica, descrevendo e analisando tal experiência a partir da concepção de ato técnico e de dialogicidade.**

Inicialmente, intencionei acompanhar diversas experiências de práticas extensionistas relacionadas ao campo agroecológico, todavia, a Pandemia Covid-19 forçou uma adaptação da proposta inicial para que – e ainda que com alguma limitação natural a esse período – fosse possível acompanhar uma única experiência do tipo.

Felizmente, o projeto “Desempenho agrônômico e econômico do cafeeiro em sistemas arborizados no estado do Espírito Santo” possibilitou uma relevante experiência de pesquisa. Por meio da observação participante e registros em cadernos de campo, bem como pela realização de entrevistas aos membros do projeto, foram levantados os dados para análise.

Os objetivos específicos correspondem ao que foi possível levantar e aprender nesta experiência de pesquisa em articulação ao referencial teórico-analítico adotado:

- Descrever uma experiência de extensão rural vinculada à agroecologia;
- Identificar e descrever momentos relevantes dentro do processo transdisciplinar proposto;
- Identificar e analisar desafios ao processo dialógico;
- Identificar e analisar a compreensão técnica que orienta a experiência dos sujeitos;
- Compreender a experiência de participação no projeto na perspectiva de extensionistas rurais, dos pesquisadores/pesquisadora; e das famílias agricultoras.

2 ESTRATÉGIA TEÓRICO METODOLÓGICA

A pesquisa de campo foi realizada dentro da mesma perspectiva epistemológica dos autores que respaldam teoricamente esta pesquisa. Sobretudo, sendo Paulo Freire uma referência fundamental neste trabalho, eu não poderia deixar de considerar as orientações metodológicas que acompanham a pesquisa participativa.

Peruzzo (2017, p.166) resumiu o contexto de emergência da pesquisa participativa no Brasil, na década de 1990, como “um contexto ávido por mudança social”. Hoje, em 2022, nossa realidade continua clamando por mudanças sociais.

Em artigo sobre a Pesquisa (Ação) Participativa na Teoria Social, Orlando Fals Borda (2001, p.29) afirmou:

Sentimos que colegas que conclamam a trabalhar com neutralidade ou objetividade sustentam, desejando ou não, o *status quo*. Transmitindo completa incompreensão das transformações sociais nas quais estamos imersos ou daquelas que desejamos estimular.

Assim, a pesquisa participativa nasce de um compromisso com a mudança, com a busca por emancipação. Fals Borda (2001) enumera três elementos conceituais que guiaram o desenvolvimento do campo da pesquisa participativa, quais sejam, (1) a relação entre ciência, conhecimento e razão; (2) a dialética entre teoria e prática; e (3) a relação sujeito-objeto.

Sobre a relação entre ciência, conhecimento e razão, o autor afirma a necessidade de romper com o fetiche da ideia de ciência como verdade, pois ela é sempre uma construção social sujeita a revisão e reinterpretação permanente e precisa ter como principal critério a obtenção de conhecimentos relevantes, que tenham como ponto de partida um compromisso ético com a vida dos desprivilegiados (FALS BORDA, 2001). A esse respeito, Fals Borda (2001) afirma também a necessidade de encontrar um caminho de convergência entre pensamento popular e ciência acadêmica para a construção de conhecimentos mais completos e aplicáveis.

A dialética entre teoria e prática (práxis) e a relação sujeito-objeto é profundamente discutida por Paulo Freire (1978b, 2011). Freire (1978b, p.66) afirmou que “só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens [e as mulheres³] fazem no mundo e com os outros.” Ou seja, o conhecimento é a síntese

³ Paulo Freire (1992) reconheceu em “Educação como prática da Liberdade” que teria sido mais correto fazer sempre menção às mulheres, ao invés de utilizar o substantivo “homens” como contração dos gêneros masculino e feminino.

constantemente produzida na práxis e resulta da busca empreendida pelos sujeitos do conhecimento.

Tendo todas essas reflexões em mente, mas reconhecendo principalmente que não houve um envolvimento direto dos sujeitos pesquisados na elaboração do meu projeto de pesquisa, nem tampouco nas decisões que envolveram os processos de coleta e análise do material empírico, entendo que a presente tese não resulta de uma pesquisa participativa propriamente.

A presente tese pode sim ser compreendida como um momento da minha aproximação com os sujeitos pesquisados. Nesse período, que já é normalmente curto em uma pesquisa de doutorado (considerando que o horizonte temporal de uma pesquisa participativa costuma ser longo), ocorreu a irrupção da Pandemia Covid-19.

Por um tempo as atividades do projeto estudado ficaram quase paralisadas e paulatinamente foram retomadas quando liberadas pelas instituições às quais extensionistas e pesquisadores/a estão ligados/as, mas em um processo muito delicado de contato somente entre extensionista e agricultor (seguindo os protocolos sanitários).

É preciso registrar que a situação da Pandemia trouxe diversas limitações para uma maior aproximação, seja devido ao andamento do projeto neste período, que avalio tendo sido consciencioso, seja, por meu lado, pelo assombro, pelas aflições, tristezas e indignações que também me paralisaram por um certo tempo.

Por tudo isso, essa pesquisa consistiu em uma observação participante na qual, conforme orientação de Peruzzo (2017), conduzi minha experiência de campo de modo a tornar-me uma presença constante nas diversas reuniões, encontros e demais atividades do projeto estudado. Realizei anotações de todas as atividades em caderno de campo.

Não alimentei, todavia, qualquer preocupação de manter uma distância tática para não confundir-me com um membro do grupo estudado, o que seria uma característica da observação participante (PERUZZO, 2017). Procurei, pelo contrário, compartilhar no grupo meus relatórios de campo e registros fotográficos; realizei relatorias de reuniões; inseri-me em um grupo de pesquisa coordenado por uma das pesquisadoras membro do projeto; e também apresentei um projeto à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) intitulado “Avaliação participativa da implantação de agrofloresta sucessional sintrópica no Sítio Três Irmãos em Montanha-ES”, com o intuito de fortalecer essa rede de vivências e pesquisas em Sistemas Agroflorestais⁴.

⁴ O projeto apresentado à essa instituição foi habilitado e selecionado no “Edital 14/2022 – MulherES na Ciência”.

Além da observação, realizei a coleta por meio de entrevistas semiestruturadas aos membros do projeto envolvidos nas atividades de implantação e avaliação socioeconômica das quatro Unidades de Pesquisa Participativa (UPPs). Foram entrevistados/as agricultores/as, extensionistas e pesquisadores/as, totalizando 15 entrevistas, realizadas entre 29 de janeiro de 2021 e 23 de novembro de 2021. As entrevistas foram realizadas via plataforma Zoom (10 entrevistas), telefone (1 entrevista) e presencialmente (4 entrevistas), resultando em 98 páginas de transcrição em espaçamento simples.

Extensionistas entrevistadas/os serão identificadas/os por números (extensionista 1, extensionista 2 etc.), da mesma maneira que três pesquisadores/a entrevistados/a (pesquisadora 1, pesquisador 2 e pesquisador 3). As quatro famílias agricultoras entrevistadas e seus participantes serão identificados conforme Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Sistema de identificação das famílias agricultoras entrevistadas

Famílias	Participantes da entrevista
Família 1	Agricultor 1
Família 2	Agricultor 2 e agricultora 2
Família 3	Agricultor 3, agricultora 3, filha-agricultora 3, filho-agricultor 3
Família 4	Agricultor 4, agricultora 4 e filho-agricultor 4

Fonte: elaborado pela autora.

Os roteiros utilizados para nortear as entrevistas constam no Apêndice A e as entrevistas transcritas no Apêndice B. Tais roteiros foram preparados de acordo com o perfil do entrevistado ou entrevistada, se família agricultora, se extensionista, ou se pesquisador/pesquisadora. No entanto, novas perguntas eram elaboradas no momento da entrevista e em algumas entrevistas, ou, em alguns momentos, a abordagem foi mais conversacional do que formal. O objetivo foi ampliar e aprofundar a compreensão sobre a dinâmica de projeto e, sobretudo, da aproximação dos sujeitos ao projeto.

Para tanto foi utilizado o método da entrevista semiestruturada na perspectiva de construção de dados empíricos juntamente aos sujeitos entrevistados, uma co-construção tal como defendido por Tangaard (2009) e Roulson et al. (2003). Além disso, e também de acordo com Tangaard (2009, p.1513),

Quando conduzimos entrevistas, podemos explorar a variação dos discursos empregados pelos entrevistados para produzir suas narrativas pessoais. Meu ponto é que o valor geral de conduzir uma entrevista é precisamente que podemos explorar, por meio de palavras e discursos, os modos de compreensão e ação social historicamente incorporados pelas pessoas e também os possíveis “conflitos” entre diferentes tipos de ação e compreensão. A entrevista apresenta um bom argumento para revelar como a linguagem “faz” as pessoas e produz a vida social e para abrir discussões públicas. Um estudo de entrevista não deve, talvez, ser visto como particularmente adequado para obter acesso a informações de experiências *subjetivas*,

mas sim como um modo de pesquisa *objetivamente* sintonizado para investigar e explorar os discursos e narrativas através dos quais as pessoas vivem suas vidas cotidianas. [minha tradução]⁵

Assim, as entrevistas foram utilizadas não como um meio para simplesmente capturar percepções e subjetividades dos entrevistados, mas também para co-criar dados objetivos para a pesquisa alicerçados na linguagem “heteroglóssica” dos participantes, ou seja, a linguagem onde se entrecruzam diversas linguagens e vozes sociais.

O universo da pesquisa abrange um projeto que diz respeito à implantação de quatro Unidades de Pesquisa Participativa (UPPs) em quatro pequenas propriedades rurais localizadas nos municípios Cachoeiro de Itapemirim, Alegre, Iúna e Ibitirama, todos situados na região sul do Espírito Santo. O projeto será apresentado mais adiante neste capítulo.

Os sujeitos com os quais interagi para realização da pesquisa foram (1) as quatro famílias agricultoras que estão implantando as UPPs nos municípios supracitados, (2) extensionistas rurais ligados ao Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper); (3) pesquisadores e pesquisadora ligados ao Incaper ou à Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e (4) duas bolsistas do projeto.

Selecionei para realização das entrevistas aqueles sujeitos mais diretamente envolvidos nas atividades de implantação e avaliação participativa das UPPs, quais sejam: as quatro famílias agricultoras, oito extensionistas (Incaper) e três pesquisadores (1 pesquisador do Incaper e 1 pesquisador e 1 pesquisadora da Ufes).

A apresentação e discussão desta tese junto aos membros do projeto foi realizada no dia 16 de agosto de 2022 durante visita de acompanhamento à UPP de Alegre (Figura 1).

⁵ “When conducting interviews, we may explore the variation in discourses employed by interview participants so as to produce their personal narratives. My point is that the general value of conducting an interview is precisely that we may explore, through words and discourses, peoples’ socially and historically embedded modes of understanding and acting and also the possible “conflicts” between different types of acting and understanding. Interviewing presents a good case for revealing how language “makes” people and produces social life and for opening up public discussions. An interview study should not, perhaps, be seen as particularly well suited for obtaining access to *subjective* experiences but rather as a research mode that is *objectively* attuned to investigating and exploring the discourses and narratives through which people live their everyday lives.”

Figura 1 – Apresentação da tese para membros do projeto das UPPs em Alegre-ES



Fonte: Ricardo Eugênio Pinheiro, 16/08/2022.

No dia da apresentação da tese estavam presentes, além de membros do projeto e que participaram das entrevistas, também agricultores interessados em cultivos em Sistemas Agroflorestais (SAFs) e, entre esses, representantes do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alegre (SITRUA). Durante a discussão, o grupo reforçou a importância das políticas públicas para Agricultura Familiar e de que tais políticas sejam articuladas e não pontuais. O grupo afirmou a importância de que agricultores e agricultoras estejam organizados/as para lutar por essas políticas. Refletiram que durante as gestões do PT à frente do governo federal, a Ater buscou contemplar a dimensão social da vida no campo, contribuindo para uma perspectiva técnica que não se resumia no produtivismo agrícola. Também refletiu-se naquele momento sobre a importância desta tese de doutorado para a divulgação científica da experiência das UPPs e de reflexões colocadas durante essa experiência.

Na próxima seção é esboçada uma breve contextualização do projeto das UPPs em relação ao histórico de colonização do estado do Espírito Santo e de desenvolvimento da cafeicultura no mesmo.

2.1 PARA ENTENDER O PROJETO DAS UPPS: CONTEXTUALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA NO ESPÍRITO SANTO

O Espírito Santo é o segundo maior produtor de café do Brasil e o maior produtor de café conilon, sendo que a cafeicultura no Estado é majoritariamente desenvolvida pela agricultura familiar em pequenas unidades produtivas (BLISKA *et al.*, 2009).

De acordo com Celin (1984), até a introdução da cafeicultura no Espírito Santo, em meados do século XIX, o estado permaneceu estranho à economia de exportação e quase inteiramente recoberto pela vegetação nativa, tendo sido a exuberância dessa vegetação relatada e retratada por diversos viajantes.

Segundo Bentivoglio (2019), o litoral do Espírito Santo foi ocupado desde um período muito remoto pelos grupos sambaquieiros que viviam da coleta de crustáceos e mariscos, tendo recebido posteriormente migrações de povos pertencentes aos grupos Macro-Jê e Tupi-Guarani. Assim, quando os portugueses começaram a sondar o litoral da capitania no início do século XVI, registrava-se a presença de muitas tribos ligadas aos dois grupos citados, como tribos Termiminó e Tupiniquim (Tupi-Guarani), e tribos Goitacá, Puri e Coroadó (Macro-Jê), além de outras tribos dos grupos genericamente denominados Botocudos (BENTIVOGLIO, 2019).

Após a expulsão dos jesuítas, ocorrida em 1759, no período pombalino, os aldeamentos indígenas passaram a sofrer fortes pressões que resultaram na espoliação de seus territórios e em recrutamentos para funções civis e militares sob condições deploráveis (BENTIVOGLIO, 2019). A partir de 1847, pelo estímulo à uma política de repovoamento, a província passou a receber imigrantes italianos e alemães, aos quais foram concedidas pequenas porções de terra para cultivo. A chegada dos estrangeiros, somada a uma violenta política de repressão às populações nativas, foi determinante para que ao longo das próximas décadas enormes áreas florestais fossem derrubadas e que a fronteira agrícola do café se expandisse pelo Espírito Santo (CELIN, 1984; SANTOS, 2005).

Santos (2005) argumenta que esse capítulo da história do Espírito Santo foi decisivo para a conformação de um pensamento político capixaba, para o estabelecimento de um processo intenso de desmatamento e para uma cruel política de expropriação e dizimação da população indígena e cabocla que ocupava as terras da província. Numa excelente síntese o autor afirma que

[...] um aspecto [...] que diz respeito à importância do processo que se iniciou, então de ocupação, aproveitamento econômico e repovoamento, e porque não dizer de

desmatamento e destruição dos imensos sertões montanhosos que servirão de palco, a partir daquela época, para a saga do imigrante estrangeiro e serão o seu habitat favorito até hoje, um processo também de gravíssimas consequências para nossa atual situação. [...] E digo de menção, numa notação completamente crítica e incorfomista, o que não quer dizer necessariamente partidária, o fato de que naquele momento, talvez de forma muito mais intensa do que teria havido em toda a história pregressa do Espírito Santo, efetivou-se um violento e perverso processo de destruição sistemática das populações que habitavam originalmente esse espaço, legitimado com base na ideia de que elas eram um obstáculo, de outra forma intransponível, para o “progresso” e o desenvolvimento, numa atitude que se acrescentava ao desprezo que sentiam as elites locais pelas populações nativas derivadas da miscigenação secular e da “caboclicização” profunda que tinha gerado grande parte da população “civilizada”. (SANTOS, 2005, p.64)

A política de distribuição de terras aos imigrantes europeus – concomitante à espoliação dos territórios de outros grupos étnicos – constituiu um significativo incentivo para que pudessem prosperar na agricultura, especialmente na cafeicultura, tendo a pequena propriedade como unidade produtiva fundamental (CELIN, 1984). Atualmente, segundo Bliska et al. (2009), em todas as regiões do estado, independentemente de se tratar de zonas de café arábica ou conilon, os pequenos produtores contribuem com a maior parte da produção.

Além da violenta repressão às populações originárias no passado, outro resultado nefasto dessa política de repovoamento e desenvolvimento da economia de exportação no estado é que hoje, passados cerca de 170 anos do início desse processo, somente 15% do território do ES permanece coberto por vegetação nativa (ESPÍRITO SANTO, 2018) e a cafeicultura está assentada sobre uma base tecnológica instável e que representa ameaça para as condições de vida de milhares de pessoas no estado.

A cafeicultura capixaba é predominantemente trabalhada em sistema de monocultivo com grande dependência de utilização de irrigação, adubos minerais e agrotóxicos. Registram-se muitos problemas relacionados a esse modo de cultivar, como por exemplo a lixiviação de agrotóxicos utilizados na produção cafeeira e contaminação de lençóis freáticos (SANTOS, 2017) e a instabilidade da produção em períodos de seca como ocorrido entre 2016 e 2018 (MORELATO, 2020).

Hoje, a agroecologia, que como vimos se apoia no diálogo com saberes de populações tradicionais, é invocada para fazer frente aos graves problemas que se instalaram ao longo da história brevemente apresentada. Se tal afirmação possa parecer abstrata, isso se deve ao cruel processo de negação das culturas dos povos indígenas e negros. Mas, conforme tese apresentada por Barbosa (2005, p. 126) em relação à cultura puri, que pelos brancos é considerada extinta há duzentos anos, “parece que tantas lutas temperaram aquelas pessoas a perseverar, muitas vezes sob cerrado silêncio, em seus costumes e valores, e assim, hoje se reencontram em um complexo projeto agroecológico, ecopedagógico e intercultural.”

Negar a negação dos povos indígenas e negros e suas culturas pode levar-nos à compreensão de que por longo tempo tais povos resistiram à subalternização e construíram assim um modo de existir baseado na preservação de suas raízes culturais e, simultaneamente, na apropriação seletiva de modos de ser e fazer próprios à cultura dominante (BARBOSA, 2005).

A partir da leitura de Barbosa (2005), pode-se concluir que o processo de reconhecimento de identidades e de reconhecimento do potencial intercultural que floresce após séculos de resistência é fundamental para compreender hoje o entrelaçamento de pequenas famílias agricultoras com o projeto agroecológico. A receptividade e o desejo de construir experiências agroecológicas por parte dessas famílias, por sua vez, pode ajudar a explicar a ocorrência de práticas de consorciação e de sistemas agroflorestais em todo o Espírito Santo, não obstante o baixo envolvimento do Estado por meio de políticas públicas para agroecologia e o estímulo ao ceticismo por parte dos agentes do agronegócio.

A exemplo disso, em levantamento prévio, o proponente do projeto “Desempenho agrônômico e econômico do cafeeiro em sistemas arborizados no estado do Espírito Santo” identificou que a diversificação no plantio do café, consorciado com outras espécies, já ocorre espontaneamente em todo o Estado do Espírito Santo e como resultado de ações pontuais de incentivo à utilização dessas técnicas⁶. Por isso o projeto, ao qual passarei a me referir como “Projeto das UPPs”, foi proposto para auxiliar o aprimoramento técnico dessa prática e formação de uma rede de pesquisa em Sistemas Agroflorestais (SAFs). Passarei na próxima seção à apresentação do mesmo.

2.2 DESCRIÇÃO DO PROJETO DAS UPPS

O projeto “Desempenho agrônômico e econômico do cafeeiro em sistemas arborizados no estado do Espírito Santo”, apresentado e aprovado pelo Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), junto à Chamada 20/2018 do Consórcio Brasileiro de Pesquisa & Desenvolvimento do Café (CBP&D Café), tem como objetivo

⁶ Registra-se a presença da Associação de Programas em Tecnologias Alternativas (APTA), do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), da Associação de Produtores Santamarienses em defesa da Vida (APSAD-VIDA), da Associação Chão Vivo, do grupo de agricultura agroecológica Kapi'xawa, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) entre outros grupos e entidades que vem atuando na promoção da agroecologia no Espírito Santo.

pesquisar diversos fatores e a interação entre eles, tais como genótipos dos cafeeiros arábica e conilon, intensidade da iluminação solar, necessidades nutricionais, resultados econômicos e mão de obra aplicada no manejo de sistemas arborizados. Afirma-se que

O manejo e a elucidação dos fatores, na resposta do cafeeiro e do sistema como um todo, ainda não estão bem definidos, havendo demanda de conhecimento destes sistemas em termos agronômicos e sócio-econômicos. É necessário estudar a sincronia no manejo tais como podas, aporte de material orgânico, liberação de nutrientes e estes associados a espaçamentos, efeitos no solo etc. Genótipos e variedades de café também necessitam estudos porque podem ter desenvolvimento vegetativo afetado pelo consórcio no potencial produtivo, reação a pragas e doenças, em interações alelopáticas e competição por água, nutrientes e luz. A avaliação econômica dos CAs [cultivos arborizados] é necessária para verificar a eficiência técnica e econômica, com rentabilidade líquida auferida pelo agricultor (INCAPER, 2018, p.2).

A instituição proponente é o Incaper, autarquia estadual criada em 2000, a partir da fusão entre a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e a Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (Emcapa), vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag), sendo responsável pelos -serviços de pesquisa aplicada, assistência técnica e extensão rural no estado do Espírito Santo. A instituição possui grande capilaridade e uma longa trajetória de atuação no estado, sobretudo se considerados os diversos formatos institucionais já assumidos ao longo da história: Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (Acares), Empresa Espírito-Santense de Pecuária (Emespe), Emater, Emcapa, Empresa Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Emcaper), e, mais recentemente, Incaper.

Quatro subprojetos são abrigados pelo projeto “Café arborizado”: (1) continuação das pesquisas na Unidade Agroflorestal da Fazenda Experimental Bananal do Norte (UAFEBN); (2) seleção de genótipos de café arábica e conilon para cultivos arborizados⁷; **(3) implantação de quatro UPPs**; e (4) implantação de Unidade Experimental (UE) de café arábica com juçara na Fazenda Experimental do Incaper no município de Venda Nova do Imigrante (FEVN).

O segundo e terceiro subprojetos acima mencionados derivam do trabalho que já vem sendo realizado na UAFEBN (Pacotuba/Cachoeiro de Itapemirim). Essa unidade de pesquisa foi implantada em 31 de janeiro de 2013, com recursos do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Desde então, a unidade já foi contemplada com recursos do

⁷ O proponente do projeto explica que, “[...] no Brasil, a maioria dos plantios de café é feito a pleno sol, sendo as cultivares selecionadas neste tipo de ambiente. Desta forma, para que sejam recomendadas para plantios consorciados, os materiais genéticos de café devem ser testadas em ambientes sombreados (INCAPER, 2018, p.21).”

CBP&D Café/Embrapa edital nº 02/2013; da FAPES/SEAG edital nº 06/2015) e novamente do CBP&D Café/Embrapa edital nº 20/2018 (Figura 2).

Figura 2 - Linha do tempo da Unidade Agroflorestal da Fazenda Experimental Bananal do Norte (UAFEBN) do Incaper em Pacotuba/Cachoeiro de Itapemirim.



Fonte: Elaborada pela autora.

(*) Segundo o coordenador da UAFEBN, embora o título contenha Unidade de Observação, neste projeto a Unidade já foi tratada como experimental, ou, Unidade de Pesquisa.

De acordo com Senna et al. (2019), a unidade de Pacotuba foi instalada numa área de 6.120 m² dividida em cinco talhões com quatro tratamentos distintos, um com (1) café conilon solteiro, e quatro talhões com os seguintes consórcios: (2) café conilon com ingazeiro de metro; (3) café conilon com bananeira; (4) café conilon com gliricídia; e (5) café conilon com palmeira pupunha.

Entre 2017 e 2019, a UAFEBN abriu espaço para a realização do projeto intitulado "Avaliação do cafeeiro orgânico em sistemas agroflorestais, da matéria orgânica, da equivalência de área e da percepção por agricultores", financiado pela FAPES/SEAG Nº 06/2015. Durante a realização desse projeto, agricultores e agricultoras da região conheceram a unidade experimental e participaram da avaliação da mesma (SENNA *et. al*, 2019). Duas, das quatro famílias agricultoras que agora sediam as Unidades de Pesquisa Participativa (UPPs), participaram dessa experiência de avaliação participativa do experimento na Fazenda Bananal do Norte. Uma terceira família não participou da avaliação, mas conheceu o experimento em uma visita promovida pelo Incaper e decidiu posteriormente aderir ao projeto de implantação de uma UPP na sua propriedade.

O projeto atual, “Desempenho agrônômico e econômico do cafeeiro em sistemas arborizados no estado do Espírito Santo”, teve início em 2020 e terá duração de quatro anos, estando prevista a utilização de metodologias de pesquisa participativa para a construção conjunta de conhecimentos, bem como o intercâmbio de conhecimentos entre os diversos membros que atuam nas diversas áreas de pesquisa. A ideia é que experiências e conhecimentos nas Unidades Experimentais possam auxiliar as experiências nas UPPs e vice-versa. No subprojeto 3, ou seja, implantação das 4 UPPs, o foco do trabalho de pesquisa será uma análise e avaliação socioeconômica.

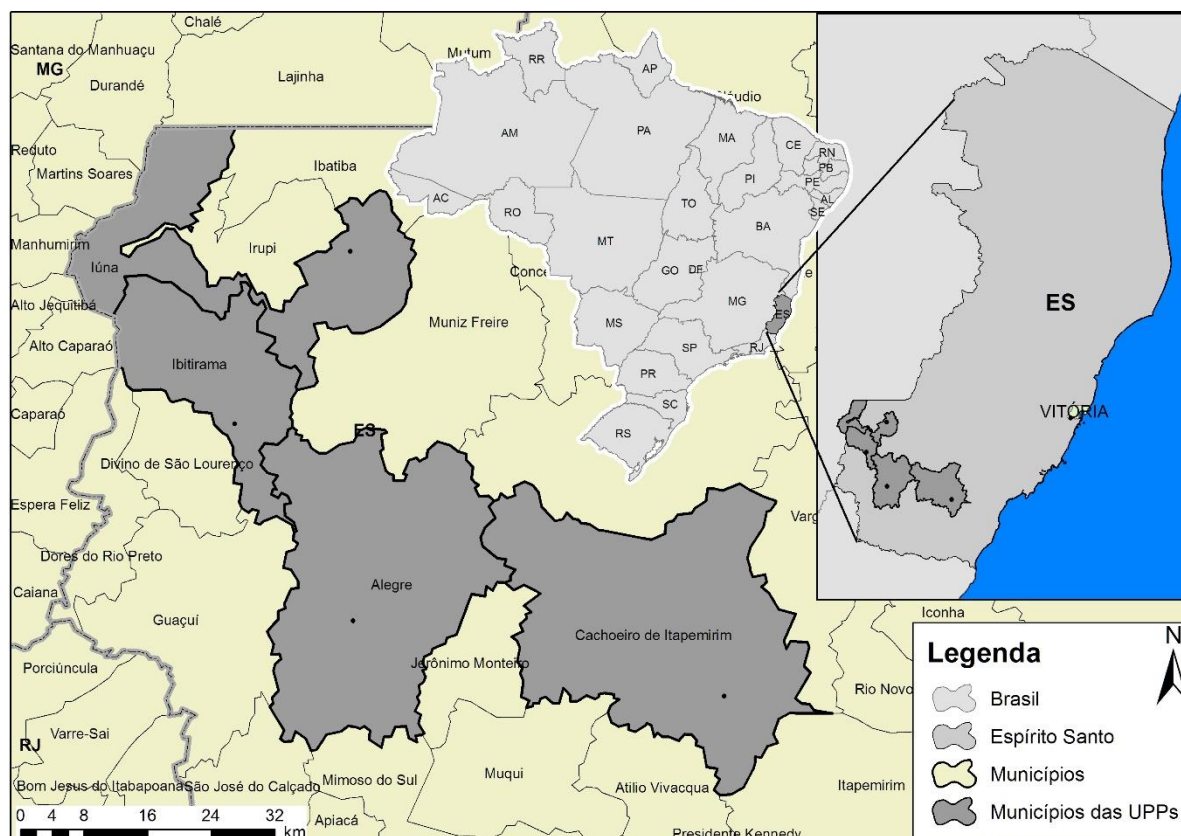
A proposta de implantar as 4 UPPs deve-se ao fato de que os cultivos arborizados são trabalhados em perspectiva de longo prazo com diversas nuances durante o desenvolvimento e, principalmente, possuem múltiplas possibilidades. Por isso, a validação da experiência de pesquisa pode ser alcançada mediante o julgamento dos grupos de referência.

Entre outros objetivos específicos elencados no projeto, estabeleceu-se a realização de oficinas nas UPPs visando a seleção de indicadores e avaliação dos consórcios pelos agricultores (avaliação participativa). Almeja-se, assim, que a viabilidade socioeconômica dos sistemas consorciados de café seja avaliada juntamente com as famílias agricultoras participantes das quatro UPPs durante visitas técnicas anuais, gerando um *feedback* pesquisa-extensão com difusão simultânea dos resultados da pesquisa.

Estão previstas diversas atividades presenciais, como reunião anual de agricultores/as, extensionistas e pesquisadores/as na FBN para avaliação dos sistemas em condução e intercâmbio de experiências, capacitações para agricultores/as e demais membros da equipe sobre métodos participativos e conhecimentos relacionados a cultivos arborizados, entre outras. Com o início da Pandemia Covid-19, algumas atividades precisaram ser adaptadas e realizadas em ambiente virtual. As visitas voltaram a acontecer gradualmente a partir de julho de 2021 e a primeira reunião da equipe aconteceu em agosto de 2021, na propriedade rural de uma das famílias agricultoras, onde está sendo implantada a UPP de Ibitirama.

Portanto, dentro do escopo do projeto, que é mais abrangente e envolve quatro subprojetos, foram acompanhadas as atividades relacionadas ao terceiro subprojeto, ou seja, a implantação das quatro UPPs nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Alegre, Ibitirama e Iúna (Figura 3).

Figura 3 – Localização dos municípios de implantação das 4 UPPs



Fonte: Elaborado por Marcos Lima Pereira utilizando o software QGIS.

O projeto articula a participação de agentes de extensão rural vinculados/as ao Incaper em vários municípios, pesquisadores e pesquisadoras ligados ao Incaper e à Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), agricultores e agricultoras de vários municípios e bolsistas.

Em cada município onde será implantada a UPP, o trabalho das famílias agricultoras é acompanhado por um (a) extensionista do Escritório Local de Desenvolvimento Regional do Incaper (ELDR/Incaper). Entre os/as extensionistas, há agrônomos/as, um engenheiro florestal, um engenheiro agrícola, técnicos agrícolas, sendo um destes também graduado em administração rural⁸. Cada família, com o apoio do/a extensionista, decide aspectos como local da implantação da UPP, espécies a serem utilizadas, método de plantio, espaçamento etc. O coordenador geral, pesquisadores membros do projeto ampliado e demais membros também interagem com as famílias e extensionistas para auxiliar nas decisões.

O coordenador geral do projeto é agrônomo e pesquisador do Incaper e também é o responsável pela condução das pesquisas na UAFEBN.

⁸ Em agosto de 2021,4 o extensionista responsável pelo acompanhamento da UPP de Cachoeiro de Itapemirim deixou o projeto e foi substituído por uma extensionista, agrônoma, que está se aproximando da equipe e se inteirando das atividades.

Na organização das atividades e gestão técnica do projeto atua um extensionista do ELDR-Alegre, também agrônomo. Portanto, esse extensionista desempenha atividades distintas dos outros quatro que estão acompanhando as famílias na implantação das UPPs. Há também 3 extensionistas de ELDRs do Incaper que acompanham as atividades do projeto, embora não estejam assistindo diretamente a implantação de uma UPP.

Dois professores da Ufes, um agrônomo e uma socióloga, atuantes nas áreas de extensão e sociologia rural, são responsáveis respectivamente pela condução dos trabalhos de avaliação do custo operacional de implantação das UPPs e coordenação da avaliação participativa das UPPs.

Nos próximos dois capítulos apresentarei e discutirei conceitos importantes para a construção do objeto de estudo desta tese que foram trazidos de obras de Paulo Freire (capítulo 3) e de Álvaro Vieira Pinto (capítulo 4). Os dois autores permitem compreender a afirmação feita por Freitas (2006), segundo a qual “quem precisa mudar o mundo descobre ‘o porquê’ no mesmo momento em que descobre o ‘como’ transformar a realidade, que passa, então, a ser percebida como mutável”. Assim percebendo, os sujeitos que precisam transformar a realidade podem participar então do mundo tecnológico na condição de produtores das melhores técnicas para si, reconectando o ato técnico com seu espaço orgânico de existência e com suas necessidades.

3 CRÍTICA DE PAULO FREIRE À EXTENSÃO RURAL E CONTRIBUIÇÕES PARA A AFIRMAÇÃO DE UMA PRÁXIS DIALÓGICA E HUMANISTA JUNTO ÀS PESSOAS DO CAMPO

Conforme mencionado na introdução, Paulo Freire e Álvaro Vieira Pinto foram referências fundamentais para a realização do propósito analítico desta investigação. Ambos compreenderam a importância do despertar da consciência do povo oprimido e desenvolveram uma postura humanista que afirmava a necessidade da técnica no processo de invenção da realidade e busca por emancipação social. Ambos afirmaram ser perfeitamente possível e necessária uma posição verdadeiramente humanista e tecnológica.

Em diversas ocasiões, Paulo Freire se referiu a Álvaro Vieira Pinto como seu “mestre”, reconhecendo assim a importância da construção intelectual realizada por Vieira Pinto no interior do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Paulo Freire (1977) afirma que

Até o ISEB, a consciência dos intelectuais brasileiros ou da grande maioria daqueles que pensavam e escreviam dentro do Brasil tinha como ponto de referência tanto para seu pensar como para a própria avaliação do seu pensar a realidade do Brasil como um objeto do pensar europeu e depois norte-americano. Pensar no Brasil, de modo geral, era pensar sobre o Brasil, de um ponto de vista não-brasileiro. (FREIRE, 1977, p.98).

A força do pensamento isebeano, segundo Freire (1977), foi promover uma desalienação entre a intelectualidade brasileira, agora capaz de pensar o Brasil como uma “realidade própria, como problema principal, como projeto” (*Ibidem*, p. 98), o que implicava um necessário engajamento com o destino da realidade pensada. Não por acaso, o Iseb teve grande interlocução com os movimentos estudantil e sindical, sobretudo em seu segundo ciclo, iniciado em 1960, quando Vieira Pinto assumiu a diretoria executiva do Instituto (FAVERI, 2014).

Álvaro Vieira Pinto defendeu à frente do Iseb um nacionalismo autônomo e libertador alimentado pela participação democrática (FAVERI, 2014). No entanto, Lima (2021) afirma que ao longo de sua trajetória, Paulo Freire foi além dessa perspectiva nacional desenvolvimentista apregoada pelo Iseb em direção a uma outra de libertação, radicalizando o seu posicionamento a respeito de uma necessária superação do capitalismo, posição já explicitada no livro *Pedagogia do Oprimido*.

Em 2012, Paulo Freire foi oficialmente reconhecido como o patrono da educação brasileira. Tornou-se, conforme afirmam Coelho et al. (2010) um sujeito planetário, tendo sua obra influenciado inúmeros autores renomados em todo o mundo. O livro “*Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*” (FREIRE, 1992) talvez seja o melhor relato biográfico sobre essa figura que andou por tantos lugares do mundo assumindo amorosamente o compromisso de uma práxis libertadora.

Paulo Freire é mundialmente reconhecido pelo seu trabalho referente à alfabetização de jovens e adultos e criação de um método que foi capaz de promover a alfabetização de 300 trabalhadores e trabalhadoras em apenas 45 dias. Infelizmente o método de Freire não foi estendido a todo Brasil devido à instalação da ditadura militar em 1964, que o perseguiu, prendeu e o obrigou ao exílio.

Mas a grandiosidade de Paulo Freire vai além de seu método para alfabetização de jovens e adultos. O educador impactou diversas áreas do conhecimento, propondo, em última instância, reflexões filosóficas sobre o ser (COELHO et. Al, 2010), impactando assim a teoria do conhecimento, contribuindo para uma perspectiva dialética, humanista e politicamente engajada (LIMA, 2021). Por tudo isso, Paulo Freire é mundialmente reconhecido.

A obra freireana foi inicialmente lembrada na proposição deste estudo, pela contribuição feita para a crítica da extensão rural (ER) na obra “*Extensão ou Comunicação?*”.

Posteriormente, foi pertinente explorar outras obras do autor, como “Pedagogia do Oprimido”, para aprofundar a compreensão acerca de sua teoria do conhecimento.

“Extensão ou Comunicação?”, publicada no Chile em 1969⁹, é fruto da experiência vivida por Freire durante o exílio naquele país, quando foi assessor do *Instituto de Desarrollo Agropecuario*, do *Ministerio de Educación*, da *Corporación de la Reforma Agraria*. Aqui utilizo a 15ª edição, de 2011. A obra resulta de um convite recebido por Freire em 1968 para analisar, mediante o processo de reforma agrária que então se desenrolava no Chile, o problema da comunicação entre agrônomos e camponeses (MUSIAL; BRANDÃO & COSTA, 2017).

Paulo Freire (1992) relembra, no livro *Pedagogia da Esperança*, que naquela ocasião teve a oportunidade de viajar por todo o Chile ouvindo e discutindo com camponeses a respeito de suas realidades, bem como debatendo com agrônomos e técnicos agrícolas a respeito de suas práticas e compreensões políticas, pedagógicas e democráticas.

A aproximação semântica ao termo “extensão” empreendida por Freire (2011) coloca em xeque a própria pertinência da utilização desta palavra. Sobretudo quando emprega a análise do campo associativo relacionado ao termo extensão, o autor evidencia significados como “superioridade do conteúdo de quem entrega” e “inferioridade dos que recebem”.

De acordo com Paulo Freire (2011), a extensão assume um papel que, via de regra, se caracteriza pela persuasão e prescrição de técnicas – elementos básicos, segundo o autor, na mediação opressores-oprimidos através dos quais a opção de uma consciência se impõe a outra. Isso não significa que todo o extensionista proceda dessa maneira, no entanto, segundo Freire (2011), o dilema do agrônomo extensionista consiste no fato de que

[...] se transforma os seus conhecimentos especializados, suas técnicas, em algo estático, **materializado** [grifo nosso] e os estende mecanicamente aos camponeses, invadindo indiscutivelmente sua cultura, sua visão de mundo, concordará com o conceito de extensão e estará negando o homem como um ser de decisão. Se ao contrário, afirma-o através de um trabalho dialógico, não invade, não manipula, não conquista; nega, então, a compreensão do termo “extensão”. (FREIRE, 2011, p.53)

No trecho anteriormente transcrito, chamo atenção para a palavra “materializado”, pois não é raro que a extensão rural e assistência técnica (Ater) se concentre na prescrição das chamadas tecnologias de produto, ou seja, na recomendação de produtos como fertilizantes, *pesticidas* e máquinas e implementos agrícolas que corporificam técnicas próprias à agricultura capitalista. É necessário registrar que a reprodução dessa agricultura está baseada na concentração de terras, no financiamento público ao agronegócio e em um oligopólio de

⁹ No Brasil, “Extensão ou Comunicação?” só foi publicado em 1971, interstício causado pela censura à obra pelo regime militar.

corporações sediadas nos países capitalistas centrais que comercializam tais insumos agrícolas devidamente patenteados e prontos para serem universalizados na forma de modelos a serem difundidos ou de “pacotes tecnológicos”¹⁰.

O foco na prescrição de tecnologias de produto, ou seja, na universalização de conhecimentos estáticos e materializados em forma de produtos, remete-nos a um marco da institucionalização da ER no Brasil que foi dado pela expansão do modelo baseado no Complexo *Land-Grant* estadunidense. Segundo Da Ros (2012), com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos passaram a conceder auxílios financeiros para países latino-americanos e europeus, visando conter a expansão da influência do bloco de países socialistas e possibilitando, dessa maneira, a expansão da indústria de alimentos e tecnologias agrícolas norte-americanas.

Nessa estratégia [de expansão do modelo Land-Grant e concessão de auxílios financeiros] estava incluída a exportação do modelo estadunidense de ER pelo mundo afora. Nos países da América Latina e Caribe estes serviços começaram a ser implantados a partir da década de 1950 em diante, tendo sido desenhados com o propósito de modernizar a agricultura por meio da transferência de tecnologias oriundas dos países mais desenvolvidos, integrando os camponeses na economia de mercado [...] Tais objetivos subordinavam-se a uma estratégia de desenvolvimento mais ampla, na qual os países periféricos ou subdesenvolvidos deveriam seguir os mesmos caminhos trilhados pelos países capitalistas centrais ou desenvolvidos, o que implicava numa penetração econômica, social e cultural do Norte “moderno” sobre o Sul “tradicional” e “atrasado”. (DA ROS, 2012, p.4)

Depreende-se, assim, pela associação com esse marco do processo de institucionalização da ER nos países latino-americanos, entre eles o Brasil, o sentido do problema da extensão e invasão cultural trabalhado por Freire (2011). Para o autor, “[...] a teoria implícita na ação de estender, na extensão, é uma teoria antidialógica” (FREIRE, 2011, p.47-48), da qual a invasão cultural emerge como uma característica pois pressupõe um sujeito que parte de uma específica visão de mundo para penetrar outros espaços histórico-culturais, sobrepujando, dessa maneira, a visão de mundo dos indivíduos que têm seu espaço histórico-cultural invadido.

Temos então, uma estreita relação entre o problema aqui abordado e o que Álvaro Vieira Pinto (2005) coloca a respeito da tecnologia convertida em instrumento de dominação entre as nações. Ou seja, a invasão cultural é um problema abordado tanto por Paulo Freire como por Álvaro Vieira Pinto. Isso será aprofundado adiante nesta tese, mas desde já é importante

¹⁰ Os países capitalistas centrais orientam sua economia política por projetos de desenvolvimentos elaborados a partir de uma consciência para si. Esses Estados utilizam suas corporações para a consecução de seus objetivos estratégicos no âmbito desses projetos nacionais.

registrar que esse processo de invasão cultural possui nas abordagens extensionistas baseadas na persuasão e na prescrição um importante instrumento.

Tendo em mente os objetivos desta tese, será necessário aprofundar a discussão a respeito da teoria antidualógica e da teoria dialógica, associadas às noções de educação bancária e educação libertadora na obra de Paulo Freire. Quando escreveu “Extensão ou Comunicação?” já estava em processo a escrita de “Pedagogia do Oprimido” (FREIRE, 1978b [1970]), obra na qual as teorias mencionadas são abordadas e ficam explícitos o caráter político de ambas, podendo ser associadas a ações culturais opressoras ou libertadoras.

Particularmente, uma dificuldade que encontrei na compreensão da Pedagogia do Oprimido diz respeito ao fato de que nesta obra Paulo Freire expõe e aprofunda a dimensão política do seu método. Tornou-se impossível avançar na leitura do livro, sem aprofundar a leitura de mim. Por exemplo, quando o autor fala da relação oprimido-opressor, observei-me a pensar em uma relação muito específica e, em julgamento ingênuo, distante da minha realidade, fazendo uma caricatura mental de uma relação escravista. Ao fazê-lo, percebi minha resistência em enxergar o oprimido e o opressor em mim, resistência que é fruto do processo de introjeção dos mitos próprios à consciência opressora.

Talvez por isso, Freire (1978b) diga que desvelar essa relação oprimido-opressor se trata de morrer um pouco, superando a dualidade em que nos encontramos dominados e dominadores. O individualismo, a objetificação do outro, a percepção fatalista da história; tudo o que pode ser superado em um “parto doloroso” por meio do qual nascem o homem e a mulher libertos dessa contradição opressores-oprimidos.

Feita essa consideração, avancemos agora à teoria antidualógica. Conforme foi mencionado, essa teoria que nega o diálogo é associada à noção de educação bancária. Segundo Freire (1978b, p.66),

Em lugar de comunicar-se o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção bancária de educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guarda-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou arquivadores das coisas que arquivam. No fundo, porém, os grandes arquivados são os homens, nesta (na melhor das hipóteses) equivocada concepção “bancária” da educação. Arquivados, porque, fora da busca, fora da práxis, os homens não podem ser. Educador e educandos se arquivam na medida em que, nesta destorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber.

A educação bancária associada à teoria antidualógica é, portanto, fruto da objetificação dos homens, da negação da capacidade dos oprimidos, é uma prática que nega a mudança, dificulta o pensar autêntico e reforça uma concepção fatalista a respeito da história, como se a

realidade fosse algo estático e não um constante devenir sobre o qual atuamos como sujeitos coletivos (FREIRE, 1978b).

Por tudo isso, a extensão, quando baseada em práticas de persuasão e difusão, em propaganda para convencer, se converte em prática bancária, antidialógica e as famílias agricultoras são consideradas meras incidências da ciência e da tecnologia. Freire (1978b) afirma que é preciso crer na capacidade dos oprimidos, caso contrário, caímos nos “depósitos” e *slogans*.

Por outro lado, a teoria dialógica parte da constatação da condição ontológica dos homens e mulheres, que é ser mais, é a transformação de si e da realidade através do diálogo, da palavra. A palavra verdadeira carrega duas dimensões solidárias, ação e reflexão, que não devem ser dicotomizadas sob pena de se recair em mero verbalismo ou mero ativismo.

Assim sendo, o diálogo não se confunde com doar ou consumir ideias, porque ele é um ato de criação. Freire (1978b, p.93) afirma que “a conquista implícita no diálogo, é a do mundo pelos sujeitos dialógicos, não a de um pelo outro”. Esse é o sentido de humanização implícito na teoria dialógica.

Ou seja, ao se colocarem a si mesmos como o problema, ao reconhecerem que pouco sabem de si mesmos, homens e mulheres se humanizam em um processo de busca pela desalienação, pelo trabalho livre, pela emancipação e, assim, pela afirmação de sua humanidade (FREIRE, 1978b). Essa postura nega, portanto, qualquer visão fatalista sobre a história e afirma uma aproximação crítica à realidade que permite a tomada de uma certa posição epistemológica frente ao mundo, posição de ação-reflexão.

Freire (1979, p.26) afirma nesse sentido que

a conscientização é um compromisso histórico. E também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece...

É no sentido acima explicitado que se coloca, sobre os pilares da teoria dialógica, a educação libertadora (ou educação problematizadora). Freire (1978b) afirma que a concepção problematizadora reforça a mudança e que tem como ponto de partida homens e mulheres “imersos, emersos ou insertados” (*Ibidem*, p.85) em suas realidades.

Para Freire (1979), a criação de uma nova realidade, a partir do exercício de crítica à realidade precedente, não deve esgotar o processo de conscientização, pois a nova realidade deverá novamente ser colocada como objeto da reflexão crítica. Ou seja, “a conscientização como atitude crítica dos homens na história, não terminará jamais” (FREIRE, 1979, p.27).

Assim, fica claro que a conscientização é relacionada a uma atitude utópica diante do mundo, entendendo a utopia no sentido explicitado por Freire, qual seja, como a dialetização da denúncia de condições desumanas e do anúncio de humanização das condições de existência (FREIRE, 1979).

Para constituir-se uma busca pela emancipação no sentido do compromisso histórico aqui posto para reflexão, o processo de educação, que é sempre um processo de investigação, no qual educadores e educandos se colocam como sujeitos,

tem de constituir-se na comunicação, no sentir comum uma realidade que não pode ser vista mecanicistamente compartimentada, simplistamente bem “comportada”, mas na complexidade do seu permanente vir a ser (FREIRE, 1978b, p.118).

Pelo que foi exposto, assumirei neste trabalho como análogo ao papel do educador o papel do extensionista, ou da extensionista, que reconhece seus conhecimentos técnicos e especializados como algo dinâmico a ser permanentemente construído no diálogo com as famílias agricultoras.

De tal maneira que, no caso da presente tese, especificamente em relação ao projeto pesquisado, as famílias agricultoras sejam compreendidas como sujeitos da busca, tanto quanto pesquisadores e extensionistas envolvidos/as. Em si, isto não representa qualquer demérito à experiência, ou seja, ter a participação radical dos sujeitos interessados não significa qualquer sacrifício à validade dos resultados a serem obtidos na investigação; pelo contrário, possibilitam um real processo de validação dos conhecimentos alcançados.

Nesses termos, o processo de construção dos conhecimentos agroecológicos por meio da interação entre a pesquisa científica realizada nas Unidades Experimentais e a pesquisa empírica e participativa realizada nas UPPs *pode* constituir-se uma prática para a libertação e criação de novas realidades nas quais sejam superadas as situações de desumanização vinculadas à matriz tecnológica ora dominante. Observar e analisar tal processo é parte significativa do objetivo desta tese.

4 A COMPREENSÃO FILOSÓFICA DE TÉCNICA, EM ÁLVARO VIEIRA PINTO E AS DIVERSAS ACEPÇÕES DE TECNOLOGIA

No Brasil, a Extensão Rural (ER) tem sido associada ao termo Assistência Técnica (AT), por meio da designação Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Isso ocorre em aparente concordância com a utilização do termo pelo Estado brasileiro que, segundo Peixoto (2008),

passou a empregá-lo institucionalmente a partir de 1974, com a criação da Comissão Nacional de Pesquisa Agropecuária (Comper) e, logo em seguida, no mesmo ano, com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater).

A constatação mencionada no parágrafo anterior, acende o questionamento sobre o que significa AT e o que significa associá-la à ER. Tal questionamento suscita, por sua vez, indagações sobre o significado filosófico do ato técnico, o que me conduziu ao esforço primordial de compreensão acerca da técnica e da tecnologia, palavras que são comumente intercambiadas como se fossem sinônimas. Para tanto, recorro no presente estudo à leitura de Álvaro Vieira Pinto (2005), que empreende uma análise crítica dos termos na obra “O conceito de Tecnologia”.

A referida obra só veio a ser publicada em 2005, muitos anos após o falecimento de Vieira Pinto em 1987, tendo o autor a revisado pela última vez em fevereiro de 1974. Em Nota que acompanha a publicação, o editor César Benjamin afirma desconhecer outro autor brasileiro que tenha produzido “reflexão tão abrangente, profunda e exaustiva sobre o fenômeno da técnica e seus impactos sobre a sociedade” (BENJAMIN, 2005, p. XV).

Álvaro Vieira Pinto foi professor catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e é reconhecido por sua passagem pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), primeiro como chefe do departamento de filosofia e depois, como diretor executivo do Instituto. Segundo Freitas (2005, p. 83), Vieira Pinto se apropriou dos pressupostos cepalinos e os somou ao seu repertório de leituras sociológicas e filosóficas para produzir uma leitura sobre o modo como “o centro capturava para si um dos significados da tecnologia e ideologicamente o proclamava como universal, reservando ao mundo da periferia a condição de ‘paciente receptor’ das inovações técnicas”.

O debate desenvolvimentista travado pelo Iseb ao longo das décadas de 1950 e 1960 junto aos movimentos sociais, somado ao posicionamento intransigente de Vieira Pinto em defesa da autonomia e soberania do país, conforme destacou Faveri (2014), explicam em parte o ostracismo no qual caiu o pensamento desse autor após o golpe militar de 1964 – que instalou contra ele inquéritos policiais, perseguindo-o desde os primeiros dias do golpe, levando o autor a buscar asilo político, primeiro na Iugoslávia e, depois, por intermédio de Paulo Freire, no Chile (FAVERI, 2014; GONZATTO; MERKLE, 2016).

Álvaro Vieira Pinto revela em correspondência enviada a Celso Furtado (FURTADO, 2021) o abatimento físico e emocional no qual caiu após se tornar alvo de vários inquéritos e ter sua prisão preventiva decretada pelo regime militar, tendo sido obrigado a buscar o exílio, o que o colocou em uma posição igualmente vulnerável do ponto de vista material (ANEXO

A). Embora tenha visto a sua vida devastada naquele período, Vieira Pinto ainda pôde produzir importantes obras para a compreensão da realidade brasileira, como é a obra “O Conceito de Tecnologia”.

Não obstante o tempo transcorrido desde a escrita da obra e as particularidades de seu contexto, justifica-se a retomada da reflexão filosófica a respeito da tecnologia realizada por Vieira Pinto, pois, não estando circunscrita a uma mera análise dos fenômenos e eventos de sua época, ela fomenta uma perspectiva crítica sobre o tema, perspectiva não alcançada pelo pensamento formal.

Resgatar “O conceito de Tecnologia” é sobretudo importante devido ao contexto político atual, no qual o Brasil vem sofrendo severos ataques à soberania que ameaçam qualquer projeto de nação que seu povo possa vir a esboçar. Os cortes drásticos em educação, ciência e tecnologia, o desinvestimento em empresas nacionais e a desindustrialização e primarização da economia¹¹ são fatos que conferem extrema atualidade à obra de Vieira Pinto e chamam atenção para a importância da apropriação crítica da técnica como ato emancipador.

De forma resumida, o início da trajetória intelectual de Vieira Pinto é marcada, politicamente, por sua filiação ao integralismo, movimento de caráter nacionalista, fascista e conservador; e, filosoficamente, ao idealismo de Heidegger. Todavia, nos anos 1960, Vieira Pinto rompeu com o integralismo, se posicionou à esquerda e propôs-se a proclamar um existencialismo pronunciado por aqueles que precisam mudar o mundo, ou seja, um “existencialismo da periferia para o centro” (FREITAS, 2005, p.22). Para Vieira Pinto o ser humano não deveria fugir da técnica, não deveríamos entender a técnica como um malefício em si, mas sim superar as relações sociais de exploração que controlam o desenvolvimento técnico como aparato de dominação.

Em “O conceito de Tecnologia”, Vieira Pinto abre espaço para o pensamento de Marx, especialmente no que tange a discussão acerca da categoria trabalho. Na opinião de Freitas (2005), a categoria trabalho é o centro em torno do qual se desenvolve toda a obra de Vieira Pinto, interessando para o autor “compreender o lugar do trabalho e da forma de trabalhar na configuração cultural do povo brasileiro” (FREITAS, 2005, p.3). Ao discutir o conceito de

¹¹ De acordo com Giovani Alves (2020), desde a década de 1980, o Brasil vem falhando na perspectiva de adoção de um projeto de desenvolvimento industrial sustentado por investimentos em ciência e tecnologia. Como consequência observa-se a sobrevivência de ramos industriais de menor intensidade tecnológica, com grande dependência de importação de bens industriais intermediários. Tal panorama é agravado pelo acirramento da crise estrutural do capitalismo global que vem impondo ao Brasil a destruição de qualquer projeto civilizatório, especialmente o projeto de industrialização construído na década de 1930 do século XX, durante o governo de Getúlio Vargas (ALVES, 2020). Assim, o país passa por uma refuncionalização da sua economia que, altamente dependente, é convertida em mera exportadora de *commodities* agrícolas e minerais, razão pela qual se fala em primarização da mesma.

tecnologia e desenvolver filosoficamente a categoria técnica, o autor revela comensurabilidade epistemológica entre seu pensamento e o pensamento de Marx e Engels, sobretudo por empregar o método materialista histórico-dialético como instrumento para a elaboração de uma leitura crítica a respeito da realidade brasileira.

Podemos entender “O conceito de Tecnologia” de modo semelhante ao que representou “Pedagogia do Oprimido” na obra de Paulo Freire (1978b), pois, de acordo com Freitas (2005), foi ali que Vieira Pinto (2005) confirmou seus pressupostos políticos sem prejuízo da elaboração conceitual até então empreendida. Vieira Pinto (2005) reconheceu que o trabalho aliena quando não pertence ao trabalhador e que deve “ser ‘desalienado’ pelas mãos do jovem trabalhador no ato da apropriação da técnica mais elaborada ‘a seu favor’” (FREITAS, 2005, p. 94).

Na obra supracitada, Vieira Pinto (2005) indica e discute quatro conceitos de tecnologia que serão apresentados adiante neste texto, revelando o modo ideológico como os países do centro se apropriam do conceito de tecnologia, colocando-se, então, como detentores da capacidade de produzir inovações técnicas, restando para a periferia, importa-las passivamente. Tal condição é tanto mais agravada pois não se trata somente de um conjunto de imposições externas, mas de um pensamento subordinado amplamente compartilhado pelas oligarquias internas, pensamento que postula a dependência como condição inexorável.

Antes de apresentar os conceitos de tecnologia, será necessário iluminar o conceito de técnica, compreender o significado ontológico do ato técnico, pois tornar-se-á tanto mais simples o entendimento dos diversos conceitos de tecnologia apontados por Vieira Pinto (2005), quanto mais claro esteja o conceito de técnica a partir da aplicação do método materialista histórico dialético.

Para melhor organização das ideias, a próxima seção trará esclarecimentos sobre a compreensão filosófica a respeito da técnica e, a seguinte, sobre as quatro acepções de tecnologia pontuadas pelo autor em estudo.

4.1 COMPREENSÃO FILOSÓFICA SOBRE A TÉCNICA E CONDIÇÕES SOCIAIS PARA SUA PRODUÇÃO

Por meio do pensamento dialético, Vieira Pinto (2005) pôde superar o equívoco idealista que comumente nos leva a posicionar a história como um produto da técnica, o que consiste em uma distorção, pois a história e a técnica relacionam-se dialeticamente e não podem ser compreendidas de outra maneira senão pela consideração do modo de produção social peculiar

à cada época. É mediante a aplicação do método citado que o autor assim definiu o conceito que tanto nos interessa:

A técnica, de qualquer tipo, constitui uma propriedade inerente à ação humana sobre o mundo e exprime por essência a qualidade do homem, como ser vivo, único em todo o processo biológico, que se apodera subjetivamente das conexões lógicas existentes entre os corpos e os fatos da realidade e as transfere, por invenção e construção, para outros corpos, as máquinas, graças aos quais vai alterar a natureza, com uma capacidade de ação imensamente superior à que caberia aos seus instrumentos inatos, os membros de que é dotado. (VIEIRA PINTO, 2005, p.136-137)

Sobre a exposição da definição de técnica anteriormente mencionada, é necessário pontuar que embora toda máquina corporifique uma técnica, nem toda técnica tem por sede uma máquina, aparelho ou ferramenta material; sendo, portanto, a técnica um conceito mais geral do que o conceito de máquina. A técnica pode ser compreendida como o próprio ato humano objetivado em uma determinada ferramenta, máquina ou modo de proceder.

Para entender a técnica é necessário registrar a ruptura que se dá na antropogênese com uma condição existencial baseada em um condicionamento genético, instintivo, que naturalmente é entregue aos animais no decorrer da evolução. Assim, sobre as ações desse ser hominizado,

de então em diante as ações de tal ser vivo serão já produções, terão a raiz no projeto interior que o anima e se caracterizarão pela escolha dos objetos e procedimentos de ação. Constituem o que se entenderá por “técnica”. (VIEIRA PINTO, 2005, p.64)

Ao longo da análise realizada por Vieira Pinto (2005) é possível perceber o ato técnico como uma faculdade inerente ao ser humano, relacionado à capacidade de projetar e executar os projetos no ato produtivo, ou seja, a capacidade de inventar ferramentas e procedimentos que tenham efeito de tornar menos estafante o trabalho.

Técnica e produção relacionam-se dialeticamente em um processo no qual o ato produtivo condiciona a elaboração de projetos visando o aprimoramento técnico e a técnica, por sua vez, condiciona a produção. Vieira Pinto (2005) afirma que toda técnica se orienta para a produção, esta entendida como uma característica ontológica do homem, pois é a partir da produção dos meios necessários para sua existência que o ser humanizado produz a si mesmo, distinguindo-se dos outros seres cuja existência se baseia em uma relação de consumo daquilo que a natureza lhes provê.

Vieira Pinto (2005) destaca que o desenvolvimento do tecido nervoso proporcionou ao ser humano a capacidade de perceber e refletir sobre as propriedades das coisas e representar e comunicar tais noções gerais sobre a natureza, o que possibilitou a homens e mulheres elaborarem projetos para modifica-la a fim de solucionar a contradição entre ser vivo e as condições naturais objetivas do mundo que, simultaneamente, proporcionam e empecilham sua

existência. Desse modo, Vieira Pinto (2005) esclarece que o ser humano é um tipo qualitativamente superior de animal, pois é o único animal que produz e, assim, assume a responsabilidade de criar-se a si próprio.

O fato de perceber propriedades gerais das coisas e representa-las, dota o ser humano de uma capacidade produtiva que se relaciona à modificação da natureza. De acordo com Vieira Pinto (2005), a partir de então ocorre o processo de hominização, caracterizado pelos atos produtivos que, por sua vez, se caracterizam pela *escolha de procedimentos e objetos de ação*, tal escolha é o que se entende como técnica.

É necessário refutar, todavia, conforme afirma Vieira Pinto (2005), que tal evolução do sistema nervoso tenha ocorrido de forma autônoma e incondicional e que possua uma relação causal e unidirecional com o estabelecimento de relações sociais de produção, pois isso equivaleria a cair na inversão idealista já mencionada. Segundo o autor,

o animal em via de humanização tanto desenvolve o sistema nervoso porque trabalha em cooperação social com os semelhantes [...] quanto só é capaz de trabalhar em conjunto e de estabelecer relações sociais de produção porque dispõe de órgãos nervosos capacitados para tal feito. (VIEIRA PINTO, 2005, p.76)

Assim entendida a técnica, é possível perceber toda e qualquer inovação técnica plenamente enraizada na base social e coletiva de conhecimentos acumulados pela humanidade. A invenção técnica é função criadora a que estamos obrigados a executar para subsistir como seres humanos e ela exige fundamento social para ocorrer, conforme enfatiza Vieira Pinto (2005). Portanto, nenhum inventor isolado ou nenhum país isolado pode atribuir a si a propriedade de uma determinada inovação, pois “só chegam a realizar essas descobertas porque o trabalho geral da sociedade, com o auxílio das técnicas anteriores, lhes oferece o campo no qual poderão exercer a argúcia intelectual” (VIEIRA PINTO, 2005, p.174).

Trata-se de raciocínio semelhante ao apresentado por Karl Marx (2011, p.57) quando afirma que “nenhuma produção é possível sem trabalho passado, acumulado, mesmo sendo este trabalho apenas a destreza acumulada e concentrada na mão do selvagem pelo exercício repetido.” Nesta passagem podemos estabelecer uma relação direta com o que afirma Vieira Pinto (2005) a respeito da técnica enraizada na base social que a determina.

Entretanto, e para que tudo se converta em mercadoria, a economia burguesa representa a produção “como enquadrada em leis naturais eternas, independentes da história, oportunidade em que as relações burguesas são furtivamente contrabandeadas como irrevogáveis leis naturais da sociedade *in abstracto*.” (MARX, 2011, p.59). Assim é retratado, por exemplo, o lampejo criativo que levou o inventor Robert Kearns a criar o limpador de para-brisas intermitente no

filme “*Flash of Genius*”¹², invenção rápida e sorrateiramente roubada por uma grande empresa automobilística. O referido filme é baseado em fatos reais e retrata não somente a criação como produto da genialidade de sujeitos por natureza independentes, mas também, e decorrente desse primeiro postulado, o modo como no capitalismo tudo se transforma em mercadoria – inclusive os meios técnicos – e em propriedade de poucos.

Nesse sentido também é fundamental pontuar a relação distribuição-produção, e particularmente na agricultura, mas não somente nessa área, somos levados a acreditar que uma tecnologia capaz de elevar substancialmente a produtividade poderá solucionar os problemas mais dramáticos da humanidade, como é o problema da fome. Quando raciocinamos dessa maneira, esquecemo-nos de considerar, conforme analisado por Marx (2011, p.71), que “a distribuição não parece articulada e determinada pela produção, mas, pelo contrário, a produção parece articulada e determinada pela distribuição”, seja a distribuição dos produtos, dos instrumentos de produção ou dos conhecimentos especializados, bem como dos postos de trabalho. Ou seja, não é possível resolver o problema da fome somente pelo aumento da produtividade agrícola sem realizar reforma agrária e democratização dos conhecimentos técnicos que envolvem a prática da agricultura.

Vieira Pinto (2005) denominou esse tipo de raciocínio como “cortina da técnica”, ou seja, a compreensão de que está puramente no avanço técnico a solução para as mazelas humanas, eclipsando as relações sociais de apropriação e concentração de riquezas e conhecimentos que levam à perpetuação da exploração da massa trabalhadora pelo reduzido número de possuidores.

As relações sociais e a historicidade que subjazem a técnica imprimem nesta um caráter contraditório: ela é ao mesmo tempo conservadora e revolucionária. Conservadora porque induz a uma repetição dos atos; revolucionária porque suscita e provê meios para a superação por novas formas de produção técnica (VIEIRA PINTO, 2005). Assim, “qualquer técnica, no próprio ato de se revelar eficaz, contém a gênese de sua supressão” (*Ibidem*, p.208), regida pela lei dialética da negação da negação. Vieira Pinto (2005) esclarece o modo como as técnicas podem contribuir para a consolidação de um determinado regime de produção, ao mesmo tempo em que contribuem para a aproximação do esgotamento das possibilidades históricas desse regime.

Feitas essas considerações, torna-se agora possível distinguir e apreciar os quatro conceitos de tecnologia analisados pelo autor. Será de fundamental importância para o presente

¹² Flash of genius. Marc Abraham. Estados Unidos. Universal Pictures. 2008.

estudo que sejam pontuados os referidos conceitos, especialmente o primeiro e o quarto, pois, conforme se verá, a ação extensionista antidialógica tem sido amplamente associada à difusão de pacotes de técnicas, não por acaso denominados “pacotes tecnológicos”.

4.2 AS QUATRO ACEPÇÕES DE TECNOLOGIA

A reflexão a respeito da técnica possibilitou a Álvaro Vieira Pinto (2005) distinguir quatro conceitos de tecnologia, palavra que, segundo o autor, embora seja indiscriminadamente utilizada, é com bem menor frequência colocada sob os holofotes de uma reflexão científica e filosófica.

Segundo Vieira Pinto (2005), é possível distinguir pelo menos quatro significados de tecnologia: (a) a análise etimológica conduz, necessariamente, ao entendimento da tecnologia como a ciência da técnica, podendo esta ser compreendida, de maneira mais geral, como o modo de se produzir algo; (b) tecnologia como sinônimo de técnica, que constitui o uso mais corriqueiro; (c) tecnologia como o conjunto de técnicas das quais dispõe uma determinada sociedade, sentido ao qual se faz menção quando se busca medir o grau de desenvolvimento das forças produtivas nessa dada sociedade; e (d) tecnologia como ideologização da técnica.

Vieira Pinto (2005) dedica especial atenção ao primeiro e ao último significado de tecnologia, que segundo o autor, possuem relação estreita. Por entender que esses mesmos dois conceitos são particularmente relacionados ao problema da ER, farei, adiante, considerações a respeito dos mesmos. Sobre o primeiro significado, o autor aponta que

se a técnica configura um dado da realidade objetiva, um produto da percepção humana que retorna ao mundo em forma de ação, materializado em instrumentos e máquinas, e entregue à transmissão cultural, compreende-se tenha obrigatoriamente de haver a ciência que o abrange e explora, dando em resultado um conjunto de formulações teóricas, recheadas de complexo e rico conteúdo epistemológico. Tal ciência deve ser chamada “tecnologia”. (VIEIRA PINTO, 2005, p. 221)

A respeito da primeira acepção do termo, é importante destacar a necessidade de constituição da ciência da técnica, a fim de que os técnicos possam alcançar, por meio do exercício profissional, uma compreensão acerca de sua realidade existencial, tornando-se capazes de explicar o que fazem e porque o fazem (VIEIRA PINTO, 2005). Vieira Pinto (2005) lamenta que na atual fase do desenvolvimento histórico, impere uma dissociação entre teoria e prática que acaba por impedir que os quadros técnicos desenvolvam uma consciência a respeito do que fazem e dos julgamentos que proferem. A superação da referida fase histórica ocorrerá quando superadas as preferências de classe no processo de extensão do saber e nas condições sociais de produção. Só então será possível uma práxis social na qual o técnico deixe de ser

dominado pela técnica e passe a dominar o que executa “sabendo o que significa, quanto vale e quais as finalidades dela [técnica]” (VIEIRA PINTO, 2005, p.223).

Já quanto ao quarto significado, tecnologia como ideologia, ele é o principal alvo do esforço teórico realizado por Vieira Pinto (2005), pois o autor se dedica a desconstruir a visão providencial sobre a tecnologia, visão segundo a qual à técnica caberia o poder de reger as transformações sociais de modo a erradicar a pobreza, a fome e quantos outros problemas possam ser considerados.

Enfatizo, essa representa uma visão ideológica que oculta as relações sociais de exploração; oculta as condições sociais e políticas que constituem o verdadeiro substrato onde as técnicas são engendradas e reproduzidas. Trata-se da “cortina da técnica” já mencionada neste texto e que também pode ser associada a uma visão contemporânea que aposta no avanço técnico como salvação para o colapso ambiental provocado pelo modo predatório como as sociedades capitalistas se apropriam da natureza. Nas palavras de Vieira Pinto (2005, p.230) o pensamento enganoso pode ser resumido da seguinte maneira: “só a técnica será capaz de curar as desgraças que desencadeia”.

Particularmente importante para o presente estudo, também o aspecto mais enfatizado por Vieira Pinto (2005) é a reflexão sobre a tecnologia convertida em instrumento de dominação entre nações que se encontram em diferentes graus de progresso histórico. Dessa maneira, os países denominados metropolitanos, ou centrais, impingem aos países subjugados duas suposições a respeito das técnicas que servem aos interesses de dominação: o de que a teoria tecnológica é uniforme e o de que as áreas atrasadas não dispõem de tecnologia própria ou capacidade para desenvolvê-la, restando-lhes, portanto, somente importa-la subservientemente (VIEIRA PINTO, 2005).

Sobre as suposições metropolitanas impostas aos países dominados, é preciso perceber que todo objeto técnico transporta uma ideia relativa à sociedade que o criou. Vieira Pinto (2005) alerta que tais objetos e produtos, materiais ou culturais, veiculam a ideologia dominante e silenciosamente enunciam a incapacidade intelectual e cultural do país importador para produzir esses objetos e produtos técnicos, configurando uma verdadeira invasão cultural. Essa mensagem a respeito de uma suposta incapacidade dos povos pobres é dirigida não só à população, mas também aos políticos, intelectuais e, principalmente, aos “técnicos nativos”, que são incumbidos de receber, distribuir, propagar, louvar, reparar e, quando autorizados, a fabricar esses bens sob patente, desde que a metrópole seja a maior beneficiária.

Assim, os quadros técnicos nativos, ao cultivarem uma atitude de devoção à tecnologia estrangeira, não percebem que sob o discurso metropolitano de difusão tecnológica se ocultam excelentes negócios e até mesmo intromissões nas decisões políticas do país receptor, comprometendo sua soberania e a formação de uma *consciência para si*. Assim, sustentam a percepção de que os países não metropolitanos, que não guardam a supremacia tecnológica deverão permanecer interditados da possibilidade de pensar sua própria realidade e produzir soluções a partir da mesma, alimentando um processo no qual, permanentemente, a soberania cede lugar à exploração.

Vieira Pinto (2005) exemplifica essa dominação tecnológica por meio de alusão aos regimes escravistas e feudal, durante os quais, por longos séculos os dominadores refrearam uma expansão qualitativa da técnica e impuseram expansões apenas quantitativas como forma de elevar a rentabilidade das forças produtivas da época. Para tanto, bastava escravizar mais e mais seres humanos.

Entretanto, algumas contradições são observadas no referido processo de espoliação entre nações e, talvez, a mais primordial delas consista no fato, lembrado por Vieira Pinto (2005, p. 259) de que “um sistema imperial começa a decair no dia em que se instala no poder e começa a pôr em ação os seus desígnios espoliativos”. O modo como tal contradição se manifesta pode ser elucidado, por exemplo, pela afirmação de que não se pode exportar um aparelho de televisão sem exportar, no mínimo, os conhecimentos necessários para sua reparação (VIEIRA PINTO, 2005).

Assim, distinguem-se dois momentos no processo de dominação imperial, no primeiro a nação espoliada é mero alvo dos saques promovidos pela metrópole, mas no segundo, para a devida expansão dos negócios da nação desenvolvida, torna-se necessário criar na colônia um mercado consumidor para exportar produtos tecnológicos defasados e um mercado fornecedor de produtos industriais que alimentem a indústria de ponta do centro industrial (VIEIRA PINTO, 2005).

Fica claro, conforme esclarece Vieira Pinto (2005), que o maior pavor do dominador é a possibilidade de que o dominado adquira consciência a respeito desse processo de dominação e, desse modo, que a nação subjugada formule uma consciência para si.

Ao apropriar-se dos conhecimentos tecnológicos e compreender seu poder de transformação do mundo, as massas dos países espoliados tendem, segundo Vieira Pinto (2005), a dirigirem-se segundo um processo de emancipação que é expresso pelas seguintes fases: “consciência em si”, “consciência para o outro” e “consciência para si”. A fase inicial é marcada pela consciência como simples coisa sem representação legítima do próprio mundo e a fase

intermediária, *consciência para o outro*, consiste em uma etapa não assinalada na literatura metropolitana. A esse respeito, Vieira Pinto (2005, p.266) adverte que “só no país periférico, subdesenvolvido, dominado, sem soberania, infiltrado pelo fascínio cultural e pela direção econômica dos grandes centros metropolitanos ocorre a fase intermediária”.

A consciência para o outro revela uma condição em que as massas, embora cientes de seu poder de ação e transformação da realidade, entregam-se à condução do outro e para os fins que este outro almeja. Tal estado de consciência aflora justamente no segundo momento do processo de dominação imperial, quando aumenta a necessidade dos centros tecnológicos penetrarem nas áreas atrasadas para realizarem seus interesses econômicos; nesse momento crescem, contraditoriamente, as possibilidades para superação da situação de dominação por parte dos espoliados, abrindo a possibilidade para alcançar o estado de *consciência para si*, relacionada à busca pela libertação.

Ainda neste segundo momento de dominação imperial, devido à contradição mencionada, resta somente ao centro imperial utilizar a tecnologia como um instrumento para infundir na massa dominada uma mentalidade tecnológica conveniente aos seus objetivos de conservação do poderio estabelecido, o que é feito, de duas maneiras: pela valorização do papel do técnico e do papel progressista da tecnologia e pela cuidadosa discriminação entre as técnicas, daquelas que podem ser transmitidas às nações atrasadas (VIEIRA PINTO, 2005). Os “pacotes tecnológicos” difundidos na agricultura podem ser entendidos como uma expressão desses esforços de transformação da tecnologia em ideologia social.

Tal reflexão teórica é extremamente pertinente para compreender o modo como opera a tecnologia agrícola dominante, transmitida pelos países metropolitanos. Para que o Brasil seja um grande celeiro para abastecer países capitalistas centrais certas técnicas de produção agrícola são importadas e, dessa forma, os fins alheios também o são. Vieira Pinto (2005, p.265) afirma que na fase intermediária da consciência, ou seja, a consciência para o outro, o país subdesenvolvido apropria “os fins estrangeiros, quando deveria valer-se simplesmente dos meios técnicos”.

Todavia, podemos refletir que no caso da agricultura, até mesmo a utilização dos meios técnicos estrangeiros, baseados na dependência de insumos externos, altamente poluentes, e no uso predatório de recursos naturais, vem sendo sistematicamente questionada pela sociedade (ABRASCO, 2015; INCA, 2016; ENA, 2018; CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA, 2022). Nesse contexto, o movimento agroecológico no Brasil pode ser entendido como um movimento social que pressiona e luta por uma mudança

qualitativa das técnicas agrícolas empregadas na agricultura brasileira com reverberações para tantas outras questões civilizatórias cruciais na atualidade.

Assim, é possível relacionar a associação entre Extensão Rural e Assistência Técnica mencionada no início deste capítulo, e compreender, conforme analisa Vieira Pinto (2005) os auxílios e a assistência técnica como um meio relevante pelo qual o colonizador exporta estrategicamente sua tecnologia para manter as regiões marginais sob dependência. Por isso mesmo constitui um grande equívoco supor que advirá daí uma melhoria das condições de vida da população “beneficiada”, pois o que isso faz é drenar ainda mais as riquezas dos países explorados. A consciência crítica, consciência para si, única capaz de levar à emancipação, não pode acontecer por obra do outro, por prescrição, pois ela é forjada pelo povo oprimido “na luta incessante pela recuperação de sua humanidade” (FREIRE, 1978b, p.32)

Por meio da reflexão acerca da acepção de tecnologia como ideologia foi possível perceber, entre outros aspectos, o caráter adestrador e espoliador da “assistência técnica” imposta às nações atrasadas, exploradas, como um modo de permitir a continuidade da relação de exploração econômica entre as nações em diferentes estágios de desenvolvimento tecnológico.

É dessa maneira que compreendo o movimento de associação dos termos AT e ER, mencionados no início do capítulo, como um reforço ao papel de invasão cultural historicamente desempenhado pela ER. A assistência técnica, nesse caso, se reveste de um caráter de *intervenção ou ajuda especializada*¹³ a ser prestada pelas nações ou sujeitos considerados aptos, não por qualquer explicação imutável, mas sim pela relação com a dominação econômica entendida como uma situação histórica (e não absoluta) e pela desigual distribuição de riquezas, conhecimentos e poderes nas sociedades capitalistas.

A leitura de Vieira Pinto (2005) permite uma associação com a teoria freireana da ação antidialógica, por meio da qual visualizamos o *modus operandi* no processo de invasão cultural e interdição imposta aos países considerados atrasados de poderem pensar sua própria tecnologia, o que se relaciona ao conceito/estado de consciência para si. Compreender a tecnologia como instrumento de dominação é um primeiro passo para o desenvolvimento do pensamento crítico, para o qual é premente a necessidade de um desenvolvimento tecnológico autêntico.

Os dois autores também permitem refletir sobre a linguagem como a técnica das técnicas, o instrumento sem o qual o ser humano não poderia inventar a si próprio e transformar

¹³ Definição obtida no Dicionário Priberam. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/assist%C3%A2ncia%20t%C3%A9cnica>>. Acesso em 9 mar. 2022.

sua realidade. A linguagem não só é uma ferramenta para comunicação sobre a melhor maneira de se empregar as técnicas; é ela que torna possível, por meio da palavra, do diálogo, a permanente expansão do conhecimento humano e de suas representações conceituais.

Ademais, as reflexões sobre tecnologia realizadas por Vieira Pinto (2005) se mostraram pertinentes para a afirmação da técnica no escopo dos projetos populares de natureza ecológica que se levantam na atualidade. Gomes (2005), ao discorrer sobre a epistemologia agroecológica, afirma a necessidade de recuperar a técnica, liberando-a do modo de servidão tecnocrática. O autor afirma ainda que “longe de ser antitécnico, o paradigma ecológico é um modo emancipatório da evolução da racionalidade técnico-instrumental para uma racionalidade baseada no ser humano” (GOMES, 2005, p.89).

No capítulo seguinte será apresentado o campo da Ecologia Política como um alicerce para a discussão proposta nesta tese, em articulação ao pensamento de Paulo Freire e Álvaro Vieira Pinto.

5 A ECOLOGIA POLÍTICA E APROXIMAÇÕES COM O PENSAMENTO DE PAULO FREIRE E ÁLVARO VIEIRA PINTO

A agricultura brasileira é marcada por contradições relacionadas à reprodução e expansão do agronegócio. Entre elas está a concentração de terras e expulsão das populações do campo, incluindo povos indígenas. Outra expressão dessas contradições é a insegurança alimentar, uma vez que os investimentos públicos são majoritariamente destinados a subsidiar a agricultura de larga escala que se desenvolve técnica e politicamente alinhada ao agronegócio de exportação. Uma terceira contradição diz respeito às contaminações agudas, crônicas e sistêmicas provocadas pelo uso de agrotóxicos, levando a mortes por intoxicação, desenvolvimento de doenças e mais mortes, além da poluição dos rios, do solo, do ar, prejudicando além dos seres humanos, toda a flora e a fauna.

Tais contradições implicam no crescimento e intensificação da luta social de resistência ao agronegócio e de proposição de outras maneiras de se fazer agricultura. A título de exemplo, no dia 09 de março de 2022, foi realizado na praça dos Três Poderes em Brasília o Ato pela Terra, evento que reuniu cerca de 50 mil pessoas em manifestação contra a aprovação do

chamado “Pacote da destruição”¹⁴. Tal pacote inclui diversos projetos de lei relacionados à flexibilização das regras para aprovação de agrotóxicos (PL 6.299/2002 e PL 3200/2005), anulação do licenciamento ambiental (2159/2021), facilitação da grilagem de terras (PL 510/2021) e da mineração em território indígena (PL 191/2020), além da instituição do marco temporal, tese que ameaça as demarcações dos territórios indígenas.

É notório que o debate ambiental relacionado ao modelo de desenvolvimento agrícola majoritariamente impulsionado pelo estado brasileiro possui uma dimensão política explícita, pois sabe-se que tal modelo impacta direta e indiretamente a saúde e as condições de vida de milhões de pessoas. Como disse Chico Mendes, não pode haver defesa da floresta sem defesa dos povos da floresta (LÖWY, 2014) e não pode haver defesa do meio ambiente sem defesa dos seres humanos e dos seus direitos à vida e à dignidade.

O campo da saúde coletiva, abordado por Porto e Alier (2007), tem sido uma importante esfera da ampliação da compreensão sobre a relação saúde-ambiente e, por isso, vem incorporando no debate os processos sociais e econômicos que afetam a relação mencionada. O Dossiê Abrasco (2015), que é fruto dos debates nesse campo, denuncia a utilização de retóricas de ocultação dos problemas relacionados ao agronegócio, de justificação desse modelo de agricultura como se fosse o único capaz de produzir alimentos suficientes¹⁵ e de desqualificação de estudos e vozes que se levantam para questionar tal hegemonia. Reafirma assim, a luta social pelo direito de conhecer e debater as opções tecnológicas que condicionam o presente e o futuro da civilização (ABRASCO, 2015).

Nesse cenário, a Ecologia Política foi identificada como um alicerce para a contextualização dessa problemática no marco de uma questão civilizatória maior. Refiro-me ao imperativo capitalista de submeter a natureza e todas as dimensões da existência humana à necessária expansão das taxas de lucro – necessária para a reprodução capitalista.

A Ecologia Política pode ser compreendida como um campo que emerge da crise e do iminente colapso civilizatório que o modo capitalista de produção e consumo impõem à humanidade. De acordo com Löwy (2014), o atual ritmo de acumulação e consumo só se sustenta pelo aprofundamento das desigualdades entre Norte e Sul, pois, conforme ilustrado

¹⁴ Ato pela Terra une artistas e movimentos sociais contra o pacote da destruição, em Brasília. 11/03/20221. Disponível em: < <https://contraosagrototoxicos.org/ato-pela-terra-une-artistas-e-movimentos-sociais-contra-o-pacote-da-destruicao-em-brasilia/>>. Acesso em 16 mar 2022.

¹⁵ “Uma extensa compilação de estudos realizada por pesquisadores da Universidade de Michigan (EUA) demonstrou que os sistemas orgânicos de produção sistematicamente alcançam rendimentos físicos iguais ou superiores aos dos sistemas que lançam mão de agroquímicos” (BADGLEY et al., 2007, apud, ABRASCO, 2015, p.30). Altieri (2012) também enfatiza que intervenções agroecológicas elevam os rendimentos e a produção total, além de possibilitarem maior estabilidade da produção total em comparação aos sistemas de elevado uso de insumos.

pelo autor “se generalizássemos para o conjunto da população mundial o consumo de energia dos EUA, as reservas conhecidas de petróleo seriam esgotadas em dezenove dias” (LÖWY, 2014, p. 46).

Porto-Gonçalves e Leff (2015) alertam que precisa ser reconhecida a impossibilidade de permanente crescimento, para que a economia seja posicionada como um subsistema de um sistema finito maior, que é a biosfera. Por isso, os autores afirmam que não se trata de atribuir valores de mercado à natureza, num patente estímulo às novas formas de apropriação da natureza e em conformidade com a racionalidade econômica hegemônica.

Porto e Alier (2007) ponderam que, se consideradas a instabilidade dos investimentos massivos no agronegócio, a concentração de renda, a expropriação das populações, a transferência líquida de recursos naturais para outros países e a externalização de custos e desequilíbrios ambientais para a população, será possível admitir que outros cenários de atividades socioeconômicas sejam possíveis e necessários.

A Ecologia Política defendida por Porto-Gonçalves e Leff (2015) propõe a construção de uma racionalidade ambiental baseada nos potenciais ecológicos e identidades culturais. O ideal antropocêntrico de dominação da natureza pelo ser humano precisa ser superado a favor da construção de uma racionalidade apoiada pela compreensão dialética da contradição ser humano-natureza. É chegado o momento de reconhecer também a dominação absoluta da natureza sobre o ser humano, pois, conforme analisa Vieira Pinto (2005, p.160)

o domínio exercido pelo homem prova, por outro lado, o domínio que sofre, visto não poder fazer coisa alguma contra a natureza senão na medida em que se vale das forças por ela postas ao seu alcance.

A aplicação do pensamento dialético contribui para compreensão dos limites da racionalidade tecnocrática mencionada pela Abrasco (2015) ou ecotecnocrática, mencionada por Costabeber e Caporal, (2003). Tal racionalidade apresenta as soluções técnicas engendradas socialmente no contexto capitalista como inelutáveis, justificando assim a conservação da utilização dessas técnicas (ABRASCO, 2015) e, adicionalmente, apresenta uma visão segundo a qual o progresso técnico poderá solucionar todas as mazelas relacionadas aos desequilíbrios e escasseamento de recursos provocados pela apropriação predatória da natureza (COSTABEBER; CAPORAL, 2003).

Vejamos o exemplo dos adubos minerais, que são extraídos de fontes não renováveis em um processo que produz impactos socioambientais, dependência externa (tanto considerando as unidades produtivas, quanto os países) e incertezas quanto à continuidade dos sistemas de cultivo no futuro. Sobre essa questão, Araujo et al. (2018) alertam que o nitrogênio

mineral, insumo agrícola que hoje é largamente utilizado, possuía reservas estimadas em 131 trilhões de metros cúbicos e produção de 3,19 trilhões de metros cúbicos em 2010, ou seja, as reservas tendem a se esgotar em 2051 (ARAÚJO et al., 2018).

Embora o escasseamento de recursos relacionado à utilização desenfreada de combustíveis fósseis, adubos minerais e água possam ser considerados problemas das futuras gerações, é preciso lembrar como feito no Dossiê Abrasco (2015), que a agricultura baseada no uso de insumos agroindustriais vem impactando a vida das pessoas há muito tempo e, por isso, vem sendo questionada e denunciada também há muito tempo, como foi feito por Rachel Carson no livro Primavera Silenciosa, de 1962 (CARSON, 1962 apud ABRASCO, 2015). É preciso lembrar, por exemplo, que o desastre de Bhopal ocorrido em 1984, na Índia, envolvendo uma empresa produtora de agrotóxicos, vitimou cerca de 600 mil pessoas e já afeta a 3ª geração de indianos¹⁶. Lembrar também das sucessivas ocorrências de comunidades brasileiras atingidas pela pulverização aérea de agrotóxicos¹⁷ (PIGNATI et al., 2007). Tais referências dizem respeito a problemas relacionados ao modelo de agricultura do agronegócio e que afetaram pessoas no passado, continuam afetando no presente e, por tudo isso, outros modos de se fazer agricultura tem sido evocados.

Vislumbra-se, desde já, que um diálogo entre saberes pode contribuir para a superação de uma cosmovisão única e limitada que vem apresentando esse modelo de agricultura como necessário, contribuindo também para a superação da ideologia da supremacia humana diante das forças naturais. Porto-Gonçalves e Leff (2015) afirmam que a crise da razão científica abriu espaço para outras epistemologias até então subjugadas pelo pensamento eurocêntrico.

Por um lado, é forçoso reconhecer que a expansão da razão humana e a profusão de conhecimentos e artifícios técnicos propiciaram em certa medida a ideologia de uma era tecnológica, de um triunfo do ser humano sobre o meio natural – um “embasbacamento” daquele frente às suas criações. Relaciona-se também a tal processo a emergência de uma noção

¹⁶ Maior crime industrial da história soma 600 mil vítimas e afeta 3ª geração na Índia. 19/03/2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/03/19/maior-crime-industrial-da-historia-soma-600-mil-vitimas-e-afeta-3-geracao-na-india>>. Acesso em 16 mar 2022.

¹⁷ Comunidades quilombolas contaminadas por agrotóxicos lutam pela preservação da ancestralidade. 04/03/2022. Disponível em: <<https://contraosagrototoxicos.org/comunidades-quilombolas-contaminadas-por-agrototoxicos-lutam-pela-preservacao-da-ancestralidade/>>. Acesso 16 mar 2022.

Deriva de pulverização aérea com agrotóxico em plantio orgânico em assentamento em Nova Santa Rita (RS) completa 1 ano. 03/03/2022. Disponível em: <<http://www.amigosdaterra.org.br/2022/03/03/queremos-justica-deriva-de-pulverizacao-aerea-com-agrotoxico-em-plantio-organico-em-assentamento-em-nova-santa-rita-rs-completa-1-ano/>>. Acesso 9 maio 2022.

antropocêntrica que separa ser humano e natureza e que justifica, em grande medida, o “humanismo conquistador”, termo utilizado por Ailton Krenak (2019).

Poderíamos concluir, diante da profusão de realizações técnicas dos tempos recentes (máquinas, softwares, inteligência artificial, engenharia genética etc.) imbuídos de ideais antropocêntricos e humanistas-conquistadores, que o ser humano triunfou e triunfará indefinidamente perante a natureza, porém, como já foi apontado, uma análise mais cuidadosa da relação dialética ser humano-natureza, empreendida por Vieira Pinto (2005) dissipa tal ingenuidade e nos permite compreender que os termos da dominação que exercemos sobre a natureza são sempre relativos e nunca absolutos.

Ailton Krenak (2019) é um líder indígena e escritor que critica o humanismo conquistador e também a noção de humanidade separada da natureza, argumentando que tal dissociação reforça os interesses de dominação. A esse respeito reflete que

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história.

O autor pergunta como é possível justificar esse ideal de humanidade, essa retórica humanista, quando o que se constata é que as pessoas foram retiradas de seus locais de origem e lançadas nas favelas e periferias dos centros urbanos para terem sua mão de obra explorada (KRENAK, 2019).

Podemos entender nesse contexto a centralidade que assume a luta pelos territórios. Porto-Gonçalves e Leff (2015, p.73) afirmam que

A condição para a reprodução das relações capitalistas de produção é a permanente separação das pessoas e grupos étnicos das suas condições materiais/naturais de existência com a destruição dos modos comunitários de produção e mundos vividos, com homens e mulheres individualizados de um lado, e natureza sem pessoas de outro, convertidos em mera força de trabalho e *commodities* [minha tradução]¹⁸.

A figura de Chico Mendes e o movimento dos seringueiros é lembrada, tanto por Löwy (2014) quanto por Porto-Gonçalves e Leff (2015), como um exemplo notável de apropriação sustentável da natureza, de associação entre a defesa da natureza, do território e a defesa dos povos que dela dependem. Esse é um exemplo que evidencia a capacidade não só de resistência,

¹⁸ “The condition for the reproduction of capitalist production relations is the permanent separation of peoples and ethnic groups from their material/natural conditions of existence with the destruction of community modes of production and world lives, with individualized men and women in one side, and nature without people in the other, converted into mere forces of production and commodities.”

mas de abrir caminhos para a preservação do meio natural que proporciona a reprodução humana no planeta Terra.

É preciso superar a tradição do humanismo conquistador que assume como meio uma forma única de conhecer e como fim a subjugação plena da natureza pelo ser humano. D'Ambrosio (1997) alerta que o diálogo entre diferentes tradições culturais é fundamental e que deve ser pensado a partir do reconhecimento do longo processo de geração de instrumentos, habilidades e técnicas que os povos formularam em resposta aos seus contextos naturais, sociais e culturais. Somente assim será possível dar respostas às situações novas que se apresentam à humanidade, inclusive devido ao aprofundamento da complexidade e da interdependência ser humano-natureza mediada pela tecnologia (D'AMBROSIO, 1997).

Paulo Freire (1978b) nos ajuda a recuperar o verdadeiro sentido de humanismo que se relaciona à vocação humana para a libertação e aponta o método do diálogo incansável como a principal ferramenta para tal. A cultura da liberdade nasce dessa busca por emancipação (LIMA, 2021). O diálogo de saberes adotado no campo agroecológico pode ser um caminho para tal. Não por acaso, a agroecologia emergiu na pesquisa que deu origem a esta tese como um cenário fecundo para a discussão crítica e ressignificação das práticas de extensão rural sensíveis à realidade das populações rurais.

6 CONCEITUANDO AGROECOLOGIA E ALGUNS OUTROS TERMOS RELACIONADOS

O livro “Agroecologia: bases científicas para uma agricultura alternativa”, de Miguel Altieri, publicado em 1989 pela Editora PTA/Fase, pode ser considerado uma obra seminal, muito influente na disseminação da agroecologia em solo brasileiro. Neste capítulo, utilizarei a 3ª edição, de 2012 (na qual o termo agricultura alternativa foi substituído por agricultura sustentável no título) para buscar alguns conceitos e respaldar minhas reflexões sobre o tema proposto.

Segundo Altieri (2012), não obstante a existência de centenas de projetos visando a alcançar soluções para os problemas ambientais relacionados aos sistemas agrícolas, prevalece dentre eles uma filosofia segundo a qual bastaria suprimir sintomas ou fatores limitantes à produtividade por meio da utilização de novas soluções tecnológicas. Segundo essas abordagens, por exemplo, os problemas de nutrição e proteção das plantas poderiam ser

enfrentados por meio da adubação orgânica e do *manejo integrado de pragas*¹⁹ (ALTIERI, 2012).

Ou seja, Altieri (2012) afirma que, mesmo em estudos e projetos que enfrentam o problema da insustentabilidade dos sistemas agrícolas, predomina uma concepção segundo a qual bastaria sanar, por meio de determinadas técnicas, causas específicas relacionadas à baixa produtividade para resolver tal problema.

Essa é uma visão, por exemplo, que paira no campo da agricultura orgânica quando baseada somente na lógica de substituição de insumos, mas permanece aguerrida a conceitos e práticas próprios ao modelo de agricultura convencional (PRIMAVESI, 2008).

A agroecologia, por sua vez, carrega em si o pressuposto de que os sintomas e fatores limitantes à produtividade são, na verdade, sintomas relacionados à preconização de sistemas produtivos desequilibrados no âmbito do modelo agrícola dominante – que é baseado nos monocultivos. Ou seja, para a agroecologia “as pragas ou nutrientes só se tornam um fator limitante quando o agroecossistema não está em equilíbrio” (CARROL et al., 1990, Apud ALTIERI, 2012, p.104).

Como se nota, a noção de agroecossistema é fundamental para a compreensão do equilíbrio ecológico entre as espécies e da noção de co-evolução. Nesse sentido, eles foram definidos como “[...] comunidades de plantas e animais interagindo com seu ambiente físico e químico que foi modificado para produzir alimentos, fibras, combustíveis e outros produtos para consumo e utilização humana” (ALTIERI, 2012, p.105).

De acordo com Altieri (2012, p.16),

Os princípios básicos da Agroecologia incluem a reciclagem de nutrientes e energia; a substituição de insumos externos; a melhoria da matéria orgânica e da atividade biológica do solo; a diversificação das espécies de plantas e dos recursos genéticos dos agroecossistemas no tempo e no espaço; a integração de culturas com a pecuária; e a otimização das interações e da produtividade do sistema agrícola como um todo, ao invés de rendimentos isolados obtidos com uma única espécie.

Wezel et al. (2020), após realização de uma revisão bibliográfica, amplia para treze os princípios da agroecologia: reciclagem, redução de insumos, saúde do solo, saúde animal, biodiversidade, sinergia, diversificação econômica, co-criação de conhecimentos, valores sociais e dietas, justiça, conectividade, governança da terra e dos recursos naturais e participação.

¹⁹ “Manejo integrado de pragas (MIP): É um sistema de controle de pragas que procura preservar e aumentar os fatores de mortalidade natural das pragas pelo uso integrado dos métodos de controle selecionados com base em parâmetros técnicos, econômicos, ecológicos e sociológicos. Este sistema também é conhecido como manejo ecológico de pragas (MEP) e manejo agroecológico de pragas (MAP).” (PICANÇO, 2010, p.1)

Segundo Altieri (2012), a observação dos princípios agroecológicos está relacionada à utilização de diversas estratégias como consórcios (ou policultivos), sistemas agroflorestais, rotação de culturas, cultivos de cobertura e integração animal no agroecossistema.

Para o objetivo do nosso trabalho interessa particularmente definir as duas primeiras estratégias mencionadas, ou seja, os consórcios e os sistemas agroflorestais, também conhecidos como SAFs. De acordo com Abdo, Valeri e Martins (2008, p.51)

Os Sistemas Agroflorestais constituem sistemas de uso e ocupação do solo em que plantas lenhosas perenes (árvores, arbustos, palmeiras) são manejadas em associação com plantas herbáceas, culturas agrícolas e/ou forrageiras e/ou em integração com animais, em uma mesma unidade de manejo, de acordo com um arranjo espacial e temporal, com **alta diversidade de espécies** [grifo nosso] e interações ecológicas entre estes componentes. Nesses modelos de exploração agrícola são utilizadas culturas agrícolas e/ou pastagens com espécies florestais. **Essas últimas são partes fundamentais e devem integrar tais sistemas de exploração, portanto, a não ocorrência de espécies florestais não caracteriza a exploração agrícola como agroflorestal e sim como sistemas de consorciação de culturas agrícolas** [grifo nosso] ou integração lavoura pecuária.

De maneira didática, pode-se compreender os SAFs como sistemas de cultivo que imitam uma floresta (SALES et al., 2018) e os consórcios como sistemas de policultivo, mais simples do que um SAF, nos quais duas ou mais espécies são plantadas em um espaçamento que proporcione competição e complementação entre elas, promovendo, assim, aumento da produtividade (ALTIERI, 2012).

Altieri (2012) afirma que as estratégias utilizadas na agroecologia, como consórcios, SAFs e integração lavoura-pecuária, puderam promover aumentos de produtividade dos sistemas agroecológicos em comparação aos sistemas convencionais.

O autor revela ainda que, por meio da redução da utilização de insumos externos e intensificação dos aportes de trabalho, conhecimento e manejo, os sistemas agroecológicos galgaram, ao longo do tempo, níveis mais estáveis de produção total por área e maior estabilidade da produção. Isso ocorreu devido ao melhor manejo dos recursos locais específicos, como solo e água (ALTIERI, 2012).

A noção de transição agroecológica ajuda a compreender a aplicação dos princípios agroecológicos para inovações no manejo dentro de um processo permanente, multilinear, social e ecologicamente determinado e orientado pela busca por estilos de agricultura que não levem à deterioração das condições naturais que tornam possível a vida humana e das demais espécies (CAPORAL, 2017).

Gliessman (2016) prevê que a transição agroecológica contemple diferentes estágios na transformação dos agroecossistemas em conexão com a transformação do sistema agroalimentar. No primeiro nível, o manejo seria orientado pela redução do uso de insumos

industriais/externos pela otimização desse uso; no segundo nível, passariam a ser substituídos insumos industriais e práticas convencionais por práticas alternativas, a exemplo do que é feito nos manejos orgânicos; no terceiro nível, passa-se ao redesenho dos agroecossistemas para que possam funcionar com base nos princípios de equilíbrio ecológico; no quarto nível busca-se reestabelecer uma interação mais direta entre produtores e consumidores para que se apoiem mutuamente nessa mudança sociocultural e econômica proposta pela agroecologia; no quinto nível busca-se a construção de um sistema agroalimentar “baseado na equidade, participação, democracia e justiça, que não seja apenas sustentável, mas ajuda a restaurar e proteger os sistemas de suporte à vida da Terra, dos quais todos nós dependemos”²⁰ [Minha tradução] (GLIESSMAN, 2016, p. 188).

Tem sido recorrente na literatura a compreensão da agroecologia expressa por uma tríade que é manifestada a partir de diálogos com a ciência, a prática e os movimentos sociais. Tal reflexão será aprofundada na próxima seção.

6.1 AS DIVERSAS MANIFESTAÇÕES DA AGROECOLOGIA: CIÊNCIA, CONJUNTO DE PRÁTICAS E MOVIMENTO SOCIAL

A agroecologia vem sendo compreendida como uma ciência, um conjunto de práticas e como um movimento social (ROSADO, 2006, WEZEL et. al, 2009; WEZEL, 2020; ROSSET et al., 2021). De acordo com Wezel et al. (2020), as definições de agroecologia têm se multiplicado ao longo dos anos, sendo possível constatar uma relação entre as preocupações e prioridades das diversas instituições de diversos países às definições por eles elaboradas.

Meu propósito nesta seção é discutir cada uma das manifestações da agroecologia, percebendo a articulação que existe entre elas e ressaltando a importância da transdisciplinaridade para esse campo. Wezel et al. (2009) recomendam que o sentido do termo agroecologia seja explicitado a fim de se evitar confusões, mas pretendo apresentar o argumento de que as diversas manifestações da agroecologia não podem ser dissociadas, sobretudo no contexto brasileiro.

No Brasil, a agroecologia é reconhecida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), como uma ciência que possui como objeto de estudo os

²⁰ “based on equity, participation, democracy, and justice, that is not only sustainable but helps restore and protects earth’s life support systems upon which we all depend.”

agroecossistemas, apresentando como principal estratégia de manutenção e equilíbrio a biodiversificação dos mesmos (EMBRAPA, 2006).

Epistemologicamente orientada pelo enfoque sistêmico e metodologicamente alicerçada pela participação integral de agricultores e agricultoras no processo investigativo (EMBRAPA, 2006), a agroecologia procura articular conhecimentos diversos e as distintas formas de se buscar conhecimento (epistemologias), sendo frequentemente reconhecida como uma transdisciplina.

Afirmar a agroecologia como uma transdisciplina coaduna com os princípios agroecológicos, mas, e principalmente, reforça sua emergência como um campo que questiona a especialização extrema bem como a hierarquização dos conhecimentos. O essencial da transdisciplinaridade, de acordo com D'Ambrosio (1997, p.79-80)

Reside na postura de reconhecimento de que não há espaço nem tempo culturais privilegiados que permitem julgar e hierarquizar como mais corretos – ou mais certos ou mais verdadeiros – os diversos complexos de explicações e de convivência com a realidade. A transdisciplina repousa sobre uma atitude aberta, de respeito mútuo e mesmo de humildade com relação a mitos, religiões e sistemas de explicações e de conhecimentos, rejeitando qualquer tipo de arrogância ou prepotência.

Assim, é relevante perceber que mesmo que haja divergências entre as formas como a agroecologia vem sendo descrita, é muito comum o reconhecimento do seu caráter transdisciplinar. Wezel et al. (2009, p.507), por exemplo, afirmam que no Brasil a agroecologia é percebida como uma ciência emergente e também como um campo transdisciplinar de conhecimentos influenciado pelas ciências sociais e ciências agrárias e naturais, sobretudo a ecologia aplicada.

Ruiz-Rosado (2006), entretanto, considera a agroecologia como uma disciplina que tende a uma transdisciplina. Para o autor,

En la práctica, la agroecología como una disciplina o ciencia, además de tener sus componentes teóricos y metodológicos usa herramientas científicas disponibles o las complementa con la intervención de varias disciplinas, integrando cada vez más la experiencia y opinión de las personas involucradas o beneficiarias de quienes participan en la agricultura, o sea el conocimiento local, por lo que deja su status de disciplina para ser una transdisciplina. (RUIZ-ROSADO, 2006, p.140)

Ou seja, a agroecologia é entendida por esses autores como uma ciência ou uma disciplina com seus componentes teórico-metodológicos, mas que transcende a disciplina, porque é orientada para resolver problemas reais e a buscar resultados aplicados, além de estar alicerçada nos conhecimentos locais, ou seja, nos conhecimentos dos sujeitos diretamente implicados no problema de estudo (RUIZ-ROSADO, 2006). Portanto, ela é uma leitura do mundo, como diz Paulo Freire.

Talvez por isso Rosset et al. (2021) afirmem que a agroecologia é uma ciência, mas não uma ciência no sentido ocidental. A agroecologia assume o *diálogo de saberes* como premissa (PETERSEN, 2012), reconhecendo os conhecimentos locais e tradicionais como ponto de partida para o desenvolvimento desta ciência. De acordo com Petersen (2012, p.13), a internalização do enfoque agroecológico demanda das instituições de ensino, pesquisa e extensão um profundo imbricamento entre produção e disseminação de conhecimentos, bem como entre tais instituições e os atores sociais imersos nas realidades sobre as quais se pretende intervir. Nesse sentido, é fundamental a busca por estabelecer diálogos transculturais, no sentido defendido por D'Ambrosio (1997).

Gomes (2005) reflete que a base epistemológica da agroecologia reside na inter-relação dos conhecimentos científicos e cotidianos (locais, populares, tradicionais). No entanto, o autor adverte que essa articulação de conhecimentos oriundos de diversas bases epistemológicas não é tão simples. Por um lado, a cultura urbana industrial proclama a superioridade dos técnicos e cientistas e afirma a ciência como única forma legítima de conhecimento. Por outro lado, os fenômenos do êxodo rural e da invasão cultural vêm provocando rupturas na produção e circulação dos conhecimentos cotidianos, que dependem da interação direta entre os atores sociais num contexto histórico e cultural.

O caráter transdisciplinar e participativo da agroecologia coloca em evidência a centralidade das práticas de manejo agroecológico desempenhadas pelos agricultores e agricultoras. Primavesi (2008) afirma que o manejo agroecológico²¹ se baseia em cinco pontos fundamentais: (1) Solos vivos e agregados (bem estruturados); (2) Biodiversidade; (3) Proteção do solo contra o aquecimento excessivo, o impacto da chuva e o vento permanente; (4) Bom desenvolvimento das raízes; e (5) Autoconfiança do agricultor.

A centralidade do manejo agroecológico ajuda a entender porque a agroecologia é correntemente percebida como um conjunto de práticas. Vimos que, para Altieri (2012, p.15), “a Agroecologia é tanto uma ciência, quanto um conjunto de práticas”. Wezel et al. (2009), na revisão sobre a utilização do termo, constataram que a partir dos anos 1990, a agroecologia foi recorrentemente associada a um conjunto de práticas mais sustentáveis do ponto de vista ecológico.

Wezel et al. (2009, p.506) afirmam que a “agroecologia ajudou agricultores a melhorar suas práticas agrícolas indígenas como uma alternativa à uma agricultura intensiva em insumos”

²¹ No mesmo artigo a autora diferencia o manejo agroecológico do manejo convencional (ou químico) e do manejo orgânico (substituição de insumos). Nos dois últimos o solo é percebido tão somente como um suporte físico para as plantas.

e mais adiante que nos E.U.A. “o termo práticas agroecológicas foi comumente utilizado para descrever técnicas para melhorar a qualidade do produto enquanto evitam impactos ambientais”.

A agroecologia possui um enfoque tecnológico substancialmente ligado a processos sociais participativos (ALTIERI, 2012) e, segundo o Marco Referencial em Agroecologia da Embrapa (2006, p. 19)

O manejo agroecológico é realizado essencialmente com tecnologias de processo e não com as de produto. O foco investigativo é direcionado essencialmente ao ajustamento local dos métodos de manejo e não ao desenvolvimento de tecnologias “duras” passíveis de patenteamento e prontas para serem universalizadas na forma de “modelos”.

É possível afirmar que às práticas agroecológicas estão associadas técnicas agroecológicas, pois, como vimos em Vieira Pinto (2005) técnica e produção relacionam-se dialeticamente em um processo no qual o ato produtivo condiciona a elaboração de projetos visando o aprimoramento técnico e a técnica, por sua vez, condiciona a produção.

A compreensão acima exposta pode ajudar a compreender as mudanças implicadas na agroecologia e a evitar um entendimento estreito sobre a mesma. Ou seja, não basta somente adotar novas técnicas, ou substituir insumos, conforme críticas e limitações anteriormente mencionadas e que foram apresentadas por Primavesi (2008) e Altieri (2012). É preciso que a relação técnica-produção opere no sentido da democratização dos conhecimentos e da emancipação dos sujeitos. Nesse sentido, Wezel et al. (2020) apresentam a constatação de que

Os sistemas agrícolas industriais requerem mudança sistêmica para se tornarem sustentáveis e para abordar a segurança alimentar e nutricional, e que simplesmente implementar algumas práticas e mudar algumas tecnologias não são suficientes, ao invés disso a aplicação de princípios agroecológicos e um redesenho dos sistemas agrícolas é necessário [minha tradução]²². (WEZEL et al., 2020, p. 5)

Os ensinamentos de Vieira Pinto (2005) a respeito do ato técnico nos permitem percebê-lo em sua relação ontológica com o ser humano, como um ato que possibilita a criação de condições materiais para a existência e que, desta maneira, iluminam o pensamento humano em um processo dialético.

Sendo assim, compreende-se o modo como os efeitos deletérios da Revolução Verde – por meio da qual foi difundido um modelo de agricultura altamente intensiva e especializada –

²² “It is argued by many that so-called industrial agricultural systems require systemic change to become sustainable and to address food security and nutrition (FSN), and that simply implementing some practices and changing some technologies are not sufficient, rather the application of agroecological principles and a redesign of farming systems is required.”

foram sendo percebidos e combatidos pela aplicação e estudo das práticas agroecológicas ainda nos anos 1960 e 1970, conforme relatado por Wezel et al. (2009).

Não por acaso, mas relacionado à compreensão dialética do ato técnico anteriormente explicitada, Wezel et al. (2009) constataram que, já nos anos 1990, houve uma ampliação do escopo das discussões agroecológicas, quando elas passaram a se concentrar não somente nos agroecossistemas, mas também no sistema de produção de alimentos como um todo.

Assim compreendidas as práticas agroecológicas, ou seja, no contexto dos conflitos e contradições que acompanham o desenvolvimento do modelo agrícola difundido por meio da chamada Revolução Verde, torna-se evidente seu caráter técnico, pois a técnica, ao contrário de uma visão ideológica que a posiciona no campo da neutralidade, é sempre um produto das relações sociais, conforme alerta Vieira Pinto (2005).

Por isso, não se trata de uma mera substituição de insumos (ROSSET, ALTIERI, 1997) ou de “esverdear o capitalismo” (LÖWY, 2014). Trata-se de uma mudança radical nas concepções acerca do sistema de produção de alimentos, o que implica que a agroecologia possua, conforme foi mencionado um enfoque tecnológico substancialmente ligado a processos sociais participativos (ALTIERI, 2012).

Corroborando com a análise acima a constatação de que a agroecologia, sobretudo na América Latina e, portanto no Brasil, possui um caráter peculiar, dado pela maior ênfase no conteúdo político, social e cultural (ROSSET et al., 2021). Portanto, a participação social representa para a agroecologia nessas realidades mais do que um instrumento metodológico para a melhor identificação e manejo dos recursos locais específicos.

De acordo com Rosset et al. (2020, p.10),

Como as lutas do século XX contra o latifúndio levaram a um renovado acesso à terra via ocupações de terra, os lavradores reivindicaram seu próprio sistema de conhecimento. Agroecologia na América Latina tende a abordar explicitamente a estrutura socioeconômica dentro da qual a agricultura existe, reconhecendo a necessidade de superar as relações próprias ao latifúndio [minha tradução]²³.

Rosset et al. (2020, p.14) afirmam ainda que na América Latina a agroecologia e a reforma agrária caminham de mãos dadas uma vez compreendido que “o ser humano não é nada sem a terra sobre a qual pisa”.

²³ As century 20th *latifundio* struggles against have led to renewed land access via land occupations, tillers have reclaimed their knowledge systems as well. Agroecology in Latin America tends to explicitly address the socioeconomic structure within *latifundio* which agriculture exists by acknowledging the need to transcend property relations.

Essa aproximação entre os movimentos sociais do campo e a agroecologia parece legitimar e orientar o desenvolvimento da agroecologia latino-americana e, especificamente, da agroecologia brasileira, visão compartilhada por Wezel et al. (2009) e Rosset et al. (2021).

A agroecologia na América Latina tende a buscar a democratização dos conhecimentos e das instituições de ensino e pesquisa, a promover redução da dependência de insumos e dos custos de produção pelos agricultores familiares e camponeses, atendendo os setores vulneráveis e marginalizados (ROSSET et al., 2021).

Rosset et al. (2021) afirmam que essas peculiaridades da agroecologia latino-americana a diferenciam da agroecologia praticada nos países do Norte industrial, sobretudo Europa e Estados Unidos, onde ela tende a ser vista como uma transição para a agricultura orgânica de modo a atender à demanda por produtos saudáveis.

A respeito das três manifestações expressas da agroecologia, ciência, conjunto de práticas e movimento social e também em relação à ampliação do seu objeto, de agroecossistemas para sistemas alimentares, Wezel et al. (2009, p.512) afirmam que

Será interessante observar como a palavra vai escapar do desafio fatal de ser marginalizada como muito vaga, confusa, e inefetiva pelos cientistas, agricultores, ambientalistas e consumidores que desejam expressar suas preocupações ecológicas em relação à agricultura e transformar essas preocupações em ação eficaz [minha tradução]²⁴.

Ruiz-Rosado (2006) afirma que a emergência da agroecologia é influenciada pela deficiência dos paradigmas científicos convencionais em dar respostas para os problemas crescentes na sociedade. O uso predatório dos recursos naturais, a contaminação sistêmica do ambiente com agrotóxicos e seus efeitos sobre a saúde humana, a perda de conhecimentos tradicionais são alguns dos problemas elencados por Ruiz-Rosado (2006) e que fundamentam a existência da agroecologia como uma ciência, um conjunto de práticas (ou seriam técnicas?) e como um movimento social.

Pode ser redundante afirmar as três manifestações da agroecologia, uma vez que a ciência e a técnica não podem se desenvolver de maneira independente uma da outra, tampouco ocorrem desconectadas de um meio social. Entretanto, na atual fase do desenvolvimento histórico, a ciência e a técnica são propaladas como neutras e como etapas distintas e isoladas, o que faz compreensível a necessidade de afirmar a agroecologia como ciência e prática, mediadas pelo ato técnico.

²⁴ “It will be interesting to see how the word will escape the fatal challenge of being marginalized as too vague, confusing, and ineffective by scientists, farmers, environmentalists and consumers who want to express their ecological concerns in relation to agriculture and to move these concerns into effective action.”

A agroecologia não se afirma, portanto, como uma disciplina que busca partes reduzidas de um conhecimento, apoiada por um reducionismo científico. Pelo contrário, ela busca respostas para os complexos problemas sociais que tocam de maneira ampla o sistema agroalimentar. Talvez o objetivo seja considerado demasiado amplo porque o problema é real, complexo e, também, amplo. No entanto, assim definida e legitimada pelas lutas sociais, ela se torna plena de sentido e de clareza diante das mazelas impostas pelo modelo dominante de agricultura.

Buscando compreender o papel da extensão rural, diante do cenário estudado, e as perspectivas que se apresentam à mesma no sentido de uma aproximação ao campo agroecológico, no próximo capítulo será apresentada uma revisão sobre as transformações relacionadas à oferta dos serviços de extensão rural no Brasil, uma reflexão sobre o conceito de extensão rural e, no final, uma recapitulação do termo extensão rural agroecológica (ERA) (CAPORAL, 1998).

7 EXTENSÃO RURAL

A extensão rural (ER) no Brasil foi marcada por diversas compreensões teórico-conceituais ao longo do tempo e, desde os anos 1990, muito se tem falado sobre o financiamento e sobre a institucionalidade relacionada à oferta desses serviços.

Diesel et al. (2008) evidenciam o caráter privatizador de processos de reforma que foram sendo executados desde então, como por exemplo a seleção do público alvo. Os autores identificaram em uma revisão de literatura que a retirada gradual dos serviços públicos tem constituído uma estratégia eficaz para a privatização dos serviços de ER de modo a driblar opiniões políticas contrárias e efetuar uma privatização gradual e progressiva sustentada pela opinião pública.

Com base em experiências de outros países, Diesel et al. (2008) afirmam que esse processo de privatização dos serviços de ER pode levar de 10 a 15 anos devido à necessidade de mudança dos papéis e responsabilidades dos atores envolvidos. Todavia, podemos considerar que na experiência brasileira tal processo vem se desenrolando pelos últimos 30 anos, em que se alternaram diversas fases, sendo que nos últimos anos o orçamento federal para Ater despencou de modo abissal. No Portal da Transparência verifica-se que o orçamento de

2020 para Ater foi de 62,63 milhões de reais, tendo sido reduzido para 38,2 milhões em 2021 e novamente reduzido para 33,69 milhões em 2022²⁵.

Nesse cenário, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), que voltou a ser responsável pela execução da política de Ater após extinção do MDA²⁶, tem defendido um programa de Ater digital como forma de compensar tais perdas orçamentárias, o que pode ser considerado temerário dado que a universalização do acesso à internet ainda é uma realidade distante do meio rural brasileiro (IBGE, 2019).

Essas mudanças sinalizam a necessidade de discutir os serviços que estão sendo prestados e o conceito que está subsidiando essas ações. Ou seja, o conceito de extensão rural precisa continuar sendo debatido nesse cenário e não obliterado por discussões que remetem apenas à sua forma de financiamento e oferta, mesmo porque tais formatos parecem interferir no tipo de serviço ofertado sob o nome de extensão rural.

7.1 DOS PRIMÓRDIOS DA ER NO BRASIL À CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO E POSTERIOR CRISE DIANTE DA ASCENSÃO NEOLIBERAL

Embora se identifique o estímulo, inicialmente rudimentar e implícito, a ações de ER no Brasil desde meados do século XIX²⁷, a literatura costuma apontar que a institucionalização efetiva dos serviços de ER no Brasil ocorreu entre 1950 e 1960, por meio da criação de entidades civis, sem fins lucrativos, que prestavam serviços de ER e elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros. Tais entidades eram denominadas Associações de Crédito e Assistência Rural (ACARs) e eram coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) (PEIXOTO, 2008).

Nesse primeiro momento, entre os anos 1948 e 1965, a extensão rural foi marcada pela perspectiva teórica conhecida como **humanismo assistencialista**, sendo

concebida como uma modalidade informal e integral de educação, destinada a pequenos agricultores, donas de casa e jovens rurais, sendo voltada à difusão de novas ideias e conhecimentos capazes de renovar os seus hábitos e atitudes, em favor da

²⁵ Busca por ‘Assistência Técnica e Extensão Rural’. Disponível em: <https://transparencia.gov.br/programas-e-acoes/acao/21B6-assistencia-tecnica-e-extensao-rural?ano=2022>. Acesso em 23 mar. 2022.

²⁶ Após extinção do MDA em 2016, a execução da política de Ater passou a ser competência do Ministério do Desenvolvimento Social e, depois da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, alocada na Casa Civil. Todavia, em 2019 voltou a se tornar competência do MAPA, como era antes do governo Lula (DIESEL et al., 2021).

²⁷ Como por exemplo a criação de 4 Institutos Imperiais de Agricultura, entre 1859 e 1860, que além das funções de ensino e pesquisa, também respondiam pela atribuição de difundir informações. Tais institutos foram criados pelos decretos Nº 2.500/1859, Nº 2.516/1859, Nº 2.521/1860 e Nº 2.607/1860 (PEIXOTO, 2008).

melhoria do nível de vida das populações rurais, cuja orientação pedagógica era “ensinar a fazer fazendo” (DA ROS, 2012, p. 6-7).

Entretanto, durante o regime ditatorial do sistema militar, entre os anos 1965 e 1985, período no qual a ER pública alcançou grande capilaridade nos municípios brasileiros, a perspectiva teórica que passou a orientar tais serviços foi denominada **difusionismo produtivista**, pois visava-se a adoção de pacotes tecnológicos oriundos de países capitalistas centrais para o incremento da produtividade agrícola (DA ROS, 2012). O crédito rural subsidiado, institucionalizado pela criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965²⁸, impulsionou significativamente tal perspectiva.

Outro marco importante da institucionalização da ER no Estado brasileiro foi a criação da Embrater, em 1975, como uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio. A criação da Embrater é percebida como uma das frentes para a promoção da modernização agrícola e, nesta perspectiva, destinada a transmitir e difundir, por meio de um sistema nacional de serviços de ER – que então passaram a ser denominados Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) –, as inovações tecnológicas produzidas pelas instituições de pesquisa (DA ROS, 2012). A literatura aponta que, com a criação da Embrater, o sistema de assistência rural foi estatizado por meio da transformação das ACARs em Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural, as EMATERs (DA ROS, 2012).

Percebe-se assim que a política nacional de Ater se institucionalizou, entre os anos 1950 e 1980, por meio de um sistema público altamente capilarizado através da atuação das Ematers nos estados federativos, sob coordenação da Embrater.

Entretanto, na segunda metade dos anos 1980 uma série de questionamentos, sobretudo, ao caráter difusionista da Ater pública que amparou o processo de “modernização conservadora”²⁹ da agricultura brasileira foi elaborada no interior da Embrater. O autoritarismo que impregnava as práticas de persuasão extensionista e a pouca atenção dada aos pequenos agricultores passou a ser objeto de reflexão do movimento que ficou conhecido como “Repensar Extensionista”.

Esse movimento deu origem à uma perspectiva teórica a respeito da ER brasileira denominada **humanismo crítico**. Isso ocorreu entre os anos 1985 e 1989, quando Romeu

²⁸ Lei Nº 4.829, de 5 de novembro de 1965.

²⁹ O termo faz referência ao projeto de modernização empreendido nos anos de ditadura militar no Brasil, quando se reprimiu as demandas sociais por reforma agrária e se adotou um enfoque produtivista alicerçado na concessão de crédito rural subsidiado, tendo como consequência o agravamento da pobreza rural, submetendo, assim, os trabalhadores do campo ao processo de êxodo para as periferias dos centros urbanos (BRUNO, 1995).

Padilha Figueiredo, influenciado pelas ideias de Paulo Freire, esteve à frente da Embrater. Durante esse período, a Embrater concentrou esforços em torno dos projetos da reforma agrária, de sustentabilidade ecológica e nas metodologias plurais e participativas para o atendimento preferencial dos pequenos e médios produtores rurais (DA ROS, 2012).

Entretanto, tal projeto

Encontrou oposição na corporação extensionista das Emater. Estas reações conservadoras demonstram o poder do *ethos* estabelecido durante o período do ‘difusionismo produtivista’ [...] Na trajetória histórica deste serviço, vários serão os momentos em que este *ethos* demonstrará sua persistência.” (DIAS, 2007, p.14).

Dias (2007) considera que não obstante o comportamento corporativo reacionário, essa perspectiva crítica conseguiu deixar contribuições no sentido de abrir espaço para o questionamento da extensão rural difusionista e para a construção de outras metodologias e concepções acerca do quefazer extensionista.

A fase do humanismo crítico foi interrompida pela extinção da Embrater em 1990, afetando os esforços empreendidos para democratização das formas de intervenção e das concepções técnicas (CAPORAL; DAMBRÓS, 2017). Essa interrupção marca o início de uma profunda crise do sistema público de Ater (DA ROS, 2012).

A crise da Ater, a partir de 1990, não pode ser devidamente compreendida sem o reconhecimento da ascensão do neoliberalismo no país. É preciso situar esse momento para além da explicação dos ajustes fiscais e estruturais que então se impuseram, pois estes foram apenas os reflexos da emergência do projeto neoliberal. A crise de legitimidade na qual a Ater pública afundou se relaciona a esse ambiente no qual se processava o questionamento da eficácia dos serviços públicos.

As origens do neoliberalismo podem ser identificadas em contexto mundial, a partir do final dos anos 1960, associadas à desaceleração dos ganhos de produtividade, às pressões exercidas pelos trabalhadores organizados e ao quadro inflacionário agravado com as crises do petróleo (DARDOT; LAVAL, 2006). Segundo esses autores, durante os anos 1970 e 1980, o aumento brutal das taxas de juros e do desemprego surtiram o efeito de refrear as pressões trabalhistas e submeter os governos, inclusive governos de esquerda, à essa política monetarista que se traduziu em uma política permanente de austeridade contra o povo.

No Brasil, assim como em outros países latino-americanos, a elevação desenfreada dos juros produziu uma crise de endividamento, aumentando o poder dos credores, nomeadamente o Banco Mundial com apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI). Estes passaram então a impor como contrapartida na negociação de pagamento da dívida, a implementação de planos

de ajustes estruturais que colocaram os países devedores em situações políticas e sociais precárias (DARDOT; LAVAL, 2006).

Nesse cenário, o pagamento de juros passou a consumir grande parcela da riqueza nacional e os recursos públicos para execução de políticas públicas tornaram-se escassos. Disseminaram-se as privatizações de empresas públicas e a desregulamentação da economia sob a justificativa de que os atores privados seriam sempre mais eficazes do que o Estado, pois sua atuação estaria baseada na concorrência (DARDOT; LAVAL, 2006).

De acordo com Diesel et al. (2008, p. 1165)

A sustentação política dos serviços públicos de extensão rural, num ambiente de posturas favoráveis à privatização, tornava-se mais difícil à medida que alguns diagnósticos vinham contribuindo para a formação de uma imagem negativa dessas organizações.

Assim, a restrição orçamentária para as organizações públicas, somada à elaboração de diagnósticos que apresentavam, por um lado, a privatização como caminho natural para a eficiência e, por outro, as organizações públicas como dispendiosas e ineficazes, estão relacionadas à uma profunda crise que afetou a legitimidade e os recursos destinados à ER (DIESEL et al., 2008).

Da Ros (2012) salienta que dois fatos se entrecruzam nas narrativas a respeito da crise que afetou a legitimidade e as bases institucionais da Ater pública de modo acentuado a partir dos anos 90. O primeiro fato mencionado por Da Ros (2012), decorre justamente do aumento dos juros internacionais na década de 1980 e das políticas de austeridade então implementadas. O segundo fato, consiste em uma série de questionamentos sobre a pertinência de uma estrutura pública e gratuita dos serviços de Ater, uma vez que esta estrutura esteve, pelo menos ao longo dos anos de ditadura militar, a serviço dos grandes produtores, adeptos dos pacotes tecnológicos difundidos pela rede de Ater.

É interessante notar que os questionamentos sobre a pertinência da estrutura pública de Ater fazem parte de um contexto complexo de avanço do método associado ao projeto neoliberal. Tal método consiste em uma maneira de penetrar todas as esferas da sociedade, destruindo princípios a elas relacionados e erigindo, conforme salientado por Dardot e Laval (2006), a concorrência como uma regra suprema a ser respeitada em todas essas esferas.

A crítica humanista ao difusionismo extensionista parece ter sido convenientemente apropriada no contexto desse avanço da lógica neoliberal para justificar a desarticulação do sistema brasileiro de Ater. Dardot e Laval (2006) ajudam a entender o modo como o neoliberalismo se revelou como uma realidade contra a qual aparentemente nada se poderia

fazer, dando margem inclusive para que questionamentos elaborados no campo progressista fossem apropriados com o fim de legitimar os preceitos neoliberais.

Por tudo o que foi exposto, é forçoso compreender a crise de legitimidade, que também foi uma crise institucional e conceitual a respeito da ER, no contexto dos ajustes fiscais que assolaram o Estado brasileiro nos anos 1980 e 1990. Tal situação será aprofundada na próxima seção, onde se agregam as contribuições da leitura de Dardot e Laval (2006) a respeito da ascensão neoliberal naquele período para evidenciar o caráter privatizador da proposta pluralista que veio a ser adotada – inclusive por governos de esquerda.

7.2 A CRISE DA ATER PÚBLICA E A OFERTA DOS SERVIÇOS DE ER NO BRASIL APÓS 1990: DAS PRESCRIÇÕES DE PRIVATIZAÇÃO TOTAL AO ENFOQUE PLURALISTA

Segundo Dardot e Laval (2006), a partir dos anos 1980, o projeto neoliberal se consolidou como um sistema disciplinar mundial que passou a difundir a concorrência como uma norma suprema e universal a ser respeitada por todos os governos. Somente compreendendo a ascensão do neoliberalismo, estaremos aptos a entender o modo como ele veio a influenciar conceitual e institucionalmente as duas perspectivas que dominaram as discussões sobre ER no Brasil a partir da década de 1990.

A ordem neoliberal que se instalou no fim dos anos 1980, após uma série de experimentações de caráter liberal para contornar o quadro internacional de baixos ganhos de produtividade, reivindicações trabalhistas e recessão econômica, configurou, de acordo com Dardot e Laval (2006), uma nova racionalidade mundial que afetou Estado e indivíduos em todas as dimensões de sua existência. Segundo essa leitura, a nova razão do mundo não se confunde com uma retirada ou redução do Estado, pelo contrário, a política neoliberal

Dá ao governo um papel de guardião das regras jurídicas, monetárias, comportamentais, atribui-lhe a função oficial de vigia das regras de concorrência no contexto de um conluio officioso com grandes oligopólios e, talvez mais ainda, confere-lhe o objetivo de criar situações de mercado e formar indivíduos adaptados às lógicas de mercado. (DARDOT; LAVAL, 2006, p. 189)

É relevante a observação de que a concepção de Estado passou por uma revisão que acabou por promover a transformação do papel a ser desempenhado pelos governos por meio de políticas públicas que viriam a difundir a ordem neoliberal, ou seja, promovendo um intervencionismo que garantisse a competição e o funcionamento dos mercados (DARDOT; LAVAL, 2006).

Assim, seremos capazes de perceber porque a lógica de privatização total dos serviços de ER foi rapidamente substituída pelo enfoque pluralista ainda nos anos 1990. Mas como se deu esse processo no caso da ER?

Conforme foi pontuado anteriormente, a crise institucional e financeira que atingiu os serviços de Ater no final dos anos 1980 esteve relacionada aos ajustes fiscais impostos por organismos internacionais ao Estado brasileiro nos anos 1980 e 1990. Naquele contexto proliferaram as discussões acerca da **privatização total** dos sistemas públicos de extensão rural (DA ROS, 2012; PEIXOTO, 2008). Sob tais pressões e influências é que, no primeiro dia do mandato de Fernando Collor, a Embrater foi extinta pelo Decreto 99.192/1990 (DA ROS, 2012).

No Brasil, a partir da extinção da Embrater, o Sistema Brasileiro de Ater (Sibrater) passou por uma enorme crise que afetou a coordenação dos serviços de Ater, coordenação inicialmente transferida para a Embrapa e depois para o Ministério de Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária (MAARA), padecendo ali sob o efeito de poucos recursos e baixa representatividade (DA ROS, 2012). Segundo Peixoto (2008, p.26),

o Decreto no 99.180, de 15 de março de 1990, que dispôs sobre a reorganização e o funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, criou o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA) e excluiu das competências a assistência técnica e extensão rural, **aparentemente confirmando a intenção do Governo Federal de não atuar nesta área** [grifo nosso], a despeito das disposições constitucionais, deixando a tarefa a cargo de estados e municípios.

No levantamento realizado por Da Ros (2012), a descentralização foi uma das principais medidas adotadas pelos países da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE) em direção à privatização da ER. A estratégia de descentralização da ER, iniciada nos países da OCDE e expandida aos demais países do mundo, consistia em transferir a responsabilidade pela execução da Ater aos governos locais (estados/províncias e municípios) e também em financiar diretamente organizações de agricultores, grupos de base, associações e cooperativas etc. (DA ROS, 2012).

Dada a discussão que ora se apresenta, ou seja, a reestruturação institucional da ER brasileira mediante a emergência de uma nova racionalidade baseada na concorrência como norma que extrapola a esfera do mercado e afeta as políticas de governo e o comportamento das pessoas, faz-se necessário registrar uma observação a respeito do debate acerca da descentralização aplicado aos serviços de ER.

Paira certa controvérsia sobre o processo de descentralização do Estado, conforme discutido por Oliveira (2002), ou seja, seria a descentralização uma ferramenta para a democratização do poder do Estado, com consequência para a redução das desigualdades

sociais? Ou seria uma ferramenta estratégica alinhada às diretrizes de políticas neoliberais que terminariam por precarizar o atendimento e até mesmo retirar do Estado a responsabilidade pelo atendimento aos direitos sociais?

No início da década de 1990, Tobar (1991) afirmou que a descentralização do Estado é um termo ambíguo porque pode ser utilizado para defender uma redistribuição do poder decisório aos governos locais e aos atores sociais após anos de uma política centralizadora e produtivista sob o regime militar, mas também pode ser utilizado para isentar o Estado de sua responsabilidade frente aos direitos sociais da população, o que pode ser relacionado ao contexto das políticas de ajustes fiscais e crise do modelo de *Welfare State*.

Tobar (1991, p.4) alerta, em relação à descentralização, que

o conceito foi esboçado como ferramenta para a expansão e a intensificação da democracia, e também como mecanismo de controle e dominação. Da mesma forma, há definições que são compatíveis com a estatização dos serviços e outras centradas na transferência dos mesmos ao setor privado. Na sua aplicação pode-se perseguir tanto a equidade como manter as diferenças no acesso aos serviços que existem até o presente.

Ou seja, a descentralização não será necessariamente um processo de democratização, ela é portadora de uma lógica administrativa, mas deve ser discutida politicamente, pois não pode ser promovida *ex abrupto*, como alerta Oliveira (2002), ou, “feita por decreto”, conforme salienta Tobar (1991). Peixoto (2008), por exemplo, relembra que as tentativas de descentralização da Ater após a extinção da Embrater não se traduziram em ações e recursos financeiros que viabilizassem a capacidade de ação do setor extensionista, fato que acabou levando a uma desarticulação das instituições de Ater, conforme pontua Da Ros (2012).

Portanto, considerada a ambiguidade política das teses descentralistas, não é de se estranhar que, após a extinção da Embrater, tenham cessado os repasses federais para as empresas estaduais de Ater (BERGAMASCO *et al.*, 2017) e, como consequência, tenha sido observado um rápido definhamento das Ematers, sobretudo aquelas das regiões Norte e Nordeste, que possuíam maior dependência de recursos oriundos do governo federal (DA ROS, 2012). Vários estados extinguiram sua Emater, outros realizaram fusões entre empresas de pesquisa e ER, efetuando modificações no regime jurídico dessas instituições e outros chegaram a municipalizar os serviços de Ater (nessa municipalização não houve recursos nem pessoal treinado suficiente) (DA ROS, 2012).

Por outro lado, a diversificação dos agentes prestadores de Ater no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 é assinalada por Dias (2007) como reflexo do processo de redemocratização pelo qual o Brasil passava e muitos desses agentes promoveram novas concepções e práticas de extensão rural.

Entretanto, é preciso reconhecer, conforme evidenciado por Da Ros (2012), que as reformas de privatização que atingiram os serviços de ER, sob a justificativa da descentralização, visavam reduzir a oferta dos mesmos por parte do Estado e aumentá-los por parte do setor privado.

[...] as reformas orientaram-se no sentido de ampliar a participação do setor privado e não governamental no oferecimento dos serviços de ER, ao mesmo tempo em que a defesa da participação do setor público, seja como provedor, seja como financiador é condicionada à focalização do público alvo, com ênfase aos grupos sociais mais empobrecidos do campo. (DA ROS, 2012, p.16)

Alemany e Sevilla Guzmán (2007) consideram que a privatização da extensão rural foi, na verdade, o início de seu desaparecimento, uma vez que o pensamento hegemônico – propalado através de organismos como a OCDE e Banco Mundial - passou a considerar que a agricultura já estava suficientemente desenvolvida. Os autores compreendem que após contribuir para a consolidação da agricultura como um ramo industrial, a extensão rural passou a ser considerada dispensável, inclusive como disciplina científica.

Conforme mencionado anteriormente, as reformas de privatização foram impelidas por algumas constatações da OCDE, segundo as quais a agricultura perdia sua pujança econômica no conjunto da economia, diminuía progressivamente a população rural, a agricultura se convertia em uma atividade empresarial e competitiva e aumentava o nível educacional das populações rurais (CAPORAL, 1998). Entretanto, Da Ros (2012) contrapõe que tais constatações não poderiam ser aplicadas à realidade dos países latino-americanos, onde os produtos primários são o principal alicerce econômico e as populações rurais compõem um elevado contingente empobrecido de habitantes.

Talvez por isso, ao longo dos anos 90 uma série de fracassos tenha marcado o processo de privatização como havia sido preconizado, tais como a bancarrota de instituições privadas, dada a incapacidade de os agricultores pagarem pelos serviços de assistência técnica, e a oferta desigual dos serviços entre regiões (organizações privadas se concentram nas regiões mais capitalizadas) (DA ROS, 2012).

Surge, então, o **enfoque pluralista** nos debates internacionais, enfoque que representou efetivamente um segundo momento das reformas de privatização da Ater pública brasileira (DA ROS, 2012). Segundo tal enfoque, o Estado passa a ser visto como provedor e não executor dos serviços de Ater, cabendo a ele a coordenação da estratégia nacional, a regulação e o financiamento da Ater, promovendo a criação de um “mercado de serviços de Ater” (DA ROS, 2012).

O quadro-resumo abaixo (Quadro 2) oferece uma síntese das principais perspectivas que orientaram a ER brasileira, brevemente apresentadas ao longo desta seção e da anterior.

Quadro 2 - Perspectivas teóricas que orientaram a Ater brasileira

Perspectiva teórica	Período	Descrição
Humanismo assistencialista	1948-1965	- Modalidade de educação - Assistencialismo - Público atendido: pequenos agricultores, donas de casa e jovens - “Ensinar a fazer fazendo”
Difusionismo produtivista	1965-1985	- Pacotes tecnológicos - Crédito rural subsidiado - Público atendido: médios e grandes produtores - Persuasão para adoção de inovações tecnológicas modernas - Mecanização, sementes geneticamente modificadas, agrotóxicos
Humanismo crítico	1985-1989	- Desenvolvimento Rural baseado na reforma agrária e sustentabilidade ecológica - Metodologias de intervenção participativas - Público atendido: pequenos e médios produtores - Foco na família rural
Privatização total	Década de 1990	- Ampliar a participação do setor privado e não governamental no oferecimento dos serviços de ER - Participação do setor público, seja como provedor, seja como financiador, apenas para grupos mais empobrecidos
Enfoque pluralista	Década de 1990 em diante	- Arranjo multi-institucional - Estado é financiador, regulador e coordenador - Fomento ao mercado privado de serviços de Ater - Envolvimento dos atores locais - Políticas territoriais

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Peixoto (2008) e Da Ros (2012).

A tese defendida por Dardot e Laval (2006) revelou-se pertinente ao propósito de compreensão da emergência do enfoque pluralista nos debates acerca da ER, pois possibilitou a superação da crítica comum de caráter “antiliberal”. Segundo os autores, tal crítica costuma negligenciar a dimensão estratégica das políticas neoliberais. Ou seja, no caso da análise do enfoque pluralista nas políticas de ER, poderíamos compreender que tais políticas visam simplesmente reduzir a participação do Estado e fomentar o mercado privado de serviços de Ater.

Entretanto, se partirmos da constatação de que a estratégia neoliberal já não consiste em promover a privatização total, mas sim expandir a sua racionalidade, inclusive fortalecendo o Estado para que atue em favor desse propósito, poderemos entender os diversos mecanismos

de política pública que se manifestam sob a égide neoliberal associada ao enfoque pluralista. Vejamos um exemplo de como isso ocorreu no Brasil.

Desde a extinção da Embrater, observou-se a proliferação de diversos tipos de entidades de natureza privada e não governamental (ONGs). Organizações da sociedade civil e poderes públicos locais passam a se organizar para disputar recursos federais e de instituições internacionais (DA ROS, 2012).

Como resultado desses processos, observa-se que no Brasil se constitui uma rede bastante diversificada e plural de atores envolvidos na prestação de serviços de ER, aproximando-se dos modelos idealizados pelos especialistas do Banco Mundial e da FAO. Tal diversidade também se expressa na existência de múltiplas visões acerca dos caminhos a serem trilhados na busca do desenvolvimento rural, o que se impõe como um desafio no estabelecimento de diretrizes comuns, a fim de se evitar a pulverização das ações. (DA ROS, 2012, p.25)

Essa orientação para a pluralização dos atores envolvidos na prestação de ATER foi de certa maneira mantida nos anos 2000, inclusive no período Lula, quando as discussões sobre uma “Nova Extensão Rural” culminaram na elaboração da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que teve a participação de diversos setores do governo federal, de organizações de representação dos agricultores e dos movimentos sociais do campo (PEIXOTO, 2008).

Em 2003, o novo governo transferiu via Decreto nº 4.739/2003 as atribuições relativas à ATER do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o que, segundo Peixoto (2008), assinala uma intenção de fortalecer a Ater e focalizar nos agricultores familiares, dado que o MAPA pouco vinha fazendo nessa direção. A Pnater demarcou aspectos do financiamento das ações de Ater e estabeleceu que uma parte dos recursos orçamentários do MDA para a Ater seria destinada para os programas estaduais de Ater e a outra parte para o Fundo Nacional de Apoio aos serviços de Ater, constituído e administrado pelo Dater/SAF/MDA (PEIXOTO, 2008).

Bergamasco et al. (2017) registram que em 2005 foi lançado o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER). No programa foram estabelecidas metas de incentivo aos programas estaduais de Ater, formação de quadros para Ater setorial, capacitação de agricultores e agricultoras, além de qualificação e ampliação dos serviços públicos de Ater (BERGAMASCO, 2017). O MDA passou a ser o órgão responsável pelo repasse de recursos públicos da União às organizações de Ater e o Sibrater se tornou descentralizado a partir da portaria ministerial nº 25, de 2006 (BERGAMASCO, 2017). Observou-se nesse processo uma tentativa de conduzir a descentralização sem retirada da responsabilidade do Estado.

No escopo da Pnater, a transição agroecológica e as metodologias participativas foram adotadas como diretrizes para uma agricultura sustentável e para a equidade e inclusão social (Brasil, 2004). A política tal como foi concebida parecia repousar em dois pressupostos apontados por Dias (2007) e que a meu ver se mostraram antagônicos: por um lado, a importância da democratização do acesso aos serviços públicos de Ater e, por outro, a incapacidade de o Estado ser o provedor exclusivo de serviços de Ater.

O enunciado frequentemente observado segundo o qual o serviço público de Ater deveria atender somente aos “mais pobres”, sempre me soa injusto pois seriam deixados de lado os que são apenas “pobres”. Sob a égide neoliberal, o que se observa da coexistência dos serviços públicos e privados é a tendência do encolhimento dos primeiros em favor do alargamento dos segundos, conforme alerta Chauí (2012). Ademais, a democratização não pode ser resumida ao acesso, mas deve ser compreendida como a possibilidade de construção permanentemente do significado e dos métodos da Ater – o que deve ser pautado na arena democrática. Não obstante tais considerações, foi com os dois pressupostos supracitados que naquele momento apostou-se em um sistema descentralizado e composto por uma pluralidade de entidades. Peixoto (2008, p.37) destaca que a Pnater

incorpora a visão inovadora de que os serviços de Ater devem ser caracterizados por uma **pluralidade de formas institucionais** [grifo nosso]. Entre as inovações da Pnater está [a] definição de que *a nova Ater deverá organizar-se na forma de um Sistema Nacional Descentralizado de Ater Pública, do qual participem entidades estatais e não estatais.*

Nesse período, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1997, tornou-se o carro-chefe da política agrícola direcionada à Agricultura Familiar (AF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) passou a incorporar a compra via chamadas públicas de alimentos oriundos da AF³⁰ e foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)³¹, também operando vias chamadas públicas. Todos esses dispositivos de política pública direcionados à AF foram estruturados sob a norma da concorrência, pois os agricultores disputam, via apresentação de projetos técnicos os recursos disponibilizados para o crédito rural, no caso do Pronaf, e os recursos destinados à compra dos alimentos, no caso das chamadas públicas.

³⁰ O PNAE foi implantado em 1955, com o objetivo de atender as necessidades nutricionais dos alunos da educação básica matriculados em escolas públicas ou filantrópicas. A Lei nº 11.947, de 16/6/2009, determinou que 30% do orçamento do Programa deve ser obrigatoriamente investido na compra direta de produtos da Agricultura Familiar (BRASIL, 2009).

³¹ Instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003, com o objetivo de incentivar a agricultura familiar por meio de ações que visam à distribuição de alimentos às pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e também à composição de estoques estratégicos (BRASIL, 2006).

Dias (2007) aponta resultados de pesquisas que demonstram o efeito que o Pronaf, criado em 1996, já vinha produzindo no sentido de estimular entre pequenos agricultores o uso de agrotóxicos e outros insumos associados à modernização da agricultura e à revolução verde. Em artigo referente às conclusões da minha dissertação de mestrado apresento o argumento de que tal mecanismo de política pública baseado em uma lógica individualizada de acesso estimula entre agricultores familiares a adoção de comportamentos e relações tipicamente empresariais, por vezes mostrando-se um mecanismo insuficiente para a geração de renda e promoção da qualidade de vida no campo (ARAUJO; DA SILVA, 2016).

A respeito dessa reflexão, pude constatar em 2013, durante pesquisa de campo realizada no Rio Grande do Sul, uma atitude de contestação de agricultores assentados da reforma agrária frente à necessidade de que os mesmos competissem entre si para acessar o PNAE. Uma agricultora entrevistada afirmou que as pessoas organizadas no comitê gestor das hortas no assentamento se perguntaram “porque haver essa disputa entre as pessoas assentadas?” (ARAUJO, 2014, p.78). Na ocasião, segundo relato obtido na entrevista, os agricultores e agricultoras conseguiram negociar com a prefeitura municipal, responsável pela realização da chamada pública, a participação de todas as famílias assentadas interessadas sem que as mesmas precisassem concorrer entre si.

Em um processo análogo, que pressupõe a concorrência entre as diversas entidades de Ater, inclusive as empresas públicas de Ater, a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), criada pela Lei nº. 12.897/2013, realiza chamadas públicas para seleção de entidades executoras de Ater a serem contempladas com recursos públicos para execução dos serviços de Ater. Registra-se, de passagem, que o processo de criação da Anater foi considerado intempestivo e, por esse motivo, foi objeto de uma Moção de Repúdio no III Encontro Internacional de Agroecologia, realizado em Botucatu-SP, em 2013.

Pode-se perceber, a partir dos exemplos mencionados, a emergência do enfoque pluralista como a introjeção da nova razão do mundo, analisada por Dardot e Laval (2006), baseada no princípio da concorrência generalizada que extrapola a seara do mercado e das empresas, e se estende ao Estado e às pessoas, agora convertidos em “Estado-empresa” e “sujeitos-empresa”.

Não é minha intenção negligenciar os avanços promovidos pela Pnater em relação à criação de espaços de participação e controle social, o que estimulou que diversos grupos pudessem ser incluídos e que movimentos sociais do campo e organização não-governamentais pudessem se estruturar em torno de uma proposta de “desenvolvimento rural sustentável e solidário”, termo utilizado por Diesel et al. (2021).

O objetivo aqui é questionar se deveria ser o Estado o responsável por fomentar a privatização da ER, estimulando a lógica concorrencial por meio da utilização de mecanismos como a chamada pública. Questionar, sobretudo, se a luta pela democratização da Ater passa necessariamente por essa proposta de pluralização que nos vem sendo imposta (e aceita por muitos como se fosse o caminho natural da democratização).

Diesel (2012) refaz o percurso das ideias que levaram à consolidação da proposta de pluralismo institucional na Extensão Rural, ideias que tiveram parte considerável de sua base constituída a partir da Iniciativa de Neuchâtel, um fórum de discussões entre organizações de cooperação bilateral e multilateral iniciado em 1995. As ideias apresentadas pela Iniciativa de Neuchâtel convergiram com as prescrições de reforma institucional da ER já encabeçadas pelo Banco Mundial desde princípios de 1990 (DIESEL, 2012).

Os consensos neoliberais sobre a institucionalidade da ER apregoam que tais serviços são mais bem prestados quando o cliente demanda por um serviço específico (DIESEL, 2012), ou seja, as populações do campo precisariam ser treinadas para tornarem-se consumidoras dos serviços de ER. Evidencia-se, assim, a “obrigação de escolher” como uma das normas neoliberais apresentadas por Dardot e Laval (2006) como uma forma de expandir a lógica concorrencial, criando mercados consumidores e estimulando ou criando concorrência onde ela ainda não existe.

Tais consensos construídos por organizações da cooperação internacional e pelo Banco Mundial se assentam sobre pressupostos de transferência de tecnologias, orientação pela demanda e a retirada gradual do Estado na prestação de serviços de Ater (DIESEL, 2012). Enfim, uma compreensão da relação sociedade-Estado na qual o Estado reconhece a supremacia do mercado e destina seus recursos para promover um mercado privado de Ater. Assentado em compreensões estrangeiras, o estado neoliberal vai deixando tudo a cargo do mercado e as questões sociais não se resolvem nesta seara. Famílias agricultoras são abandonadas à própria sorte (e aos interesses das revendas agropecuárias) e as possibilidades de um desenvolvimento técnico autêntico e emancipador se tornam ínfimas.

A Lei de Ater 12.188/2010 foi uma tentativa de fazer da Pnater uma política de Estado. Não obstante, após o impeachment de Dilma Rousseff observou-se um declínio considerável no campo da Ater, conforme trabalho apresentado por Diesel et al. (2021). Analisando notícias oficiais do MAPA sobre Ater e falas de representantes desse Ministério (pois não há um documento político do governo atual que apresente a Ater de forma sistemática), os autores constataram que a Política de Ater vem sendo reenquadrada segundo uma perspectiva conservadora. Esse reenquadramento é caracterizado pela supressão de espaços de

participação social, secundarização dos conflitos de interesses e utilização de enfoque teórico metodológico liberal, privilegiando modalidades como a Assistência Técnica e Gerencial (Ateg) (DIESEL et al., 2021).

Embora para Diesel et al. (2021) não se possa falar, a rigor, que há um processo de desmantelamento da política de Ater, as reduções orçamentárias sofridas nos últimos anos, somadas ao reenquadramento conservador mencionado, ameaçam a capilaridade e qualidade dos serviços de ER, privando populações rurais de diversas políticas que lhes foram asseguradas no âmbito da Pnater.

Percebe-se assim o modo como a lógica neoliberal vem permeando a política de Ater desde início dos anos 1990, passando por diversas fases, mas sem nunca deixar de se fazer presente de alguma maneira. Nesse cenário é importante afirmar politicamente a Extensão Rural pública como um dos instrumentos aos quais as pessoas que vivem no campo precisam ter acesso para criar condições de permanência e de uma existência digna no meio rural. Esse debate deve alimentar o “como” financiar e organizar a institucionalidade da Ater, e não o contrário. Evidencia-se assim, a necessidade da discussão proposta na próxima seção.

7.3 REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO “EXTENSÃO RURAL”

Diante do cenário de mudanças relacionadas à oferta de serviços de ER anteriormente apresentado, permanece e se aprofunda a necessidade de realização de uma reflexão sobre o significado da Extensão Rural. Embora não se trate de empreendimento simples, é um exercício necessário, sobretudo pela polissemia do conceito e pela centralidade do mesmo no presente trabalho. Concordando com Otero e Selis (2019, p. 8), a “*ER no tiene una esencia atemporal, universal a priori, sino que es producto de construcciones sociales en la historia de las sociedades, por lo que su normativización siempre es temporal, incompleta y distorsionada.*”

Penso que definir a ER a partir de uma dicotomização de conceitos seja um caminho temerário, pois ao contrapormos extensão convencional *versus* extensão alternativa (OTERO E SELIS, 2019), extensão rural convencional *versus* extensão rural agroecológica (CAPORAL, 2003), enfoque transferencista *versus* proposta problematizadora (OTERO E SELIS, 2019), ou ainda, Antiga Ater *versus* Nova Ater (GERHARDT, 2014) estaremos correndo alguns riscos entre os quais talvez o mais gritante seja ocultar a pluralidade das práticas que se manifestam sob uma ou outra alcunha. Também corremos o risco, ao abordar a ER de maneira dual, de

recair em uma retórica messiânica que promova a desqualificação de um “modelo”³² para em seguida enaltecer um outro “modelo” que deverá ser aceito a qualquer custo e de qualquer maneira, o que se justificaria pelas mazelas associadas ao primeiro modelo (GERHARDT, 2014).

Otero e Selis (2019) lançam uma pergunta que me parece um ponto de partida para a reflexão sobre ER, os autores questionam: *por que vamos ao outro?* Tal pergunta é abordada no trabalho citado em relação às funções desempenhadas pela ER, quais sejam, (1) difundir informações, (2) modificar valores e condutas e (3) construir e resgatar conhecimentos.

Quero propor, no entanto, uma outra abordagem inspirada em Paulo Freire (1978a; 1978b; 2011) para a pergunta mencionada. Por que vou ao outro? Uma possível resposta seria que vou ao outro porque não sei tudo e não posso tudo. Vou ao outro porque tenho a necessidade de conhecer e transformar a realidade e, sem o outro, não é possível fazê-lo. Paulo Freire (2011, p.25) afirma essa reciprocidade na relação educador-educando em sua obra “Extensão ou Comunicação?”:

Educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isso sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.

Essa concepção de educação libertadora poderia ser relacionada à terceira “função” de ER apontada por Otero e Selis (2019), qual seja, a construção e resgate de conhecimentos. Os autores afirmam que a ER assim compreendida, busca formar as pessoas e leva-las a transformar sua realidade. Entretanto, a explicação fornecida pelos autores nos faz questionar se há reciprocidade nesta relação onde se busca *levar* as pessoas a transformarem sua realidade.

Novamente, Paulo Freire nos ajuda a compreender o sentido da relação que se estabelece num processo de educação libertadora. Sim, nós vamos ao outro por julgarmos ter como contribuir, ou seja, para ajudar. Porém, nossa contribuição só será autêntica se reconhecermos o saber do outro e *buscarmos juntos* o conhecimento da realidade e a transformação da mesma, ou seja, se buscarmos juntos o novo, a inovação em um sentido genuíno. Em “Cartas à Guiné-Bissau”, Freire (1978a, p.15) constata algo que julgo pertinente à reflexão anteriormente mencionada:

A ajuda autêntica, não é demais insistir, é aquela em cuja prática os que nela se envolvem se ajudam mutuamente, crescendo juntos no esforço comum de conhecer a realidade que buscam transformar. Somente numa tal prática, em que os que ajudam

³² A palavra aparece entre aspas para chamar atenção ao fato de que experiências transformadoras não podem ser encaradas como modelos a serem transpostos de uma realidade à outra, conforme alerta feito por Freire (1978a).

e os que são ajudados se ajudam simultaneamente, é que o ato de ajudar não se distorce em dominação do que ajuda sobre quem é ajudado.

Nesse sentido, Freire (1978b) estabelece a diferença entre invasão cultural e ação cultural dialógica, ou, síntese cultural. Enquanto na invasão cultural os atores da ação sobrepõem seus valores e objetivos aos homens e mulheres do povo, convertidos em espectadores, objetos da ação; na síntese cultural, os atores são tanto os educadores quanto os homens e mulheres do povo e o objeto da ação é a realidade a ser conhecida e transformada.

Assim, nesse exercício de resposta à questão proposta, em sintonia ao que foi colocado por Freire (1978a, 1978b, 2011), é possível compreender que vamos ao outro para conhecer e transformar a realidade *juntos*. Segundo a análise exposta, a ajuda autêntica constitui um exercício de militância daqueles que querem e precisam transformar o mundo, o que nos leva a questionar a possibilidade de uma prática extensionista emancipadora nos limites das instituições de Ater. Tal questionamento emerge devido à constatação de que a motivação da atuação no seio das instituições pode estar primordialmente orientada pela manutenção dessas instituições, o que se alcança pela legitimação de suas ações, nem sempre significando um exercício de ajuda autêntica.

Kreutz *et al.* (2005) demonstram a dificuldade mencionada ao investigarem a tentativa de implementação de uma proposta agroecológica pela Emater-RS/ASCAR, evidenciando a dificuldade de adaptação da estrutura institucional para adoção de práticas pedagógicas dialógicas.

Além da rigidez das instituições, também é preciso reconhecer como uma dificuldade para o estabelecimento do diálogo efetivo, que o extensionista muitas vezes reproduz a prática transferencista, verticalizada, porque ele mesmo/a foi submetido a um sistema de formação que nega e rejeita completamente os conhecimentos populares. Mas também é preciso muito cuidado ao abordar tal limitação. Observa-se na literatura uma tendência à psicologização dos problemas relacionadas a uma ER difusionista e produtivista quando esses problemas são atribuídos, descontextualizadamente, ao extensionista. Mais ou menos como os problemas da educação são atribuídos ao professor (ORSO, 2011). Como se essas figuras fossem a própria totalidade e não parte de uma totalidade contraditória e conflituosa.

Na verdade, tanto o agrônomo³³ quanto o agricultor estão inseridos em uma totalidade onde há esse processo de negação dos conhecimentos populares, experienciais e tradicionais e de afirmação do dito conhecimento técnico-científico. Trata-se de uma operação ideológica

³³ Paulo Freire utilizou essa categoria profissional para se referir aos agentes da extensão, hoje em dia, no entanto, muitas outras categorias são representativas na função extensionista.

poderosa, pois produz um deserto de conhecimentos para que, em seguida, o conhecimento seja distribuído na medida em que seja interessante aos detentores do conhecimento-único, fato que Vieira Pinto (2005) denunciou com veemência. O que nos leva a pensar que ambos, extensionista e agricultor, possuem necessidade de conhecer a realidade que os cerca, emancipando-se dessa ideologia que os mantém cativos.

Uma dificuldade para a compreensão da ER como prática educativa, como um processo de comunicação libertadora é o próprio significado imanente ao termo “extensão”. Freire (2011) solapou o discurso humanitário associado às políticas de ER ao analisar o campo semântico associado ao termo, revelando o verdadeiro caráter dessas políticas, que consistiam em manter as populações rurais e o nosso país em condição de subalternidade. Mesmo se tratando de uma crítica que, a meu ver, não deixa espaço para a relativização do campo conceitual associado à extensão, é importante, todavia, contextualizar a crítica exercida por Freire (2011), o que pretendo fazer de modo breve nos próximos parágrafos.

A ER sempre foi compreendida como uma prática educativa (nem sempre educação libertadora), guardando relação com os modelos de educação e comunicação (OTERO E SELIS, 2019) e, nesse sentido, foi adotada pelo estado brasileiro como uma política para capacitação de adultos visando promover a educação informal desse público alvo (MENDONÇA, 2010). Segundo Mendonça (2010), a partir dos anos 1950, a política de Educação Rural praticada pelo Ministério da Educação perdeu o caráter de prática voltada para a formação de crianças e jovens e assumiu um caráter “[...] de intervenção extraescolar, qualificadora do trabalhador rural adulto e analfabeto”, que foi executada por meio de políticas de ER (MENDONÇA, 2010, p.195).

Sabe-se que a redução do Ensino Rural à prática extensionista teve, no Brasil, além do efeito de alijar a rede primária dessa categoria de ensino, o papel de promover o crédito rural e o consumo de produtos agroindustriais junto à população rural-alvo, num processo que ficou conhecido como “Revolução Verde” e que favoreceu sobremaneira os interesses econômicos estadunidenses (MENDONÇA, 2010).

Pairam sobre a prática da ER desde esse momento seminal³⁴ grandes controvérsias elencadas por Mendonça (2010), tais como o discurso humanitário enunciado em termos estritamente produtivistas, o fortalecimento do binômio *arcaico x moderno* e o consequente atropelamento dos conhecimentos populares. Tais controvérsias revelam desde então o caráter

³⁴ Não que não existisse ações de extensão anteriormente no país, conforme alerta Peixoto (2008), porém a partir da década de 1950 o sistema de Extensão Rural ganha maior abrangência e institucionalidade por meio da criação da ABCAR.

de dominação exercitado por meio da política de Educação Rural que se materializou na prática da ER.

Assim, a crítica freireana à Extensão (2011) tem como ponto de partida a análise semântica do termo, mas ela se dirige à e se sustenta pela realidade objetiva, na qual a prática extensionista se balizava pelo ideal de transmissão de conhecimentos do extensionista ao agricultor, este considerado *tabula rasa* e, portanto, objetificado no processo equivocadamente enunciado como um processo educacional.

Uma interpretação da crítica feita por Freire (2011) à extensão é apontada por Rios (2017, p.86) ao afirmar que

as relações do homem-mundo mostram-se relações de construções e aprendizagem. Assim, o espaço agrário pode ser visto como mais um ambiente passível da comunicação educadora como tantos outros espaços não tradicionais.

Ao propor que a atuação do agrônomo seja norteadada por um processo de comunicação educadora, e não de extensão, Freire (2011) procura anunciar uma prática efetivamente educativa, na qual extensionistas e agricultores possam se conscientizar sobre suas realidades – que é uma realidade distinta e também comum em vários aspectos – transformando-a e libertando-se mutuamente dos grilhões da dominação econômica e cultural, expulsando os invasores.

No processo de elaboração de novos conhecimentos e transformação da realidade, o diálogo entre saberes científicos e tradicionais é fundamental e caracteriza a ação do extensionista que assume, então, o diálogo como fundamento de sua ação e, portanto, nega a extensão como ato de transferência de conhecimentos.

Essa questão da mediação entre saberes científicos e tradicionais nos remete ao conceito de “ecologia de saberes”, utilizado por Santos e Menezes (2010). Segundo os autores trata-se de uma utilização contra hegemônica da ciência, ao mesmo tempo em que se promova a interação e interdependência com saberes tradicionais, populares e experienciais, ou seja, os saberes não-científicos normalmente invisibilizados pelas epistemologias ocidentais.

A ecologia de saberes proposta por Santos e Menezes (2010) nos leva a refletir sobre quantos conhecimentos estão sendo ignorados, desperdiçados na monocultura da ciência moderna e pior: quantas formas de conhecer estão sendo ofuscadas e até mesmo exterminadas, num processo denominado pelos autores como “epistemicídio”.

Orso (2011, p. 59) afirma, inspirado em Marx, que “não é possível se pensar e produzir algo totalmente novo, sem que o velho, o existente não possibilite isso”. Portanto, somente por meio de um diálogo entre as diversas formas de saber, incluindo os saberes científicos,

filosóficos, teológicos e os saberes experienciais, tradicionais e populares, saberes não ocidentais, é que novos conhecimentos e, principalmente, novos modos de conhecer poderão emergir.

Diversas experiências de extensão, sejam ligadas a instituições de Ater, extensão universitária de universidades públicas ou organizações do terceiro setor exemplificam a perspectiva teórica aqui abordada, como relato de Carvalho, Ferreira e Ferreira et al. (2014) a respeito da adaptação de tecnologias ao semiárido pernambucano, de Ribeiro et al. (2010) a respeito da criação de uma tecnologia para a recuperação de voçorocas na região de Campos das Vertentes, em Minas Gerais, e de Lopes et al. (2015) a respeito das cadernetas agroecológicas criadas pelo Centro de Tecnologia Alternativas da Zona da Mata Mineira (CTA-ZM) para auxiliar a organização e dar visibilidade ao trabalho feminino nos quintais agroecológicos.

Esse é o sentido de uma ação extensionista capaz de promover novos conhecimentos e soluções para os problemas vivenciados de modo específico no meio rural e, de modo amplo, em toda a sociedade. Uma ação que se converta em práxis, quando os sujeitos podem pensar livre e criticamente sobre seus problemas, sua realidade e orientar sua ação para a solução dos mesmos, sem interdição. Somente assim, os conhecimentos serão estendidos não aos sujeitos objetificados, mas em direção a uma utopia humanizante.

Na próxima seção será apresentado o conceito de Extensão Rural Agroecológica, pois compreende-se que a prática social democrática e emancipadora no sentido ora preconizando faz parte de uma história de esforços críticos realizados. A aproximação teórica entre extensão rural e agroecologia foi um acontecimento que produziu reflexos notáveis, inclusive no campo das políticas públicas.

7.4 EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICA

Alemany e Sevilla Guzman (2007) alertam para o fato de que a extensão rural difusionista não resume toda a história da extensão rural. Segundo os mesmos existe um longo histórico de uma prática extensionista por eles denominada alternativa da qual faz parte a teoria da conscientização freireana contextualizada no cenário das teorias do subdesenvolvimento e da dependência desenvolvidas na América Latina.

Os autores salientam ainda que nas décadas de 1960 e 1970 emergiram experiências na América Latina de educação popular e pesquisa participativa que contrastavam com o autoritarismo das práticas extensionistas convencionais e promoviam a pesquisa como um

instrumento para a construção de conhecimentos e mobilização para a ação (ALEMANY; GUZMÁN, 2007). O movimento do “Repensar Extensionista” mencionado na seção 7.1 pode ser considerado um reflexo desse processo histórico.

Um marco da busca dessa tradição de extensão pela construção de referenciais teóricos próprios foi a aproximação entre extensão rural e agroecologia. Tal aproximação teórica foi expressa por Caporal (1998, p. 446) em sua tese de doutorado estabelecendo o seguinte conceito:

a Extensão Rural Agroecológica poderia ser definida como um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante, que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo [Minha tradução].³⁵

O professor Francisco Roberto Caporal foi uma das maiores referências em extensão rural no Brasil e também um importante articulador do campo agroecológico. Em um dos seus últimos trabalhos publicados, no qual aborda a “Transição agroecológica e o papel da extensão rural”, Caporal (2020) reafirma a relevância do conceito de Extensão Rural Agroecológica (ERA), pois mesmo tendo sido proposta nos anos 1990 e adotada como arcabouço teórico e metodológico na formulação da Pnater em 2003, essa prática educativa, democrática e participativa ainda passa ao largo de se consolidar entre a maioria dos extensionistas e organizações de Ater.

De fato, conforme avaliado por Caporal (2014), foram identificadas diversas questões que dificultaram num primeiro momento a implementação da PNATER-2003 e, num segundo momento, após a Lei 12.188/2010, a continuidade das ações que vinham avançando no sentido da agroecologia. As dificuldades incluíram “desde posturas ideológicas e políticas dos dirigentes das entidades de Ater dos estados até a resistência natural dos agentes de campo, passando por problemas de gestão, desconhecimento, hierarquia, falta de autonomia etc.” (CAPORAL, 2014, p.42).

³⁵ La extensión rural agroecológica podría ser definida como un proceso de intervención de carácter educativo y transformador, basado en metodologías de investigación-acción participante que permitan el desarrollo de una práctica social mediante la cual los sujetos del proceso buscan la construcción y sistematización de conocimientos que os lleve a incidir conscientemente sobre la realidad, con el objeto de alcanzar un modelo de desarrollo socialmente equitativo y ambientalmente sostenible, adoptando los principios teóricos de la Agroecología como criterio para el desarrollo y selección de las soluciones más adecuadas y compatibles con las condiciones específicas de cada agroecossistema y del sistema cultural de las personas implicadas en su manejo.

A discussão sobre Extensão Rural Agroecológica realizada por Caporal (1998; 2003; 2020) é alicerçada pelos debates de desenvolvimento sustentável e redução da pobreza como justificativa da instituição da ERA na Ater pública. Entretanto, o autor também pôde avançar em compreensões metodológicas que seriam fundamentais para uma extensão rural que se apoiasse e reforçasse o campo da práxis agroecológica.

Nesse sentido, Caporal (1998) apontou para a recuperação de noções da pesquisa-ação participativa e de que os/as extensionistas atuassem como facilitadores e animadores no processo de construção de conhecimentos agroecológicos. A importância da participação se justificaria pelo reconhecimento do potencial endógeno dos agroecossistemas e da importância do saber local, ou seja, a inter-relação natureza, ser humano e cultura (CAPORAL, 1998; 2020). Dambrós e Caporal (2017) afirmam que a ação extensionista deve ter como ponto de partida a consideração da “evolução das culturas dos diferentes grupos sociais e de suas relações com ambiente natural”, uma característica fundamental da transdisciplinaridade tal como é definida por D’Ambrósio (1997).

Caporal (1998, 2020) compreendeu que assim pautada por tal opção metodológica, a ERA poderia apoiar o fortalecimento das lutas históricas dos movimentos sociais do campo. O debate travado pelo professor Caporal em muito se aproxima da discussão proposta nesta tese e por isso sua contribuição foi aqui sumariamente retomada.

Espera-se que a experiência estudada nesta tese possa contribuir para a construção de um sentido para a ação extensionista em sua aproximação com a agroecologia. No próximo capítulo será apresentada a discussão referente à pesquisa realizada.

8 O QUE A IMPLANTAÇÃO DE 4 UNIDADES DE PESQUISA PARTICIPATIVA PODE ENSINAR SOBRE A PRÁTICA EXTENSIONISTA VINCULADA À AGROECOLOGIA?

No presente capítulo serão descritos e analisados aspectos identificados como relevantes para a discussão pertinente ao ato técnico e à dialogicidade no projeto das UPPs. A radicalização da participação, entendida como um processo e não como uma conquista absoluta, será analisada na próxima seção (8.1) tendo como referência momentos chave observados no acompanhamento do projeto, bem como os depoimentos dos entrevistados e das entrevistadas, além dos dados secundários levantados.

Os desafios observados no processo de pesquisa participativa proposto pelo projeto das UPPs serão descritos e analisados na seção 8.2 e na seção seguinte (8.3) passa-se ao aprofundamento de um desses desafios que é a compreensão técnica demonstrada por alguns entrevistados.

Perspectivas de participação de extensionistas e pesquisadores/a serão abordadas na seção 8.4, articulando para tal uma discussão sobre a formação profissional em extensão, as contribuições e perspectivas específicas trazidas por pesquisadores/a e os desafios e conflitos vivenciados por extensionistas em suas participações no projeto.

Por fim, na seção 8.5 será apresentado e discutido o que foi possível apreender a respeito das perspectivas das famílias agricultoras em relação às suas participações no projeto das UPPs.

8.1. RADICALIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO

Paulo Freire (2011) dedica atenção especial ao problema da invasão cultural que é perpetrada, por exemplo, pela prática da extensão rural visando a persuasão dos agricultores para adotarem subprodutos da cultura invasora. Segundo Freire, muitos extensionistas praticam a abordagem antidialógica, que serve à invasão cultural porque ela não representaria perda de tempo, no entanto, a aparente demora no processo dialógico “significa um tempo que se ganha em solidez, em segurança, em autoconfiança e em interconfiança que a antidialogicidade não oferece.” (FREIRE, 2011, p.64)

Por isso, quando o que se almeja é a problematização do próprio conhecimento de modo que ele possa contribuir para a solução dos problemas concretos, para emancipação social, agricultores e agricultoras devem ser reconhecidas como sujeitos dessa busca. É fundamental que a participação não subordinada seja cultivada de modo que se possam alcançar conhecimentos significativos para todos e todas as envolvidas.

No movimento agroecológico, a participação e a pluralidade epistêmico-metodológica vem sendo reconhecidas como necessárias para que a produção de conhecimentos seja pautada por uma perspectiva humanista e emancipadora dos sujeitos. O problema segundo Gomes (2005) está em reconhecer as condições epistemológicas e metodológicas que permitem a integração não subordinada dos diversos saberes. De acordo com Gomes (2005, p.93)

A articulação crítica entre o conhecimento científico e os saberes populares, historicamente cindidos e às vezes antagônicos, implica em enfrentar a alienação e a ignorância que se alojam na cultura popular e as distorções e reducionismo do conhecimento científico. Não se pode admitir nem o conhecimento científico como instrumento de dominação nem a valorização condescendente e paternalista do saber popular.

Esse debate pode ser vinculado à discussão realizada por Santos e Menezes (2010) a respeito da ecologia de saberes. No campo agroecológico é muito utilizado o termo diálogo de saberes, pois se sabe por meio de Freire (2011) que as dificuldades e empecilhos à integração dos diferentes saberes só podem ser superadas por meio do diálogo entre os oprimidos.

Paulo Freire (1978b) afirma que é imprescindível que o processo de busca pelo conhecimento seja orientado por um “sentir comum” a respeito de uma realidade complexa e que precisa ser transformada. Essa seria uma condição primordial para que o grupo possa fazer uma aproximação crítica à realidade, adotando uma posição epistemológica baseada na ação-reflexão, somando e integrando, para tanto, os diversos saberes e anseios implicados na investigação.

No projeto ora estudado, é notório que os agricultores e as agricultoras participantes anseiam o desenvolvimento de técnicas agroecológicas que podem ocorrer em um processo que promova o diálogo entre os diversos tipos de saberes e propósitos que orientam a busca pelos conhecimentos.

O fornecimento de insumos, como esterco e mudas, poderia ser percebido como um incentivo material que circunscreveria a participação das famílias agricultoras a uma simples busca por tais incentivos. Entretanto, como pretendo demonstrar mais adiante, a experiência de pesquisa realizada levou-me ao entendimento de que a participação no âmbito do projeto das UPPs é muito mais alinhada à ideia de interatividade do que de busca por incentivos materiais, ou mesmo de participação funcional, conforme tipologia apresentada por Verdejo (2010). O único objetivo preestabelecido no projeto é que a espécie, ou as espécies escolhidas pela família deverão ser consorciadas com café, uma exigência do agente financiador, o CBP&D Café/ Empbrapa. Todos os demais objetivos estão sendo estabelecidos conjuntamente.

As famílias entrevistadas afirmam que o projeto veio ao encontro de seus anseios e um sinal do empenho dessas famílias é o fato de uma delas ter recusado as mudas de café que seriam fornecidas pelo projeto (pois o agricultor escolheu trabalhar com clones por ele já conhecidos) e de outra família ter comprado materiais por conta própria para implantação da UPP quando houve atrasos na entrega dos insumos em função da Pandemia de Covid-19 e dos procedimentos burocráticos necessários às compras públicas.

Entretanto, a construção de uma participação efetiva não é trivial. Essa proposta requer que os pesquisadores e extensionistas estejam conscientes de que o que se busca não é somente produtividade elevada ou difusão de conhecimentos. O que se busca é o desenvolvimento de sistemas adequados às necessidades e realidades de cada família participante do projeto e, para que isso ocorra, a construção dos conhecimentos deverá advir do diálogo. A fala do pesquisador

2 alerta para o maior desafio do projeto que é integrar conhecimentos para buscar os melhores resultados para as famílias participantes:

Um desafio é a gente estabelecer com os agricultores e os extensionistas essas... competências não é o termo mais adequado, é a gente reconhecer onde a gente busca os conhecimentos de cada um dos envolvidos pra construção disso e estabelecendo aquele sistema tanto mais produtivos, mas também como de melhor resultado pra o agricultor, porque tem aquelas coisas, avaliação de microclima, vamos dizer assim, o agricultor não trabalha no pleno sol, tem resultados que não são só de produtividade, mas assim, o que o sistema é mais propício pra o agricultor, ele pode inserir algo que seja de interesse da família e que ele não vá vender. (Pesquisador 2)

Portanto, a participação das famílias é um elemento central a essa proposta, pois são eles que devem colocar o que é desejável e viável a partir de suas expectativas e realidades. Nesse sentido, o projeto “Desempenho agrônômico e econômico do cafeeiro em sistemas arborizados no estado do Espírito Santo” (Chamada 20/2018 Programa Café Embrapa/CBP&D Café) parece avançar na construção de uma participação mais ativa das famílias agricultoras em relação ao projeto precedente intitulado “Avaliação do cafeeiro em sistemas agroflorestais, da matéria orgânica, da equivalência de área e da percepção por agricultores” (FAPES/SEAG nº 06/2015 – PPE Agropecuária).

Antes de descrever o projeto de avaliação do cafeeiro em SAFs, é necessário esclarecer que a Unidade Agroflorestal da Fazenda Experimental Bananal do Norte (UAFEBN) foi implantada em janeiro de 2013 por um grupo de pesquisadores e extensionistas do Incaper com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). No final de 2013 houve troca de coordenação e o atual coordenador achou por bem transformar a unidade – que havia sido concebida como uma unidade demonstrativa ou de observação – em unidade de pesquisa. O coordenador explica o raciocínio:

E como montar uma unidade demonstrativa dentro da Instituição pública? Ela não vai ser confiável, porque aí você tem... se perder ou se ganhar dinheiro tanto faz, porque tem o recurso, tem o trabalhador e tudo. Então, a nossa função é produzir resultados e levar para os agricultores que experimentam e a partir dali podem difundir ou não aquela tecnologia, dentro da metodologia clássica, ou seja, o agricultor é central. E aí alteramos o projeto. (Pesquisador 2)

Após o vencimento do projeto financiado pelo MDA, foi apresentado um projeto para o CBP&D Café com vigência entre 2014 e 2019. Durante todo esse tempo em que a unidade funcionou como unidade de pesquisa, foram realizadas análises estatísticas das colheitas em relação à produtividade e peneira do café, leituras de luminosidade relacionadas à maturação do café, avaliação de comprimento de internós (nós e entrenós), análises de solos, análises foliares e estudo de decomposição da matéria orgânica.

Em 2017 foi apresentado um novo projeto para a Fapes a partir de uma percepção de compartilhamento dos resultados e dos processos da pesquisa com agricultores e agricultoras da região. Nesse ponto houve novamente uma alteração na proposta metodológica para a UAFEBN, conforme explica o pesquisador 2:

Então, ao invés da gente formar aqui uma unidade demonstrativa, a gente forma uma unidade que procura explicações para essa tecnologia, procura aprofundar o conhecimento sobre esse sistema, não uma tecnologia, e trazer os agricultores para fazerem discussões periódicas sobre os resultados. E a partir daí a gente faz a difusão imediata durante o processo de construção do conhecimento, que começa a aplicar uma visão mais agroecológica sobre a unidade. Essa foi a ideia de inserir também a visita dos agricultores dentro do projeto. Porque, então, terminou três anos de projeto, eu vou lá, levo os agricultores pra visitar, faço uma palestra e aí? Ninguém viu a colheita de café, ninguém viu a poda da árvore, ninguém viu crescer. Então a gente levava os agricultores em março, quando o café estava faltando um mês ou dois pra começar a colheita. Então, tanto não atrapalhava os agricultores, mas também permitia eles virem também. Levamos eles no final do ano, após a floração pra ver o chumbinho, aquela... assim, eles olharem a planta reformando. Então fizemos isso duas vezes por ano, esse é o conjunto do projeto que foi a evolução da metodologia do sistema. (pesquisador 2)

Foi assim que, no projeto precedente, vigente entre 2017 e 2019, agricultores e agricultoras dos municípios de Alegre, Guaçuí e Cachoeiro de Itapemirim foram mobilizados/as por agentes de extensão rural do Incaper para conhecer e realizar avaliação participativa do experimento instalado na UAFEBN (SENNA et al., 2019). A Figura 4 retrata a área do experimento.

Figura 4 - Vista panorâmica do experimento na Fazenda Experimental do INCAPER, em Pacotuba -Cachoeiro de Itapemirim



Fonte: Pedro Mendes.

Dentro dessa proposta, foram realizadas três oficinas ocorridas entre março de 2017 e abril de 2018. Participaram das oficinas agricultores e agricultoras familiares, agentes de extensão rural e um pesquisador do Incaper, um professor da Ufes, estudantes da Escola Família Agrícola de Cachoeiro de Itapemirim e bolsistas de apoio técnico do projeto (SENNA et al., 2019).

De acordo com Senna et al. (2019), na primeira oficina os participantes realizaram uma caminhada transversal pela área do experimento que possui cinco talhões: café solteiro, café com banana, café com pupunha, café com gliricídia e café com ingá. O grupo realizou a caminhada observando e anotando pontos fortes e fracos de cada um dos consórcios testados, bem como do café solteiro, e começou a levantar possíveis indicadores de sustentabilidade a serem considerados na avaliação. A Figura 5 retrata o momento da caminhada transversal.

Figura 5 - Caminhada transversal pelo experimento na UAFEBN em março de 2017



Fonte: Senna, 2021.

A caminhada transversal é uma ferramenta de diagnóstico rural participativo utilizada na apresentação de uma determinada área a uma comunidade. De acordo com Verdejo (2010, p. 36) tal ferramenta, que também é conhecida como travessia,

É realizada por meio de uma caminhada linear, que percorre um espaço geográfico com várias áreas de uso e recursos diferentes. Ao longo da caminhada se anotam todos os aspectos que surgem pela observação dos participantes em cada uma das diferentes zonas que se cruzam.

Portanto, a utilização da caminhada transversal se deu na oficina 1 de modo que o grupo pudesse percorrer a área do experimento, passando pelos diferentes talhões, observando, dialogando e registrando as percepções sobre as características de cada talhão. O registro dessas características embasou a formulação de indicadores pelo grupo na oficina seguinte, conforme será descrito.

Na segunda oficina, o grupo definiu dezessete indicadores de sustentabilidade a serem considerados para avaliação do experimento, agrupando-os em quatro categorias: (1) desenvolvimento dos cultivos, (2) qualidade do solo, (3) mão de obra e (4) retorno econômico (SENNA et al., 2019). O Quadro 3 apresenta uma síntese dessa construção de indicadores.

Quadro 3 - Indicadores de sustentabilidade para avaliação da UAFEBN

Grupos de Indicadores	Indicadores de Sustentabilidade
Desenvolvimento dos cultivos	Produção do Café
	Produção da banana
	Produção de palmito pupunha
	Menor tombamento das hastes do café
	Desenvolvimento dos frutos
	Resistência a doenças e pragas
	Competição e redução do mato
Qualidade do solo	Cobertura do Solo
	Estrutura do solo
	Umidade
	Matéria orgânica
Mão de obra	Economia de mão de obra
	Facilidade de manejo do mato
	Conforto de mão de obra *
	Facilidade de manejo na colheita
Retorno econômico	Renda dos cultivos

Fonte: Elaborado pela autora a partir de SENNA et al., 2019.

* *A presença de árvores consorciadas ao café tende a reduzir a insolação e elevar a umidade dentro do sistema, arrefecendo o calor e, assim, aumentando o conforto de quem trabalha.*

Na terceira oficina, os agricultores e as agricultoras se dividiram em grupos menores para realizar a avaliação de cada talhão do experimento utilizando o método conhecido como “matriz de critérios e opções”. Na matriz, cada talhão testado (café solteiro, café com banana, café com pupunha, café com gliricídia e café com ingá) foi disposto em uma coluna diferente (opções) e os indicadores foram dispostos em linhas (critérios). A avaliação se deu então, de modo comparativo, atribuindo-se nota de 1 a 5 para cada critério em relação a cada sistema avaliado, sendo que quanto maior a nota, melhor a avaliação do grupo em relação aquele indicador no sistema observado (SENNA et al., 2019). Os resultados da avaliação dos cinco tratamentos foram apresentados por Senna et al. (2019, p. 4) na Tabela 1 abaixo transcrita:

Tabela 1 - Indicadores de sustentabilidade e resultados da avaliação dos tratamentos testados na Unidade de Pesquisa Agroflorestal com Cafeeiro Conilon, em Pacotuba-ES

Grupos de Indicadores	Indicadores de Sustentabilidade	Tratamentos – Notas atribuídas*				
		Café Solteiro	Café e Ingá	Café e Banana	Café e Gliricídia	Café e Pupunha
Desenvolvimento dos cultivos	Produção do Café	2,4	4,2	3,8	1,8	3,6
	Produção da banana	-	-	4,6	-	-
	Produção de palmito pupunha	-	-	-	-	5
	Menor tombamento das hastes do café	3,2	2,8	3,2	2,2	3,2
	Desenvolvimento dos frutos	2,8	4,6	4	1,8	3,6
	Resistência a doenças e pragas	3	4	4,2	3	4,2
	Competição e redução do mato	2,6	4,4	4	2,6	3,6
Qualidade do solo	Cobertura do Solo	2,8	4	4,6	3,8	3,6
	Estrutura do solo	2,8	4,4	4,2	4	4
	Umidade	3,2	4,4	4,2	4,6	3,6
	Matéria orgânica	3	4	4	4,2	3,6
Mão de obra	Economia de mão de obra	3,2	3,2	3	2,8	3,8
	Facilidade de manejo do mato	3,4	3,8	4	3,2	3,8
	Conforto de mão de obra	2,6	3,8	3,8	2,2	3,2
	Facilidade de manejo na colheita	4,2	4	3,8	3,8	4,2
Retorno econômico	Renda dos cultivos	2	3	4,8	2	4,8
	Notas médias	2,8	3,7	4,2	2,9	4,0

Fonte: Senna et al., 2019, p.4.

*Valores médios das notas atribuídas pelos grupos de agricultores na terceira oficina. A escala de notas variou de 1 a 5, sendo que quanto maior a nota, maior a ação do indicador sobre o sistema analisado.

Conforme se pode concluir pela observação da Tabela 1, a avaliação participativa permitiu os seguintes resultados sobre os consórcios testados:

O consórcio do café com ingá foi o que apresentou o melhor desempenho (maior nota atribuída) em produção do café, desenvolvimento dos frutos e redução do mato nas entrelinhas [...]. Quanto à umidade do solo e matéria orgânica, destacou-se o consórcio com a gliricídia. Quanto à mão de obra, o consórcio com a pupunha foi o mais econômico, enquanto os consórcios com ingá e banana proporcionaram o maior conforto. Já no retorno econômico, destacaram-se os consórcios com banana e pupunha devido à renda adicional somada ao café. Na média geral dos indicadores, o sistema com banana apresentou maior sustentabilidade (SENNA et al., 2019, p. 4).

Após essa experiência de avaliação participativa da UAFEBN brevemente relatada neste texto e ilustrada com algumas imagens na Figura 6, foi proposto o projeto visando a instalação de Unidades de Pesquisa Participativa (UPPs) em propriedades rurais.

Figura 6 - Avaliação participativa do experimento na UAFEEN



Fonte: Senna, 2021.

Segundo o pesquisador 3,

O que ficou de perspectiva e que gerou o outro projeto, é, bom, agora a gente tem que levar essa experiência para a realidade deles. E aqui [Pacotuba] está sob o controle do órgão, do Incaper, e sempre fica assim, “será que isso aqui tá dando certo porque tem uma condição favorável em termos de recursos, inclusive recursos humanos do pessoal porque tem mão de obra, pode podar, equipamentos, tem dinheiro do projeto, então, assim, a ideia de propor um projeto derivado desse que estendesse numa perspectiva de pesquisa participativa em nível da propriedade familiar concreta, eu acho que isso foi interessante e a ideia é justamente isso, de replicar a experiência, e claro, a experiência repensada na visão da família. (pesquisador 3)

Se na experiência precedente agricultores e agricultoras foram convidados a realizar uma avaliação do experimento que estava sendo conduzido na UAFEEN, no projeto atual, as famílias agricultoras foram convidadas a uma participação mais efetiva no planejamento do sistema a ser implantado. O objetivo da atual proposta não é replicar os consórcios que foram pesquisados em Pacotuba, conforme enfatiza o pesquisador 2, mas sim que agricultores e

agricultoras possam desenhar sistemas e desenvolver conhecimentos sobre o manejo dos mesmos de acordo com as realidades locais e objetivos específicos de cada uma das famílias participantes. E que essa experiência possa também ser alimentada pelos conhecimentos e questionamentos provocados pelos resultados das análises sistemáticas na UAFEBN.

Embora se esteja explicando brevemente o que foi o projeto de avaliação participativa da UAFEBN e o comparando com o projeto ora em execução, é fundamental reconhecer a fecundidade da experiência desenvolvida em Pacotuba entre 2017 e 2019. Tal experiência permitiu a interação entre profissionais ligados a diversas instituições e a interação entre agricultores/as, extensionistas, pesquisadores e estudantes. Não obstante as limitações vivenciadas nesse processo, é notável que ali se iniciou uma construção coletiva de conhecimentos agroecológicos baseada no princípio da participação.

O amadurecimento do grupo quanto à necessidade de aprofundamento da participação está expresso em um capítulo de livro a ser publicado pelo Incaper (*no prelo*) onde se constata que a participação de agricultores e agricultoras poderia ter sido mais auspiciosa caso os atores estivessem envolvidos também na concepção e no desenvolvimento da pesquisa, participando ativamente da construção do problema de pesquisa.

O pesquisador 2 relata não ter concordado à época com a decisão dos colegas que planejaram a avaliação participativa de não compartilhar resultados das análises sistemáticas que estavam sendo desenvolvidas no sistema (análise de solo, análise foliar, produção do café, produção de matéria orgânica, velocidade de decomposição da matéria orgânica etc.). Assim, a avaliação participativa com agricultores foi realizada tendo como referência a observação e a percepção dos mesmos sobre os consórcios.

Dos agricultores que lá estavam, dois são protagonistas da implantação de UPPs no projeto atual e grande parte dos extensionistas também permanecem no projeto. A fala do Agricultor 1, por exemplo, demonstra a bagagem de aprendizados e percepções que ele trouxe daquela vivência:

[eu: Você é um dos agricultores que participou daquela experiência lá em Pacotuba. Que impressão você ficou na época?] Minha impressão que tive lá é que temos que sombrear. Porque são cinco [parcelas] plantadas lá de formas diferentes e acabou os quatro sombreados produziram mais do que o não sombreado. Talvez pode ter dado um pouco menos de café, mas se você fizer a soma final dos produtos que produziu ali junto com o café, supera o café [solteiro]. Porque tem ingá que não se aproveita o fruto dele e a gliricídia, mas em questão do solo a gente notava muita diferença... eu cheguei até a falar num vídeo que eu iria sombrear

*com a gliricídia, mas aí depois eu mudei a minha opinião. Estou sombreando com a banana e pupunha, esse ano a gente vai plantar bastante pupunha, a banana já quase todo o sítio já está plantado e estou inserindo a gliricídia no meio disso, o ingá também, mas em menor quantidade. Mas a gliricídia tem um pegamento muito fácil, onde eu preciso ter sombra eu vou e corto o galho e finco ela e ela desenvolve. Mas hoje a minha opinião é com a banana, que a banana te dá um retorno, se você colhe ou se você não colhe também, traz os passarinhos pro meio, os bichos e isso tudo é muito bonito né, muito bonito de ter dentro da propriedade, de atrair pra dentro da propriedade. [...] [eu: **Você acha que a participação no projeto anterior influenciou na decisão de sediar a UPP agora nesse projeto?**] Ah sim. Com toda certeza. Antes a gente plantava, mas não plantava em linha. Saía fincando, onde tinha uma vaga a gente colocava, e através de ter participado a gente vai plantar tudo bonitinho, tudo em linha. Abacate em linha, banana em linha, café em linha. Igual a banana que eu estou inserindo no sítio todo, tudo em linha porque fica mais fácil o manejo, porque você pega aquela linha e vai embora, e quando você planta uma aqui, outra ali, talvez fica um pouco mais difícil a mão de obra. (Agricultor 1)*

No depoimento do agricultor 1 é interessante perceber as reflexões e práticas referenciadas pela experiência de participação na avaliação do experimento dos consórcios na UAFEBN. Também é oportuno observar no relato que já existia o hábito de plantar outras espécies no meio da lavoura de café, mas que o modo como esse plantio era feito poderá ser alterado para plantios em linha de modo a facilitar o manejo. O assunto não foi explorado na entrevista de modo que se possa aqui afirmar de onde vem o hábito de semear outras espécies junto ao cafezal, mas é possível supor que a participação do agricultor em atividades de extensão da Ufes, do grupo Kapi'xawa, do sindicato de Trabalhadores Rurais etc. possa ter estimulado essa prática.

A família agricultora 2 faz o seguinte relato das impressões e perspectivas que se abriram na avaliação do experimento em Pacotuba:

*[eu: **Esse lá de Pacotuba, como é que foi e incentivou vocês entrarem neste?**] Sim. Na maneira que eu vi lá, o impacto porque você vê uma lavoura 100%, uma coisa linda de um lado da pista, depois do outro lado eu vi um plantio de banana maçã, de banana prata, aí depois eu vi a lavoura [do experimento], lá tinha ingá, tinha uma outra árvore que eu não lembro o nome, mas tinha várias outras coisas, mas eu vi que ela foi mal conduzida, mas no resultado da pesquisa deles, de produção que a gente via, ela tinha uma produção satisfatória, mas da maneira que eu vi lá e penso em cuidar aqui, o resultado eu acredito que aqui vai ser muito*

mais positivo, porque eu vou ter algo que vai me dar retorno além do café, que é o abacaxi, que é a banana, que é o próprio abacate, [agricultora 2:] A gente já tem o comércio pra banana [agricultor 2:] Eu escolhi algumas coisas que eu já vendo, então, no geral, ele é positivo. Então aquele projeto lá me incentivou. Outro que me incentivou foi essa visita lá em Campinho, lá eu vi de tudo, muito mais do que aqui, lá tinha café, acerola, graviola, tudo no mesmo espaço, em alguns momentos eu vi plantas que estavam muito próximas da outra, mas com produção satisfatória, porque lá eles não estão olhando a quantidade, eles estão olhando a qualidade do produto e lá eu vi que é fantástico, então aquela visita lá quando o Juarez³⁶ falou desse projeto [das UPPs], aí sim, eu falei esse é meu, traz pra cá que eu quero. (Família agricultora 2)

A visita a que o agricultor se refere, realizada na localidade de Campinho, foi promovida pelo grupo municipal de agroecologia, do qual sua família faz parte e que é coordenado pelo extensionista do escritório local do Incaper. Todas essas experiências conjugadas abrem um horizonte para o agricultor e sua família. No início da fala transcrita, ele afirma que percebeu que o café do experimento não estava sendo bem conduzido. Segundo o pesquisador 1, o fato de não terem sido expostos os resultados e metodologias de condução do experimento, como por exemplo, o fato de que o café só estava recebendo metade da necessidade de adubação, pode ter gerado impressões negativas no grupo de agricultores. Mesmo assim, a fala do agricultor 2 revela que ele compreendeu a proposta do café sombreado e que concluiu que sob seus cuidados um café consorciado a outras espécies poderia dar resultados superiores aos obtidos na UAFEEN.

Uma constatação importante sobre a proposta de implantação das UPPs diz respeito à observação do envolvimento de toda a família agricultora, o que parece estar sendo oportuno para a inclusão das mulheres e jovens no processo de pesquisa. Quando se convida agricultores para participarem de uma atividade externa à sua propriedade rural, é comum que somente os homens participem da atividade.

Em uma fala, a pesquisadora 1, reflete sobre o desafio colocado por essa nova proposta e como ela enxerga o relacionamento entre extensionistas, pesquisadores e famílias agricultoras:

Se você antes estava pesquisando [café com] banana, gliricídia, pupunha... isso aí já estava no nosso horizonte, que estava lá em Pacotuba, mas agora a gente foi desafiado a botar no horizonte outras coisas, então teve gente que escolheu abacate, teve gente que escolheu louro-

³⁶ Nome fictício.

pardo... se a gente estiver aberto à escuta e acolher aquilo que eu posso dizer aqui que é um saber popular, um desejo, uma vontade, não sei o que é aquilo, mas que vem do agricultor [...] então se a gente minimamente se reorientar, porque é isso que nós estamos fazendo, a gente está reorientando o trabalho a partir de demandas que vêm por enquanto só de 4 famílias, se a gente fizer isso a gente já está fazendo essa coisa dialógica da construção do conhecimento, que é junto, é participativo e que é o que chamo mesmo de misturar os ingredientes pro bolo, da gente acolher o que vem dos agricultores, misturar com os conhecimentos que a gente já tem, ou buscar outros se a gente não consegue responder tudo, e dessa boa mistura espero que saia um bom bolo, se a gente conseguir fazer isso, no meu modo de entender, a gente de alguma maneira tenta, dentro das limitações, devolver pro agricultor aquilo que ele quer vir a aprender, porque ele quer aprender com a gente como ele manifesta, mas a gente não pode também impor pra ele o que ele precisa conhecer. (pesquisadora 1)

A reflexão acima pontua a importância de que sejam compreendidas e acolhidas para a discussão as expectativas das famílias agricultoras em relação ao sistema a ser implantado e, de forma mais ampla, as expectativas relacionadas à participação no projeto. Pontua também, o papel dos/as extensionistas e pesquisadores/as de buscarem informações que possam ajudar na formulação de respostas aos problemas que se colocam no momento em que as famílias agricultoras participam ativamente do desenho dos sistemas e dependem de um bom resultado dos mesmos. Depreende-se, assim, que nesse diálogo de saberes, a própria formulação do problema de pesquisa advém do diálogo, não sendo imposta por nenhuma das partes.

Sobre não impor o que as famílias agricultoras precisam conhecer ou praticar, o pesquisador 2 afirmou que não é desejável que a seleção dos participantes fosse somente por pessoas que já utilizam manejo orgânico ou que desejam o manejo orgânico. Ele faz uma preleção sobre os impactos do uso de agrotóxicos para afirmar a importância de que esse trabalho possa proporcionar ao menos a redução do uso desse tipo de insumos (como os herbicidas) e fomentar a adoção de técnicas de manejo sustentáveis.

No projeto atual, a tentativa de radicalização da participação, com maior diálogo dos envolvidos para a formulação da proposta de pesquisa (o desenho dos sistemas, técnicas de manejo e forma de avaliá-los) tende a estimular o diálogo de saberes, a ampliar a participação dos envolvidos e envolvidas e aprofundar a experiência de todos e todas, especialmente das famílias agricultoras quanto aos conhecimentos e vivências em sistemas agroflorestais.

O pesquisador 2, proponente do projeto, relata que

Quando a gente começou a discutir, os extensionistas, alguns deles ficaram meio perdidos, porque eles acharam que eu ia propor ó, você vai fazer consórcio de café, pupunha, banana, ingá. Eu não falei isso. Cada extensionista vai construir junto com o agricultor o seu projeto. E aí, em função disso nós fizemos o processo de capacitação para discussão da [elaboração do projeto] trazendo informações pra ajudar o pessoal na discussão. Eles estão montando as unidades com os agricultores a partir dessas informações e das experiências e anseios que a família tem (Pesquisador 2).

A capacitação mencionada pelo pesquisador 2 foi realizada de modo virtual em duas atividades distintas: (1) apresentação dos pré-projetos pelos extensionistas e famílias aos demais membros do grupo realizada dias 29 e 30 de junho de 2020 com discussão das propostas apresentadas e (2) capacitação virtual nos dias 7, 24 e 31 de julho de 2020. Todo esse processo ocorreu virtualmente como uma estratégia para dar continuidade ao projeto no contexto da Pandemia Covid-19.

Há uma compreensão de que as famílias agricultoras devem possuir protagonismo na experiência em curso por sediarem as UPPs em suas propriedades. O problema real deve orientar o curso da ação. Os três pesquisadores envolvidos enfatizam esse aspecto da proposta e o pesquisador 3 pontua da seguinte maneira:

Outro desafio vai ser fazer com que essas experiências de fato seja bem sucedidas, que os resultados que eles vão obter nessa consorciação se reflitam em termos de ânimo, ver que o café de fato está respondendo melhor, que agora ele tem uma outra fonte de renda na propriedade, então, essa percepção do que é a proposta de um consórcio, do que você espera na propriedade e do que de fato a família está colhendo é uma coisa que a gente quer ver, é um desafio que a gente quer ver isso acontecer. (Pesquisador 3)

A questão pontuada provoca reflexão sobre uma dimensão ética desse trabalho de pesquisa que conta com a participação de famílias que dependem de bons resultados para melhorar suas condições de trabalho e qualidade de vida e é exatamente por isso que parecem ter se aproximado do projeto das UPPs. O pesquisador 3 afirma a necessidade de minimizar os riscos e trabalhar juntamente com famílias e com extensionistas para que a construção de sistemas possa trazer bons resultados.

Também foi enfatizada pelos pesquisadores uma compreensão de que as famílias possuem uma visão do todo por estarem em suas propriedades e por lidarem com o manejo do sistema. Assim foi formulada a proposta de que os objetivos, as expectativas, os recursos

disponíveis, as condições de cada família fossem os pontos de partida para a elaboração do projeto de instalação de cada UPP, trabalho desenvolvido pela parceria entre extensionistas e agricultores/as, com as contribuições de outros membros do projeto. Área a ser utilizada, espécies a serem utilizadas, espaçamentos, desenho do sistema e métodos de plantio foram algumas das decisões implicadas nessa fase de elaboração do projeto. Quando perguntada sobre como foi essa etapa do trabalho, a família agricultora 3 respondeu:

*[filha-agricultora 3:] A gente foi conversando pra ver qual seria melhor, a gente foi decidindo... palmito... ele [o extensionista responsável pelo acompanhamento da UPP] foi dando umas opções pra gente escolher aí a gente foi vendo qual que era melhor pra gente, conversando assim, mudando algumas coisas que não ficavam bem encaixadas. A gente conversou bastante, a gente ficou uns três dias conversando pra definir tudo [agricultor 3:] Acho que foi até mais. [filha-agricultora 3:] A gente ficou um bom tempo conversando pra gente chegar no projeto final. [eu: **Pra chegar nas culturas que vocês iam plantar?**] Sim. E nos espaçamentos... levou um tempinho.*

O agricultor 2, de outra UPP, também reflete sobre o processo de elaboração do projeto e sobre as conversas entre ele, sua esposa, a agricultora 2, e o extensionista responsável pelo acompanhamento da UPP. Nesse caso, o agricultor julgava importante utilizar no sistema clones do café conilon por ele já conhecidos e utilizados na propriedade. Foram feitas conversas com especialistas, com membros do projeto das UPPs e conversas entre a família agricultora e o extensionista até que se definisse a solução para a questão.

Por exemplo, muda de café, por que eu comprar muda num viveiro que eu conheço e querer as mudas de café que eu conhecia? Essa foi uma discussão importante, porque se você compra um café de lá do norte [do Espírito Santo], por exemplo, a empresa ganha [a licitação], igual a que ganhou do esterco, vem um café que eu não conheço e talvez não vai adaptar aqui. Então, esse café que eu peguei aqui, alguns clones deles estão sombreados, por banana, beirada de capoeira, de reserva, então foi tentar adaptar isso aí. E nessa discussão o extensionista³⁷ ia se comunicando com outras pessoas, 'olha, o produtor quer isso, o que você acha?'. Então foi uma coisa bem feita, eu gostei da maneira que foi conduzido. Mas eu, o extensionista³⁸ e minha esposa³⁹, a gente estava sempre conversando pra decidir. (Agricultor 2)

³⁷ Omitido nome do extensionista.

³⁸ Omitido nome do extensionista.

³⁹ Omitido nome da esposa, agricultora 2.

Essa participação ativa da família nas discussões sobre o sistema a ser implantado dialoga perfeitamente com a definição de projeto oferecida por Vieira Pinto (2005), projeto este que acompanha o ato técnico. Ou seja, o processo relatado no trecho de entrevista acima possui claramente um caráter técnico, pois articula ideias representativas acerca da realidade em prol de uma objetivação a se dar por meio da produção. A escolha de objetos e meios de ação visa potencializar a ação humana na manipulação das forças naturais.

Se a faculdade de projetar é intrínseca ao ser humano, ela não desaparece em um contexto de declínio de uma certa fase histórica; não estaciona diante da incapacidade de apreensão da realidade e invenção de novos meios técnicos no contexto de uma base tecnológica específica. Pelo contrário, “é impulsionada pelo próprio fato de esbarrar no limite do possível daquele momento, na verdade a manifestação sensível da contradição com que o homem se depara em tal momento” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 68).

A reflexão anterior ajuda a entender uma família agricultora e um agente de extensão rural discutindo durante vários dias o projeto de um SAF a ser implantado por esta família, pois trata-se do ser humano em busca de outra forma de resolver sua contradição com a natureza, utilizando procedimentos que lhes proporcione melhores condições de existência do que os procedimentos até então utilizados.

Um ponto comum à maioria dos participantes entrevistados é a denúncia dos males e da insegurança provocados pela dependência dos insumos e procedimentos técnicos relacionados à agricultura hegemônica. Por isso, o grupo se mostra empenhado nessa denúncia e na construção de novos conhecimentos que possam ajudar a resolver as contradições por eles experimentadas. A fala do agricultor 2 ilustra esse ponto:

Divulga tudo o que você achar que o resultado foi positivo. Divulga porque isso só vai chegar nas autoridades os resultados que o próprio produtor ou alguém que incentiva o produtor a fazer, [se] divulgar. Alguém vai saber que eu tô produzindo orgânico se eu não divulgar? Não. O resultado meu vai ser satisfatório se for pensando só na minha família? Não. Eu tenho que divulgar, eu tenho que falar. Tenho que mostrar pra sociedade que a maneira de hoje, ela vai ter um fim. Até quando nós vamos produzir café de qualidade com esse monte de veneno? Até quando o mundo vai aceitar esse jeito de trabalhar? Vai ter um fim, você pode ter certeza. Alguns países já barram compra de café por causa de veneno. Não só pensando no café, mas em outras coisas, outros produtos que vão pro mercado e vão cheios de veneno. (Agricultor 2)

Assim, a participação das famílias agricultoras vai sendo construída tendo como impulso a utopia de um outro modo de trabalhar e fazer agricultura. Dois momentos vivenciados

durante a pesquisa exemplificam a maneira como tem havido uma radicalização da participação no projeto das UPPs. Esses dois momentos são a caminhada até a árvore do louro-pardo e a reunião de planejamento do processo participativo ocorrida dia 09 de novembro de 2021 em Alegre-ES. Falarei sobre cada um desses momentos nas duas subseções que seguem.

8.1.1 A centralidade da família agricultora no manejo agroecológico e a construção de uma participação não subordinada

Antes de relatar a caminhada até o louro-pardo, é importante contextualizar essa cena para que se possa compreender seu significado em plenitude. De alguma maneira essa cena está relacionada a uma questão levantada pelo pesquisador 2 e que diz respeito à soberania dos agricultores quanto às percepções que orientam o manejo do sistema e a adequação do processo. Segundo ele

Quando se trata de manejo do sistema, é o agricultor que tem o domínio do sistema, é ele que observa os resultados do manejo. Quando a gente fala de um consórcio com banana, a gente pode propor um espaçamento do café 3x1 e da banana 5x5 [...] Se eu proponho colocar lá café com o espaçamento 3x1, deixando lá 4 hastes por planta, e a banana 5x5, só que o agricultor ele observa o seguinte, tá abafando muito o café, nós vamos botar a banana 6x6 ou 6x5, aumentar um pouquinho o espaçamento pra dar mais luz pro café, ele pode tomar essa decisão, porque ele tá observando no manejo... porque o clima daqui pode ser diferente do clima do município vizinho, ou mesmo dentro do município tem climas diferentes, às vezes é altitude, chove mais, chove menos, então ele fala assim, olha, o café, ele tende a encorpar um pouquinho e 3x1 ficou muito fechado, seria bom botar 3x3 porque os galhos crescem um pouquinho mais. Essa informação técnica a gente tira ali dentro [mostra a mesa de trabalho], mas quando vai pra propriedade do agricultor, ninguém melhor do que ele pra ir fazendo essas observações. Então, os agricultores, pela experiência, eles vão fazendo isso. (Pesquisador 2)

A agroecologia é reconhecida como um conjunto de práticas, pois os saberes locais próprios dos sujeitos, bem como as soluções por eles buscadas adquirem nessa abordagem transdisciplinar uma centralidade que pode ser evidenciada pela relevância do manejo agroecológico. O saber local, produzido e reproduzido pelos agricultores e agricultoras é o ponto de partida e chegada dos conhecimentos agroecológicos que têm nas práticas de manejo, e não em produtos mercantis, o cerne dessa abordagem tecnológica.

Vieira Pinto (2005) afirma que na atual fase de desenvolvimento histórico predomina uma separação entre teoria e prática que se traduz na dominação dos sujeitos pela técnica. Seria

demais afirmar que a proposta rompe absolutamente essa condição alienada. Todavia, a experiência aqui estudada posiciona agricultores e extensionistas em um lugar onde possam pensar sobre o que fazem e agir conforme pensam, no processo dialético de construção de conhecimentos orientados pelos sonhos, pelas necessidades, pelas experiências e pela emancipação. Enfim, estabelece condições para a emergência de relações emancipadoras com o conhecimento, com a técnica e com o trabalho.

A ampliação da experiência e radicalização da participação pode, inclusive, proporcionar outras percepções acerca dos aspectos considerados cruciais para a avaliação dos sistemas. Vimos que na avaliação participativa do experimento na UAFEBN foram considerados pontos levantados pelos agricultores e agricultoras como umidade do solo, mato na entrelinha, conforto do trabalhador, necessidade de mão de obra e rentabilidade do sistema. Agora, as famílias poderão vir a considerar outros parâmetros relevantes que antes não foram considerados, até mesmo pelas especificidades das áreas onde as UPPs estão sendo instaladas e pelos seus objetivos de participação no projeto. Na verdade, alguns pontos já foram mencionados em momentos de discussão como qualidade de vida, recuperação de nascentes e áreas de erosão, beleza da propriedade.

Ainda não é possível afirmar que tais aspectos foram incorporados na avaliação, pois o processo está em construção, mas há indícios de que os pontos trazidos pelas famílias serão objeto da avaliação participativa das UPPs.

Por exemplo, a família 4, que está implantando uma das UPPs, possui diversos objetivos, entre eles a recuperação de uma área de erosão, a recuperação e preservação de nascentes, a diversificação da produção, a beleza da propriedade e a produção de madeira que poderá ser utilizada na fabricação de móveis e em construções. O filho-agricultor 4, que é arquiteto e decidiu retornar para a propriedade e trabalhar ao lado dos pais, fala em um momento da entrevista sobre suas preocupações e anseios que o levaram a juntamente com os pais se envolverem no projeto Reflorestar⁴⁰:

[Filho-agricultor 4:] O Reflorestar, nos últimos tempos que eu estou aqui, foi um projeto que a gente começou a desenvolver em parceria inicialmente com o Incaper, depois foi tomando outros gestores, outros condutores ali dentro do processo. Mas a gente ainda tem o que fazer

⁴⁰ O Programa Reflorestar é uma iniciativa do governo do Espírito Santo para conservar e recuperar a cobertura vegetal visando promover a restauração do ciclo hidrológico. O programa é operacionalizado pela metodologia de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

*pro projeto⁴¹, mas a gente já está feliz com alguns resultados que ele já tem. Essa área que já tem pra cima da nascente, na nascente em específico. [Agricultora 4:] bastante. Esse ano aquele Corguinho ficou cheio de água, muita água. Eu acho que de agora pra frente... porque a gente vê a umidade pra onde que ela tá indo, lá longe, porque antes a umidade ia só perto, mas quanto mais tem mata, a água vai expandindo, a umidade vai longe e a água não seca muito. [Filho-agricultor 4:] A gente já tem resultados dessa intervenção. Nítidos. De volume de água... a nossa preocupação era muito também **da própria água que a gente consome no sítio**, que é uma água de poço semiartesiano e que usa dessa nascente. Foi uma das primeiras preocupações no meu retorno de Vitória pra cá, **esse cuidado com o entorno da casa, a nascente. Preservar. Tirar aquele aspecto seco, feio, aquela coisa de área degradada, e trazer um verde bonito pro nosso contexto** (filho-agricultor 4)*

As falas acima transcritas, revelam as preocupações com a preservação da água, possivelmente fruto de alguma insegurança hídrica que já vinha sendo sentida, e com a beleza no entorno da casa. O trecho abaixo salienta o momento em que algumas questões trazidas pela família 4 apareceram. Registro abaixo a percepção da pesquisadora 1, responsável pela coordenação da avaliação participativa, sobre esse momento:

Eu me lembro quando foram apresentados os projetos das UPPs, que veio com essa proposta, e ele mesmo que apresentou [filho-agricultor 4], e a justificativa dele eu achei fantástica, bom, ele quer fazer móveis por causa da experiência de arquiteto que ele tem e traz também que ele tá lá numa região que é turística, ele tá na beira de uma rodovia, então ele quer também beleza no meio do café, eu me lembro bem disso. Aí você vê a reação dos cientistas, engenheiros florestais e agrônomos, ‘mas como assim, peraí, isso é uma espécie que a gente não conhece, a gente não sabe sobre o sistema radicular da planta’, foi a primeira coisa levantada, ‘mas o que a raiz dessa árvore vai fazer no café?’ [...] E aí, o resumo da ópera, bom, ‘vocês que são os especialistas nisso, se virem pra procurar os conhecimentos necessários pra saber como essa árvore é e o que ela vai fazer no meio do café que a gente já sabe como é’. Isso pra mim é um exemplo bem claro dessa perspectiva dialógica, você tem um conhecimento de uma rapaz que é agricultor, mas também é arquiteto, aí tem o conhecimento dele de arquiteto envolvido e dos interesses dele da produção de móveis, mas você tem envolvido aí uma sensibilidade, ‘eu quero beleza’, quando ele falou que quer que fique bonita a lavoura de café porque o louro-

⁴¹ A família realizou o cercamento para limitar acesso de gado e evitar assoreamento do curso hídrico e plantio de algumas espécies – que sofreram muitos ataques de formigas. Observa-se também um processo de regeneração natural da área com presença de indivíduos jovens.

pardo é uma árvore bonita [...] Mas, se bem resolvida essa questão, e pra mim bem resolvida essa questão é conseguir botar o louro-pardo no meio do café para aquele agricultor e transformar o café em café produtivo, o louro-pardo em produtivo, e um dia ele ter a fábrica de móveis e ele ter a propriedade bonita, pra mim isso é o bem resolver da questão. (Pesquisadora 1)

A pesquisadora 1 observou que no momento em que o agricultor apresentou a intenção de incluir louro-pardo no sistema, que é a árvore de interesse para futura utilização de madeira, membros do projeto indicaram não saber como essa espécie iria se comportar no meio do cafezal. O impacto da proposta trazida pelo agricultor e as dúvidas geradas promoveram uma discussão e abriram espaço para a emergência de novos conhecimentos. A esse respeito, pude observar um momento de grande significado transdisciplinar, conforme relato em seguida.

No dia 04 de novembro de 2021 a equipe do projeto, incluindo agricultores e agricultoras das outras unidades, realizou uma visita à UPP em questão. Após deixarmos a área onde está sendo implantada a UPP, caminhamos ao longo de uma estrada que corta a propriedade e o filho-agricultor 4 e seu pai, agricultor 4, nos mostraram uma árvore de louro-pardo que cresceu em uma área de cafezal ao lado da estrada. Pesquisadores e extensionistas observaram a árvore e os pés de café e puderam constatar que os pés de café sob a sombra da árvore apresentavam uma boa aparência.

Figura 7 - Árvore do Louro-pardo ao centro da imagem à esquerda e equipe do projeto reunida sob outra árvore de Louro-pardo na mesma UPP na imagem à direita



Fonte: a autora.

A cena anteriormente relatada não foi registrada em fotografia, entretanto, em uma visita à UPP de Iúna realizada no dia 6 de abril de 2022 foi possível fazer dois registros que auxiliam na representação daquele momento. A Figura 7 contém duas imagens: a imagem à esquerda retrata a árvore de louro-pardo e a estrada mencionadas no relato e a imagem à direita retrata um momento de discussão da equipe do projeto sob a sombra de uma outra árvore de louro-pardo, situada ao lado da área onde está sendo implantada a UPP.

Essa caminhada pela estrada em direção ao louro-pardo e aos pés de café se revestiu de um significado profundo por ter sido uma ação concreta de alimentação do diálogo anteriormente iniciado (quando a família desenhou o SAF juntamente com o extensionista). O diálogo sobre a implantação de um Sistema Agroflorestal com uma espécie de árvore cujo sistema radicular não era então conhecido pelos extensionistas e pesquisadores, não degenerou para uma situação de busca de persuasão para que a família agricultora mudasse o projeto, nem tampouco de aceitação passiva por parte de extensionistas e pesquisadores.

O episódio aqui tratado reflete um processo de escuta orientada pelo princípio de dialogicidade, ou seja, pelo sentir comum e, assim, constrói-se um espaço de busca do conhecimento orientado pela necessidade de transformação da realidade. O ato de ir ao louro-pardo para observar e discutir a ideia da família agricultora evidencia uma premissa teórica: a crença nos agricultores e agricultoras, e na construção dialógica do conhecimento.

Paulo Freire (1978b, p.96) afirma que “ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens, o diálogo se faz uma relação horizontal, em que a confiança de um polo no outro é consequência óbvia”. Nessa condição a comunicação se estabelece de modo que seja respeitada a capacidade de pensar, decidir e aprender de todos e todas envolvidas.

Ademais, o ato da caminhada pode ser relacionado à noção de práxis, pois conforme afirma Freire (1979, p.28) “é atuando que posso transformar meu anteprojeto em projeto; na minha biblioteca tenho um anteprojeto que se faz projeto por meio da práxis e não por meio do blábláblá.” O ponto de partida para a transformação do mundo pelos homens e mulheres é sempre o seu aqui e agora (FREIRE, 1978b), por isso, é preciso perceber a grandeza e o potencial de um momento simples como essa caminhada até o louro-pardo e as observações e comentários realizados ao pé da árvore.

O projeto das UPPs abre espaço para que esse diálogo ocorra, sem que nenhum tipo de conhecimento seja enaltecido ou desmerecido por ser científico ou experiencial, pois isso implicaria uma participação subordinada daqueles cujo conhecimento e capacidade de aprender fossem negadas.

Mesmo que algumas falas ou comportamentos individuais deslizem nesse sentido, o projeto está estruturado sob uma premissa dialógica e o grupo vem amadurecendo no sentido da construção de uma síntese cultural.

Outro momento relevante foi uma oficina de socialização dos resultados do experimento e reflexão sobre a experiência de avaliação participativa na UAFEBN, bem como de capacitação para pesquisa participativa (Figura 8). Para tal oficina, realizada 13 de outubro de 2021 em Pacotuba, foram convidados/as bolsistas, extensionistas e pesquisadores.

Figura 8 – Oficina sobre os resultados da UAFEBN e capacitação para pesquisa participativa



Fonte: a autora.

Na ocasião, o grupo presente constatou que não fazia o menor sentido planejar a avaliação participativa sem a participação dos agricultores e das agricultoras. Decidiu-se então pela realização de uma oficina de planejamento da avaliação participativa do projeto das UPPs, desta vez com todos e todas as envolvidas, no município de Alegre, no dia 09 de novembro de 2021. Esse momento será relatado em seguida.

8.1.2 A oficina do processo participativo nas Unidades de Pesquisa Participativa (UPPs)

Como foi mencionado, no dia 09 de novembro de 2021 foi realizada uma Oficina de Planejamento do Processo Participativo das UPPs com o objetivo central de discutir o processo de avaliação participativa das UPPs e indicadores a serem utilizados. A oficina reuniu toda a equipe no Centro de Referência em Assistência Social (Cras), no município de Alegre-ES,

tendo início às 8h30min e término às 15h10min. Estiveram presentes agricultores e agricultoras, agentes de extensão rural, pesquisadores/a e bolsistas (Figura 9).

Figura 9 - Momento de reflexão sobre participação



Fonte: Patrícia Elisa da Silva Moreira.

Após reflexão sobre trajetória do projeto e sobre o significado da participação, a equipe se dividiu em quatro grupos de cinco pessoas cada. Para divisão considerou-se a representação de agricultores/as, extensionistas e pesquisadores/as (ou bolsistas) em cada grupo (Figura 10).

Figura 10 – Discussão em grupos



Fonte: Patrícia Elisa da Silva Moreira.

Antes do início das discussões em grupos, foram apresentados os dezessete indicadores de sustentabilidade utilizados no processo de avaliação participativa na UAFEBN e uma sequência de perguntas (Quadro 4) que haviam sido pensadas pelo grupo reduzido participante da reunião ocorrida dia 13 de outubro de 2021 na FEBN/Incaper, em Pacotuba.

Quadro 4 - Perguntas apresentadas aos grupos para discussão

Eixo 1: Atividades (quais/quantas/como as atividades de avaliação serão realizadas?)

1. O que será avaliado?
 - a. **Para o grupo pensar:** serão utilizados os mesmos indicadores de avaliação [da UAFEEN] ou poderão ser acrescentados/retirados ou acrescentados outros?
 - i. Sugestão: rever os indicadores na folha de indicadores
2. Como nós vamos tornar participativos os processos nas UPPs:
 - a. Cada escritório vai formar um grupo de agricultores para acompanhar a UPP de cada município?
 - b. Como se darão as avaliações e a relação com as comunidades locais?
 - c. Há recursos disponíveis para envolver os grupos de todos os municípios participantes?
 - d. Como será feita a integração entre as UPP's?
 - e. Vamos fazer outra avaliação participativa na FEBN? Como? Só com a percepção dos agricultores ou com os dados da pesquisa?
3. Qual a frequência das avaliações?
4. Quem vai participar das avaliações?
5. Poderia reunir os agricultores que já possuem SAFs?

Eixo 2: Metodologia

1. Como será feita a avaliação produtiva em situações distintas?
2. Como comparar as diferentes avaliações das 4 UPPs, se as mesmas possuem realidades diferentes?
3. Como serão publicados e divulgados os resultados?
4. Qual será o peso das avaliações?

Fonte: Elaborado pelo grupo na reunião de 13/10/2021 e organizado pelos mediadores da reunião de 09/11/2021.

Após o almoço cada grupo apresentou sua proposta em cartazes e, depois, ocorreu a plenária com os encaminhamentos.

Da observação do Quadro 4 é possível perceber que questões amplas e definidoras do andamento do projeto foram apresentadas para discussão. São questões que fazem referência tanto ao processo de participação no decorrer da experiência quanto de avaliação da mesma, por serem dimensões que se interconectam no desenvolvimento da experiência.

O ponto 2 do eixo 1, “Como nós vamos tornar participativos os processos nas UPPs” foi muito discutido pelo grupo, especialmente em relação à incorporação de membros das comunidades locais nas atividades de avaliação das unidades. Foram apresentados argumentos favoráveis e contrários ao envolvimento de outros agricultores e agricultoras no processo participativo de acompanhamento e avaliação das UPPs.

Um dos agricultores manifestou preocupação de que outras pessoas que não estão abertas à agroecologia possam vir a julgá-los de modo negativo, relatando já ter sofrido muitas críticas por, por exemplo, trabalhar com culturas diversificadas e por não utilizar herbicidas. Em contraposição, outro agricultor presente relatou que só é integrante desse projeto atual porque no passado teve a oportunidade de conhecer experiências em agroecologia, afirmando ser muito importante divulgar esse trabalho para outras famílias agricultoras.

Foi encaminhado então que o nível do trabalho de avaliação será diferente entre agricultores/as das UPPs e os demais que serão convidados a se integrar ao processo. O grupo refletiu que numa perspectiva de construção de conhecimentos, famílias agricultoras interessadas em cultivo em SAFs e manejo agroecológico podem ser convidadas a participar dessa construção. A planilha de avaliação utilizada na avaliação da UAFEBN será revista e adaptada para esta avaliação mais ampliada.

Já o processo de avaliação das UPPs pelas famílias agricultoras, extensionistas, pesquisadores/as e bolsistas do projeto deverá ainda ser objeto de diálogo entre famílias agricultoras e extensionistas e de reflexão por todos os membros do projeto sob coordenação da pesquisadora 1. Já foi aventado, por exemplo, que a qualidade de vida e novos indicadores sociais de retorno econômico (para além da rentabilidade dos cultivos) precisam ser somados ao processo de avaliação, cabendo ainda pensar em como os avaliar.

O grupo também refletiu sobre a complexidade do processo de avaliação participativa, sobre este ser diferente de uma avaliação científica tradicional, entretanto, também foi pontuado que a avaliação participativa não deixa de ser científica

Em relação às atividades de campo, pactuou-se que será realizada uma visita por ano em cada UPP e uma excursão para conhecer experiências agroecológicas. Será também realizada uma visita à UAFEBN para socialização dos resultados já obtidos com o experimento⁴² e uma reunião de avaliação e planejamento do projeto ao final de cada ano, bem como oficinas temáticas que podem ou não ser concomitantes às visitas às UPPs. Uma das oficinas temáticas será para apresentar os conceitos de indicadores e verificadores e discuti-los no processo de avaliação das quatro unidades.

⁴² O experimento proporcionou conhecimentos sobre a dinâmica de entrada de resíduos orgânicos no sistema por meio do estudo sobre a decomposição de matéria orgânica e liberação de nutrientes de cada uma das quatro espécies consorciadas com café conilon. Do ponto de vista técnico esse conhecimento amplia as possibilidades de sincronização entre a poda das espécies e a liberação de nutrientes nos períodos cruciais para o desenvolvimento do fruto do café, melhorando sua produtividade. (ARAUJO *et al.*, 2021).

Sobre os encaminhamentos que envolveram a definição das atividades acima, dois pontos se destacam em relação à participação das famílias agricultoras e integração do grupo envolvido no projeto.

O primeiro é que os resultados da UAFEBN haviam sido apresentados na reunião na FEBN em Pacotuba no dia 13 de outubro de 2021. Os resultados quando apresentados aos e às extensionistas provocaram interesse, sobretudo naqueles que haviam participado da avaliação participativa do experimento. Evidenciou-se a necessidade de apresentação desses resultados também às famílias agricultoras. Extensionistas afirmaram que aquelas informações serão importantes para agricultores e agricultoras que estão implantando as UPPs.

É necessário registrar que além da avaliação participativa tendo como base a percepção dos agricultores e das agricultoras, a UAFEBN foi objeto de diversas avaliações sistemáticas utilizando métodos de pesquisa experimental por parte dos pesquisadores e bolsistas. O grupo definiu que os resultados das avaliações científicas conduzidas na unidade, especialmente os resultados que avançam em conhecimentos sobre sincronização das podas e desenvolvimento dos frutos do café, deverão ser apresentados às famílias agricultoras para agregar novos conhecimentos sobre o manejo dos SAFs que estão sendo implantados.

O segundo ponto é que essa discussão sobre as atividades de campo a serem realizadas abriu espaço para que as famílias agricultoras apresentassem sua disponibilidade e suas limitações, por exemplo, quando um dos agricultores afirmou que duas visitas por ano a cada UPP significariam, ao todo, 8 visitas por ano considerando que são 4 UPPs, isso o sobrecarregaria. Os demais concordaram. Agricultores e agricultoras manifestaram grande interesse pelas excursões.

Um dos agricultores já havia me confessado em um momento de conversa que os/as agentes de extensão rural do Incaper procuram organizar atividades de modo a não conflitar com os períodos de grande demanda de trabalho no meio rural, como a colheita do café, e também articulam as participações das famílias agricultoras de modo a não sobrecarregá-las.

Esse momento de pactuação das atividades é interessante pois, da maneira como se deu, ou seja, com as pessoas se manifestando, pode ajudar para que expectativas sejam contempladas, limitações de tempo e disponibilidade sejam respeitadas e, principalmente, para garantir a participação dos envolvidos e envolvidas em momentos importantes de decisão e acompanhamento do projeto.

No transcorrer das atividades como a aqui relatada, ao longo de decisões e ações tomadas, o sentido da participação vai sendo construído pelo grupo. Na experiência precedente agricultores e agricultoras foram pontualmente inseridos na pesquisa para avaliar por meio de

sua percepção os resultados do experimento. Agora, objetiva-se ampliar essa participação e, naturalmente, os objetivos e métodos de avaliação estão sendo postos em questionamento e ponderados por todos e todas envolvidas. As diversas expectativas e objetivos deverão imprimir um novo sentido para a atividade de avaliação da pesquisa que se está desenvolvendo. Tal atividade de avaliação deverá consolidar um processo de busca e construção de conhecimentos pertinentes a todos os grupos envolvidos no projeto.

8.2 DESAFIOS À PARTICIPAÇÃO E AO TRABALHO TRANSDISCIPLINAR

O diálogo de saberes por vezes esbarra em dificuldades que, conforme Freire (2011) alertou, precisam ser problematizadas e não tomadas apressadamente como justificativa para a intervenção antidialógica. Muitas dessas dificuldades podem ser relacionadas à estrutura social desigual e ao longo histórico de opressão e silenciamento a que camponesas e camponeses têm sido submetidos.

A esse respeito coletei um depoimento de uma agricultora sobre uma conversa entre ela e um agrônomo (não vinculado ao projeto das UPPs):

*Um dia chegou um menino [...] ... ah, a gente estava comentando sobre esterco de galinha, a gente já viu que o esterco de galinha, pra nossa propriedade ele traz mais benefícios do que o esterco de boi. O rapaz é agrônomo e tal, [e disse:] não, mas o esterco de boi tem mais propriedades, tem isso e tem aquilo, então eu não quis discutir, porque ele estudou que aquilo ali é melhor, mas na praticidade, a gente viu que o esterco de galinha, ele dá uma produtividade melhor e uma qualidade melhor, **então eu não quis discutir**. E o esterco de boi traz tiririca, traz um monte de coisas, **não vou discutir porque não adianta nada, ele estudou lá dentro de um escritório e a gente tá estudando ali na prática, todo dia, trabalhando com aquilo ali.** (Agricultora 2)*

A fala da agricultora revela uma situação conflituosa, na qual os conhecimentos técnico-científicos, de um lado, e os conhecimentos experienciais e locais, de outro, se colocam como antagonicos. Tal antagonismo é representado pelo agrônomo que teve sua formação em alguma instituição formal de ensino e a agricultora, que teve sua formação na vivência, na lida. Em nossa sociedade, os conhecimentos dos agricultores e agricultoras são frequentemente menosprezados e algumas vezes são violentamente reprimidos, isso pode ser relacionado ao fato desses sujeitos optarem por silenciar.

Um dos depoimentos que me foram dados durante as entrevistas expressa o modo como os conflitos que envolvem a participação podem tomar dimensões concretas e perigosas quando ameaçam interesses das elites políticas e econômicas. O relato se refere à dinâmica de participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS)⁴³ em um município onde o extensionista 1 já atuou.

*Fui ameaçado de morte, me ligaram ameaçando de morte, na rua os capangas me mandavam indireta, 'ó tem gente aí que chegou na cidade fazendo mal ao prefeito...' aí eu recebi a ameaça, corri risco de vida muito grande, até esse prefeito está preso tá? [eu: **Qual era o conflito?**] O conflito é: metodologias participativas e empoderamento do agricultor, esse é o conflito! Conselho Municipal. [Prefeito dizia:] Põe ali, fala, eu preciso de máquina, e esse conselho comigo lá eu passei a fazer o trabalho nas comunidades de diagnóstico participativo, e selecionar as prioridades por eles, e essas prioridades eram levadas pro conselho, e o conselho votou, aprovou aquela prioridade, tanto é que criou referência lá em agroindústrias devido à esse trabalho que ficou lá, só que o prefeito queria uma retroescavadeira, e pressionava os agricultores e eu vi aquilo, e doía [...].*

O fato relatado pelo entrevistado 1 escancara a dimensão política que toca a questão da participação, pois ela vem a abalar o estado das coisas. A participação promove questionamentos sobre a concentração do poder e leva agricultores e a agricultoras, no caso relatado, a ocupar uma instância política-decisória e fazer valer seus direitos. O extensionista, ao facilitar e defender esse processo, se vê ameaçado e resiste tendo recebido o apoio da comunidade. Tal relato nos faz lembrar do próprio Paulo Freire, quando preso e interrogado pelos militares após o golpe de 1964 (FREIRE, 1992); as acusações que incidiram sobre ele relacionavam-se à sua defesa incansável do direito dos oprimidos em lutarem por suas vidas, por sua liberdade e dignidade.

Percebe-se que a construção da participação não é simples. Especificamente em relação à busca dialógica por conhecimentos, um dos desafios que se coloca é construir participações que, respeitando as diferenças individuais, não caminhem para a subordinação ou para o autoritarismo. O *status quo* dos pesquisadores e extensionistas também é colocado sob

⁴³ Os CMDRS são instâncias deliberativas, consultivas e fiscalizadoras regulamentadas pelo Decreto 3.508/2000 com algumas finalidades como deliberar sobre o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e promover a articulação entre as políticas estaduais e federais e a realidade municipal. Trata-se de uma ferramenta de descentralização das políticas de desenvolvimento rural (COUTO et al., 2017).

questionamento, abalando o poder que lhes é conferido pelo tipo de conhecimento dos quais são portadores.

A problematização desse processo envolve enfrentar perguntas como as que seguem: Por que um agricultor convidado não esteve presente? Por que uma agricultora presente não quis falar? Por que só os extensionistas ou pesquisadores se prontificaram a apresentar as discussões feitas em grupos (também composto por agricultores e agricultoras)?

A pesquisadora 1 reflete sobre a importância dessa problematização da participação para a construção agroecológica:

Ao fazer pesquisa participativa, a gente tem que estar o tempo todo atento ao que o agricultor está trazendo, e às vezes ele traz o silêncio, isso é também importante, Às vezes ele não traz... a recusa de participação no projeto é um indicador importante, por exemplo. Será que tem agricultor que a gente convidou e não veio? Por quê? Tudo isso é importante. Minha expectativa é conseguir contribuir com essas reflexões. Vamos ver se a gente consegue ter pernas pra isso. Porque acho que essas reflexões são importantes pra construção do conhecimento em Agroecologia. Eu acho que a gente precisa avançar nisso. Eu também acredito, como você falou, que isso é muito importante, você não faz Agroecologia se você não conseguir interpretar o silêncio da mulher agricultora. Estou exagerando no argumento, mas é isso. (pesquisadora 1)

Em uma entrevista realizada, lembro-me de ter recebido respostas rápidas da família entrevistada. Saí de lá com a sensação de que algo não estava bem. Terá sido a presença do gravador? Terá sido uma atitude de recato frente a alguém que é vista como autoridade, dona do saber? Seria, talvez, uma desconfiança?

A dificuldade do diálogo também pode ser atribuída às diferentes formas de se expressar e perceber as questões. O olhar direcionado para certas coisas e não para outras. E esse é um desafio de todos, até mesmo entre extensionistas, pesquisadores e bolsistas que possuem diversos tipos de vivências e formações acadêmicas.

Posso ter deixado de trazer registros importantes para a tese em decorrência desse processo, ou seja, a atenção direcionada para aspectos que me são mais familiares. Reconheci em alguns momentos minha dificuldade em abrir espaço para explicações de agricultores e agricultoras sobre as técnicas utilizadas na roça. Penso que essas limitações, que refletem o desafio da comunicação, mas não necessariamente impossibilitam o diálogo amparado pelo sentir comum a respeito de uma dada realidade e pela vontade de compreendê-la e transformá-la.

Todas as considerações feitas até aqui já seriam esperadas em uma proposta transdisciplinar de trabalho, pois tratam-se de desafios próprios à estrutura social hierarquizada e desigual da qual fazemos parte e à consequente especialização dos conhecimentos. Nessa experiência do projeto das UPPs, contudo, houve uma dificuldade excepcional relacionada à Pandemia Covid-19. Como conduzir um trabalho transdisciplinar baseado na participação e amparado pelos saberes locais, sem a possibilidade de encontros presenciais?

Em outubro de 2020, em visita às famílias agricultoras juntamente com o coordenador do projeto (seguindo as medidas de prevenção ao contágio) pudemos constatar que se uma família dominava a enxertia do abacate e por isso estava optando pela semeadura direta com realização de enxerto no campo, outra família considerava comprar as mudas enxertadas de abacate por não conhecer a técnica. Caso não houvesse as limitações impostas pela pandemia naquele momento, poderia ter sido promovido um dia de campo sobre enxertia e semeadura direta, por exemplo, no qual agricultores e agricultoras trocariam informações e experiências.

Enquanto as famílias 1, 2 e 4 não dominam conhecimentos sobre a semeadura direta e a enxertia do abacate, o agricultor 3 já aplica essa técnica desde 1996, conforme relato abaixo:

Enxerto de laranja eu nunca vi ninguém fazer, só de ouvir falar, eu fiz e aprendi. A primeira vez eu fiz uma bengala, porque se você botar a pontinha pra cima, ele sai certo, mas se botar a pontinha pra baixo, ele vira e faz isso aqui, fica igual um cabo de guarda-chuva, certinho dá. [...] O primeiro enxerto que eu fiz, deu isso. Isso foi em 1996. Aí vez em quando eu sacaneava meu pai, que ele chegou e viu, aí ele: aquele enxerto que você fez lá, se quiser fazer uma bengala é fácil, é só fazer o enxerto de laranja, aí ele já estava grosso o enxerto, por que eu também não sabia que eu precisava podar ele, aí nós fomos podar, aí estava podando ele pra poder ele ficar baixo e abrir os galhos, mas assim eu aprendi, fazendo bengala que eu aprendi. E o enxerto de abacate é a mesma coisa, se você enxertar ele lá na roça lá, é melhor. Aquele pé de abacate que vocês viram pra baixo do pé de mamão ali, ele tá indo pro quarto ano agora. Ano passado ele deu 10 frutas, aí caiu 3 e vingou 7. E já tá começando a abrir flor outra vez, que no terceiro ano já começa a produzir. Aí em cima lá nós estamos com essa ideia de plantar, marcar e plantar a semente e enxertar, aí você coloca duas sementes por cova e enxerta todas as duas. Aí depois aquela que você agradou mais, você deixa. (Agricultor 3)

Conforme alertado por Gomes (2005), a circulação do conhecimento popular depende do contato direto entre os sujeitos. Assim, diante da impossibilidade de realização de um dia de campo, a família 4 optou por comprar as mudas enxertadas, a família 1 optou por fazer mudas por estaquia e posteriormente enxertar no campo e a família 2 fará a semeadura direta e enxertia

no campo com orientação dos extensionistas locais e/ou técnicos. Vemos por meio desse exemplo que parte da riqueza do trabalho transdisciplinar foi perdida em função das limitações que se apresentavam naquele momento de planejamento e início da implantação.

Durante bastante tempo, as relações ficaram predominantemente restritas à interação entre extensionistas locais e famílias agricultoras (seguindo os protocolos sanitários). As oportunidades de diálogo entre o grupo ampliado (composto por agricultores e agricultoras, extensionistas, pesquisadores e bolsistas) ficaram limitadas a videoconferências. Isso parece ter dado um andamento mais lento às atividades de implantação das UPPs, embora o projeto não estivesse paralisado.

É importante registrar que existiram limitações para a boa interlocução da equipe por meio de videoconferência, como a instabilidade no acesso à internet por parte de alguns membros, a baixa familiaridade com esse meio de interação e, em alguns momentos, a utilização de linguagem acadêmica de difícil compreensão.

Quando perguntada sobre a participação dos agricultores, a pesquisadora 1, responsável pela coordenação da avaliação participativa pondera sobre o desafio imposto pela Pandemia:

[Como é a participação dos agricultores nesse projeto em relação a quanto eles participam disso?] Isso é uma questão pra mim que foi um complicador, ou seja, tem um complicador pra responder essa pergunta que é a Pandemia e o fato de que os técnicos estão trabalhando e a gente não tá indo junto. Porque parece uma bobagem mas o material de pesquisa da gente é tudo, é toda a conversa, ou todo o silêncio, o silêncio lá da Dona Léia⁴⁴, por exemplo, tudo isso é material de pesquisa pra nós. E por causa da pandemia tá muito difícil acompanhar [...] Eu acho, mas eu só acho, como eu falei pra você eu não tenho ido lá, eu gostaria de acompanhar mais os técnicos de conversar mais com os extensionistas nessas visitas que eles estão fazendo, porque às vezes eu tenho a impressão por algumas coisas que eu enxergo, que o agricultor participa pouco de fato, e que é mais a gente levando as coisas pra ele, que tudo bem, ele tem uma expectativa disso mesmo, tudo bem a gente levar também, mas às vezes eu tenho a impressão que essa escuta ativa que eu falei, que é importante, que é essa visão do Paulo Freire, a gente não pratica, é porque a gente não conhece, a gente não foi treinado pra isso. [...] eu penso que nós estamos no caminho, nós estamos tentando. [...] A gente tá aprendendo a fazer, fazendo. Porque a gente acredita que isso é a melhor forma, mas ainda a gente tem os vícios de origem, a gente tem aquelas escorregadelas que de vez em quando a gente dá. Isso é normal, faz parte do processo. É bom que a gente tá caminhando, eu acho que a gente tá

⁴⁴ Nome fictício.

caminhando. Na minha avaliação está no meio do caminho. Nós não estamos fazendo ainda uma pesquisa-ação ou uma pesquisa participativa de fato. Porque eu ainda avalio que o grau de participação do agricultor está pequeno. Agora, a gente tem que considerar que está difícil fazer essa discussão. Essa problematização. E até trazer mais o agricultor. Por quê? Por causa da Pandemia. (Pesquisadora 1)

Assim, é preciso reconhecer que às restrições aos encontros presenciais da equipe, que duraram cerca de 1 ano e meio, colocaram dificuldades para o processo de construção participativa proposta no âmbito do projeto das UPPs. A pesquisadora 1 esclarece suas dúvidas e inquietações no momento em que foi entrevistada, em agosto de 2021, sobre quão participativo teria sido a elaboração dos pré-projetos das UPPs entre técnicos e famílias agricultoras, considerando também a escuta às mulheres e aos jovens. Com a impossibilidade de organizar visitas e espaços de formação e discussão presenciais, o trabalho ficou circunscrito a interações entre extensionistas e famílias e os demais membros acompanharam de maneira limitada esse processo.

Após esse longo período de restrições muito severas e, ao mesmo tempo, totalmente necessárias, o primeiro encontro de toda equipe ocorreu em agosto de 2021 em visita a uma das UPPs, quando todos já haviam recebido pelo menos a 1ª dose da vacina e os casos de Covid-19 estavam em declínio.

Figura 11 - Visita a uma das UPPs, agosto de 2021



Fonte: a autora.

O espaço retratado na Figura 11 é uma área contígua à área da UPP. A família decidiu aproveitar as três árvores frondosas que ali estão e transformar esse espaço que tanto gostam em um local de reunião do projeto, apelidado de “sala de aula”.

Segundo o gestor técnico do projeto, o extensionista 4, o desafio apresentado pela Pandemia Covid-19 ao andamento do projeto, incluindo atrasos nas compras de mudas e esterco, por exemplo, não prejudicou a qualidade do trabalho, pois as famílias tiveram oportunidade de reavaliar decisões sobre o sistema a ser implantado.

De fato, os depoimentos coletados em entrevistas revelam que para alguns os atrasos ocorridos em função da Pandemia foram propícios, como relata o agricultor 1:

Na verdade esse atraso até me ajudou, pela correria que eu estava, até me ajudou um pouco. E a gente já vai adiantando o serviço, igual agora o café velho que tinha que tirar eu já tirei, já marquei o lugar que vai ser as covas do café, já tá marcada, agora só estou esperando o perfurador de solo que a gente comprou [recursos próprios do agricultor] chegar pra gente fazer as covas e plantar em novembro. (Agricultor 1)

A família 4 também se beneficiou do tempo para rever a escolha da área onde seria implantada a UPP. As famílias 2 e 4 traçaram estratégias e até mesmo utilizaram recursos próprios para lidar com os atrasos, iniciando os plantios e preparando a área conforme suas possibilidades.

8.3 A DICOTOMIA TÉCNICO *VERSUS* SOCIAL

O contato com a reflexão de Vieira Pinto a respeito da técnica leva-nos a perceber esta não como uma entidade autônoma, mas sim como o modo tipicamente humano de resolver suas contradições com a realidade objetiva. O ser humano diferencia-se das demais espécies pelo ato de produção que se desenvolve necessariamente em determinados regimes de relações sociais. Assim, a técnica caracteriza a capacidade tipicamente humana de projetar o ato produtivo. Vieira Pinto (2005, p.156) afirma que

Qualquer reflexão filosófica sobre o conceito de técnica que a considere como simples *modus faciendi*, mas não se interesse pelo sujeito executor nem procure determinar o significado dela enquanto aspecto da base do modo social de produzir, desvirtua esse conceito e deixa na sombra a maioria de suas notas inteligíveis.

Tendo em mente a indissociabilidade entre técnica e sociedade acima elucidada, foi inquietante durante a pesquisa de campo perceber a recorrência com a qual a técnica é afirmada como uma entidade independente do “social”. Como se houvesse a técnica de um lado e o social de outro lado. Ou um ou outro. Com a ajuda de Vieira Pinto (2005), foi possível perceber o engodo idealista a que esse raciocínio dicotômico pode nos levar: para afirmar a emancipação humana, precisaríamos negar a técnica.

Ora, mas o que o projeto das UPPs propõe não diz respeito ao desenvolvimento de técnicas? Esse é o momento em que alguém poderia afirmar: são tecnologias sociais. Precisamos esclarecer esse tipo de raciocínio enganoso. A técnica não existe fora do processo histórico geral e das relações sociais que o movem. Adjetivá-la como “social” ratifica uma compreensão ideológica que a coloca como mera forma ou método para se produzir algo, atribuindo-lhe valor ético, ora fabuloso, ora perverso, ocultando o fato de que na atual fase do desenvolvimento histórico, procedimentos, instituições e equipamentos técnicos estão a serviço dos interesses de determinadas classes sociais que, estas sim, submetem grandes massas humanas aos seus interesses espoliadores. Na verdade, não sendo coisa, é a técnica que constitui um adjetivo pois “define primeiramente uma qualidade do ato material produtivo” (VIEIRA PINTO, 2005, p.176). Assim como o conhecimento, a técnica é socialmente construída.

Vejamos uma fala que me permitiu aprofundar essa reflexão sobre a ideologia da técnica.

Pra mim a extensão rural é a gente buscar alternativas, analisando a realidade de cada situação, de cada localidade... avaliar pontos específicos de modo que a gente consiga contribuir para o desenvolvimento regional gerando a independência desse setor, não só do lado agropecuário, mas também do lado social, do lado da saúde da família também. Levar um conjunto. Porque eu vejo que muitos colegas olham apenas a parte técnica, “Ah, vamos aumentar a produção”, ótimo, vai gerar uma renda pro agricultor, mas e o restante? E a saúde da família? A questão do lado ambiental, social? (Extensionista 7).

O trecho transcrito de uma das entrevistas realizadas com membros do projeto, permite-nos elucidar o modo como a “parte técnica” é compreendida como sinônimo de aumento da produção, mesmo que em detrimento da saúde da família e das condições ambientais. Podemos identificar, implícita nesta fala, uma visão da técnica como entidade antagônica, pois conduz a uma elevação da produtividade em detrimento do bem estar humano.

É preciso entender, antes de mais nada, que o produtivismo agrícola no contexto da agricultura capitalista proporciona às corporações monopolistas do agronegócio a realização dos lucros pela venda de máquinas e insumos (por muitos deles se cobram *royalties* e licenças) e pela apropriação do excedente econômico da produção primária.

O vício de raciocínio de identificar a técnica como um ente substantivo motor da história, esclarecido por Vieira Pinto (2005), conduz a esse tipo de dificuldade para compreensão do lugar da técnica no desenvolvimento humano. Posto isso, é necessário afirmar:

- Toda produção é produção social.
- Toda técnica é social porque o ato técnico não existe fora do contexto das relações sociais.
- Se a técnica é percebida como instrumento esmagador de homens e mulheres, isso se dá pelo uso oligocrático que se tem feito dela no contexto das sociedades capitalistas e pelas contradições do próprio capital.
- A técnica, assim como o trabalho, carrega em si um *potencial emancipador*⁴⁵, pois é a partir do ato técnico que a humanidade vivencia suas contradições com a natureza e reafirma sua humanidade.

O que se busca no projeto das UPPs é sim um aprimoramento técnico, ou seja, a concepção de técnicas mais elaboradas a favor dos sujeitos envolvidos e de todos trabalhadores

⁴⁵ Afirmar isso não é o mesmo que alimentar uma visão providencial sobre a técnica ou a tecnologia, pois parte-se da compreensão de que o motor da história não é a técnica, mais sim os sujeitos sociais.

e todas trabalhadoras do campo. Em muitas falas de entrevistados e entrevistadas foi possível perceber a compreensão de que é preciso resolver tecnicamente os impasses que a atual tecnologia agrícola (entendida como conjunto de aparatos e procedimentos técnicos empregados no contexto das sociedades capitalistas) vem produzindo de modo específico no campo e, mais amplamente, em toda a sociedade.

Vieira Pinto (2005, p.169) afirma que

Se alegoricamente quisermos atribuir à técnica alguma valoração moral será a de contribuir para a libertação do homem das situações desumanas de trabalho, seja pela melhora das máquinas, com a poupança do gasto de energia física e mental, seja pelo efeito, que exerce, de induzir no curso histórico momentos críticos contraditórios que a humanidade terá de resolver.

É salutar compreender na fala de muitos entrevistados/as que a crítica dirigida à técnica entificada, ou à assistência técnica, direciona-se na verdade ao regime de relações sociais que subordina o desenvolvimento técnico aos interesses de reprodução capitalista – e o produtivismo reflete tal movimento de subordinação da técnica ao capital. Registrei ponderações como a que segue, na qual o entrevistado reflete sobre a importância do trabalho para o bem estar do ser humano, raciocínio que poderia ser estendido para a importância da técnica e do conhecimento.

Em muitas reuniões eu falo, tá, mas compensa você colher 500 sacas de café, estar muito bem financeiramente e estar com o filho envenenado, a esposa envenenada, todo arreventado? Não compensa! Porque o trabalho não nasceu primeiro que o homem, o ser humano foi criado antes do trabalho; o trabalho é para o bem estar do ser humano e se ele faz mal pro ser humano, pra que trabalhar? Melhor ficar à toa né? [...] Então, Ayana, eu sou um extensionista mesmo, de raiz, porque aprendi com meus pais. Eu vejo assim, antes do tomate, antes do café está o ser humano. Você não pode ter uma cultura, que expulse a pessoa do campo, que comprometa água, comprometa clima, comprometa solo e eu sou bem ligado nisso. (Extensionista 2)

A fala transcrita chama atenção para o problema do uso indiscriminado de agrotóxicos que envenenam de forma aguda e crônica as famílias agricultoras e de forma crônica e sistêmica todo o ambiente. É premente superar a relação de trabalho alienado e projetar meios técnicos capazes de resolver as contradições que se apresentam à humanidade, como a concentração de riquezas, a poluição generalizada e o uso predatório da natureza. Para tanto, o desenvolvimento técnico processado no movimento agroecológico é uma ferramenta crucial nas mãos de mulheres e homens conscientes de que são eles, e não a técnica, os que movimentam a história. A técnica pode potencializar esse movimento.

Na próxima seção, de modo a aprofundar o que foi aqui apresentado, ou seja, uma visão deturpada a respeito da técnica, será discutida a base de conhecimentos recebida pelos/as extensionistas rurais durante sua formação, as contribuições dos pesquisadores e da pesquisadora e os dilemas enfrentados pelos e pelas extensionistas que os levam à busca pela transformação de práticas e conceitos que definem sua atuação.

8.4 O OFÍCIO EXTENSIONISTA EM PROCESSO DE MUDANÇA

Na presente seção, buscarei relacionar os depoimentos de extensionistas e pesquisadores a elementos que parecem obstaculizar uma maior aproximação entre a extensão rural e a agroecologia, tais como os processos de formação de profissionais nas escolas e universidades, bem como o cenário neoliberal de desarticulação da Ater pública. As experiências de aproximação dos sujeitos às metodologias participativas, aos movimentos sociais e ao campo agroecológico, de modo geral, revelam uma postura sensível, crítica e inquietante desses sujeitos por uma formação que lhes possa capacitar a atuarem como facilitadores junto às famílias agricultoras na busca por soluções dos problemas vivenciados.

Quando perguntei a um extensionista qual é a visão dele sobre a agroecologia, seus principais desafios e potencialidades, recebi a seguinte resposta:

Dificuldade sem sombra de dúvida é o capitalismo, se opõe muito à Agroecologia, na minha visão. Acho que um grande, entre aspas, oponente, é o sistema que a gente vive, o capitalismo, baseado numa concepção neoliberal, e todas as consequências muito negativas que traz ao desenvolvimento da humanidade e conseqüentemente ao da Agroecologia. O lobby financeiro, o lobby do agronegócio no Brasil ele dificulta bem, agroecologicamente falando. Eu acho que pontos muito interessantes... eu acho que Agroecologia é pela vida, de uma forma menos moderna, que respeita mais a natureza, e a natureza pensando que somos todos nós, seres humanos os não humanos. Eu acho que a Agroecologia leva isso em conta, leva em conta os humildes, leva em conta os conhecimentos que já existem há séculos e séculos, que de 1970 pra cá a gente quis jogar tudo fora e falar que não presta. Acho que é mais ou menos nesse ponto aí. Essa visão meio filosófica, técnica e política que eu tentei falar. (Extensionista 3)

Por meio da fala anteriormente transcrita, pode-se entrever que mesmo com todas as limitações e interdições impostas ao longo da nossa história à educação e ao pensamento crítico, muitas pessoas ainda teimam em ser sujeitos na busca pelos conhecimentos. Por um lado, o

extensionista 3 denuncia o capitalismo e os obstáculos criados no âmago desse sistema para um desenvolvimento tecnológico popular, identificado na agroecologia. Por outro lado, evidencia a busca humanista que passa pelo respeito e diálogo entre os diversos saberes.

Nas próximas três seções buscarei apresentar e discutir os depoimentos recebidos, sobretudo em relação à base de conhecimentos recebidas pelos extensionistas e pesquisadores, bem como sua aproximação com agroecologia e pesquisa participativa (8.4.1); as contribuições específicas trazidas pelos pesquisadores (8.4.2) e os efeitos da desarticulação neoliberal da Ater pública para a atuação dos agentes de extensão (8.4.3).

8.4.1 As bases de conhecimentos recebidas pelos extensionistas nas escolas técnicas

Vimos na revisão sobre Extensão Rural (ER), que as políticas de ER emergiram no Brasil como uma forma de intervenção extraescolar direcionada à qualificação do trabalhador rural, num processo de negação dos conhecimentos próprios aos agricultores e agricultoras e de afirmação do conhecimento técnico-científico corporificado pelos extensionistas. Vimos também que a política de ER assim conduzida vem promovendo ao longo do tempo a utilização de crédito rural subsidiado e a intensificação do uso de produtos agroindustriais, como pesticidas, herbicidas, adubos minerais, máquinas e implementos agrícolas.

Caporal e Dambrós (2017) relembram que a agricultura dominante teve o apoio técnico não somente da extensão rural, mas também da pesquisa agropecuária e do ensino de ciências agrárias. Dentro dessa tradição é preciso reconhecer que as escolas que formam profissionais, seja de ensino médio ou ensino superior, compartilham amplamente uma lógica disciplinar de elaboração de conhecimentos, como se universidades e centros de pesquisa fossem os únicos espaços em que estes se desenvolvem, dali podendo somente serem transferidos aos demais espaços e sujeitos pelos técnicos, professores e cientistas.

Landini (2015) e Santos, Lima e Leão (2016) constatam que, a despeito do que é discutido nos programas de pós-graduação em extensão rural, a formação em extensão rural no contexto brasileiro permanece sendo orientada pela noção de treinamento em tecnologias tidas como avançadas e difusão das mesmas. Em muitas dessas escolas prevalece a compreensão de que o papel a ser desempenhado pela extensão rural consiste em levar conhecimentos técnicos para o campo e persuadir agricultores a adotarem determinadas tecnologias.

Caporal (1998) apontou que a formação de profissionais nas universidades e escolas agrícolas brasileiras é acometida por algumas carências do ponto de vista da atuação extensionista comprometida com o desenvolvimento sustentável. Tais carências são: a organização dos currículos em disciplinas sem momentos de integração entre as mesmas; o

ensino focado nas máquinas e insumos e com pouca atenção aos agricultores e suas relações com a natureza; e, por fim, a pouca importância atribuída no currículo a disciplinas como extensão rural ou sociologia rural que tendem a abordar os seres humanos, suas relações com o ambiente e a sociedade.

O problema, nesse caso, é que a formação não tem contribuído para que os sujeitos percebam as atividades agropecuárias dentro de um contexto mais amplo que envolve a relação ser humano-natureza. Essas propostas curriculares não possibilitam uma articulação crítica entre a percepção dos sujeitos sobre sua realidade e a exigência pela formação técnica. Isso acaba por favorecer, como foi abordado na revisão sobre extensão rural, a negação completa dos conhecimentos populares, tradicionais e experienciais para afirmação de um conhecimento técnico-científico como o único verdadeiro.

Algumas falas de extensionistas e pesquisadores ratificam esse diagnóstico, tal como o depoimento da pesquisadora 1, quando afirma que nem mesmo no curso superior de ciências sociais houve uma formação adequada para processos participativos de pesquisa. Do mesmo modo, a fala que segue alerta sobre a pouca familiarização com métodos participativos durante a formação:

É um desafio muito grande construir um trabalho participativo mesmo, o que exige muito da gente no sentido da gente ouvir eles [agricultores/as]. O melhor dos mundos da extensão, que é respeitar muito o espaço do outro e a decisão do outro, a construção do outro e construir junto, a gente não é muito treinado pra isso, treinado não, a gente não é acostumado. Temos um individualismo forte na nossa formação, a todo tempo é um desafio grande (Extensionista 3)

O depoimento apresentado pode não ser somente referente à formação para extensão rural durante o curso de agronomia ou outras graduações, mas a toda a trajetória formativa que trouxe o sujeito até aqui. A pouca familiaridade com o respeito ao outro, acaba por legitimar posturas autoritárias que se objetivam na prescrições de receitas agrônômicas e na persuasão para adotar certas técnicas.

Paulo Freire (2011), ao refletir sobre o amplo processo de reforma agrária chilena, pondera que o agrônomo e todos que se ponham a colaborar no referido processo, não podem reduzir seu quefazer a uma neutralidade técnica inexistente. Freire (2011) aponta que a capacitação técnica é solidária a diversas outras dimensões da vida dos camponeses e que as proposições técnicas trazem implícitas posições ideológicas dos técnicos. Reconhecer essas

questões e posicionar-se como um agente de mudança é uma responsabilidade indeclinável do agrônomo-educador.

Não por acaso, durante as entrevistas ficou evidente que parte dos sujeitos mais experientes e mais identificados com a agroecologia e com práticas dialógicas tiveram sua formação entrelaçada com o movimento estudantil (Feab⁴⁶, Kapi'xawa⁴⁷, diretórios acadêmicos), ONGs (Rede PTA), sindicatos rurais e movimentos sociais do campo (MST). Quando pergunto sobre a aproximação com a agroecologia, recebo respostas como as que seguem:

Em relação à aproximação com a agroecologia foi desde a Universidade, participando de grupo estudantil ligado à ecologia e agricultura orgânica. (Pesquisador 2)

A minha iniciação nessa linha de estudo e trabalho foi desde a época de estudante mesmo, mas não pela universidade, foi no movimento estudantil. E a partir disso, como a gente não tinha essa bagagem, essa formação, a gente é meio que autodidata, a gente participava de evento e enfim, buscando adentrar mais nesse campo de estudo e de trabalho. Sempre acreditando que esse de fato era o verdadeiro papel [ligado à agroecologia]. A plenitude de atuação de um agrônomo no meu caso né, que caberia melhor nessa perspectiva. Eu sempre questioneei, puxa vida, é simplificar demais o nosso papel de ser só um sujeito de receituário, com base em pacotes tecnológicos, eu sempre questioneei isso. (Pesquisador 3)

Em 1994, em Turmalina, me chamaram pra ir lá fazer um trabalho no sindicato de trabalhadores rurais, onde eu fiz um trabalho com a produção de sementes, cursos de agricultura alternativa junto aos agricultores e tal. Em 1994, nessa área de demonstração, a gente cria o Cav [Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica]. Eu fui um dos fundadores de lá, e o técnico que desenhou. A gente tinha todo um trabalho na rede PTA [Projeto Tecnologias Alternativas], com o CTA [Centro de Tecnologias Alternativas], de Viçosa, com o CAA [Centro de Agricultura Alternativa] de Montes Claros, então era a rede PTA com AS-PTA no Rio, tinha um vínculo com o CAT [Centro Agroecológico Tamanduá] de Valadares, era toda uma mobilização que era financiada pelos projetos iguais ao SACTES, alemão na época, e a gente foi fazendo esse trabalho. [...] Ali eu tive uma experiência muito grande, a

⁴⁶ Federação dos Estudantes de Agronomia.

⁴⁷ O Kapi'xawa é um grupo de agricultura ecológica iniciado por estudantes de agronomia do Centro de Ciências Agrárias da UFES (CCA-Ufes), formalizado em 1987. Hoje é uma Organização Não-Governamental sem fins lucrativos e está sediado no CCA-Ufes.

formação muito forte [...] pra questão da produção de sementes, metodologias participativas, agrosilvicultura, nem se usava falar SAF. (Extensionista 1)

A participação em movimentos sociais e organizações não governamentais como as da rede AS-PTA parece despertar os sujeitos da ingenuidade que consiste em tomar a técnica isoladamente. Vieira Pinto (2005, p.181) afirma que

Num âmbito cultural dividido, onde a posse da cultura é privilégio das camadas superiores, ocorre a separação entre dois tipos humanos, o que inventa o método ou o instrumento, ou seja, pratica o ato produtivo original, e o que o executa, por prescrição, os atos adequados a um fim que não é seu, e sim oriundo do outro.

Essa divisão abordada por Vieira Pinto (2005) acaba por subalternizar o papel de extensionistas rurais e famílias agricultoras, vistos como meros executores de atos para os quais foram capacitados. Subjaz a isso um projeto político de dominação pela hegemonia técnica. Por meio das falas dos sujeitos e da experiência de observação do projeto das UPPs foi possível perceber que essa visão que separa o inventor e o executor por prescrição para subalternizar o segundo é colocada em questão. Deduz-se que na práxis de movimentos sociais, de sindicatos e de organizações públicas e não governamentais são elaborados projetos políticos que não prescindem da técnica como mediação necessária e indispensável para a emancipação dos sujeitos, particularmente homens e mulheres do campo.

Assim, o aprimoramento técnico do manejo agroecológico é fundamental para a agricultura e se articula a um projeto político mais amplo que vem sendo elaborado na práxis do movimento agroecológico. Tal aprimoramento não dispensa conhecimentos tradicionais, empíricos e os conhecimentos científicos postos a serviço da pesquisa transdisciplinar.

A transdisciplina, entendida como uma expansão da interdisciplinaridade em direção à participação efetiva de todos os afetados por um problema real, requer novas estruturas institucionais e acordos entre participantes de uma investigação de modo a transcender os limites disciplinares e obter conhecimentos relevantes para todos os grupos envolvidos (Ruiz-Rosado, 2006).

A riqueza da experiência de construção de saberes e conscientização política passa necessariamente por ressignificar o que foi aprendido e assimilado nos bancos de escola e no convívio social a respeito do trabalho de extensão rural e do papel da técnica para emancipação dos sujeitos sociais. Especificamente a respeito da experiência proporcionada no projeto das UPPs, um dos entrevistados reflete sobre a oportunidade de rever o modo de fazer verticalizado e consagrado na extensão rural:

A palavra que mais define esse projeto é “diferente”, porque realmente é diferente de tudo o que eu já vi. Até comentei isso no dia em que a gente fez aquelas divisões de grupo, metodologias participativas não é muito com a gente, a gente aprende no meio acadêmico, você vai lá, você pesquisa e entrega o trem pronto pro produtor. E aí pra mim está sendo muito novo, muito diferente, você debater com o produtor qual a metodologia que você vai utilizar, eu vou falar com você, até pouco tempo atrás eu ainda tinha dúvida se isso ia dar certo. (Extensionista 6)

O trecho citado proporciona uma reflexão sobre a que ponto extensionistas foram acostumados a processos verticalizados, seja na extensão ou na educação. Sugere, ao mesmo tempo, o modo como os/as participantes do projeto das UPPs se abrem para o novo. Pode ser que o extensionista 6 ainda guarde suas dúvidas sobre a pesquisa participativa, mas talvez não seja demais supor que o fato de estar se dispondo a participar mesmo com tantas tarefas que já acumula no escritório onde atua, significa que ele também acredite que isso possa dar certo e, por isso, põe suas dúvidas sob o escrutínio da experiência.

Tal postura de abertura para o diálogo dos e das extensionistas participantes, não obstante tenham sido treinados para o autoritarismo, pode ser relacionada ao fato constatado durante as entrevistas de que se tratam de pessoas que vieram de famílias humildes e de origens rurais, ou então possuem vivências que as aproximam em sentimentos e desejo de mudança da realidade das famílias agricultoras.

Alguns entrevistados relataram as grandes dificuldades que tiveram para poder estudar e obter a formação que lhes possibilitou atuarem como extensionistas. Alguns foram inspirados a essa escolha pela convivência com agentes de extensão rural ou mesmo técnicos-vendedores que prestaram assistência a seus pais ou conhecidos. Um deles se tornou extensionista pela experiência junto ao MST, em um programa de assistência técnica do Inca. Alguns relatam, conforme apresentado nesta seção, sua aproximação não só com a extensão, mas também com a agroecologia a partir de vivências junto ao movimento estudantil e atuação profissional na rede PTA.

Foi possível constatar que grande parte dos e das extensionistas são egressos do curso de especialização em agroecologia ofertado pelo Ifes *campus* Alegre, o que indica um esforço de aproximação com a área, mesmo entre os sujeitos que não são tão experientes nesse campo. Estes afirmam desejarem ter mais vivências no campo agroecológico.

Percebe-se a busca incessante e por vezes angustiante empreendida por esses atores (extensionistas e pesquisadores-extensionistas) para alcançar conhecimentos a respeito da

agroecologia e das metodologias participativas, por assim dizer. Essa busca se traduz na - realização de cursos de especialização em agroecologia, organização de seminários sobre SAFs, elaboração e participação em projetos de pesquisa participativa, apoio à organização de um grupo de agroecologia, vivência no SAF do Ernst Götsch entre muitas ações que foram levantadas durante as entrevistas.

Assim, a experiência de pesquisa junto a esses agentes de extensão revela a necessidade de que sejam fortalecidos e ampliados os espaços para vivenciar e construir tais conhecimentos, aprofundar as práticas transdisciplinares, desconstruir a dicotomia técnico-social e ressignificar a prática extensionista.

Para tanto é fundamental criar novos espaços para a formação em agroecologia que deve ser iniciada nas instituições de ensino e prolongada nas instituições de pesquisa e Ater. Siqueira (2011), assim como Caporal (1998), afirma o desafio de garantir uma assistência técnica capaz (tecnicamente e dialogicamente) de fomentar os processos de transição agroecológica. Conforme conclusão apresentada por Siqueira (2011, p. 94)

a formação desses novos profissionais ainda está muito limitada pela falta de aceitação e de compromisso das instituições de ensino técnico e superior com a Agroecologia, como nova ciência em prol da sustentabilidade agrícola. Tais instituições estiveram, historicamente, bem mais a serviço da geração e da difusão de tecnologias de padrão agroquímico, voltadas às monoculturas em regime de agricultura patronal. Portanto, acumulam uma dívida histórica com a sociedade, especialmente com os agricultores familiares, e o meio ambiente, cuja reversão vai depender de uma verdadeira revolução nos projetos pedagógicos dessas instituições, associada ao compromisso dos educadores de colocá-los em prática.

Portanto, as instituições públicas de ensino têm um papel importante a desempenhar, abrindo espaço para o pensamento de Paulo Freire e outros autores críticos que contribuíram para o pensamento social brasileiro, criando espaços de estímulo à reflexão crítica, à extensão dialógica e ensejando o desenvolvimento técnico autêntico e emancipador. No projeto das UPPs, a participação dos três pesquisadores sinaliza o compromisso desses profissionais com a tarefa de renovar as instituições de pesquisa agropecuária e o ensino das ciências agrárias abrindo espaço para a formação em agroecologia.

8.4.2 As contribuições dos pesquisadores e da pesquisadora

Os pesquisadores e a pesquisadora que atuam no projeto das UPPs são considerados também extensionistas nesta tese. Duas dessas pessoas são docentes que atuam continuamente com projetos de extensão universitária e a outra pessoa, o proponente do projeto, é um pesquisador que já atuou na educação rural e que também vem participando de atividades

extensionistas ao longo de sua trajetória. Uma fala de um entrevistado me fez refletir sobre essa questão:

Não faz diferença se é da extensão ou da pesquisa, porque quem está trabalhando com pesquisa participativa também está com o pé na terra, também está lá na ponta (Pesquisador 3)

Assim, se esses pesquisadores/a são aqui tratados também como extensionistas é porque não se julgam porta-vozes de um conhecimento técnico-científico unívoco, pelo contrário, demonstram perceber a imprescindibilidade do diálogo entre os diversos tipos de saberes para a elaboração de conhecimentos que possam transformar a realidade em favor da emancipação dos homens e das mulheres, conforme nos ensinou Freire (2011).

Não é meu interesse, contudo, ignorar que esses sujeitos possam possuir trajetórias, ações e compreensões peculiares, considerando as instituições onde atuam e suas formações em pesquisa – assim como aqueles e aquelas que atuam como extensionistas rurais apresentam perspectivas próprias. Esta seção, portanto, é dedicada a explorar as perspectivas trazidas pelos pesquisadores e pela pesquisadora que atuam no projeto das UPPs, buscando compreender de que modo esses sujeitos se aproximam do projeto.

A pesquisadora 1, ao falar sobre o convite de participar do projeto, no retorno do seu doutorado, faz a seguinte afirmação:

Eu vi ali uma oportunidade, um trabalho que eu gosto de fazer, que me identifico, e uma oportunidade de quem sabe retomar essas discussões, esse contato com os agricultores e, enfim, de retomar até alguma coisa mais significativa pra nós aqui da nossa realidade, do centro de ciências agrárias, pros estudantes. (Pesquisadora 1).

O relato da pesquisadora-professora-extensionista revela que, no seu retorno do afastamento da instituição onde atua para realizar o doutorado, encontrou uma realidade bastante diferente do que era quando ela se afastou, pois a atuação das associações de agricultores teria arrefecido. Segundo o seu relato, quando ela saiu para o doutorado em 2012 havia mais de vinte associações de agricultores no município se reunindo mensalmente e se organizando em torno de pautas que, a seu ver, pareciam gravitar em torno de questões agroecológicas como a proteção dos solos e da água. Assim, no retorno do doutorado, ela se aproximou do projeto das UPPs como uma forma de se aproximar novamente dessas pessoas e desse campo. Chama atenção que uma das motivações da entrevistada foi justamente a articulação da experiência do projeto com o ensino na universidade, corroborando com a ideia do compromisso a ser assumido por essas instituições, conforme apontado na seção anterior.

A pesquisadora 1 foi colaboradora de um importante projeto socioambiental denominado “Plantadores de Água”⁴⁸, aprovado no edital 2012 do Programa Petrobrás Ambiental/Governo Federal que adotou em sua metodologia a experimentação participativa.

Em dois anos de execução, o projeto Plantadores de Água envolveu 5 mil pessoas em ações de educação ambiental (MEIRA et al., 2015). Uma das metodologias utilizadas nesse projeto foi a implantação de oito Unidades de Experimentação Participativa em Plantio de Água (UPEPAs) em pequenas propriedades rurais do município de Alegre, ES.

A experiência relatada pela pesquisadora 1 permite refletir sobre a trajetória na construção de uma metodologia de experimentação participativa, assim como o projeto das UPPs também procura trabalhar os princípios de participação para alcançar a elaboração de conhecimentos.

O pesquisador 3 também relata sua experiência com processo de pesquisa participativa:

Eu tive uma experiência aqui, foi no município e foi com o pessoal do Kapi'xawa, foi logo no início da minha carreira aqui como pesquisador, até coincidentemente, o pesquisador 2 [...] estava à frente, era um projeto chamado UTV, unidade de teste-validação de tecnologia, tem várias siglas, mas essa coisa de validação é uma metodologia do pessoal lá do IAPAR [Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná], eles propuseram esse conceito de validação de tecnologia, que a tecnologia pra ser válida ela tem que dar certo lá na propriedade do agricultor, que a pesquisa só termina com a validação. [...]a gente queria vivenciar, experimentar algumas técnicas, mas com esse caráter de extensão mesmo, não com o caráter de pesquisa, de ter um desenho que pudesse ter resultado em termos de pesquisa. A experiência a meu ver, influenciou muito a minha formação e depois o que acabou me movendo pra eu continuar com esse tipo de trabalho foi essa experiência. [...] Eu acho que essa experiência pregressa ajudou a gente a ter uma bagagem, inclusive, uma bagagem de erro, que a gente errou bastante, aqui a gente não tinha referência de ninguém, a única pessoa que trabalhava nessa área era eu, professor de extensão, não tinha nenhum professor da área técnica pra dar

⁴⁸ De acordo com livro que traz as memórias fotográficas do projeto: “Entende-se por plantio de água uma forma de gestão dos recursos hídricos que tem por base os conceitos de bacias e sub-bacias hidrográficas e que prima pela combinação de tecnologias capazes de ampliar a quantidade e a qualidade de água nas mesmas, por meio de maior captação de água da chuva, redução da erosão e enxurradas e maior infiltração de água de chuva no solo. [...] Somam-se a isto ações integradas de educação ambiental uma vez que é necessária uma mudança de atitude frente à utilização dos recursos hídricos e a valorização de ações comunitárias, relações de vizinhança, visto que os povos são interligados pelas águas. [...] Entre as tecnologias pode-se citar o cercamento de áreas de preservação permanente (APPs de nascentes, cursos d’água e áreas de recarga), utilização de caixas secas, terraços de contenção, barraginhas, recuperação/conservação da vegetação de matas ciliares e matas de topo e tecnologias de saneamento como implantação de fossas sépticas ecológicas para tratamento de águas cinzas e águas negras e reutilização ou correta destinação de resíduos sólidos. (MEIRA et al, 2015, p.11)

suporte, era eu e o pessoal do Kapi'xawa, que estava em formação, que eram estudantes, a gente era autodidata. (Pesquisador 3)

Chamo atenção para a experiência construída pelo pesquisador e moradores da comunidade de Lagoa Seca, juntamente com o Kapi'xawa e a APTA que segundo os depoimentos obtidos também atuava na comunidade mencionada. A Pesquisadora 1 relata que agricultores e agricultoras dessa comunidade possuem ainda hoje uma visão diferenciada em relação ao solo e à água, possuem plantios diversificados e preservação de matas, provavelmente tal realidade esteja conectada de alguma maneira com as ações de extensão universitária pelo Kapi'xawa e intervenções realizadas pela APTA na localidade.

É interessante observar o poder dessas extensões na sensibilização não só de agricultores, agricultoras e estudantes, mas também de professores e professoras, como é o caso da pesquisadora e do pesquisador que estão no ambiente universitário e que deram relatos nesse sentido. Essas ações extensionistas envolvendo experimentações e conhecimentos agroecológicos vão se interconectando e envolvendo diversos setores da sociedade, reverberando entre os sujeitos, as comunidades e também através do tempo.

Percebemos assim um itinerário UPP, UPEPA, UTV... São algumas abreviaturas para experiências que propõem ou propuseram metodologias participativas para a elaboração dos conhecimentos juntamente com agricultores e agricultoras. Os pesquisadores e pesquisadoras acumulam experiências e até mesmo erros, que poderão somar à experiência de implantação da UPPs que ora se desenvolve.

O pesquisador 3, que também participou na avaliação participativa da UAFEBN, considera que essa foi a experiência em que mais se pôde vivenciar a pesquisa participativa. Mas ele também pondera, assim como a pesquisadora 1, que o diálogo de saberes e a pesquisa participativa propostos em afinidade aos princípios agroecológicos ainda é polêmico dentro da academia e que isso se relaciona à resistência em reconhecer a agroecologia como ciência.

A gente vê que ainda há muito preconceito dentro da academia em aceitar esse status, ora, como é que uma ciência pode dizer que o conhecimento popular tem valor, esse conhecimento empírico que não é validado pelo crivo do método científico, então a ciência pressupõe que o conhecimento válido é aquele que passa pelo crivo do método científico. Aí você fala, não, mas o conhecimento que a agroecologia defende é um conhecimento agroecológico que ele é feito desse casamento entre o conhecimento popular e o conhecimento científico, respeito às tradições, aí fala que os agroecossistemas indígenas e você tem que tomar como referência os agroecossistemas indígenas e/ou os agroecossistemas camponeses tradicionais, que não são

indígenas, como referências iniciais básicas, você chegar e falar isso numa reunião, numa conversa acadêmica ainda corre o risco de ter zombaria. Essa é a meu ver a principal dificuldade que se tem na aceitação da Agroecologia como ciência. (Pesquisador 3)

A lógica disciplinar que impera nas universidades e instituições de pesquisa é considerada pelo pesquisador 3 como um dos maiores desafios para que pesquisadores convidados para colaborar com o projeto possam compreender a construção do conhecimento agroecológico. Mas esse exercício é fundamental, não somente para pesquisadores, mas também para extensionistas, pois, como afirma a pesquisadora 1, o caminho de volta existe, ou seja, pesquisadores e extensionistas também podem aprender – e muito – nesse processo participativo de pesquisa e extensão.

Por suas experiências de trabalhar conjuntamente com extensionistas rurais, os pesquisadores 2 e 3 assumem que um dos maiores desafios ao grupo de extensionistas é conseguir tempo e apoio de suas instituições para se dedicarem ao projeto, ou seja, ambos reconhecem a sobrecarga de trabalho desses profissionais como ponto sensível. A contratação de duas bolsistas e distribuições de tarefas com elas foi uma das estratégias adotadas para amenizar o problema. Na próxima seção será aprofundada a perspectiva de participação de extensionistas no projeto.

8.4.3 A desarticulação da Ater pública e o falso dilema Extensão Rural versus Assistência técnica

Tomando a reflexão de Tangaard (2009) a respeito da riqueza de exploração da entrevista como “uma criação social de sentido e narrativas pessoais” (Ibidem, p.1505) e reconhecendo a existência de vozes múltiplas e a possível existência de oposição e luta entre os discursos expressos, torna-se necessário examinar mais detidamente as entrevistas concedidas pelos extensionistas para trazer novos elementos para discussão.

Interessa-nos sobretudo no escopo deste trabalho apreender como as práticas sociais podem ser transformadas ao longo de vivências como a que foi aqui estudada. Para tanto, é fundamental compreender a aproximação dos sujeitos ao projeto das UPPs e explorar, conforme Tangaard (2009) sugere, discursos e narrativas relacionadas ao modo como essas pessoas constroem a sua atuação.

A partir daí, entendemos que os conflitos enfrentados nessa aproximação são notáveis, seja do ponto de vista da reelaboração de práticas e saberes, seja do ponto de vista das condições de trabalho a que estão submetidos.

Sobre o primeiro ponto, ou seja, a reelaboração de práticas e saberes, em algumas falas são notadas palavras e expressões associados às práticas extensionistas relacionadas historicamente ao humanismo assistencialista e, arrisco afirmar, ao difusionismo produtivista. Vejamos algumas falas permeadas por narrativas relacionadas ao humanismo assistencialista:

Numa visão mais integrada da produção e da propriedade, muitos ainda não conseguem gerir o seu espaço porque foram acostumados a serem geridos. Parece ser negativo isso, mas não é, e eu lido muito tranquilamente com isso porque a gente vive num processo de formação, extensão é isso, de educação, de contribuição para a formação, para a educação desses agricultores. (Extensionista 5)

A fala acima foi retirada de um contexto em que o entrevistado refletia sobre o município onde atua, mas é aqui apresentada para registrar o discurso que aproxima a prática extensionista de uma prática de educação informal, assim como ela foi entendida nos primórdios da extensão rural brasileira. Como uma prática orientada para a renovação de hábitos e atitudes das famílias agricultoras. Abaixo temos uma outra citação, de outra entrevista, na qual se percebe novamente uma compreensão assistencialista acerca da extensão:

Assistência Técnica e Extensão Rural é uma coisa apaixonante né. Mesmo você frustrado, com salário achatado, com estrutura precária, a gente gosta do que faz, gosta do que faz por causa disso, que a gente vê o produtor crescendo, eu falo com os produtores aqui o seguinte, quando você me manda uma foto que a sua lavoura, está bonita, ou que as suas frutas que você plantou estão bonitas, que a sua agroindústria está bonita, a gente faz um trabalho aqui de agroindústria em algumas propriedades, eu me sinto pai daquilo sabe? Como se eu fosse o pai da lavoura, o pai da agroindústria, então a gente fica feliz por isso, ver o produtor crescendo. (Extensionista 6)

Na fala acima, nota-se uma visão apaixonada sobre o quefazer extensionista, permeada por certo paternalismo, ou seja, o extensionista se coloca diante da situação como uma autoridade paterna, o agente de mudança responsável para o sucesso daquela lavoura e daquela agroindústria. Essa visão vai sendo trabalhada e transformada a partir da prática de construção participativa, com todo o grupo envolvido.

Também foi observado, em uma entrevista, discurso de contestação da ênfase nas atividades econômicas relacionada ao difusionismo produtivista, não obstante revele certa compreensão verticalizada do atendimento, pois caberia à extensão *levar esse conjunto*:

Pra mim a ER é a gente buscar alternativas, analisando a realidade de cada situação, de cada localidade... avaliar pontos específicos de modo que a gente consiga contribuir para o desenvolvimento regional gerando a independência desse setor, não só do lado agropecuário, mas também do lado social, do lado da saúde da família também. Levar um conjunto. (Extensionista 7)

Os trechos apresentados contêm discursos, falas ou mesmo palavras que revelam compreensões sobre a prática extensionista e a posição do extensionista em relação ao agricultor ou agricultora, ou seja, como o sujeito que leva o conhecimento.

A multiplicidade de vozes pode ser observada na fala abaixo, quando uma compreensão de troca e diálogo é atravessada por uma palavra que revela, por seu lado, autoridade do extensionista diante do agricultor, sendo aquele o responsável por “dar” autonomia a este.

Então, assim, que também a gente consiga ter credibilidade, porque a gente valoriza o conhecimento do agricultor, assim como o agricultor precisa também reconhecer a contribuição que as pessoas de fora, esse agente externo, têm no sentido de ajudar nessa construção do seu próprio desenvolvimento. Claro que o protagonismo é deles. Sempre trabalhar para dar essa autonomia e esse protagonismo pra eles. (Pesquisador 3)

O objetivo da análise das falas dos entrevistados e entrevistadas até aqui empreendida não é execrar sujeitos que tão ativamente têm buscado a construção de uma práxis dialógica no contexto do projeto das UPPs (e de suas trajetórias profissionais). O objetivo é, antes, explorar a riqueza das vozes e discursos observados nessas falas e, dessa maneira, evidenciar inclusive a necessidade de uma proposta dialógica, como é o projeto das UPPs, abrindo espaço para a vivência e a formação de todos os envolvidos e envolvidas. A educação dialógica é permanente e, somente com a experiência transdisciplinar, os e as participantes irão repensar condutas e construir formas de atuação mais coletivas e solidárias, porque em geral todos viemos de uma socialização e de uma formação marcada pelos pressupostos antidialógicos.

Importa reconhecer como, de certa maneira, a linguagem produz os indivíduos e a vida social, mantendo os sujeitos de algum modo vinculados às práticas extensionistas que criticam. Importa também perceber que muitas vezes o discurso se apresenta de maneira heteroglósica, ou seja, são utilizadas palavras e expressões que manifestam uma diversidade de linguagens e

vozes, algumas antagônicas. Por isso é tão importante vivenciar esses conflitos por meio do processo dialógico, para que noções pré-estabelecidas e enraizadas possam ser reconhecidas e expurgadas ou ressignificadas.

Uma das falas recorrentes que revela oposição entre os discursos é aquela que dicotomiza o técnico e o social, aspecto já discutido na seção 8.3 e para o qual tanto Paulo Freire quanto Álvaro Vieira Pinto fornecem considerável cabedal.

Entretanto, outro ponto que se destacou em algumas entrevistas e que se relaciona às condições de trabalho a que extensionistas estão submetidos foi a contraposição dos termos assistência técnica e extensão rural. É possível que tais diferenciações entre AT e ER estejam relacionadas à atual proposta do MAPA para a Ater após 2018. Diesel et al. (2021) identificam na análise de notícias oficiais e falas da Ministra de Agricultura que o termo extensão rural vem sendo escamoteado e pouco a pouco substituído pelo termo Assistência Técnica e Gerencial (Ateg). Como uma espécie de reação a essa proposta encabeçada pelo MAPA, percebo falas como a que segue:

Assistência técnica tem a cultura [agrícola] como centro, e a extensão rural tem o ser humano como centro. Tem também assistência técnica? tem, mas como uma ferramenta, não como elemento principal. Porque você lidar com pessoas não é como você lidar com uma cultura lá, que você vai lá, joga troço em cima dela e não tá nem aí. Então eu vejo que a extensão é uma ferramenta muito forte pra emancipação. (Extensionista 2)

Impossível não associar a fala acima transcrita ao problema da objetificação dos camponeses abordada por Paulo Freire (2011). A contraposição se dá entre a assistência técnica como uma prática que diz respeito tão somente a uma relação sujeito-objeto, ou, sujeito-cultura agrícola – obliterando a figura do sujeito que recebe a referida assistência – à extensão rural como uma prática que coloca o ser humano no centro da ação e, por isso, uma prática emancipadora.

Antes de mais nada, é preciso reconhecer que a extensão rural nem sempre se desenrola como uma relação sujeito-sujeito. Conforme revisão de literatura e reflexões apresentadas a respeito da prática extensionista ao longo desta tese, constata-se que a extensão consiste em uma relação de objetificação do sujeito, uma relação sujeito-objeto, toda vez que são negados os conhecimentos e experiências das famílias agricultoras. Ou seja, toda vez que se estabelece uma relação antidialógica.

Com Paulo Freire (2011, 1978b) podemos refletir que a extensão rural baseada na teoria antidialógica serve a interesses de espoliação e submissão dos camponeses, ou, a manutenção

de uma relação de opressão. Com Vieira Pinto (2005), que a assistência técnica entendida como uma dádiva, como uma maneira de levar tecnologia superior aos subdesenvolvidos, também se manifesta como uma prática de perpetuação das relações de exploração colonialistas. Ambos estão discutindo o mesmo processo, ou seja, a necessidade de conscientização para transformar esse processo de dominação cultural.

Todavia, não podemos deixar de reconhecer a relevância da Ater pública como um espaço permeado por conflitos e disputas que abrem espaço, inclusive, para a prática extensionista baseada em atuações dialógicas e para a geração de conhecimentos e técnicas fecundas. Assim, a contraposição apresentada por alguns entrevistados permite visualizar um campo de disputas que se estabelece no contexto de uma forte investida neoliberal contra a Ater pública e que leva atores a perceberem e afirmarem a relevância da ER como um campo do diálogo, da comunicação horizontal com os homens e mulheres do campo.

A abordagem do MAPA para a Ater pós 2018, por exemplo, ao propor o Programa Ater Digital, bandeira levantada pelo atual governo com a justificativa de imprimir maior eficiência aos atendimentos pela ampliação do público atendido, obriga-nos a refletir sobre o caráter da AT que está sendo incentivada. Que tipo de interação está sendo estimulada? Como serão assistidos aqueles que não têm acesso à internet e aos dispositivos de acessibilidade digital? Essa atuação pode continuar sendo compreendida como sinônimo de transferência de tecnologias, de mero treinamento das populações rurais?

Sob o mesmo raciocínio de contraposição entre assistência técnica e extensão rural, outro entrevistado proclama o fim da assistência técnica:

Extensão [rural] é fundamental, a assistência técnica ela é substituível [...] hoje nós estamos num mundo de conflito, a questão da máquina, como será a tecnologia e tudo? mas a extensão rural, não! Até então o que ela atuar nesse campo de relações sociais, máquina nenhuma faz isso. Assistência técnica de ver se tem ou não tem determinado nutriente, determinada planta, determinado solo, isso é substituível, isso já está... hoje já tem tecnologia pra isso. (Extensionista 1)

Vieira Pinto (2005) alerta para o engano de perceber a técnica como devoradora ou substituidora do ser humano. Se a atual centralização política da Ater promovida através do MAPA (Diesel et al., 2021) tem colocado a Ater Digital como forma de substituir o valor autenticamente humano, isso só pode ser explicado pelo uso social que se está fazendo das técnicas digitais. Essas técnicas, se utilizadas de outra maneira, e considerando as limitações de

acesso que são significativas no meio rural (IBGE,2019) poderiam trazer benefícios à operacionalização da Ater pública.

Posto isso, encarando friamente a proposta para a Ater atualmente em vigor e analisando sob a ótica dos imperativos capitalistas, a compreensão poderia ser colocada de maneira oposta: assistência técnica é fundamental, extensão rural é substituível. Ou seja, a investida neoliberal sobre a política brasileira de Ater parece indicar exatamente o contrário do que o extensionista 1 afirma, forçando mudanças no padrão de atendimentos prestados pela extensão rural pública que limitam sua capilaridade e continuidade ao longo do tempo, forçando também uma abordagem liberal e conservadora sobre a prestação de AT. A fala abaixo indica esse quadro:

[eu: você falou que são quantos atendimentos mesmo por ano?] Em torno de 1600. É muita coisa. Esses 1600 têm visita, tem atendimento, tem excursão, demonstração de método, e isso acaba impedindo, por exemplo, a gente criar um cronograma com o produtor, olha, de 30 em 30 dias eu vou estar na sua propriedade, a gente vai fazer uma avaliação do que melhorou em relação à última visita, que eu acho que isso é a essência da extensão [...] eu faço assistência técnica, mas o que eu queria fazer mesmo é extensão rural. Porque assistência técnica é você vir ali, ver que a lavoura do cara tá com bicho mineiro, faz uma recomendação e pronto. Agora extensão rural é você avaliar o porquê a lavoura dele tá dando bicho mineiro, fazer um manejo integrado de praga, isso a gente não consegue fazer (Extensionista 6).

A forma como o extensionista 6 coloca a questão permite enxergar com nitidez o caráter interditor da atual política de Ater, que busca fortalecer uma determinada compreensão de assistência técnica baseada pela busca de eficiência máxima dos recursos empregados, o que vem a comprometer um acompanhamento continuado e problematizador – que o entrevistado identifica como extensão rural.

O caráter continuado do trabalho de Ater é uma das características muito ameaçadas na orientação liberal sobre a natureza dessa prática social. Caporal (2014) já alertava em relação à Lei de Ater de 2010⁴⁹, a forma como a estrutura de chamadas públicas de projetos coloca em risco a continuidade e coloca o falso dilema de atender sempre os mesmos de forma permanente ou criar a possibilidade de que outros públicos e organizações sejam contempladas criando discontinuidades. Esse é um falso dilema pois só faz sentido no horizonte do projeto neoliberal, que se traduz na constante debilidade do orçamento público para os investimentos sociais.

⁴⁹ Lei no 12.188/2010.

Alguns entrevistados apontam compreender a extensão rural também como uma ponte entre as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e seu público. Sob tal ótica podemos compreender que as mudanças que tocam a Ater pública fazem parte de um processo mais amplo de abandono de modelos de gestão pública participativa e reconfiguração das políticas de desenvolvimento rural, com a emblemática extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e de instâncias gestoras como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) (DIESEL et al., 2021).

A respeito desse processo que é percebido pelos extensionistas como um desmantelamento, alguns depoimentos retratam a situação limitada na qual a extensão rural se encontra. Relacionada à descentralização da política pública de extensão rural e ao fomento à pluralização de agentes prestadores, o que se observa é que os escritórios locais tornaram-se mais dependentes de realizar parcerias com entes públicos ou privados para, dessa forma, conseguir operar. Algumas limitações nesse formato de parcerias são sentidas pelos e pelas extensionistas, como o relato que segue:

E o nosso trabalho hoje é diretamente ligado à prefeitura, porque nós temos convênio com o município. O Incaper você sabe né... não tem dinheiro pra nada. A gente depende da prefeitura pra tudo, você quer fazer um evento, você precisa mendigar a prefeitura, fazer um curso você precisa mendigar a prefeitura, então você depende de ter o prefeito ao seu lado, então isso é um problema. A gente não consegue avançar muito às vezes por causa disso. (Extensionista 6)

Nesse cenário, a Ater pública fica dependente das gestões municipais e vulnerável às discontinuidades provocadas pelas trocas de mandato. Tal processo denominado por Peixoto (2011) como “prefeiturização”, associado à municipalização da agricultura, fenômeno iniciado no final dos anos 80 e que acabou por estimular práticas clientelistas e subservientes da extensão rural diante dos prefeitos municipais. Percebemos assim a face desarticuladora da oferta dos serviços de Ater relacionada à experiência de descentralização iniciada nos anos 1990, conforme discussão apresentada no capítulo 7 desta tese. Ademais, com a drástica redução de recursos federais para Ater nos últimos anos, o Incaper precisa fazer parcerias para assegurar o financiamento de suas atividades e, dessa maneira, muitas ações ficam atreladas aos interesses de empresas do ramo agropecuário, conforme relato abaixo:

E você sabe que parceiros a nível municipal têm a política envolvida, que a gente sabe que a política no Brasil é bem acirrada nessa questão. Então, a gente gostaria de ter recursos próprios pra não depender de parceiros, não que eu não ache importante as parcerias, mas

pra ter uma certa independência, mas funciona bem assim, excursões, dias de campo, sempre em parceria. E às vezes depende de uma parceria público-privada, que envolve empresas, e aí se for empresa da área nossa, aí sempre quer ter uma participação na propaganda dos produtos que tem, então vai um pouco contra o que a gente pensa (Extensionista 8)

A redução dos investimentos e, por consequência, da capacidade de atuação da Ater pública, é percebida e relatada por extensionistas, especialmente aqueles imersos em cenários onde há intensa atuação de empresas agropecuárias. Essas empresas, que também são conhecidas como revendas agrícolas, comercializam insumos como fertilizantes, fungicidas, herbicidas, inseticidas e sementes. Um entrevistado enfatiza a disparidade entre a ater pública e a assistência técnica privada na região em que atua:

Nós somos três extensionistas públicos no escritório local, sendo que tem umas cinco revendas que vendem agrotóxicos, cada uma tendo um monte de técnicos no campo, e além disso [tem] a mídia né, essa grande mídia, o lobby na verdade, o lobby da agricultura moderna, sobretudo o lobby dos agrotóxicos é forte demais. (Extensionista 3)

A fala do extensionista 3 reflete a angústia dos profissionais submetidos à conjuntura de compressão de recursos para a Ater pública, inibindo sua capacidade de atuação, ao mesmo tempo em que a grande mídia veicula campanhas em defesa do agronegócio, como a conhecida “Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil”, que vem sendo martelada na cabeça dos brasileiros há alguns anos pela Rede Globo. O *lobby* do agronegócio é uma realidade e, exercido por grupos como CropLife Brasil que representa interesses de empresas como Basf, Bayer e Syngenta, pressiona constantemente o cenário político pela liberação de seus produtos e facilitação de sua expansão. Um indicativo do poder desse movimento lobista é, por exemplo, o caso do PL 2699/2002, apresentado pelo senador Blairo Maggi e aprovado pelo Câmara dos Deputados no dia 9 de março de 2002, não obstante a intensa mobilização popular organizada na praça dos Três Poderes neste mesmo dia contra a aprovação do “PL do Veneno”, como ficou conhecido.

Um entrevistado apresenta uma contraposição entre o caráter da intervenção realizada pela Ater pública e a assistência técnica privada prestada por lojas agropecuárias, caráter determinado pelo objetivo da intervenção.

Eu acho que é fundamental o papel da extensão nesse sentido de que o agricultor não fique dependente de situações externas. Que na propriedade dele ele consiga ficar menos dependente de fatores externos, como insumos... e ter as tecnologias adequadas para a situação dele. Porque é um sistema capitalista e às vezes as revendas querem vender até um produto que não

vai atender de maneira correta o que o agricultor precisa. Por exemplo, na nossa região a gente tem um uso intenso de agrotóxicos no café, e sempre vai chegando novidades pro agricultor e às vezes o agricultor não trabalha o básico que é a nutrição da planta, a biodiversidade do ambiente dele, de tentar ter o equilíbrio [...]E outras soluções que têm também, físicas, por exemplo, fazer quebra-ventos com espécies florestais, você diminui a incidência de certas doenças que são transmitidas pelo vento, foma, o próprio bicho mineiro, que é uma praga também que... então são soluções baratas pro agricultor, que a extensão traz, informações que no sistema convencional particular de revendas não vai ter esse intuito, esse objetivo. Não estou também generalizando, é claro que tem empresas responsáveis, mas o bombardeio de informações é tão grande que o agricultor fica perdido e a gente sabe como a propaganda é forte, do milagre acontecer e não é bem assim. (Extensionista 8).

É claro que muitos extensionistas públicos também operam na lógica do modelo agropecuário dominante, o que nos leva de volta à importância de uma formação mais crítica e humanista, particularmente para os profissionais de ciências agrárias, mas não só a esses profissionais. Todavia, o depoimento do extensionista 8 faz pensar: e quando a solução não passa por vender um determinado produto? O cenário de intensa oferta de assistência técnica privada baseada na venda dos insumos pelas lojas agropecuárias que disponibilizam tal assistência é ratificado na fala de um agricultor abaixo transcrita:

Aqui a gente tenta dar uma segurada, mas sempre tem o vendedor, aqui tem vendedor toda hora, [eu: eles passam na propriedade?] Vêm na propriedade, oferecem assistência técnica, a empresa vem, dá o técnico, faz análise e prova que você tem que usar o veneno pra poder produzir em alta produtividade, que é contrário do que eu imagino. (Agricultor 2).

Falas apresentadas por extensionistas e agricultores/as levam a refletir o quão o desmonte da Ater pública vêm abrindo espaço para a assistência técnica privada nas áreas de interesse do setor privado. São observados relatos sobre a sensação de trabalho solitário experimentado por extensionistas:

É um serviço meio solitário sabe, na medida do possível, eu tento fazer alguns questionamentos, trazer algumas propostas, mas eu sei que a disputa de narrativa, vamos falar assim, com o lobby do agronegócio, que ele está até na entranhas da agricultura familiar. Eu gosto de brincar que você vê agricultor familiar e agricultora que aplica round up olhando a lua, 'ah, tem lua melhor pra aplicar round up', isso eu acho que é uma mistura, as coisas não estão numa caixinha separadinhas. (Extensionista 3)

Algumas falas de extensionistas como a apresentada anteriormente parecem evidenciar um ambiente áspero de atuação no qual se somam poucos recursos, um quadro de servidores reduzido e o trabalho extenuante de fazer frente à cultura do agronegócio. Tal realidade de poucos recursos e trabalho volumoso, inclusive, poderá vir a ser um desafio para a participação e permanência dos extensionistas no projeto das UPPs, conforme foi mencionado por alguns entrevistados.

Problema semelhante foi observado por Siqueira (2011), que relatou a dificuldade de extensionistas poderem se dedicar aos trabalhos de transição agroecológica no território do Caparaó, Espírito Santo. Siqueira (2011) identificou a sobrecarga de trabalho, a falta de equipes interdisciplinares relacionada ao quadro de servidores defasado, a falta de orientação institucional e espaços de formação continuada para agroecologia como principais obstáculos.

Grande parte dos extensionistas entrevistados denunciaram o modo como estão sendo minadas pelo Estado brasileiro as estratégias de Ater elaboradas no escopo da Pnater. A disputa pelo fundo público que estimulou o processo de privatização da Ater, ainda que por meio do enfoque pluralista, tem se acirrado e percebe-se alguns profissionais abalados por essa disciplina neoliberal que coloca em xeque a própria necessidade dos serviços públicos de Ater.

Entretanto, as fabulações neoliberais a respeito da extensão rural não parecem iludir os atores diretamente envolvidos com essa atividade e em constante interação com agricultores e agricultoras, conforme explicitado abaixo:

A extensão rural brasileira ainda se reveste de muita importância. Claro que têm aqueles que acham que não, que hoje nós temos uma vastidão de informações disponíveis livremente, acessíveis pela internet, pela televisão, então tem obviamente aqueles que defendem isso aí, mas não sei, talvez eles estejam pensando em outro país, ou, pelo menos, não a maioria das famílias que estão no campo. Então, a Extensão ela tem a sua importância e eu espero que a sociedade perceba isso e que continue justificando a manutenção de um serviço público e gratuito de Extensão Rural no Brasil. (Pesquisador 3)

Nesse cenário de ameaça à continuidade da Ater pública operando com uma lógica pública, comprimida por sucessivos cortes de recursos e pela atuação agressiva de empresas de assistência técnica privada e venda de insumos nas áreas estudadas, vimos florescer uma proposta que envolve a articulação de diferentes atores e diferentes saberes para a construção de um saber solidário e a consciência do processo de transformação. Essa proposta se desenvolve por meio da abordagem agroecológica e, por isso, se desenvolve na busca pela

participação ativa das famílias agricultoras e de todos e todas que se envolvem na construção do saber comum/bem comum.

A articulação entre Incaper (dentro do Incaper há pesquisadores e extensionistas trabalhando conjuntamente) e Ufes busca por soluções técnicas que possam apoiar mudanças sociais e atuar sobre problemas vivenciados por famílias agricultoras relacionados ao alto custo de produção, erosão dos solos, baixa qualidade de vida no campo, déficit hídrico, vulnerabilidade às oscilações de preços etc., além do desafio da sucessão familiar. Tal articulação afirma a relevância da Ater pública e sua capacidade de resistência.

Os extensionistas e as extensionistas envolvidas parecem buscar esperançosamente a reinvenção de si e da prática da extensão rural. Seus relatos levam à reflexão de que a escassez de recursos para a Ater pública precisa ser superada dentro de uma estratégia ampla de desenvolvimento rural democrático e sustentável, estratégia que inclua a agroecologia, a reforma agrária, a educação do campo, a segurança alimentar e nutricional e que posicione a relação sociedade-Estado a partir de outros marcos que não sejam as normas neoliberais.

Paulo Freire (1978b, p.84) afirma que “enquanto a concepção bancária dá ênfase à permanência, a concepção problematizadora reforça a mudança”. Assim, o projeto das UPPs cria um espaço para que os envolvidos possam vivenciar conflitos legítimos e confrontá-los por meio do diálogo em busca de transformar suas realidades.

Freire (1978a) também afirma que quando o apoio é autêntico, os envolvidos se ajudam mutuamente a conhecer e transformar a realidade. Nesse sentido, essa experiência também parece revelar uma oportunidade para que os envolvidos e as envolvidas reinventem suas práticas e, especificamente em relação à prática extensionista, possam substituir a prescrição pela busca inquieta, impaciente e permanente do saber.

8.5 A BUSCA DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS POR OUTRO MODO DE FAZER AGRICULTURA E O DESPERTAR DE NOVOS SUJEITOS NESSA BUSCA

As entrevistas às famílias agricultoras permitiram visualizar a transformação das práticas agrícolas ocorridas nos anos 1980 e 1990. A adoção da agricultura especializada com abandono da agricultura de subsistência e o início da utilização de agrotóxicos ocorreu há cerca de 30 anos para essas famílias agricultoras.

Hoje eu tô com 30 anos, a gente colhia muito daquilo que a gente consumia. Então, batata, sei lá, as carnes, milhos pra cuidar das criações, feijões, inhame, tudo isso a gente colhia na minha

infância aqui, teve um processo depois... quase ninguém queria tomar conta de animais, e tal, e aí o café foi predominando, predominando só o café, ninguém quis mais tomar conta desses outros afazeres. E aí foi diminuindo até aquela coisa do lugar de estocar o milho, que é o paiol, e até na arquitetura começou a ver que a coisa foi sumindo, que eram as nossas demandas lá da minha infância, que toda casa do tio tinha, e hoje já não tem muito disso mais. (Filho-agricultor 4)

A primeira vez que, por exemplo, entrou um produto que era considerado... hoje ele é liberado, round up, por exemplo, meu pai passou aqui por baixo de uma casa velha que a gente tinha pra matar pernambuco, que é um mato que era pasto, pra plantar a primeira moita de conilon, e meu avô que trouxe o round up. Então quando pôs aquilo num pulverizador e passou, daí 8 dias tudo [estava] sequinho, aquilo começou a induzir as pessoas que antigamente a gente capinava e roçava o café com enxada e foice. Aquilo foi induzindo as pessoas a usarem os defensivos. Aí começou, de uns tempos pra cá começou, vai combater a cochonilha do café, veneno, vai combater o ferrugem, veneno, na verdade a gente tem outras opções naturais que fazem esse controle pra gente, só que a gente não usa né, mas há mais de 30 anos as pessoas já vem usando esses produtos. (Agricultor 2)

Após décadas da adoção de pacotes tecnológicos e da agricultura especializada, agricultores e agricultoras lembram como era a prática agrícola antes dessa transformação. Os relatos das famílias agricultoras envolvidas no projeto das UPPs evidenciam uma série de contradições vivenciadas na utilização e manuseio de aparatos técnicos adotados desde então. Um dos agricultores relata a participação de um extensionista público como decisiva para que, após visita a uma empresa grande do ramo agropecuário, agricultores da sua região adotassem esse modelo da agricultura intensiva em insumos agroindustriais e especializada, elevando a produtividade do cafezal. Mas, o que se perdeu nesse processo? Por que essas famílias se voltam para a busca de conhecimentos que os permitam fazer agricultura e preservar sua saúde, o solo, a água, os animais, a beleza da propriedade rural?

Não é simples responder essas questões, mas preocupações com a saúde relacionadas ao uso de agrotóxicos são frequentemente compartilhadas pelos agricultores e agricultoras entrevistadas. Como o relato que segue:

Eu lembro quando a minha mãe era viva, ela gostava de cuidar de quintal e horta, mas ela não podia ver uma manchinha numa flor, num pé de planta que ela ia numa bomba de veneno. E ela morreu de câncer, [será que] foi causado por esse veneno? Não sei. Não foi pesquisado

isso, mas tudo leva a crer que todo o resultado negativo na vida da gente é em função desses produtos que hoje em muitos países são proibidos e no Brasil são liberados. (Agricultor 2)

A experiência brutal com a utilização de agrotóxicos é sentida na pele por agricultores e agricultoras que passam a se articular para a busca por outras formas de fazer agricultura que sejam mais seguras. Com Vieira Pinto (2005), aprendemos que da relação dialética entre o ser humano e a natureza nasce a técnica, não como resposta definitiva, mas sim provisória, passível de se tornar obsoleta diante do avanço da razão humana e da busca por novas soluções às contradições com a realidade objetiva. Assim podemos compreender o conjunto de técnicas agrícolas que foram e ainda são amplamente difundidas sendo postas sob questionamento por agricultores e agricultoras, que são as pessoas mais diretamente afetadas pelos efeitos adversos no manuseio dos agrotóxicos.

A utilização desenfreada de agrotóxicos quando esteve em sistema de produção integrada de morangos com uma grande empresa é relatada por uma família entrevistada como um momento decisivo para que iniciassem a busca por uma outra maneira de produzir:

*[Agricultora 3:] Era muito **remédio**. Muito, muito. [filha-agricultora 3:] Eles passavam muito remédio, e a gente não batia eles tudo. A gente preferia ter menos produtividade, mas um morango com menos agrotóxicos. [agricultora 3:] É porque eles visavam produção. Aí entrava com controle disso, controle daquilo. Era remédio todo dia praticamente. Aí nós fomos aprendendo, fomos estudando os remédios. O técnico deles foi passando, meu esposo⁵⁰ pegou, mas depois ele falou, não, nós vamos plantar, mas sem esses remédios. A gente vai colher menos, mas sem muito **veneno**. [eu: **Vocês já tinham uma preocupação com o uso de agrotóxicos?**] [agricultora 3:] É porque a gente trabalha só com família, os filhos da gente chegam na roça, eles comem, e vai subindo... os meus sobrinhos toda hora catam morango. Aí a gente falou, a gente não vai querer uma coisa ruim pros filhos da gente, a gente não quer pros filhos de outra pessoa. Aí a gente só faz o controle quando tem muita lagarta, mas graças a Deus, depois que nós paramos até isso controlou. [filha-agricultora 3:] Controlou bastante. [agricultora 3:] Negócio de mofo, quase não tem, porque a gente tira folha, a gente tira os morangos estragados pra não dar, pra não ter que jogar remédio [...] como era muito morango e você tinha que catar 3 vezes por semana, e era muito, aí não tinha condição de você passar pé por pé e ir catando, aí depois que a gente diminuiu os remédios, fomos mais pra isso aí, aí*

⁵⁰ Omitido nome do agricultor.

ele deu foi mais fácil. Que aí ele dá menos, só que você faz mais controle, não precisa usar tanto veneno, aí foi bem melhor pra gente. (Família 3).

O trecho de entrevista acima pode fomentar uma reflexão sobre o uso social que se faz das técnicas. Nesse caso vemos os agrotóxicos sendo recomendados indiscriminadamente para que toda a mão de obra estivesse envolvida na colheita de morangos, ao invés de dedicar parte da mão de obra familiar para o controle integrado de pragas e doenças (prática que passou a ser empregada pela família após rompimento do sistema de produção integrada).

As técnicas agrícolas, a serviço de um pequeno grupo, operam segundo uma lógica única de produtividade, mesmo que isso leve famílias que trabalham na agricultura a intoxicações agudas e crônicas em função do manuseio dos agrotóxicos.

Entretanto, observamos famílias agricultoras se conscientizando sobre a necessidade de uma mudança tecnológica qualitativa. Não se trata somente de reduzir a utilização de adubos minerais e agrotóxicos pelo emprego de, respectivamente, análise de solos e controle integrado de pragas e doenças. As famílias entrevistadas demonstram em vários momentos uma orientação para a busca de técnicas que possam lhes trazer mais saúde, conforto no trabalho, bem estar e segurança.

Álvaro Vieira Pinto (2005) afirma que o avanço da razão humana é definido pelo avanço da razão das massas trabalhadoras e não pelo pensamento místico das elites ociosas. Assim podem ser tomadas as percepções das famílias agricultoras acima registradas como parte de um processo em que cresce e se intensifica a luta social de resistência ao agronegócio e de proposição de outras maneiras de se fazer agricultura.

Embora nem todas as famílias entrevistadas estejam organizadas em sindicatos e movimentos sociais, é possível associar à participação nesses espaços à expansão da razão e do conhecimento que nascem da busca por outras formas de fazer agricultura e da contestação ao aparato tecnológico predominante e ao uso social a ele relacionado. Ou seja, registra-se que as famílias que estão organizadas politicamente são as que demonstraram maior percepção das contradições relacionadas à política agrícola brasileira, ao agronegócio e também demonstraram mais convicções e uma trajetória de conhecimentos desenvolvidos em relação ao manejo agroecológico.

Uma observação é que no universo desta pesquisa, duas famílias agricultoras se referem aos agrotóxicos como “veneno”, superando a utilização do termo “remédio” estimulado no discurso de vendedores e técnicos ligados à indústria, conforme analisado por Peres et al. (2003). De acordo com Peres et al. (2003), os agricultores e agricultoras têm observado em sua

experiência concreta que os agrotóxicos implicam em efeitos nocivos não somente para as plantas e animais considerados como “pragas”, mas também para a saúde humana e dos animais domésticos, peixes, insetos, águas, terra etc. Portanto, a superação do uso do termo “remédio” para se referir aos agrotóxicos pode ser tomada como um símbolo do processo de conscientização dos sujeitos.

Os danos causados pela utilização de agrotóxicos são uma contradição entre várias relacionadas à reprodução do modelo do agronegócio, conforme debatido no campo da Ecologia Política. Podemos citar o acirramento dos conflitos no campo, da crise ambiental e dos problemas relacionados à saúde pública e segurança alimentar como reflexos da expansão desse modelo. O agronegócio precisa crescer permanentemente e, para tanto, expropria territórios e as águas das quais as pessoas dependem para existir, externaliza custos relacionados às contaminações por agrotóxicos e aos impactos da mineração (necessária para a produção de adubos minerais) e se apropria de orçamento público que financia essa expansão.

A organização das populações rurais e urbanas tem resistido a essa realidade e articulado uma resposta tecnológica no campo agroecológico. Todavia, essa resistência é confrontada pela força da indústria do agronegócio que na esfera política se faz representar pela Frente Parlamentar Agropecuária, a mais numerosa dentre todas as bancadas existentes no congresso, constituída por 280 parlamentares entre senadores e deputados federais⁵¹.

Mas toda essa força do agronegócio não é suficiente para paralisar as pessoas organizadas que lutam pela sua existência. A agroecologia parece ser um caminho que faz convergir essa busca de homens e mulheres por uma melhor resolução do conflito ser humano-natureza, afinal, para fazer agricultura é preciso técnica. Ao mesmo tempo também concentra um pensamento crítico sobre a estrutura social e sobre o atual modo de produção, no qual benefícios são apropriados por uma minoria e malefícios são impostos a uma maioria.

Embora seja difícil apontar em números a quantidade de famílias agricultoras que empregam atualmente os princípios da agroecologia no manejo dos seus agroecossistemas, o acompanhamento de experiências desenvolvidas no Brasil revela um crescente número de agricultores e agricultoras que passaram a incorporar inovações nos sistemas produtivos ao referenciar suas práticas pelos princípios agroecológicos (ABRASCO, 2015). O aumento do número de feiras agroecológicas, orgânicas e da agricultura familiar é uma evidência apontada no Dossiê Abrasco (2015) de que vem crescendo tanto o número de famílias agricultoras que

⁵¹ Frente Parlamentar Agropecuária. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/todos-os-membros/>. Acesso em 20 maio 2022.

se inserem em um processo de transição agroecológica, quanto o número de consumidores que procuram alimentos saudáveis.

As técnicas agroecológicas que envolvem, por exemplo, produção em sistemas sombreados e diversificados, além de reduzirem a dependência de recursos externos, podem melhorar as condições de trabalho e de vida das famílias agricultoras. Podemos ver, conforme relato abaixo, que tais práticas já vinham sendo buscadas e até mesmo experimentadas pelos agricultores entrevistados:

E das coisas que a gente almeja é ter essa propriedade funcionando bem, implementar essas outras atividades que a gente gostaria, continuar o trabalho de reflorestamento, temos vontade de trabalhar com o abacate que está sendo uma alternativa, que a gente está levantando já. A gente já pensava independente do projeto, já estava com essa perspectiva, tentar mesclar, diversificar um pouco esse universo que a gente trabalha aqui. A gente tá tentando né. (Filho-agricultor 3)

*Sempre pensamos em querer melhorar, ser diferentes talvez. Ter um sombreamento, que não é usado pela maioria dos produtores, e produzir mais coisas no meio da lavoura, não ser só o café [eu: **diversificar né?**] Isso. [eu: **E aí qual experiência de diversificação que vocês já têm ou tiveram?**] A gente planta aqui muito é as frutas mesmo. As frutas e temos madeira também. Não só isso, mas é banana, laranja, mamão, eu sempre até brinco que tudo o que tem raiz a gente planta. (risos) [...] [eu: **Você tem expectativa de reduzir a adubação mineral através do sistema agroflorestal?**] Sim, a gente já percebe que diminuiu. Já vem diminuindo, mas a gente faz análise [de solo] por isso, pra saber a quantidade e jogar aquilo que de fato precisa ser jogado, nada a mais do que isso. E a gente vai estar trabalhando, se um dia não for necessário usar, a gente vai parar de usar com toda certeza. A questão do orgânico você tem uma dificuldade maior na pequena propriedade, você conseguir esse orgânico, porque hoje ainda, infelizmente, se você for adquirir, ele se torna mais caro. [eu: **você fala do quê?**] Da adubação. Ele se torna mais caro do que o convencional ainda. (Agricultor 1)*

É possível notar que independentemente do projeto das UPPs essa busca das famílias por diversificação e melhor conservação dos recursos já vinha sendo perseguida. Entretanto, os conhecimentos sobre adubação verde parecem ser limitados, o que os mantém dependentes da utilização da adubação mineral, pois os adubos orgânicos adquiridos no mercado têm custo elevado. O projeto das UPPs busca contribuir com a geração desses conhecimentos pelo compartilhamento de resultados da unidade agroflorestal instalada na FEBN em Pacotuba e

experimentação realizadas pelos agricultores em suas unidades. Vejamos uma fala do pesquisador 2 que aborda a importância de desenvolver conhecimentos sobre adubação verde de modo que possam ser validadas pela prática dos agricultores e agricultoras familiares indicações metodológicas para tal:

Adubação verde em café, em culturas perenes como laranja, é uma coisa ultrarecomendada, só que a gente não vê se popularizar. A gente já viu em mais de 30 anos de exercício profissional, a gente já produziu muitas sementes que se popularizaram, mas não vê os agricultores fazerem [adubação verde]. [...], mas a gente vai vendo, como pesquisador, que quase todo resultado de pesquisa mostra que adubação verde dá resultado negativo na produtividade de café [...] Só que você vai olhar os trabalhos e olha só, o café floresce em setembro, e ele a partir de dezembro até fevereiro/março, ele tem o máximo de absorção [de nutrientes] pra produzir o fruto e o grão, em torno de 80 a 87%, até 90% do que ele acumula no fruto, ele drena tudo pro fruto, vai de meados de dezembro até, vamos dizer, final de fevereiro. Aí a pessoa planta o adubo verde em dezembro, e ele cresce competindo com o café, aí quando chega em março, roça. Mas ele já está no período de maturação pra colheita, então aquela matéria orgânica produzida ali vai estar disponibilizada no período errado. Então, se a gente plantar um adubo verde em setembro, aquele período que vai da floração até dezembro ele vai estar competindo pouco, que é um período que a planta está mais acumulando pra produzir folha, ramo e tudo, reenfolhando. E eu corto e disponibilizo aquilo em dezembro e janeiro, eu posso vir a ter um resultado positivo. Esse tipo de experiência pode vir a ser conseguida apenas pelo trabalho do agricultor, mas se ele tiver um trabalho de pesquisa por traz disso, dentro de uma estação [de pesquisa], qual é a melhor época de, o melhor ponto de corte? Saiu agora um trabalho do pessoal lá de Rio Pomba mostrando isso. Então, esse tipo de coisa é legal que a gente desenvolva dentro da unidade de pesquisa pra poder ajudar o agricultor, porque eu não posso submeter o agricultor a isso. (Pesquisador 2)

O trecho transcrito retrata a importância de que conhecimentos sobre adubação verde sejam buscados para viabilizar a produção de café sem a utilização de adubos minerais. Nesse sentido a UAFEBN tem proporcionado resultados importantes conforme os publicados por Araujo et al. (2021). Enfatizo que esse é um conhecimento que agricultores e agricultoras não parecem dominar e, por isso, a simples abolição de adubos minerais poderia significar uma drástica redução de sua produção ou a simples adoção de adubos orgânicos adquiridos no mercado poderia implicar custos elevados, conforme ressaltado pelo agricultor 1.

A fala do pesquisador 1 também permite inferir que os conhecimentos sobre adubação verde precisam ser buscados em parceria com famílias agricultoras a fim obter validação dos resultados. Mesmo que seja necessário realizar pesquisas experimentais, como a que é realizada na UAFEBN, essas pesquisas precisam estar conectadas de alguma maneira às perspectivas de agricultores e agricultoras, pois eles são os únicos sujeitos capazes de validar ou não tais resultados por meio de suas próprias experimentações.

Percebe-se, assim, um exemplo de como a pesquisa e a Ater podem apoiar essa busca que as famílias agricultoras iniciaram por outra maneira de fazer agricultura, utilizando meios técnicos que preservem a saúde humana e o equilíbrio do ecossistema. No relato abaixo, o agricultor aponta a importância de ações de Ater para subsidiar a busca por essa outra maneira de fazer agricultura. O entrevistado ressalta a importância da atuação do Incaper, por meio do extensionista 1, e da rede de agroecologia existente no município.

Eu sempre pensei em trabalhar com alguma coisa natural, sem produtos químicos, hoje é difícil. Toda a propaganda induz o produtor a ir usar o produto químico, o agrotóxico. Então, de uns tempos pra cá eu decidi que tinha que ser diferente, mas onde buscar assistência? Não tem. O governo do estado quase que não põe isso daí com mais frequência. E depois de conhecer o extensionista 1 [...] ele veio trabalhar no Incaper do nosso município⁵² e ele tem um pensamento voltado à Agroecologia. Isso aí me incentivou, portanto a gente tem um grupo de Agroecologia, um grupo que abrange todo o município, isso foi me incentivando. Hoje eu já tenho horta aqui quase que 100% orgânica e a lavoura eu não consegui transformar ela no orgânico por falta de especialidade. Eu não tenho um técnico em café que trabalha com orgânico. O município não tem, mas agora tem essa oportunidade, agora chegou esse projeto que tá fazendo com que eu entre no caminho que eu sempre imaginei. Isso daí é bom. É uma experiência nova que eu tenho certeza que vai me dar retorno. (Agricultor 2)

O relato do agricultor 2 chama atenção para a importância de que instituições de ensino, pesquisa e extensão rural, e para que o Estado brasileiro por meio de políticas públicas esteja cada vez mais comprometido com esses sujeitos que vem resistindo e criando condições de permanência no espaço rural. A defesa apresentada por Musial et al. (2017, p.45) em relação à Educação do Campo, pode ser estendida à extensão rural e à pesquisa que precisam estar empenhadas

com o reconhecimento de que as condições de existência precisam ser alteradas diante das consequências impostas pela expansão das relações concretas para que as pessoas

⁵² Omitido nome do município.

vivam no campo, ou seja, as pessoas precisam ter acesso à terra, aos meios de produção, à tecnologia, à assistência técnica, aos conhecimentos, dentre outros.

O não reconhecimento das necessidades acima mencionadas tem produzido efeitos perversos no campo, como, por exemplo, a situação do filho-agricultor 3, impedido de frequentar uma escola família agrícola localizada a poucos quilômetros de onde mora, pois não teve acesso a transporte escolar para tal. Essa é uma das debilidades que constituem o avolumado de problemas vivenciados pelas pessoas no campo e que as levam, por diversas vezes, a deixarem seus territórios.

As precárias condições de trabalho e sua existência no campo se manifestam em carências diversas e baixa articulação das políticas públicas orientadas para o lazer, saúde, transporte, Ater, acesso à internet e tecnologias de comunicação, escolas rurais de boa qualidade atreladas às experiências de vida nas comunidades rurais (SILVA et al, 2017). Todo esse quadro pode ser relacionado à migração das populações do meio rural para o meio urbano. Não por acaso, as famílias entrevistadas se queixam constantemente da falta de mão de obra, sobretudo para atender à demanda da colheita do café, que acontece entre os meses de maio e agosto. Assim, são comuns relatos como o que seguem:

[eu: Quais são as maiores dificuldades enfrentadas?] [Agricultora 4:] Eu acho que a dificuldade maior é em relação à mão de obra. Não tem muita mão de obra. Esse ano, então, foi bem difícil. Tá bem atrasada nossa colheita por falta de gente pra trabalhar.

Assim, a pesquisa de campo realizada possibilitou tomar conhecimento por meio dos relatos das famílias agricultoras do conjunto de lacunas existentes no campo, particularmente relacionadas ao baixo acesso a instrumentos de política pública que promovam educação e conhecimentos no espaço rural.

Constatou-se o esforço de famílias agricultoras, extensionistas rurais e pesquisadores/pesquisadora em buscar ativamente a construção de conhecimentos que possam promover melhores condições de vida para as populações rurais.

Entretanto, também foi possível entrever algumas dificuldades que se assomam nesta busca, como por exemplo, o comportamento de resistência atrelado à prática de uma agricultura já adaptada aos mecanismos e *modus faciendi* do agronegócio. Ou seja, ao mesmo tempo em que há agricultores e agricultoras muito receptivas à agroecologia, houve uma agricultora que admitiu certa resistência com as práticas agroecológicas, especificamente em relação ao cuidado com o solo:

*[filho-agricultor 3:] mãe leva um susto tem hora porque ela vê que o chão tá sujo (risos)[...]
[Agricultora 3:] É, a gente assusta um pouco. Foi aquele dia em que a gente foi lá em Cachoeiro, Pacotuba. É assustador porque a gente tá acostumado a ficar tirando né? E bem no tempo da gente, ficava raspando ainda perto da lavoura, deixava tudo limpinho igual deixava o quintal assim (risos) Ai agora a gente já acostudou com aquele matinho agora já tá aquele monte de folha lá. É assustador. Até que pra lá eu acho mais fácil, mas perto de casa é tão difícil ver, parece que vai criar um monte de escorpião, aqui em casa já tem. (Família 3)*

Para além desse tipo de resistência, pudemos inferir também que parte da dificuldade experimentada pelas famílias agricultoras para adotar o manejo agroecológico dos agroecossistemas pode ser relacionada à posse de terras. Quando perguntado sobre a aproximação com agroecologia, o agricultor responde:

Uns 17 anos, 16 anos mais ou menos. Porque foi quando a gente começou aqui no sítio, porque até então a gente morava na propriedade de outros donos, era colono. Então, quando você é colono muitas vezes você não pode fazer aquilo que você pensa, aquilo que você acredita. Você tem que fazer aquilo que eles acham que é certo. (Agricultor 1)

O depoimento acima faz refletir sobre a importância da reforma agrária para o desenvolvimento da agroecologia, mas acima disso, para que a razão humana possa avançar na concepção de técnicas capazes de melhor responder aos conflitos ser humano-natureza. As relações de exploração do trabalho no campo – sob os mais diversos formatos assumidos – limitam a massa trabalhadora nesse processo e a coloca a serviço das classes dominantes, especialmente daquelas que detém o poderio tecnológico.

Lembrando Vieira Pinto (2005), se tem um privilégio que o explorador estrangeiro não deseja abrir mão é o de inventar e gerar a técnica, sendo necessário interditar a massa trabalhadora desta faculdade. Os movimentos sociais do campo têm sido sujeitos importantes na contestação dessa interdição tecnológica e sua aproximação com a agroecologia legítima, fundamenta e norteia o desenvolvimento do campo agroecológico no Brasil e na América Latina. A agroecologia vem desempenhando um importante papel no escopo do programa agrário do MST (NEVES, 2017) e é emblemática a manutenção da Escola Latino-Americana de Agroecologia, localizada no Assentamento Contestado, no Paraná, um importante símbolo dessa aproximação e fortalecimento mútuo.

Assim, a luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo parece avançar por um processo de conscientização dos seus papéis na transformação dessa realidade, tamanhas as

dificuldades e incertezas a que têm sido submetidos. Nesse processo de crítica da estrutura social e de construção de outro modo de fazer agricultura, o que os sujeitos sociais produzem, em última instância, é a si mesmos.

Retomando a contribuição de Freire (1979) a respeito dessa postura epistemológica de ação-reflexão, podemos admitir que tais sujeitos, desde que não estagnem diante da criação de uma nova realidade, seguirão permanentemente sua busca pelo conhecimento crítico acerca da realidade e, simultaneamente, pela transformação radical da mesma. A postura utópica, que não prescinde da compreensão-ação das famílias agricultoras, é o que reveste o projeto das UPPs de um caráter profético e esperançoso quanto ao desafio de expansão dos princípios e práticas agroecológicas para diferentes comunidades e biomas.

9 AGROECOLOGIA: SOLO FÉRTIL PARA A RESSIGNIFICAÇÃO DA PRÁTICA EXTENSIONISTA, PARA O DIÁLOGO E PARA A INVENÇÃO TÉCNICA

Para realizar o objetivo da tese foi preciso percorrer as diversas concepções que já marcaram o entendimento acerca da extensão rural brasileira e compreender sua institucionalização ao longo do tempo, bem como as transformações resultantes de políticas neoliberais que adentraram o aparelho público de Ater a partir de 1990, para perceber que se trata de um campo muito acirrado de disputas – o que ficou mais bem entendido depois de esclarecida a importância da técnica como mediadora do ato produtivo e do cerceamento tecnológico mantido sobre países da periferia do capitalismo, como é o caso do Brasil.

Algumas vezes parece ficar somente implícito e não suficientemente debatido o que se espera que a extensão rural possa fazer para dar respostas aos problemas vivenciados pelas populações rurais no Brasil. Ou seja, que extensões são necessárias para construção de uma sociedade humanista e igualitária, uma sociedade que crie espaços de diálogo com as populações rurais e entre estas e as populações urbanas?

A agroecologia floresceu então para o meu pensamento como um campo importantíssimo no qual esse debate vem sendo proposto pelos diversos atores sociais que constroem o movimento agroecológico. Pude perceber assim a Pnater de 2003 como um fruto das lutas realizadas por esse movimento que vem articulando respostas tecnológicas, metodológicas, epistemológicas e políticas aos graves problemas civilizatórios que se

apresentam ao povo brasileiro e à humanidade em geral e que atingem de maneira dramática as famílias agricultoras.

Nesse sentido, minha pretensão nesta tese foi investigar uma prática extensionista em curso vinculada à agroecologia, descrevendo e analisando tal experiência a partir da concepção de ato técnico e de dialogicidade. Assim, pretendo fomentar esse debate fundamental e dele participar.

Em um contexto áspero para a realização da pesquisa de campo, contexto este marcado pela Pandemia Covid-19, precisei apurar o olhar e perceber o novo que irrompia bem diante dos meus olhos. O projeto “Desempenho agrônômico e econômico do cafeeiro em sistemas arborizados no estado do Espírito Santo”, ou o projeto das UPPs, estava iniciando bem no momento em que eu passava pelo exame de qualificação do doutorado, em março de 2020. Naquele momento, eu ainda não sabia muito bem como seria a pesquisa de campo, mas as circunstâncias me dirigiram para o projeto das UPPs que enfrentou, assim como eu, um duro período de letargia, incertezas e tristezas.

Enquanto vivenciava o assombro da Pandemia e a negligência criminoso da presidência da república com a saúde pública brasileira, pude me aproximar vagarosamente de atividades do projeto realizadas de maneira virtual em julho de 2020. O estudo de obras de Paulo Freire e Álvaro Vieira Pinto já permitia vislumbrar a contribuição teórica desses autores para a formulação do objeto de estudo.

Paulo Freire, com sua crítica contundente à extensão rural difusionista, ou seja, a extensão rural nos moldes em que tem sido predominantemente praticada ao longo da história no Brasil, denuncia um processo de invasão cultural, orientado pela teoria da ação antidialógica. Ao denunciar esse processo de objetificação dos agricultores e agricultoras – tal como é praticado na educação bancária – Freire (2011, 1978b) afirma a importância da ação cultural que, baseada na teoria dialógica, reconheça a vocação ontológica do ser humano que é ser mais e, por isso, busca permanentemente a afirmação de sua humanidade.

O educador Paulo Freire (2011, 1978b) não ignora a importância da alfabetização para reconhecer a riqueza da cultura popular e a sabedoria e a capacidade do homem e da mulher simples. Ele não dicotomiza essas questões e isso me leva a entender que Freire compreendia a importância da técnica como adjetivo que qualifica o trabalho humano e potencializa sua ação sobre o mundo – a linguagem aqui entendida como a técnica das técnicas, pois é a partir dela que todas as demais técnicas podem ser transmitidas e criadas pelo ser humanizado.

A necessidade de compreender o conceito de técnica foi aumentando à medida em que observava reflexões esparsas que mencionam o aspecto técnico. Como entender a técnica e a

tecnologia de maneira profunda e que realmente ajudasse a refletir sobre essa aproximação entre a extensão rural e a agroecologia observada no escopo do projeto das UPPs?

O estudo realizado por Vieira Pinto (2005) foi decisivo para a construção desta tese pois permitiu constatar a necessidade de se afirmar a técnica como faculdade inerente ao ser humano, como a capacidade de inventar procedimentos e instrumentos que tornem o trabalho mais proveitoso e menos estafante. Se é verdade que a técnica carrega em si uma dimensão conservadora e outra revolucionária, também é verdade que a busca por soluções técnicas no âmbito da ação humana nunca chega a termo e tampouco é uniforme. É preciso conhecer a história de quem inventa as técnicas como uma resposta às exigências do processo de produção. Propus-me fazer isso aproximando-me de agricultores, agricultoras, extensionistas rurais e pesquisadores/a, que imbuídos de uma proposta agroecológica, buscam a invenção técnica no escopo do projeto das UPPs, iniciativa capitaneada por servidores/as de uma agência pública de pesquisa e de Ater – o Incaper – e em parceria com professores/a servidores/a da Ufes.

Esta tese resulta, portanto, de um esforço de pensar criticamente a extensão rural, associando à discussão proposta por Freire (2011) uma reflexão filosófica sobre a técnica empreendida por Vieira Pinto (2005). Somando as perspectivas teóricas de Paulo Freire (2011) e de “seu mestre”, Álvaro Vieira Pinto (2005), foi possível perceber a agroecologia como um terreno fértil para o desenvolvimento de técnicas que conflitam e se contrapõem ao modo hoje dominante de fazer agricultura que é baseado no uso de insumos agroindustriais e na intensidade de capitais.

A agroecologia se revelou um campo particularmente fértil por basear a busca por soluções técnicas no diálogo, na participação, na transdisciplinaridade. Percebe-se assim, o movimento de seres humanos que, conscientes de seu potencial criador de novas técnicas, almejam caminhar para a elaboração de um novo paradigma tecnológico qualitativamente diferente do atual que dá sinais de colapso e que tem implicado tantas contradições para a vida humana. Para tanto, põe-se em diálogo conhecimentos técnico-científicos e populares; os conhecimentos ancestrais, os oriundos da aplicação de métodos científicos e os que resultam da capacidade de observação e criação de agricultores e agricultoras.

A interdição à essa faculdade existencial definidora do ser humano, que é a capacidade de criar e de conceber técnicas, é uma realidade experimentada pelo povo brasileiro que tem sua soberania constantemente sequestrada pelos interesses espoliadores de nações e corporações que nos dominam tecnologicamente. Querem fazer-nos acreditar, inclusive por massiva propaganda, que somos incapazes de conceber nossos próprios meios técnicos, restando-nos importa-los de modo subserviente. Muitas de nossas mais fortes instituições

públicas estão majoritariamente a serviço desse pensamento e, assim, desses interesses, pois como afirmou Vieira Pinto (2005), as elites econômicas e intelectuais internas estão imbuídas dessa noção de subordinação tecnológica.

Entretanto, as dificuldades e contradições que se apresentam parecem estimular a resistência por parte de movimentos sociais organizados e a busca por soluções tecnológicas próprias e apropriadas à melhor resposta aos problemas concretos vivenciados pelos brasileiros e brasileiras. Essa luta social parece se articular em resistência a dois movimentos importantes que contextualizam o presente trabalho de pesquisa: a crise ambiental e ao aprofundamento do neoliberalismo. Tais questões são muito imbricadas, pois a crise ambiental e civilizatória vem sendo constantemente alimentada pela aplicação dos métodos neoliberais dentro da lógica de acumulação capitalista.

O primeiro movimento diz respeito ao contexto da crise ambiental como expressão da falência da forma como o ser humano vem explorando predatoriamente o planeta. O Dossiê Abrasco (2015) e os autores da Ecologia Política ajudaram a compreender as contradições socioambientais que se expressam na reprodução do agronegócio e as estratégias para ocultação e justificação, aliadas a uma permanente campanha de desqualificação dos estudos e das vozes que se levantam contra tal sistema.

O ser humano precisa se entender como parte da natureza (co-evolução), pois estamos a ela ligados dialeticamente e não podemos fazer coisa alguma sem as suas forças postas à nossa disposição e, por consequência, não podemos prejudicá-la sem prejudicar a nós mesmos. Precisamos caminhar para um verdadeiro humanismo, assim como Chico Mendes e o movimento dos seringueiros propuseram caminhos para uma apropriação sustentável da natureza, caminhos de associação entre a defesa do território, da natureza e a defesa dos povos que dele dependem.

O segundo movimento que contextualiza essa pesquisa e que impõe desafios para a extensão rural diz respeito ao aprofundamento das políticas neoliberais implementadas a partir dos anos 1990. O neoliberalismo impôs uma situação de apropriação dos fundos públicos para promoção da lógica privatista e concorrencial, criando simultaneamente uma permanente austeridade aplicada aos investimentos públicos e às políticas sociais. Percebe-se que alguns pressupostos liberais elevados à posição de normas no neoliberalismo, como a obrigação de escolher e a concorrência, são aplicadas indiscriminadamente e consideradas fundamentais na concepção das ferramentas de política pública, lógica que vimos perscrutar a concepção da oferta de serviços de extensão rural segundo o enfoque pluralista.

Embora a Pnater de 2003 tenha sido um avanço no sentido de propor uma extensão rural agroecológica e a democratização ao acesso dos serviços de Ater Pública, ela sempre esteve impregnada de alguma maneira pelas concepções neoliberais que orientam a proposta pluralista. Alguns dos problemas na operacionalização dessa política podem ser relacionados a essas concepções liberais, como a lógica das chamadas públicas estruturadas sobre o princípio da concorrência e a instabilidade do financiamento da política.

Os mecanismos como as chamadas públicas evidenciam o processo de pluralização como uma maneira de difusão da concorrência e escancaram o caráter da ação do Estado neoliberal operando para constantemente abrir mercados, dar suporte legal e facilitar de diversas maneiras a expansão do setor privado em detrimento dos investimentos e políticas sociais. Tudo isso fica ainda mais evidente no atual cenário de cortes orçamentários direcionados às políticas de suporte às populações rurais.

Como já foi mencionado, os dois movimentos abordados estão intrinsecamente relacionados e uma evidência disso é o reforço à primarização da nossa economia e as reduções drásticas nos investimentos em educação, ciência e tecnologia. Por isso foi necessário ressaltar o contexto de elaboração da presente tese, ou seja, o cenário de crise ambiental e acirramento de conflitos no campo em decorrência da aplicação cada vez mais profunda de concepções neoliberais pelo Estado brasileiro. Tal cenário é aqui relacionado a uma desarticulação da Pnater e reenquadramento conservador da Ater pública e das políticas direcionadas à agricultura familiar agora sob responsabilidade do MAPA (DIESEL et al, 2021). Quais são os efeitos dessa situação sobre os quadros técnicos encurralados entre o excesso de demanda de trabalho e os modestos recursos disponibilizados para que o trabalho seja executado? Quais são os efeitos sobre a agricultura familiar abandonada e sem receber assistência técnica pública?

Foi no contexto dessas questões que esse trabalho procurou contribuir para a discussão sobre extensão rural na relação com o projeto científico e humanista identificado na agroecologia. Para tanto, foi acompanhada a experiência de implantação de 4 unidades de pesquisa participativa (UPPs), subprojeto de um projeto mais abrangente nomeado “Desempenho agrônômico e econômico do cafeeiro em sistemas arborizados no estado do Espírito Santo”, apresentado e aprovado pelo Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), junto à Chamada 20/2018, do Consórcio Brasileiro de Pesquisa & Desenvolvimento do Café (CBP&D Café).

Foi possível verificar que o projeto em curso tem como antecessora uma experiência de avaliação participativa de um experimento com café conilon consorciado a outras espécies. Tal experiência parece ter sido um fermento para a proposição da instalação das 4 UPPs, proposição

que busca aprofundar a participação dos sujeitos envolvidos na construção da pesquisa, especialmente famílias agricultoras e extensionistas.

Acompanhar o processo de implementação das 4 UPPs, foi oportuno para verificar que a construção de conhecimentos em agroecologia é um caminho que apresenta a todo o grupo envolvido a necessidade de repensar e reinventar os modos de trabalhar. Essa é uma observação válida para todas as categorias profissionais envolvidas, sejam extensionistas, agricultores/as ou pesquisadores/a.

A pesquisa realizada permitiu constatar a pujança do trabalho transdisciplinar que se desenvolve a partir do diálogo entre trabalhadores e trabalhadoras dos mais diversos ofícios. A aproximação entre o pensamento científico e o pensamento popular possibilita a busca por conhecimentos mais completos e aplicáveis.

Notavelmente, a articulação pesquisa-extensão transforma-se em um processo de busca por libertação quando orientada pela crença de que é possível o diálogo entre os divergentes. Superar a dissociação entre teoria e prática, entre pesquisa e extensão, é uma tarefa do nosso tempo histórico. A indissociabilidade entre ambas, por sua vez, é uma condição inexorável para que possamos buscar a compreensão acerca da nossa realidade existencial e para que possamos dominar o trabalho que executamos, sabendo o que ele significa, quanto vale e quais as suas finalidades.

Foram identificados momentos significativos para a vivência transdisciplinar, como a caminhada até o louro-pardo durante visita a uma das UPPs e a reunião de planejamento do processo de avaliação participativa. Nesses momentos verificou-se no grupo a postura de clareza sobre a essencialidade da experiência participativa dentro da proposta de implantação e acompanhamento das UPPs.

Entre os desafios identificados para o processo dialógico está a construção de participações isonômicas considerando os diferentes sujeitos e saberes envolvidos. O longo histórico de cultura do silenciamento de camponeses e camponesas e a hierarquização dos saberes e categorias de trabalho requerem um olhar atento e sensível para que as metodologias e caminhos percorridos viabilizem o diálogo.

Outro desafio para a construção dessa experiência transdisciplinar e dialógica foi a irrupção da Pandemia Covid-19. O projeto que se iniciou em 2020 tem vigência prevista de quatro anos, dos quais durante 1 ano e meio não foi possível reunir presencialmente o grupo. É importante destacar que as medidas de distanciamento e prevenção ao contágio foram totalmente necessárias diante da situação que se apresentava naquele momento. Algumas atividades foram realizadas virtualmente, mas constatou-se a limitação para uma boa

interlocução da equipe, principalmente pela instabilidade do acesso à internet e baixa familiaridade com esse meio de interação.

Em relação à compreensão técnica que orienta a participação dos sujeitos no projeto, verificou-se uma recorrente dicotomização técnico-social. Tal dicotomização parece carregar uma compreensão da técnica como entidade antagônica ao bem estar humano. A técnica é mediação que atende às exigências do processo produtivo e, em grande parte, observamos a incidência de técnicas agrícolas que apoiam o processo de drenagem de riquezas, espoliação de trabalhadores e trabalhadoras rurais e externalização de danos à população.

Contudo, é preciso afirmar que a técnica, assim como o trabalho, carrega em si um potencial emancipador pois é a partir dela que o ser humano vivencia as contradições com a natureza e reafirma sua humanidade. Revela-se assim o trabalho tecnologicamente elaborado como um direito, uma dignidade da qual trabalhadores e trabalhadoras não devem ser privados, da mesma maneira que não devem ser interditados da possibilidade de participar ativamente dos processos que levam à invenção técnica.

Nesse sentido, a participação no projeto das UPPs revela-se para o grupo de extensionistas uma oportunidade de desconstruir concepções e práticas autoritárias e antidialógicas aprendidas ao longo de sua trajetória formativa. Constatou-se que algumas dessas pessoas já possuem uma relação mais longa com a agroecologia, tendo iniciado sua trajetória junto ao movimento estudantil, movimentos sociais do campo e ONGs. Para outras pessoas do grupo, está sendo uma primeira vivência prática no campo agroecológico.

Os esforços realizados por esses sujeitos na busca por vivências e conhecimentos relacionados à agroecologia são notáveis. A experiência de pesquisa junto aos agentes de extensão revelou a necessidade de que sejam fortalecidos e ampliados os espaços para vivenciar e construir tais conhecimentos, aprofundar as práticas transdisciplinares, desconstruir a dicotomia técnico-social e ressignificar a prática extensionista. As universidades, escolas técnicas e instituições de Ater têm um importante papel a desempenhar nesse sentido.

Assim, a experiência de participação no projeto das UPPs se revela uma rica oportunidade para, abandonando atitudes de persuasão e prescrição, construir conhecimentos em agroecologia junto às famílias agricultoras a partir de uma experiência de diálogo de saberes, isso vale tanto para pesquisadores quanto para extensionistas rurais. Ressalta-se todavia, que as condições de trabalho estão prejudicadas pelo processo de cortes orçamentários, centralização política e reenquadramento conservador da política de Ater pública, o que se relaciona à sobrecarga dos profissionais, comprometimento da qualidade e continuidade do

serviço prestado e abertura de espaço para a intensificação da oferta de assistência técnica privada.

Os dois pesquisadores e a pesquisadora que participam do projeto das UPPs foram tratados como extensionistas devido à forma como eles se inserem no projeto, ou seja, fazendo pesquisa participativa, o que os aproxima do que fazer extensionista. Em relação às trajetórias desses sujeitos, foram relatadas experiências participativas de construção de conhecimentos e práticas agroecológicas junto a agricultores e agricultoras. Não obstante as resistências encontradas ao reconhecimento da agroecologia como ciência e às ações de extensão universitária como experiências legítimas de construção de conhecimentos, tais pesquisadores/a demonstram convicção de que a agroecologia e o diálogo de saberes são os caminhos para desenvolver respostas aos problemas civilizatórios que se apresentam.

Para as famílias agricultoras, a participação no projeto das UPPs é percebida como uma oportunidade há muito ansiada para buscar melhores soluções às exigências do processo produtivo. Os danos causados pelo uso de agrotóxicos, a insegurança relacionada à produção especializada, a dependência da utilização de adubos minerais, a escassez de mão de obra no campo, a degradação das paisagens e a escassez hídrica são aspectos que ameaçam a saúde, a vida e os modos de vida dessas famílias. É preciso inventar técnicas outras; outras formas de mediar a relação do ser humano com a realidade, do agricultor com a natureza e da humanidade com o sistema alimentar. Os agricultores e agricultoras participantes demonstram compreender a dimensão dessa empreitada e alimentam atitude de total abertura para o diálogo com a equipe ampliada do projeto.

Durante apresentação desta tese aos membros do projeto, realizada no dia 16 de agosto de 2022, foi enfatizada pelos agricultores presentes a importância de políticas públicas coordenadas e orientadas para a promoção da agricultura familiar e para o incentivo à reprodução social desse modo de vida no campo brasileiro. Nesta tese enfatizei a importância de que criem condições para a elaboração de conhecimentos e técnicas e, para tanto, faz-se imprescindível o investimento em instituições públicas de ensino, pesquisa e assistência técnica e extensão rural e que tais instituições se orientem pela emancipação dos sujeitos. É imprescindível também que as pessoas no campo tenham disponíveis os serviços públicos que possam assegurar seu acesso às instituições mencionadas.

O projeto das UPPs, como foi apelidado nesta tese e como vem sendo nomeado pelas pessoas que o acompanham, teve início em 2020 e tem encerramento previsto para final de 2023. Devido às limitações decorrentes da Pandemia Covid-19 e do prazo para encerramento do doutorado foi possível acompanhar somente parte do processo de implantação das 4 UPPs.

A Pandemia limitou nesse sentido pois não pude acompanhar a formulação dos projetos de cada UPP, etapa realizada pelas famílias e extensionistas de forma a minimizar interações naquele momento de alta periculosidade.

A partir de janeiro de 2022, foi preciso arrefecer o movimento de trazer novas observações decorrentes das atividades que estavam sendo realizadas e centrar meus esforços em explorar os dados até então levantados. Isso precisou ocorrer justamente em um momento em que as atividades do projeto se intensificavam com visitas de campo, reuniões de planejamento e momentos de discussão e capacitação.

Contudo, esse fato não impediu a realização de uma prolífica experiência de pesquisa e análises oportunas em relação ao objeto teórico deste estudo. Pretendo seguir acompanhando o projeto e dentro de minhas possibilidades fortalecer a formação dessa rede de pesquisa-extensão em sistemas agroflorestais e agroecologia no estado do Espírito Santo.

Na experiência acompanhada, a extensão rural se revela um campo privilegiado da construção de conhecimentos no qual são vivenciados conflitos legítimos que vão se apresentando no desenvolvimento da proposta: Como construir efetivamente o diálogo de saberes, a experiência transdisciplinar? Como ampliar essa rede de diálogo de modo a incluir outras famílias agricultoras, extensionistas, pesquisadores, instituições e movimentos sociais? Todos os envolvidos e todas as envolvidas colocam-se diante de oportunidades de aprendizado e crescimento, ajudando-se mutuamente na realização da experiência social de inventar as técnicas agroecológicas e afirmar a si mesmos/as como sujeitos históricos.

O acompanhamento do projeto das UPPs permitiu perceber a agroecologia não como um campo de negação da técnica, mas sim como um campo de afirmação da técnica como mediação necessária na relação ser humano-natureza. No âmbito agroecológico, a técnica é frequentemente percebida como procedimentos e métodos de manejo (práticas) e a tecnologia agroecológica possui conexão intrínseca com uma epistemologia agroecológica (conhecimento) e com a luta política dos sujeitos sociais (movimento). A epistemologia agroecológica reconhece como válidos todos os conhecimentos e propõe que a busca por soluções aos problemas da existência humana em sua imbricada relação com a natureza pode ser mais bem empreendida por meio do diálogo de saberes.

REFERÊNCIAS

ABA. Associação Brasileira de Agroecologia. **Contribuições da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) à Minuta (V0) do Relatório elaborado pelo Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutricional sobre Abordagens Agroecológicas e outras inovações para a agricultura e sistemas alimentares sustentáveis como contribuição para a Segurança Alimentar e Nutricional.** Disponível em:

<<http://www.fao.org/fsnforum/cfs-hlpe/sites/default/files/discussions/contributions/HLPE%20Draft%200%20-%20ABAs%20contribution.pdf>>. Acesso em 10 out. 2021. [2020?]

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA - Abrasco. **Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** Org.: Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo. - Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

ABDO, M. T. V. N.; VALERI, S. V.; MARTINS, A. L. M. Sistemas Agroflorestais e Agricultura Familiar: uma parceria interessante. **Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária.** Dez. 2008.

ALEMAY, C.; SEVILLA GUZMÁN, E. ¿Vuelve la extensión rural? Reflexiones y propuestas agroecológicas vinculadas con el retorno y fortalecimiento de la extensión rural en América Latina. **Realidad Económica**, 227, p. 52-74, 2007.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** 3ª. Ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

ALVES, G. Brasil: a catástrofe (parte 2). **Blog da Boitempo.** 1 fev. 2020. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/02/01/brasil-a-catastrofe-parte-2/>>. Acesso em 4 abr. 2022.

ANDRADE, R. de O. Congresso promove novos cortes nos recursos para a ciência: a pedido do Ministério da Economia, parlamentares reduzem orçamento suplementar da área para R\$ 89,7 milhões, comprometendo o custeio de bolsas e projetos de pesquisa. **Revista Pesquisa FAPESP.** 11 out. 2021. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/congresso-promove-novos-cortes-nos-recursos-para-a-ciencia/>>. Acesso em 12 out. 2021.

ARAÚJO, A. Z. **Impacto da política pública de agricultura familiar nas relações dos agricultores: uma análise fundamentada na teoria da empresarização.** 2014. 119 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre: 2014

ARAÚJO, A. Z.; DA SILVA, R. de F. C. A agricultura familiar e a expansão das relações sociais inerentes à empresa. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 24, n. 1, p. 85-112, 2016.

ARAÚJO, J. B. S.; SIQUEIRA, H. M.; SALES, E. F.; SOUZA, J. L. Tendências agroecológicas na produção agropecuária. **Incap em Revista**, Vitória, v.9, p. 79-89, jan/dez 2018. ISSN 2179-5304

ARAÚJO, J. B. S.; SILVA, M. W. da.; LIMA, W. L. de; PEREIRA, A. C. H. .; ENDRINGER, D. C. .; SOUZA, J. L. de . Decomposition and nutrients released from forest and perennial crops associated with organic coffee. **Coffee Science - ISSN 1984-3909**, [S. l.], v. 16, p. e161845, 2021. DOI: 10.25186/v16i.1845. Disponível em: <<http://www.coffeescience.ufla.br/index.php/Coffeescience/article/view/1845>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

BARBOSA, W. A. **Cultura Puri e Educação Popular no município de Araponga, Minas Gerais: duzentos anos de solidão em defesa da vida e do meio ambiente**. 2005. 165p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

BENJAMIN, C. Nota do Editor. In.: VIEIRA PINTO, Álvaro. **O Conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Vol. 1. p. VX-XVI.

BENTIVOGLIO, J. O antigo estado de coisas: apontamentos para a história dos povos indígenas no sul da província do Espírito Santo. **História Revista**, Goiânia, v. 24, n. 1, p. 186-205, jan./abr. 2019

BERGAMASCO, S. M. P. P. ; THOMSON, C.R. ; BORSATTO, R. S. . Da extinção da EMBRATER à criação da ANATER: os desafios da Política de Assistência Técnica e Extensão Rural Brasileira. In: BERGAMASCO; S. M. P. P.; DELGADO; G. C.. (Org.). **Agricultura Familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. 1 Ed. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017, v., p. 312-340.

BLISKA, F. M. M. et al. Dinâmica fitotécnica e socioeconômica da cafeicultura brasileira. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 15-18, jan. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA, 2004.

BRUNO, R. O estatuto da terra: entre a conciliação e o confronto. **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº5, nov., 1995, p. 5-31.

CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA. **11 anos na luta por saúde e contra os agrotóxicos**. 7 abr. 2022. Disponível em: <<https://contraosagrototoxicos.org/na-luta-por-saude-e-contra-os-agrotoxicos/>>. Acesso em 14 abr. 2022.

CARVALHO, C. X.; SANTOS, S. A.; FARIAS, I. S.; MELO, A. F.; MIRANDA, G. C. A.; Extensão rural e conhecimento local: tecnologias adaptadas para a convivência ecologicamente equilibrada no Semiárido pernambucano. **Revista Extensão Rural**, v. 21, n. 2, p. 34-53, abr./maio/jun. 2014.

CELIN, J. L. Expansão cafeeira no Espírito Santo. **Análise econômica**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 67-75, nov. 1984.

_____. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible**: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. 1998. 516f. Tese de

Doutorado. (Instituto de Sociología y Estudios Campesinos). Universidad de Córdoba, Córdoba: Espanha, 1998.

CAPORAL, F. R. Bases para uma Nova Ater Pública. **Extensão Rural**. Santa Maria/RS, p. 01-20. 2003.

CAPORAL, F. R. Extensão Rural como política pública: a difícil tarefa de avaliar. In: SAMBUICH, R. H. R. et al. **Políticas Agroambientais e Sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília: Ipea, 2014, p. 19-48

CAPORAL, F. R.; DAMBRÓS, O. Extensão Rural Agroecológica: experiências e limites. **Redes** - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, maio-agosto, 2017.

CHAUÍ, M. Democracia e sociedade autoritária. **Comunicação & Informação**, v. 15, n. 2, p. 149-161, jul./dez. 2012.

COELHO, E. P.; SANTOS, M. L.; BARBOSA, W. A. **“O mundo não é, o mundo está sendo”**: Paulo Freire um educador e filósofo de uma ciência engajada. “Existência e Arte” - Revista Eletrônica do Grupo PET – Ciências Humanas, Estética e Artes da Universidade Federal de São João Del-Rei – Ano V – Número V – Janeiro a Dezembro de 2010.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. “Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável”. In: Vela, Hugo. (Org.): **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194

COUTO, S. F. M.; WIVALDO, J. N. S.; SILVA, S. S. Análise dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) dos municípios de Barbacena e Lavras, MG. **XIX ENGEMA** - USP, 2017.

DARDOT, P.; LAVAL, C.. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DA ROS, C. A. Gênese, desenvolvimento, crise e reformas nos serviços públicos de extensão rural durante a década de 1990. **Mundo Agrário**, vol. 13, n.25, 2012.

D’AMBROSIO, U. **Transdisciplinaridade**. São Paulo: Palas Atena, 1997.

DIAS, M. M. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revista Oikos, Viçosa**, v. 18, n. 2, p. 11-21, 2007.

DIESEL, V.; FROELICH, J. M.; NEUMANN, P. S.; SILVEIRA, P. R. C. d. "Privatização dos serviços de extensão rural: uma discussão (des)necessária?" **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 46, n. 4, p. 1155-1188, 2008.

DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. **Extensão Rural no Contexto do Pluralismo Institucional**: Reflexões a partir dos serviços de Ates aos assentamentos da reforma agrária no RS. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; DIAS, M. M.; FROEHLICH, J. M. Política de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um caso de desmantelamento?. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 3, p. 597-634, 2021.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa. 2006. **Marco Referencial em Agroecologia**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Brasília, 70 p.

ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – ENA. 4.: 2018: Belo Horizonte. **Carta política do IV ENA**: agroecologia e democracia unindo campo e cidade. Rio de Janeiro: AS-PTA: Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, 2018. 47 p.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Atlas da Mata atlântica do estado Espírito Santo**: 2007-2008/ 2012-2015. SOSSAI, M. F. (coord.) Cariacica-ES: IEMA, 2018. 252 p.

FALS BORDA, O. (2001). Participatory (action) research in social theory: origins and challenges. In P. Reason & H. Bradbury (Eds.), **Handbook of action research**: participative inquiry and practice (p. 27-37). London Sage.

FAVERI, J. E. **Álvaro Vieira Pinto: contribuições à educação libertadora de Paulo Freire**. São Paulo: LiberArs, 2014.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____. **Cartas à Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo (2ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978a.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978b.

_____. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

_____. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Extensão ou Comunicação?** 15ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, Marcos Cezar de. O conceito de tecnologia: O quarto quadrante do círculo de Álvaro Vieira Pinto. In: VIEIRA PINTO, Álvaro. **O Conceito de Tecnologia**. 1º vol. p.1-25. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. Economia e educação: a contribuição de Álvaro Vieira Pinto para o estudo histórico da tecnologia. In: **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.11, n.31, abr. 2006. Disponível em <http://ref.scielo.org/fwh3qz>.

GONZATTO, R. F.; MERKLE, L. E. Vida e obra de Álvaro Vieira Pinto: um levantamento biobibliográfico. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 16, n. 69, p. 286–310, 2017

FURTADO, Celso. **Correspondência intelectual 1949-2004**. Seleção, introdução e notas: Rosa Freire d'Aguiar. Posfácio: Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GERHARDT, C. H. Tautologia e retórica messiânica da “transição agroecológica” na “Nova Extensão Rural”. **Revista Extensão Rural**, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.21, n.3, jul./set. 2014.

GLIESSMAN, S. Transforming food systems with agroecology. (Editorial). **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 40, n. 3, p. 187-189, 2016.

GOMES, J. C. C. Bases epistemológicas da Agroecologia. In: DE AQUINO, A. M.; DE ASSIS, R. L. (Ed.). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma Agricultura orgânica sustentável**. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2005. p. 71-100.

GONZATTO, R. F.; MERKLE, L. E. Vida e obra de Álvaro Vieira Pinto: um levantamento biobibliográfico. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 16, n. 69, p. 286–310, 2017

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101794>. Acesso em 23 mar. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER - INCA. **Posicionamento do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva acerca dos agrotóxicos**. Brasília-DF: INCA, 2016. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//posicionamento-do-inca-sobre-os-agrotoxicos-06-abr-15.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

INCAPER. **Desempenho agrônômico e econômico do cafeeiro em sistemas arborizados no estado do Espírito Santo**. Sistema de Gestão do Consórcio Pesquisa Café – ConCafé. Aprovado estrategicamente no Edital 20/2018 - Programa Café.

JORNAL DA USP. **Orçamento 2021 compromete o futuro da ciência brasileira: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação sofreu corte de 29%. Ministro vê situação “crítica” e teme corte de bolsas no CNPq**. 09/04/2021. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/orcamento-2021-compromete-o-futuro-da-ciencia-brasileira/>> . Acesso em 12 out. 2021.

KOELLER, P.; VIOTTI, R. B.; RAUEN, A. Dispendios do governo federal em C&T e P&D: esforços e perspectivas recentes. **Radar**. N. 48, dez. 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7400/1/Radar_n48_disp%C3%AAndios.pdf> . Acesso em 12 out. 2021.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KREUTZ, I. J.; PINHEIRO, S. L. G.; CAZELLA, A. A. A construção de novas atribuições para a Assistência Técnica e Extensão Rural: a mediação com reconhecimento da identidade. **Extensão Rural**, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XII, Jan./Dez. 2005.

LANDINI, F. P. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.45, n.2, p.371-377, fev, 2015

LIMA, V. A. de. **Paulo Freire: a prática da liberdade, para além da alfabetização**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

LOPES Neto, A. A.; FEITAL, A.; LOPES, I. de L.; ALMEIDA, A; TELLES, L. Caderneta agroecológica: empoderando mulheres, fortalecendo a agroecologia. **Revista Agriculturas**, v. 2, n. 4, dez. 2015. Disponível em: <http://aspta.redelivre.org.br/files/2019/09/Agriculturas_V12N45-Artigo7.pdf>. Acesso 25 mar. 2022.

LÖWY, M. **O que é Ecosocialismo?** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MARQUES, F. Ciclo interrompido: indicadores de ciência e tecnologia do MCTIC mostram efeito da recessão nos dispêndios em pesquisa e desenvolvimento no país em 2016. **Revista Pesquisa FAPESP**. Jan 2019. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/ciclo-interrupted/>>. Acesso em 12 out. 2021.

MARX, K. **Grundrisse** : manuscritos econômicos de 1857-1858 : esboços da crítica da economia política / Karl Marx ; supervisão editorial Mario Duayer ; tradução Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). – São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MEIRA, A. C. H.; SENNA, D. S.; DUTRA, G. J. A.; KOBİ, H. B.; CAMPOS, N. B. **Entre Águas**: memórias fotográficas. Cachoeiro de Itapemiri/ES: Editora Gracal, 2015.

MENDONÇA, S. R. de. Extensão rural e hegemonia norte-americana no Brasil. **História Unisinos** 14(2):188-196, Maio/Agosto 2010.

MORELATO, R. T. J. A crise hídrica e os impactos socioeconômicos sofridos pelos produtores de café conilon em São Gabriel Da Palha (ES). In.: XI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental. Vitória/ES – 23 a 26/11/2020. **Anais XI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental**, Vitória: IBEAS – Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais, 2020, p.1-6.

MUSIAL, G. B. da S.; BRANDÃO, N. A.; COSTA, V. A. Educação de jovens adultos no contexto da educação do campo: um diálogo com Paulo Freire. In.: ANGELO, A. A.; ANDRADE, E. O. de; BRANDÃO, N. A. (Organizadoras). **Educação no campo: diálogos com a extensão universitária**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2017.

NEVES, T. R. **A construção do papel da agroecologia no programa agrário do MST**. 2017. 104 p. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Pós-Graduação em Política Social – Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes, Vitória, 2017.

OLIVEIRA, F. de. Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local? IN: SPINK, Peter et alii (orgs.). **Novos Contornos da Gestão Local**: Conceitos em Construção. São Paulo: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002, pp.11-31.

ORSO, P. J. O desafio da formação do educador na perspectiva do Marxismo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 58-73, abr. 2011.

OTERO, J.; SELIS, D. H. Educar, concientizar, transferir, dialogar... ¿qué es y para qué sirve la Extensión Rural? **Extensão Rural**, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.26, n.1, jan./mar. 2019.

PEIXOTO, M. **Extensão Rural no Brasil**: uma abordagem histórica da legislação. Textos para discussão 48. Consultoria Legislativa do Senado federal – Coordenação de Estudos. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/136891>>. Acesso em 27 abr. 2018.

PEIXOTO, Marcus. Extensão rural no mundo e no Brasil: descentralização, privatização e financiamento. **Brasília: Senado Federal**, 2011.

PERES, F.; MOREIRA, J. C.; DUBOIS, G. S. Agrotóxicos, saúde e ambiente: uma introdução ao tema. In.: PERES, F., and MOREIRA, JC., (Orgs). *É veneno ou é remédio?: agrotóxicos, saúde e ambiente* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. ISBN 978-85-7541-317-3

PERUZZO, C. M. K. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: *da observação participante à pesquisa-ação*. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**. Época III. Vol. XXIII. Número Especial III, Colima, primavera 2017, pp. 161-190.

PETERSEN, P. Agroecologia em construção: terceira edição em um terceiro contexto. In.: ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ª. Ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012.

PICANÇO, M. C. **Manejo Integrado de Pragas**. 146p. Apostila. Departamento de Biologia Animal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2010.

PIGNATI, W.A.; MACHADO, J.M.H.; CABRAL, J.F. Acidente rural ampliado: o caso das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde – MT. *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 12 (1): 105-114, 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; LEFF, E. La Ecología Política en Latino América: la reapropiación de los territorios y la construcción de la racionalidad ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 65-88, dez. 2015.

PRIMAVESI, A. Agroecologia e manejo do solo. **Agriculturas** - v. 5 - no 3 - setembro de 2008.

RIBEIRO, M. T. F.; FERREIRA, V. M. ; FERREIRA, R. M. . Diálogos socioambientais: a experiência do projeto Maria de Barro. **Desenvolvimento e Meio Ambiente** (UFPR), v. 22, p. 83-98, 2010.

RIOS, A. Resenha: Extensão ou Comunicação? **Revista Diálogos**. Brasília, v.21, n.1, jul, 2017.

- ROSSET P., ALTIERI M. Agroecology versus input substitution: A fundamental contradiction of sustainable agriculture. **Society & Natural Resources**. Vol. 10, p. 283–295, 1997.
- ROSSET, P. M.; BARBOSA, L. P.; VAL, V.; MCCUNE, N. Pensamiento Latinoamericano Agroecológico: the emergence of a critical Latin American agroecology? **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 45, n. 1, p. 42-64, 2020.
- RUIZ-ROSADO, O. Agroecología: una disciplina que tiende a la transdisciplina **Interciencia**, vol. 31, núm. 2, febrero, 2006, pp. 140-145
- ROULSON, Kathryn; DeMARRAIS, Kathleen; LEWIS, Jamie B. Learning to interview in the social sciences. **Qualitative Inquiry**, v.9, n.4, p. 643-668, 2003.
- SALES, E. F.; ARAUJO, J. B; BALDI, A. **Sistemas Agroflorestais e Consórcios no Estado do Espírito Santo**: relatos de experiências. Vitória/ES: Incaper, 2018.
- SANTOS, E. F. Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do séc. XIX: a gênese do pensamento político capixaba. **Revista Dimensões**, Vitória, n.17, p. 47-68, 2005.
- SANTOS, B. de S.; MENEZES, M. P. **Epistemologias do Sul**. 2ª ed. Coimbra: Edições Almedina SA. 2010.
- SANTOS, M. A. G.; LIMA, I. S. LEÃO, R. S. C. A formação do extensionista rural: desafios no ensino técnico profissional em Pernambuco. **Extensão Rural**, DEAR – CCR – UFSM, Santa Maria, v.23, n.1, jan./mar. 2016.
- SANTOS, G.M.A.D. **Espacialização do risco de lixiviação de agrotóxicos em áreas de cafeeicultura no estado do Espírito Santo**. Viçosa, UFV, 2017, 183f. Tese (Doutorado em Agroquímica) – Universidade Federal de Viçosa, UFV, Viçosa, MG, 2017.
- SENNA, D. S. ; SIQUEIRA, H. M. ; ARAUJO, J. B. S. ; ANTUNES, D. G. ; PEREIRA, A. C. ; TURBAI, E. R. M. G. ; SILVA, M. W. Avaliação participativa da sustentabilidade de lavouras cafeeiras em consórcios agroflorestais. In: Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2019, Aracaju. **Anais XI congresso brasileiro de agroecologia**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Agroecologia, 2019.
- SENNA, D. S. **Contextualização do processo de avaliação participativa da sustentabilidade de lavouras cafeeiras**. Cachoeiro de Itapemirim. 13 out. 2021. Apresentação de Power Point. 61 slides. color.
- SILVA, K. R. **A implementação da chamada pública de ater agroecológica no Vale do Ribeira (Pr): desafios e viabilidade**. 2017. 126 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, *campus* Araras, Araras, 2017.
- SILVA, L. H.; CARVALHO, J. G.; LIMA, S. L. P. Formação de educadores do campo e produções acadêmicas nacionais: o estado do conhecimento. In.: ANGELO, A. A.; ANDRADE, E. O. de; BRANDÃO, N. A. (Organizadoras). **Educação no campo: diálogos com a extensão universitária**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2017.

SIQUEIRA, H. M. **Transição agroecológica e sustentabilidade socioeconômica dos agricultores familiares do território do Caparaó-ES: o caso da cafeicultura**. 2011. 65f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias. Campos dos Goytacazes, RJ, 2011.

TANGAARD, L. The Research Interview as a Dialogical Context for the Production of Social Life and Personal Narratives. **Qualitative Inquiry**, v. 15, n. 9, p. 1498-1515, November 2009.

TOBAR, F. O conceito de descentralização: usos e abusos. **Planejamento e políticas públicas**, v.5, p.31-51, 1991.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, 29:503–515, 2009. <https://doi.org/10.1051/agro/2009004>

WEZEL, A. et al. Agroecological principles and elements and their implications for transitioning to sustainable food systems. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, 40:40, 2020. <https://doi.org/10.1007/s13593-020-00646-z>

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2010, 62 p: il. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4616813/mod_resource/intro/pageflip-2583697-3759191-DRP - Guia_prtico-2649689.pdf. Acesso em 25 nov 2022.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O Conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Vol. 1.

APÊNDICE A

ROTEIROS PARA ENTREVISTAS COM (A) FAMÍLIAS, AGRICULTORAS, (B) EXTENSIONISTAS E (C) PESQUISADORES/AS

A) ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA FAMÍLIA AGRICULTORA

1) História de vida da família

- Quando vocês vieram para essa terra?
- Quais foram as culturas e atividades que já trabalharam? Como foram essas experiências, o que mais marcou, que aprendizados tiveram?
- Atualmente trabalham com que culturas e atividades?
- Como tem feito a comercialização dos produtos ao longo do tempo?
- Já tiveram produção integrada com alguma empresa ou cooperativa? Como foi a experiência?
- Quais são as maiores dificuldades enfrentadas? (no desempenho da agricultura na propriedade)
- Quais os sonhos? O que visualizam para si e para sua atividade.

Observações:

2) Situação fundiária

- A terra é de propriedade da família? Se não, que relação mantêm com o dono, por exemplo, arrendamento, parceria...?
- Qual é o tamanho da propriedade?
- Quais são as características da propriedade? Exemplos: tem água (nascente)? Área de mata preservada? A área da propriedade é predominantemente plana ou declivosa? Qual altitude? Acesso para estradas é fácil ou difícil?
- Empregam mão de obra de fora da família? Se sim, quando e como ocorre?

Observações:

3) Trajetória da relação com extensão rural

- Já participaram ou participam de algum outro projeto? Se sim, com qual instituição, qual era/é o projeto e como foi/é a experiência?

- Já participaram de outras atividades de extensão? Como é a relação com extensionistas e com Incaper? Alguma outra instituição ou empresa de extensão?

Observações:

4) Participação no projeto

- Como foi a decisão de participar do projeto?

- No início foi feito um pré-projeto de como será a UPP. Isso foi montado pelo/a extensionista e por vocês e foi apresentado pra os demais participantes do projeto em uma reunião virtual (Reunião 29 e 30 de junho para apresentação dos pré-projetos). *Como vocês e extensionista planejaram esse pré-projeto da UPP?* Teve a participação de outros membros da família?

- Também teve uma Capacitação virtual nos dias 7, 24 e 31 de julho de 2020. Vocês participaram dessas atividades virtuais? Se sim, como foi participar dessas atividades?

- Como tem sido a implantação da UPP? Em que momento está a implantação? Quais as principais dificuldades enfrentadas? Como tem sido a relação com membros do projeto e extensionistas nesta fase?

- Como vocês têm percebido os atrasos e dificuldades para andamento do projeto? Seja por causa da pandemia, seja por causa dos procedimentos burocráticos que podem atrasar a liberação de insumos? Qual tem sido a estratégia para lidar com essas dificuldades?

Observações:

5) Agroecologia

- Quando e como iniciaram o contato com a Agroecologia?

- Qual é o seu entendimento hoje sobre a Agroecologia?

Observações:

6) Participação no projeto anterior “*Avaliação do cafeeiro em sistemas agroflorestais, da matéria orgânica, da equivalência de área e da percepção por agricultores*” (FAPES/SEAG nº 06/2015 – PPE Agropecuária, vigência **2017, 2018 e 2019**)

- Como foi a participação no projeto? Qual foi o papel desempenhado pelos agricultores no projeto?

- O que marcou nessa experiência? Teve aprendizados? Quais? Saiu da experiência com inquietações e dúvidas? Quais? Mudou alguma coisa nas suas práticas depois da participação no projeto?

- A participação no projeto anterior influenciou na decisão de sediar uma UPP no atual projeto (Desempenho agrônomo e econômico do cafeeiro em sistemas arborizados no estado do Espírito Santo)?

Observações:

B) ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA EXTENSIONISTA

1) História de vida

- Pedir para contar sobre a formação e quando e como foi a aproximação com a Extensão Rural.

O que motivou a escolha pela ER?

- Faz parte há quanto tempo do quadro do Incaper?

- Teve contato com agroecologia na formação? Se lembra de como tomou contato com agroecologia?

- Como é o trabalho de extensão no seu município e quais os principais desafios para as famílias que vivem da agricultura no município onde você atua?

2) O projeto anterior (*Avaliação do cafeeiro em sistemas agroflorestais, da matéria orgânica, da equivalência de área e da percepção por agricultores FAPES/SEAG nº 06/2015 – PPE Agropecuária, vigência 2017, 2018 e 2019*)

- Você participou do projeto anterior?

- Se sim, como foi a sua experiência no projeto anterior? Qual é a sua visão sobre o projeto (tanto em relação ao processo quanto aos resultados)?

3) O projeto atual (Desempenho agrônomo e econômico do cafeeiro em sistemas arborizados no estado do Espírito Santo)

- Como ocorreu a sua inserção no projeto?

- Qual é ou quais são as suas motivações em participar desse projeto?

- Como foi feita a aproximação com os agricultores?

- Como foi elaborado o pré-projeto?

- Como avalia a contribuição dos agricultores até agora no projeto.

4) Questões mais gerais

- A partir da sua experiência, como você entende a Extensão Rural?
- A partir da sua experiência, como você entende a Agroecologia? Como avalia o sistema agroecológico e as suas principais qualidades.

C) ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PESQUISADOR/PESQUISADORA

1) História de vida

- É pesquisador/a do quadro de qual instituição e há quantos anos?
- Pedir para contar sobre a formação. Quais experiências marcaram a sua aproximação com a Agroecologia?
- E com a extensão Rural?
- Já atuou, atua ou propôs outros projetos de extensão com abordagem agroecológica? Como foi ou está sendo a experiência?

2) Sobre o projeto anterior

- Você participou do projeto anterior? (*Avaliação do cafeeiro em sistemas agroflorestais*)? Como foi a sua experiência de participação? Qual é a sua visão sobre o projeto (tanto em relação ao processo quanto aos resultados)?
- Mesmo que não tenha participado, possui conhecimentos sobre ele que te permitam compartilhar uma percepção sobre o mesmo?

3) Sobre o projeto atual

- Como ocorreu a sua aproximação com o projeto “*Desempenho agrônômico e econômico do cafeeiro em sistemas arborizados no estado do Espírito Santo*”?
- Como você se insere no projeto?
- Quais são suas perspectivas para o trabalho de avaliação participativa a ser realizado? O que julga necessário para realização desse trabalho?
- Que tipo de participação se espera que os/as agricultores/as tenham nesse projeto?
- Que tipo de participação se espera dos/das pesquisadores/as e extensionistas envolvidos/as?
- Quais são os principais desafios a serem enfrentados no escopo do projeto?

- Como avalia o andamento do projeto até o momento, considerando o cenário excepcional vivenciado desde 2020?

APÊNDICE B

ENTREVISTAS TRANSCRITAS

1 TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTA COM EXTENSIONISTAS

EXTENSIONISTA 1 – ENTREVISTA REALIZADA VIA PLATAFORMA ZOOM

- Poderia me contar sobre a sua trajetória, como foi a formação e em que momento aconteceu a opção pela ER?

Minha origem de avós e pais da roça. Minha mãe e meu pai saíram pra cidade, mas a cidade também no seu início de fundação, pequenininha, os dois avós da roça. Mas minha mãe tem um título interessante, que ela foi reconhecida pelo estado como educadora aos 14 anos, porque ninguém... aí dizendo da minha origem, eu sou do Vale do Jequitinhonha, da cidade de Turmalina, em Minas. E na minha infância, mesmo minha mãe morando na cidade, eu tinha minhas tias, meus avô na roça e eu ia pra roça, gostava muito de fazer isso e tal, tinha uma relação muito grande. Bom, minha história tem um caminho, que podia ter tomado outro rumo, mas não vou aprofundar nela, é que nesse caminho eu tive muita ascensão na questão de futebol e ali eu fui cotado pra jogador profissional, e eu não quis assumir essa carreira, por opção de não largar meus estudos, que aí eu já estava na fase de adolescente e fiz minha oitava série naquela época e fui pra São João Evangelista fazer o curso de técnico em Agropecuária. Aí de uma cidade pra outra tinha que alugar um burro pra montar no lombo, não tinha transporte. Pegava carona com caminhão de carvão, lá dentro daquele carro, naquele pó de carvão, uma vida sofrida. E fiz aquilo, graças a Deus, passei três anos indo pra São João Evangelista, formando em 1987. E Aí, antes mesmo de receber o diploma, eu já estava com a carteira assinada, eu tive que fazer outra carteira, porque eu não era nem técnico formado, não tinha pegado o diploma e já estava com a carteira [assinada] e trabalhando já. Trabalhei numa associação de Turmalina da Fundação do Banco do Brasil, com recursos, e fiz uns trabalhos lá com agricultores, e ali teve uma área experimental que foi uma coisa rica da minha vida, recém formado, que virou uma referência e hoje aquele local veio a se tornar uma Escola família Agrícola, mas no início foi feito um trabalho ali de produção de mudas, sementes para doação com agricultores e tal, mas eu passei rapidinho. Passei uns 6 meses, mas aí eu ingressei no Estado, já como extensionista, na Codevale (Consórcio Público de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha) que é também com ação com foco em projetos. O projeto lá era o PMA (Programa Mundial de Alimentos). O Brasil se encontrava nesse período, um país subdesenvolvido, onde a gente recebia, as pessoas trabalhavam lá 60 horas por mês, no projeto de hortas comunitárias, agroindústrias e recebiam por aqueles trabalhos sextas de alimentos, que tinha a Codevale como organizadora. Aí eu fiz isso. Aí eu já saí de Turmalina e fui trabalhar na sede em Araçuaí, com extensão em todo o Vale do Jequitinhonha e tal. Trabalhei no baixo Jequitinhonha, no alto e no médio Jequitinhonha, que é Turmalina, Diamantina, Itamarandiba, então trabalhei vários municípios ali. E sempre trabalhando nessa linha de fazer alguns trabalhos ligados à questão da Extensão Rural, sempre envolvendo trabalhos comunitários. Tive aí trabalhando de 1988 a 1992... ah! Nesse período também fiz uns trabalhos com escola, muito bacana, fiz um trabalho muito legal numa escola que era conhecida de carentes, que era a antiga Febem, onde tinha alunos de exclusão social e tal, e uma área muito grande, Couto de Magalhães de Minas, tinha 40 hectares lá de terra plana com irrigação, e eu entrei louco lá, com as minha referências, eu já tinha pegado as referências com projetos que eram financiados por órgãos internacionais, eu trabalhei muito com alemães, italianos, e conheci um pouco dessa

questão da produção de sementes crioulas que eu trabalhava muito com o pessoal. E uma coisa que eu cheguei nessa escola e foi mudar todos os paradigmas de utilização de agrotóxicos, veneno e tal. E eu desafiei isso na época. E o pessoal foi mais trabalhando o balanceamento de formulação de adubos pra não usar a química e o pessoal resistia, era várias famílias, cada uma com 1 hectare, só que não sei como o pessoal conseguiu uma grande produção com isso, demos uma sorte danada, que o pessoal adorou. Era um trabalho de hortas que gerava renda pra escola e pros alunos. E a gente fazia, um monte de alunos... era uma doideira minha vida, à noite me sobrava tempo pra ser garimpeiro, olha o lado negativo, eu também ajudei a destruir o Vale do Jequitinhonha, mas numa consciência social, levando os trabalhadores, era pouco, 28, era duas domas, dinheirada, era carro, era riqueza, mas era uma coisa terrível aquilo lá, eu não... foi uma experiência muito delicada na minha vida, onde eu levei até lá... estou falando isso até pra uma questão social que rebate até nos trabalhos de associações. Eu era o único que levava os caras pra vender os diamantes comigo, enquanto todo mundo vendia os diamantes e depois passava a perna [nos trabalhadores]. Na verdade, eu tive uma frustração, porque as pessoas me passaram a perna e eu passei a quebrar. Quando eu estava, que eu vi que vendi minhas coisas, que eu ia cair na... E à noite, eu arrumava umas brechas e dava aulas de matemática e física, isso era uma correria minha vida, e fazia esse trabalho. Aí em 1994 Turmalina me chama pra ir lá fazer um trabalho no sindicato de trabalhadores rurais, onde eu fiz um trabalho com a produção de sementes, fiz trabalho de formação de cursos de agricultura alternativa junto aos agricultores e tal. Beleza. **[eu: Isso foi em que ano?]** 1993. Aí em 1994, nessa área demonstração, a gente cria o CAV (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica). Eu fui um dos fundadores de lá, e o técnico que desenhou. A gente tinha todo um trabalho na rede PTA, com o CTA, de Viçosa, com o CAA de Montes Claros, então era a rede PTA com ASPTA no Rio, tinha um vínculo com o CAT de Valadares, era toda uma mobilização que era financiada pelos projetos iguais ao SACTES alemão na época, e a gente foi fazendo esse trabalho. Eu fui o primeiro técnico brasileiro contratado pelo SACTES pra desenvolver o trabalho aqui. Deu certo e eles passaram a contratar pessoas daqui. Trabalhava eu e mais uma pessoa do nordeste, [o resto] só alemão, nas reuniões era até complicado, a gente cobrava que tinha que falar em português, a gente estava no Brasil né? Mas aí eu tive uma oportunidade de passar por aí, foi uma experiência muito grande, a formação muito forte, primeira vez que eu tive... a formação foi em 1994, que eu vim representar a região do vale do Jequitinhonha aqui em Vitória, conheci Vitória e pra questão da produção de sementes, mas eu tive depois, em Vitória também, fazendo um curso de metodologias participativas. A primeira que eu tive a oportunidade foi o ZOP, projetos orientados por objetivos, que é uma metodologia mais complexa e então fiz lá... na verdade, o CAV é de 1994, mas em 1992 eu já estava no sindicato, aí um ano depois veio o CAV, eu sei que é por aí... depois tenho que ver essa precisão aí. Bom, mas aí eu trabalhava com toda a questão dos agricultores familiares, com toda a questão da agricultura alternativa. Aí era bem no início que era muito falada a questão da agricultura alternativa, a agroecologia ainda estava se apropriando e eu fico no CAV desenvolvendo o trabalho e passo a conhecer nesse período o trabalho de SAF, como referência nós sediamos o primeiro encontro de agrosilvicultura, nem era ainda bem expresso, nem o SAF (Sistema Agroflorestal), dessa rede PTA para o encontro com Ernest Götsch. Aí foi todo mundo lá. Eu fui o que aguentei as pauladas nas costas **[Por quê?]** Porque o CAV foi montado com adubação verde, com galinheiros rotativos, plantio de... diversificação de frutas, mas na concepção de que ia fazendo com semente crioula, mas ninguém com a árvore colocada no sistema. O Ernst chegou e detonou, desastre! (risos) Eu garotinho ali, recém chegado, o povo viu eu ali, sentido. Eu lembro que veio o pessoal antigo, que os caras estavam achando o máximo o que eu tinha feito em pouco tempo do centro, do CAT, do CAA, como que evoluiu em pouco tempo, mas dentro daquela reprodução dos outros centros, com matéria orgânica e tal. E depois o pessoal chegou pra me consolar, que estava bacana. Então eu tive essa tristeza. Então rolou isso. Rolou um clima não muito legal com o

Ernest. O Ernst é uma figura que tá muito marcada na minha vida. Tanto é que depois pro trabalho lá, nós ainda vamos ver isso acontecendo, porque eu sempre falo que leva 20 anos para o poder público assumir aquilo que as ONGs fazem, se olhar a minha história aí, nós estamos falando de quase 2022 e eu estou contando caso de 1993, 1994 que tava fazendo SAF. Bom, aí vai, aí o Ernst também, que a gente estava fazendo um trabalho muito bacana, que chama agricultores monitores agroflorestais, e esse trabalho eu que fui o coordenador, onde os agricultores lá nas comunidades tinham uma referência e as pessoas montavam o SAF, aí entrava trabalhando ali com ele, nós tínhamos o SAF também desenvolvido no CAV e tinha esse, eu fiz o peso fora do CAV e tinha também lá [no CAV], então a gente atingiu muitos agricultores, trabalhando o sistema agroflorestral, um trabalho bem extensionista mesmo, junto com a comunidade, nós íamos em lugares que, como se diz?! [eu: **Isso no CAV?**] Sim, era uma política do CAV que o CAV tinha os programas e um dos programas chamava “Formação de agricultores monitores em sistemas agroflorestais”. Aí os municípios tinham algumas, cinco ou seis, unidades de referência, mas com a visão do camponês, trabalhando com o agricultor, o conhecimento era ali, então fizemos esse trabalho lá e numa primeira visita do Ernst lá, o Ernst de novo... me dou mal com ele... aí nós pra implantar lá, ele chegou daquele jeito radical... sei que ele podou, falou que estava no lugar errado uma mangueira, uma muda da mangueira bonita, de um metro e ele cortou a mangueira enxertada, o agricultor doeu lá no coração. Aquela mangueira o filho dele tinha trazido de São Paulo pra ele, olha só! Aí veio o conflito. Aí fui entender que não basta ter o conhecimento se não respeitar a cultura dos povos. O Ernst também não está totalmente certo. Ele tem que se adequar ali. E eu ali... mas tinha uma relação ali que era assim, todo mundo querendo ganhar a atenção, o Ernst era a figura excepcional, e todo mundo queria ficar bem na fita e eu era o cabra que estava ali. E ele me tinha ali como o técnico e queria o conflito numa coisa que eu não queria conflitar, mas os outros tiravam proveito, tinha gente tirando proveito e estava uma situação interna que estava acontecendo... que é uma coisa de relações humanas, de tirar proveito, oportunistas. [...] E eu tive isso no meio de agricultores, no meio de pessoas que eram de movimento, de sindicato e eu senti muito isso na pele, vamos todo mundo contra ele... foi uma coisa que aconteceu na minha vida, sabe Ayana? E tava todo mundo no mesmo barco, porque ia baixar o meu salário pra você ter ideia, e todos iam ganhar com aquela fatia minha que ia sobrar. Eu passei muita dificuldade por isso, senti que aquele momento, não era mais o momento de ficar na minha terra natal. Guardei aquilo dentro de mim e vi que estava sendo difícil. Mas deixei frutos muito bacanas, o próprio CAV, foi o primeiro que sediou o encontro da rede de cerrado, primeira rede cerrado, foi o CAV que recebeu o Ernst e graças à minha pessoa fazendo esse trabalho todo, mas humildemente eu fiquei na minha [conexão falhou rapidamente] Fui ficar 40 dias na floresta com o Ernst. Eu tive uma oportunidade de fazer, eu tinha que resgatar isso com o Ernst, que é uma pessoa boa, eu considerava, mas eu tinha que, eu precisava fazer isso antes de ir embora. Bom, que que eu fiz, pra conhecimentos agroecológicos né? Isso me enriqueceu muito... Quer dizer, essa não foi a primeira vez que eu fui lá, já tinha ido pelo SACKS em reuniões lá pra conhecer sobre SAFs [...] Aí eu fui pra lá, com vontade de estabelecer relações e conhecer o sistema, eu achava ele fantástico, as ideias dele, compartilhava, aquilo era as minhas ideologias, mas existia ali umas relações mal entendidas entre pessoas, como chegava ele, que figura desenharam de mim pra ele? Então eu tinha que quebrar essa barreira, então isso só aproximando dele. E eu tive essa oportunidade de ir pra lá. Só sei que no primeiro ou segundo dia lá, me acontece um acidente, que eu acho que esse acidente aproximou muito ele né? (risos) Eu estava segurando o mamão e ele podando uma árvore, e o mamão é muito frágil né, o pé de mamão quebra à toa, então caiu uma galha... ele pediu pra eu segurar a galha pra não cair em cima do pé de mamão e ele estava em cima do cacau patachi. Cacau patachi não dá no tronco, dá na ponta da galha e um cacau pesa na faixa de 3,5 Kg, 4 Kg, aí eu estou salvando o pé de mamão e na hora que eu levanto o rosto, me cai um cacau na minha boca, me quebra um dente da frente. Da frente! De chegada!

Ele fica ali sentido, acho que foi a primeira vez que o Ernst foi no dentista, foi em médico, teve que me levar lá. Mas houve ali aquela coisa de cuidado. E aí foi... e ele ainda me jogava no fogo com os estagiários que estavam lá, e eu deixava quieto. E ele me desafiava a subir na árvore pra podar... eu falava assim, não vou fazer isso aqui com o Ernst não, não vou passar vergonha, dar a ele esse prazer. Aí chegou no finalzinho da tarde, eu subi lá no alto, tirei foto lá de cima, revelei e mandei pra ele, pra provar que eu estava lá. Aí teve essas coisas, abacaxi pra desidratar [...] E à noite, eu trabalhava com o Ernst, aprendendo os conhecimentos, pegando na massa, lá não tem outra, você aprende fazendo, e eu passei esses tempos lá, e à noite, eu tinha uma oportunidade de ficar eu e o Ernst na cozinha conversando sobre a filosofia da coisa. Então, a questão da sintropia, a relação dos astros, então o Ernst me deu essa oportunidade. E isso me deu uma identidade muito forte com a Agroecologia, essa sustentação mais conceitual. E eu saí dali e fui pra Turmalina, cheguei lá com a barba que Deus dá, um dente faltando na frente, minha namorada da época não quis mais saber de mim. Aquela coisa mais ridícula. Mas eu estava achando que era isso mesmo. Ah! Eu fiquei a uns 3 quilômetros pra mais da casa do Ernst, aquilo eu saía à noite da casa dele eu atravessava a floresta, a floresta imensa, dormia sozinho no meio da mata, aquilo era bicho grande, parecia boi, mas não existia boi ali, vai saber que bicho que era, eu não abria nem a porta pra ver o que era. Eu vivi ali, eu levei um gravador, eu gravei naqueles gravadores de fita pequenininho, se eu morrer aqui e a onça me pegar, eles vão ouvir pelo menos o som (risos). Aí voltei o trabalho lá com os agricultores, eu tinha essa possibilidade muito bacana, eu já vinha antes fazendo com a agricultura alternativa, construção alternativa, construção de bambu, diversificação da propriedade com criação de peixes, galinha em sistema rotacionado e tal. Aí veio o “boom” que era o sistema de agrosilvicultura, nós temos um trabalho escrito, um dos primeiros do Brasil acho que foi o CAV [que fez], das visões do Ernst [alinhado com a visão do Ernst], eu tenho isso guardado comigo até hoje, uma cartilha escrita lá. E aí depois, as relações lá, igual eu falei, eram muito pesadas, o pessoal tinha mal entendimento, e eu quis ficar na minha, e vou voar novos voos. Aí prestei pela APTA aqui no Espírito Santo, entrevista, currículo, fui selecionado. Saí... o prefeito quis dar uma reviravolta, não queria que eu saísse de lá, e o pessoal também, mas eu não, vou sair! Eu preferi ficar na minha e deixar as pessoas fazerem uma reflexão na minha ausência e verem como as coisas estavam. Dado isso, eu vim pra APTA aqui. E o SACKS me chamou lá, pagou voo, pagou viagem, que o problema lá agravou com a minha saída. Olha só! Aí, como tinha muitos interesses de vaidades, eles não conseguiram conviver. Enquanto tinha eu, que todos abraçavam como o ponto de dessemelhança, quando não estava, aí gerou... mas aí ficou, mas assim, eu tenho o maior carinho, conheço todo mundo, nunca tive conflito. Eu deixei que isso acontecesse e volto lá, recebo reconhecimento de lá pelo trabalho e tal. Achei melhor, quando eu fui lá, não jogar lenha na fogueira, e o CAV seguiu o seu novo caminho e eu também estava muito feliz na APTA, porque queria fazer isso e tal. [...] Aqui desenvolvi, cheguei aqui, ernstiano, com facão na mochila, aqui já vinha com o Klaus fazendo um trabalho desde lá na APTA Boa Esperança, seu pai, sua mãe, trabalharam muito com ele, conhecem muito bem, e vim fazendo isso aí, só com a visão ernstiana, e tinha questão do pessoal aqui também, de resistência. O Ernst já tinha vindo aqui e o jeito dele não tinha como a APTA fazer também, a questão cultural. Aqui tinha uns problemas, tinha uns programas de SAF que o produtor experimenta o SAF e aí tinha [uma parte de] café convencional, se ele colocasse a árvore dentro do sistema dele, se a produção desse uma diferença em relação aquela área de mesmo tamanho de café convencional, a APTA pagava a diferença e isso foi um grande problema! Aí foi uma competição com árvore de qualquer jeito e realmente caiu a produção do cara. Então, foi um projeto que eu neguei, construído daquela forma, não era construído com o agricultor, e o agricultor estava ali sustentando, que pode dar errado que eu ganho o meu né? Mas aí foi fazendo. Então aqui teve o trabalho e o trabalho não teve muito essa questão de diversificação, mas a gente trabalhava muito a questão social e com isso o uso da árvore em suas diversas formas, no sistema de

produção. Tinha gente que colocava ali também no meio do sistema, mas muitos quebra-vento, muitas unidades de recuperação de nascentes, mourão vivo... O sistema agroflorestal da árvore já tinha aquela negativa de queda de produção. E a gente foi mesmo assim fazendo alguns usos mais evoluídos colocando sistemas em aléias, colocando leguminosas para matéria orgânica, isso na APTA a gente vai levando. Mas aí a minha vida muda porque eu resolvo dar um salto. Depois de 12 anos eu resolvi estudar, ir pra faculdade em Colatina, porque achava que eu precisava fazer isso, e diga-se de passagem, eu não tive oportunidade na minha vida. Vale do Jequitinhonha era lugar difícil, [locomoção] era de burro, era de carona, era de soterra, não tinha condições financeiras, não tinha isso aí, não tinha faculdade por perto. Passei na Rural [UFRRJ] logo que eu formei, porque o vestibular era dentro da escola, não tive condições de seguir para a Rural, e como eu falei também, o meu primeiro emprego, foi o meu primeiro dinheirinho no bolso. E aí eu não fui né, já estava encantado por receber meu primeiro salário, e aí resolvi, porque eu não tinha como bancar, ficar trabalhando. E aqui eu tive a oportunidade e fiz, fui pra UNESC, uma parceria com a APTA, um convênio, na verdade a APTA não dava nada, era só o papel que falava que era um convênio, no final da história eu pagava 1/3. Eu consegui fazer isso, com muita dificuldade, aí eu morava em Nova Venécia, mudei pra Colatina [obs.: entendi que mudou pra Colatina para conseguir fazer o curso], pra trabalhar ali, fiz um trabalho em São Domingos do Norte, muito forte, principalmente na questão de organização rural, fizemos um evento lá que atraiu muita gente, o pessoal da Universidade, Ufes, e tal. Foi em 1999. Mas teve várias coisas, feiras, as primeiras feiras criadas em Vitória, que tem hoje aí de agricultura orgânica, a gente trabalhou também pela Chão Vivo, fui sócio fundador da Chão Vivo, fui inspetor da Chão Vivo, um dos primeiros, de inspeção. A APTA ajudou muito na elaboração da legislação a nível nacional, e aí eu fiz o curso de Administração Rural. Que era uma coisa que tinha semelhança à minha área. E era conhecer um pouco de “fora da porteira”, até que eu gostava de conhecer sobre mercado, comercialização e tal, uma dificuldade porque esse povo é todo quadrado, bem na caixinha, isso pra mim foi um conflito lá na escola, que virou um show aquele trem! Mas uma grande coisa que eu tenho disso, de Colatina, é ter recebido depois da minha formação, como aluno, ganhei um título do Conselho Regional de Administração, como aluno pela nota, e pela minha nota entre os professores, recebi um diploma de aluno destaque, recebi essa homenagem em Vitória, foi uma coisa bem legal, era os cursos e tinha um por curso, e eu metido lá, fui lá e recebi. Mas recebi como?! Trabalhava na APTA, uma doideira, eu vinha em Alegre, chegava lá 7 horas da noite cansado, vontade de uma cama, mas tinha que sentar naquela cadeira até 11h, ouvir as mesmas coisas quadradas, que não queria ouvir, tinha que fazer e fazer prova, e me dava bem ainda nas provas, me dava bem com os alunos, já era um papai, a turma menor. E receber esse título foi uma grande coisa na minha vida, eu tenho isso guardado com um orgulho, maior do que o próprio diploma da escola. Aí resolvi também dar um avanço, quando vim aqui, fiz a primeira turma do Ifes, sobre especialização em Agroecologia. Aí eu fiz também a minha especialização e eu resolvi também dar um complemento no meu lado profissional, e os trabalhos foram evoluindo, mas eu te digo que em relação ao sistema agroflorestal, ela veio assim, aqui sempre tem um trabalho, mas não teve esse peso de uma coisa que veio da pesquisa que deveria evoluir mais e tal e aquele que tivesse uma abertura, a gente trabalharia com ele devido à uma questão que a gente não abria mão que é compartilhar o conhecimento, mas tinha que o agricultor fazer isso. Eu não ia me impor a ninguém. E aí aconteceu essa questão do experimento aqui, começou o experimento com o Lúcio De Muner, que o João depois assumiu. **[eu: Em que momento você saiu da APTA e foi para o Incaper?]** Olha só que vida boa. Eu formei em 2003 e minha esposa, na época trabalhava na APTA, ela fez a minha inscrição, eu achava que não ia trabalhar pra governo, a gente era do grupo mais radical, ligado aos movimentos e tal... mas eu fiz, e aí depois, é hoje, vão bora pra lá. Eu saí de... nem sabia que grade que ia cair na prova, que ia acontecer naquilo, nunca tinha feito nem concurso... a minha sorte é que naquela época do Lula,

o tema Agroecologia estava em alta e o pouquinho conhecimento do Estado que eu tinha, então a matéria me ajudou ali a ir bem. Minha, hoje, esposa não passou, ela tentou em socioeconômica pra gente tentar ir embora pro mesmo lugar... aí eu sei que eu passei e conversei com o pessoal da APTA, o conselho diretor foi muito bacana, o estímulo que as pessoas deram, tinha um conselho atuante e a gente conversou que essas pessoas, tanto eu, como outros, tinham que ocupar o Estado, que que adiantava um governo assumir um Estado, sem ter gente que pudesse operacionalizar aquelas políticas que a gente gostaria. Então era fundamental que a gente ocupasse. E concurso e mais concurso pra vir mais gente pra gente melhorar, qualificar esse quadro. O pessoal deu muita força e outros né... comigo veio o Daniel, Daniel era parceiro da APTA. Fomos os dois que entramos no Espírito Santo juntos, por incrível que pareça fizemos a entrevista juntos, ficamos no mesmo quarto do hotel e acabou sendo os dois que ficaram aqui. Nós viemos da APTA juntos, viemos da APTA e entramos [no Incaper] juntos. Um amigão, grande conhecimento, gosto muito dele. Um cara que eu tenho uma referência muito grande também. [...] Mas 2003 passei, vim, mudei, estabilidade... vamos casar, tão importante isso, também pesou, aí eu vim pro Incaper e o Incaper me deu essa oportunidade. A gente querendo assumir o dinheiro do governo Lula, mas tinha gente que não queria na prática que ele efetivasse, tinha uma corrente dentro do Incaper que era assim né, tanto é que tá assim, hoje é o pessoal que afina com o Bolsonaro, são bolsonaristas e tal, mas ninguém nega o dinheiro, então o estado estava potencializado pelo governo federal, as políticas sociais, de política territorial, e eu já via isso na APTA, passei aqui quase todos [territórios], e saí fazendo isso por aí, umas coisas fortes no Caparaó, as coisas que aconteceram aos movimentos da agricultura familiar. A criação da rede da agricultura familiar, foi o tempo que passei lá, eu fui um animador praquilo lá e chegar a essa instância dentro do território. Aí fui pra lá, fiz esse trabalho, Iconha pelo território, aí já uma saída dramática de lá [São José do Calçado], pelo prefeito, presidente da câmara, por questões de política, gerou um conflito e aí eu não quis sair, e eu tive pressão do Ênio Bergoli, vai ter processo administrativo, você vai abrir o processo administrativo, que eu não estou fazendo nada de errado, eu quero é ver o que está acontecendo, e aí deu, o povo resolveu fazer manifesto lá, aí o cara mandou uma carta do presidente da câmara e do prefeito, aí o Ênio, aqui ó, olha o que eu recebi aqui de você, a pressão do prefeito, aí joguei em cima da mesa dele, mais de quinhentas assinaturas, os agricultores pegaram mais de 500 assinaturas, de cada agricultor, contrapondo a do prefeito. Fui ameaçado de morte, me ligaram ameaçando de morte, na rua os capangas me mandavam indireta, 'ó tem gente aí que chegou na cidade fazendo mal ao prefeito...' aí eu recebi a ameaça, corri risco de vida muito grande, até esse prefeito está preso tá? **[eu: Qual era o conflito?]** O conflito é metodologias participativas e empoderamento do agricultor, esse é o conflito! Conselho Municipal. Põe ali, fala, eu preciso de máquina, e esse conselho, comigo lá, eu passei a fazer o trabalho nas comunidades de diagnóstico participativo, e selecionar as prioridades, por eles, e essas prioridades é levada pro conselho, e o conselho votou, aprovou aquela prioridade, tanto é que criou referência lá em agroindústrias lá, devido à esse trabalho que ficou lá, só que o prefeito queria uma retroescavadeira, e pressionava os agricultores e eu vi aquilo, e doía, mas fazer o que né? Vão levando, vão levando... mas eles votaram, mas eles tinham que fazer uma coisa que já foi votada, e aquilo pegou mal, e aí tinha agricultor que não podia conversar comigo, o cara ameaçava as pessoas, entendeu? Eu estava numa situação muito complicada, mas eu fui muito, de novo, no que eu tinha... coisas que eu tenho que escrever um livro né... porque contar isso é muito forte, o que eu passei lá, mas em defesa do agricultor familiar, e do processo de empoderamento, esse foi o conflito, e era um coronel, mas eu falei com o secretário de agricultura dele, pra me chamar pra uma cervejinha, sei lá, na roça dele, que eu ia com ele conversar, pra ele tirar proveito político daquilo, ele mostrar a cara, mas não deixar que as coisas acontecessem da forma que estava, falei que ele ia ser beneficiado politicamente, mas não aconteceu e deu isso... o fato é que eu poderia ter sido uma vítima e foi o vereador lá que foi assassinado e essa é a causa que ele está nas grades hoje.

Aí fez o processo administrativo, o Ênio, eu pedi pra fazer, eu falei vai fazer sim, aí a ASSIN [Associação de Servidores do Incaper] tinha vagas, final da história, apurou-se o caso, meu caso foi exemplo pra qualquer extensionista do Incaper, siga em frente, e essa foi a conclusão. Foi uma foguetada na cidade lá, aí já estava andando pro lado da política, se ali eu ficasse, eu tinha que ser prefeito, e eu onde começava a ter esses movimentos, era mais forte pra mim sair fora, não me atrai isso aí, atrai ser um apoio, não um político, aí dada a situação, eu também não aceitei ir pra qualquer lugar, porque ele também tinha eu como... ah! Tem muita coisa aí... o Enio era pressionado pelo deputado X e pelo próprio governador, só que o Ministro do MDA, que eu tinha relações vindas de lá, minhas referências com a Irini Lopes, que era minha referência, porque eles atuavam no meio político e eu tinha que me proteger politicamente, aí a Irini, nem me conhecia direito, sabendo do fato, sem interesse político nenhum, pela justiça, conectava ao governo federal, o ministro, ou o secretário de AF ligava pro Enio, aí o Enio ficava sem calcinha, por causa da pressão, 'esse cara é demais', não dá pra... então, aí eu não aceitei ser punido, ser mandado pros 'quinto é banda', eu escolhi vim aqui pra Iconha, tinha uma política de progressista e tal, e achei melhor, e aí eu vim, minha esposa... eu tive um mês, quando eu cheguei no Incaper, em 2005, meu primeiro mês meu foi em Vila Valério, lá foi criada com a minha presença lá, a gente já estava criando a primeira associação de produtores orgânicos, um mês lá, 'mas já?', é porque é uma história da APTA, eu já estava ali já pegando as pessoas, que conheciam e tal, e deu uma força ali que eles já estavam em processo de andar com aquilo lá. Aí eu fui pra [São José] do Calçado, mas por que pra Calçado? Porque eu e minha noiva, ela já tinha passado, não no Incaper, mas ela passou na Emater-MG, aí ela ficou lá numa parte de Minas, pra ficar próximo um do outro, eu tive que chegar em Calçado, e aí ele precisou de abrir mão, ou eu saio do Incaper, ou ela sai da Emater-MG, vão casar e aí? Aí eu tive lá em Minas, com convite de uma prefeitura pra ser secretário de agricultura, vizinho da onde que ela estava trabalhando, mas de novo, eu não vou entrar nisso aí não, é fria, aí eu saí fora, aí ela teve a coragem de abrir mão, e depois ela começou o mestrado, lá em Campos, que estava ali perto, aí teve a oportunidade de entrar no MDA, aqui com a política territorial, começou a fazer esse trabalho, mas em menos de um ano, o IDAF fez um concurso público, ao qual ela entrou e ela até hoje é pelo Idaf. Tá aqui nossa trajetória nessa terra que ela me condena ter chegado aqui. Ela é da região fria né? Aí a gente teve essa oportunidade de vir, aí tem o Francisco da gestão Lula, e a Helena da gestão Dilma, que um é de 2008, outra de 2013. E a gente chega aqui, Aí tem uns trabalhos que merecem todo um relato, rapidinho, da Tatuí Ecológico que é do tempo que eu passei lá, foi uma referência que eu trabalhei com eles lá, o acesso às políticas de programas municipais, com PAA, outros municípios, Cariacica, trabalho muito bacana, com os agricultores em termos de campo de produção, e sementes crioulas, recuperação de nascentes, movimento das águas lá, fiz um trabalho bacana, e já era um pessoal que já vinha sendo assessorado pela APTA anteriormente, a gente já conhecia o pessoal da Vera Sapore, de Campinho, e aí eu trabalhei muito a organização da feira municipal, questão de participativo, de visitação, construção do conhecimento, que isso aí era todo dia numa propriedade, pra valorizar e levar pro consumidor que existe aquela dinâmica, então aquela questão de cada um ir na propriedade do outro, distribuir conhecimentos, debater temas, bacana, foi feito bastante lá, e aí vai, aí não tinha um projeto em si, igual eu falei, definido no SAF. Aí veio a questão de... mais complexo né, aí começa a escrever o Lucio De Muner, uma área de experimentação, eu já estava, em 2009. E ali, eu via que ia ter conflitos e uma coisa muito forte, uma decisão na nossa vida, foi o nosso filho que já nasceu em 2008 e a gente é muito amarrado no nosso município⁵³ por causa de saúde, educação e tal. Daí a gente teve essa oportunidade aqui, aí tinha o meu companheiro também, o Oliveira [prefeito do município, na época], que era o José o Secretário de Agricultura, aí veio a proposta, vão vim pra cá. Aí chegamos aqui,

⁵³ Nome do município ocultado.

trabalhos diversos aqui, trabalhos com agroecologia que também tem, não dá visibilidade, não está nas certificadoras, não estão na mídia assim, eu também tenho uma dificuldade muito grande de cantar ovos, eu tenho uma relação muito grande com o agricultor, às vezes o nível de construção de conhecimento que a gente tem com as pessoas, com a questão da Agroecologia, ela tem uma dimensão, as vezes pra gente ela pode ser muito pequena, mas isso tem uma significância muito grande, então pra levar essa discussão da agroecologia, pra vocês ter uma ideia, a gente tem aqui uma rede de agroecologia, que os próprios agricultores eles se, e com recurso próprio, nós já fizemos quatro encontros, com uma média de mais de 100 agricultores, pra discutir agroecologia, é o 4º encontro que nós tivemos, sobre o Encasa, que é o Encontro da Agricultura Familiar e o Saber Agroecológico, então aquela coisa de... que é difícil pra gente entender, uma dificuldade de valorizar, ou valorizar, nos conceitos do sistema capitalista, de que as pessoas só pelo material, pelo acúmulo que ela é... então, a evolução humana, ela não se dá só nisso daí, e eu gosto... tem que ter um ganho com isso? Tem que ter, as suas coisas pra comprar seu sofá bom, seu transporte melhor, um acesso e tal, mas aqui nós temos umas coisas muito bacanas que a gente faz, esses encontros, tem a visitação sabe, o pessoal passou a conhecer gente do município deles que não conhecia, ir no alto da serra, ou aqui pertinho do mar, o de lá da serra conhecendo aqui, o que eles fazem aqui, ele mesmo falando, ali existe o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e pra eles chegava o MST lá como os baderneiros, lá o MST teve a oportunidade de mostrar a escola que eles têm lá, como é a educação das crianças, aula de música, cantada... esse cara que é lá do alto, ele é descendente de italiano, mostrando lá, já fomos pro quilombola, mostrando o negro, a feijoada, a cultura, o de lá era... e mostrando também a questão técnica, um que mexe com a filetagem de tilápia, o outro lá com a questão do café e beneficiamento, o outro com as hortas pra feira, então assim, e o que eles fazem e tal... sem precisar que o agricultor... a própria cultura dele, achar que eu técnico tenho o conhecimento, tenho a verdade né? Esse é um desafio grande. Que eles cobram, até mesmo a cultura deles já foi feita de receber, e aí a agente fica ali pra... tentando buscar pra trazer referências, você já viu o Seu João, como ele faz, o que você acha disso? Mas também a gente não pode negar que essa oportunidade que a vida nos deu de passar em vários agricultores, também temos conhecimento né, e ele tem que ser compartilhado, então assim, só que assim, o meu desafio é que isso não seja sobreposto. Então, é uma coisa muito delicada, e eu corro das pessoas que foram criadas pra isso, pra ficar recebendo, não é fácil. Bom, mas lá foi feita essa unidade lá... trabalhos outros foram feitos sobre Agroecologia, água, políticas públicas, plantas, mas o foco que é a questão de SAF, e lá já foi... já dei divergências, desde a construção daquilo porque eu me imaginava ernstiano, uma coisa mais complexa [eu: **E como é a sua avaliação daquele momento do projeto, tanto em relação a processo, quanto em relação a resultados?**] Em termos do início dele, eu achava assim, que fosse feito o SAF, mas que toda a unidade desse um tratamento de enriquecimento da matéria orgânica mais avançado, como a adubação feijão de porco em todas elas, guandu e tal, no início eu imaginei uma coisa mais assim, aí depois eu fui me contendo que aquela pesquisa está sendo mais do comportamento de uma cultura, com uma árvore, uma cultura com outra cultura. Não num sistema mais dinâmico, mais sintrópico, uma coisa mais diversa, com a linha mais de potencializar mais o solo e não dando no tempo de uma relação entre uma cultura e a outra, ah, a pupunha com o café, o ingá com o café, tem o café e tem a... então a minha ideia, era uma pesquisa de sistema, uma pesquisa mais... de que ali tivesse uma... é uma dificuldade até, porque a ciência ela tem essa questão muito difícil de que ela tem que reduzir ao máximo, pra chegar numa linha de pesquisa, e difícil de reduzir uma mata né, um sistema em si, então a gente não consegue ver uma pesquisa que mostre esses processos como eles se dão, e sim querer colocar ali uma coisa simplificada, pra... e aí eu tenho essa relação que é mais complicada em relação à visão que é mais de sistema. E aí eu tive a oportunidade de propor, uma época lá, isso que eu estou falando, e propus, na época do Lucio De Muner, que tinha que colocar... pra eles foi loucura, no mínimo até 3, 5 anos, o

ingá, feijão de porco, tinha que estar ali dentro e maximizar aquele solo pra dar um avanço, mas aí tinha aquele negócio todo, não era o caminho, o pessoal foi assim. Aí com a chegada do João, o João dá um toque legal, que é trazer a percepção do agricultor, levando ali pra ele fazer a sua avaliação e propor e tal, mas isso aí acho que foi uma ousadia, já tinha uma pesquisa em andamento, definição de manejo e tal, ficou muito difícil, mas teve essa oportunidade dos agricultores presenciarem, mas tivemos a oportunidade de fazer, tentando buscar com eles a visão daquele sistema e ferramentas que pudessem avaliar, construímos lá, com a Ufes, tivemos essa oportunidade também, mas eu sinto que... não sei, o processo da gente é constante, a gente ter lá uma formação mais continuada, pra gente chegar naquele produto que a gente queira. Então, por exemplo, chegar e formular indicadores, eu tenho uma certa culpa no cartório por isso, mas tentando tirar ali o conceito, a visão do agricultor, como a questão do indicador pra tal, então... mas essa formação pra chegar até esse conceito, até pro agricultor entender isso, que que é o indicador e tal, é um processo de formação, entendeu? Pra gente definir que aquilo ali é um indicador, ele tem uma responsabilidade muito grande. Mas como a gente não tem isso no projeto definido, pra acontecer isso com os agricultores, com mais propriedade, mais formação, coisa mais sólida, até com eles lá pra gente poder definir de fato e apropriar desses indicadores, tirar esse termo... medidor, que seja na linguagem deles, mas que a gente tivesse aquilo ali que pra ele é apropriado na percepção dele de olhar um sistema, ou, uma unidade produtiva, seja ela em SAF, ou sistema convencional. Eu sempre trabalhei nessa linha, inclusive meu TCC foi nessa linha, eu vim lá das ONGs e a gente trabalhava muito com essa questão de indicador, eu acho que isso é um gancho pra estudo, principalmente pra esse processo de transição agroecológica, até que ponto um agricultor é tal, e até que ponto ele avançou, então esses conceitos, o meu TCC ele veio trazendo isso, ele veio trazer mais de uma forma que eu fiz entrevista, que eu aglomerei em vários indicadores e esses indicadores eu usei a ciência para medir os processos de evolução, desde um estágio até o outro, então aí você tem toda uma coisa... E lá no SAF é um pouco, não nesse componente social, mas no componente técnico, mas pelo menos pra gente definir a evolução. Mas foi feito, foi tentado, participativo, mas eu acho assim... teve esse momento, mas chegou num produto, não quer dizer que esse produto foi finalizado. Mas faz parte do processo dar continuidade. Deve ser reavaliado. E esse novo projeto que vai... aí agora sai-se de lá da unidade e vai pros agricultores, muito cedo ainda, a gente tá fazendo, tá tocando, mas a gente tem uma deficiência muito grande do projeto, ele ter esse ritmo de aquisição, é di-fí-cil. Porque o agricultor tá lá e ele tem vários tempos né, climáticos, condição de mão de obra, e o recurso às vezes não tá ali disponível pra isso. Mas a pessoa que eu tenho trabalhado lá, é um conhecido, que esse foi um critério que eu usei, uma pessoa que participou lá do processo anterior, tentou até uma mulher pra fazer isso, mas ela não tinha unidade pra isso, mas que já está ali de uma continuidade, pelo menos ter participado dos processos lá de avaliação lá na unidade lá na fazenda [experimental Bananal do Norte, Pacotuba] e interesse dele e abertura. É uma pessoa que qualquer coisa que ele fizer ali vai dar uma visibilidade, porque é uma pessoa visada, é uma pessoa que tá na feira, é uma pessoa que tá no Conselho Municipal, que tá na Associação, é uma liderança, empolgado, mudando lá os negócios dele, na medida dele, mas é crítico, ele sabe onde vai pôr as coisas, ele sabe a hora de pôr o dele, a mão de obra, ele vai saber disso, e aí tem feito. E ele já tem evoluído, isso que é bacana. Uma coisa é você ver o SAF, outra é você ver extensionista como uma mudança da vida das pessoas, da propriedade como um todo. O cara tem abacate, que foi ideia pôr no SAF, já tá no meio do café dele, ele já vai estendendo pra isso. É um cara que, acho que ainda usa um *round up*, quando aperta a mão de obra, mas tem reduzido e tende a sair fora disso, pelo menos eu acho que é um avanço muito grande, e tem feito coisas bacanas lá, ele tem tirado feijão, tirado milho, tudo na mesma área, também a semente que eu tinha, e que pode colocar de adubação verde, mas o projeto não deu nada ainda, era semente velha que eu tinha, umas que eu cheguei a fazer o teste, ela nasceu bem, inventado lá, uma coisa que veio do Ernst, abacaxi

do lado da árvore, pra ajudar aqui no sereno, umedecer e irrigar o pé da árvore, conversando com ele, passa no crivo da avaliação dele, e é isso. A gente tem que pegar informação com ele da questão da disponibilidade de material, isso é complicado, não vem ao tempo, era pra ser plantado o café no final de março, mas não teve os... o projeto ia entrar ali com esterco, com insumos pra aquela cova, e aí a muda já foi feita, ele tem um certa situação... a feira que é a única fonte de recurso que ele tem, mas a feira movimenta um recurso considerável pra ele, ele consegue fazer, ele vai comprar... o que é bom é que tem uma consciência que aquela área ali ele não vai abrir mão de não ser orgânico, então ele vai comprar o esterco de galinha, talvez se apertasse a mão de obra ele podia estar usando um adubo químico, por exemplo, mas não é que ele não vai fazer isso, ele também não quer fazer isso ali.

- A partir de toda a sua trajetória, qual é a sua reflexão sobre o papel da ER, o que é a ER?

Eu acho ela fundamental, acho que tem que chegar essa concepção... acho que é fácil das pessoas se apropriarem, tanto das lideranças, quanto da sociedade em geral [se apropriarem] da assistência técnica, fica meio acobertada com isso aí [entendi que a ER é confundida com AT], mas acho que tem uma razão muito forte nisso, disso não ser dessa visibilidade, a gente tem esse papel de fazer isso porque a gente tem que entender que essa questão está muito vinculada, vou resumir à Agricultura Familiar, pedindo respeito aos camponeses, que é uma concepção muito mais profunda de relação com a terra, os indígenas, que acabou nas políticas públicas dando esse conceito de agricultura familiar, mas dentro da Agricultura Familiar a gente tem que entender que essas figuras são importantes demais pro nosso desenvolvimento, a nossa cara, o Brasil. O Brasil é da agricultura familiar e a gente tem que ter um orgulho disso e fazer pra isso. E ela é, ela se garante pelos processos, pelo tempo, até mais pela sua dimensão da... quanto mais que ela tem sua relação com a terra, menos capitalista. Quando ela tem uma relação, que ela tem no seu fundo de quintal, o seu quintal agroflorestal, quintal diversificado de frutas, que ela tem a galinha, ela tem o ovo, que vai garantir a proteína, o porquinho ali, essas pessoas, eu tenho uma relação direta, até mesmo quando você faz a DAP você tem muito isso, essas pessoas que têm isso como estratégia de sobrevivência, elas se garantem muito mais na roça, ela se garante muito mais na roça por garantir isso aí, não deixando de ter a saca de café, que vai comprar um carro, ou uma moto, uma bicicleta, um sofá, uma televisão, um conforto né, ter um acesso a alguma coisa assim, ter uma economia, mas aquele que só vive disso, ele vai embora porque ele está em um sistema capitalista onde quem manda é o mercado internacional, são as *commodities*, então ele não vai se garantir, ele não vai evoluir. Mais do que isso, a gente também foi aprendendo que não basta ser... eu tô falando isso porque, na pergunta sua de ER pra compreender isso, pra poder a gente também trabalhar com isso, isso o papel da ER. Então o agricultor familiar, nessa evolução dele, já era, não é mais só a matéria prima, a gente tem que hoje, até pra inserção da mulher, do jovem, tem que participar e tal, hoje existe os mecanismos, tanto da revolução tecnológica da informação, como acesso a redes sociais, computadores e tal, e os jovens têm uma habilidade muito grande com isso né, pra isso que eu não quero falar essa palavra, não a propriedade como negócio, como uns grupos gostam de usar, ele não pode perder seu valor que é o valor social, sua função social de produzir alimentos, de permanecer no campo, da questão ambiental, recuperação, manter a água, manter tudo, essa figura, ela tem que ser vendida, dar visibilidade, a sociedade tem que conhecer esse papel, a importância que tem dessas pessoas no campo, não como coitados, e sim como tirar o chapéu pra eles, por esse belo trabalho que eles fazem, nós temos que atuar assim também, não é nós, técnicos como diz, nessa visão capitalista, de assistência capitalista só pra acumulação de bens, fazer com ele é bom ou não é, se ele comprou o carro... eu falo isso ô Ayana, eu tiro isso da minha própria vida, você não sabe que tormento da minha vida quando eu fui garimpeiro, como eu queria mais e mais, não cabia mais carro na minha garagem, eu queria um mais novo, porque o meu concorrente, o outro garimpeiro tinha comprado um mais novo, não tinha fim esse trem entendeu? Isso não

tinha, eu me sentia “não bem”, nunca eu estava realizado. Então, eu tive uma oportunidade na minha vida, rápida, mas também tentei ter uns valores mantidos ali, de relação com o trabalhador, mas eu percebi muito isso, que era sempre uma aflição e isso é uma verdade, isso é o capitalismo que vai te deixando esse acúmulo que você passa a não... Então essa questão toda, nós temos muito o que evoluir, esse papel da Extensão, esse campo do conhecimento técnico, de produção, mas também dessa visão social, da inserção, questão de gênero, gerações, dando essas oportunidades pra mecanismos desses aparecerem, então acho que a Extensão é fundamental, a Assistência Técnica ela é substituível. Hoje nós estamos num mundo de conflito, a questão da máquina, como será, a tecnologia e tudo, mas a Extensão Rural não! Até então o que ela atuar nesse campo de relações sociais, máquina nenhuma faz isso, Assistência Técnica de ver, se tem ou não tem determinado nutriente, determinada planta, determinado solo, isso é substituível, isso já tá... hoje já tem tecnologia pra isso, mas o que o mundo vai caminhando, e aí nós estamos em pandemia, sabendo muito bem disso, o que manda são as relações sociais, porque as técnicas em si podem evoluir, mas enquanto a gente não estiver mantendo distanciamento, compreendendo que o seu problema pode passar pra outro, e ter esses cuidados, então a extensão rural um pouco, ela vai ali, ela tem esse campo de conhecimentos múltiplos, que as vezes a gente chega lá, mas tudo pode ter um projeto que, um SAF, alguma coisa, mas a gente não para ali, a gente não consegue ficar naquilo, e essa relação ela é feita. Aí a gente tem um pouco que conhecer, dá pra substituir? Em Cuba, por exemplo, tem um projeto interessante que chama CAC, de Camponês a Camponês, então tira essa figura do técnico e o conhecimento ele é de agricultor a agricultor, ou de camponês a camponês. Mas, não sendo radical, eu acho que o Estado tem que estar presente, que essa ligação de ter... não deixar isso e é ter essa responsabilidade, tem que ter a metodologia sim, ela deve ser de agricultor a agricultor, mas não despreza ali a figura de um extensionista para, pro Estado estar através disso aí, mas acho que essa é um pouco a questão de você ter essa formação mais holística, mais sistêmica, não só em cima das propriedades, o desenvolvimento em si, e a gente poder contribuir com as pessoas, com as famílias, tentar participar e entender as coisas nos processos mais complexos do que simplificados, do que reduzir nosso conhecimento cada vez mais, afunilar ele cada vez mais, deixar de ter uma visão mais aberta. Então eu vejo de a gente fazer isso, de ter uma integração no meio social, eu não sei se isso é uma viagem, mas no meu mundinho eu tento levar assim, eu falo pra você, eu não gosto de certos aspectos do trabalho, condecorações para o Extensionista, o agricultor dando aquele *boom* lá pra cima, isso eu não gosto, porque eu sei que a vida é como se fosse uma linha, a gente não fica se achando, se glorificando que tem uma coisa bonita, como um [Sérgio] Moro da vida, foi um herói, que amanhã ele vai ser o... porque existe uma linha do equilíbrio que a vida nos leva a esse percurso, e para mim, viver no município onde atuo⁵⁴, é uma coisa bacana do ponto de vista dos desafios, porque eu sou do Jequitinhonha, conheci a cultura do povo do Jequitinhonha e lá já deles ajudar um ao outro, é de carência deles, pode ser que mudou lá, que levou de fora pra lá, mas pra ajudar o outro, aí pra acessar alguma coisa tinha que fazer uma associação, ou tinha que fazer alguma coisa pra ter um CNPJ, a vida em si deles, já era isso, aí a gente chegou de fora [e orientava que], para ter um CNPJ tem que ter uma associação, mas a concepção de ajuda mútua, eles já viviam, eles viviam assim e tal, isso no Jequitinhonha e depois eu tive a oportunidade de passar na rede PTA, conhecer outras regiões, e é uma experiência muito aqui do Espírito Santo, como é diferente! Norte, Sul e Serrana é um contexto muito diferenciado. Eu ligo muito isso ao fator cultural de acesso à terra, lá em cima [no norte do ES] o povo teve que brigar, teve que ter lutas travadas, [por exemplo] dos índios, com empresas privadas, Aracruz, não sei o que mais, movimentos sociais fortes, tiveram que conquistar a terra, aqui e aí [Sul e Centro-Serrana] é uma reprodução, é de pai pra filho, veio de herança, uma acomodação. Isso vai explicar muitas

⁵⁴ Nome do município ocultado.

coisas. Hoje eu tive a oportunidade de conversar com a Lígia⁵⁵, ela falou mas nós brancos levando a coisa assim... eu acho que a Europa viveu tanto em conflitos, de guerras e mais guerras, porque a questão aqui [na conversa com Lígia] era por causa dos quilombolas, o pessoal fala que são devagar, à toa, não faz nada e tal. Mas nós brancos queremos reproduzir a nossa forma em cima dos índios, em cima dos negros, os negros não trabalhavam porque queriam naquele ritmo, eles eram chicoteados, não era a cultura deles aquilo, nós que impomos o chicote, eles não eram assim. Hoje não tem o chicote, eles não são obrigados a viver no chicote indireto hoje como o branco quer fazer, eu te falo isso, porque tem técnicos que falam isso, então essa é uma péssima porta pra realizar um trabalho, já primeiro não reconhecer uma cultura daqueles povos. E nós, vindos da origem europeia, nós ficamos numa coisa de acumular bens e riquezas, porque? ‘vai ter uma guerra eu tenho que deixar bens para meus filhos’, nós vivemos essa cultura de acumulação de bens, pra garantir isso pra reproduzir pra nossos filhos, e os negros não têm isso, os índios não têm isso. Os índios você pega assim, é aquela relação de... quando eu lembro da APTA, eu fui trabalhar com os índios, eu gosto de contar isso pra mostra como a gente não é sabedor de tudo, fazendo diagnóstico rural participativo, diagnóstico que eu aprendi lá em 1994, 1992, com ASPTA, DRP né, e aí... tem uma coisa que eu não falei nesse processo, tive a oportunidade com seu pai e sua mãe de ir pra África né? Que é outra riqueza da minha vida, mas o índio, aí eu cheguei, organizando o início da conversa, aí eu falava e o cacique reproduzia em guarani pros outros que estavam na oca, em roda, já era uma coisa meio fora do eixo, porque eu tinha que dar um tempo, aí eu falei para organizar o nosso tempo que tinha para dedicar, bom totalmente errado, mas estava eu. Aí pra ver que horas que a gente ia dar uma pausa pro almoço, mas aqueles índios ali do Jacaraípe ali, aí eu perguntei que horas a gente ia parar pra almoçar né, comer, aí o cacique reproduziu, foi uma gargalhada! Foi uma gargalhada naquela oca, menina, e eu ficava pensando que aquele trem tá errado, não sei o que é isso, aí ele riu, porque o índio não tem hora para parar pra comer, ele come quando tem fome, ele não tem o branco que parou pra almoçar, entende? E aquilo foi um tapa, mas ajudou pra eu entender que a gente impõe a forma da gente, de horário, de horário pra trabalhar, o quilombola é a toa porque toda hora pára para comer, eles falam isso, toda hora eles têm que dar uma parada pra comer, e tal. Então, a gente, dentro da extensão, por conhecer esses processos, por conhecer isso, ter um respeito sabe que eu vejo muito grande, porque não é fácil você entrar e trabalhar a questão de gênero, o respeito do marido, da mulher, pra poder ter essa abertura de trabalhar a família como um todo, não reproduzir essa coisa machista que às vezes você fala um negócio, quem está sabendo da coisa é a mulher, mas quem só fala é o homem, então, vamos quebrar isso. E a Extensão pra mim, eu sou defensor, eu sou amante desde meus tempos que eu vejo isso, e eu acho que tem muito o que evoluir, muito o que trabalhar, e eu acho que o campo, por exemplo, desses valores que eu tentei falar pra você, dos valores mais de ser eles os produtores de alimentos, sabe, e ter essa estratégia de políticas públicas, que hoje tem esse viés mais de mercado, PAA, PNAE, mas assim, na realidade, se você olhar uma concepção disso, é excedente, não é feito pra produzir pra vender, e sim, lá a política foi feita com a proposta de segurança alimentar, é tida como se comercializa o excedente, não planta-se pra isso, só pra gerar capital, mas falta esses trabalhos de coisa... aí vem as sementes crioulas, a questão de abrir pro mundo tecnológico, de criar aplicativos, (...) uma coisa que eu acredito muito, que antes da pandemia eu estava querendo começar, eu tenho vontade de fazer isso, até com papel de consumidor, que é criar essas redes de consumo consciente pra valorizar essa concepção que eu estou falando do papel da AF, o papel de alimentação, com a questão do meio ambiente, com a questão social, a economia do município, recurso que fica, essa crítica da escolha, quando você escolhe algo, que recado você tá mandando sobre isso né? Então, fazer essa relação, e *nosso município*⁵⁶ tinha esse potencial, mas também de outro lado, os agricultores estão

⁵⁵ Nome fictício.

⁵⁶ Nome fictício.

preparados, organizados pra essa corrente? Organizar o consumo pra ter isso mais consolidado, consumo e produção.

- A partir da sua trajetória e reflexões, como você entende a agroecologia?

A gente tem que ter a clareza e a tranquilidade que nós vamos viver eternamente em disputa, seja em qualquer coisa, a gente tem que saber conviver com isso, isso vai vir e tal. Seja ela uma concepção de correntes, seja agricultura orgânica, biodinâmica. Eu tenho pra mim que tentam reduzir a agroecologia a uma dessas [correntes], bem intencionados, cada um com a sua fonte de inspiração sobre aqueles conceitos, seja nos astros, seja na mudança de insumos, só insumos orgânicos naturais... tem um princípio também de nascentes, não ao trabalho escravo, bom isso tá ótimo. Não dá pra mim colocar aí a Agroecologia. Eu acho que ela tem a capacidade mais de senso crítico, de estar ali, mais como um campo do conhecimento, acho que mais o *saber* [ênfase] pra eu ter e analisar essas concepções, onde também elas têm as suas dificuldades, de envolver mais no campo social, essa questão do pobre comer um produto bom, que é produzido por aquela corrente, como o produto orgânico ser caro, não pode ser, porque o pobre está fora de acesso a isso aí. A questão de não ser integrada, não ver isso como... e sim ter aquele pedaço ali que eu faço orgânico, uso aquilo lá, a parte não. Então assim, essa questão de interação. A dificuldade é que a corrente quando ela se dá, ela pode ter uma forma, as pessoas crerem, entenderem e levarem ela numa corrente mais política, de colocar ela como é uma opção de vida e tal. E o Brasil tem um medo de política danado né. Até eu na minha fala, eu tenho medo de ser político [ênfase], diferente de ser politizado, de conhecer a política como uma coisa benéfica, que eu sei onde eu tenho direito, até onde eu posso ir, que o outro precisa ir, então, o Brasil tem muito isso, que a pessoa começa a ter... ah! Que é petista, que é político isso, aí pra reduzir o conteúdo, pra jogar um pouco... porque a imagem foi feita, não se sabe o que é comunismo, não importa, mas é bicho mal, não sabe se tem ou se não tem coisa benéfica, é o que eu estou falando das outras correntes da agricultura alternativa, por esses ramos de tecnologia, mas eu acho que tem um conhecimento de ali de agroecologia, eu já sinto algumas pessoas colocando... mas eu prefiro acreditar em mim que ela veio de uma corrente multicontribuição, multiconsolidada, principalmente no mundo acadêmico, que era nossa necessidade de saber, porque em si, poderia ter outro nome, desde que homem existe homem, desde sua... existe esse processo de conhecimentos ecológicos, de sustentabilidade, de relação, se tirar esta, o índio sabe isso, vai acabar essa, a perpetuação, então, esse meio aqui é mais gostosa, aí fazer a seleção natural, e plantar desse, então o mundo acadêmico precisa de uma terminologia, então a Agroecologia é muito importante por ter evoluído mais nesse campo do conhecimento científico, para entrar lá e criar dentro daquele conceito muitas disciplinas, disciplinas relacionando disciplinas e isso via corrente de sustentação maior pra essa visão. Então eu tenho isso como Agroecologia, como um fator pra mim acadêmico, isso me deu uma sustentação muito forte, que a gente precisa da ciência e aí a gente refere-se a um tempo que nós temos ela reconhecido como um conhecimento científico, então, aí graças a nossos, algumas pessoas, vieram dar esse componente, na questão agrônômica desde aí Altieri, da nossa querida, Ana Primavesi, já veio no campo social com nosso companheiro Clisma, nós temos economistas e tal... As pessoas confundem, mas querem minimizar que é uma corrente política, entendeu. Eu não temo isso. Eu temeria se a pessoa quiser discutir o que é política, porque jogar a política como um monstro? Como um lobo mal? A gente tem que conhecer melhor isso, não misturar as coisas como partidárias, eu sou uma pessoa de... lá no início fui filiado ao PT, depois não perdi a filiação, não fui, não fiz... porque internamente na minha cidade, aqueles conflitos até que eu te falei que eu vi no meu trabalho lá no CAV, que o que as pessoas estavam pensando não era muito o meu mundo, eu me distanciei da política, da partidária, não fiz, cheguei aqui, o povo queria, eu saí fora, mas também não deixo na hora que é, e temos que evoluir, mas vou votar, mas eu tenho essa... me deixem, e eu deixo todo mundo ter essa opção pessoal, cada um na dele, agora, não resumir isso que [Agroecologia] é política, política é muito maior que ela.

Política que eu entendo é um autocrítica que eu tenho de mim mesmo, de saber sobre os meus direitos e os meus deveres. Então, o que eu posso, e tal, a minha atitude, o que eu tomo [e a luta também pelo direitos?] Isso é, isso é ser político, agora nós que carregamos, e vamos lá, e mostra a cara a tapa, leva pra uma conquista, pra uma luta na rua e tal, isso sim é ser político né? E aí no cantinho nosso, vamos fazendo, vamos conversando, a gente tem a oportunidade. Aí com os agricultores eu falo um pouco, é porque a gente acaba tendo, vai falando, aquele SAF, aí vai reproduzindo, e a gente vai conversando das coisas também. Então, você imagina só, eu falar dessa questão das escolhas, quando você vê o agricultor lá, a gente vai falando assim, a gente conversa a questão dos enlatados, das empresas, e tinha um produto da Agricultura Familiar, porque que é o da empresa... mas de certa forma, você está ali conversando, isso é um pouco essa lógica de... e ele vai pescando aquilo, vai fazendo a autocrítica, eu falo do Incaper, que ele não vem ajudar nós, mas eu mesmo estou ajudando os agricultores? Então isso aí acaba ficando um componente. E acaba ali ficando, tem um animador, que é o SAF, mas outras coisas estão acontecendo. Acho que o pessoal, eu já vi gente, igual o ex-presidente do Incaper, o Ênio Bergoli, que teve aquele caso todo, na época que nós entramos era ele o presidente. É um cara bem complicado na coisa, e eu lembro que ele falou comigo assim, você é perfeito, só a forma de trabalho que não é (risos). Então, quer dizer, o cara é... é o bolsonarista, só pra resumir, hoje ficou fácil pra nós, pra simplificar, porque a forma, o processo, o como, é o diferencial, então, quer dizer, o cara quer, aí mandou pro outro lá, mandaram, e se vestir a camisa, vai evoluir, vai ser presidente do Incaper, vai ser isso, vai ser aquilo, comprou a pessoa errada, que eu não tenho essa vaidade. Pra você ter uma ideia, o pessoal chegou, e eu virei coordenador aqui né, mas até por uma necessidade de escassez, aí o pessoal falou e eu respondi: tá bom ué, 15 anos de Incaper, subi um degrau (risos). Mas assim, na verdade, teve essas cogitações, mas aquela coisa, veste a camisa que você vai longe, como ele veste a do Evair de Melo, ele vai fazendo, então aquela puxa sabe? Não é o meu caso. E assim, independentemente de qualquer questão eu fui crítico aqui ao governo do PT, os agricultores são as únicas pessoas que eu tenho aqui, que eu gosto e eu tenho como testemunha, porque a forma como foi conduzido lá na época, eu falava, não é! Estão produzindo politicamente o trabalho da direita, qual a diferença de vocês pros outros? Estão fazendo a mesma coisa! Deu no que deu. Perdeu, não volta tão fácil. Bom, isso com a visão com eles lá, discutindo a questão partidária e da forma como eles estavam reproduzindo, pra mim como extensionista, a Agroecologia não evoluiu. Poxa, tinha eu, tinha o Arcanjo aqui, que era pra dar um *boom*, mas não, mas só que a forma deles, era paternalista, e eu não sei trabalhar assim, então não mudou pra mim. Quando eu fui lá criar a Associação, discutir e tal com a associação os processos de empoderamento e de escolha, de eleição, não! Eles atuaram de uma forma rápida pro pessoal pegar o dinheiro, pessoal fazer rápido, e que que acontece? Tá a mesma estrutura montada que é um comendo o outro. Não se confiam. E eu vejo a questão da participação. No projeto nosso, tem esses insumos, não é! Independente deles, o agricultor vai fazer. Depois da conversa com ele, a motivação dele participar não é isso. Tem uma relação forte que eu também não queria ficar nessa dependência, mas eu acho que ele vai se desprendendo, é uma relação comigo, de confiança, entendeu? Mas o insumo, se ele não tiver, ele vai fazer, mas também não é justo, ele fazer e não tem um estímulo. Mas o que eu vejo muito, é que as pessoas vão... só participam se tem algo que ganha, entendeu? Então o processo tá errado! Então o nível de participação, Ok. Tem que ter e tal. Tem que ter o bem material pra ele participar, e não é o caminho aqui que eu tento, você comprar ou fazer as coisas pras pessoas, que não é por aí. A gente vê muito isso aí. Então, a gente tem um desafio muito grande.

EXTENSIONISTA 2 – ENTREVISTA REALIZADA VIA plataforma ZOOM

- Poderia me contar sobre a sua trajetória, como foi a formação e em que momento aconteceu a opção pela ER?

Eu sou engenheiro agrônomo, formado em 1981, pela Ufes, e tenho especialização em recursos hídricos e meio ambiente. Sou apaixonado pela extensão, isso eu deixo bem claro, falei na primeira vez que eu fiz... porque a minha história é a seguinte, eu passei na Emater, em 1982. Em 82 eu lembro que eu falei isso, eu era recém formado e aí muita pressão política, era da época do Camata, tinha muita interferência política, eles interferiam muito nas políticas, aí, eu muito novo, sem muito juízo ainda, pedi conta, olha só! Em 86 eu pedi conta do meu trabalho. Saí, fiquei desempregado. Fui pra roça, peguei a pior fase da roça, que foi a crise de 88, você lembra que quebrou meio mundo aí. Fim de 88 eu estava investindo naquela época, eu tenho uma boa administração no campo, eu montei uma propriedade muito legal, era um alqueire de terra, mas aí teve essa crise toda, juro de 40%, não tive jeito, tive que vender porque senão perdia tudo, mas só voltando: aí eu voltei já 19 anos depois, então eu sempre falei, nessa volta minha eu repeti a mesma fala que eu fiz em 82, eu voltei em 2005, sua mãe acho que oficializou em 2005 não foi? [foi]. Acho que ela treinou com a agente lá. Então, aí eu repeti a mesma frase, então isso queria dizer que, deixava bem claro que o que eu sentia era real, porque se eu senti em 82, passei aquela crise toda, fiquei fora e volto em 2005 e falo a mesma coisa [que é apaixonado pela ER], é porque eu tinha, bom... a minha origem é o seguinte, meus pais foram assistidos na época pela Acares [Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo]. Foi no Florisvaldo, inclusive o Florisvaldo, eu consegui trabalhar com ele uns dias, e com a Dilma, que era extensionista, economista doméstica, tinha aquela época do Jeep né, aí saía um técnico com a extensionista. Então, eu lembro perfeitamente deles lá na roça, Itaici, Muniz Freire, por incrível que pareça bem perto de onde eu moro aqui, uns 30 Km daqui, muito perto, e aí o meu pai, ele teve uma formação de colégio de padres, então ele aprendeu, mesmo sendo filho de libaneses, que só tem a ver com comércio, não tem muito a ver com agricultura, o meu pai era o contrário, ele quebrou no comércio e era apaixonado pela roça, fazia por amor mesmo, então naquela época, meu pai já mexia com alguma coisa e a Acares, na época, ia muito lá em casa. E eu lembro que tinha período lá que a estrada acabava, ficava 3, 4 dias sem estrada. Então, eles ficavam lá em casa. Ficavam lá, literalmente, nem Jeep passava porque acabava a estrada! E aí eu lembro que a Dilma ensinava essa parte de pratos, porque a gente como é nortista, nós somos nortistas, a nossa culinária é muito ampla, mas aí a Dilma ficava com a mamãe, era bem dividido, a mulher com mulher, homem com homem (risos) e o papai com o Florisvaldo ia na parte da agricultura, mas eu lembro que o meu pai tinha cultura, por exemplo, de não queimar, tinha naquela época. O que eu tenho hoje de cultura, eu não peguei das escolas, infelizmente as escolas chegaram até a me contaminar um pouco, mas aí eu consegui descontaminar, é do meu pai. O meu pai não deixava capinar dentro dos rios, ele falava que aquilo ali protegia, não era mata ciliar naquela época, ele não sabia nem que... não tinha, eu não lembro de Iema [Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos], Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis], não tinha nada disso, ou se tinha, não andava lá. Ele protegia. Não deixava pegar canário, não deixava botar fogo, ele falava que queimava matéria orgânica, usava esterco, já usava sulfato de cobre naquela época no tomate, então assim, a gente tinha uma culinária muito forte ali dentro, então tinha muitas raízes naquilo ali. Com isso, a gente teve que sair, porque essa terra era do meu tio, mas o meu pai era praticamente dono, o que ele fizesse lá estava feito, e se ele quisesse morar o resto da vida lá, meu tio comprou a terra pro meu pai. Mas quando nós fizemos o primário, nós só tínhamos o primário. Aí papai falou, não, eu vou dar estudo pros meninos, vou mudar pra Alegre. Aí nós mudamos pra Alegre, em Alegre nós chegamos a fazer uma horta grandona. A minha infância, por exemplo, quando eu ia pro primário, eu tinha que vender duas varas de alface antes de ir

pra aula, eu deixava uma vara pronta, preparada, no sereno, aí eu ia e vendia de madrugada, escurinho, eu: “olha alface, olha alface”, chegava, a mulher estava acordando, os meus clientes né, e eu vendia, voltava pra preparar mais uma vara, e ia, e ia pra aula. Eu acho que a aula naquela época não começava 8h, devia começar 7, 7h30m, então você vê que eu acordava muito cedo. Então hoje a gente ainda tem a casa nossa velha, lá perto, então assim eu me recordo. Hoje tá tudo construído lá, mas eu falo assim, meu Deus, é possível que... você sabe o que que o meu pai fazia? Ele coava tiririca! Ele fez um peneirão, tipo aquele que eles coam pra café? Não tem, pra terra de café? O papai jogava aquilo ali, coava a tiririca. A gente enchia latas e latas de batata de tiririca. Coava terra! Não coava um canteiro não, ele ia coando, então ele tinha uma cultura de japonês, esse estilo dele. Aí com isso, quando eu cheguei em Alegre, a gente num primeiro momento consegui mexer com horta, mas aí logo pegou enchente... papai tem um pouco de frustração com enchente, aí ele foi pra comércio. Aí no comércio foi nosso mal. Papai, mesmo libanês, ele quebrou no comércio. Papai era uma pessoa muito boa, aí vendia muito fiado, aí pronto. Quebrou. E essa quebra fez meus pais separarem, papai deixou a mamãe com 5 filhos e tal. Aí o que que eu fiz, a minha mãe, mesmo só com o primário, mas ela tinha aquela cultura junto com meu pai, “não, você tem que estudar”, “não quero estudar não, pra que estudar?” “Não! Você vai estudar!” Aí eu comecei, e assim, eu tinha essa vontade de ir pro campo mesmo, pra área rural. E lá em Alegre tinha duas opções, ou Fafia [Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Alegre], Faculdade de Filosofia de Alegre, ou agronomia, só que eram campus muito distantes um do outro. A filosofia você tinha que pagar, eu não tinha dinheiro, não tinha nada, não podia pagar. Então, era um curso pior, mais fraco. Quem fazia filosofia naquela época estava fadado a ficar sem emprego. Olha só que tipo de cultura! E quem fazia agronomia era o cara. Só que Agronomia, quem fazia agronomia? Só os filhos de rico. Os caras vinham de cursinho, e quem sonhava de ir pra Vitória fazer cursinho? Nunca! [como quem diz, eu não podia nem sonhar fazer isso!] Aí eu olhava na minha agenda, meu Deus, eu tenho duas alternativas, bom, duas não, uma só. Porque a da Fafia eu não tenho como pagar. Eu tenho que ir pra agronomia, porque aí estava federalizando, na época era ESAES [Escola Superior de Agronomia do Espírito Santo], depois virou Ufes [Universidade Federal do Espírito Santo]. A Ufes já era... Centro Agrário da Ufes, e agora é Ufes mesmo. Mas eu falei assim, como eu vou passar lá se eu trabalhava de dia, estudava à noite, que já era uma escola, um estudo mais fraco, eu falei, só tem um jeito, eu tenho que comer livro. Se eu comer livro eu consigo entrar. E foi o que eu fiz. Eu comi livro e eu consegui fazer agronomia com muita dificuldade. A gente ia fazer um trabalho de insetos, por exemplo, entomologia, eu tinha que fazer uns três, quatro trabalhos, porque eu tinha que fazer os outros pra minha despesa. Eu fazia o meu trabalho e o dos meus colegas, recebendo. Porque eu ajudava em casa. Então, foi com muita dificuldade. Minha mãe criando cinco filhos, o mais novo, quando papai separou, ele estava com dois anos, a outra com três, eu já tinha, quando eles separam, eu tinha 13 anos. Então, Ayana, foi assim, eu fui me descobrindo, redescobrimo e voltou muito forte aquela lembrança do meu pai e tal. E o papai era realmente muito diferenciado, ele fazia as coisas com muito capricho, era muito carinho, sabe, ele tinha um carinho pela terra que era muito... ele falava que a terra era viva, e é mesmo. E foi assim que começou. Aí, com essa inspiração lá do Florisvaldo, da Dilma, né, eu falei assim, vou fazer agronomia, e vou pra extensão. Aí fiz o concurso, quando eu fiz agronomia em 1981, em 81, já no final do ano, eles viram os alunos que tinham a possibilidade de já serem aprovados, nós fizemos o concurso condicional, se você passar e for aprovado no curso, você entra. Então, eu entrei em fevereiro de 82, eu já entrei no concurso, fiz a minha capacitação prática aí em Venda Nova, o Zé Onofre era chefe do escritório, então foi assim que eu... eu sou apaixonado pela agricultura, infelizmente eu não tenho terra, possivelmente esse contato com a terra, eu vou ficar visitando produtores, mas eu não vou ter minha terra e é possível que eu viva a vida de aluguéis, porque a gente tem um ponto lá em Alegre, então a complementação da minha renda vai ser de aluguéis, e eu vou de vez em quando visitar produtor

pra desmamar né (risos), mas eu acho a terra muito legal, no meu quintalzinho lá eu tenho banana da terra, banana nanica, eu mexo lá, não joga nada, nada, nada [possivelmente se refere a agrotóxicos e adubos químicos]. Mas é o meu mundinho, pequeno né, 200 e poucos metros quadrados, mas é isso, então eu sou muito apaixonado, e eu tenho uma ligação muito forte pela extensão, porque você trabalhar no Incaper, você tem linhas muito diferentes. Nós temos pessoas que trabalham no Incaper que são de linhas de assistência técnica. A minha linha é de Extensão Rural. Eu, antes da cultura, eu vejo o ser humano, eu olho o ser humano, eu chego lá, aqui a gente têm um contato muito forte com as mulheres, todas as famílias que eu assisto, a mulher tá na frente, então, eu converso com elas, envolvo elas na conversa, quando eu noto que o marido é meio ditador, eu trago a mulher pra conversa, vou perguntando, dou exemplo meu, ‘é rapaz, eu quebrei muito a cara não ouvindo a esposa’, e dá certo porque a mulher vai participar mais e participando mais... eu estou participando daquele programa “Elas no campo e na pesca”⁵⁷, a gente já tem iniciado, então eu tenho esse perfil de extensão, acho até que eu sou meio fraco na assistência técnica, porque eu acho que assistência técnica (AT) se você entrar num computador e num celular, você... agora, você lidar com o ser humano, passar amor pra ele, transmitir crescimento humano, é diferente de AT. AT você pode estar muito bem e o cara morto! Todo envenenado e até dou esse exemplo, muitas reuniões eu falo, tá, mas compensa você colher 500 sacas de café, estar muito bem financeiramente e estar com o filho envenenado, a esposa envenenada, todo arreventado, não compensa! Porque o homem não... o trabalho não nasceu primeiro que o homem, o ser humano foi criado antes do trabalho, o trabalho é para o bem estar do ser humano, se ele faz mal pro ser humano, pra que trabalhar? Melhor ficar à toa né? Então eu tenho essa pega muito forte na Extensão Rural, acho até que eu sou um pouco fraco na Assistência Técnica, eu tenho medo, porque quando o cara vem, ah, o que que eu... qual a dosagem de baysiston⁵⁸ que eu uso? Eu falo assim, ah meu Deus (risos) eu não sou a pessoa indicada pra responder isso, porque eu falo, puxa, esse caminho eu já conheço, eu não quero esse caminho. Então, Ayana, eu sou um extensionista mesmo, de raiz, porque aprendi com meus pais, então eu vejo assim, antes do tomate, antes do café, está o ser humano, então, você não pode ter uma cultura, que expulse a pessoa do campo, que comprometa água, comprometa clima, comprometa solo, e eu sou bem ligado nisso. Infelizmente, nós somos poucos no Incaper com esse perfil né, a gente fica assim meio como peixe fora d’água, mas eu acho que eu tenho que continuar assim, eu já estou com 64 anos, não vou mudar, graças a Deus, não consegui me contaminar. Quando eu estava desempregado, eu rejeitei um emprego na Basf, que ganhava bem, era comissão e tudo, não quis, porque mexer com agrotóxico... então, assim, eu tenho um perfil bem forte nessa área, nesse sentido.

- Como você entende a extensão rural, qual é a sua reflexão sobre ER a partir da experiência que você tem tido?

A ER, a meu ver, é assim, eu sempre digo, assistência técnica tem a cultura como centro, e a ER tem o ser humano como centro. Tem também assistência técnica? Tem, mas como uma ferramenta, não como elemento principal. Porque você lidar com pessoas, não é como você lidar com uma cultura lá, que você vai lá, joga troço em cima dela e não tá nem aí. Então eu vejo que a Extensão é uma ferramenta muito forte pra emancipação. A gente tem um trabalho muito forte com os jovens, tem até uns jovens que falam assim, ah, eu quero ser isso inspirado em você, eu falo, não, pelo amor de Deus (risos), eu não sou um bom exemplo, vocês podem ser até melhores. Eu acho que é uma oportunidade para as minorias, a mulher, o jovem, o negro, a gente tem feito assim, sempre que possível. Eu acho que é uma ferramenta muito forte a

⁵⁷ Projeto coordenado pela Secretaria da Agricultura, Aquicultura, Abastecimento e Pesca (Seag), sob a gestão técnica e operacional do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper).

⁵⁸ “Baysiston GR é um produto sistêmico com ação fungicida e inseticida, desenvolvido para a cultura do café. Disponível em: <https://www.adapar.pr.gov.br/sites/adapar/arquivos_restritos/files/documento/2020-10/baysistongr.pdf>. Acesso em 30 mar. 2022.

extensão pra emancipar, e o produtor ter as opções dele, nós temos jovens aqui que estão estudando pra voltar pra roça, até porque a gente vê que o campo de emprego está muito limitado né, cada vez pagando menos, cada vez você vai ter menos direitos, e a roça tem um mundo de oportunidades e os jovens já estão entendendo isso, então é bom quando você tem famílias que estão direcionando isso pros filhos né, já não estão vendo aquele foco que eu ouvia muito na minha época, não dos meus pais, estuda pra você sair da roça, Deus me livre de roça, quer dizer, hoje a gente já tem muitas pessoas que... a roça hoje é uma empresa né, mas uma empresa que assim, se não faz, deveria botar o ser humano como um centro. Então eu vejo assim, que a ER tem essa possibilidade, você trabalhar pessoas, dizer da importância dela conhecer as culturas, conhecer o espaço que ela pode ocupar, conhecer os programas, emancipação mesmo, que começa lá na escola, na cultura dos bancos [entendi bancos como as cadeiras das salas de aula] e faz esse emaranhado todo. Porque eu acho que é interessante quando você pega o conhecimento do produtor, com o nosso conhecimento e consegue dialogar... nós fomos lá no Antônio⁵⁹ né? Aquela família é muito especial porque eles têm raízes, o pai já fazia aquilo, então a gente está conseguindo, a gente já foi lá em Venda Nova, a gente roda com eles, quando fomos plantar o café, os jovens estavam lá junto participando, naquela poda do café eles estão acompanhando, porque que faz isso, porque que faz aquilo, e eles têm facilidade né, é um livro aberto, vão... a gente nota que eles ficam encantados, querendo fazer e tal. E mostrando a possibilidade de melhoria da roça, e mostrando assim, que lá a gente tem um exemplo, até você lembra que eu falei isso, do irmão dele do lado, que só tem pecuária mais ou menos, tem pecuária rudimentar, e ele que tem um alqueire de terra diversificado, a gama de possibilidades. Lá, o irmão, os filhos estão indo embora porque não têm emprego, aqui ele tá preocupado com como ele vai tocar com a mão de obra [familiar], que ele vai precisar de mais gente, pra tocar ali, porque é uma gama de possibilidades muito grande. Se ele afinar essas possibilidades, essa culturas, fizer uma coisa bem no estilo dele, sem agressão, mais bem afinada, bem trabalhada, pra ter a renda realmente, processa né, que aí a extensão rural também a gente fala da importância dele processar os produtos, então assim, é um mundo de possibilidades, de conhecimentos. Deixo isso bem claro pra eles, gente, vocês abrem o mundo de vocês, entende, é um mundo, e hoje está muito fácil, você... todo mundo aqui tem celular, o mundo está aberto pra vocês, então eu vejo a extensão como essa possibilidade, de emancipação muito forte.

- Você já atuou em outros projetos com essa abordagem agroecológica?

Eu fui secretário né, e como secretário você é muito limitado, às vezes você faz algumas coisas, mas muita coisa já está muito empacotada [secretário de agricultura?] Foi, aqui. Fui aqui em Ibitirama, em São Lourenço, fui quase secretário em Alegre, 1 ano. Porque assim, eu tinha status de secretário, não era secretário, mas eu estava junto com o prefeito, programava, e tal. Lá eu sempre tive essa linha, mas eu nunca trabalhei especificamente em projeto agroecológico. Acho que porque tem pouca oportunidade mesmo. Depois eu conheci o João, nós chegamos a fazer um trabalho aqui com SAF, mas nós fizemos no assentamento, e daí a pouco deu um brigueiro lá e aquilo parou tudo pelo meio do caminho. Tem raízes esse trabalho, a gente nota que tem cultura, tem família, e a gente tá assim, eu mapeei algumas famílias que a gente tem essa conversa com elas, são umas 10 famílias que a gente tem essa conversa, ou já têm SAF ou já têm alguma coisa iniciada, planta alguma coisa no meio do café, já estão trabalhando com as sementes crioulas, então é um conjunto de ações. Eu tenho colega, por exemplo, eu tenho produtores aqui da escola família agrícola, esse é um que eu estou trabalhando com ele, olha, é importante seu filho participar disso. Então são algumas famílias que a gente conversa nesse nível também, são famílias que são da agricultura mesmo, vivem dali, e têm filhos, todos eles têm filhos jovens, filhos com 15, 16 anos, 17, essa menina, por exemplo, a Marcela⁶⁰, lembra?

⁵⁹ Nome fictício.

⁶⁰ Nome fictício.

Ela tem 17 anos, vai fazer 17 anos. Teve até um caso interessante, que ela começou a namorar né, aí ela estava em Rive (distrito de Alegre onde está situado o Ifes-Alegre), olha, Marcela, a prioridade sua número um não é namorar agora não - e os pais falaram, é mesmo! é mesmo! – é estudar, você tem que concentrar, você está começando agora, aí ela começou a namorar com um cara lá e o cara queria casar! Veja bem! Eu falei, você tá doida Marcela, pelo amor de Deus, você não tem maturidade pra casar ainda não, espera um pouco, não pula etapa não, aí ela ouviu! Você acredita que ela separou daquele menino?! Queria casar! Casar e morar com a mãe e com o pai? Aí separaram. Aí eu me senti até um pouco culpado, aí ela ligou pra mim e falou: eu te atendi e atendi o papai, eu vou priorizar meus estudos, porque Marcela, você é muito nova, concentra nos estudos. Não se preocupa não, vai chegar o momento certo. Aí ela entendeu. Porque você já pensou se ela casa agora? Aí casa, tem um filho, a prioridade passa a ser filho, não é mais estudo, é o filho né?! Então, pra mostrar a influência que a gente tem quando você conversa... Às vezes eles ligam pra gente perguntando... os pais ligam e perguntam.

- Como você avalia a questão da agroecologia e do sistema agroecológico? A sua percepção das potencialidades, as qualidades, mas também os desafios.

Olha, eu não gosto do termo orgânico, porque eu acho que o orgânico é incompleto. Tem até o exemplo aí do Jacimar. O Jacimar é um cara orgânico, em monocultura. Veja bem. O orgânico hoje aceita a monocultura. E eu acho que a monocultura ela é danosa seja de alface, seja de qualquer coisa, ela é danosa. Porque é aquela coisa, você concentra em uma atividade só, você tem que ter um esgotamento do solo numa profundidade só de raiz, e quando você tem mais culturas, mais extratos né, até no mato mesmo. Você vê um mato que o cara joga *round up*, por exemplo, ele vai selecionando, ele vai ficando, no final só fica uma grama, mais resistente que consegue brotar, consegue sair quando você aplica o *round up*. Você aplica o *round up*, e o que sai depois, não são leguminosas não, sai é a grama, aquela grama mais forte, e você nota que a relação Carbono/Nitrogênio (C/N) nesse caso piora muito, ela aumenta muito, o que é ruim, quando você tem muito carbono. E quando o mato é diversificado você reduz a relação C/N, ou seja, a matéria orgânica é uma matéria orgânica mais gostosa pro solo, pra planta e aí eu não gosto do termo orgânico, não gosto. E acho que orgânico é um abismo entre a cultura comum. Já a Agroecologia, nós temos adaptar as culturas que a gente tem né, que foi um erro grande que a gente fez aí, foi iniciar um SAF sem envolver a nossa principal cultura. Agora a gente tá, nessa lá do João, a gente tá fazendo isso. A principal cultura nossa é o café, mas numa linha diferente, nós vamos, vai ser um café de qualidade, vai usar pouca coisa, quase não vai usar agrotóxicos e tal. Então eu acho a Agroecologia pro solo, pro próprio trabalho né, a gente estava analisando um dia desses lá, como vai ser bom você trabalhar numa área meio sombreada, como você tem conforto de trabalho. E você nota que tem muitos pássaros, você nota que você está melhorando o meio ambiente, a fauna, a flora, o solo, a estrutura do solo, quando você cava o solo, você nota que os microorganismos do solo mudam, então eu vejo... agora, ainda é muito utópico nas nossas regiões, você fala assim: quantos produtores hoje tem essa cultura [de produzir em SAF] aqui no seu município? Talvez 10, talvez 20? Entendeu? Porque nós estamos num Brasil, num Mundo e num Brasil muito imediatista, e a Agroecologia não pode ser imediatista. E quando você usa algum produto químico, o agrotóxico ele é muito imediato, mesmo que traga as consequências depois, mais ele resolve inicialmente o problema ali. Então, é uma questão cultural mesmo, eu acho que com o tempo vai melhorar porque o consumidor não tem cobrado muito isso, principalmente conseguir ligar essas pontas do consumidor com o produtor, e o consumidor começar a exigir mais esses produtos, a gente tem uma tendência a melhorar isso aí. Na nossa região está saindo a IG [Indicação Geográfica] do café, a de vocês aí também saiu [Café das Montanhas Capixabas], com essa IG nós vamos ter normas para a produção desse café, pra pessoa adquirir selo, então a gente nota que está fechando o cerco, a gente tem aqui muitos recursos hídricos, vocês não têm tanto aí, nós temos muito aqui, muito, muito! O nosso município é todo riscado de rios e ribeirões. Eu vejo que o caminho é esse, é

agroecológico, sistemas agroflorestais, mas bem adaptados. Talvez, esses mais complexos, não. O nosso, por exemplo são três, café, pupunha, abacate, ingá e a cobertura, o extrato baixo, que a gente vai botar leguminosas e tal, tem o feijão que ele planta, tem o milho que ele vai plantar, tem a mandioca, tem a banana, então, vai nessa linha, quando você faz uma coisa muito complexa, talvez tenha até produtor que queira isso, mas fica mais difícil ainda de ser alcançado, mas é preciso que a gente tenha produtores nessa linha, de SAF mais complexos, aquele que o menino teve aí, como é o nome dele? Discípulo do Ernst [não lembra o nome] Ele é legal, mas o dele é uma linha muito complexa. Um SAF complexo, pra você começar uma mudança, é mais difícil, melhor você começar com a banana inicialmente, depois vai adaptando, vai botando o palmito, pro cara também ver renda, se ele não ver renda ele vai ficar assim meio desanimado. E tomar cuidado com a sombra do café, não botar mais do que 40, 50% porque aí cai muito a produção, e ir pra linha de cafés especiais, então, assim, fazer um conjunto fechado, se você fizer esse conjunto de possibilidades, o produtor adere sim. Eu acredito que com essa unidade lá, nós levaremos os produtores e mostraremos pra eles as possibilidades, pra ele não enxergar só o café, que ele tem outras possibilidades, a pupunha, o próprio ingá, a gente tá pensando em botar o ingá mais nanico, e a gente pensa até em vender esses ingás, se a gente conseguir um ingá com qualidade, porque ninguém vende ingá, mas não vende porquê? Porque não tem! Se tiver vende né? Tudo vende. Então, Ayana é assim, nós não temos outra saída. Esse sistema de agricultura aí tá falido, porque, por um lado, a gente está num mundo muito imediatista, as administrações municipais ainda são muito imediatistas. Lembro que o Incaper estava num encontro desses de municípios, os municípios têm as administrações municipais que coordenam os programas, quer dizer, você fica numa prensa cultural, porque de um lado tem o produtor querendo fazer, por exemplo, vários produtores já com sementes crioulas. Eu vejo assim, num contexto geral, poxa, então você tem que mudar também essa fonte de, essa semente, não pode ser a mesma semente. Eu acho que criam outras possibilidades, se você mapear direitinho e mostrar ao produtor, que tem como, a gente vai fazer lá, tem possibilidade de renda, de trabalho, que o trabalho oferece um conforto maior pra ele trabalhar, vai ser sim aceito. Hoje aquele produtor ele já fala, ele já sentiu isso, na época do pai dele, mas agora, a gente está coordenando mais, porque antes era assim, sem muita coordenação, mas a gente coordenando agora, um SAF mais coordenado um pouco, você tem possibilidade de uma coisa ser mais produtiva, ele realmente alcançar mais rendimento, vincular isso à agroindústria, porque a agroindústria ela não exige produtos tão especiais de aparência, e aí você pode ir pra área de agroindústria, processar esses produtos, na própria propriedade lá. Mas é isso, eu acho que o caminho é agroecológico e a tendência é mais produtores aderirem a esse sistema.

- Você participou do projeto anterior lá em Pacotuba?

Nós visitamos, não participamos. Visitei, acompanhei, eu entendo o processo lá. **[eu: A família que você acompanha participou da avaliação?]** Não. Eles conhecem, porque eu passei pra eles, já passei vídeos, fotos, eles conhecem. Eles já participaram, no outro trabalho de SAFs que tivemos aqui, eles participaram. Eles já têm um conhecimentozinho assim. E aí é fácil porque é só eles buscarem a raiz deles.... Porque a gente estava falando é o que eles faziam lá... **[eu: Aquele projeto no assentamento?]** Mas o erro maior lá, não foi isso, a gente separou uma área de meio hectare, chegou a plantar mesmo, tem até foto, tem tudo, a gente acompanhou, esse é o Henrique, lembra do Henrique [Henrique Souza agricultor baiano que difunde a agricultura sintrópica, parceiro de Ernst Goscht], famoso aí da Bahia, famoso. Aí, nós tivemos reuniões, visitamos, fizemos curso lá dentro, só que aí houve uma briga interna na diretoria, aí esse trabalho foi todo por água a baixo, entendeu? E ele não tinha como foco principal a cultura do café, ele tinha caqui, tinha outras coisas, então assim, eu acho que foi um erro até nosso mesmo, a gente foi um pouco imaturidade e hoje... a gente vê que pra ter sucesso um projeto desse aqui, envolva a principal cultura, põe ela no meio, aí você tem... porque eles já tem aquilo na tradição, o café aqui é tradicional, difícil um produtor que não mexe com café aqui, então

mostrar pra ele a importância da cobertura do solo, de ele manter roçado. Lá, por exemplo, o Antônio, até esses dias mesmo ele usava herbicida, agora ele aboliu mesmo, e a gente vê mesmo. A gente vai lá, cava onde ele jogava o herbicida, é uma coisa, você cava onde ele não joga... que é a relação C/N. Porque se você tem 10 tipos de mato, vão botar assim, a decomposição desse mato é diferente, tem mato que tem a folha mole, rapidinho ele decompõe, então, nesse mix de relação C/N, não sei... você é de que área? [**eu: sou formada em Administração**] Então, relação C/N é uma relação mesmo C dividido por N, carbono dividido por nitrogênio. Nós por exemplo, quando a gente morre, com 24h você tem que enterrar porque a nossa relação C/N é muito baixa, tem muito nitrogênio, então apodrece, aí assim, na prática, que decompõe mais rápido, a palha de feijão ou a palha de milho? Palha de feijão porque a relação C/N dela, ele tem mais nitrogênio, mais baixa. O ideal do solo é esse mix, pra você ter um solo melhor, quando você joga herbicida, você seleciona esses matos, porque você tem um mato com a relação C/N mais alta possível, e decompõe, o solo fica ressecado, aí ressecou o solo, você mata a fauna do solo, fungos, minhocas, microrganismos do solo, você muda a fauna do solo. Então, você nota que o solo que você roça, ele fica com um mato diversificado, como ele tem um mix de relação C/N o solo fica melhor, quando você cava, você vê minhoca, vê tudo, é incrível. É o milagre da terra, a terra faz isso! É só você não atrapalhar. Se a gente não atrapalhar, a própria terra ela recupera. Então você vê isso, você cavando, você vê essa diferença, que o produtor já vê isso, ele já fala lá. Até com o próprio milho, ele plantando o milho, ele faz essa roçada e ele vê que ele não precisa ficar capinando igual ele capinava. Num primeiro momento sim, mas depois que a planta estrutura suas raízes, ele só roça e a planta resiste. Aquilo ali, os benefícios são maiores que os malefícios da competição com água e luz. Ela dá mais benefícios para a planta do que... com o milho, por exemplo, o milho com aqueles matos, e são matos moles, eles já ajudam mais o milho do que concorrem.

- Em que etapa está o trabalho na UPP que você acompanha?

Só pra lembrar, lá eram duas áreas, a área de cima, tinha um café que ele não gostava, é um café com semente muito ruim, e ele sempre achou um café lento... aí ele falou, Luís, tenho vontade de arrancar esse café. Então vamos aproveitar, aí uma parte dessa unidade, era arrancar o café, que não foi arrancado ainda, foi cortado embaixo e botou terra e não deixou brotar. Eliminou né? Já uma parte, que vocês chegaram a ir lá, não sei como é que estava, brotando, eu não lembro como é que estava, já estava brotado? [**eu: acho que ainda ia fazer a poda**] Não, mas vocês não foram lá em cima não. Vocês foram na área do morango ali, não foi? [**eu: Fomos. Lembra que estava chovendo?**] Então, essa área que nós íamos recuperar, já é um café 785, que ele gosta, é um café que brota com mais facilidade. Então, tá bonito, ele tá assim, com 40, 60 cm de altura, bonito! Já desbrotou. Fez poda com pulmão, ou seja, você limpa, deixa a copa em cima pra servir de pulmão, pra ajudar na brotação, já tirou o galho e... essa área já tá recuperando, tá bonita, e a área de cima, onde ele cortou pra eliminar, ele fez os berços, que a gente chama cova de berços, preparou e já plantou. Tá o café plantado já. Então, assim, a nossa próxima etapa agora, é marcar no meio o ingá e o abacate, que a gente vai plantar com 18 metros de distância, a gente marca. Ele já tem um pouco de muda. Como ele vai fazer? Ele vai plantar a semente direto, e depois fazer a enxertia ali, do abacate que ele quer, ele tem esse abacate aí de Venda Nova, esse grandão, mas esse abacate ele chega a partir do final do ano, então a gente quer colocar um abacate com um ciclo de maturação diferente desse, pra ele ter abacate pra esticar mais o ciclo de produção. Aí quando ele for enxertar, quando a planta tiver da grossura de 1 lápis, ou mais um pouquinho, ele faz enxertia garfagem, ele corta, parte e faz garfagem, ele corta parte e faz garfagem, tipo uma cunha numa enxada, e esse pegamento ele tem quase 90% de pegamento, ele faz no campo. Ele planta semente, depois faz a enxertia, ele mesmo faz, ele aprendeu ele faz. E o ingá é plantio direto, a gente vai plantar direto. E a gente tá preparando também pra plantar a pupunha. A pupunha a muda vai vim de fora, tá nessa licitação aí, que vai ser plantado em outubro, novembro. Que a pupunha vai ser uma cultura de renda, renda mesmo,

tipo o café. O abacate também a gente vai vender, mas o abacate ele tem que abrir mercado pro abacate, não tem mercado ainda pro abacate, mas ele já tem abacates bonitos lá, ele já mexe com abacate. Então a próxima fase é marcar esse berços, preencher esses berços, já ir preparando pra quando entrar as águas, que a gente não vai plantar agora, quando entrar as águas a gente vai plantar essas culturas. E aí ele vai plantar no meio. Hoje nada, só manter o mato e roçar, porque nós estamos no período frio, não vamos plantar nada. Se a gente conseguir uma semente de nabo forrageiro, coisa assim, põe no solo, porque o nabo ele é muito bom pro solo. Então a gente põe nabo, depois roça, só pra melhorar a estrutura do solo. O que a gente puder fazer agora em relação a isso, se a gente conseguir jogar alguma coisa pra melhorar solo, nós vamos fazer, em extrato baixo, mas pra extrato alto, inicialmente é manter o café, ir cuidando, vendo bicho mineiro, alguma coisa, dando uma pulverizada pra... ir cuidando do café. E esse período é isso mesmo, maio até... de agosto pra frente a gente começa já a mexer com alguma coisa, fazer análise de solo, de agora pra frente a gente pode fazer análise de solo pra ver como estar o solo, corrigir com calcário se precisar, a tendência nossa é fazer isso. **[eu: As mudas de café que foram plantadas vocês conseguiram pelo projeto?]** Não, o que que nós fizemos, o projeto é muito burocrático, e como são poucas mudas, a gente teve muita dificuldade. Aí o que que a gente combinou, como ele tem outras áreas em baixo que ele vai plantar também, vai substituir, nós combinamos com o produtor assim, Antônio, você planta essa muda com a mesma variedade, que é catucaí 785, vermelho, e depois quando vier as mudas do projeto a gente joga nessa área sua. Então agora o nosso próximo passo, quando for colher o café dessa área, a gente já vai eliminando e preparando os berços para fazer esse plantio no final do ano. Que a previsão é chegar no final de outubro, chegar essas mudas, tanto da pupunha quanto do café. E o que está previsto vir agora... eu falei com o coordenador do projeto, eu falei a gente tem que dar um *boom*, o Antônio não vai desanimar, mais são quatro unidades, e pra gente não furar também, de trazer pelo menos o esterco agora. Então o esterco deve sair agora, mês de maio deve sair o esterco, são 25 toneladas de esterco e já dá um... porque ele vai usar esse esterco lá na área, já vai animando mais, mas ele está muito animado, ele mexe com morango, ele comprou umas mudas, em outra área, e está refazendo aquela parte de morango. Estou propondo a ele fazer um escalonamento de milho pra ele ter milho em várias etapas do ano, e plantar áreas menores e partir pra milho verde, o milho ele tem um milho, esse ele vai usar o milho pamonha, que é um milho mais próprio pra milho verde, e usar o milho comum pra fazer fubá, mostrei pra ele, só eu cara, vou te comprar muito porque eu não quero comprar do comércio, quero comprar seu. Aí ele vai fazer um moinho, ele adaptou um moinho de pedra elétrico, aí ele pega o milho comum, que é um milho mais duro, e passa nesse moinho de pedra, então vai ficar um produto muito bom, já pra ser matéria prima pra essa agroindústria, que a tendência é a gente começar a trabalhar nesse sentido, então está nesse pé lá. E roçando, que agora ele roça, vai eliminando alguns pés de café que ele quer eliminar, poda bananeira, ele está nessa linha lá. Ele está colhendo morango. **[Quando você falou em pulverizar, o agricultor está usando algum agrotóxico?]** Não, é caldas. A gente vai começar a fazer caldas e quando usa a pulverização não é agrotóxico não. Porque tem produtos que você usa, de micronutrientes, que não são agrotóxicos. Não vai usar agrotóxicos, só caldas boas pra café.

- Como você avalia a participação da família que você acompanha até o momento no projeto?

Eu acho que a gente está fora da média, porque esses agricultores nossos estão fora da média. Porque está muito arraigado neles isso. São uns produtores que vivem aquilo ali, então é muito fácil quando você pega um produtor que está com esse perfil e você tem um direcionamento assim pra essa linha [agroecológica], e o cara já... ela teve uma cultura diferente, o pai dela, da Luiza⁶¹, usava agrotóxicos direto, era um agricultor familiar que se contaminou, vamos colocar

⁶¹ Nome fictício.

assim, e ele era até envenenado mesmo, ele tinha contaminação por usar agrotóxicos. Já o Antônio, ele veio de uma linha, ele tem irmão que usa agrotóxicos, mas ele seguiu a linha do pai. Então eles estão super satisfeitos! Super satisfeitos! E eles não estão usando a área toda, tá envolvendo aí, com essa parte que eles vão substituir pra baixo, em torno de 1 hectare. A parte que eles têm 4.88 hectare. E assim, lembrando da história deles, que eu já te falei lá na visita. O primeiro contato mais forte que nós tivemos foram eles que me procuraram, ele com ela, alegando que eles tinham a área toda em café, que colhia muito pouco café, que as lavouras estavam velhas e o que eu achava de eliminar parte desse café e mexer com outras coisas já que ele tinha essa cultura de mexer com outras coisas, morango, batata, inhame, eu falei assim, olha, excelente! Muito bom! E eles fizeram isso e hoje eles já têm metade da área praticamente arrancada, substituíram por... onde está o morango ali que você viu, era tudo café, arrancou e, então assim, eles já vêm, já estão... e esse projeto vem fortalecer esse trabalho que eles já tinham ideia de fazer. E a gente tem um dia de campo, a gente só está esperando um pouco sair essa nuvem da pandemia, tem um dia de campo marcado, que a gente vai falar sobre diversificação agrícola, sucessão familiar e sobre café nessa ótica sombreada, café de qualidade nessa ótica sombreada, aí a gente vai poder botar todos esses objetivos do projeto para um dia de campo, pra 100 produtores por exemplo, a gente vai mostrar e aí sim, a gente vai ter possibilidade de mostrar muita coisa. Então a gente está só esperando... não sei se este ano vai ser possível, eu creio que ainda não. Tem aquele menino da extensão rural, do Caufes [Campus de Alegre de Universidade Federal do Espírito Santo], o Tiago, tá querendo vir aqui olhar. Eu falei, ó Tiago, vem, e ele é um cara legal porque, isso que a gente tem que ter cuidado, é uma relação humana, você tem uma cultura, aí você vê o produtor numa cultura totalmente diferente, aí você vai condenar ele? Não! Eu não sei de onde ele veio, quem foi a inspiração dele, às vezes o próprio técnico botou ele nesse caminho, então assim, e ele é muito isso, ele entende essas passagens, ele tem o posicionamento dele, mas ele respeita o posicionamento do produtor, ele entende que tem o momento... e na extensão, muitos não têm essa paciência. Quer chegar e... não! Tem o tempo certo. Tem o público certo. Te falando que eu errei na Fapes [Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo] de lá, eu fui um dos principais que errou, porque a gente escolheu uma associação que não estava tão madura, que não tinha esse perfil tão definido e investiu muito lá, foram feitos muitos treinamentos lá, e ficou tudo perdido o trabalho [referência ao trabalho de SAF que não avançou, comentado anteriormente nesta entrevista]. Mas muita gente que participou lá, replicou isso nas suas propriedades. Foi o que eu falei com a Penha Padovan, Penha, não está perdido não. Isso foi replicado para outras regiões. Eles estão muito animados. E a gente pretende entrar numa fase agora de começar a fazer visitas, assim que sair essa pandemia, conversar, trocar ideias, coisa assim bem próxima, porque tem muita gente participando, esse trabalho está sendo feito por várias mãos, pra eles sentirem que não estão dando cabeçada, eles estão construindo uma história aqui, porque são os pioneiros, mas... e casa com o café, casa com o que a região quer do café, porque o nosso café arábica aqui do Caparaó preza muito pela não agressão ao meio ambiente, pela inclusão das minorias, a participação das mulheres, dos jovens e casa muito com esse projeto. E eu estou trazendo eles pro café, mostrando esse outro lado do café. E a gente trabalhar mesmo pra processar esse café, eles colham menos quantidade, mas que colham um produto de qualidade, que tenha uma pontuação boa, uma visibilidade boa, que eles possam ser compensados com o preço melhor por esse produto.

EXTENSIONISTA 3 – ENTREVISTA REALIZADA VIA PLATAFORMA ZOOM

Observação: Perdi a resposta sobre como foi a opção pela extensão rural, pois parei a gravação e esqueci de retomar. Não fazer mais isso de pausar a gravação por qualquer motivo. É preferível ficar com um arquivo mais longo, mas registrar toda a conversa. Na resposta o

entrevistado contou sobre suas origens humildes, o pai era empregado de uma marcenaria e a mãe colhia café. Posteriormente foi estudar na Universidade Federal de Viçosa (UFV), tendo se formado em agronomia. Atribui a um estágio que fez na Emater-MG durante a graduação grande influência na sua escolha pela Extensão Rural.

- Como foi a sua aproximação com a agroecologia, você teve contato durante a formação universitária?

Ayana, foi um conselho que eu comecei a ter na segunda metade da minha faculdade, de uma maneira mais direta, na primeira metade, é claro, eu já comecei a dar uma pescadinha na fala da professora Irene, ela dava aula pra mim, eu gostava das coisas que ela falava. E aí, eu acho que depois essa pegada do Desenvolvimento Sustentável, perpassava um pouco sobre isso, na França o pessoal falava muito em Agricultura Biológica, que é a tradução, ou um termo mais geral, e aí isso começou a me despertar sobretudo no intercâmbio, aí depois quando eu voltei, no CA [Centro Acadêmico] tinha uma galera do movimento agroecológico, e eu nunca me considerei muito militante, eu sou meio “pangüazão”, tenho dificuldade de chegar em grupo etc. Não porque eu não concorde com as pautas, mas eu acho que é até o jeito de chegar, não tinha muito jeito de chegar, aí ficava sempre mais na cozinha lá de casa. Sempre tenho dificuldade de romper, mais ou menos também, mas a faculdade era muito pesada, tinha que estudar, e eu estava na correria e pensava ‘tenho que dar meus pulos aqui, tenho que estudar pra passar num concurso’, ficava mais ou menos nesse padrão, e minha formação política não era tão... ainda tá... nós estamos aprendendo, mas enfim, no CA tinha uma galera do movimento, da Feab [Federação dos Estudantes de Agronomia] e tal, que sempre pautava, a gente começou a trocar algumas ideias, e eu lembro que a gente organizou uma excursão, esqueci em que ano, pra Araçuaia, com os calouros pra o pessoal conhecer Agroecologia, eu lembro que isso foi muito legal, muito legal mesmo, nós conseguimos ônibus pela UFV, organizamos etc., fomos... ali foi um primeiro ponto. Aí depois eu comecei a participar de outros espaços, de uma maneira bem direta. Conheci o pessoal do GAO [Grupo de Agroecologia e Agricultura Orgânica] que é da nossa época né, lá no Recanto das Cigarras, conheci o pessoal que morava no alojamento, a gente trocava umas ideias, mas eu nunca fui ativo não, e hoje me arrependo muito de não ter feito o Estágio Interdisciplinar de Vivência [EIV] no MST que pautava também a questão Agroecológica, tinha que ter feito isso, arrependo muito porque não fiz, e aí foi rolando, aí depois quando eu vim pro Incaper, já tinha uma galera que pautava isso, seus pais, por exemplo, fui conhecendo as pessoas, e aí logo no começo rolou um pós-graduação de Agroecologia lá no Ifes de Alegre, era pós na época, não era nem mestrado ainda, aí deu certo, eu fiz, tinha interesse de ter uma progressão, mas ao mesmo tempo assim, de me capacitar, de conhecer um pouco mais outros municípios capixabas, e aí rolou, foi massa, a pós assim, hoje o que eu entendo de Agroecologia, na época se eu tivesse lá, eu ia fazer umas críticas fortes em relação ao que era debatido, às vezes alguns princípios que eram colocados, mas foi legal, ela me deu algumas bases. Às vezes, eu até esqueço de falar que eu fiz essa pós, mas no papel eu sou especialista em Agroecologia, longe na prática me considerar isso, ainda mais um trem tão amplo né, e transversal, mas foi legal. Aí hoje quando eu posso, no Incaper, eu dou uma surfadinha, só que eu acredito que a gente propõe algumas questões, só que na região que a gente está, Iúna, Irupí, os dois municípios que eu trabalhei, é um serviço meio solitário sabe, na medida do possível, eu tento fazer alguns questionamentos, trazer algumas propostas, mas eu sei que a disputa de narrativa, vamos falar assim, com o lobby do agronegócio, que ele está até na entranhas da Agricultura Familiar. Eu gosto de brincar que você vê agricultor familiar e agricultora que aplica *round up* olhando a lua, ah, tem lua melhor pra aplicar *round up*, isso eu acho que é uma mistura, as coisas não estão numa caixinha separadinhas, mas é uma mistura de campesinato com agroecologia e agricultura moderna tremenda. E aí é essa mistura que nós estamos vivendo, mas assim, milito da minha forma e espero muito botar a Agroecologia em prática num quintal onde eu possa ser livre para poder criar, Marina e eu, minha companheira a gente troca essas

ideias assim, a gente espera isso. Então eu acho que Agroecologia é uma pauta que eu sigo profissional e pessoalmente falando, na medida do possível, até onde minha condição...

- Dentro do Incaper, esse projeto com abordagem agroecológica é o primeiro ou já participou de outros?

Olha, diretamente na equipe eu acho que é o primeiro, mas indiretamente, eu concebo que eu já participei de outros projetos, a exemplo, distribuição de sementes orgânicas, no caso do... aquele milho que eu não gosto do nome, nossa, milho imperador, putz, que nome. Mas, enfim, na distribuição dele. O pessoal sempre que pergunta na distribuição desse material, ou pergunta sobre criar uma horta, ah, vou querer mexer com uma horta, a gente tenta organizar alguma excursão, pra poder dar um pulo lá na URA, na Unidade de Referência em Agroecologia, assim, de maneira indireta, sem ter o nome no projeto, eu acredito que, quase todo semestre a gente propunha uma excursão pro pessoal conhecer. Depois se a pessoa vai usar agrotóxico... mas problematizar o uso do agrotóxico e propor alguns adubos verdes que a gente sempre vê lá, e alguns materiais, fazendo outros manejos, a gente não deixa de passar o recado nessas excursões. Então acredito que informalmente, acho que já rolava.

- A partir da sua experiência como você entende a Agroecologia, as qualidades, dificuldades, as potencialidades. Qual a sua reflexão, a sua visão sobre a Agroecologia.

Sei de uma forma teórica que tem uma moçadinha aí, lembra da professora Irene falando que é uma ciência, uma política, uma prática, mas eu não tenho fundamentação teórica para argumentar nesse sentido ainda não. Vai chegar uma matéria no doutorado que tem agroecologia no nome. Dificuldade sem sombra de dúvida é o capitalismo, se opõe muito à Agroecologia, na minha visão. Acho que um grande, entre aspas, oponente, é o sistema que a gente vive, o capitalismo, baseado numa concepção neoliberal, e todas as consequências muito negativas que traz ao desenvolvimento da humanidade e conseqüentemente ao da Agroecologia. O lobby financeiro, o lobby do agronegócio no Brasil ele dificulta bem, agroecologicamente falando. Eu acho que pontos muito interessantes, eu acho que Agroecologia é pela vida, de uma forma menos moderna, que respeita mais a natureza, e a natureza pensando que somos todos nós, seres humanos os não humanos. Eu acho que a Agroecologia leva isso em conta, leva em conta os humildes, leva em conta os conhecimentos que já existem há séculos e séculos, que de 1970 pra cá [referência à revolução Verde] a gente quis jogar tudo fora e falar que não presta. Acho que é mais ou menos nesse ponto aí. Essa visão meio filosófica, técnica e política que eu tentei falar. Mas pergunta difícil essa aí.

- E a sua compreensão, a sua reflexão sobre o que é a Extensão Rural?

Também poderia trazer aquele conceito, que tem na lei de Ater de 2010, fala que é um processo de educação informal, não sei o quê... mas enfim, eu acredito que... [pausa] é difícil por onde começar também, mas acho que é a construção de relação com famílias de agricultores e agricultoras, e que a horizontalidade dos conhecimentos tem que ser priorizada, e a partir dela é que se dá a construção, pensando-se em determinada forma de desenvolvimento, a qual eu acredito que tenha que ser, sem sombra de dúvidas, um desenvolvimento harmonioso, um desenvolvimento igualitário, igualitário sob diferentes aspectos, de gênero, de raça, de classe etc. e que desafie o sistema hegemônico que aí está, sobretudo o sistema capitalista, então, acredito que também dialogue muito bem com a saúde do meio ambiente, a saúde das pessoas, e é uma mistura de inúmeros processos, em que nós extensionistas, ao mesmo tempo, somos uma porção de coisas, somos mediadores, somos facilitadores, somos consultores técnicos, vamos falar assim, não gosto muito desse termo, mas a gente às vezes traz alguma informação técnica que a academia nos fornece, que pode ser interessante, somos pesquisadores, e somos aprendizes também nesse processo como um todo, que é complexo de definir.

- Você participou do projeto anterior em Pacotuba, que teve a avaliação participativa com os agricultores?

Não. Eu estava no mestrado na época. Cheguei a ler alguns materiais que foram produzidos e tudo mais, conheço a turma, até quem não era do Incaper, o Davi, eu acho que estava envolvido, Davi Senna, Davi eu conheço ele já tem um tempo, mas eu não participei diretamente não. Gostei inclusive dos resultados.

- Sobre o trabalho de apresentação da Agroecologia para os agricultores, como você sente isso? Eles são receptivos, eles têm as resistências...? Você percebe se isso já produziu algum efeito?

Olha, eu acho que até agora eu não cheguei e falei assim “vamos juntar todo mundo num espaço, uma reunião, oficina e vamos conversar sobre agroecologia, acho que não teve essa caixinha pura, weberianamente pura, mas no dia a dia, eu identifico algumas questões que eu tento problematizar tendo como plano de fundo a Agroecologia, exemplo, aconteceu hoje, o agricultor chegou lá com as folhas amarelas e ele queria um remédio, como diz ele, pra poder aplicar, pra não ficar mais amarela. Então, eu acho que ao questioná-lo sobre porque ele acha que a folha está amarela e o que que pode ter a ver, a gente começa a caminhar por uma questão de saúde da planta, do que que tá rolando, do que não tá rolando, do que ele anda aplicando, pra que esse produto pode servir, e quais os efeitos colaterais que ele pode fazer, quais os pontos negativos, que são importantes de serem colocados, acho que a partir daí já tem uma questão, talvez não agroecologicamente pura e radical, drástica, não usa esse agrotóxico, mas de botar uma pulga atrás da orelha dele, “não, mas peraí, na minha alimentação não faço isso...”. E aí eu acho que quando a gente consegue conversar com uma família, que consegue discutir de uma forma mais ampla a questão da vida deles, envolvendo questões de saúde, então quando a gente vai fazer uma visita de café, mas conversa sobre saneamento, sobre alternativas de saneamento que podem evitar grandes problemas, quando a gente conversa sobre uma adubação verde, quando pensa assim, mas você acha que não dá pra você conviver com essa praga aqui, qual o prejuízo enorme que ela tá te dando? Será que quem chegou aqui primeiro, você ou ela? E será que isso é uma praga mesmo? Então, eu acho que a partir desse ponto, isso tudo são pitadinhas agroecológicas que eu digo no dia a dia que eu acho que a gente consegue chegar. A escrita do projeto e eu acho que agora a gente tocando esse projeto do café arborizado, eu acredito que já dá uma formalizada maior, quer dizer, a gente já está pensando em outra esfera, fazer um lugar de observação, eu acho que aí já tem um modelo mais puro, direto pra Agroecologia, mas eu acredito que, aos poucos se a gente ... a gente tendo matéria prima, ou tendo uma sabedoria, que isso não é simples, a gente consegue plantando sementinhas com diferentes questões, eu destaco assim, duas coisas muito interessantes nesse meio do caminho que aconteceu e que acho que já são sementes maiores, vamos falar assim, três, além do projeto. Mas uma foi um seminário de sistemas agroflorestais, que até o Eduardo⁶² que tocou, uma coisa que eu acho que vale a pena você bater um papo com ele, ele é muito inteligente, você fica ligada que às vezes ele não é muito bom pra falar, ele fica mais caladinho, mas se você for garimpando você vai chegando nas paradas, [eu conversei com ele semana passada], ah foi? O Eduardo é... ele tem um jeito peculiar, mas se você for assuntando você vai chegando, [**eu: foi seminário do que mesmo?**] Seminário de Sistemas Agroflorestais do Caparaó. Se você jogar no Google você acha. Nada impede de você perguntar pra ele, que eu acho que ele vai ficar satisfeito, que ele organizou e foi um desafio e foi super legal. Fizeram duas edições. (...) Aí isso foi muito legal, porque conversou... seu pai palestrou inclusive, só que em um [dos seminários] tinha que ir alguém representando o Incaper num simpósio na Paraíba, e eu fiquei sabendo disso na semana, o pessoal de Vitória me ligou e perguntou “você não quer ir?” que era sobre extensão e agricultura familiar, falei “vou demais, não conheço a Paraíba”, e era na semana do seminário. E o outro que eu cito, esse foi uma viagem danada, mas tem muito tempo, e aí que eu acho que dependendo das estruturas você começa a implodir de dentro, você entra lá dentro depois você

⁶² Nome fictício.

joga umas bombinhas, não posso citar o nome, mas teve uma galera bem convencionalzona que vai de município em município propondo fazer uns seminários de café, aí eles bancam os banners, eles já trazem a programação tudo certinha, que é pra nada sair do controle, eles estão ligados à iniciativa privada, mas é chegado no Incaper, aí foi rolar um [seminário nesse modelo] lá em Irupi. Aí o secretário de agricultura conseguiu uma moto de patrocínio para sortear entre os participantes, ou seja, o trem bombou, lotou! Deu umas 300 pessoas, nunca tinha feito um evento com tanta gente a nível de Irupi, Irupi e pequena né, e tem números pequenos de população, aí foi, aí chegou lá eles falaram assim, ó, tem uma parte ambiental aqui, você que vai falar a parte ambiental, aí eu já estava meio incomodado, os caras chegam aqui com os trem tudo engessado, deixa o pau quebrar, e aí eu fui, nó, isso foi uma viagem danada mesmo, sabe aquele documentário, “A História das Coisas?” [eu: Sim], que critica o consumismo de uma forma ferrenha e tudo mais, uma crítica ferrenha ao capitalismo, sapequei aquele trem lá, peguei uma [versão] dublada, locução boa, e aquele mundo de gente lá, e o povo vendo aquilo, e eu achei que isso foi uma medida agroecológica e tanto, um contexto de formação agroecológica, às vezes pode ser que não, se você perguntar isso à Irene, não sei se ela vai concordar... mas aí o cara que organizou chegou lá depois e falou, “meus parabéns”, eu falei de nascente também lá, recuperação de nascentes, “sua fala foi maravilhosa, não sei o quê... só que tem um problema, esse vídeo que você passou, ele não tem nada a ver, isso é lá nos Estados Unidos, aqui não acontece isso não”, e foi massa porque, teve bom que ele me deu esse retorno, porque eu cutuquei eles, cutuquei o evento. Então assim, eu acho que isso é um exemplo muito puro dessa rebeldia, mas que ao longo do dia, da semana e do mês, a gente tenta contrapor algumas coisas do sistema hegemônico. Nós somos três extencionistas públicos no escritório local, sendo que tem umas cinco revendas que vendem agrotóxicos, cada uma tendo um monte de técnicos no campo, e além disso a mídia né, a grande mídia, essa grande mídia, o lobby na verdade, o lobby da agricultura moderna, sobretudo o lobby dos agrotóxicos é forte demais gente. Você foi no Congresso Brasileiro de Agroecologia lá em Brasília? [eu: Não] (...) E aí tinha tudo quanto há rolando lá, e tinha câmara técnica dos ministérios públicos do Brasil, tava reunindo lá, descascando esse lance de agrotóxicos, mostrando um monte de treta, e tinha apresentação de trabalhos, por exemplo, tinha o Altieri, o Ploeg, aquele holandês, Vander Ploeg, aquele Saborrin estava, a Irene, sem sombra de dúvidas, fez umas falas muito legais, tinha umas lideranças do MST que me fugiu o nome porque eu não conheço, mas foi muito legal! Tinha até o Ernst Goscht tava lá, nossa, o dele bombou, ele é muito estrela, e o povo descascou ele lá, foi massa, e aí... enfim, esse é assunto pra outra hora, não sei nem o que você acha dele, mas enfim, aí... porque que eu estou falando isso do Congresso? Não lembrou que gancho queria puxar ao falar do CBA [...].

- Como tem sido a participação da família agricultora?

Depois que eu tive esse projeto da Fapes aprovado, eu dei uma distanciada desse do SAF, e o Eduardo assumiu mais de frente. A percepção que eu tive dos espaços que eu participei, acho que a participação dos agricultores e agricultoras ela varia de local pra local onde a unidade está sendo feita [faz referência às quatro unidades e aos quatro agricultores/famílias envolvidas]. No nosso caso, eu penso que a gente deu sorte da família do Artur ter aceitado, porque, para além da questão profissional, a gente já conhece eles há algum tempo, a gente gosta muito deles, acho eles de fácil acesso, acho eles com um caráter muito legal, é um pessoal de uma energia muito boa, você sentiu aquele dia. E também da sede de conhecimento de valorização que o Artur tem enquanto agricultor, enquanto arquiteto, e aí eu acho que isso contribui para a participação deles de uma forma que a gente consiga estabelecer um certo diálogo e tomar as decisões em conjunto, ou assim, até mais as decisões por parte deles, eles decidem e a gente tenta dar um pitaco técnico, ah, isso pode ser legal, isso não... E a partir daí eu acho que a coisa se desenvolve, em contrapartida é um desafio muito grande construir um trabalho participativo mesmo, o que exige muito da gente no sentido da gente ouvir eles. Às

vezes do melhor dos mundos da extensão que é de repente, respeitar muito o espaço do outro e a decisão do outro, a construção do outro e construir junto, a gente não é muito treinado pra isso, treinado não, a gente não é acostumado. Temos um individualismo forte na nossa formação, a todo tempo é um desafio grande. Mas eu acredito que tendo isso no papel do projeto, faz com que a gente consiga minimamente, eu espero né, construir um espaço para que eles se sintam à vontade de poder contribuir e decidir sobretudo, tanto que... acho que o louro pardo foi uma decisão muito por parte do Artur, o espaçamento de café, as outras espécies etc. Então, eu acho que sobretudo eles botaram fé na coisa, acho que eles estão botando, são muito ocupados, têm um monte de coisas pra fazer, mas eu acredito que mais e mais eles se sintam à vontade e livres para poder tomar decisões no projeto e que a gente possa de uma maneira humilde e respeitável aceitar isso e construir junto. Temos que coletar os trabalhos juntos e etc. A possibilidade de criar o espaço de participação ela vai desde a forma como a gente conversa, como a gente cumprimenta, até como a gente debate questões, problemas que aparecem e tudo o mais. Acho que é isso.

EXTENSIONISTA 4 – ENTREVISTA REALIZADA POR TELEFONE

Observação: entrevista realizada por telefone devido à instabilidade da conexão à internet. Farei o relato dos principais pontos registrados.

Pergunto se o extensionista participou da fase anterior do projeto, da avaliação participativa do experimento da UAFEBN [Unidade Agroflorestal da Fazenda Experimental Bananal do Norte]. Responde que diretamente não, pois quem acompanhou diretamente foi uma outra extensionista do escritório, mas ele acompanhava indiretamente através de relatos. Neste projeto das UPPs ele se inseriu por meio de convite recebido pelo coordenador do projeto. Pergunto sobre os papéis de cada um dos agentes no projeto das UPPs. Para os/as extensionistas avalia que esta é uma oportunidade para aprender sobre SAFs e sobre metodologias participativas. Para as famílias agricultoras é uma oportunidade de aprender sobre SAFs, se apropriar das técnicas de manejo agroecológico, bem como ser uma unidade de referência, um socializador da técnica. A unidade do nosso município foi escolhida numa perspectiva de tornar-se uma “sala de aula” no campo, ou seja, espera-se que outras famílias agricultoras e outros grupos interessados possam visitar a experiência e aprender sobre sistemas agroflorestais. Relata que no município em que atua é pasto, pasto e pasto. Nesse contexto os sistemas agroflorestais são pouco difundidos e o domínio da tecnologia é um desafio. Pergunto sobre os desafios enfrentados no projeto. Entrevistado reflete sobre o desafio operacional imposto pela Pandemia Covid-19 e o empecilho para dar prosseguimento às atividades coletivas previstas no projeto. Além disso, cada propriedade rural, cada família tem uma situação específica e temos dificuldade de lidar com isso, é preciso muita resiliência. O desafio da Pandemia prejudicou o andamento, mas não a qualidade dos trabalhos realizados até agora. Agricultores estão tendo a oportunidade de rever, reavaliar decisões sobre o desenho do sistema a ser implementado. Pergunto sobre os atrasos na liberação dos recursos do projeto. Responde que a burocracia para aquisição de materiais é grande, mas dentro do possível, está fluindo. Mudanças de conilon, esterco e adubo estão sendo disponibilizados. Agricultores estão preparando a área da UPP. Pergunto como avalia o projeto até agora. Responde que neste projeto se faz extensão pesquisando e se faz pesquisa fazendo extensão. Um processo que representa oportunidade de aplicar e desenvolver uma agricultura mais sustentável e tecnologia de SAFs. Por fim, o entrevistado reflete que com a pandemia surgiu o desafio de como trabalhar virtualmente e continuar atendendo as famílias agricultoras. Foram feitas mudanças no SIATER [Sistema Informatizado de Ater] para viabilizar atendimento remoto, documentos disponibilizados virtualmente, análise de solo, reconhecimento de pragas e doenças. Agricultores mandam fotos para técnicos. Foram feitos

eventos virtuais, “lives” do Incaper para agricultores. Entretanto, temos avaliado que essas ferramentas não substituem o contato presencial.

EXTENSIONISTA 5 – ENTREVISTA REALIZADA VIA PLATAFORMA ZOOM

- Poderia me contar sobre a sua formação e quando e como foi a aproximação com a Extensão Rural. O que motivou a escolha pela ER?

É uma história longa, vou tentar resumir. Minha trajetória profissional começou em 1984, porque eu me formei como técnico em agropecuária em 1983 e em 1984 eu, por uma questão de servir à pátria, eu precisei ficar mais um ano em casa, então nós tínhamos uma propriedade que foi herdada do meu avô e meu pai comprou a parte dos irmãos, e naquele ano eu comecei a ir para a propriedade, uma propriedade pequena de agricultura familiar, meu pai tinha tempo que ele tinha outra função, ele trabalhava na escola agrotécnica de Rive, e aí eu fiquei um ano ali. Aí no ano seguinte eu saí, e fui pra Vitória e comecei a trabalhar numa empresa de venda de produtos agrícolas, e novamente voltei a ter essa relação com os produtores lá no norte do Estado, fiquei durante quase dois anos, depois eu fui fazer faculdade, eu fui lá pra Lavras fazer engenharia agrícola, mas sempre que eu tinha oportunidade eu mantinha algum vínculo com o pessoal da Emater, com outros profissionais que atuavam na extensão, até mesmo na extensão de Minas, mas ainda não tinha aquele pensamento de ir pra extensão rural. Então me formei e aí resolvi voltar pra casa. Tive a oportunidade de continuar, de fazer mestrado e depois talvez seguir com doutorado, e não quis por opção minha, por isso que eu falo que isso eu levo com muita leveza. Foi uma opção minha por não me identificar com o modelo de mestrado e doutorado que a gente tinha naquela época e que vigorou um certo tempo, hoje a gente já tem mestrados e doutorados mais na linha profissional, que talvez se adequasse mais à minha necessidade ou à minha percepção de formação. E nesse meio tempo, de pós-formado, que eu vim pra Guaçuí, que eu sou de família de Alegre, e aqui eu comecei a trabalhar inicialmente numa escola agrotécnica de primeiro grau, depois eu fui trabalhar na prefeitura municipal, na área de meio ambiente, que sempre tive uma relação muito próxima com a questão ambiental, depois eu fui para um consórcio de municípios da bacia hidrográfica do Rio Itabapoana, fiquei mais dois anos. Sempre tendo essa relação, ambiente, ambiental com agricultura, com processos de gestão. Depois eu saí do consórcio, voltei pra prefeitura para ocupar um cargo na secretaria de agricultura como secretário. E logo depois surgiu o concurso do Incaper, aí eu falei, vou fazer porque é uma instituição que eu já tinha feito estágio na Emcapa, tinha feito estágio na Emater na época, então já tinha essa relação, conhecia muitas pessoas, até por conta dos trabalhos que eu desenvolvia, seja no consórcio, seja na prefeitura, então já conhecia muita gente na instituição. E de certa forma isso fortaleceu a minha relação familiar, com agricultura familiar **[eu: Seu pai continuou trabalhando na propriedade?]** Não, logo depois nós vendemos. Aí logo depois eu saí de Alegre e a gente resolveu não continuar com a propriedade. Mas por um lado, a gente acabou não perdendo o vínculo porque quando eu mudei pra Guaçuí nós compramos uma chácara e nos metemos a ser produtores de goiaba e maracujá. A chácara eu tenho até hoje, inclusive. O goiabal não. Mas aí, Ayana, nesse processo de formação profissional, de criar a minha identidade como profissional dentro do Incaper, e até um pouco antes dele, eu sempre busquei me capacitar nas mais diversas áreas, ligadas à essa questão. E uma delas foi de fato a questão da agroecologia, acho que até antes de entrar no Incaper eu fiz um curso muito ligado a essa questão, não chegou a ser uma especialização, mas bateu na trave, em agroecologia **[eu: Que ano você entrou no Incaper?]** 2005. Abril de 2005. Então eu tenho uma identificação. **[eu: E esse curso foi como mesmo?]** É um curso de formação na área de agroecologia. Quase uma especialização. Faltaram poucas horas... na realidade em termo de carga horária, hoje seria um curso de especialização, mas na época não era. Foi um curso com Caporal, com Costabeber, pessoas muito feras já naquela época. **[eu: Foi por qual instituição?]**

Acho que foi via Universidade Federal de Viçosa. Foi um dos primeiros cursos, de mais longa duração, depois teve outros dentro do Incaper. E sempre me identifiquei com isso. Não vou falar com você que eu não reconheço, não respeito o tradicional. Porque eu consigo com muita facilidade transitar nas duas esferas, vamos dizer assim, daquele produtor que quer seguir num conceito tradicional, mas também daquele que quer seguir dentro de um conceito agroecológico, de produção orgânica, então eu consigo fazer muito tranquilamente essa relação, de não ter radicalismo nem pra um lado, nem pro outro. De inclusive dentro do tradicional levar conceitos, métodos e práticas da agroecologia, mas respeitando o saber, o desejo do produtor. E é assim que eu venho trabalhando dentro do Incaper nessa questão da agroecologia, da agricultura orgânica. Acompanho produtores agroecológicos, orgânicos e produtores tradicionais que são a maior parte do meu atendimento.

- Como é o trabalho de extensão no seu município e quais os principais desafios para as famílias que vivem da agricultura no município onde você atua?

Eu digo que nos últimos 22 anos o município em que atuo passou por uma grande transformação fundiária. Era um município de grandes propriedades, que ainda tem, grandes propriedades que ocupavam a mão de obra de parceiros e meeiros, de forma assim muito da mão de obra mesmo, no conceito da exploração da mão de obra e tudo isso, de certa forma tem ainda um impacto muito negativo na questão cultural da agricultura familiar no município. Não estou querendo dizer que a agricultura familiar daqui não esteve presente muitos anos por conta dessa questão das grandes propriedades, mas o município era uma terra, entre aspas, de coronéis, de grandes famílias com grandes áreas, que têm até hoje um reflexo muito forte nessa formação dos agricultores, principalmente no processo de gestão da propriedade, numa visão mais integrada da produção e da propriedade, muitos ainda não conseguem gerir o seu espaço porque foram acostumados a serem geridos, parece ser negativo isso, mas não é, e eu lido muito tranquilamente com isso porque a gente vive num processo de formação, extensão é isso. De educação, de contribuição para a formação, para a educação desses agricultores. Então, pra mim esse é um grande desafio que nós da extensão rural temos dentro do município e em alguns outros municípios da região. Culturalmente, a gente fazendo uma relação com outros municípios, por exemplo, a gente fazendo uma relação com a região que vocês moram, que tem uma colonização muito forte italiana, subindo pra Domingos Martins, Santa Maria, pomerana e alemã, e aqui uma colonização um pouco mais portuguesa e italiana, mas com conceitos diferentes dessa região de vocês, por exemplo, então tudo isso impactou nessa formação da agricultura familiar no município. Então, como eu disse nesses últimos 22 anos a transformação social no campo tem sido muito intensa com a questão da reforma agrária, dos assentamentos, com a questão do banco da terra, um pouco mais atrás, do crédito fundiário, e agora do terra Brasil, hoje mesmo eu atendia aqui vários agricultores que estão tentando entrar no Terra Brasil [eu: **Eu não conheço esse programa...**] É o mesmo crédito fundiário, mudou o nome, mudou o governo, mudou o nome, mas a base é a mesma. Então hoje eu atendi aqui vários produtores que vieram buscar documentação pra respalda-los a entra no programa. Por isso que eu digo que a gente vem ainda num processo de formação da agricultura familiar, de fortalecimento da agricultura familiar. Aí vem uma outra dificuldade grande, são as nossas pernas e os nosso braços enquanto instituição pra levar esse trabalho, porque o trabalho da extensão rural não é único nosso do Incaper, mas é o Incaper o braço forte, tem uma atuação ainda muito forte na extensão rural nos conceitos da extensão rural e na vivência da extensão rural. As prefeituras não têm isso, até mesmo pela rotatividade de governos e de pessoas. As instituições como Ufes [Universidade Federal do Espírito Santo] e Ifes [Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo] ainda estão graças a Deus estão se fortalecendo nessa relação, mas que até pouco tempo não tinha de fato uma ação efetiva na extensão rural no seu dia a dia, até mesmo por que... até então, eu sou egresso de uma instituição que é hoje um IF [Instituto Federal], que a Escola Agrotécnica que não tinha de fato dentro de si a questão lá da ponta, da

propriedade, com a família, Era muito mais na formação dos técnicos, dos profissionais pra voltarem pro campo. Graças a Deus isso tá mudando, essa relação tá crescendo da extensão, da formação, e da pesquisa. Aqui no nosso município a gente ainda se ressentia desses outros apoios, dessas outras fortalezas que a gente tem, ou dessas outras potencialidades que a gente tem, melhor dizendo, desses parceiros que estão contribuindo nessa formação e nessa construção também.

- Práticas de agroecologia e agricultura orgânica estão presentes no seu município?

Não é um grupo muito grande, talvez, repetindo, voltando um pouco atrás, até isso é reflexo de tudo o que te falei, de fato das condições que nós temos, braços e pernas de fazer um trabalho um pouco mais focado com esse público ou com essas famílias que têm uma tendência a ir pra agroecologia, então por isso que eu digo que muito da minha ação ela tem um pouco disso, também da formação, da orientação, de mostrar outros exemplos que estão sendo feitos dentro do próprio município com agroecologia, a gente assiste o assentamento Florestan que tem um grupo que tem um ideal muito ligado à questão da agroecologia e da agricultura orgânica, que a gente vem acompanhando, um assentamento mais novo aqui, que é o assentamento Florestan Fernandes é um grupo liderado basicamente por mulheres produtoras. Dentro dos outros assentamentos temos também algumas famílias que têm também essa percepção da importância da agroecologia, dessa transição para a agroecologia. A gente tem alguns agricultores que já vêm com essa formação há mais tempo, e com isso estão tocando, estão desenvolvendo. Recentemente, eu conversando com um agricultor que tem certificação orgânica, ele é produtor de morango, um produtor que a gente acompanha já há muitos anos e ele, na última conversa que tivemos, tem umas duas semanas, ele falou assim: “eu não vou mais fazer a minha certificação, eu não vou parar, mas eu não vou mais me certificar porque o custo tá ficando muito alto, eu não tô vendo uma relação mais proativa da certificadora comigo, essa é uma relação que eu pago pelo meu certificado e mais nada, eu tenho que me virar, eu tenho que correr atrás de informação, eu tenho que contar com o apoio de vocês, só a questão da agregação de valor que eu tenho com o selo orgânico pra mim hoje não é suficiente.” É muito ruim a gente escutar isso. A gente também tem que entender o lado do produtor. E tem muito produtores hoje que sentem essa necessidade, nessa migração, nessa transição de fato para a agroecologia. Há males que vem para o bem, essa questão dos insumos desaparecerem sejam eles fertilizantes, sejam eles de controle de pragas e doenças desaparecerem. As pessoas começam a falar, opa, eu tenho que entender o que eu posso aproveitar dentro da propriedade, até numa visita semana passada lá em Muqui, pra fazer auditoria do prêmio de cafés especiais, eu conversando com o produtor, e um produtor muito simples, ele adota ainda manejos da agricultura tradicional⁶³, mas ao mesmo tempo ele já começa buscar os cuidados da agroecologia. E aí eu começo a conversar com ele, quando eu chego no terreiro dele, aquele monte de palha de café, quando eu olho assim, ele carregou o chorume para dentro de um tambor, aí eu fiz que não vi, aí ele apontou e me mostrou, “eu estou voltando com isso pra lavoura porque até então eu deixava perder. E alguém falou comigo que era bom juntar isso” Mas e a palha do café, a casca do café quando você descasca o café, o que você faz com ela? “Eu deixo ela aqui escorrer pra poder tirar o chorume que aí eu joga pra fertirrigação e aí eu estou já diminuindo a minha quantidade de adubo químico e a palha eu estou voltando”. Só pra mostrar que as vezes você não precisa ter uma ação muito direta para educar o produtor para a questão da agroecologia. Eu acho que o papel do extensionista é enxergar esses *feelings* assim e apoiar o produtor para que ele possa, às vezes, a partir de uma coisinha pequena ele começar a rever os seus conceitos na condução da lavoura na própria condução do controle de pragas e doenças, enfim, a gente precisa ter condições, mais pessoas com a formação na agroecologia pra que esse trabalho possa se

⁶³ Com o termo o entrevistado parece se referir à agricultura praticada com o uso de adubos minerais e agrotóxicos.

expandir cada vez mais, entendeu Ayana? É a minha percepção dos anos que eu venho militando aqui no município nessa questão da agroecologia e não só dela, de uma maneira geral.

- Você acha que o projeto poderá ser expandido para beneficiar famílias do município onde você atua?

Então, Ayana, na realidade, quando o pessoal construiu essa segunda fase do projeto que eu acompanhei com produtores do nosso município lá na fazenda, nós estávamos inseridos como um município com uma UPP, inclusive a ideia inicial era uma das famílias que acompanharam lá em Pacotuba de também a gente fazer a UPP. Mas nesse meio tempo eu achei que não seria legal fazer a UPP lá, eu achei que colocaria em risco a proposta por fatores familiares, questões familiares lá. É uma família que eu respeito muito, ele têm se esforçado também pra ter um ambiente mais sustentável dentro da propriedade, eles também são assentados, mas que ainda têm fraquezas que eu entendi que não seria adequado a gente fazer. Teriam outras opções sim, mas eu fiz essa análise com a equipe aqui, porque eu gosto muito fazer uma relação mais horizontal aqui dentro do escritório, de dialogar com a equipe, da gente juntos entendermos o todo daquela situação [eu: **são quantos extensionistas aí?**] 4. Um engenheiro agrícola, uma agrônoma, um zootecnista, uma economista doméstica. A gente cultiva esse hábito de dialogar e um ajudar o outro. Têm outras famílias, nesse assentamento mesmo, mulheres inclusive a frente, eu vejo possibilidade de mais à frente a gente implantar uma UPP lá porque eles já trabalham café sombreado lá, café consorciado, com seringueira, com outras plantas. Então, eu vejo possibilidade da gente amadurecer isso e levar, expandir isso aqui. Eu vejo sim condição de isso se disseminar aqui, mas como eu já tenho uma certa vivência nessa questão de gestão de projeto, participei também em momentos fora do Incaper de desenvolver projetos com agricultores a partir de uma proposta pré-construída, que a gente acabou não tendo aquele resultado que nós gostaríamos, então eu fico meio calejado, às vezes meio cabreiro com relação a isto e nesse momento eu vivi isso. E como eu já sabia que o extensionista 2 tem um trabalho sendo feito lá com algumas famílias que poderiam dar um resultado melhor do que eu aqui, eu conversei com ele, falei, vamos passar essa UPP pra vocês aí, que eu acho que você tem condição de tocar esse trabalho, você têm famílias que tem hoje um vínculo maior com isso e ele topou e a gente passou, então foi por isso que eu acabei não conduzindo, mas gosto, procuro levar essa questão da agroecologia para os produtores aqui e é dessa forma que eu quero construir esse trabalho pra que no futuro a gente possa ter uma proposta aqui mais equilibrada. Só pra finalizar esse ponto, por exemplo, o projeto reflorestar, que é uma iniciativa do governo para instalação de SAFs em um modelo que eu não compactuo muito, que eu não convirjo muito pra ele, que eu acho que ele tem uma visão muito de produtividade, de produção, menos de equilíbrio, mas com esses produtores eu também já venho dialogando pra gente começar a alterar um pouco, a introduzir alguma coisa mais dentro dessas áreas, com foco na diversificação, de diversidade de ambiente, de espaço e até mesmo de produção. [eu: **Por que você diz que o foco é produtividade? Em que sentido?**] São SAFs mais simplificados e numa visão produtivista, não é uma visão de fato agroecológica. É uma visão, claro, de recuperação ambiental, principalmente em áreas degradadas que é a prioridade do reflorestar, mas que acaba tendo um viés muito produtivista porque você tá trabalhando com café, com pupunha, com banana e com algumas espécies nativas, então, algumas espécies nativas [faz sinal de aspas quando diz *algumas espécies nativas*] Então, é uma visão muito mais produtivista do que de fato num contexto ambiental-produtivo. Eu não consigo conversar bem com essa proposta nesse sentido, mas não deixo de apoiar porque já é uma iniciativa, já é um trabalho que os produtores saem do tradicional, só da lavoura sozinha, só do café sozinhos, só da banana sozinha ou só da pupunha sozinha, pra um trabalho mais integrado delas.

- Como você avalia o projeto até o momento? Quais são os principais desafios e potencialidades do projeto?

Fazer uma avaliação fria é até difícil porque a pandemia trouxe outras dificuldades que a gente nunca imaginava ter, até esse distanciamento físico das pessoas. Pra nós da extensão rural, desde o dia 23 de março de 2020, quando começou oficialmente essa pandemia pra nós. Isso pra nós tem um impacto que a gente vai levar, talvez, o dobro de tempo pra recuperar isso. Esse distanciamento que se criou, mas físico, não um distanciamento da relação extensionista-agricultor, amigo-agricultor, psicólogo-agricultor, colega-agricultor, eu não digo que isso mudou tanto... até o ultimo agricultor que eu atendi hoje falou, rapaz, nós estamos muito sumidos, nós tivemos que parar as aulas do curso que você estava dando lá, quando a gente vai retomar isso? [eu: **Curso de quê?**] Era uma curso voltado pra cafeicultura chamado produtor informado, onde a gente trabalha o conceito do tripé da sustentabilidade, então é um curso onde a gente trabalha o aspecto produtivo, o aspecto ambiental e o aspecto social da propriedade. É um curso que eu gosto de trabalhar com eles, porque como ele tem esse tripé da sustentabilidade, eu gosto de conversar muito de fato essa questão da sustentabilidade num contexto ambiental e social. As relações internas, de gênero, relação de sucessão, mas não esquecendo do viés produtivo, do viés da renda da família, então é muito legal. E aí, de vez em quando um produtor me pergunta, quando a gente vai retomar esse trabalho. Semana passada mesmo eu estive na comunidade quilombola, até levando a semente de milho lá [milho imperador] pra eles, é uma comunidade que a gente acompanha aqui também, a Ana Paula nossa economista doméstica faz um trabalho legal com eles, eu também comecei a dar esse curso lá e tive que parar por causa da pandemia, lá eles falaram: “quando você vai retomar o curso? Quando você vai voltar pra cá pra gente?” então eles sentem falta dessa relação também dialógica, mas também numa visão mais do todo, não só produtiva. Eu acho que a pandemia gerou de fato esse distanciamento também dentro do projeto. Mesmo sabendo que são poucas famílias, famílias que têm uma relação ainda mais próxima com os colegas, mas o *time* não pôde ser respeitado dentro daquela proposta do projeto que a gente discutiu antes de começar a pandemia, a pandemia não deixou que a gente desse sequência no planejamento do projeto, então isso acabou impactando. Mas, como eu sou cristão, acredito que nada acontece por acaso, que Deus está trazendo coisas boas pra gente, mesmo nos momentos ruins. Quantas lições importantes a gente tá tirando desse momento de pandemia? Acho que é uma oportunidade que a gente está tendo de se reinventar, de se redescobrir. Então, levando isso pra dentro do projeto, eu acho que isso também pode ser uma oportunidade de crescimento dentro do projeto, até de amadurecimento dessa famílias que estão dentro do projeto, eu vejo que nós tivemos um prejuízo, mas não é nada que não podemos recuperar com trabalho, dedicação, com empenho deles. E a minha expectativa é que de fato a gente consiga desenvolver o projeto respeitando cada uma das particularidades dele de forma proativa, de fato nessa relação dialógica que a gente teve nas visitas que a gente fez. Eu gosto muito desse tipo de relação técnica-produtor e em diferentes situações, vamos dizer assim, em diferentes culturas. Porque o agricultor lá de Itaoca, lá em Cachoeiro de Itapemirim, tem uma vivência muito diferente dos agricultores lá de Iúna, de Ibitirama, de Alegre também. Eu acho que apesar de estarmos praticamente na mesma região, sul-caparaó, as diferenças que a gente tem ali entre os quatro, são diferenças que aproximam e que a gente pode crescer muito dentro do projetos, tanto as famílias quanto os técnicos, então eu vibro muito com isso. Às vezes eu fico lá quietinho, só olhando, mas como eu sou muito observador, então, eu fico de fato, eu fico muito tempo observando até trazendo isso pra mim, vendo como eu posso me relacionar com isso, ou como isso pode me ajudar dentro do meu trabalho. Então, às vezes o meu silêncio é muito mais da observação, da busca de estar gravando, assimilando aqueles conceitos que estão sendo colocados ali, ou aquela vivência que está sendo colocada ali, também pra minha formação, pro meu trabalho. Eu tenho uma crença que a gente vai ter muitos resultados positivos, aqueles negativos que surgirem fazem parte do nosso aprendizado, não são de tudo ruins. Porque eu gosto de conviver também com a contradição. Ou seja, do ruim, o que que eu tenho de bom nele? [comento como a

proposta participativa põe todos e todas diante do novo] Eu digo que é uma situação de aprendizado pra todo mundo, porque por mais que a gente tenha a formação e foi o Felipe⁶⁴ que falou muito isso, da experiência do produtor com a teoria, o estudo que o profissional tem, de um se completar, e é isso mesmo. Mas essa é uma visão que é muito mais forte para os profissionais que têm essa relação com a agroecologia, porque aquele mais conservador, mais tradicionalista na sua formação, eu vejo dificuldade dele enxergar isso, porque [o conhecimento] é muito mais dele, levar a informação, levar o conceito, levar o conhecimento do que de fato ele acolher do produtor. E os profissionais que têm esse perfil da extensão, que têm o perfil de entender e de enxergar o outro, o conhecimento do outro, isso faz uma grande diferença. Por isso é que eu acho que esse projeto e outros que a gente está trabalhando de forma mais participativa, a chance de sucesso é... e a questão do sucesso não é só do conhecimento empírico não, do saber, é muito do fazer, da relação que se cria entre o profissional e o produtor, na relação de formação de ambas as partes, um ensinando ao outro, isso que me encanta muito nesse trabalho. Eu não gosto de pesquisa, eu não sou pesquisador, mas esta relação é uma relação muito mais construtivista do que de se criar hipóteses. Que o papel do pesquisador é esse, é criar hipóteses, uma visão simplória do pesquisador, não é assim que eu penso, mas numa relação mais simplória é essa, eu formulo hipóteses e vou buscar respostas pra essa hipóteses. Numa relação mais construtiva, mais participativa, as hipóteses vêm de um lado e de outro, ela pode vir do profissional, ou dos profissionais que estão ali, como também do agricultor e também da família, então às vezes uma hipótese que o pesquisador, ou então que o extensionista, ou que o técnico está ali naquele conceito do projeto pode não ter sido pensada, e aí o agricultor vem, opa, mais tem isso aqui, como é que nós vamos construir isso, como é que nós vamos digerir isso, como é que nós vamos trabalhar essa questão. Isso que é muito legal num projeto participativo como esse.

- Como foi a sua experiência no projeto anterior? Qual é a sua visão sobre o projeto (tanto em relação ao processo quanto aos resultados)?

Primeiro uma autoavaliação. Eu acho que eu poderia ter contribuído mais, ter sido mais efetivo no projeto, e essa avaliação eu estou fazendo nesse também tá Ayana, porque a priori a minha ideia não era participar. Logo que nós aqui tomamos a decisão de não manter a UPP aqui, eu particularmente tomei a decisão, que não se efetivou, de não participar, até por... não que eu não me veja na relação com o projeto em si, até por outras demandas, pelo acúmulo de demandas que eu tenho vivido e eu tenho estar pulando miudinho pra dar conta disso. Estou aqui conversando com você, mas pensando eu várias coisas que tenho pra resolver. E eu sei que em alguns momentos eu preciso dar um tempo, dar uma segurada. Mas, por um outro lado, como é um tema que me agrada, um tema que me estimula, eu decidi ficar, vou dar a minha contribuição, não vou me afastar disso não. No projeto anterior eu vivi um pouco disso, essa dificuldade de equilibrar essa relação minha com o projeto e com as demais demandas. Mas dentro da medida do possível eu não acho que a minha participação foi tão ruim assim, eu me avaliando. Talvez o André, o Juarez, o Ailton⁶⁵ tenham outra percepção, que eu respeito. Mas, particularmente, eu avalio assim, acho que poderia ter contribuído mais, sim, mas eu acho que de tudo eu não deixei de dar a minha contribuição de alguma forma. Então esse é um ponto. Eu acho que a proposta ela veio quebrar alguns paradigmas, ela veio despertar alguns conceitos e algumas práticas que às vezes a gente não dá muita importância. Foi, nessa visita que eu estava fazendo, na auditoria do prêmio de cafés especiais, que eu citei aquela discussão, aquela apresentação que o João fez lá em Pacotuba, da relação das respostas da decomposição da matéria orgânica e o equilíbrio de nutrientes para as plantas, enfim, aí eu comentei com os agricultores lá sobre isso, com a família lá que a gente estava visitando, porque a gente estava discutindo justamente sobre isso, sobre esse conceito da utilização da roçada, das plantas de

⁶⁴ Nome fictício.

⁶⁵ Nomes fictícios.

cobertura, da matéria orgânica, e aí eu puxei para o projeto. Então olha só a riqueza que a gente tem nessa proposta que foi trabalhada e a gente precisa sistematizar o mais rápido possível, que a gente de fato precisa colocar esses resultados pra rodar, pra disseminar isso, porque são conhecimentos que foram gerados ali que com certeza vão fazer diferença nesse projeto agora das UPPs. Como eu te falei, eu não quero fazer a avaliação do projeto por aquilo negativo ou de mais difícil que teve de não conseguir chegar aquilo que se esperava, mas o que nós podemos tirar de positivo, de bom, que vai nos ajudar em outras ações dessa natureza? Então, eu particularmente vejo como um projeto pra mim de sucesso, sabe? Foi de fato um projeto de sucesso, porque a partir de cada análise, de cada meta ou de cada quesito que foi analisado, quanta coisa a gente pode extrair disso? Quantos outros mestrados ou doutorados podem ser feitos a partir daquilo que foi apresentado ali. Aquele projeto gerou, está gerando e ainda vai gerar muito conhecimentos porque ele não acabou de tudo, ele não se interrompeu. Eu vejo como uma iniciativa muito bacana principalmente por causa desse conceito da participação. Talvez se a maturidade que a gente tem hoje, a gente tivesse lá atrás quando a gente começou com esse projeto, talvez essa participação das famílias que foram fazer as avaliações, talvez tivesse sido muito mais proativa e com muito mais resultado. Mas como eu disse, foi conhecimento que a gente gerou, que a gente não tinha. Vamos dar visão, dar vazão ao que é positivo, e vamos entender o que não foi bom, o que a gente não conseguiu de fato executar, até pra entender como corrigir e como minimizar isso, mas acho que a gente precisa valorizar o que de bom chegou esse projeto. Eu gostei muito, fiquei muito... o João acha que eu fiquei frustrado [risos] porque ele também não entendia a minha avaliação. Eu estava ali fazendo uma avaliação, mas não estava fazendo uma avaliação negativa. Eu estava fazendo uma avaliação até pra eu entender o que se queria com aquilo ali. Que ele, a equipe que estava mais de frente reservou, não era uma visão de tristeza, não era isso. Inclusive, quando a gente estava voltando com os produtores eles falaram, ah, mas se for pra daquele jeito ali na propriedade eu não vou fazer... eu falei cara, entenda que aquilo ali é um projeto de pesquisa. Tem uma pesquisa onde vocês estão sendo chamados para dar a sua contribuição e a sua percepção. A sua visão também daquilo ali. Porque quem tem que fazer pesquisa é o serviço público, não é o produtor, vocês fazem também pesquisa, mas pesquisa daquele nível ali, você chega lá e vê um monte de árvores com coletores de água, com percepção tátil do solo... vocês não vão fazer isso, mas alguém tem que fazer pra quantificar, pra qualificar toda essa questão. Eu consegui entender a dinâmica, mas a minha observação não era no sentido de confrontar o que a gente tem aqui e o que a gente tem lá naquele espaço, não. Era de verificar o comportamento das plantas em função do que estava sendo feito. Não dava pra falar: ah, tá certo ou tá errado. Naquele momento que eu estava ali observando. Não era essa a visão. Por isso que eu acho que a minha análise qualitativa do projeto é muito positiva, muito boa. Tivemos aprendizados e teremos outros ainda a partir daquilo ali. [comento que nesse projeto das UPPs o nível de participação é maior, pois os agricultores e as agricultoras participam do desenho do sistema]. Eu te digo assim que essas oportunidades que a gente tem são únicas, porque o dia que a gente voltar lá e visitar essas propriedades eu tenho certeza que outros conceitos vão se formar. Outras percepções vão ser encontradas ali, outras vivências vão ser adquiridas ali. Isso que é bacana num projeto como esse. Porque a ideia é, tem um começo e tem todo um trânsito, tem todo um transcórre desse trabalho. É diferente de uma ação pontual nossa enquanto extensionista. Eu vou lá numa propriedade, vou dialogar com o produtor, vou entender como é que tá aquela lavoura, vou observar como é que está a relação familiar ali dentro daquele contexto, vou observar... porque quando eu vou numa propriedade eu olho tudo isso. Eu não vou simplesmente pra observar como é que tá a lavoura, que às vezes é o meu foco principal da visita, da demanda do produtor, mas eu vou lá com esse espírito de observação pra entender um pouquinho o que tá passando ali dentro daquele ambiente e aí, tendo oportunidade, eu entro também, mudo um pouco o viés da minha conversa pra trabalhar essa questão. Que aí lá dentro dessas unidades, o olhar tá muito

mais focado nisso, de observar o contexto como um todo, o sistema como um todo, na relação produtiva, na relação ambiental, na relação social. Quer dizer, como a família está se inserindo nisso? Então de fato a gente consegue trabalhar ali o tripé da sustentabilidade com o foco muito mais consistente, e aí com o grupo muito qualificado, qualificado não só pela formação com a doutora, com o doutor ou com o especialista, não, é com pessoas que se desvencilham dos seus títulos, pra se tornar iguais, esse grupo que está ali, é um grupo que eu percebo... e os agricultores também percebem isso. O agricultor consegue entender, enxergar essa relação de abertura que o técnico, que o profissional dá pra ele...ou seja, eu não estou conversando com o doutor, eu estou conversando com alguém que me escuta no mesmo plano, no mesmo nível. Por isso que eu acho que o projeto pode ter um sucesso ainda maior por conta disso. [comento sobre cuidar da dinâmica de trabalho para que todos tenham possibilidades reais de tomar decisões e influenciar nas decisões, pois às vezes de forma inconsciente alguns grupos podem se impor sobre outros. Cuidar da dinâmica para que essa horizontalidade seja real] Por exemplo, lá no trabalho em grupo [refere-se à reunião de planejamento no CRAS Alegre, ocorrida no dia 09 de outubro de 2021] eu fiquei mais calado do que falando, eu fiquei mais observando e de fato dando oportunidade ao casal, aos agricultores que estavam lá, pra eles falarem e aí a gente entra complementando, apoiando, ou trazendo algo nosso... mas eu preferi ali usar um pouco mais da escutatória do que da oratória, como às vezes eu falo muito, eu gosto de conversar, eu gosto de expor a minha visão, a minha percepção e tal, mas eu também gosto de ouvir, então tem momentos que eu prefiro ficar calado ouvindo pra num momento oportuno falar. Interessante que naquele dia, quando a gente saiu e tal, no finalzinho, eu fui lá conversar com moderador, ele falou assim: “eu acho que você não gostou da minha dinâmica, você ficou muito quieto”, falei “não, a minha quietude não quer dizer que eu não gostei, não tem nada a ver uma coisa com a outra meu amigo, eu acho que você conduziu muito bem, você tem facilidade nisso, eu inclusive ficava observando as suas sacadas, a sua facilidade de sair de uma saia justa com muita tranquilidade, então, eu estava também adquirindo conhecimentos, captando boas energias, eu não estava emanando energia negativa pra você” (risos). Ah então é isso mesmo? Eu falei, “é cara”, ele falou: ah, então tá bom.

EXTENSIONISTA 6 – ENTREVISTA REALIZADA VIA PLATAFORMA ZOOM

- Como foi a sua formação e quando e como foi a aproximação com a Extensão Rural. O que motivou a escolha pela ER?

Eu sou filho de agricultor. Meu pai é cafeicultor, trabalha com café até hoje na região de Guaçuí. Eu fui criado na roça, eu panhei café até os meus 16, 17 anos e eu resolvi fazer o curso técnico em agropecuária, eu fiz lá no IF de Bom Jesus do Itabapoana. E aí eu saí do curso técnico e já emendei... fui pro ramo das vendas, fui trabalhar numa loja, e logo depois apareceu uma oportunidade interessante de trabalhar com assentamentos da reforma agrária, por quê? Vou te explicar por que. Por que a minha trajetória com extensão está diretamente ligada com movimento social, porque a minha sogra ela foi coordenadora do Movimento Sem Terra no estado do Espírito Santo durante muito tempo e ela é assentada no Assentamento Florestan Fernandes lá em Guaçuí. E quando eu conhecia minha esposa, a minha sogra falava muito sobre movimento social, sobre o Movimento Sem Terra e eu sempre tive a cabeça muito aberta pra esse tipo de coisa, então eu ficava muito tempo batendo papo com ela e ela me falando como que era e tal... Aí ela até conseguiu me carregar pra alguns eventos lá no norte, em Nova Venécia, foi muito legal. E aí nisso tudo eu conheci o Incra e logo que eu formei a minha sogra começou a batutar lá em cima pra ver se ela conseguia me encaixar no programa de assistência técnica do Incra aos assentamentos. E aí ela conseguiu, saiu uma chamada pública, eu entrei e fui trabalhar em Itaguacú e Itarana e fui dar assistência para dois assentamentos lá. E aí foi nesse processo que eu comecei a trabalhar com extensão rural, porque lá a gente desenvolvia

os trabalhos no PNAE, era um trabalho bem legal e também prestava assistência técnica para os produtores. Estando lá no Inbra lá trabalhando no norte, que eu prestei concurso pro Incaper na época, porque eu sabia que o Incaper se encaixava no meu perfil. Eu escolhi o Incaper porque eu acho que o Incaper se encaixa perfeitamente no meu perfil de pessoa, eu gosto de visitar os produtores, de dar assistência, assim, até reclamo de sobrecarga, mas eu gosto disso. Eu acho que isso é a essência da extensão rural. Então eu escolhi o Incaper, e graças a Deus consegui ser aprovado no concurso, e aí vim pra o município em que atuo⁶⁶. Quando eu cheguei o município passava por um problema porque... eu cheguei junto com o Cláudio⁶⁷, praticamente, ele chegou um pouquinho antes de mim, mas eu cheguei logo depois, e a gente pegou o município destruído, com relação à Extensão Rural, porque tinha um colega aqui nosso, falecido Aparecido [...] O escritório já não tinha mais muito crédito com os produtores. E aí quando eu e Cláudio chegamos, a gente chegou novo, **[eu: Isso foi que ano?]** 2012. E aí a gente já chegou fazendo dia de campo, fazendo evento, fazendo muita visita, e aí foi impacto muito grande. Quando eu cheguei no Incaper, eu peguei coisa pra fazer, por exemplo, licenciamento de secador, esses troços que hoje eu não posso nem sonhar em falar que eu faço, porque não tem tempo. Então, a gente tinha como desenvolver um trabalho mais específico, e com o tempo a gente foi desenvolvendo esse trabalho, o Geraldo trabalhou com a gente até 2014, depois ele saiu, a nossa demanda foi aumentando muito, porque tudo que passa pelo agro no município, passa por nós. Se o secretário [municipal de agricultura] tem que responder um questionário que o IBGE manda pra ele, ele encaminha pra gente, então isso acaba sobrecarregando. Aí pra piorar, 2016 o Cláudio saiu pra fazer o mestrado dele e eu fiquei sozinho, aí eu trabalhei um ano e meio sozinho, foi terrível, porque a demanda ia aumentando e eu lembro que o Cláudio fazia um trabalho muito legal com turismo rural e eu não consegui tocar aquilo pra frente, tanto é que o nosso município até hoje ainda é defasado na questão turística em relação ao município vizinho⁶⁸ porque o pessoal de lá desenvolveu o trabalho e foi contínuo né. O Cláudio começou o trabalho e saiu pra fazer mestrado e eu não consegui suprir a carência dele e como a prefeitura aqui tem uma certa dependência da gente, isso impactou diretamente no resultado do município. No escritório, como a gente faz muita coisa, esse trabalho de... não sei se você sabe, mas a minha área mais específica é a área de cafeicultura, principalmente a produção de cafés especiais. A gente toca a sala de prova aqui do município, toda vez que tem café pra provar, a gente larga tudo e vai pra lá pra provar os cafés dos produtores de graça. E faz muito a parte de pós colheita, visita as propriedades, vê o que o produtor tá errando, conserta isso, conserta aquilo, e parte produtiva, manejo, poda... então a gente acaba fazendo muito. Agora, o que me frustra disso tudo? É que a gente não consegue fazer um trabalho contínuo com os produtores, porque como a gente tem que atender muita gente, a gente precisa ficar apagando fogo, **[eu: você falou que são quantos atendimentos mesmo por ano?]** Em torno de 1600. É muita coisa. Esses 1600, tem visita, tem atendimento, tem excursão, demonstração de método, e isso acaba impedindo por exemplo, da gente criar um cronograma com o produtor, olha, de 30 em 30 dias eu vou estar na sua propriedade, a gente vai fazer uma avaliação do que melhorou em relação à última visita, que eu acho que isso é a essência da extensão. Por que eu falo o seguinte, eu faço assistência técnica, mas o que eu queria fazer mesmo é extensão rural. Porque assistência técnica é você vir ali, ver que a lavoura do cara tá com bicho mineiro, faz uma recomendação e pronto. Agora extensão rural é você avaliar o porquê a lavoura dele tá dando bicho mineiro, fazer um manejo integrado de praga, isso a gente não consegue fazer. Eu acho que isso é um desafio que você vai topa em todos os órgãos de Assistência Técnica porque a gente não tem perna suficiente. Pra você ter ideia só quem faz Assistência Técnica e Extensão Rural no

⁶⁶ Nome do município ocultado.

⁶⁷ Nome fictício.

⁶⁸ Nome do município ocultado.

município são duas pessoas, eu e o Honório⁶⁹, prefeitura não tem ninguém, e o restante é privado, e aí você sabe como funciona o privado. Isso acaba até, de certa forma, desmotivando a gente um pouco, sabe. Aí já ter que lidar às vezes com falta de estrutura, então uma coisa acarreta a outra. Agora, assim, Assistência Técnica e Extensão Rural é uma coisa apaixonante né. Mesmo você frustrado, com salário achatado, com estrutura precária, a gente gosta do que faz, gosta do que faz por causa disso, que a gente vê o produtor crescendo, eu falo com os produtores aqui o seguinte, quando você me manda uma foto que a sua lavoura está bonita, ou que as suas frutas que você plantou estão bonitas, que a sua agroindústria está bonita, a gente faz um trabalho aqui de agroindústria em algumas propriedades, eu me sinto pai daquilo sabe? Como se eu fosse o pai da lavoura, o pai da agroindústria, então a gente fica feliz por isso, ver o produtor crescendo. É uma pena a gente não conseguir fazer isso com todo mundo. **[eu: E pelo fato de ter suas raízes no meio rural, eu imagino que também seja uma gratificação por isso...]** Muito. Eu tenho essa dívida de gratidão com a assistência técnica e extensão rural, eu vou falar assim, porque meu pai... a região lá onde meu pai mora, a cafeicultura é bem precária, ela é bem rudimentar, eu lembro que meu pai, ele tinha lavoura dele, trabalhávamos muito eu e ele e a produção era muito baixa, porque ele tinha lá um ataque de ferrugem muito grande e ele não sabia o que que era aquilo e não controlava, e aí uma vez ele chamou um técnico de uma loja lá pra ir lá na propriedade, aí o técnico foi, chegou lá falou assim, ah Seu Fábio⁷⁰, a lavoura do senhor tá com ferrugem, o senhor tem que fazer um controle de ferrugem via solo, aí ele fez, e aí eu lembro que a gente tinha 6 mil pés de café e produzia 30 sacas, e aí ele fez o controle de ferrugem produziu 150 sacas. E aí eu fiquei encantado com aquilo, eu devia ter uns 8 pra 10 anos na época. Aí eu pensava assim, gente, qual o poder desse cara, esse cara veio aqui e fez... eu lembro que meu pai comprou uma moto com o dinheiro do café, então eu pensei assim, nossa, esse cara veio aqui nós tava numa perrenga danada e ele viu o que tava acontecendo, passou um negócio aqui e nós já conseguimos comprar uma moto. Aí eu fiquei encantado. Isso responde um pouco do que você falou, questão das raízes e tal.

- Como é o trabalho de extensão no seu município e quais os principais desafios para as famílias que vivem da agricultura no município onde você atua?

Frisar que mesmo com uma certa sobrecarga, a gente faz um bom trabalho, faz um bom resultado. As famílias que a gente tem condição de atuar, a gente percebe que a gente consegue mudar realmente a realidade da família, e questão de desafios, eu acho que é pessoal, é gestão de tempo, é a gente... É o que eu falei, o Incaper ele tem muita credibilidade, Ayana, as pessoas não sabem, os servidores do Incaper não sabem o tamanho do nome Incaper que eles carregam, e quando você chega num município, por exemplo, eu vou falar por mim, que tinha uma situação complicada no Incaper [quando chegou no escritório em que atua] e você reconstrói, você passa a ser um pilar no município, tudo passa a passar por você, pelo escritório e aí, isso é bom? É, mas ao mesmo tempo acaba diminuindo a qualidade da extensão rural que a gente presta. Se a gente tivesse uma equipe maior, se a gente tivesse... por exemplo, eu acho que a gente faz um trabalho aqui que é extremamente, como eu vou te explicar? É um trabalho que ocupa muito tempo e que eu acho que ele dá pouco impacto, de todos que nós fazemos, que é emissão de DAP [Declaração de Aptidão ao Pronaf]³. Então, é um trabalho que a gente faz muito, ele ocupa muito tempo, a gente fica muito tempo agarrado fazendo DAP e principalmente também processos administrativos, e isso impede às vezes que a nossa gestão de tempo, que já é pequena, ela possa ser potencializada. Então, eu acho que se os processos fossem um pouco menos burocráticos, eu digo a nível de Incaper, e se tivessem outras instituições emitindo DAPs, por exemplo, aqui no município só que emite é o Incaper e Sindicato, só que o sindicato ninguém faz mais no sindicato porque o sindicato exige que tem que estar com a mensalidade em dia. Então, todo mundo faz, tem 1200 propriedades no

⁶⁹ Nome fictício.

⁷⁰ Nome fictício.

município, Ayana, você tem noção do que é isso? A gente fica sobrecarregado. Às vezes eu tenho uma visita marcada com produtor pra fazer uma avaliação de uma área de café e aí chega um produtor aqui desesperado porque ele tem que fazer a DAP pra renovar um custeio, eu tenho que desmarcar minha visita com o produtor de café pra fazer a DAP do cara. Se tivesse uma outra instituição que fizesse também emitisse igual ao Incaper, de graça pros produtores sem cobrar nada, tenho certeza que ia aliviar muito agente, né? É um desafio.

- Em relação à realidade do município, porque vocês estão fazendo esse trabalho com qualidade do café? Qual é a sua leitura da realidade das famílias, da agricultura familiar no município que você trabalha? Quais são os principais entraves, o que precisa melhorar aí e como é a atuação de vocês nesse sentido?

Nosso município, 98% é agricultura familiar. Aqui no município se tiver 10 propriedades acima de 80 hectares é muito. Então o município é pequeno e praticamente concentra na agricultura familiar. Nós temos a questão da qualidade que é um ponto, tá sendo um desafio, a gente está aos poucos rompendo, fazendo concurso de café de qualidade, tentando levar os café aqui pra cafeterias no Brasil, isso é um problema que a gente está encarando. Mas ainda temos uma certa dificuldade de comunicação, às vezes na zona rural, estradas com a qualidade ruim, você não consegue ter acesso ao produtor com facilidade. Aqui no município 90% da zona rural não tem sinal de telefone, então isso dificulta você falar com o produtor, isso é um problema. Nós ainda temos muitos produtores que ainda têm um pensamento um pouco retrógrado e eles acabam não seguindo a nossa recomendação, ou não nos procuram... É como eu falei, como nós temos um município que recentemente o Incaper não dava suporte, nós ainda temos muitos produtores que ainda acham que o Incaper não dá, então, às vezes tem produtor que vem aqui no Incaper fazer uma DAP aí eu converso com o cara, aproveito a DAP e pergunto: você já fez análise de solo? Aí ele fala, ah, eu fiz, ou: eu não fiz. Aí eu pergunto: mas por que você não fez. Aí eu já começo naquela prosa, você sabia que o Incaper tem convênio com laboratório, análise sai pela metade do preço... aí a gente começa a conquistar o produtor novamente. Então, isso é um problema, por nós termos passado por um período muito complicado antigamente, ainda temos esse desafio. Na questão da... aqui no município nós temos problema com mão de obra. Já têm produtores aqui partindo pra mecanização porque chega na época da safra não tem ninguém pra panhar o café e aí isso é muito complicado. Quando você acha alguém a pessoa pede um preço lá nas alturas, aí o custo de produção é alto. Já foi pior, hoje está muito melhor a questão documental, a maioria dos parceiros que não tinham documentos hoje já tem feito um trabalho legal, e a maioria já tem contrato de parceria, de comodato, isso aí é um negócio, agora, uma coisa que nós temos que avançar muito é na parte fiscal. Maioria dos produtores não guia produção. A gente bate muito na tecla, eu aqui por exemplo, a gente definiu, a gente só faz DAP pra quem apresentar nota fiscal dos últimos 12 meses, porque se a gente não fechar, ele não faz a parte dele. Isso são problemas. Município pequeno nós temos problemas principalmente políticos, isso é complicado às vezes uma gestão começa um trabalho legal... aqui, por exemplo, teve uma gestão anterior que ela começou com um trabalho legal na parte de cultura, criaram aqui o festival do café, foi muito legal. Teve feira gastronômica, teve exposição, o Incaper montou um stand, a gente fez um negócio muito legal, aí quando entrou o atual [prefeito] já achou que isso era gestão do anterior e não quis fazer mais. Aí eu falei que pra aqui dar certo teria que fazer igual é em Venda Nova. Não depende de prefeitura, tem uma associação e pronto. E isso é complicado porque você começa a trocação de secretário, hoje eu estou com um secretário de agricultura aqui que tem um pensamento bacana. Chega outro no outro dia, ah não, “esquece aquilo que você tava pensando, vamos deixar aquilo pro lado e fazer outra coisa”. E o nosso trabalho hoje é diretamente ligado à prefeitura, porque nós temos convênio com o município, o Incaper você sabe né? Não tem dinheiro pra nada, a gente depende da prefeitura pra tudo, você quer fazer um evento, você precisa mendigar a prefeitura, fazer um curso você

precisa mendigar a prefeitura, então você depende de ter o prefeito ao seu lado, então isso é um problema. A gente não consegue avançar muito às vezes por causa disso.

- Se lembra de como tomou contato com agroecologia?

Meu contato com agroecologia começou em 2009 quando eu comecei a namorar minha esposa, a minha sogra o sítio dela é todo agroecológico, e aí quando eu cheguei lá foi um baque bem grande porque eu nunca tinha tido contato com isso na minha vida, não sabia como funcionava e tal e eu fui e comecei a conversar com ela, como ela fazia e tal e isso me chamou muita atenção, aí a gente procura estudar, depois eu tive contato com Cláudio⁷¹ aqui eu trabalhei 4 anos com ele aqui no escritório e aí ele me ensinou muita coisa sobre a parte de agroecologia. O único problema disso tudo é que eu estou num contexto aqui bem difícil sabe Ayana, não sei se você conhece minha realidade aqui, nosso município é bem difícil, tem pouquíssimos produtores que teriam condição de fazer um sistema agroflorestral, agroecológico. [Por quê?] **A questão cultural, aqui impregnou-se a questão da produtividade e essa produtividade é a qualquer custo.** Então assim, o produtor já me liga assim, ele já manda uma foto no WhatsApp com a foto da bula do produto, “quanto que eu joga?” É assim. Aí eu falo, não camarada, não é assim, a gente tem que ir aí visitar a propriedade, não é assim “quanto que eu joga”... “não, mas me fala aí que eu já tô com a bomba em cima do trator...” É desse jeito. Mas aqueles produtores que você tem uma proza, às vezes que você pega ali no *feeling* dele que ele tem uma sensibilidade, pensa um pouquinho mais no solo, pensa um pouquinho mais na saúde da família, aí você já começa a tocar no assunto, entendeu? Mas infelizmente são raros. É igual, você vai conversar com Eduardo⁷², certeza pra você que a situação dele é praticamente igual à minha. O produtor dele [da UPP] é um caso à parte, é um cara pinçado no meio de uma realidade totalmente diferente.

- Diante desse panorama, você vê possibilidade de que esse projeto das UPPs se expanda aí pra sua região?

Sim, eu acho que esse projeto ele tem tudo pra ser ampliado futuramente. Eu acho que a gente tem que fazer igual a gente faz com novas tecnologias no município, uma coisa eu aprendi, escolhe uma propriedade, implanta, faz um marketing e a coisa vai passando por osmose, sabe? Se o negócio for bom e o produtor for percebendo que aquilo é interessante, então a tendência é a tecnologia se difundir, então eu acho que o que a gente tem que tentar fazer é isso. Faz a nossa parte, implanta, seleciona um produtor, pinça ele e faz a implantação da área e a tendência é que com o tempo, a gente consiga fazer com que novos produtores se adequem a esse sistema. Agora, minha maior preocupação, tem que ser feita a divulgação bem feita desses dados, vou te dar um exemplo, não estou criticando o André⁷³ não, eu sou do Incaper, eu nunca tinha tido acesso aos dados da fazenda, você imagina os produtores, [**eu: você diz aqueles dados que foram apresentados lá em Pacotuba?**] isso aí. Eu nunca tinha tido acesso⁷⁴. Por exemplo, a gente tá montando essas informações lá em Iúna, o certo seria, encerrou o projeto, vamos marcar uma reunião com os produtores da comunidade e vamos apresentar os resultados do projeto, apresentar ó gente, o resultado foi esse, alguém mais tem interesse de implantar uma unidade na sua propriedade? Acho que tem que ser feito isso, porque na maioria das vezes não chega. Não chega nem pra nós que somos extensionistas, o que dirá o produtor. Então isso é uma dificuldade, a maioria dos projetos de pesquisa, o que eu sinto no Incaper é que a minoria dos projetos de pesquisa são pra gerar artigos e publicações, só. E fala comigo Ayana, se você não tá fazendo um mestrado, um doutorado, tá aqui no escritório numa correria danada, quantos

⁷¹ Nome fictício.

⁷² Nome fictício.

⁷³ Nome fictício.

⁷⁴ Na reunião de 13 out 2021 em Pacotuba foram apresentados os dados sobre experimentos de decomposição realizados nos consórcios e conclusões. Extensionista 6 foi um dos técnicos que demonstraram grande interesse e fizeram diversas perguntas.

artigos você lê? Eu, agora imagina o produtor que não sabe nem o que que é artigo, se eu virar pra ele e falar você lê um artigo, ele não sabe nem o que que é isso. Então eu acho que tem que ser feito um trabalho muito bom de divulgação dos dados das unidades, excursões, levar os produtores no projeto, mas também tem aquilo que eu falei, tem que ter perfil, porque se o cara entra, vê aquele projeto do jeito que tá, ele ainda corre o risco de difamar ele fora ainda, se ele não tiver perfil para aquilo.

- Como ocorreu a sua inserção no projeto?

Eu e o André⁷⁵ sempre tivemos uma proximidade muito boa, porque eu sempre troquei muitas ideias com ele, acho o André um cara super inteligente, sempre troquei muitas ideias com ele, e aí um dia conversei com ele e ele falou “você tem vontade de participar de um projeto de UPP de café arborizado?” E aí eu sempre tento trazer pra minha realidade, eu já pensei... café arborizado combina com qualidade e é minha área, então eu acho que seria uma ótima né, tanto é que eu estou incentivando produtores meus que trabalham com café finos, a fazer arborização, já tem um até que fez agora recentemente, [eu: com o quê?] ele fez com grevilha. E esse mesmo produtor teve uma área que ele arborizou e teve uma área que ele fez um SAF, ele fez cacau, pupunha, café e nativa. É um negócio bacana, a gente tá fazendo experimentos. Então, foi conversando com o João, ele falou comigo que tinha vontade de fazer o projeto e eu falei com ele, não, eu tenho interesse de participar, mesmo que eu não tenha uma unidade, mas qualquer conhecimento que a gente puder obter e, igual eu falei, puxando pra minha área que é a questão da qualidade, por isso até que eu bati na tecla lá no dia de fazer o levantamento dos itens a serem avaliados, eu pontuei a questão da qualidade, porque isso é muito importante, principalmente pelo momento que nós estamos vivendo, o *boom* da qualidade, todo mundo só fala em qualidade, então nós precisamos testar isso. Porque eu acho, Ayana, que depois que nós tivermos os dados, apresentando pro produtor que o café a pleno sol teve bebida x e o café no SAF melhorou 3, 4, 5 pontos, isso aí já um fator facilitador pra gente conseguir divulgar a unidade. Então foi basicamente assim que começou, aí fiquei aguardando, teve pandemia e tal, e praticamente o projeto começou a rodar agora né.

- Como você avalia o projeto até o momento? Quais são os principais desafios e potencialidades do projeto?

Eu acho que é diferente, a palavra que mais define esse projeto é “diferente”, porque realmente é diferente de tudo o que eu já vi. Até comentei isso no dia que a gente fez aquelas divisões de grupo, metodologias participativas não é muito com a gente, a gente aprende no meio acadêmico, você vai lá, você pesquisa e entrega o trem pronto pro produtor. E aí pra mim está sendo muito novo, muito diferente, você debater com o produtor qual a metodologia que você vai utilizar, eu vou falar com você, até pouco tempo atrás eu ainda tinha dúvida se isso ia dar certo. Mas eu conversei com o João, ele me amadureceu algumas ideias e tal, então, assim eu acho que isso é um ponto muito positivo. Eu sempre falo isso aqui nos meus, quando eu vou fazer evento, alguma coisa assim, quando a pessoa ajuda a organizar, ela se sente parte daquilo, ela se sente parte então ela acaba dando mais valor, a chance dela difundir a tecnologia depois é muito maior, se ela ajudou a construir [e quer fazer dar certo] Isso aí, quer fazer dar certo. Exatamente. Eu tenho um problema aqui no meu município com uma situação dessa, com uma unidade de pesquisa em café, ela veio prontinha, formatadinnha, com as 10 cultivares, do jeitinho certinho, eu plantei lá, o produtor não tá nem aí, que que eu tenho que fazer, eu tenho que ligar pra ele e falar, olha, roça, aduba, aí eu tenho que ir lá ficar mandando ele fazer, aí eu sinto assim, que ele não se sentiu parte daquilo, ele não sentiu... vai chegar um ponto que vai ruir, se eu ficar um mês sem ir lá, e o café der uma doença, como é que vai fazer? Então eu acho que esse é um ponto muito importante pro projeto. Eu estou feliz de fazer parte, estou fazendo das tripas coração pra poder participar do negócio, porque tá muito tumultuado e caiu numa

⁷⁵ Nome fictício.

época terrível, essa época agora é a pior época pra gente que é extensionista, principalmente que trabalha com café porque agora são as épocas que começam a parecer as doenças, é a época de adubar, é a época de fazer tudo. Então é muito apertado. Mas eu falei com Jorge⁷⁶ que enquanto eu tivesse condição eu iria participar. Eu estou achando muito bacana o projeto, a forma como está sendo construído, bem aberto, bem participativo, eu achei bem interessante, igual eu te falei, eu tive uma certa resistência no início, eu ainda quero ver o que vai dar no final, e assim, em relação a desafios é a gente pensar assim: como a gente vai difundir isso depois? Essa tecnologia. Um outro ponto que a gente também tem que avaliar é a participação ativa dos extensionistas nesse processo. Eu acho que isso é importante, isso é um desafio também pra gente avaliar, **[eu: como assim, a participação ativa dos extensionistas?]** É porque tem muitos projetos que a gente começa e não dá continuidade, o próprio extensionista ele entra e pensa assim, ó, vou te dar um exemplo, tem eu, tem o Leandro⁷⁷, tem... no caso somos eu e o Leandro que são os extensionistas que não têm unidade né? **[eu: sim]** Se a gente não tá engajado com o projeto, e a gente não vê que aquilo vai dar sucesso, a gente abandona no meio do caminho, até os dos municípios que tem unidade tá? Anota isso aí. Porque é importante o extensionista estar engajado, acreditar naquilo, aí eu volto à questão também do perfil, a gente não pode colocar qualquer um pra trabalhar com esse tipo de tecnologia. Eu acho que a sobrecarga pode ser um problema, tanto pra nós quanto pro produtor. Se o produtor também estiver sobrecarregado isso pode atrapalhar o andamento da unidade e... questão de desafio acho que seria mais isso mesmo. Eu acho que como ainda está na fase inicial ainda está meio difícil a gente chegar num denominador comum, então eu ainda estou meio na dúvida como vai ser esse processo avaliativo, isso vai ser eficiente, não vai, vai gerar dados satisfatórios no final, não vai, eu tenho essas perguntas comigo, o André é mais tranquilo porque já faz isso a 30 anos né.

- A partir da sua experiência, como você entende a Agroecologia? Como avalia o sistema agroecológico e as suas principais qualidades.

Eu acho que Agroecologia é qualidade de vida. Acho que é estilo de vida. Acho que a pessoa, a partir do momento que ela para de pensar só na produtividade, que ela pensa assim, o produto que eu estou produzindo, eu daria pros meus filhos? Eu entregaria pro PNAE pra servir na merenda escolar? Eu vou estar servindo um produto seguro para as pessoas se alimentarem? Eu acho que a partir do momento em que a pessoa imagina isso, ela passa a entender um pouco mais do que é agroecologia. Na cafeicultura isso é um desafio porque o agricultor ele não entende muito bem que café é um alimento, ele acha que vai torrar o café lá e que o agrotóxico vai sair pra um lado e o café vai sair pro outro. Ele não esquenta muito a cabeça não. Agora, aqueles produtores que têm um pouquinho que trabalha com uma olerícola, ou que trabalha com uma frutífera, que vai se alimentar diretamente assim, in natura do produto, às vezes vão pensar um pouco mais. Mas é o que eu falei, acho que depende muito de cada um. Depende como foi a sua forma de vida, sua forma de criação, se você viu o seu pai num sistema convencional a vida toda, a chance de você se transformar é baixa, no meu caso, por exemplo, mudou um pouco por causa do contato que eu tive com a minha sogra, ela foi a pessoa fundamental e é até hoje. Mas se não tivesse sido isso, eu não estava aqui hoje, então eu acho que depende de como você entende, a produção agrícola, de como você entende a importância daquele alimento que você tá produzindo e dos laços que você faz durante a vida **[eu: as experiências]** as suas experiências, exatamente. Teve uma experiência, por exemplo, eu tenho um produtor aqui que ele não gosta de usar agrotóxicos, mas porque que ele não gosta? Porque ele já se intoxicou. Então foi uma experiência que aconteceu na vida dele que levou ele a repensar as atitudes que ele tinha. Agora, é como eu falei, é estilo de vida, o produtor ele abre mão, dependendo do sistema que ele for utilizar, ou, até de uma produtividade um pouco maior,

⁷⁶ Nome fictício.

⁷⁷ Nome fictício.

mas em compensação ele produz um produto com mais qualidade, um produto sadio, então eu acho que é isso que tem que levar em consideração. Por isso que eu acho importante, Ayana, o subsídio pra produtos diferenciados igual ao agroecológicos e orgânicos, igual, tem a merenda escolar que paga 30% a mais, por isso que eu acho que nós tínhamos que fortalecer as certificadoras que fazem certificações de produtores agroecológicos e orgânicos, por exemplo, eu não tenho nem um produtor no município que é agroecológico ou orgânico certificado porque certificar é uma dificuldade danada. [caro...] caro. Então, o produtor não dispõe desse tipo de recurso, então se a gente popularizasse isso teríamos mais produtores participando, mais produtores produzindo produtos agroecológicos, entregando pra políticas públicas.

EXTENSIONISTA 7 – ENTREVISTA REALIZADA VIA PLATAFORMA ZOOM

Observação: Essa foi a primeira entrevista que fiz. Após esta entrevista, modifiquei o roteiro de entrevistas e busquei uma melhor postura diante dos entrevistados e entrevistadas, ouvindo com mais atenção e menos preocupada com as perguntas a serem feitas. No início da entrevista expliquei minha pesquisa de um modo que parece ter levado a extensionista 7 a, em alguns momentos, conduzir suas falas com base na interpretação que fez a respeito da minha explicação. Por isso, também modifiquei minha apresentação inicial, tornando-a mais sucinta.

- Em que etapa está o trabalho com o agricultor da UPP?

O Pedro⁷⁸ está na fase da aquisição de mudas, já pegamos as estacas em Pacotuba e levamos pro viveiro. Quem ganhou a licitação para fazer as mudas é um cara lá de Muniz Freire. Estamos pensando que em abril já planta. Nossa pretensão é começar a fazer as covas para dar tempo de descanso pra plantar depois. Eu não sei se o Pedro pensa em fazer as covas primeiro e depois tirar os pés de café antigos ou o contrário. Porque vai ser muito perto da colheita, então ele deve deixar as plantas antigas para fazer sombreamento nas mudas e depois que colher corta. Mas eu ainda não conversei com ele sobre isso, depois que a gente definir que insumos vamos conseguir na licitação e qual que não vai a gente vai marcar uma visita pra ir lá e já começar a fazer esse processo.

- Você poderia falar sobre a sua formação?

Eu estudei na antiga EAFA [Escola Agrotécnica Federal de Alegre-ES], agora é o Ifes de Alegre, fiz o técnico em agropecuária e depois eu fiz um ano de técnico em cafeicultura. Aí depois eu fiz Agronomia [na Ufes campus alegre]. Quando eu terminei Agronomia aí você fica naquele desespero, o que eu vou fazer? E aí eu comecei a fazer estágio. Um dos estágios que eu comecei a fazer foi com a Caparaó Junior [empresa júnior do Ifes]. E aí eu comecei a ter contato com produtor rural. Ali eles são muito de não gerar dependência, eles ensinam e você vai se virando. E aí eu gostei muito da área. Logo que eu entrei teve concurso do Incaper e eu falei: bem, é a minha oportunidade. E aí eu entrei no Incaper no início de 2012. E aí eu comecei, eu fiquei 5 anos em Vargem Alta. Aí, na metade de 2017 eu consegui vir para cá. Eu concordo plenamente com essa parte que você fala que a gente não tem que gerar dependência nos agricultores, porque senão a gente vai atender sempre o mesmo público, que eu acho que não é o nosso foco. O nosso foco é gerar independência. Ele vai, faz, tira suas dúvidas e depois vai podendo ampliar o leque pra que toda a comunidade seja desenvolvida. Eu acho que o principal seria isso. Aí a gente começou lá, tinha um agente de socioeconomia, que o Incaper deu outro nome, ele era agrônomo também, mas ele trabalhava muito com a parte de desenvolvimento rural. Então eu aprendi muito com ele porque ele gostava muito dessa área, ele detestava a parte técnica. Era muito mais a parte de socioeconomia mesmo, de desenvolvimento da comunidade, projeto de turismo, polo de não sei o quê, então assim, é tudo muito conjunto sabe? Então isso

⁷⁸ Nome fictício.

foi importante até pro meu trabalho aqui, porque quando eu cheguei eu percebi que era uma coisa mais individual, lá não, a coisa era em grupo, coletiva, todo mundo um ajuda o outro, coopera e aí o desenvolvimento regional vai embora [acho que ela quis dizer que acontece].

- Você é filha de produtores rurais?

Isso, eu sou filha de produtores, sou deste município⁷⁹. Sempre fui criada na roça. Pra falar a verdade, nos finais de semana eu ainda vou pra roça. Hoje à tarde eu já vou pra roça e só volto domingo à noite. Então o meu contato com a roça é bem intenso, é bem direto. Eu não consegui desvincular não. É uma coisa que eu sou apaixonada.

- Você teve contato com a Agroecologia durante a sua formação?

Na graduação eu não tive contato nenhum. O meu contato foi na pós no Ifes que eu fiz depois da graduação. A parte teórica foi muito forte, só que pelo fato dela ser praticamente à distância... você ia lá de 15 em 15 dias, era muito difícil você dar conta de ter a parte prática também. Então foi muito pouco a parte prática, mais a parte teórica que eu tive contato. E agora que eu comecei a fazer o mestrado na Ufes que eu tive a disciplina de Agroecologia de novo, mas infelizmente, devido à pandemia, a gente não pôde fazer nada prático, só a parte da teoria também. Este projeto está sendo a primeira oportunidade prática com abordagem agroecológica. No de Pacotuba cheguei só no final, tive pouco contato.

- Como foi a aproximação com o agricultor que está sediando a UPP e como está sendo feito o trabalho? O pré-projeto foi feito com participação do agricultor?

- A seleção foi feita entre eu, Paula e Jorge⁸⁰. Porque o Pedro já era um produtor que acompanhava o projeto lá em Pacotuba. Ele sempre participava das reuniões, ele já tem o perfil e aí o Jorge e a Paula por terem mais tempo aqui em Alegre sugeriram. E a gente conversando, analisou que ele era um bom potencial. Aí a gente entrou em contato com ele, fomos lá, explicamos o projeto, bem antes mesmo. A gente até gerou expectativa nele, porque ainda não tinha nada certo, nem tinha sido aprovado. Era uma coisa que ele já ia fazer mesmo, mesmo se não tivesse o projeto. Então, uniu o útil ao agradável. E teve também a questão de unidade da sede, é um local que dá pra levar mais agricultores... se tudo desse certo, até então a gente não sabia se o projeto seria aprovado, a gente poderia levar vários produtores por ser aqui pertinho. Não é uma coisa que você gasta meio dia de trabalho pra levar o agricultor. “Ah, eu tenho vontade de instalar um área assim”, peraí, vamo ali, tá pertinho. [**eu: vira uma unidade demonstrativa também**]. Isso aí, a gente analisou vários pontos. A gente conversou com o Pedro e ele foi bem participativo, dando a opinião dele. Ele mostrou o que ele queria e falou o que queria plantar. E aí depois a gente trouxe esse pré-projeto e apresentou na reunião virtual [obs.: acontecida nos dias 29 e 30 de junho de 2020]. E aí teve as contrapartidas. E cada um que estava na reunião fez suas sugestões e aí a gente retornou com essa proposta pra ele. E aí ele concordou com várias sugestões e falou que gostaria de um café mais tardio pra não coincidir a colheita com o restante do café que ele já tem, porque a mão de obra dele é limitada. E aí, nesse ponto de vista, a gente entrou em contato com o pesquisador João Felipe, lá de Pacotuba, porque ele é especialista em variedades de café e ele indicou os clones que a gente poderia colocar. Foi essa questão e o Pedro aprovou. O único problema é que a gente teve um pouco de resistência com ele é que ele foi candidato a vereador, teve um problema com a família também, negócio da terra. Isso foi um período crítico que a gente pensou que ele iria desistir e cogitamos tirar ele do projeto. Mas depois tivemos uma conversa com ele e ele quis continuar participando. E agora ele está bem aberto para a participação no projeto.

- Como você entende a extensão rural (ER)? Qual é o papel da ER e o que você tem refletido sobre a ER nesse tempo de exercício da ER?

- Pra mim a ER é a gente buscar alternativas, analisando a realidade de cada situação, de cada localidade... avaliar pontos específicos de modo que a gente consiga contribuir para o

⁷⁹ Nome do município ocultado.

⁸⁰ Nomes fictícios.

desenvolvimento regional gerando a independência desse setor, não só do lado agropecuário, mas também do lado social, do lado da saúde da família também. Levar um conjunto. Porque eu vejo que muitos colegas olham apenas a parte técnica, “Ah, vamos aumentar a produção”, ótimo, vai gerar uma renda pro agricultor, mas e o restante? E a saúde da família? A questão do lado ambiental, social? A gente levaria mais pro lado da sustentabilidade e a independência mesmo.

- E qual a sua visão sobre a Agroecologia?

Eu acho que a Agroecologia vai ser a nossa alternativa pro futuro. Só que a gente tem alguns entraves: é uma coisa pouco divulgada. Por mais que tenha pesquisa na área, ao próprios técnicos não estão capacitados... há um grande preconceito com o setor; Talvez eles [técnicos] não sabem, não têm embasamento nem teórico, nem prático pra poder ajudar a disseminar essa tecnologia ou essa ciência pros agricultores. Então, é uma coisa que tem resultado, que dá um retorno, que vai melhorar muito a qualidade de vida das famílias, mas o próprio técnico não é capaz de ajudar nesse processo. Então eu vejo que ainda tem muito preconceito e muitos entraves pra gente resolver. No meu ponto de vista é uma coisa que representa o futuro pra gente.

- E porque você acredita que a agroecologia pode ajudar a melhorar a qualidade de vida das famílias?

-Porque eu vejo por exemplo aqui no meu município, monocultura. Aí quando uma cultura ela tá com o preço lá embaixo, o agricultor ele se endivida, fica à mercê daquele preço, quando não abandona a atividade. E aí vai ficar procurando emprego na rua... Agora, a Agroecologia é diferente, ela é baseada no policultivo, nas práticas conservacionistas. Então é uma prática que envolve toda a família. Se quiser, o próprio filho do agricultor vai continuar na roça, ele vai ter o seu emprego lá, ele não vai estar à mercê do mercado. Se o café tiver baixo, ele tem o abacate, ele tem a manga, ele pode fazer alguma outra coisa que vai ajudar na renda. E sem falar que tem as questões de manejo mesmo do solo, esse uso excessivo de agrotóxicos [conexão falhou]. Então, eu acho que o conjunto da Agroecologia ela traz um benefício imenso pra todo mundo. E tem também o aproveitamento de área, porque aqui é só agropecuária extensiva, então quanta área você tem um morro degradado, uma área não aproveitada que talvez se você usasse outros cultivos seria totalmente aproveitada e ficaria uma área conservada.

EXTENSIONISTA 8 – ENTREVISTA REALIZADA VIA PLATAFORMA ZOOM

- Como foi a sua formação e aproximação com ER?

Eu formei na UFES, CCA, e inicialmente estava estudando para concursos da área florestal. Eu fiz vários concursos, um de prefeitura, do Idaf, do Incra e do Incaper. Aí eu passei no do Incra inicialmente, só que teve um probleminha no concurso, e aí nesse meio tempo teve o do Incaper, aí eu fiz o do Incaper, passei, e depois o Incra até chamou, mas aí não compensava a região que eu fiz... eu fiz pra Marabá, no Pará, e ficava muito longe. Aí eu continuei no Incaper, aí meu primeiro contato com a extensão foi no Instituto mesmo. [eu: **Na universidade você não tinha tido nenhum contato com extensão?**] A universidade, pelo menos a Ufes falha nisso, tem pouca extensão, tem uma matéria só de extensão rural e extensão dos alunos com o público alvo é pouquíssimo... não sei como está agora, mas na minha época, pesquisa aplicada também era pouco.

- Tem quanto tempo que você está no quadro do Incaper?

Desde 2012.

- Você teve algum contato com a Agroecologia durante a sua formação?

Não, pouquíssimo. A graduação na Ufes tem pouquíssima coisa de Agroecologia. Tem a matéria que eu fiz sobre sistemas agroflorestais, mas foi matéria curta, poucas horas.

- Já participou de outros projetos com abordagem agroecológica? Como foi a sua inserção nesse projeto?

Não, esse é o primeiro. Para esse projeto eu foi convidado, pela minha formação.

- Como está sendo a sua experiência de participar desse projeto?

Esqueci de falar, mas tive uma experiência no Programa Reflorestar, do governo do Estado. Nesse programa tinha vários caminhos que o agricultor podia seguir, que era um programa de pagamento por serviços ambientais (PSA) e aí tinha uma das modalidades sistemas agroflorestais, cheguei a fazer um projeto de café com pupunha e aí teve outros projetos também, mas mais de recuperação ambiental. Sobre esse projeto agora a experiência está bem inicial. Eu e Cláudio fizemos as reuniões com o agricultor, a maioria foi por videoconferência porque já tinha começado a pandemia. Inicialmente, antes de decidir por esse agricultor, ia ser outro agricultor que trabalha com cafés especiais e que tinha interesse por pesquisa participativa, porém devido ao atraso... porque até o projeto ser aprovado e pelo agricultor ter uma área pequena, ele já tinha decidido adiantar na área outro projeto dele. E aí a gente buscou outro agricultor e na verdade ele é agricultor, mas também é arquiteto então, quem é mais público nosso da agricultura familiar seria o pai dele, que também está acompanhando junto com ele, é ele e o filho. E aí a gente decidiu por eles, principalmente porque o filho dele é muito interessado, ele já tinha feito um trabalho de recuperação na área deles lá, que é área de nascente por trás da casa, uma área de APP. Eles participam do programa Reflorestar também, do governo do Estado. Então a experiência inicial, que foi essa interação com o agricultor no início, que foi bem bacana, interessante, porém a pandemia travou um pouco a implantação do projeto.

- Então vocês fizeram o convite para o agricultor participar?

Sim, eu marquei com o pai e o filho, falei com Cláudio e ele falou que também achava interessante pra eles. Marquei na casa deles, expliquei o projeto e convidei pra participar. E de forma imediata eles já aceitaram.

- Como foi a dinâmica de trabalho para elaboração do pré-projeto?

A decisão de como seria o projeto foi toda em conjunto com o agricultor. Ele já tinha o interesse em usar o abacate... também teve sugestões nossas, de espaçamento, mas as decisões de como seria foi deles. A maior parte das decisões foi tomada por videoconferência, eu, PedroJosé e o agricultor. A gente fez uma apresentação inicial pra eles, eu falei o que que é um sistema agroflorestal, quais eram os objetivos, o embasamento teórico sobre SAFs. E aí nas vídeo conferências a gente foi ajustando dentro do que eles queriam. Inicialmente eles queriam usar o coco da Bahia, mas aí por questões climáticas e ambientais se definiu pelo abacate, louro pardo e o café. [eu: **O louro pardo é para madeira?**] Sim, porque ele pensa na madeira a longo prazo é a madeira de um uso mais nobre.

- Quantas reuniões foram feitas nesse processo?

Com o agricultor, teve até uma reunião que o André⁸¹ participou para fechar o projeto, onde André analisou o projeto com a gente, em média foram umas 3 reuniões. E depois teve aquela reunião [também virtual] com todos os municípios envolvidos, os extensionistas, inclusive alguns agricultores participaram também, o Artur⁸² participou. [eu: **Vocês tiveram sugestões?**] O projeto ficou bem certinho, tinha até os pesquisadores participando, mas o pessoal tem pouca experiência com o Louro pardo, então teve algumas discussões, mas nenhuma sugestão sobre a parte técnica do projeto.

- Você participou do projeto anterior em Pacotuba?

Quem participou foi a Laura⁸³, que também é engenheira florestal e estava no escritório de Alegre, antes ela trabalhou no IEMA. A Laura também é formada em extensão, mestrado em extensão.

⁸¹ Nome fictício.

⁸² Nome fictício.

⁸³ Nome fictício.

- Como você avalia a participação do agricultor no projeto?

A participação deles é muito boa, são bem à vontade para dar as opiniões. Infelizmente, deu essa parada por causa da pandemia, eu acredito. E também a questão burocrática que dificulta um pouco, isso poderia ser melhorado.

- E como está o planejamento de vocês diante dessas dificuldades?

A ideia é iniciar a implantação a partir de setembro. A gente está numa etapa de levantamento de preços e aquisição dos insumos e a ideia é fazer o plantio em setembro/outubro. [eu: do café?] sim, do café. Na verdade vai ser realizado o plantio de tudo junto, o café, o louro e o abacate. A ideia é entrar também com uma leguminosa né, aí tem que conseguir as sementes, para fazer adubação verde. Ainda não foi feita nenhuma ação na área, e o café deu uma recuperada boa, então decidiu-se por fazer a colheita. [e sobre a questão da fiação que havia sido levantada como um problema na visita realizada em outubro?] Foi alterada a área. O sistema será implantado em uma área mais acima, mais distante da casa e da fiação.

- Entendimento sobre ER, como você reflete sobre a ER a partir desses quase 10 anos de experiência?

Eu acho o trabalho de extensão fantástico, porque a gente tem um bombardeio de informações, às vezes até informações tendenciosas por parte de revendas, de casas agropecuárias. Então, talvez seja um papel da extensão pública, garantir que o agricultor tenha menos custos na sua propriedade e também que a gente consiga adequar uma tecnologia à realidade dele. Não a gente adequar, mas na interação com o agricultor chegar numa tecnologia que seja pra realidade dele, não seja uma receita de bolo usada pra todo mundo. É muito importante esse papel da extensão, acho que é fundamental e é pouco valorizada... pelo governo federal. Até que agora o governo estadual, o governado é... ah, vou deixar essa questão política pra lá. Mas, eu acho que é fundamental o papel da extensão nesse sentido de que o agricultor não fique dependente de situação externas. Que na propriedade dele ele consiga ficar menos dependente de fatores externos, como insumos... e ter as tecnologias adequadas para a situação dele. Porque é um sistema capitalista e às vezes as revendas querem vender até um produto que não vai atender de maneira correta o que o agricultor precisa. Por exemplo, na nossa região a gente tem um uso intenso de agrotóxicos no café, e sempre vai chegando novidades pro agricultor e às vezes o agricultor não trabalha o básico que é a nutrição da planta, a biodiversidade do ambiente dele, de tentar ter o equilíbrio... igual a Ana Primavesi fala, que é interessante, que a agricultura convencional é um sistema de desequilíbrio, então você não tem a rede alimentar da natureza em equilíbrio. Então, às vezes vai surgir uma praga no café, uma doença, devido a esse desequilíbrio. Então o agricultor ele vai pelo caminho que é mais fácil, que ele tem mais acesso nas casas [agropecuárias] né. Então, às vezes surge uma doença, ele vai logo usar agrotóxicos e em dosagens inadequadas. Então, eu acho que o papel da extensão, não que ele não deva usar agrotóxicos, mas antes trabalhar a base que é a nutrição da planta. Acho que o melhor exemplo somos nós mesmos, se estivermos mal nutridos a chance de termos doença é bem maior. Então é essa situação de educação do agricultor quanto a isso, e isso acontece muito de ter indicação de agrotóxicos que não vão resolver o problema dele ou às vezes até mais caros do que um produto que já tem no mercado e vai resolver pra ele, que vai funcionar. E às vezes se ele estivesse trabalhando com a nutrição da planta, as correções do solo, ele evitaria problemas com doenças e pragas. E outras soluções que têm também, físicas, por exemplo, fazer quebra-ventos com espécies florestais, você diminui a incidência de certas doenças que são transmitidas pelo vento, foma, o próprio bicho mineiro, que é uma praga também que... então são soluções baratas pro agricultor, que a extensão traz, informações que no sistema convencional particular de revendas não vai ter esse intuito, esse objetivo. Não tô também generalizando é claro que tem empresas responsáveis, mas o bombardeio de informações é tão grande que o agricultor fica perdido e a gente sabe como a propaganda é forte, do milagre acontecer e não é bem assim. [eu: Como é essa relação com o agricultor, em relação à resistências e aceitações?] É um

processo educacional e tem dificuldades sim, porque tem agricultores que têm uma certa resistência por esse bombardeio de informações às vezes você discute uma situação com o agricultor, aí chega no outro dia, ele vê uma novidade e já não faz aquilo que foi discutido. Isso acontece muito. A gente tem um exemplo de um agricultor, que não foi um trabalho meu, mas eu acompanhei, foi um agricultor de produção de morango, que estava inicialmente fazendo um excelente trabalho de produção de morango com menos agrotóxicos e usando fertirrigação, porém ele viu uma tecnologia nova na televisão e quis se aventurar nessa tecnologia, a gente discutiu isso com ele, isso é complexo, o custo é alto, você já está dominando bem a sua tecnologia e vamos aos poucos, mas aí ele já [cortou a conexão] E acabou perdendo, boa parte das mudas morreram e a gente falou, olha, essa tecnologia é muito nova, a gente não domina também, e você também está muito novo na produção e acabou que ele se aventurou e ficou ruim pra ele. Então isso acontece muito. Uma questão que acontece no nosso trabalho e é desmotivante, é a falta de recursos, acho que isso tá geral também. A falta de recursos diminui as possibilidades de trabalharmos essas ferramentas participativas que você tem um custo maior quando você vai trabalhar com vários agricultores, e às vezes é mais eficiente, você atinge um público maior, mas o custo é maior... É, o custo de atendimento individual também é alto, porque você ir até só um agricultor?! Pra falar a verdade, o custo individual é muito mais alto do que o custo coletivo, mas hoje a gente tem trabalhado mais com atendimento né, por causa dessa redução de custos. **[eu: Como o corte de custos limita metodologias participativas?]** Então, essas visitas que a gente faz, excursões, a gente tem feito né, quando não estava na pandemia, a gente faz parceria com a prefeitura, mas recurso próprio não. Então a gente sempre depende de parceiros. E você sabe que parceiros a nível municipal têm a política envolvida, que a gente sabe que a política no Brasil é bem acirrada nessa questão. Então, a gente gostaria de ter recursos próprios pra não depender de parceiros, não que eu não ache importante as parcerias né, mas pra ter uma certa independência, mas funciona bem assim, excursões, dias de campo, sempre em parceria né. E às vezes depende de uma parceria público-privada, que envolve empresas, e aí se for empresa da área nossa, aí sempre quer ter uma participação na propaganda dos produtos que tem, então vai um pouco contra o que a gente pensa.

- Como você avalia o sistema agroecológico? As qualidades, o potencial a partir dessa experiência que você está tendo e de algum contato que você já havia tido, qual é a sua percepção?

Eu acredito em um sistema agroecológico, mas em uma transição primeiramente, porque quando a gente analisa sistemas agroecológicos que são bem sucedidos, a gente vê que exige uma quantidade, um custo de produção alto, porque... vou dar um exemplo, pra você produzir esterco, você precisa de um maquinário pra mexer o esterco, você tem que estar mexendo. Se você for fazer de maneira manual, é muito difícil pro agricultor produzir isso. Então, a gente avaliando o resultado da fazenda experimental do Incaper, que tem uma produção boa de hortaliças e de outros produtos agroecológicos, você vê que a maioria da produção é mecanizada, tem muita máquina envolvida, então isso é um desafio pra agroecologia de produção em escala comercial. Eu acredito que se o agricultor fizer uma área pequena, uma escala pequena, seja viável, mas se for uma escala maior, de café, por exemplo, já dificulta um pouco mais. Isso é um desafio né? Acredito para a Agroecologia. Mas eu tenho pouca experiência no assunto, talvez o André que tem mais experiência, poderia responder melhor isso. Mas pra mim o grande desafio é esse de produção comercial. Talvez uma transição inicial, ainda com o uso de mais insumos externos... até conseguir chegar em um modelo que seja viável em uma produção maior. Agora acredito que em produção pequena seja viável a Agroecologia. **[eu: Que tipo de insumo externo?]** Os nutrientes do solo, os macronutrientes, principalmente, nitrogênio, potássio e fósforo, que... corretivo de solo também. É mais nutrientes do solo e também algumas doenças que em larga escala é difícil ainda de... tem solução no orgânico sim, mas é mais a questão da adubação mesmo né. Porque você trabalhar

com adubação 100% orgânica, o custo de produção é alto. Não o custo de adquirir o insumo, mas a mão de obra que é o problema nessa questão. É porque a gente tem uma situação no campo que é diferente de antigamente, é uma situação que até preocupa, a gente vai nas famílias rurais, a maioria dos jovens já não quer continuar como trabalhador rural, como agricultor familiar. A maioria quer fazer um curso, uma universidade e trabalhar fora, na cidade, então, a mão de obra familiar diminuiu muito, e também a questão da natalidade, que antes as famílias eram maiores. Hoje os agricultores têm um ou dois filhos e não querem dar continuidade ao trabalho rural e aí é uma situação que também dificulta na questão desse sistema de agroecologia.

2 TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTA COM PESQUISADORES

PESQUISADORA 1 – ENTREVISTA REALIZADA VIA PLATAFORMA ZOOM

- Como foi a sua aproximação com a Agroecologia? Que experiências te levaram à essa aproximação?

Até que eu cheguei no meu município⁸⁴ as experiências que eu tinha com Agricultura, com meio rural eram relativamente poucas, porque eu sou de uma cidade do interior de São Paulo, eu sou urbana, industrial e envenenada (risos). A minha origem é essa (risos). E curiosamente, o contato com agricultura da minha infância eu tinha porque meu pai sempre foi vendedor de veneno pra agricultura. Meu pai vendia agrotóxicos pra cana de açúcar no interior de São Paulo. Meu pai sempre trabalhou com agricultura. Quando eu era bem pequenininha mesmo, eu lembro que meu pai trabalhava com algodão. Eu lembro de eu pequena indo visitar as cooperativas de algodão com ele, que a gente pedia que queria ir trabalhar com ele, ele levava. Então tinha essa experiência, a nossa vida era toda na cidade, mas o meu pai trabalhava como vendedor, representante comercial de insumo pra agricultura, que é o que ele fala. Na verdade o que ele vendia era veneno mesmo, hoje a gente sabe. Então era isso. Eu tive na graduação uma experiência interessante porque a minha professora de metodologia de pesquisa, ela era também a professora de sociologia rural e ela deu uma disciplina pra nós de metodologia de pesquisa que ela falou, nós vamos fazer uma pesquisa com agricultores familiares do entorno de Campinas, nós vamos fazer de verdade uma pesquisa, não vamos só estudar na teoria como se faz pesquisa. Então a minha primeira experiência de pesquisa foi com agricultores familiares do entorno da cidade de Campinas, que é uma cidade altamente industrializada. E agricultores que sofriam muito com a invasão do urbano na área rural, então eles tinham essa pressão do urbano sobre o rural, que impactava várias coisa, mas principalmente também pela tomada das terras pela cana de açúcar. Os agricultores quase que foram forçados por uma questão econômica a arrendar as terras ou passar a cultivar cana de açúcar, mesmo aqueles que praticavam uma agricultura mais diversificada em alimentos. Foi interessante essa experiência porque foi meu primeiro contato com pesquisa, apesar de que depois no mestrado eu fui fazer outras coisas. Eu fiz sociologia do trabalho e pesquisei indústria química em Campinas, pra você ter uma ideia. Então, isso ficou... um pouco de contato que eu tive com o meio rural é que meu primeiro trabalho foi no interior do Paraná, uma cidade extremamente agrícola. Era uma cidade rural, é estranho falar cidade rural, mas é. Como o município onde vivo hoje⁸⁵ é uma cidade rural também. A gente vive aqui no sul do Espírito Santo em cidades rurais. E aí eu não tinha contato direto, específico com agricultura, mas eu trabalhava com engenharia têxtil e a gente estudava muito sobre a cadeia do algodão na região, [eu: esse trabalho era ligado a que instituição?] eu era professora na Universidade Estadual de Maringá, foi meu primeiro emprego, eu fui trabalhar em Goioerê, no norte do Paraná. [...] Na verdade, com a Agroecologia,

⁸⁴ Nome do município omitido.

⁸⁵ Nome do município omitido.

eu fui me aproximar mais quando eu cheguei aqui mesmo pra trabalhar. Quando eu fiz o concurso aqui eu já sabia que o concurso era pra dar aula de sociologia e sociologia rural, num centro de ciências agrárias, então eu já sabia que de alguma maneira esse seria o foco do meu trabalho. E aí quando eu cheguei aqui eu já vim dividir sala e disciplinas e tal com o prof. Tiago⁸⁶. Que o professor Tiago, na verdade, a disciplina de sociologia Rural daqui é uma disciplina do prof. Tiago, mas quando eu cheguei aqui ele estava afastado pro doutorado, então eu assumi as disciplinas dele também. E aí por conta disso, de eu estar substituindo ele, a gente teve muito contato e eu me lembro... não tínhamos esse prédio novo onde temos as salas estruturadas, bonitinhas, a minha sala era um puxadinho dentro da sala dele, a gente achou um canto pra botar uma mesinha dentro da sala do Tiago pra eu trabalhar. E aí o Tiago já trabalhava com isso. Ele já tinha projetos de extensão nessa área e o doutorado dele era na área de transição agroecológica e aqui na Ufes já tinha a muitos anos o Kapi'xawa, que o Tiago me apresentou também o Kapi'xawa, então já tinha uma certa organização dos estudantes e já tinha uma história na região de projetos e discussões e grupos de Agroecologia, aí eu fui me interessando, vamos dizer assim, se é aqui que eu estou e essas questões são importantes, estão sendo debatidas aqui, vou me dedicar a aprender sobre isso. Então foi mais ou menos assim e fora que a gente já tem um pouco essa preocupação ambiental, já tem...então foi se associando. Eu lembro que eu discutia muito com meu pai... eu me lembro que eu era menina, já tinha uns quatorze, quinze anos, eu não sabia muito da vida, mas eu acho que eu já estava no ensino médio, meu pai... eles tinham um produto que eles pulverizavam com avião e pulverização aérea em cana de açúcar é terrível, e às vezes eu escutava conversas, ou ele trazia... meu pai gostava muito de fotografia, ele fazia muitas fotos do trabalho e ele fazia pra dar cursos mesmo, ele produzia slides, ele tirava a foto e fazia os slides. E às vezes, por causa desse fazer dele em casa, a gente acabava tomando contato com o que era aquele trabalho. Então, às vezes a gente conseguia saber que ele ia pulverizar, eu falava lá vai o senhor jogar veneno em cima da nossa cabeça. Eu já brigava. E ele sempre, e até hoje, ele tenta me convencer que é uma dose pequena, que é diluído em não sei quantos litros de água, porque se o agricultor fizer certo, porque se usar EPI, porque se fizer a aplicação desse jeito tem segurança e eu sempre provocava ele dizendo que ele ia jogar veneno na nossa cabeça. Era o veneno e vez em quando as queimadas, porque as queimadas da cana no interior de São Paulo eram terríveis. Eu fui bandeirante, e o movimento bandeirante tem muito isso de contato com a natureza e, sendo bandeirante, eu participei da Eco 92. Eu estava no fórum global, em 92 eu tinha vinte e um anos. Eu já... porque a gente já discutia isso do contato com a natureza e questões ambientais, em nasci em 1971 e a década de 1970 começou a discutir as questões ambientais, então eu vivi isso, na década de 1990 a gente escutava, os professores falavam, então foi mais ou menos assim, e quando eu cheguei aqui eu já tinha essa coisinha que vim trazendo da vida e aí encontrei o Tiago, aí pensei: vou por aí. Tive uma experiência que eu considero não ter sido, do ponto de vista da minha experiência de pesquisa em Agroecologia, eu considero que tem um ponto negativo que é assim: o projeto que eu fiz pra seleção do doutorado, que na verdade meu doutorado foi o primeiro estudo sistematizado que eu fiz que era na área de sociologia rural e que eu queria que tivesse esse enfoque em Agroecologia, por causa dessa experiência aqui no município, na convivência com o Tiago, com o Kapi'xawa e mais tarde com o Heitor⁸⁷, porque eu demorei a conhecer o Heitor, eu já estava no município há um tempo, eu ouvia falar muito do Heitor, do sítio e quando eu conheci o Heitor, eu já tinha até alunos bolsistas, com iniciação científica e tudo nessa linha um pouco da Agroecologia, um pouco da organização social, que eu trabalho muito com associações e tal, mas sempre levando essa mensagem da Agroecologia. Bom, aí depois que eu conheci o Heitor eu tive esse contato com o sítio, com o plantadores de água, aí tem toda uma outra história, mas quando eu fui pro doutorado, o meu projeto de pesquisa que eu propus na

⁸⁶ Nome fictício.

⁸⁷ Nome fictício.

seleção do doutorado ele tinha a ver com Agroecologia. Na verdade o que eu queria estudar era aquele movimento de mobilização e organização social que estava acontecendo aqui no município, que eu considero que foi um movimento importante, infelizmente se desmobilizou muito de uns anos pra cá, como todo movimento social no Brasil nesse contexto que a gente tá vivendo, mas eu achava muito interessante uma movimentação interessante de associações de agricultores, eram mais de vinte associações de agricultores, se reunindo, encontrando uma vez por mês, e discutindo as questões e tal e aí o que queria ver, era isso, dentro desse movimento todo, onde entrava, aparecia essa coisa da Agroecologia, essa preocupação com o meio ambiente, com os recursos hídricos, porque isso se apresenta pros agricultores de várias formas. Ou da diversificação da cultura, ou de alguma maneira que a gente possa entender de alguma maneira como agroecológica. Só que o que aconteceu, quando eu fui selecionada, não sei porque razão, porque eu não sei como funciona essa parte burocrática dentro do programa, mas me designaram o professor Bernardo como orientador. Eu cheguei lá não conhecia, não sabia quem era Bernardo. Cheguei na primeira conversa com ele, ele disse, olha, não faço nada disso, não acredito que o seu projeto dê uma boa tese, desse jeito ele falou pra mim [...] Aí quando eu voltei pra cá eu tive vários dramas, eu vivi uma espécie de luto. Foi difícil voltar, não foi fácil não. Por “n” razões. Mas uma delas tem a ver com o fato de eu ter saído nesse período, saído, assim, na pesquisa, no trabalho, no contato com as comunidades, que o trabalho [do doutorado] fui fazer lá no litoral. A pesquisa era Presidente Kenedy, Maratázes e Itapemirim. Então ficava circulando ali. Nas comunidades de pesca e tal. Então isso acaba desconectando, nada, nada, foram 4 anos e meio. Que eu voltei pra cá em março, mas eu defendi só em julho de 2017. [...] Tanto que quando o Tiago me convidou pra fazer parte desse projeto, eu achei bacana, eu vou porque eu acho que aí é uma oportunidade de eu começar a voltar pra isso. **[eu: eu queria mesmo te perguntar sobre essa aproximação com o projeto...]** Então, foi isso. Foi muito por causa do Tiago, porque de alguma maneira que já acompanhava, a gente divide a sala, a gente conversa, o Ailton vinha aqui conversar com ele, o Ailton que era bolsista na época, que o Ailton trabalhava com a gente também. O Ailton, a primeira bolsa de iniciação científica foi comigo, no Kapi’xawa. Depois quando acabou esse 1 ano de bolsa, ele foi fazer um trabalho lá **[eu: em Pacotuba?]**, não lembro quem era o professor, mas era um trabalho mais aplicado na engenharia florestal. A primeira bolsa do Ailton foi comigo nessa coisa de organização social dos agricultores, que era o que eu trabalhava e pesquisava. [...] Então, um pouco eu acompanhava, escutava o Ailton com o Tiago discutindo os pontos do projeto, eu já tinha uma curiosidade sobre isso, a gente já conversava e aí quando terminou a primeira fase lá do projeto, que eles iam escrever o projeto pra segunda fase, o Tiago me convidou. Aí foi isso, eu vi ali uma oportunidade, um trabalho que eu gosto de fazer, que me identifico, e uma oportunidade de quem sabe retomar essas discussões, esse contato com os agricultores e, enfim, de retomar até alguma coisa mais significativa pra nós aqui da nossa realidade, do centro de ciências agrárias, pros estudantes. Por que isso é uma coisa que eu sempre tentei fazer. Que eu acho que o nosso trabalho precisa ser... hoje está na moda falar “socialmente referenciado”, eu não conhecia esse nome quando eu comecei a trabalhar, mas eu já tentava fazer isso desde que eu comecei a trabalhar. Porque já que eu estou dando aula de sociologia, seja lá pra que curso for, eu preciso falar para o aluno da sociedade que ele vive agora, independentemente de onde está. O que me leva a estudar a crise da agricultura do algodão lá em Goioerê, por exemplo? Eu precisava referenciar de alguma forma a sociologia que eu estava ensinando. Eu estava ensinando pra aquelas pessoas naquele contexto. Então eu sempre busquei fazer isso. Que é assim que entra a Agroecologia. O que está acontecendo aqui? O que eu vou falar pra esses meninos aqui e aqui tinha um movimento interessante puxado pelo Kapi’xawa né, tem experiências do Kapi’xawa de 30 anos atrás que os agricultores ainda contam e tem coisas que ainda existem. Se você for lá na comunidade da Lagoa Seca, tem coisas que estão lá ainda, até hoje. Tem coisas que permanecem **[eu: Que tipo de coisas?]** A Lagoa Seca é uma comunidade

que tem uma agricultura muito diversificada e misturada com muita floresta. Por quê? Porque lá atrás, não sei dizer quantos anos... lá se vão 30 ou mais, porque o Kapi'xawa já fez 35 anos, eles começaram com experiências de SAF, ah, vamos ver como que faz, foram experimentos mesmo. Então talvez hoje o agricultor não diga, ah, eu cultivo num sistema SAF. Mas se você for na Lagoa Seca os cultivos são diversos, com muitas espécies arbóreas, muita preservação de mata nativa, uma visão diferenciada em relação ao solo e à água que a comunidade tem. Tanto que quando a gente fez o plantadores de água aqui, uma das comunidades foi lá, eu me lembro bem que eles estavam fazendo uma espécie de diagnóstico pra gente escrever o projeto ainda, estava o Ailton e o Heitor andando. Porque não foi a gente que escolheu as comunidades, foi a associação da Agricultura Familiar, que é a associação das associações, vamos dizer assim, porque eles trabalham em rede, eles que indicaram [...] Então vocês vão ajudar a escolher quem tem mais dificuldade com recursos hídricos no município, aí a discussão vai e vem, claro, tinha as imposições da Petrobrás, a gente não podia trabalhar em grandes propriedades, então por exemplo, a comunidade da Feliz Lembrança, a água deles e a que mais precisava trabalhar pra melhorar a questão dos recursos hídricos lá, as nascentes da Feliz Lembrança eram dominadas por um grande proprietário rural aqui, aliás é um proprietário rural que não vende nenhuma área com nascente dentro. Esse homem controla, a gente contou da última vez, eu e o Ailton, mais de 20 nascentes no entorno de pequenas comunidades, então quer dizer, ele tem o domínio da água, ele tem o controle da água de 3 comunidades daqui, que a gente chegou à conclusão. [...] Então nessa discussão chegamos na Lagoa Seca, quando eles voltaram da Lagoa Seca, o Ailton e o Heitor, o Heitor falou assim, ah eu quero trabalhar lá, eu falei assim mas porquê?, ele falou assim, porque lá o trabalho tá quase pronto (risos). [...] O Heitor conta que aqui na Ufes antigamente tinha a semana do agricultor, diz que tinha muitos cursos nessa área. O Heitor sempre conta de um curso de permacultura que ele fez aqui, que era nessa semana do agricultor, acho que era esse o nome. E que os agricultores vinham e é triste porque essa tradição meio que acabou. A semana de estudos que a Agronomia faz ele tem muito pouco a participação dos agricultores, ficou uma coisa muito acadêmica. [...] [fala que o Kapi'xawa começo como grupo de agricultura alternativa e depois mudou para grupo de agricultura ecológica]. [...] E aí foi isso, aí eu cheguei aqui, bom vou dar aula de sociologia rural, aí tem esse movimento aqui, aí eu tô na convivência com Tiago também, aprendendo sobre isso, falei, bom, então vou me dedicar a estudar Agroecologia. E foi Assim que eu fui me aproximando. E tentando entender também como a gente da sociologia pode participar dessa grande... [trecho suprimido a pedido da entrevistada].

- Você falou sobre a centralidade do saber tradicional e popular, mas também tem a questão do diálogo. Como você entende isso?]

Eu entendo numa perspectiva que de alguma forma é do seu projeto também. Eu entendo numa perspectiva bem freireana mesmo, bem dialógica mesmo, porque se por um lado os agricultores expressam essa curiosidade, ou essa vontade de aprender, então eu es aqui pra aprender técnicas que sejam mais agroecológicas, vamos pôr assim pra resumir, que impactem menos o meio ambiente, que não tenham veneno essa coisa toda. Ao mesmo tempo que tem o agricultor que vem demandar isso da gente então, ele entra no projeto com essa expectativa, isso eu acho que é mais fácil de enxergar, todos nós que estamos fazendo parte desse grupo, nós pesquisadores e extensionistas, isso é muito tranquilo pra gente enxergar, as demandas de conhecimento que eles têm e que a gente pode ensinar, e a gente faz isso, de alguma forma, essa coisa do levar [faz sinal de aspas quando diz *levar*] o conhecimento. Mas, a forma como eu vejo é que, isso eu já fiz uma provocação numa das reuniões, não sei se as pessoas me entenderam, mas foi uma reunião de apresentação dos resultados da primeira etapa, antes de entrar nessa segunda etapa com os agricultores. Uma provocação que eu fiz é que no meu modo de entender o caminho de volta existe, apesar de que alguns de nós nega. O caminho de volta é o quê? É o que a gente vai aprender com o agricultor. Então, como eu enxergo? Eu enxergo numa perspectiva bem

dialógica mesmo. E bem freireana. Essa coisa de alguma maneira... como se você fosse botando os ingredientes na batedeira pra fazer o bolo. De alguma maneira as perguntas que os agricultores nos fazem, isso de alguma maneira impacta a gente no quê fazer como pesquisador, que respostas eu preciso buscar? Eu me lembro quando o rapaz, não vou me lembrar que madeira agora, como é o nome daquele agricultor que vai pôr uma madeira no SAF dele? Uma madeira pra móveis? [louro-pardo]. Eu me lembro quando foram apresentados os arranjos, que veio com essa proposta, e ele mesmo que apresentou, e a justificativa dele eu achei fantástica, bom, ele quer fazer móveis por causa da experiência de arquiteto que ele tem e traz também que ele tá lá numa região que é turística, ele tá na beira de uma rodovia, então ele quer também beleza no meio do café, eu me lembro bem disso. Aí você vê a reação dos cientistas, engenheiros florestais e agrônomos, mas como assim, per aí, isso é uma espécie que a gente não conhece, a gente não sabe sobre o sistema radicular da planta, foi a primeira coisa levantada, mas o que a raiz dessa árvore vai fazer no café? A primeira reação foi quase, é claro que não foi dito isso, e não vai ser feito isso, mas quase que dissesse assim, per aí, mas a gente não sabe como vai ser isso no meio do café, quase que foi dito, isso não pode, ou, talvez não seria melhor mudar, ou botar o SAF aquele que a gente conhece mais... Mas claro que isso não foi feito, não seria feito senão não faria sentido esse projeto, essa pesquisa né, mas as perguntas dos cientistas sobre essa novidade do louro-pardo no meio do café, naquela conversa foi muito interessante. E aí, o resultado da ópera, bom, vocês que são os especialistas nisso, se virem pra procurar os conhecimentos necessários pra saber como essa árvore é e o que ela vai fazer no meio do café que a gente já sabe como é. Isso pra mim é um exemplo bem claro dessa perspectiva dialógica, você tem um conhecimento de uma rapaz que é agricultor, mas também é arquiteto, aí tem o conhecimento dele de arquiteto envolvido e dos interesses dele da produção de móveis, mas você tem envolvido aí uma sensibilidade, eu quero beleza, quando ele falou que quer que fique bonita a lavoura de café porque o louro pardo é uma árvore bonita, eu achei isso fantástico, falei, bacana, agora vai lá os cientistas bater cabeça pra fazer a lavoura dele ficar bonita, porque é bonita que ele quer a lavoura e aí? Isso é um problema nosso como cientistas de fazer a lavoura dele ficar bonita. Eu acho que isso é um exemplo bacana de como a gente vai construindo... porque é isso, impactou, o agricultor quando ele trouxe essa, não gosto da palavra demanda, mas é o que se usa, quando ele fala é isso que eu quero, ele faz a gente mudar o nosso modo de pensar como cientista também e a gente tem que buscar outros conhecimentos, alguns que já têm e outros que a gente precisa experimentar e testar para responder à demanda que ele trouxe. Talvez, quem estava ali, os agrônomos, engenheiros florestais que se colocaram essas perguntas sobre o sistema radicular das plantas, a questão da sombra, o comportamento das folhas, enfim, o desenvolvimento da árvore e o que isso pode significar no café, na cultura do café, talvez os cientistas que estão se colocando essas perguntas nesse momento da discussão, eles não tenham consciência de que é exatamente esse diálogo que o Paulo Freire propõe, que nós estamos fazendo. Exatamente isso que nós estamos fazendo. Talvez eles não tenham consciência, pra alguns deles se a gente falar de Paulo Freire talvez tenham até preconceito. Mas, se bem resolvida essa questão e pra mim bem resolvida essa questão é conseguir botar o louro pardo no meio do café, pra aquele agricultor, isso pra mim é a melhor forma de resolver essa questão, e transformar o café em café produtivo, o louro pardo em produtivo, e um dia ele ter a fábrica de móveis e ele ter a propriedade bonita pro turista, pra mim isso é o bem resolver da questão. [...] Então vamos imaginar que talvez nesse intervalo de tempo só desse projeto a gente não consiga todas as respostas pra bem-resolver tudo isso, porque também, temos limitações de outra ordem, mas se a gente estiver disponível, nós como cientistas, pesquisadores das mais variadas áreas que estão dentro desse projeto, se a gente estiver disponível para ouvir, que é a escuta, que Paulo Freire fala, a escuta ativa, qual é o... se a gente fosse pensar no Paulo Freire... qual é o tema gerador dessa bagunça aqui, esse cara trouxe um tema gerador aqui pra nós, esse cara diz que ele quer uma coisa bonita, vamos discutir sobre a beleza agora, vamos ver como

nós agrônomos vamos fazer pra ficar bonito lá, se a gente bem escutar. Se a gente bem escutar o que significa isso, o que significa essa beleza pra esse cara, se a gente bem escutar, se a gente se dispuser dentro de cada um dos nossos conhecimentos, se é da genética, se é do solo, se é do clima, se é das questões hídricas e tal, sei lá, cada um dentro da sua área, se a gente se dispuser a redesenhar o nosso trabalho, porque veja, se você antes estava pesquisando lá banana, gliricídia, pupunha, isso aí já estava no nosso horizonte, que estava lá em Pacotuba, mas agora a gente foi desafiado a botar no horizonte outras coisas, então teve gente que escolheu abacate, teve gente que escolheu louro-pardo, teve gente que escolheu... então, se a gente estiver aberto à escuta e acolher aquilo que eu posso dizer aqui que é um saber popular, um desejo, uma vontade, não sei o quê é aquilo, que vem do agricultor e a gente minimamente conseguir, então perai, então agora eu tenho que ver, sei lá, eu vou analisar os clones de café, mas eu tenho que analisar os melhores clones de café que se desenvolvem lá no meio do louro-pardo agora, que não é mais na pupunha, então se a gente minimamente se reorientar, porque é isso que nós estamos fazendo, a gente está reorientando o trabalho a partir de demandas que vem por enquanto só de 4 propriedades, se a gente fizer isso a gente já tá fazendo essa coisa dialógica da construção do conhecimento, que é junto, é participativo e que é o que chamo mesmo de misturar os ingredientes pro bolo, da gente acolher o que vem dos agricultores, misturar com os conhecimentos que a gente já tem ou buscar outros se a gente não consegue responder tudo e dessa boa mistura espero que saia um bom bolo, se a gente conseguir fazer isso, então a gente já está vamos dizer assim... no meu modo de entender, a gente de alguma maneira tenta, dentro das limitações, devolver pro agricultor aquilo que ele quer vir a aprender, porque ele quer aprender com a gente como ele manifesta, mas a gente não pode também impor pra ele o que ele precisa conhecer. É isso o que eu acho desafiador e bem interessante que me faz gostar desse projeto sabe, tô falando a minha inserção agora de uma perspectiva bem positiva, eu acho muito desafiador se a gente conseguir, e eu já falei isso na capacitação que eu fiz, na palestra, [sim] eu acho muito interessante se a gente conseguir tomar consciência nós de cientistas, o rapaz da genética, a turma do solo, e tal que nós estamos também escutado a demanda do agricultor e vamos tentar responder o que ele traz, porque isso é uma postura que é um aprendizado pra nós, nem todo cientista aprendeu a fazer isso, nem todo cientista acredita que isso seja um caminho importante ou bom, então se a gente conseguir, pelo menos entre nós, eu não tenho a pretensão de resolver essa questão mas de se colocar essas questões, de se problematizar, de se perguntar sobre o papel do agricultor nesse contexto, eu já acho que é mais do que suficiente. Eu acho que esse grupo, acho não, isso foram eles que falaram numa das reuniões que a gente teve no Incaper, eu fui quase que sabatinada, foi a primeira reunião desse projeto na segunda etapa que eu fui, porque eu tinha participado de um momento que era a apresentação dos resultados da primeira etapa, que foi lá em Pacotuba, aí depois já tinha sido aprovado o projeto inclusive, acho que foi a primeira reunião depois do projeto aprovado, já com os extensionistas aqui no Incaper, primeira que eu fui, eu fui sabatinada que foi até desagradável, mas, como eu falei já estou um pouco acostuada, que eles queriam que eu explicasse como eu iria fazer quatro momentos de avaliação e que isso ia ser cientificamente significativo, isso não pode ser ciência, se você vai fazer quatro eventos de avaliação isso não pode ser ciência, e é avaliação com agricultor ainda, você vai lá escutar agricultor isso não pode ser ciência, um dia eu estava tão brava com essa história que eu falei pro Tiago, essa gente aí... eu sei fazer ciência! Eles não sabem! Para e me escuta, caramba! Chegou uma hora que eu fiquei incomodada com esse negócio. Falei, Tiago, dá licença essa turma aí, eu vou lá dar palpite, porque eu acho isso, isso me incomoda, eu não dou palpite no que o povo fala do solo, porque eu entendo de solo? Não. Eu tenho conhecimento científico sobre aquilo? Não. Eu não dou palpite se o cara fala que a poda tem que ser assim ou assado, porque eu entendo disso? Não. Eu sou pesquisadora disso? Não. Então caramba, se eu falar pra você que eu vou fazer quatro atividades e é significativo, me respeita! Me respeita porque quem sabe fazer isso aqui sou eu. Agora, eu acho que a gente

já podia ter pulado essa etapa, mas a gente ainda está nessa etapa. Isso um pouco me incomoda, mas eu vou provocando. Incomoda mas não no sentido negativo é num sentido positivo. Incomoda naquele sentido de desafiar, um dia esses caras vão entender o que eu estou falando. Mas aqui pro Tiago às vezes eu falo: caramba!

- Como é a participação dos agricultores nesse projeto em relação a quanto eles participam disso?

Isso é uma questão pra mim que foi um complicador, ou seja, tem um complicador pra responder essa pergunta que é a pandemia e o fato de que os técnicos estão trabalhando e a gente não tá indo junto. Porque parece uma bobagem mas o material de pesquisa da gente é tudo, é toda a conversa, ou todo o silêncio, o silêncio lá da Dona Léia⁸⁸, por exemplo, tudo isso é material de pesquisa pra nós. E por causa da pandemia tá muito difícil acompanhar, então, isso foi uma coisa que eu falei, percebi desde a outra vez, comentei um pouco sobre isso quando foi apresentado o resultado lá em Pacotuba, fiz uma provocação nesse sentido, mas a unidade de Pacotuba era uma unidade experimental do Incaper, ela já tinha ali escolhas pregressas, e a gente já tem uma escolha pregressa quando a gente fala assim, olha, agora a gente vai sair da fazenda experimental e vai com esse projeto pro campo, a gente já tem uma escolha aqui, não é do agricultor, é uma escolha nossa, ele não participou disso, a gente é que avaliou que era importante pro agricultor sair agora aquela experiência que a gente já tinha feito na fazenda experimental, já aí pra mim tem um probleminha, porque já parte porque não é o agricultor que demandou isso, entretanto, existe uma espécie de demanda social que pode não ser os quatro agricultores com os quais a gente vai trabalhar, mas de dar algumas respostas à questão da cultura do café em alguns contextos, até inclusive no contexto das mudanças climáticas, o café aqui no Espírito Santo (ES) vai queimar, é isso, não vai ser produzido café aqui daqui a 20 anos se a gente não tomar providencias não vai ter café no Espírito Santo, isso não foi eu que falei não, tem relatórios do IPCC [Intergovernmental Panel on Climate Change] que falam isso, que no Brasil, se quiser cultivar café vai ser na região Sul porque não vai ser possível cultivar café no ES mais, como não vai ser possível cacau no sul da Bahia. Então, esse resultados de pesquisa, essas projeções já existem. Então, assim, dá pra gente entender que existe uma certa demanda social aí de resolver alguns problemas que têm a cultura do café, aí a gente tá trabalhado dentro disso, mas não dá pra afirmar que é interesse do agricultor daqui da nossa região participar desse projeto. Então, de origem, já não tem a participação do agricultor aí, na proposta já não tem, o que ao meu ver, não é um problema grave, mas é um problema. A pesquisa já não é participativa aí, a gente já não pode dar o nome de participativa pra ela. Eu acho, mas eu só acho, como eu falei pra você eu não tenho ido lá, eu gostaria de acompanhar mais os técnicos de conversar mais com os extensionistas nessas visitas que eles estão fazendo, porque às vezes eu tenho a impressão por algumas coisas que eu enxergo, que o agricultor participa pouco de fato, é que é mais a gente levando as coisas pra ele, que tudo bem, ele tem uma expectativa disso mesmo, tudo bem a gente levar também, mas às vezes eu tenho a impressão que essa escuta ativa que eu falei, que é importante, que é essa visão do Paulo Freire, a gente não pratica, é porque a gente não conhece, a gente não foi treinado pra isso também, a gente não foi treinado pra isso. A verdade é essa. Eu posso dizer que até eu mesma no meu curso de ciências sociais fui bem pouco treinada pra isso. Então, isso é uma perspectiva que é também ideológica, já que você falou que Administração é ideologia, é uma perspectiva que é também ideológica, até porque não existe não ideologia na ciência, você já sabe disso não precisa de contar, então é isso, é ideologia também quando a gente fala que o agricultor não sabe, é ideologia quando a gente fala que ele sabe também, mas eu acho isso, a gente não foi treinado pra isso então eu acho que ainda mesmo nessas experiências das UPPs o grau de participação é baixo, eu até discuti, depois não sei se você teve acesso, mas eu posso até te mandar, o capítulo que eu ajudei

⁸⁸ Nome fictício.

escrever [eu: eu quero] eu posso te mandar. Eu tive bastante dificuldade de discutir com a Ailton e o Tiago, porque o título lá tá escrito participativo, a gente tá usando a palavra participativo, mas a gente não tá fazendo pesquisa participativa, e eu acho que o principal ponto com essa minha afirmação é que o agricultor não está participando em muitas das coisas que ele poderia participar, entretanto, em alguns momentos está, quando o rapaz lá da UPP fala eu quero o louro-pardo e as pessoas se põem a tentar resolver o problema dele, ele tá participando, ele impôs pra nós: e aí cientista, agora se vira aí, eu vou pôr louro no meio do meu café [...] Então, eu acho que tem algum grau de participação do agricultor sim, na escolha dos consórcios, na escolha das áreas, onde trabalhar, tem algumas escolhas que são do agricultor, mas eu ainda acho que a gente induz muito as escolhas para o que será feito na UPP, até induz porque a gente já tem uma pesquisa pregressa que já nos dá algumas informações, então a gente a partir desses dados vai lá e diz, não, isso é o melhor, é isso o que nós vamos fazer, e a gente induz também porque também tem essa expectativa do agricultor de aprender com a gente, da gente levar respostas e algumas das respostas a gente já tem. Então a gente vai lá e leva um monte de respostas pra eles, e eles ficam ali escutando. Se eles fazem a pergunta e a gente responde, aí tem um grau de participação, eles têm uma demanda, eles querem aprender alguma coisa, mas eu acho que a gente ainda não chegou no que a gente chama de, aí estou falando da metodologia, pesquisa participativa, no sentido de que tem aí um importante envolvimento na tomada das decisões do participante da pesquisa, nesse grau a gente ainda não chegou. Então depois você vê lá, eu fiz isso também na apresentação que você assistiu, eu botei aquele quadrinho comparativo, que tá no texto que eu vou te mandar. Aquele quadrinho comparativo, observação participante, participação observante, pesquisa ação-participativa, a pesquisa ação-participativa é a pesquisa que pressupõe envolvimento ou participação de fato do participante da pesquisa desde a tomada de decisão do que será pesquisado. Então é o maior grau de participação que a gente poderia dizer. Agora, a observação participante, é assim, o pesquisador é que vai participar lá, anotar no caderninho dele o que ele quer, e não tem participação. Na pesquisa do observador, não tem participação, [a minha pesquisa está mais nessa perspectiva aí] a minha pesquisa também. O pescador da minha tese de doutorado não participou em nada da minha pesquisa a não ser me fornecendo, como disse o Seu Lili, os conhecimentos que eu precisava pôr na minha tese que ele nunca ia conseguir ler. Seu Lili fez lá a crítica que eu achei... deu um tapa até na minha cara, inclusive. Vocês vêm aqui, depois vocês vão escrever livro porque vieram aqui aprender comigo, é isso. Então, qual é o grau de participação dele? Eles fornecem os dados pra gente, de várias formas, pode ser só a gente olhando, tem gente que faz pesquisa, sei lá, observando criança brincando, por exemplo, qual que é o grau de participação dela? Ela tá na vida dela brincando. E eu estou aqui observando a brincadeira dela. Então, assim, o grau de participação dessa criança? Zero. [...] Então, o que eu discuti com Ailton é que a gente está no máximo ao meio do caminho, se a gente tiver que enquadrar nessas três tipologias que eu fiz baseada nas leituras que a gente faz. Eu acho que no máximo a gente está a meio do caminho, mas eu não sei se a gente chegou ao meio do caminho ainda. O fato é que me preocupa muito a gente estar usando essa coisa do participativo, porque como conceito metodológico isso não está correto. A gente não faz pesquisa participativa. Daí até a gente... eu estou esquecendo agora, mas acho que é essa que você falou participação observante, que é a coluna do meio [no quadro do capítulo do livro] que eu acho que no máximo a gente está no meio. [...] Mas eu acho que se a gente conseguir problematizar isso e se as pessoas tiverem sensibilidade para... ou não sei se isso é um desejo, sabe? Se é um desejo dos pesquisadores fazer uma pesquisa participativa, tenho minhas dúvidas. [eu: O problema é que conseguir fazer uma pesquisa participativa seria fundamental no contexto da Agroecologia...] É. Eu acho que é, eu penso que nós estamos no caminho, nós estamos tentando. Entende? Nós temos isso no horizonte, nós queremos fazer, achamos isso importante, entendemos a importância, mas como eu disse, nós temos uma história de vida como cientistas que somos há algum tempo, que não nos formou

pra isso, a gente não foi forjado assim, a gente não aprendeu isso. A gente tá discutindo isso agora. [...] A gente tá aprendendo a fazer, fazendo. Porque a gente acredita que isso é a melhor forma, mas ainda a gente tem os vícios de origem, a gente tem aquelas escorregadelas que de vez em quando a gente dá. Isso é normal, faz parte do processo. É bom que a gente tá caminhando, eu falo, eu acho que a gente tá caminhando. Tá, na minha avaliação, no meio do caminho. Nós não estamos fazendo ainda uma pesquisa-ação ou uma pesquisa participativa de fato. Porque eu ainda avalio que o grau de participação do agricultor está pequeno. Agora, a gente tem que considerar que está difícil fazer essa discussão. Essa problematização. E até trazer mais o agricultor. Por quê? Por causa da Pandemia. Por que eu falo isso? Porque a gente tem participado pouco com eles. Eu mesma fui a única vez e a única que eu conheci das UPPs, presencialmente, e as famílias, foi agora em Ibitirama. Nesse momento agora. Então, a esperança que eu tenho, é que diminuindo essas dificuldades da gente se encontrar, a gente consiga acompanhar mais de perto. E mesmo que eu não possa ir sempre acompanhar de perto, a esperança que eu tenho é que Patrícia faça isso, que a gente consiga trabalhar pra Patrícia trazer informações e alguns registros, e a gente ir fazendo esse diálogo, eu acho também que o fato da gente estar se encontrando muito pouco, a gente tá dialogando pouco sobre isso, então isso também, de alguma forma, dificulta que a gente faça aí uma espécie de correção de rumos, que a gente vá aprendendo, porque é isso que eu falei, nós também estamos aprendendo, nós também estamos no processo né. Que é esse processo da práxis que fala o Paulo Freire. A gente está em constante construção. E nós pesquisadores e os agricultores agora estamos nesse processo de construir essa coisa que é fazer uma pesquisa participativa. Em processo. Eu acho que esse processo atrapalhou um pouco a gente, essa coisa da pandemia. A minha expectativa era outra. Eu gostaria de ter ido mais a campo, de ter conhecido mais desde o princípio porque isso tudo é matéria prima pra gente analisar depois. Essa é outra coisa que... não são só quatro momentos de avaliação que a avaliação participativa vai fazer, todas essas convivências vão somar pra gente entender o que vai aparecer depois naquele momento da avaliação participativa. E aí o fato da gente não poder estar indo com mais constância conviver com essas realidades está dificultando também. **[eu: como um trabalho que poderia qualificar esses momentos de avaliação...]** É, tudo isso é elemento. Como você convida à participação uma mulher que não quer falar numa roda de técnicos com aquela fala, aquele grito lá que o Luís⁸⁹ deu! Se eu fosse aquela mulher eu corria pra debaixo da mesa com aquele homem gritando na minha varanda. Juro mesmo! Isso é elemento, como é que você convoca a participar um agricultor desse jeito?! Tanto que eu não sei quem estava perto de mim, se era você ou Paula⁹⁰, quando eu fui despedir da Dona Léia⁹¹, que eu fui pegar o morango, eu falei Dona Léia, a senhora conversou pouco, mas nós vamos fazer um café só das mulheres, porque gente, é isso né, aquela mulher tem o que dizer, e a gente quer ouvir, o problema é que como a gente faz pra ouvir? Falar daquele jeito que o Luís falou, isso não é convidar a pessoa a falar. [...] A mulher não tinha nem tempo de respirar, ele falava ‘falo eu’. Como você vai fazer pesquisa participativa assim? Não tem jeito sabe? Essas coisas todas são elementos pra gente depois ir burilando e fazendo as análises lá de onde a gente vai chegar. Na pesquisa participativa, um sorriso, uma expressão, um silêncio, tudo isso é informação pra pesquisa. Porque tudo isso tem significado social. O silêncio da Dona Léia tem significado social. Assim como as respostas que eles vão dar depois naqueles momentos de avaliação que a gente vai fazer. Tem significado social. Então a gente, ao fazer pesquisa participativa, a gente tem que estar o tempo todo atento ao que o agricultor está trazendo, e às vezes ele traz o silêncio, isso é também importante, Às vezes ele não traz... a recusa de participação no projeto é um indicador importante, por exemplo. Será que tem agricultor que a gente convidou e não veio? Por quê? Tudo isso é importante. Minha

⁸⁹ Nome fictício.

⁹⁰ Nome fictício.

⁹¹ Nome fictício.

expectativa é conseguir contribuir com essas reflexões. No final. Vamos ver se a gente consegue ter pernas pra isso. Porque acho que essas reflexões são importantes pra construção do conhecimento em Agroecologia. Eu acho que a gente precisa avançar nisso. Eu também acredito, como você falou, que isso é muito importante, você não faz Agroecologia se você não conseguir interpretar o silêncio da mulher agricultora. Estou exagerando no argumento, mas é isso.

PESQUISADOR 2 – ENTREVISTA REALIZADA VIA PLATAFORMA ZOOM

- Há quantos anos é servidor do Incaper e como foi a sua escolha pela carreira de pesquisador?

Eu comecei como pesquisador em 1995 e até ali eu era professor em uma escola rural e foi por um convite. Eu não tinha o desejo de virar pesquisador, não me vinha à cabeça isso. E a partir daí eu topei e vim pra cá. Na época a diretoria da Emcapa, hoje, Incaper, que fez esse convite. Foi uma mudança dentro do Estado.

- Você poderia contar sobre a sua formação? Quais experiências marcaram a sua aproximação com o que hoje é conhecido como agroecologia?

Eu sou agrônomo e fiz mestrado na área de fitotecnia e agricultura orgânica, trabalhando com adubação orgânica e fiz o doutorado na área de fitotecnia-agroecologia em Viçosa, o mestrado foi em Lavras, e trabalhando com café de novo, no mestrado também foi café. E, nesse caso aí, focando na adubação verde e com o foco no nitrogênio, o fornecimento de nitrogênio nas plantas pelo adubo verde. Em relação com a aproximação com a agroecologia foi desde a Universidade, participando de grupo estudantil ligado à ecologia e agricultura orgânica. Daí fui sempre trabalhando com isso.

- Como você avalia o projeto anterior (*Avaliação do cafeeiro em sistemas agroflorestais*) tanto em relação ao processo, quanto em relação aos resultados?

O projeto anterior não foi elaborado por mim, ele foi discutido com um grupo de pesquisadores e extensionistas, coordenado pelo colega Lúcio Demuner, que é um extensionista, e eles montaram duas unidades, digamos assim, unidades de observação, e eles utilizaram recursos do MDA. Foi um projeto, financiado pelo MDA, implantado em janeiro de 2013 e duas fazendas, uma em Viana e outra em Pacotuba, lá em Cachoeiro. Eles discutiram os desenhos agroflorestais dos dois sistemas e implantaram. O projeto não tinha, vamos dizer assim, um objetivo científico de estudo científico, de estudar pormenores do sistema buscando a explicação dos resultados. Ele tinha mais uma ideia de fazer visitas de agricultores, ter uma espécie de, quase uma unidade demonstrativa e de observação. No final de 2013, eles me pediram pra assumir. O coordenador do projeto se tornou diretor técnico do Incaper e ele repassou o projeto pra mim. Só que ocorreu o seguinte, ao entrar no projeto, nós vimos que existiam problemas e a gente não tinha o que demonstrar. Quando a gente olha a metodologia clássica de extensão, a gente produz um resultado científico, que pode ser adubação, no nosso caso, café, ou um agrotóxico pra controle de alguma praga ou doença, ou até um mecanismo de controle de doença que seja o manejo do sistema, que não vai usar agrotóxicos né, e essa ideia, quer dizer... você monta o experimento dali faz uma unidade em propriedade do agricultor, ela pode se tornar demonstrativa se ela der resultado. Agora, por princípio, quem demonstra é o agricultor. Por isso, precisa de um agricultor confiável pra realizar isso. Se eu montar uma unidade de demonstração na propriedade de um técnico do Incaper, será que os agricultores vão confiar? Então, nessa metodologia clássica eu tenho uma inovação tecnológica, eu levo pra um agricultor que seja conhecido e respeitado, ele experimenta e dali você faz uma unidade demonstrativa se der certo. Mas o agricultor precisa estar convencido. E como montar uma unidade demonstrativa dentro da Instituição pública? Ela não vai ser confiável, porque aí você tem... se perder ou se ganhar dinheiro tanto faz, porque tem o recurso, tem o trabalhador e tudo.

Então, a nossa função é produzir resultados e levar para os agricultores que experimentam e a partir dali podem difundir ou não aquela tecnologia, dentro da metodologia clássica, ou seja, o agricultor é central. E aí alteramos o projeto. Ele foi implantado com recurso do MDA e o projeto do MDA encerrou em 2014. E aí foi enviado um projeto para o consórcio do café que durou até 2019. Esse projeto ele era bem simplificado, ele foi alterado ao longo do tempo, a partir que eu assumi e transformei numa unidade de pesquisa para produzir resultados científicos. Então, começamos a fazer as colheitas, e ao invés de fazer a colheita do talhão inteiro, nós fizemos 15 parcelas pra poder ter repetições e fazer análises estatísticas da colheitas. Fizemos análise de peneira, de produtividade, começamos a fazer leituras de luminosidade, começamos a fazer a colheita só com 80% do café maduro, então a gente verificou o seguinte, que o café com gliricídia ele é mais tardio, porque há uma ideia clássica de que o café sombreado, consorciado com árvores ou plantas maiores que o café, ele vai demorar mais pra amadurecer e vai ser mais tardio. Então, com a gliricídia foi mais tardio, e mais uniforme alongou mais o período de colheita. Com a pupunha não, a pupunha foi a mais precoce, o café foi colhido mais cedo, e o intervalo de colheita foi pequeno, depois veio a bananeira. Teve coisas que nós fizemos o seguinte, nós fizemos avaliação de comprimento de internos, porque o café emite um nó por mês, em média, no verão mais, no inverno menos, mas a média é um nó por mês, só que o seguinte, se tá mais sombreado a tendência dele é alongar o entrenó. Então nós fizemos medição de altura, verificamos que nos consórcios, era mais alto [a altura do pé de café], já a pupunha, que é menos sombreada, não difere do pleno sol, então fizemos essas avaliações mais profundas, da colheita do café, em termos de produtividade e qualidade, no caso do tamanho de grão, as avaliações de sombra e maturação do café, as avaliações de solos, então começamos a coletar análises de solos, análises foliares, dentro de metodologia científica. Porque pra uma unidade de observação, o que a gente faria? Uma análise só em cada tratamento. Nesse caso, a gente tem 12 amostras foliares por tratamento, 12 amostras de solo por tratamento, então a gente pode fazer a análise estatística. E assim foi. Fizemos também um projeto de decomposição da matéria orgânica sem ter recurso. Aí nós apresentamos o projeto pra Fapes em 2017, justamente pra ter recurso pra fazer todas as análises de solo, foliares, comprar equipamentos. A gente fazia poda das árvores com facão, aí comprou uma motopoda que vai até 5 metros de altura, que a gente pode podar as árvores, era perigoso ter que subir, compramos escada, então agora nós temos lá uma escada, que se não tiver com a motopoda, você precisar fazer uma poda pequena, pode subir lá e cortar de facão ou de serrote, mas com segurança. A gente tinha uma escadinha de madeira perigosa, feita pelos funcionários. Então esses recursos viabilizaram tudo isso. Mas nessa avaliação, nós separamos lá cinco plantas de ingá, cinco de gliricídia e aquelas plantas a cada poda a gente avaliava a quantidade de matéria orgânica, pesávamos, fazíamos análise foliar disso tudo, pra saber quanto de nutriente ele está reciclando, que há uma ideia que as leguminosas, no caso da gliricídia e ingá, elas fixam nitrogênio do ar, e os trabalhos têm até 90% de nitrogênio fixado, mas uma média assim de 60% vêm da fixação biológica, 40% ela retira do solo competindo com o café. Então, a gente tinha que ter uma ideia dessa contribuição, da reciclagem de nutrientes e do efeito dessa matéria orgânica sobre o solo. Também tínhamos 6 plantas de ingá, de bananeira e pupunha marcadas pra isso, pra avaliar a quantidade de matéria orgânica, então é um conjunto do experimento que foi avaliado. O Davi, a dissertação de mestrado dele, foi estudando a parte física do solo. Então, todo esse... ah! Fizemos um estudo de decomposição dessa matéria orgânica, com resultados que o agricultor não vai saber, por exemplo, a gente fez a poda em agosto, 50% do nitrogênio da gliricídia, ele é liberado em 70 dias. Já o ingá, ele decompõe lentamente, esse 50% [no ingá] vai ser liberado, digamos, em 200 dias. Significa que um libera muito rápido, o outro libera pouco, lentamente. E o ingá deixa um residual maior por ano seguinte. Qual das duas plantas vai ser melhor pro café? O café com a gliricídia produziu igual ao café ao pleno sol. O café com ingá produziu 44% mais do que o pleno sol. Então parece que essa liberação gradual é melhor. Então, a gente

tinha que estudar o sistema para levar para os agricultores alguns parâmetros técnicos. Por isso nós inserimos, quando fizemos o projeto da Fapes, nós inserimos isso e inserimos visitas periódicas de agricultores. Essa visitas periódicas eram pra... se a gente tem uma tecnologia que pode ser um adubo melhorado qualquer, um agrotóxico qualquer, melhor do que o que existia, ou uma semente melhor, de milho, de feijão... quem produz isso na metodologia convencional, vai lá monta uma unidade, demonstra e vende o produto. Mas é uma coisa imediata [**eu: Mas você não falou que a unidade demonstrativa, pelo processo clássico, ela tem que ser instalada na propriedade do agricultor?**] Isso que eu ia te dizer. Se a gente esperar o projeto ficar pronto pra repassar as informações pros agricultores, a gente poderia fazer um processo de discussão interno com visitas periódicas para os agricultores exercitarem a crítica à unidade. Quer dizer, eles iriam ver, se eles visitarem duas vezes por ano, durante três anos o projeto, eles estariam ali exercitando a crítica e estabeleceriam um processo de discussão dos resultados ali produzidos. Essa era a minha intenção. Então ele vai chegar lá, olha, tá o resultado, é realmente produziu muita matéria orgânica, mas o café tá ruim, não tá produzindo bem, eu sabia disso. Aí vem aquele problema, que eu acho que nós já discutimos, que quem aplicou a metodologia não aplicou com essa intenção, aplicou com outra intenção. Então, ao invés da gente formar aqui uma unidade demonstrativa, a gente forma uma unidade que procura explicações para essa tecnologia, procura aprofundar o conhecimento sobre esse sistema, não uma tecnologia, e trazer os agricultores para fazerem discussões periódicas sobre os resultados. E a partir daí a gente faz a difusão imediata durante o processo de construção do conhecimento, que começa a aplicar uma visão mais agroecológica sobre a unidade. Essa foi a ideia de inserir também a visita dos agricultores dentro do projeto. Porque, então, terminou três anos de projeto, eu vou lá, levo os agricultores pra visitar, faço uma palestra e aí? Ninguém viu a colheita de café, ninguém viu a poda da árvore, ninguém viu crescer. Então a gente levava os agricultores em março, quando o café estava faltando um mês ou dois pra começar a colheita. Então, tanto não atrapalhava os agricultores, mas também permitia eles virem também. Levamos eles no final do ano, após a floração pra ver o chumbinho, aquela... assim, eles olharem a planta reformando. Então fizemos isso duas vezes por ano, esse é o conjunto do projeto que foi a evolução da metodologia do sistema. Tem um detalhe, que eu acho que é bom frisar, que eu me abster de coordenar essa parte com os agricultores, porque tem aquela coisa da gente sem querer, interferir. Os colegas que montaram um planejamento pra fazer a avaliação participativa do sistema com as visitas dos agricultores, só que eles acharam o seguinte, que se a gente apresentasse números, resultados, nós iríamos contaminar a visão deles [agricultores], eu fui contra, mas assim que eles pensaram. Então, os agricultores avaliaram o sistema sem saber quanto que o café produziu a pleno sol, na pupunha, no ingá... sem saber qual o resultado da análise de solo em um e em outro, sem saber o resultado de análise foliar, qual a leitura de sombra, qual a produtividade de matéria orgânica, qual a velocidade de decomposição dessa matéria orgânica, que eram informações que poderiam alimentar o debate sobre uma unidade de pesquisa, dentro de uma estação de pesquisa, uma fazenda de pesquisa. Quer dizer, eles avaliaram como se estivessem dentro de uma propriedade de agricultor onde o agricultor não tá fazendo... ele tem leituras mais diretas, sem o preciosismo científico de fazer repetições. Então se aplicou a metodologia que normalmente se usa em propriedades de agricultores, semelhante ao que se faz em DRP [Diagnóstico Rápido Participativo], se aplicou dentro da fazenda experimental, sem levar em conta as informações produzidas pelo experimento. Apesar de ter resultados interessantes, eu acho que não foi o ideal. [**eu: Você acha que essas avaliações poderiam ser explicadas aos agricultores?**] Nós sabíamos que o café com pupunha e ingá estavam produzindo mais do que o pleno sol, mas os agricultores não sabiam. Eles olhavam e faziam estimativas. No final das contas, as conclusões deles iam por ali, mas eu acho que seria muito mais frutífero, seria melhor se a gente pudesse discutir com eles o que eles estavam vendo, os resultados, e com base na experiência deles, eles fossem pra casa e fossem fazendo aplicação de coisas interessantes pra

eles. Aí era uma coisa. Mas eu acho que a metodologia pra se fazer o processo participativo numa unidade de pesquisa, tem que ser diferente da metodologia pra se fazer a avaliação e a construção de conhecimento dentro da propriedade de um agricultor. No caso das nossas unidades que a gente tá montando agora, não vai ter repetição, não vai ter bloco casualizado, não vai ter nada disso, e eles vão coletar uma amostra foliar por ano, uma amostra de solos por ano, pra poder fazer recomendação de adubação, talvez fazer uma leitura de luminosidade porque se diz que tem que ser em torno de 35 a 40% de sombra. Se tiver muita sombra tem que fazer poda. E aí o agricultor vai, ele tem que, com a experiência dele, fazer a leitura de sombra. Nós estamos comprando luxímetro, porque o septômetro, que é melhor, vamos dizer assim, é equipamento de 10 mil reais, o luxímetro com 300 reais você compra um, 400 reais. Então, ele vai lá, faz a leitura na sombra, faz a leitura no sol. A gente vai lá, conta 5 leituras e anota. Anotou uma, anotou outra, anotou outra... que ele varia muito. E tira a média, tem ali. Eu vou lá como as cinco leituras, pode estar um tempo mais nublado, menos nublado, mas tem que fazer ao mesmo tempo pra evitar que... se ele faz a leitura num com a nuvem passando por cima, num sem a nuvem, é claro que vai dar tudo errado. Mas aí ele monitora, faz o percentual de sombra, isso é coisa rápida, em 5 minutos, se ele andar muito devagar ele faz isso. Mas o que que a gente fazia lá, a gente ia em 8 pontos, fazíamos uma leitura na sombra, uma leitura no sol, fazíamos com 15 repetições! Uma pessoa ficava anotando e outra fazendo a leitura. Eu falava assim, mil e duzentos, mil e trezentos, mil duzentos e cinquenta, mil duzentos e oitenta e sete, e tal. Eu anotava no papel. Aí chegava lá na sala, e fazia a digitação no excel e tirava a média. Agora você imagina, oito pontos amostrais, na verdade eram oito pontos amostrais cada com 15 leituras, em cada talhão. Então são 40 pontos amostrais, cada um com 15 leituras depois a gente fazia a análise estatística, e fazia o percentual de sombra em cada um. Fazíamos isso antes da poda da árvore e depois da poda da árvore. Pra ter ideia se o controle de poda da gente estava levando a 35%, 40%. Então, nós sabíamos o percentual de sombra. E aí, numa das reuniões eu falei com os agricultores o seguinte, precisa ter um pagador de promessa igual o Mateus e o Davi, que eram os bolsistas, que ficam fazendo essas leituras, expliquei pra eles como era feita a leitura, é realmente é muito serviço, porque gastava uma manhã pra fazer todas as leituras, vamos dizer, duas a três horas pra fazer todas as leituras, depois digitar gasta mais uma a duas horas porque tem que fazer com calma senão, se trocar número, por exemplo, se você bate lá 15, bateu 150, a média vai lá pras cucuias, só que aí os moderadores não falaram assim, ô André⁹² então o Mateus ou o Davi podiam apresentar os resultados de sombra, pra discutir com os agricultores, como é que faz a leitura de sombra, ou seja, poderia popularizar o processo científico. Então, pega o luxímetro lá e faz, pega o septômetro e faz a leitura [eu: **Tinha um momento de conversa nas visitas em que se apresentava o que estava sendo feito, só não se apresentava os resultados, é isso?**] Os coordenadores dessa avaliação participavam do sistema, eles fizeram a avaliação participativa, eles falam assim, ó gente, hoje a nossa tarefa é percorrer aqui o sistema, vocês podem tirar solo, podem observar o que quiser e depois a gente volta aqui, os grupos vão se reunir e tinha algumas perguntas pra responder. Ao final da última reunião, tinha uma... as coisas foram construídas ao longo do tempo, tinha uma matriz de... eles produziram uma matriz com notas para o sistema, e indicadores de qualidade do sistema, produziram seus indicadores e tal, tudo legal. O problema é que eles produziram só com o que eles puderam ver com a experiência deles, porque os coordenadores acharam que se a gente repassasse os resultados de luminosidade e sombra, poderia contaminar a conclusão deles, eu acho que, e aí é... quando o tema apareceu, eu falei, olha, os meninos aqui fazem isso, é muito trabalhoso, tem que ser pagador de promessa porque é um trabalho chato, mas eles sabem qual é a luminosidade no sistema, mas os coordenadores da avaliação participativa do sistema acharam que isso contaminaria o processo de avaliação deles porque

⁹² Nome fictício.

eles estabeleceram uma programação. Eu acho que a programação teria que ser, separar o que seria uma avaliação inicial deles do sistema, mas eles terem acesso ao conhecimento que estava sendo produzido. Se eu visitar a propriedade de um agricultor e der uma palestra sobre sistema, eu posso contaminar o processo de avaliação da propriedade do agricultor, a gente tem que ouvir o agricultor e tirar conclusões com ele. A partir dali a gente pode entrar em formulações, convidar pessoas para falar de outras experiências, seja de agricultores ou de conhecimento científico, mas numa etapa posterior. Isso, assim, é um coisa que eu tomei muito tempo pra falar, mas é um impressão de como a gente fez isso. **[eu: E em relação aos resultados?]** Basicamente eles chegaram às mesmas conclusões que a gente chegou, só que eles não tiveram a oportunidade de opinar sobre as metodologias de avaliação que nós estávamos fazendo. E nem de fazer a crítica sobre o que a gente estava avaliando. Ou os resultados que a gente conseguiu. **[eu: Você acha que eles poderiam ter contribuído também nesse sentido?]** Essa era a ideia. Mas eles tiraram conclusões semelhantes aos que os resultados científicos, vamos dizer assim, produziram. Porque ciência é conhecimento, eles têm os conhecimentos deles e o conhecimento pelo método científico, esse não foi misturado.

- Que experiências anteriores influenciaram a proposição do projeto atual com delineamento metodológico que possui?

O projeto anterior, o da Fapes, tinha 4 projetos. Um, era o meu projeto, que era da nossa unidade que tem todas essas avaliações que eu já citei anteriormente. Inseri o projeto dessa colega, a Penha, que avaliou o microclima com foco na água, então ela montou até estações meteorológicas lá dentro. E fez mecanismos de coleta de água no tronco das árvores, colocou um monte de pluviômetros pra interceptar água, fez avaliação de temperatura de solo, um monte de coisas, estudou o microclima. E havia um outro projeto de um professor do Ifes que foi comprar um equipamento que faz análise química do café pra estudar a qualidade, quer dizer, o projeto dele foi praticamente a compra do equipamento. E ele comparou dois equipamentos pra fazer o estudo da qualidade química do café, então a gente sabe que a qualidade do café é medida... você colhe o café, faz avaliação por peneira, o que tiver peneira mais graúda é um café preferido e faz a prova de xícara, e essa prova de xícara ao final, o que café que tiver melhor sabor, é o de melhor qualidade. Bom, então nesse caso, havia um projeto antigo que falava língua eletrônica. Ao invés de provar pela língua, ele vai estudar os componentes químicos e indica os que têm melhor qualidade pelos componentes, o equipamento é de espectrometria de massa, assim, um negócio mais complicadinho. E aí, o quarto projeto foi de uma farmacêutica que se propôs a estudar os componentes químicos de ingá e glicícidia pensando em desenvolver cosmético ou fármaco. Então ela fez um estudo pormenorizado dos componentes químicos porque você pode ter muitos polifenóis, ligninas, dependendo do tipo, identifica aquilo. E ela elaborou aquilo lá e tem uma série de produtos que podem ser usados pra cosméticos. No caso, ela trabalhou mais, no final das contas, com a glicícidia. E isso poderia gerar um recurso a mais. Onde tradicionalmente o agricultor tem a sombra, o adubo verde, a fixação de nitrogênio, a reciclagem de nutrientes, o ambiente com microclima melhor, a venda de madeira, ou, o uso da madeira para consumo, por isso que se fala que são árvores de uso múltiplo. Mas nesse caso poderia se estabelecer, se isso se torna uma tecnologia boa, se tem mais na folha, se tem mais na casca, se tem mais na planta inteira, mas, sei lá, na parte interna da madeira, então ela fez esse estudo. Esse foi um projeto bem, vamos dizer assim, intramuros, dentro da pesquisa. E aí nós achamos que deveria montar uma... saiu o edital do consorcio do café, e nós juntamos os projetos de sistemas agroflorestal. Então, tem uma colega que está fazendo trabalho com palmeira associada ao café, na região serrana aqui. Tá montado lá na fazenda de Venda Nova. Mantivemos o mesmo projeto, que é coordenado por mim [na Faz. Bananal do Norte, Pacotuba], um outro colega que está estudando desenvolvimento de... identificando clones melhores para o sombreamento, então ele tá medindo a produtividade nos pés de café em todos os clones, em todas as plantas lá da área. Aquelas melhores ele vai clonar

e fazer variedades clonais, que normalmente as variedades clonais têm de 9 a 13 clones juntos, apesar de que os agricultores não seguem essa recomendação, eles trabalham com um clone só. E plantam um clone polinizador. Mas isso é outra questão. E um quarto projeto que é coordenado por um extensionista, que é a montagem de 4 unidades onde vai ter a avaliação econômica também, que aí o Tiago⁹³ se insere. E essas quatro unidades, nós temos o entendimento de que cada realidade vai ser um sistema diferente. Então, a Nossa unidade [Pacotuba] pode servir de parâmetro para discussão, mas não pra recomendação do sistema. Então, cada agricultor, como recurso é do consócio do café, tem que ser com café, então, tem agricultor que resolveu colocar banana, outro gliricídica, outro pupunha, outro abacate, outro louro pardo. Tem um agricultor que faz feira, pretende diversificar mais, então, cada agricultor vai ter o seu sistema voltado para o seu objetivo e aquilo que ele identifica que é melhor na região dele, mas isso já é um princípio que o sistema agroflorestal, ele por si só já é muito diverso, então a gente vai poder ter sistemas muito simples, com o café e mais uma planta, ou, um sistema muito diverso, que é aquele que o Juarez⁹⁴ tá acompanhando, que ele tá tentando aplicar os princípios sintrópicos também, avançar na...Então você tem o Juarez fazendo o sintrópico e tem outros sistemas mais simples, vai depender do agricultor e do extensionista que tá atendendo. Eles vão fazer uma construção própria. Basicamente é isso. [...] Quando a gente começou a discutir, os extensionistas, alguns deles ficaram meio perdidos, porque eles acharam que eu ia propor ó, você vai fazer consócio de café, pupunha, banana, ingá. Eu não falei isso. Cada extensionista vai construir junto com o agricultor o seu projeto. E aí, em função disso nós fizemos o processo de capacitação para discussão dá... trazendo informações pra ajudar o pessoal na discussão. Eles estão montando as unidades com os agricultores a partir dessas informações e das experiências e anseios que a família tem. Só que tem uma questão, que eu acho que isso é muito dentro do princípio agroecológico, quando você tem uma tecnologia tipo adubação mineral, agrotóxico, uma semente melhorada em sistema bem convencional e uma máquina muito complicada, o agricultor vai ter naturalmente uma dependência do técnico, porque esse agricultor não tem estudo de química do solo, química de agrotóxico, não tem uma formação técnica para isso, quando se trata de manejo do sistema, é o agricultor que tem o domínio do sistema, é ele que observa os resultados do manejo. Quando a gente fala de um consorcio com banana, a gente pode propor um espaçamento do café 3x1 e da banana 5x5. Se eu proponho colocar lá café com o espaçamento 3x1, deixando lá 4 hastes por planta, e a banana 5x5, só que o agricultor ele observa o seguinte, tá abafando muito o café, nós vamos botar a banana 6x6 ou 6x5, aumentar um pouquinho o espaçamento pra dar mais luz pro café, ele pode tomar essa decisão, porque ele tá observando no manejo... porque o clima daqui pode ser diferente do clima do município vizinho, ou mesmo dentro do município tem climas diferentes, às vezes é altitude, chove mais, chove menos, então ele fala assim, olha, o café, ele tende a encorpar um pouquinho e 3x1 ficou muito fechado, seria bom botar 3x1 porque os galhos crescem um pouquinho mais. Essa informação técnica a gente tira ali dentro, mas quando vai pra propriedade do agricultor, ninguém melhor do que ele pra ir fazendo essas observações. Então, os agricultores, pela experiência, eles vão fazendo isso, é diferente de... Se o agricultor for trabalhar com hidroponia, tem que ter medição de pH, hidroponia a planta vai ficar ali no meio nutritivo, a água passando em baixo com nutrientes, só que a medida que vai tirando os nutrientes vai alterando o pH, vai ficando salinizado, e a planta pode morrer, então de tempos em tempos ele tem que talvez trocar a solução, e ele tem que estar monitorando aquilo, ele depende de um técnico que dá o acompanhamento, primeiro, dá uma formação inicial e de tempos em tempos, ele ajuda. Pra cada planta tem um equilíbrio nutricional diferente. Ele pode com o tempo ir identificando os sintomas, por exemplo, tá deficiente de cálcio, a planta fica assim, tá deficiente de potássio, a planta tá desse jeito, mas quanto de cálcio e de potássio ele

⁹³ Nome fictício.

⁹⁴ Nome fictício.

vai botar na água? Então depende de medir, ele pode até ter um minilaboratório de análise dessa água em casa, mas não sei se isso seria propício pra ele. O ideal é que o técnico pegue aquilo, analise, mande pra um laboratório analisar, identificar o problema porque aí ele não vai repetir isso no futuro, mas pode ser que o técnico chegue e recomende, vamos trocar essa água e fazer outra solução nutritiva. Mas existem já metodologias e conhecimentos técnicos para isso que a pessoa faz. Mas isso é dependente do técnico. Já o manejo do sistema, o agricultor vive aquele manejo, ele pode chegar à conclusão... por exemplo, têm agricultores que consorciaram com louro, louro é uma árvore de grande porte, pra produção de madeira, e ele vai plantar lá, a gente tá sugerindo deixar 50 a 100 árvores por hectare, ele vai plantar 500 porque ele vai selecionar as melhores, vai tirar aquelas que não desenvolveram tão bem, ele vai ficar com 50 a 100 árvores no final, por hectare, pra dar uma madeira boa de corte. Só que essa é uma recomendação genérica. Só que o ponto de corte, ele vai falar assim, tá sombreando demais, tá na hora de eu fazer a seleção e isso é o olho clínico, e ele pode ir chegando à conclusão que ao invés de 100 árvores, o melhor é ele ficar com umas 70. Outro exemplo interessante, os agricultores aqui plantam abacate no meio do café, eles falam... o espaçamento do abacate é 10x10m, e eles chegaram plantando em torno de 10x10 no meio do café, com 8 a 10 anos o abacate chega na sua altura máxima e máxima produtividade, ele atinge seu auge, só que a produção do café cai abaixo de 50%. Então os agricultores começaram a observar e eles falaram o seguinte, não dá pra ficar 10 metros entrelinhas, o ideal é ficar 12 – 15. Aí os agricultores começaram a plantar nos carregadores, que fica um espaço de 25 metros, 30 metros. Então não sombreia demais, ele mantém aquela produtividade do café e tem uma produtividade do abacate. E eu visitei um agricultor que tinha o abacate 8x8 no meio do café, aí eu perguntei assim, mas não cai muito a produção do café? Ele falou assim, cai. E porque que você não raleia? Ele falou assim, é porque lá fica muito sombreado, eu só faço uma roçada por ano, uma adubação por ano e vou colher. É suficiente. E não me dá trabalho e eu posso cuidar da produção de uva e vinho, que é o que me dá mais dinheiro na propriedade, e o agroturismo. Então pra ele o sistema com café menos produtivo permite que ele continue com aquele sistema e aumente a produtividade. Essa visão do manejo e adequação do processo é o agricultor que vai dar. Porque é uma tecnologia de processo. Isso sendo bem objetivo. Não estou entrando na discussão de princípios agroecológicos, de princípios participativos, dentro de todo o trabalho tá sendo proposto isso, mas com a ideia de que o sistema agroflorestal ou se faz coletivamente com o agricultor, somando as experiências, ou senão a gente talvez corra o risco de que ele não vai dar certo.

- O que se espera da participação dos agricultores e agricultoras no projeto? O que se espera da participação das e dos extensionistas no projeto? Qual é o papel dos pesquisadores neste projeto?

Eu acho que em primeiro lugar, no caso dos agricultores, é fundamental que haja liberdade, que as pessoas entendam que é um processo de construção. Que o conhecimento do extensionista, do pesquisador e do agricultor tem seus limites. Então, a gente espera que o agricultor faça essas observações, e faça as adequações no sistema de acordo com as necessidades dele. Então tem aquelas questões, ah, esse produto vai alterar muito a dinâmica de trabalho dentro da propriedade e eu ganho dinheiro com aquela atividade ali, então, essa planta que eu botei no sistema, eu não vou querer mais, porque eu não vou conseguir fazer as duas coisas ao mesmo tempo, então a gente espera que o agricultor faça essa construção. O papel nosso de técnico, extensionista e pesquisador, é levar informações técnicas que facilitem e ajudem a tomada de decisão. Ou seja, ele observou que o café tá ficando caneludo, crescendo demais, tá sombreando demais, então nós vamos levar um luxímetro lá e sugerir que ele faça o controle a partir da experiência internacional que os agricultores do mundo têm. A gente sabe na literatura que em torno de 30 a 40% de sombra não atrapalha muito o café. Acima de 50% já é muito negativo. O nosso papel é, tamos comprando o luxímetro pra ajudar ele a medir, vai lá mede com o luxímetro pra ajudar ele a fazer o controle. A medida que ele, com o luxímetro, ele já observou

a luminosidade, depois de uns 2 a 3 anos, eu não preciso mais de luxímetro. Porque ele já dominou o que é a luz ideal, ele vai observando aquilo ali. Então o nosso papel como pesquisador... como técnicos é levar as informações técnicas que vão ajudar a tomada de decisão, e essa tomada de decisão é a informação técnica mais a observação do agricultor, é claro que extensionistas e pesquisadores também observam e por isso o diálogo é importante. No caso nosso da pesquisa, a gente tem que ajudar os extensionistas, discutir com eles quais são as informações técnicas essenciais que a gente entende que podem ajudar nesse processo, essa é uma discussão com o extensionista. Agora, o papel mais importante é do extensionista, que ele faz esse meio de campo, entre a informação da pesquisa, entre a informação do agricultor, e ele tem que manter essa dinâmica de comunicação intensa. Estimular. E ele tem o papel de ajudar o agricultor anotar os dados. Porque o agricultor não tem aquele tempo, é muita atividade né? Então para anotar os dados é mais complicado e aí, talvez um envolvimento da família, tem filhos, filhas que podem ajudar nisso. A ideia de conjunto é que nós temos um financiamento pra uma ação de pesquisa participativa e nós precisamos da participação de todos, cada um com a sua área de conhecimento. Isso eu acho que é bem objetivo nesse sentido. Quem vai desenvolver e fazer as observações claras do sistema é o agricultor. O extensionista é o animador desse processo. Normalmente ele espera de nós pesquisadores, que quando aparecem problemas, buscar soluções técnicas que existem na pesquisa pra ajudar, porque aquelas soluções técnicas do dia-a-dia, ele desenvolve junto com o agricultor. E aí levar essa coisa sem a tal da contaminação né [referência à reflexão sobre a fase anterior do projeto]. O diálogo com os conhecimentos, tem que ser postos e destrinchados objetivamente em relação às necessidades dos agricultores. **[eu: Essa questão da contaminação, tem a ver com essa hierarquia que fica como se o que pesquisa fala é a verdade absoluta, essa tendência a inibir um processo mais horizontal de construção?]** A questão é que quem é absoluto aqui é o agricultor, que a decisão sobre o processo e o que atende a necessidade dele é por ele. Então o que não pode ocorrer é eu chegar pro agricultor e falar, olha, o melhor espaçamento do abacate no meio do café é 18x10, o agricultor falar, olha, eu quero 10x10, porque? Ah, porque dá menos trabalho e eu vou continuar produzindo minha uva, meu vinho e é o que me dá mais dinheiro na propriedade. Então, a informação técnica do 18x10 deve ser dada pelo pesquisador e é preciso que essa informação técnica com a informação técnica do agricultor, que é uma informação técnica do lado econômico da propriedade, é realmente, você não vai ter a melhor produtividade do café, mas você vai ter um melhor rendimento do sistema propriedade. O problema é que muitas vezes, as duas informações têm valor, e pra um agricultor que não tem agroturismo, nem produção... talvez o 18x10 seja melhor, porque ele vai aumentar a eficiência daquele sistema. [...] Então as duas são importantes, só que muitas vezes, chegou o pesquisador, você faz a recomendação técnica e o cara segue, então, é preciso que nesse processo o conhecimento técnico tenha igual valor em relação ao conhecimento da experiência do extensionista e da experiência do agricultor em desenvolver o processo, mas que o vetor que sai desses três conhecimentos, ele tem que ser uma construção que é a melhor para aquela unidade. Aí é o processo de construção do conhecimento que é que se busca dentro da visão agroecológica. Há uma questão também, a gente esperava com isso, estar reunindo agricultores da região pra apresentar as unidades, fazer visitas com eles entre as quatro unidades, mas com a pandemia não pôde ser feito. Atualmente o processo de debate é só família, extensionista mais diretamente e agricultor e pesquisador em visitas periódicas, mas assim mesmo evitando, eu acho que agora já vamos estar liberados pra fazer isso, que a gente estava em 50% dentro da Instituição, agora já voltou 100% a partir de hoje, inclusive todo o pessoal que tem comorbidade está voltando. Mas a maior parte deles já está vacinado com a segunda dose.

- Na sua percepção, quais são os principais desafios a serem enfrentados no escopo do projeto?

Um desafio é superar a pandemia, superar o isolamento provocado pela pandemia. Então eu acho que nós vamos perder algumas etapas, ou perdemos algumas etapas, por exemplo, nós não pudemos reunir os agricultores pra eles sintonizarem os conhecimentos e você viu isso. Um com medo de fazer a enxertia o outro falando que era fácil. [Um precisando de semente de louro-pardo e o outro lá coletando...] Isso. Essas coisas assim que se a gente tivesse juntado, a gente faria. E esse negócio de fazer reunião virtual com o agricultor...nós técnicos fazemos, mas coisa de reunião virtual pra poder fazer uma visita virtual à unidade de cada produtor, ninguém teve ânimo de fazer, talvez tenha tido até ideia, mas não fez, então eu acho que esse é o principal desafio. E o restante, eu acho que o pessoal que está envolvido é muito bom, assim, é manter o ânimo dos extensionistas, dos agricultores pra aquela unidade ser desenvolvida e daqui pra frente o maior desafio vai ser estabelecer esses processos participativos, porque sem eles a gente perde a essência do projeto que seria os agricultores estarem visitando, então, esse semestre nós vamos visitar duas propriedades na região lá, Cachoeiro e Alegre, semestre que vem esses agricultores vão visitar as da região alta, que é Ibitirama e Iúna [falando hipoteticamente]. Então ali eles vão trocando as informações, e claro, os extensionistas e pesquisadores estando junto, eles vão percebendo. Então, se tem uma demanda de um determinado conhecimento científico a gente tem que correr atrás. E tem coisas simples que... é um exemplo: Adubação verde em café, em culturas perenes como laranja, é uma coisa ultrarecomendada, só que a gente não vê se popularizar. A gente já viu em mais de 30 anos de exercício profissional, a gente já produziu muitas sementes e tal [que se popularizaram], mas não vê os agricultores fazerem [adubação verde]. Vários pesquisadores já fizeram pesquisa sobre isso, já montaram unidades, mas não é um negócio que vai adiante. Agora tem uma colega que está fazendo, fez esse trabalho, e parece que está melhorando, com um grupo de agricultores eles estão conseguindo um... mas a gente vai vendo como pesquisador, que quase todo resultado de pesquisa mostra que adubação verde dá resultado negativo na produtividade de café. E é impressionante. Só que você vai olhar os trabalhos e olha só, o café floresce em setembro, e ele a partir de dezembro até fevereiro/março, ele tem o máximo de absorção pra produzir o fruto e o grão, em torno de 80 a 87%, até 90% do que ele acumula no fruto, ele drena tudo pro fruto, vai de meados de dezembro até, vamos dizer, final de fevereiro. Aí a pessoa planta o adubo verde em dezembro, e ele cresce competindo com o café, aí quando chega em março, roça. Mas ele já está no período de maturação pra colheita, então aquela matéria orgânica produzida ali vai estar disponibilizada no período errado. Então, se a gente plantar um adubo verde em setembro, aquele período que vai da floração até dezembro ele vai estar competindo pouco, que é um período que a planta está mais acumulando pra produzir folha, ramo e tudo, reenfolhando. E eu corto e disponibilizo aquilo em dezembro e janeiro, eu posso vir a ter um resultado positivo. Esse tipo de experiência pode vir a ser conseguida apenas pelo trabalho do agricultor, mas se ele tiver um trabalho de pesquisa por traz disso, dentro de uma estação, qual é a melhor época de, o melhor ponto de corte. Suiu agora um trabalho do pessoal lá de Rio Pomba mostrando isso. Então, esse tipo de coisa é legal que a gente desenvolva dentro da unidade de pesquisa pra poder ajudar o agricultor, porque eu não posso submeter o agricultor a isso. [eu: **Você diz em Pacotuba?**] Não. É porque se agente... uma unidade de pesquisa pra época que demanda um detalhamento maior e com muito custo. Então eu posso até pedir pra desenvolver na propriedade do agricultor, mas ele pode vir a ter redução da produtividade do café naquela parte em que se deixou o corte mais tardio competindo com o café. Então é legal que esse detalhamento ocorra lá, mas com o agricultor ele pode montar também esse tipo de unidade e avaliar de forma participativa, não lembro mais qual era a pergunta. [eu: **desafios a serem enfrentados**] Um desafio é a gente estabelecer com os agricultores e os extensionistas essas... competências não é o termo mais adequado, é a gente reconhecer onde a gente busca os conhecimentos de cada um dos envolvidos pra construção disso e estabelecendo aquele sistema tanto mais produtivos, mas também como de melhor resultado pra o agricultor, porque tem

aquelas coisas, avaliação de microclima, vamos dizer assim, o agricultor não trabalha no pleno sol, tem resultados que não são só de produtividade, mas assim, o que que o sistema é mais propício pra o agricultor, ele pode inserir algo que seja de interesse da família e que ele não vá vender. Mas quanto à dinâmica e conhecimento do sistema, o desafio é a gente ir buscando as informações tanto de outros agricultores e do próprio agricultor, quanto dos extensionistas com a experiência de atendimento aos agricultores e as experiências da pesquisa que tem que ser levada para os dois para construção do conhecimento. Eu acho que esse é o maior desafio do sistema. Porque temos os recursos, temos a vontade dos agricultores, temos a vontade dos extensionistas e pesquisadores, temos as áreas disponibilizadas sendo montadas ou em processo de montagem. Então o nosso maior desafio é a gente integrar esse conhecimento na busca do sistema mais adequado praquela situação. E hoje com a pandemia é recuperar o que foi perdido nos processos iniciais que não teve a ação participativa. Então a gente vai ter que agora começar a construir o processo participativo, acredito que no segundo semestre a gente vai ter a possibilidade já de fazer algumas reuniões com máscara e tudo, mas já tentar fazer reuniões [eu: nesse modelo de visita de campo, de intercâmbio?] Isso. No campo não vai precisar de máscara, mas assim, evitar, com a regra de distanciamento, mas se tiver que ficar numa sala, tem que ser sala aberta, ventilada, com distanciamento, mas é evitar, fazer talvez em um galpão aberto.

- Por que são unidades de pesquisa participativa e não unidades demonstrativas?

A gente poderia estar demonstrando algum conhecimento desenvolvido lá, por exemplo, ingá e pupunha foram os melhores sistemas. Com ingá o café produziu 44% a mais por planta e com a pupunha 58% a mais. Então, aquele sistema que está ali ele poderia ser demonstrado pro agricultor, a gente sugerir a ele que ele montasse lá na propriedade. Mas nosso sistema foi orgânico, imagina o agricultor falar assim, não, eu não quero ser orgânico, quero ser convencional, como vai ser o comportamento na adubação mineral? Entendeu? Aí a gente não tem o resultado... a gente pode dizer que se consorciar com o ingá e pupunha a tendência é aumentar a produtividade do café e, no café com bananeira e pupunha, o rendimento econômico foi maior. Então, aquele índice de benefício-custo, foi acima de 1,1 pra bananeira, e acima de 1,3 pra pupunha, então a soma dos dois produtos deu um benefício-custo maior. No caso da gliricídia e ingá foi baixo porque as produtividades dos sistemas não foram altas. Então é melhor, como é uma tecnologia de manejo de sistema muito variável, é melhor a unidade de pesquisa participativa, do que uma unidade demonstrativa numa metodologia convencional. Pode ser que a gente não consiga demonstrar a mesma coisa, os mesmos resultados. Pode ser que a gliricídia num outro lugar venha a dar um resultado melhor. Então é diferente de uma tecnologia de produto ou de uma tecnologia de desenvolvimento de uma variedade, uma variedade melhorada qualquer. Testa 10 variedades numa região, as melhores foram essas, recomenda 3 das 10. A gente sabe que vai dar certo. Mas se pode ser que em algum microclima específico uma daquelas variedades entre as 7 não recomendadas venha a ser boa, mas de modo geral aquelas 3 ali, como o pessoal faz, monta unidades na região, 3 a 4 unidades, seleciona as duas, três melhores e depois difunde aquelas 3. Mas é um processo de melhoramento genético e aí eu posso fazer unidades em propriedades de agricultores testando aquelas duas variedades com a que ele já tem. Dá pra aplicar uma metodologia convencional, mas esse processo tem que ser participativo. Uma unidade demonstrativa aqui a gente poderia incorrer em erro grave. Por isso que esses processos em agroecologia, de processo mesmo, não é de produto, é interessante que haja a participação, porque o que acontece na propriedade do agricultor pode ter uma variação em relação a de outro.

- Como avalia o andamento do projeto até o momento?

Eu acho que tá bom, teve um atraso em duas unidades, que eles tiveram que adiar. Tem aquelas dificuldades de compra, mas eu acho que até onde eu visitei estava legal, estava tudo bem encaminhado. Eu acho que agora eles estão recebendo, tem propriedade que vão implantar

agora, receberam o café agora. Mas aí eu acho que recebendo as mudas, eles vão botar adiante, vai acontecer. [...] [fala da dificuldade para comprar o esterco, compra pública que é mais um desafio] mas eu acho que até o final do ano nós vamos estar com todas elas implantadas.

- Quais desafios e oportunidades se manifestam quando associados os trabalhos de pesquisa e extensão rural?

Sempre existem muitos problemas. O extensionista normalmente tem uma sobrecarga muito grande, volta e meia você vai ver eles reclamando disso. Então uma preocupação do pesquisador, é a gente tem que fazer uma avaliação mínima e suficiente, a gente tem que propor uma avaliação mínima e suficiente nas unidades. Por isso, a gente propôs também que tenha bolsista pra trabalhar e ajudar nessas unidades. Eu acho que esse é um desafio também. A gente vê muitas vezes o extensionista reclamando que eles trabalham para o pesquisador que publica um trabalho, eles coletam dados e tudo e tal. Então, a ideia da pesquisa participativa é que cada unidade gere um trabalho que tenha autoria de todos. A gente tem que ter isso, claro que a gente vai produzir juntos as informações e todos têm essa autoria. Evidentemente tem que ter ali o nome da família experimentadora, que é parte do processo. A ideia de produzir essa integração realmente é, novamente, é o grande desafio, e a gente ter esse respeito pras dificuldades de todas as áreas. Porque a pesquisa tem as dificuldades dela, os extensionistas têm os deles e o agricultor tem o dele, porque é um processo produtivo e ele tem a economia da família. No caso da integração com pesquisa e extensão, a gente caminhou para uma interação boa, aparando, não deixando que algumas relações anteriores que não deram certo, contaminem o processo atual. E buscando, no caso do pesquisador, o que que ele precisa pra chegar no resultado, então pra isso a gente pensou um estudante de mestrado, tem uma estudante de mestrado que pudesse fazer o trabalho de pesquisa pra avaliação econômica do sistema. Então coletar dados, custos e tal, porque se depender do agricultor e do extensionista fazerem isso, eles vão ficar sobrecarregados, então essa pessoa fazendo isso, ela vai ter uma dissertação de mestrado, vai levantar as informações, e a gente pode ter no futuro outra pessoa dando continuidade, pensando em outras que vão ajudar a avaliar o processo e trazer as informações para o agricultor. Ele vai ter a informação qualitativa do que ele observa e desenvolve, e aquela pessoa da pesquisa vai trazer uma quantitativa com números que podem dar exatidão daquilo ali. Os dois casados fazem uma leitura conjunta. Então essa ideia de que a gente não pode jogar isso nem pra o agricultor, nem pra o extensionista que já estão com uma sobrecarga. Então a gente tem que ir trabalhando, só que o pesquisador vive de que? Vive de papel. Se ele não publica, ele não existe. Então nós temos que... o extensionista ele vive de resultados que não necessariamente vão para o papel, podem ir para um filme de divulgação, alguma coisa assim. E o agricultor, ele depende de resultado econômico. É claro, econômico-social, dentro de todas aquelas variáveis. Se isso compete com uma atividade importante na propriedade, se sobrecarrega alguém da família, mas assim, o resultado daquela atividade dentro da propriedade. Eu acho que essa é a visão, entender as necessidades dos dois, pesquisadores e extensionistas, e a gente ir articulando pra produzir os melhores resultados, nesse caso, pra cada categoria que interage ali. Agricultores, extensionistas e pesquisadores. Não sei se categoria seria o termo certo.

- A partir da sua experiência, como você entende a Agroecologia? Como avalia o sistema agroecológico e as suas principais qualidades.

Eu acho que em primeiro lugar, o mundo tem que ser mais agroecológico. É aquela ideia, como o ecológico é o principal componente dentro desse, é a raiz dentro desse nome “agroecologia”, senão a gente continuaria com o “agricultura”, “agronomia”, simplesmente, mas ele incorpora a questão ecológica. E a questão ecológica é: não dá pra ter crescimento infinito, dentro dum planeta finito, no sentido mais amplo da palavra. E a gente só vai fazer isso se a gente entender que existem limites para o planeta, e limites pra gente dentro desse sistema. Do ponto de vista ecológico a gente vai olhar o aspecto econômico, ambiental e sociocultural. Esse tripé é o que norteia a gente. Então, não adianta ter o melhor resultado econômico com alta produtividade se

contaminou o meio ambiente, ou se contaminou o trabalhador. Também não adianta ter o maior resultado de produtividade se os benefícios sociais não são atingidos. Então, é aquele negócio, posso ter a maior produtividade, mas a população continua na miséria. Então, a gente precisa com esses princípios agroecológicos nortear a gente desenvolver sistemas que façam menos usos de agrotóxicos, que diminuam o uso dos adubos minerais, que são recursos finitos. Nas nossas unidades inclusive o pessoal achou que tinha que ser orgânico no início, os extensionistas, e alguns deles acharam que iam ter dificuldade, falei, não, não tá... a nossa unidade lá de Pacotuba é orgânica, mas a unidade com o agricultor é aquela que ele tem a capacidade de fazer. Se ele não tem compostagem, tem dificuldade de adubo orgânico, é muito caro, ele vai usar adubação mineral, e a gente vai pensar que essa adubação mineral dentro de um sistema diversificado, com sistema agroflorestal, com mais matéria orgânica, ele pode até vir a reduzir essa adubação mineral, com a reciclagem, com a fixação biológica de nitrogênio, ou pode aumentar a eficiência desse adubo que ele importa, pensando que se eu entro com X de adubo mineral em um café solteiro, em uma bananeira solteira, em um abacate solteiro, eu vou ter uma produtividade X correspondente. Mas se eu tenho um café com bananeira, com abacate ou café com a bananeira e abacate, eu posso ter na soma final do produto um X+Y. Então eu usei o mesmo X de adubo, ou talvez até um pouquinho mais, mas eu tenho uma produtividade X+Y do sistema aumentando o rendimento daquilo. Mas eu acredito que, tenho uma certeza pelos resultados que a gente sabe, que se a gente tiver esse sistema, a gente pode até com menos adubo mineral atingir o mesmo resultado de produção. Então a gente pode ir caminhando pra esses processos de reciclagem, esses sistemas de melhor uso da terra com a mesma mão de obra, com a mesma irrigação, com a mesma adubação, seja ela orgânica ou mineral, e a gente pode vir a ter sistemas mais resilientes. No caso, a gente tem conseguido fazer sem o uso de agrotóxicos onde a gente trabalha... **[eu: como assim resilientes?]** Porque, o que acontece, se eu trabalho com café solteiro, eu posso ter maior exposição do solo, eu posso ter maior possibilidade de erosão e se esquenta demais a gente vai ter o café sofrendo mais, então a ideia do sistema sombreado, eu posso ter um sistema mais conservador. Ou seja, o sistema mais conservador que a gente tem é a mata, porque aproveita toda a energia que chega, e aproveita mais a água que chega, aproveita mais os nutrientes reciclando aquilo ali. A gente vai ter possivelmente menos erosão, esse é o princípio. Então, se eu aumento a complexidade do sistema, eu aumento a eficiência da água que entra, eu aumento a eficiência do adubo que entra, esse é um princípio. Então, a visão agroecológica é essa. O planeta é finito, então não dá pra ter crescimento infinito. E a gente precisa melhorar o sistema, pra que a gente tenha o melhor desenvolvimento do sistema, sem estar aumentando a depredação ou exploração predatória do planeta. Então em cada sistema nosso, nós estamos incorporando essa questão agroecológica, pensando na boa produtividade. Aquela produtividade econômica, pensando que a gente vai reduzir os impactos sobre o meio ambiente e sobre aqueles que trabalham naquele ambiente, que convivem naquele ambiente, e com maiores resultados sociais e socioculturais, preocupando que o agricultor participa da decisão de qual é o sistema melhor. É claro, está dentro da propriedade dele, ele vai tomar essa decisão. Mas esse conjunto de coisas que são a base da visão e discussão agroecológica, eles estão ali. É diferente então do que... o que que a gente vai tentar fazer num sistema convencional? [falando de modo hipotético] Eu vou lá no serrado, derrubo o serrado, planto milho e soja, importo calcário pra corrigir a acidez do solo, importo adubo pra manter a produtividade, porque o solo é naturalmente pobre, vou ter que trazer irrigação pra manter aquele solo irrigado, tenho um custo energético alto, mas eu tenho um valor econômico possível. Toda essa discussão de custo energético, de custo com importação, apesar de ele ser econômico no resultado final, do ponto de vista de economia da natureza, será que é? É aquela questão, eu posso ter... é bom a gente usar um exemplo prático, que ajude nisso... qual é o impacto econômico da pulverização aérea sobre a lavoura de soja? Reduz o custo da soja em, digamos, 20%, sei lá. Mas qual é custo econômico da deriva de

agrotóxicos pra região? Contaminação de água, contaminação das pessoas, leite materno contaminado e tal. Ele tem esse impacto ambiental e socioambiental porque está contaminando as pessoas, ele é difícil de ser mensurado, aliás, ele nunca é mensurado, aliás, talvez ele seja até impossível de ser mensurado. Então tem que adotar a visão preventiva do processo. A gente trabalha dentro dessa visão. Não falei a palavra eliminar agrotóxicos, porque se o agricultor nesse sistema, no sistema dele lá, ele aplicava herbicida no controle do mato do café, e lá no sistema agroflorestal o mato reduziu pra 30% ou 40% e ele tiver que aplicar herbicida uma vez por ano só, a gente já fez um bem. Se ele decidir, não, eu acho que eu posso fazer a roçada uma a duas vezes por ano que vai ser suficiente. Mas essa é uma decisão que tem que ser feita em conjunto com o agricultor, só que a gente não pode estar escolhendo. Eu só vou trabalhar com agricultor que quer ser orgânico, que não quer usar agrotóxico. É importante que a gente trabalhe com todos os agricultores e que a gente trabalhe com eles essas alternativas ao processo deles. Senão a gente vira sectário no processo. Essa é a visão agroecológica de construção de conhecimento com o agricultor.

PESQUISADOR 3 – ENTREVISTA REALIZADA VIA PLATAFORMA ZOOM

- Há quantos anos é servidor da Ufes e como foi a sua escolha pela carreira de pesquisador em Extensão Rural?

Eu tenho 25 anos de casa. Ingressei em 1996. [...] Assim que me formei eu tive a oportunidade de ter uma vivência nas escolas família do Mepes, que é esse movimento de educação profissional aqui no Estado e essa experiência me cativou muito. Eu tinha feito estágio ainda como estudante, numa escola, aí depois fui convidado pra fazer um centro de formação, que na época funcionava em Anchieta, depois foi no ano que mudou pra Piúma. E dali a minha identificação com a escola e uma escola do campo, isso foi se firmando cada vez mais. E depois trabalhei em uma escola e em um projeto que tinha essa pegada também, e aí surgiu a oportunidade do mestrado. No mestrado eu pude refletir melhor sobre essa vivência, fiz mestrado em extensão, e aí fui abrindo essa perspectiva de a partir do mestrado. Chegar à Universidade, e é onde estou. Surgiu uma vaga, eu me formei aqui na Ufes mesmo, como agrônomo, e nunca houve um titular, que é um professor específico para essa cadeira de extensão. E por minha sorte, coincidiu que eu era recém mestre, estava trabalhando no Incra, eu tinha feito um concurso pro Incra, e fiquei interinamente, num *stand by*, aguardando uma oportunidade de chegar como professor e aí abriu a vaga aqui, eu passei no concurso e estamos aí até hoje.

- Quais experiências marcaram a sua aproximação com o que hoje é conhecido como agroecologia?

Isso é herança da graduação, de movimento estudantil que a gente trabalhou e essa bandeira já era uma bandeira de luta nossa, que eu fui iniciado. A minha iniciação nessa linha de estudo e trabalho foi desde a época de estudante mesmo, mas não pela universidade, foi no movimento estudantil. E a partir disso, como a gente não tinha essa bagagem, essa formação, a gente é meio que autodidata, a gente participava de evento e enfim, buscando adentrar mais nesse campo de estudo e de trabalho. Sempre acreditando que esse de fato era o verdadeiro papel. A plenitude de atuação de um agrônomo no meu caso né, que caberia melhor nessa perspectiva. Eu sempre questioneei, puxa vida, é simplificar demais o nosso papel de ser só um sujeito de receituário, com base em pacotes tecnológicos, eu sempre questioneei isso. E coincidiu esse momento meu, com a consolidação da agroecologia como ciência, foi justamente nesse período. A primeira obra que foi lançada aqui no Brasil, que colocou esse tema, esse conceito como Agroecologia, foi justamente em 1989, que foi a primeira edição do livro do Altieri... que ainda usava muito a expressão agricultura alternativa, mas já como um corpo teórico, reivindicando o status de reconhecimento como ciência. [eu: Como é o nome do livro?] Agroecologia: as bases

científicas da agricultura alternativa. Acho que é isso mesmo. Já usava a expressão agroecologia com esse subtítulo, amarrando com o apelo agricultura alternativa [**eu: o termo mais conhecido na época né?**] Mais conhecido, não só enquanto movimento estudantil, movimento também de profissionais, mas também, dentro das instituições de pesquisa, alguns setores dentro da academia, ainda trabalhavam com essa perspectiva de buscar uma agricultura alternativa, e muito assim, de tecnologias alternativas também né. A ênfase era tecnologias alternativas, aí a contribuição maior de ampliar isso, essa visão da importância de alinhar o trabalho tecnológico, juntamente com as lutas dos agricultores e os movimentos sociais, quem melhor trabalhou esse alinhamento, essa postura, foram as ONGs da chamada rede PTA [Projeto Tecnologias Alternativas], que era vinculada à Fase [Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional], essa é uma ONG grande, que existe até hoje. E ela abrigou esse projeto, que era chamado projeto PTA da Fase, e depois eles se emanciparam da rede Fase e criou uma rede própria, uma rede independente. Aí a SPTA e as regionais, e os projetos nos Estados, aqui, por exemplo, tinha o projeto da APTA, então foram criando as ONGs independentes. [Eu trabalhei no CTA, em Viçosa] CTA, então, todas com essa articulação em rede, com base naquela estrutura que foi construída no guarda-chuva da Fase. [**eu: E naquela época você já tinha um conhecimento da rede?**] Tinha conhecimento. Quando eu estava terminando o mestrado, eu fiz um estágio, com perspectiva profissional, era uma experiência, inclusive foi remunerado, um período de experiência, lá em Montes Claros, no CAA [Centro de Agricultura Alternativa], inclusive pra você ter uma ideia. O CAA foi uma das entidades que os outros centros foram criados CTAs, Centros de Tecnologias Alternativas, e o CAA, em Montes Claros, era Centro de Agricultura Alternativa, justamente porque eles queriam desde o nome, porque ele foi criado depois, já passar essa imagem, esse significado de que é uma entidade que trabalha mudanças no campo, que vão além só da questão tecnológica, de substituir as tecnologias derivadas da revolução verde por essas tecnologias orgânicas e agroecológicas, com vários apelos aí. Mas aí, eu não me adaptei na região e naquele trabalho. Eu optei por não ficar, porque a proposta era fazer uma experiência, eu fiquei 3 meses lá. Aí me afastei e fui pra outros cantos. Eu fui lá depois do mestrado, mas antes, na graduação ainda, o primeiro contato que a gente teve, com essa rede PTA foi que aqui no Estado, não sei se você conhece o Eduardo... [**eu: o Sales?**] Não é o Sales não. É um Eduardo que era da APTA. Aqui não era APTA ainda, era rede PTA, financiada pela Fase, com cooperação internacional, e aqui abriu tipo um escritório, só tinha um técnico e esse técnico chamava Eduardo, e esse Eduardo, inclusive o escritório dele funcionava, ele conseguiu, quem acolheu era na secretaria da Agricultura mesmo. Tinha um secretário da agricultura, o Ricardo Santos, que era um cara assim, que ele se identificava com isso, então ele acolheu essa proposta e cedeu um espaço lá na própria secretaria estadual da Agricultura, funcionou assim um tempo. E o Eduardo, ele contribuiu com a gente aqui, porque a gente fez aqui no Sul o primeiro encontro de Agricultura Alternativa aqui da região. Foi no Espaço da Igreja, no salão de cores. E ele inclusive fez uma fala. Então o primeiro contato com a rede PTA foi em 1986. Meu último ano de faculdade. [Menciono o protagonismo dos estudantes na formação da rede PTA e da agroecologia...] Tinha muito forte, a Federação dos Estudantes dos Diretórios Acadêmicos da Agronomia, porque cada escola de agronomia tem o seu diretório acadêmico, e a Federação ela era muito proativa, juntamente com a Federação das Associações dos Agrônomos, mais movimento de evento, era assim, criava os eventos pra colocar em discussão, pra ocupar espaço político, não era tanto questão tecnológica, de pesquisa, de estudo, era mais nesse sentido. E a FEAB era muito ativa. Hoje não. Hoje arrefeceu muito. Hoje, aqui é só mesmo... se não fosse o grupo Kapi'xawa, que é uma ONG, que nasceu também dentro do diretório, foi uma vertente dentro do diretório acadêmico da minha época, que partiu pra essa coisa de trabalhar a extensão, de não ficar só na questão política de ocupar espaço no curso, na disciplina, enfim, essa coisa dos encontros... não, era uma coisa que queria

ter contato com as comunidades, queria ter essa vivência de comunidade, mas nasceu a partir dessa experiência da política estudantil.

- Como você avalia o projeto anterior (*Avaliação do cafeeiro em sistemas agroflorestais*) tanto em relação ao processo, quanto em relação aos resultados?

Recebi o convite em 2017, do João. É o pesquisador que estava coordenando. E assim, foi muito bacana na minha avaliação. Pra mim, enquanto pesquisa com essa proposta de fazer pesquisa participativa, foi o projeto que eu mais percebi e vivenciei na prática, essa dinâmica de trabalhar com a pesquisa participativa, pesquisa aplicada participativa. No cômputo geral, eu avalio como muito positiva a minha experiência nesse projeto. Acho que nós tivemos assim, a estratégia para envolver os agricultores no processo da pesquisa foi utilizar as tais oficinas. Viabilizar a participação com as oficinas. Aí foram realizadas três oficinas. O que a gente notou é assim, os agricultores, na primeira oficina, a gente sentiu que o pessoal chegou empolgado, e querendo... depois, algumas pessoas que vieram na primeira, já não vieram na segunda, então eu acho que essa coisa da participação é uma coisa muito nova, a minha leitura desse comportamento de alguns, não todos, que teve aqueles que participaram de todas as oficinas, permaneceram firmes e fiéis, tipo, demonstrando que estão acreditando, isso não significa que os outros que não voltaram... aí seria até uma abordagem, por que essas pessoas não continuaram, apesar de terem sido convidadas a continuar? Uma hipótese que eu levanto é que, de fato, é uma coisa muito nova, e para muitos agricultores, eles ficaram até surpresos, porque foram tão acostumados que a pesquisa é a pesquisa do pesquisador, e quando ele têm acesso a algum produto tecnológico, é o produto acabado, já é aquele dia de campo, e já quer se demonstrar, já com a perspectiva de difundir propriamente dita. Eu imagino assim, “poxa, mas em que eu posso contribuir aqui?” Ou pelo menos assim, “o que era pra eu contribuir, eu já contribuí” [supondo o que pensaram os agricultores que não voltaram], porque na primeira oficina foi tipo aquele *brainstorm*, aquela tempestade de ideias pra definir um modelo de avaliação de sustentabilidade dos consórcios que estavam sendo testados, a partir da percepção deles, por onde passa a sustentabilidade, como eu verifico isso. A construção dos indicadores e dos meios de verificação desses indicadores de sustentabilidade no campo foi feita basicamente na primeira oficina. Na segunda nós fomos organizando e na terceira nós fizemos a avaliação, atribuindo nota, foi o processo final. Pode ser que “Ah, já dei a minha ideia, agora não preciso mais participar”, ou então, “já vi o que tinha que ser visto, e não tenho que voltar mais aqui”. Eu, de minha parte, fiquei um pouco frustrado nesse sentido, imaginando assim que o pessoal ficasse empolgado, porque era uma coisa nova, o pessoal valorizando... a gente valorizando o conhecimento e a opinião deles, então eu imaginei que fosse ficar mais empolgados ainda, em contribuir, e não foi essa reação da parte de todos. Agora, independentemente disso, eu acho que o saldo é muito mais positivo do que negativo. É a minha visão que eu tenho, tanto pra mim, pra mim o saldo é só positivo, agora, para os agricultores, aí na minha visão, eu acho que... [tive que ir fechar a porta por causa do ruído externo e acabou interrompendo o raciocínio]. Outra coisa que eu acho muito positiva, que é o que a gente queria ver, até que ponto o efeito visual, avaliação que eles tiveram da experiência lá na unidade experimental, até que ponto isso iria repercutir positivamente na propriedade, que tipo de mudança aquilo poderia provocar na propriedade que seria uma coisa que a gente esperava também. A partir do que ele visse lá, que ele avaliasse, o que é positivo eu vou adotar, o que não é eu ainda vou analisar melhor e repensar e tal. Mas pelo menos o que a princípio ele viram como positivo, eles se interessassem em replicar aquilo na propriedade. A gente também não tem essa noção. O que ficou de perspectiva e que gerou o outro projeto, é, bom, agora a gente tem que levar essa experiência para a realidade deles. E aqui [Pacotuba] está sob o controle do órgão, do Incaper, e sempre fica assim, “será que isso aqui tá dando certo porque tem uma condição favorável em termos de recursos, inclusive recursos humanos do pessoal porque tem mão de obra, pode podar, equipamentos, tem dinheiro do projeto, então, assim, a ideia de propor um projeto derivado desse que estendesse numa perspectiva de pesquisa

participativa em nível da propriedade familiar concreta, eu acho que isso foi interessante e a ideia é justamente isso, de replicar a experiência, e claro, a experiência repensada na visão da família, o que que eu vou testar lá? Eu posso testar lá aquilo que eu vi na unidade e que eu avalei positivamente, então, por exemplo, eu vou testar o consórcio do café com a banana, ou [café com] ingá, que foram os dois consórcios que do ponto de vista econômico, tiveram viabilidade, os dois únicos que tiveram viabilidade, economicamente falando. Ou não, como a gente tem no caso dos desenhos, outras espécies que eles estão escolhendo, mas assim, de minha parte, a minha expectativa é de que pelo menos uma unidade fizesse o consórcio e tentasse reproduzir, porque eles já têm uma vivência, poxa vida, a unidade cumpriu esse papel, já não é mais uma coisa que ela... é só uma hipótese, ou uma coisa virtual, não, ela tá lá concretamente, eu fui, visitei, avaliamos, foi uma avaliação direcionada com a ideia dos indicadores, então, agora eu vou verificar se aquilo dá certo lá nas minhas condições, a minha terrinha, com as minhas limitações, então, eu alimentei essa expectativa e vamos ver o que vai dar. Eu acho que o fato de eles se oferecerem para sediar a unidade, claro que estão tendo um estímulo pra isso, os insumos estão sendo financiados pelo projeto, é só a mão de obra que está entrando como contrapartida, mas de qualquer maneira isso é um bom sinal.

- Que experiências anteriores influenciaram a proposição do projeto atual com delineamento metodológico que possui?

Eu tive uma experiência aqui, foi no município e foi com o pessoal do Kapi'xawa, foi logo no início da minha carreira aqui como pesquisador, até coincidentemente, o João, ele estava... o seu pai né (risos), ele estava à frente, era um projeto chamado UTV, unidade de teste-validação de tecnologia, tem várias siglas, mas essa coisa de validação é uma metodologia do pessoal lá do IAPAR [Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná], eles propuseram esse conceito de validação de tecnologia, que a tecnologia pra ser válida ela tem que dar certo lá na propriedade do agricultor, que a pesquisa só termina com a validação. Imagino eu que quem trouxe a ideia foi ele, na época era Emcapa, não era nem Incaper ainda. E nós, ficou essa ideia, houve a proposta de criar uma unidade aqui em Alegre, mas esse projeto contava com recursos só do Estado e o Estado tesourou e ele teve problema com a viabilização disso, e a gente continuou empolgado com a ideia e conseguimos alguma coisa com uma cooperativa que existia aqui, chamava Coavapi, até depois entrou em liquidação, equivale a falir, mas ela deu um apoio pra gente, bancou o esterco, então a gente implantou essa unidade na propriedade de um agricultor aqui, na comunidade de Sumidouro, a gente chamou de Unidade de Observação, nem chamamos de UTV, porque a gente achou assim, bom, o pesquisador não vai poder dar esse apoio e que não me considerava ainda no *status* de pesquisador, pra contribuir como pesquisador, então a gente queria vivenciar, experimentar algumas técnicas, mas com esse caráter de extensão mesmo, não com o caráter de pesquisa, de ter um desenho que pudesse ter resultado em termos de pesquisa. A experiência a meu ver, influenciou muito a minha formação e depois acabou me movendo pra eu continuar com esse tipo de trabalho foi essa experiência. Ficamos 4 anos envolvidos com essa unidade e a gente tinha algumas comparações, dividimos em talhões, seria alguma coisa semelhante ao que se tem lá na Unidade [de Pacotuba] de tratamentos diferentes, só que a gente não tinha desenho de pesquisa, a gente não gerou dado válido para... não era essa a proposta. Seria mais ou menos equivalente à essa UPP, essa UPP que está sendo proposta agora, porque ela já não está tanto com essa perspectiva de gerar dado válido para pesquisa, agora a preocupação é mais com adoção mesmo, pelo menos de minha parte, eu tenho mais essa perspectiva, e de pesquisa participativa assim, como a família vai ter uma proatividade muito maior, porque ele e ela vão estar à frente da implantação e da condução, então a gente vai poder avaliar muito mais nesse quesito participação, primeiro envolvimento direto da família e também até que ponto o que está acontecendo lá vai chamar a atenção de quem está na vizinhança dessa família e aí vai depender também do pessoal da extensão local, também trabalhar essa unidade como uma unidade que pode ser referência para a difusão local,

regional. Eu acho que essa experiência progressa ajudou a gente a ter uma bagagem, inclusive, uma bagagem de erro, que a gente errou bastante, aqui a gente não tinha referência de ninguém, a única pessoa que trabalhava nessa área era eu, professor de extensão, não tinha nenhum professor da área técnica pra dar suporte, era eu e o pessoal do Kapi'xawa, que estava em formação, que eram estudantes, a gente era autodidata. A gente procurou parceria com o pessoal da APTA, visitamos uma experiência que eles tinham em Lagoa Seca com adubação, que não foi SAF, não foi agrofloresta, a experiência não era agroflorestal, era basicamente com adubação verde, com leguminosas, a base era... nosso teste era três espécies de leguminosas, mas em café arábica, era uma área de 1000 m², 300 pés de café, cedida lá por essa família, com uma condição de que a área fosse uma área que pudesse receber visitas, muito semelhante aos critérios que a gente adotou pra escolha dessas UPPs [A sua fala me faz pensar que por serem agricultores familiares, tem um imperativo de sobrevivência, de melhor utilização dos recursos, da área, implantar uma unidade de pesquisa nos moldes experimentais tradicionais poderia ser complicado do ponto de vista da sobrevivência, da reprodução social dessas famílias, fiquei pensando nisso... precisa botar ali uma coisa que realmente tenha uma expectativa de que vai dar certo, de que vai ser bom] você fala por causa do risco? [Do risco e da necessidade, porque aquela área que a família tem costuma ser fundamental para a economia familiar, então, eles estão disponibilizando uma área que talvez, colocar diferentes talhões, e de repente colocar uma área de controle, que você sabe que não vai ser muito produtiva, a hipótese é de que não vai ser produtiva, então, testar isso tudo nos moldes clássicos de pesquisa talvez poderia ser meio complicado do ponto de vista de contemplar as expectativas de todos os envolvidos no projeto, que são os pesquisadores, os agricultores e os extensionistas. Entendeu?] Com certeza. Tanto que foi dada bastante liberdade pra que esse desenho atendesse em grande parte as expectativas da família, e esse risco é, em boa parte compensado por conta do subsídio desse fomento pra implantação, por exemplo, com a questão das mudas, da adubação orgânica inicial, com a aquisição do esterco, ou mesmo, se for o caso, com a aquisição do composto pronto, mas acho que ninguém está adquirindo composto pronto, e fosfato natural, enfim, esses insumos orgânicos básicos, isso anima né? Eu tenho o risco de alguma coisa não dar tão certo, mas o que eu posso fazer é o seguinte, a lavoura vai estar implantada, qualquer coisa eu corto, eu estou me colocando na posição do agricultor, se a companheira que eu vou consorciar, uma árvore, uma fruteira, não der certo, eu corto e mantenho a lavoura de café. Tem um risco, tem. Mas eu penso que o risco é pequeno, a minha opinião é que eles terão um saldo mais pra ganho do que pra perda. Que é uma preocupação que eu acho que a gente tem que ter, porque senão vira uma aventura, você colocar a família numa condição tão grande de risco que isso pode colocar em risco a credibilidade das entidades que estão envolvidas. Eu creio que a gente procurou cercar isso aí para minimizar esse tipo de risco.

- O que se espera da participação dos agricultores e agricultoras no projeto? O que se espera da participação das e dos extensionistas no projeto? Qual é o papel dos pesquisadores neste projeto?

Você fala no andamento, na condução dessas unidades? [eu: Sim] A gente espera que, falando primeiro das famílias agricultoras, a gente espera que eles cuidem bem da área, que tenham uma atenção como uma coisa que eles acreditam, que pode dar certo, que vai ser inovadora, isso de alguma forma, pode até dar algum orgulho, trabalhar a questão da autoestima da família, porque, poxa, você vai ser uma referência, então, se eu fosse um agricultor, eu me colocaria assim, me sentiria assim, psicologicamente, eu me sentiria orgulhoso nesse sentido. Então, eu espero que eles, psicologicamente, estejam encarando esse desafio dessa forma e, obviamente, se empenhando ao máximo para que dê certo. Porque dar certo é bom pra todo mundo, mas, especialmente para eles também. E essa percepção, ela é importante, porque nos livra de uma visão paternalista, porque eu não quero ser paternalista, eu não quero ficar adulando, carregando no colo, para parecer que o interesse é só meu porque eu preciso mostrar uma experiência bem

sucedida pros meus alunos, ou eu preciso publicar um artigo. E se não der certo eu vou publicar o quê? Vou defender o quê? Eu não quero pensar dessa forma, não estou me envolvendo com essa pretensão, eu estou me colocando na condição de parceiro, se a família fizer a parte dela, que cabe a ela, eu vou fazer a minha parte, mas em nenhum momento vou carregar ninguém no colo, e nem vou tratar como coitado, como se eu estivesse pelo amor de Deus precisando muito, acho que a gente precisa sim, assim como eles precisam da gente. Eu encaro o papel deles dessa forma e já falei um pouco do nosso papel. Eu acho que o papel dos técnicos, aí não faz diferença se é da extensão ou da pesquisa, porque quem está trabalhando com pesquisa participativa também está com o pé na terra, também está lá na ponta. Também tem que ter essa postura, de não conduzir o trabalho atropelando, queimando etapa, querendo fazer as coisas por eles, querendo evitar o erro, se o erro é inevitável, porque depende muito deles, o sucesso dessa unidade depende da família, primeiro de estar acreditando e, segundo, de estar se empenhando lá para que as coisas aconteçam no momento certo, a gente está tendo algum problema, por exemplo, esse atraso no fornecimento das mudas, que atrasa plantio. Eu conversei até com o nosso agricultor que falou, “não tem problema, porque as covas já estão prontas, mas eu vou irrigar, eu tenho como irrigar, porque se chegar agora, por exemplo, vai pegar uma época seca. A previsão de plantio, o ideal teria sido em março, em março! Pra pegar as águas de março, um pouquinho das águas de abril pra que se fosse o caso de irrigar, a exigência seria menor, agora, não. Se chegar agora ele vai ter que irrigar e ele falou que tem condição de irrigar. Então, menos mal. Essas estratégias para superar esse tipo de dificuldade, está variando em casa caso, então você já relatou aí a estratégia da família lá de Ibitirama, então eu acho que é por aí. Agora, falando como pesquisador, eu vejo que a gente tem que ter essa visão de pesquisador que está presente, que está antenado com o que está acontecendo lá, claro que a nossa presença, o meu papel no projeto não é tanto assim, a condução técnica da implantação do sistema lá de verificar a condição do solo, verificar a condição da muda, de orientar... não é esse o meu papel como pesquisador da área de socioeconomia, mas assim, a gente está antenado e está acompanhando diretamente também, o que está acontecendo lá e fazendo essa leitura, procurando entender essa percepção deles em relação à unidade, todas as etapas que estão sendo conduzidas lá, isso é importante. A gente também tem que, quem trabalha com pesquisa participativa, ele tem que estar disposto a ter contato direto, não aquele contato clássico só mediado pela extensão, que é a visão clássica da pesquisa, que não é imprescindível ter contato direto com a área estudada, a área que vai ser testada. Outra coisa, é você estar numa condição que você não está controlando, porque uma coisa é você estar na pesquisa que você está na unidade que o controle é 100% do pesquisador, outra coisa é você estar fazendo um trabalho que também tem um caráter de pesquisa, a pesquisa participativa, em cujas condições você tem pouco ou nenhum controle. A gente tem controle porque a gente orienta, a gente dá dicas, a gente chama a atenção, nesse sentido, porque o trabalho é supervisionado, mas a gente está o tempo todo respeitando a opinião e aquilo que a família considera que é melhor pra propriedade, porque aí não é só o interesse da produção [da produtividade ali naquela área]. A família sempre vê a propriedade como um todo, a gente não vê, nunca a gente vai ver, porque a gente não está lá lidando com aquilo, então às vezes uma coisa que você acha que é fácil, ah, faz isso, é só uma poda, mas peraí, é uma poda que está coincidindo com que época do ano, com que outra atividade que eles fazem na propriedade? Então, essa diferença de percepção, ela vai estar o tempo todo. E a gente tem que estar antenado com isso e saber lidar com isso. Agora, da extensão, você falou de experiência, eu tive uma experiência muito ruim, com um projeto que foi até em parceria com a Emcapa e a Emater, naquela época ainda não era Incaper, em Castelo. Até foi na época que havia uma linha do Pronaf chamada Pronaf Pesquisa, que era pra financiar pesquisa pra Agricultura Familiar, depois acabou com essa linha do Pronaf. A ideia era fazer um grande diagnóstico no estado da Agricultura Familiar, aí foram escolhidos 5 municípios piloto. Aqui no Sul do Estado, só o município de Castelo que foi escolhido, quem coordenava era o pessoal

da Emcapa, em parceria com o pessoal da Emater, e nós fomos convidados [...]. Mas enfim, aconteceu um duplo desprazer, foi complicadíssimo, por quê? O pessoal da Vitória, a presidência, a presidente chamava Margareth, ela era cabeça muito boa e queria de fato aproveitar essa onda do Pronaf, do desenvolvimento rural, na época estava se criando aqueles conselhos municipais de desenvolvimento rural, [já era nos anos 2000?] Isso, foi assim, esse projeto começou a ser executado em 1998, 1999, 2000. O primeiro ano foi 1998. Beleza, só que a sintonia lá da cúpula, não era a mesma sintonia da base, então, por exemplo, a pesquisadora que era responsável pela região aqui, ela assim... sabe aquele trem que não fede nem cheira, mandaram eu fazer, eu vou fazer, tudo bem, vamos. Ela já é aposentada. O pessoal da extensão local... a pesquisadora era regional, porque o centro é regional, até da mesma unidade ali de Pacotuba, e o pessoal do local eram os extensionistas que tinham que se envolver porque era o pessoal que ia carregar o piano depois, tudo o que o diagnóstico ia sinalizar, porque a ideia é um diagnóstico pra sinalizar demandas da agricultura familiar do município tanto pra pesquisa quanto pra extensão. Então, foram obrigados a se envolver tanto o pessoal da pesquisa quanto o da extensão. Só que o pessoal da pesquisa não entendia essa coisa, por que que tinha... que a gente aplicou DRP né, essa metodologia que você conhece né, não entendi porque que você tinha que dormir na comunidade, pra você ter uma ideia, teve pesquisador que não quis, ninguém vai me obrigara a dormir lá, eu vou pro hotel e ninguém vai me obrigar a dormir lá na comunidade, só pra você ter uma ideia. E o pessoal da extensão participou assim, o extensionista ficou encarregado de levar o marmitex, porque a ideia era fornecer o marmitex pra liberar as mulheres pra não precisar fazer comida, era envolver a comunidade toda, eu participei por exemplo, foram cinco comunidades lá, a comunidade que eu fiquei diretamente, dividiu né, o pessoal do Kapi'xawa, o pessoal da Emcapa, nós da Universidade, e eu fiquei numa comunidade chamada Arapó, e um outro pessoal em Estrela do Norte, e por aí vai. Então ela [extensionista] só foi lá pra levar o marmitex, aí a gente conversou com ela e ela “não sei pra quê que vocês estão fazendo diagnóstico, nós já temos diagnóstico”, eles tinham diagnósticos, assim, aqueles levantamentos que eles faziam que refletiam muito mais a leitura do extensionista sobre o que que era a comunidade, quais os problemas da comunidade, do que propriamente a leitura da comunidade, a ideia era inverter o processo, dar vez e voz para a comunidade e a gente só ficar como ouvinte, coordenando, mas ouvindo mais do que falado. Acolhendo. Então, a experiência foi terrível. Então, porque que eu contei essa história? A expectativa que eu tenho dos extensionistas, os pesquisadores... bom, quem coordena eu tenho certeza, tem pessoas que eu não sei, eu tenho cá as minhas dúvidas, se estão com o olhar só da especialidade dele e contribuir com a sua especialidade, e às vezes não tem essa sensibilidade de estar se aproximando e conversando, dialogando, trocando uma ideia, lá com a agricultor, então, eu tenho cá minhas dúvidas, a equipe é muito grande né, e o pessoal da extensão, bom, foram escolhidos só os escritórios que tivessem extensionistas com identidade com Agroecologia, eu acredito que esses extensionistas eles podem cumprir bem o seu papel por conta dessa afinidade, agora, só que entre poder cumprir e ter condição de cumprir é outra história, você sabe por quê? Na minha tese de doutorado eu entrevistei os extensionistas que tinham essa identidade aqui nos onze municípios do Caparaó, levantando experiências de transição agroecológica e fui ver a transição com a visão do extensionista. E o que eu notei a partir dos relatos dos próprios extensionistas? Que o órgão, você tem lá a Agroecologia, ela é um campo de atuação e ela faz parte da jornada de trabalho deles, tá lá, só que chega lá o chefe, o superior e fala o seguinte, agora vocês esquecem tudo, agora nós vamos fazer a bola da vez agora é um evento, é um seminário, é um encontro de cafeicultores, é um seminário da pecuária leiteira, é não sei o quê. Ou então é a exposição, é a festa da pecuária leiteira que você tem que... é e não é né, todos falaram assim, que é e não é porque eles não têm um tempo suficiente para se dedicar à isso, pra dar atenção, pra acompanhar o processo, pra estudar, analisar a propriedade como um todo, às vezes as visitas são muito breves, aí chega no escritório tem

aquela demanda enorme de coisas pra fazer, muito projeto do Pronaf, porque ele tem que atender né, então assim, na prática, apesar de ele se identificar, ele não consegue dar a devida atenção para que aconteça o processo de transição nas propriedades, isso, em suma, é o que eu concluí com base nos depoimentos. Eu espero que, nesse caso, a gente consiga uma avanço maior nesse sentido, sabe, Ayana, mas eu tenho cá um pé atrás quanto a isso. Até que ponto os extensionistas vão ter de fato as condições concretas para dar a devida atenção, porque vai depender muito deles, porque eles que estão mais próximos e que vão poder acompanhar mais cotidianamente, o andamento dessas unidades, aí também não só isso, que vão poder fazer esse trabalho, no sentido de fazer valer na prática, a ideia de que essa unidade vai ser uma referência pra região, pelo menos pra comunidade, porque pra nós vai ser frustrante ver que a experiência não pulou a cerca, ficou restrita só àquela família e àquela propriedade.

- Quais são os principais desafios a serem enfrentados no escopo do projeto?

Acho que já respondi em boa parte. Acho que esse desafio de fato, da parte dos extensionistas poderem ter um apoio, uma compreensão da parte do Órgão [Incapar] de ver como prioritária essa ação com essas unidades, isso vai ser uma prova de fogo, do prestígio que a Agroecologia tem no órgão, porque uma coisa é o discurso, outra coisa é você dar condição para que as pessoas possam trabalhar, e outra coisa, eu acho que também um outro desafio vai ser fazer com que essas experiências de fato seja bem sucedidas, que os resultados que eles vão obter nessa consorciação se reflitam em termos de ânimo, ver que o café de fato está respondendo melhor, que agora ele tem uma outra fonte de renda na propriedade, então, essa percepção do que é a proposta de um consórcio, do que você espera na propriedade e do que de fato a família está colhendo é uma coisa que a gente quer ver, é um desafio que a gente quer ver isso acontecer. E que isso vai depender muito desse empenho da família no sentido de estar cuidando bem da área. Eu acho que esses dois pontos são pontos que vão ser cruciais pra o sucesso. Obviamente que de nossa parte, são os três elos do processo aí né, envolvendo essa inovação, os agricultores, o pessoal da extensão e nós da pesquisa. De nossa parte, como a gente tem essa identificação, é sempre aquele trabalho a mais. A gente, quando a gente acredita, no nosso caso, a gente sempre faz o a mais porque se ficar só na... por exemplo, se eu ficar só nas minhas 40h semanais eu já estaria estourado né, em relação à minha carga horária, bom, mais aí o que você faz sábado, o que você faz domingo, o que você faz no feriado, entendeu? Então, é assim, a gente tá agora até tentando fechar a proposta de um livro e eu só posso fazer essas coisas, pra avançar mais em período de férias, então, você pega as férias e você credita, dá o crédito pro livro, e não pro passeio. Eu acredito que nós da pesquisa, se for olhar só a coisa em cima do que é ideal, você não conseguiria avançar muito. Nessa área, sempre é o desafio você conseguir fazer mais com menos. Porque a gente tem cada vez mais demanda e menos tempo, mas a gente não pode deixar a peteca cair. O que eu não sei, pra te ser sincero, a equipe... pra você ficar idealizando uma equipe, ah é de pesquisadores, que todos são alinhados, todos têm identidade, aí você não acha essa equipe, então a equipe é assim, tem que ter aquelas pessoas que têm mais afinidade, que vão puxar, e tem aquelas pessoas que são especialistas, ah, tem um cara lá que é especialista em melhoramento, né, e que é importante, porque assim, se você não colocasse uma... esqueci o termo, mas enfim, tipo um subprojeto naquela linha, a aceitação do projeto pra ser aprovado, seria menor, você tem que usar certas estratégias pra conseguir a aprovação e conseguir fazer alguma coisa. Eu vejo que é um risco que a gente corre. Qual é o desafio? O desafio é fazer com que essas pessoas consigam perceber essa visão sistêmica que é mudança do ponto de vista da agroecologia numa propriedade. Porque se o cara tiver essa leitura do ponto de vista só da especialidade dele, eu penso que as chances do resultado do que ele faz contribuir de fato são menores. Resumindo, o desafio é fazer com que essas pessoas, que a princípio, não têm tanta afinidade com a Agroecologia, que a gente consiga manter uma certa interação, uma certa contribuição pra o trabalho de tal forma a não comprometer os resultados que a gente espera ao final, daqui a 4 anos, no caso, 3 anos, já estamos no segundo ano.

- Como você avalia o andamento do projeto até o momento?

Na parte que me coube, de responsabilidade, tá muito devagar ainda. Muito devagar porque pra gente poder mensurar alguma coisa, por exemplo, em termos de custos de implantação, as coisas precisam estar sendo implantadas. Temos um atraso pra conseguir administrar, temos problema de andamento sim, mas em boa parte, em função da pandemia mesmo, porque teve limitação de deslocamento, os técnicos ficaram trabalhando *home office*, fechou escritório, então isso tudo acabou comprometendo muito o avanço do projeto. Eu espero, provavelmente o coordenador deve pedir, talvez até uma prorrogação em função de justificar, porque senão a gente não vai ter condição de justificar ao final de 4 anos, de todos ou boa parte dos resultados que eram esperados, em termos do projeto. Então, a minha preocupação é um pouco isso aí, eu acho que nós estamos com atraso e precisamos administrar esse atraso, como que nós vamos fazer, bom, vamos ver.

- Como você entende a ER, a partir da sua trajetória na área?

Eu entendo a extensão como uma atividade teórica, metodológica, que envolve acesso à informação, assessoramento, educação e até mesmo ação política, voltada pra contribuir pra que os nossos índices relacionados à qualidade de vida no campo sejam melhores, fiquem melhores, em outras palavras, uma extensão comprometida com o processo de desenvolvimento rural. Acho que a Extensão tem uma importância em uma sociedade onde as condições de vida no campo ainda são relativamente precárias, onde nós temos, aqui no Brasil, pelo menos 50% da população rural que no máximo estudou o ensino fundamental no primeiro ciclo do ensino fundamental, no máximo! Então você imaginar que você está lidando com uma população assim, ainda precisa de receber, de ter acesso a um apoio técnico direto na forma de um serviço de extensão rural, e que seja um serviço gratuito. A extensão rural brasileira ainda se reveste de muita importância. Claro que têm aqueles que acham que não, que hoje nós temos uma vastidão de informações disponíveis livremente, acessíveis pela internet pela televisão, então tem obviamente aqueles que defendem isso aí, mas não sei, talvez eles estejam pensando em outro país, ou, pelo menos, não a maioria das famílias que estão no campo. Então, a Extensão ela tem a sua importância e eu espero que a sociedade perceba isso e que continue justificando a manutenção de um serviço público e gratuito de Extensão Rural no Brasil. Como primeiras colocações eu vejo por aí. Não sei se é o que você está querendo, falar sobre a minha opinião, falar sobre diferentes vertentes, fazer alguma análise crítica...? Ou se é em que extensão eu acredito [eu: **É isso**] Tá. Em linhas gerais é isso que coloquei mesmo. Eu ainda acredito muito que, acho que a extensão precisa acreditar também no potencial dessas famílias que vivem no campo, no sentido de não somente adotarem, essa visão de serem apenas receptores dos resultados da pesquisa que são difundidos pela extensão, mas também eu acredito muito no potencial dessas famílias, por conta da sua história de vida, das outras formas de aprendizado, de construção de conhecimento, e aí a importância do conhecimento empírico, popular, dessa interação forte com a natureza, com o ambiente onde elas trabalham. Eu acredito muito no potencial deles e também encontrar as melhores alternativas pra que eles alcancem o desenvolvimento. Que seja um desenvolvimento do qual e para o qual eles sintam construtores ativos e que estão contribuindo com o seu próprio conhecimento. Uma extensão que esteja aberta o tempo todo para dialogar. A palavra diálogo ela cabe bem aí. Isso não significa que a gente está se menosprezando, que está se rebaixando, nada disso. Muito pelo contrário, significa que a gente está respeitando e valorizando, que nós temos conhecimentos diferentes, e que ambos os conhecimentos são importantes. Também vejo que nós, a extensão, os extensionistas, me considero um extensionista né, porque tenho projeto de extensão, esse de pesquisa participativa, mas eu tenho, sempre tive, meu primeiro projeto foi projeto de extensão, um ano de casa, eu já apresentei esse projeto [eu: **Eu adorei a sua definição de que quem faz pesquisa participativa, está com o pé na terra**] É isso aí. Então, assim, que também a gente consiga ter credibilidade, porque a gente valoriza o conhecimento do agricultor, assim como o agricultor

precisa também reconhecer a contribuição que as pessoas de fora, esse agente externo, têm no sentido ajudar nessa construção do seu próprio desenvolvimento. Claro que o protagonismo é deles. Sempre trabalhar para dar essa autonomia e esse protagonismo pra eles. Essa coisa de eles verem também que o conhecimento técnico científico, ele também pode contribuir, e eu acho que a pesquisa participativa vai ajudar nesse sentido, porque é um conhecimento dinâmico, deixa de ser aquele conhecimento estático que está na prateleira, e você só vai transferir, e passa a ser um conhecimento dinâmico em que você está lançando mão de princípios, de ideias, de conceitos, de metodologia, mas sempre adaptando, tentando produzir uma síntese que é o que a Agroecologia preconiza, que o conhecimento agroecológico é essa síntese entre o que é o conhecimento técnico-científico e o que é o conhecimento popular, de tal forma a ver o que há de bom nos dois e produzir esse conhecimento que seria mais sustentável, que promoveria esse desenvolvimento sustentável de fato, esse é o que idealiza a Agroecologia, agora, nós estamos aprendendo a como fazer isso. É esse que é o nosso aprendizado. Como se faz essa construção? E daí a extensão, por exemplo, tem que rebuscar dentro dessas vertentes pedagógicas, como é o caso do construtivismo, entender um pouco isso, e como isso pode ser uma ferramenta útil dentro das atividades, dentro do processo educativo peculiar que é a extensão. É diferente né, a nossa educação não é uma educação formal, extensão não é uma escola né, então é um pouco por aí.

- A partir da sua experiência, como você entende a Agroecologia? Como avalia o sistema agroecológico e as suas principais qualidades.

Olha, a Agroecologia é uma ciência e não é. A gente vê que ainda há muito preconceito dentro da academia em aceitar esse status, ora, como é que uma ciência pode dizer que o conhecimento popular tem valor, esse conhecimento empírico que não é validado pelo crivo do método científico, então a ciência pressupõe que o conhecimento válido é aquele que passa pelo crivo do método científico. Aí você fala, não, mas o conhecimento que a agroecologia defende é um conhecimento agroecológico que ele é feito desse casamento entre o conhecimento popular e o conhecimento científico, respeito às tradições, aí fala que os agroecossistemas indígenas e você tem que tomar como referência os agroecossistemas indígenas e/ou os agroecossistemas camponeses tradicionais, que não são indígenas, como referências iniciais básicas, você chegar e falar isso numa reunião, numa conversa acadêmica ainda corre o risco de ter zombaria. Essa é a meu ver a principal dificuldade que se tem na aceitação da Agroecologia como ciência. Mas nós defendemos que ela tem status de ciência sim. Porque ela tem método, inclusive método pra dialogar, método pra você reconhecer esse conhecimento, fazer diagnóstico onde você contemple essas tradições, pensar em formatos, em desenhos de pesquisa em que você abra oportunidade concreta, crie os meios as brechas pra que esses agricultores participem. Como eles podem participar do processo da pesquisa? Que que eles observam? É interessante até, eu aponte na avaliação que a gente fez. Agora, nesse capítulo a gente vai explorar um pouco mais, porque a gente fez só um resumo expandido, até te passei. A coincidência, como que a percepção inicial dos agricultores, quais eram os consórcios que na opinião deles seriam os que dariam o melhor retorno. Coincidiu, realmente. Foram os consórcios que tinham uma cultura que ela dava renda, diretamente, que foi o caso da pupunha e da banana, foram as que tiveram melhor desempenho. É óbvio isso? Não sei. Pra ciência não necessariamente, pra ciência é só aquilo que você mede e prova. É interessante a gente ir notando isso. Eu me lembro na época que, experiência própria, quando a gente estava instalando a unidade lá em Sumidouro, a gente, como técnico, achava que o pessoal não ia gostar da adubação verde com guandu, feijão guandu que você conhece, que ele é meio arbustivo, uma arvorezinha, chega a dar às vezes até 4 metros, diferentemente de um feijão de porco, que já parece com feijãozinho de porte baixo, herbáceo, aí a gente pensando porque, porque vai ter aquele baita pé e vai atrapalhar o trânsito, atrapalhar a colheita, isso era o que a gente pensava. Quando fizemos o teste e teve a primeira avaliação, eles já colocaram uma outra questão, não até que não é tão ruim, porque na hora da gente esticar

a lona e colocar a lona pra fazer a derissa do café, porque eles colocam a lona no chão pra os frutos que caem no chão, pra eles aproveitarem, até ajuda porque o pé do guandu ajuda a segurar a lona, porque o lugar é “morrado” né, se você conhecer aqui... é naquela estrada que vai pra Cachoeira da Fumaça [...] É um pé de serra doido, então, nessa condição de terreno, de lavoura, realmente é importante isso. Como é essa coisa da percepção, coisa que um detalhe só percebe quem está lidando. Sempre falo isso com meus alunos, a riqueza de você incorporar esses olhares e aquela coisa que nós já falamos aqui, a família não dá conta só daquilo, a família, a gente fala em enfoque sistêmico, eu até falo em sala, quem costuma ter mais enfoque sistêmico é o agricultor, porque ele enxerga a propriedade como um todo. Nós que costumamos subtrair alguma coisa, porque o agrônomo enxerga o pés de café, os zootecnistas enxergam os bois, as vacas, mas não enxergam o café, não enxergam as frutas e assim vai. E quem enxerga tudo? A família porque ela está administrando a propriedade. Não quer dizer que está ótimo, mas ela está olhado tudo, está tentando fazer um arranjo ali de tal forma a aproveitar a terrinha que ela tem, a mão de obra que ela tem, o pouco recurso financeiro que ela tem e fazer o melhor possível, dentro da lógica dela. Então eu vejo que a Agroecologia ela veio pra... uma coisa que já se percebia, nas interações que os técnicos desde os tempos, falando aqui do Brasil, desde a época pensando esse pessoal da rede PTA, que tinha essa vivência, que vinha observando isso, a Agroecologia, quando ela se consolidou na literatura, então você hoje vê um livro como é o do Altieri, ou do Clisma, e você vê que é isso mesmo que tem que ser feito. A ideia é essa mesma, é um pouco nesse sentido. Ela veio a dar corpo e dar crédito aquilo que ao longo da vivência foi sendo construído.

3 TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTA COM FAMÍLIAS AGRICULTORAS

FAMÍLIA AGRICULTORA 1 – ENTREVISTA REALIZADA PRESENCIALMENTE REGISTRADA COM GRAVADOR DE VOZ

- Como foi a sua trajetória, você foi criado aqui?

Sim, aqui essa propriedade há mais de 50 anos é do meu avó. E há 17 pra 18 anos foi dividida a propriedade. Então, esse terreno era pasto e a gente começou o plantio de café. [eu: **Você e mais quem?**] Eu e meus irmãos, minha mãe, meu pai na época era vivo, hoje já é falecido. [eu: **quantos irmãos?**] Nós somos em 5, mas que ficou na roça foram 4. Foi eu, o Gustavo, Paulo e Glória⁹⁵. [eu: **Sua esposa também foi criada na roça, ou na cidade? Como é o seu nome?**] Viviane⁹⁶. Eu sou nascida em São Paulo. Meu pai é daqui, e ele como foi embora pra lá muito cedo, ele e a minha mãe fez a vida deles lá, eu vim pra cá aos 9, voltei pra São Paulo aos 17 e aí depois em 2013 a gente voltou pra ficar. Eu conheci meu esposo⁹⁷ em 2018, trabalhando na prefeitura, a Isabela⁹⁸, as meninas tudo eu conheço através do serviço que eu fiz na prefeitura. Mas não fui criada em zona rural não.

- Gostaria de saber da sua participação em grupos e projetos aqui no município.

A minha participação foi através do Incaper, dos convites, a gente aceitando o convite, Sindicato Rural, alguns anos também com a Caparaó Júnior também. Então a gente conheceu mais através desses grupos mesmo, sempre recebemos convites por ser um agricultor sempre ativo, buscando se informar, acabou a gente recebe bastante convite. [eu: **tem quanto tempo que você vem participando dessas atividades?**] Uns 17 anos, 16 anos mais ou menos. Porque foi quando a gente começou aqui no sítio, porque até então a gente morava na propriedade de

⁹⁵ Nomes fictícios.

⁹⁶ Nomes fictícios.

⁹⁷ Nome omitido.

⁹⁸ Nome fictício.

outros donos, era colono. Então, quando você é colono muitas vezes você não pode fazer aquilo que você pensa, aquilo que você acredita. Você tem que fazer aquilo que eles acham que é certo.

- Quando começou o contato com a agroecologia?

Sempre pensamos em querer melhorar, ser diferentes talvez. Ter um sombreamento, que não é usado pela maioria dos produtores, e produzir mais coisas no meio da lavoura, não ser só o café [diversificar né?] Isso. [eu: **E aí qual experiência de diversificação que vocês já têm ou tiveram?**] A gente planta aqui muito é as frutas mesmo né. As frutas e temos madeira também. Não só isso, mas é banana, laranja, mamão, eu sempre até brinco né, que tudo o que tem raiz a gente planta. [risos] Mas a gente tá aqui morando no sítio tem pouco tempo, a gente veio pra cá em setembro, até então a gente não morava, trabalhava e não morava no sítio.

- Onde você busca as informações que você precisa?

No início mesmo, a gente buscava mais, hoje acaba a informação vindo até a gente. Hoje a gente tem mais facilidade. Até que eu comentei com a Paula⁹⁹ no Incaper, que a gente muitas vezes não busca a informação porque a gente hoje tem mais facilidade... igual a Caparaó Junior, questão de análise de solo, mas no início era o Incaper mesmo, a gente buscava, fazia análise na Ufes e levava pro Incaper pra alguém no Incaper fazer a leitura, os cálculos pra gente do que ia usar. Então, sempre a gente buscou essa informação, mas hoje a informação tá mais fácil. Hoje a gente não precisa estar indo tanto buscar essa informação. O que mais a gente busca é isso mesmo, é como nutrir a planta, porque a partir do momento que você não tá usando um veneno, então a planta tem que fortalecer ela pra ela não ficar doente.

- Como é a sua situação hoje em relação ao uso desses insumos? Os agrotóxicos, os adubos minerais?

Não uso agrotóxico nenhum, nenhum. Foi esse ano meu irmão jogou nas moitas de braquiárias um herbicida, jogou *round up*, mas até então era só roçado. Estava muito grande, ele jogou então a gente não usa não. A questão é nutrição. A gente trabalha com a nutrição, sempre buscando nutrir e fortalecer ela o máximo possível, muitas vezes a gente não dá conta, porque dinheiro é um trem muito doido, você acha que tem, daí a pouco não tem (risos). Então às vezes a gente deixa a desejar um pouquinho.

- Você é um dos agricultores que participou daquela experiência lá em Pacotuba. Que impressão você ficou na época?

Minha impressão que tive lá é que temos que sombrear. Porque são cinco [parcelas] plantadas lá de formas diferentes e acabou os quatro sombreados produziu mais do que o não sombreado. Talvez pode ter dado um pouco menos de café, mas se você fizer a soma final dos produtos que produziu ali junto com o café, supera o café [solteiro]. Porque tem ingá que não se aproveita o fruto dele e a gliricídia, mas em questão do solo a gente notava muita diferença... eu cheguei até a falar num vídeo que eu iria sombrear com a gliricídia, mas aí depois eu mudei a minha opinião. Estou sombreando com a banana e pupunha, esse ano a gente vai plantar bastante pupunha, a banana já quase todo o sítio já está plantado e estou inserindo a gliricídia no meio disso, o ingá também, mas em menor quantidade. Mas a gliricídia tem um pagamento muito fácil, onde eu preciso ter sombra eu vou e corto o galho e finco ela e ela desenvolve. Mas hoje a minha opinião é com a banana, que a banana te dá um retorno, se você colhe ou se você não colhe também, traz os passarinhos pro meio, os bichos e isso tudo é muito bonito. Muito bonito de ter dentro da propriedade, de atrair pra dentro da propriedade.

- Poderia falar mais sobre a sua mudança de opinião em relação ao desenho do sistema?

Acho que é mesmo a produção mesmo. Se você colocar frutífera ela vai te dar um retorno. E vai fazer o mesmo papel que seria só a árvore só. Mas tem a árvore também, tem e vai ter mais árvore, mas só que... acho que foi a questão da produção também, igual a banana, agora na

⁹⁹ Nome fictício.

pandemia acabou isso, mas vendia muito pra alimentação escolar, então incentivava você a produzir mais banana, vendo também no comércio uma parte. Então tem mais facilidade de você ter dinheiro, mas rápido, a banana é mais rápido. Talvez a gliricídia seria um pouco mais a longo prazo, por causa do café mesmo, a matéria orgânica no solo, mas isso com toda certeza nós estamos plantando a gliricídia também.

- Sobre o momento atual na propriedade... o que vocês estão produzindo e como é feita a comercialização?

Agora no momento a gente acabou a colheita de café e colhe banana toda semana, vende banana toda semana, que é uma fruta que sempre tem, independente se está com sol, com chuva, se está seco ou não, vai produzir mais ou menos, mas tá produzindo. A gente tem laranja, mexerica, isso tudo foi vendido... [eu: como é feita a comercialização das frutas?] Hoje nós temos um grupo que até não está funcionando tão bem como a gente pensou, é a rede de comercialização solidária, que hoje nós formamos uma lista de transmissão, que surgiu lá com a Ufes, com o Incaper, com o sindicato rural, então é uma forma que eu continuo mantendo essas vendas, aí através da lista de transmissão a gente oferta no fim de semana e entrega na quarta-feira às famílias, mas com a pandemia caiu muito a venda e vendemos também pra algumas pessoas que vêm comprar, então revende também. Dessa forma uma parte a minha irmã vende na feira alguma coisa aqui do sítio. Então essa é forma que temos. E o café a gente vende praquela que quiser comprar (risos). Apareceu um que quer comprar a gente vende.

- Como você começou a participar do projeto?

Eu fui convidado pelo Incaper, a Laura¹⁰⁰ na época que era minha vizinha, não sei se você conheceu ela, então ela me convidou, me falou do projeto, ela sabia da nossa vontade, nosso desejo de conhecer algo dentro da agroecologia, aí ela me convidou. Aí ela me convidou, foi através dela. Eu não estou muito certo se foi através dela, ou do professor Tiago, mas um dos dois, acho que foi ela que me convidou. Ela estava participando do projeto.

- Como foi o trabalho para decidir sobre o sistema, quais espécies, espaçamento?

Na verdade, eu perdi alguns encontros porque estava construindo, estou em obra ainda, e acabou que foi conversando mesmo com a Isabela, com o Jorge, com a Paula¹⁰¹, e eu coloquei aquilo que a Isabela deixou pra gente, a gente vai fazer do jeito que achar melhor, então a gente pensou em plantar o café, num espaçamento mais adensado do que a gente planta hoje aqui, pensamos em plantar 1m x 2m que vai ser um pé de café que vai deixar menos hastes, estamos pensando talvez em duas hastes, e o abacate porque onde eu morava, tinha muito abacate e eu gosto muito do abacate, tenho uma facilidade de comércio pra ele também. Então, a gente pensou no abacate e a gente tá conversando ainda questão do espaçamento, mas num primeiro momento é de 15 metros o espaçamento do abacate e assim, lá pra onde a gente tinha esses abacates, os pés de café de baixo [do abacateiro] sempre produzia, sempre bonito, então, foi por isso plantar abacate. E aí agora no início a gente vai inserir também a banana e mandioca, o que a gente tá pensando pra ajudar no sombreamento mais rápido. Igual, abacate é mais lento o crescimento dele.

- Você acha que a participação no projeto anterior influenciou na decisão de sediar a UPP agora nesse projeto?

Ah sim. Com toda certeza. [eu: Por quê?] Porque a gente plantava, mas não plantava em linha. Saía fíncando, onde tinha uma vaga a gente colocava, e através de ter participado a gente vai plantar tudo bonitinho, tudo em linha. Abacate em linha, banana em linha, café em linha. Igual a banana que eu estou inserindo no sítio todo, tudo em linha porque fica mais fácil o manejo, porque você pega aquela linha e vai embora, e quando você planta uma aqui, outra ali, talvez fica um pouco mais difícil a mão de obra.

¹⁰⁰ Nome fictício.

¹⁰¹ Nomes fictícios.

- Como foi pra você a questão dos atrasos, tanto os atrasos pela pandemia, quanto das compras e tramites burocráticos do projeto. Como você tem lidado com esses atrasos? Quais estratégias você adotou?

Na verdade esse atraso até me ajudou, pela correria que eu estava, até me ajudou um pouco. E a gente já vai adiantando o serviço, igual agora o café velho que tinha que tirar eu já tirei, já marquei o lugar que vai ser as covas do café, já tá marcada, agora só estou esperando o perfurador de solo que a gente comprou chegar pra gente fazer as covas e plantar em novembro. **[eu: comprou pelo projeto?]** Não, foi por minha conta. Porque eu estou com muitas covas pra fazer, então isso facilita, te ajuda né? Então, a gente está esperando chegar pra fazer as covas, colocar o calcário e o esterco, e o Bernardo esteve aqui mais a Paula¹⁰², Bernardo que trabalha no Incaper, justamente pra gente... ele falou que a chuva vai começar agora em novembro, outubro/novembro, a gente fazer o plantio em novembro do café, a gente vai antecipar as covas e em novembro a gente entra com as mudas **[eu: a mandioca e a banana que você falou, vai plantar quando?]** Assim que a gente covar, a gente já vai plantar ela, **[eu: mas vai ser pra esse período de chuva também?]** se der mais uma chuva a gente antecipa, porque já está marcado o lugar da cova de café, então facilita, pode antecipar, tem condição de antecipar. A banana já até coloquei já, no espaçamento de 10 x 10m. **[eu: o abacate você vai receber muda?]** Eu mais a Isabela conversamos de eu fazer as mudas, estaca né, e depois a gente fazer o enxerto no local, pega as variedades dos abacates que vai ser plantado, e fazer lá no local já.

- Participou das atividades virtuais?

Não, porque eu estava começando a casa aqui e nós estamos sem internet. Nós só usamos a internet do celular, então, acabou que não dava conta.

- Você tem expectativa de reduzir a adubação mineral através desse plantio agroflorestal?

Sim, a gente já nota que diminuiu. Já vem diminuindo, mas a gente faz análise [de solo] por isso, pra saber a quantidade e jogar aquilo que de fato precisa ser jogado, nada a mais do que isso. E a gente vai estar trabalhando, se um dia não for necessário usar, a gente vai parar de usar com toda certeza. A questão do orgânico você tem uma dificuldade maior na pequena propriedade, você conseguir esse orgânico, porque hoje ainda, infelizmente, se você for adquirir, ele se torna mais caro. **[eu: você fala do quê?]** Da adubação. Ele se torna mais caro do que o convencional ainda.

FAMÍLIA AGRICULTORA 2 – ENTREVISTA REALIZADA PRESENCIALMENTE REGISTRADA COM GRAVADOR DE VOZ

- Quanto tempo vivem aqui na terra, quando vieram pra cá e quais culturas e atividades que vocês já trabalharam?

Na verdade, eu nasci aqui, estou com 52 anos de idade, nasci aqui na Boa Vista. Meu pai veio de Capivara, que é município de Vargem Alta e minha mãe já nasceu aqui e Alto São Vicente. A gente sempre trabalhou, quando eu era criança com milho, feijão e arroz, café era raro trabalhar com café. Depois de uns tempos veio o café, foi diminuindo a quantidade milho, feijão e arroz, até depois quase que eliminar por total o plantio de milho e feijão; O arroz foi eliminado em 1990, 1991 mais ou menos. Eu sempre pensei em trabalhar com alguma coisa natural, sem produtos químicos, hoje é difícil. Toda a propaganda induz o produtor a ir usar o produto químico, o agrotóxico, então, de uns tempos pra cá eu decidi que tinha que ser diferente, mas a onde buscar assistência? Não tem. O governo do estado quase que não põe isso daí com mais frequência. E depois de conhecer o Juarez¹⁰³, conhecido como [...], ele veio trabalhar no Incaper em Cachoeiro e ele tem um pensamento voltado à Agroecologia. Isso aí me incentivou, portanto a gente tem um grupo de Agroecologia, um grupo que abrange o município de Cachoeiro, isso

¹⁰² Nomes fictícios.

¹⁰³ Nome fictício.

foi me incentivando. Hoje eu já tenho horta aqui quase que 100% orgânica e a lavoura eu não consegui transformar ela no orgânico por falta de especialidade. Eu não tenho um técnico em café que trabalha com orgânico. O município de Cachoeiro não tem, mas agora tem essa oportunidade, agora chegou esse projeto que tá fazendo com que eu entre no caminho que eu sempre imaginei. Isso daí é bom. É uma experiência nova que eu tenho certeza que vai me dar retorno.

- Como foi a aproximação com Agroecologia? Que ano começou esse grupo de Agroecologia?

[Agricultor 2:] O grupo de agroecologia começou uns 5 anos atrás. Foi quando o padre Rogério chegou na comunidade e cobrou uma forma diferente de trabalhar. Já o Juarez ele já estava a mais tempo com outras pessoas e eu cheguei há uns 6 anos, que eu cheguei no grupo. Foi uma experiência boa. Ela começou, pra mim, com um encontro na fazenda do Incaper, um dia de campo onde mostrou a lavoura de café que tinha várias outras coisas junto lá, no mesmo espaço e o resultado daquele dia foi favorável, mesmo que ela não estava sendo cuidada da maneira correta, eu vi que a lavoura lá tinha muito mato, não tinha sido feita a desbrota, mas mesmo assim o resultado foi positivo. E daí pra cá a gente vem participando de várias comunidades. Nessa pandemia deu uma paradinha, porque a gente tem que manter distanciamento, não pode ter aglomeração, então a gente deu uma parada, mas o trabalho continua. [agricultora 2:] O grupo se reunia... cada período se reunia em uma propriedade, o grupo já veio na minha casa, na nossa propriedade, já foi em Banco de Areia, visita cada propriedade das pessoas que fazem parte do grupo, só parou por causa da pandemia, mas sempre foi feito. [agricultor 2:] É um grupo de 16 pessoas, acompanhado pelo Incaper e acompanhado pelo pároco, que era o Padre Rogério. Mas isso tudo é um trabalho que só incentivo do grupo, ele não vai. Eu vou produzir orgânico e vou vender pra quem? Ele é mais caro, se der doença na planta você tem que arrancar e jogar fora, você não pode vender aquilo ali. Então tem que ter um incentivo do município e esse incentivo não chegou na hora certa, quando chegou ele chegou no município, teve alguns produtores no município que têm o selo de orgânico, mas a sociedade ainda não está com foco que o orgânico, que um plantio de qualidade faz bem pra saúde. No meu caso aqui eu estou pensando na minha família e em quem vai consumir. Agora veio a oportunidade desse projeto, o Juarez comentou nesse projeto e ele foi buscar uma propriedade no município que era São José, uma comunidade vizinha à nossa e o terreno não se enquadrou com o projeto, era bom, mas não tinha o espaço que precisava, aí ele me perguntou se eu queria, eu topei na hora, mesmo sem conhecer o projeto (risos). É o que eu quero. Mas, assim, você viu lá a área, ela é de difícil acesso, tem muita pedra, lá todo o trabalho tem que ser manual, não dá pra entrar com máquina pra nada, mas eu consegui uma medida que dá o tamanho do projeto, e estou feliz até agora. A gente tá conseguindo o produto pra trabalhar, já chegou esterco, já chegou adubo, eu comprei as mudas, já tem muita coisa lá plantada, dentro dos próximos 15 dias eu acredito que o café seja plantado, que eu vou ter que reabrir as covas, o menino fez um padrão, o Juarez pediu outro, mas eu concordo porque a medida de esterco que a gente vai usar, ela é maior. Então eu tenho que ter uma cova maior. Mas o projeto é tudo o que eu sonhei pra ter uma vida saudável pra minha família, e quem está em torno de mim também né.

- Quando sua família começou a utilização de agrotóxicos?

A primeira vez que, por exemplo, entrou um produto que era considerado... hoje ele é liberado, *round up* por exemplo, meu pai passou aqui por baixo de uma casa velha que a gente tinha pra matar Pernambuco, que é um mato que era pasto, pra plantar a primeira moita de conilon, e meu avô que trouxe o *round up*. Então quando pôs aquilo num pulverizador e passou, daí 8 dias tudo sequinho, aquilo começou a induzir as pessoas que antigamente a gente capinava e roçava o café com enxada e foice. Aquilo foi induzindo as pessoas a usarem os defensivos. Aí começou, de uns tempos pra cá começou, vai combater a cochonilha do café, veneno, vai combater o ferrugem, veneno, na verdade a gente tem outras opções naturais que faz esse controle pra gente,

só que a gente não usa né, mas há mais de 30 anos as pessoas já vem usando esses produtos. Aqui a gente tenta dar uma segurada, mas sempre tem o vendedor, aqui tem vendedor toda hora, **[eu: eles passam na propriedade?]** Vem na propriedade, oferecem assistência técnica, a empresa vem, dá o técnico, faz análise e prova que você tem que usar o veneno pra poder produzir em alta produtividade, que é contrário do que eu imagino. Minha lavoura eu dei uma adubadinha só de 100 gramas, do 20.00.10 [NPK], que é o mais fraco, ela caiu a produção, eu falei com o Juarez, eu quero fazer uma experiência nessa área maior com esterco, pra ver qual o resultado final porque aí eu posso fazer em tudo. É muito difícil fazer esse tipo de compra, no meu caso é diferente, porque não tem licitação, não tem nada, mas eu vou conseguir comprar direto. Já até conversei com Anderson, que é o menino que vendeu o produto. Então, essa troca é satisfatória pro produtor. Eu e minha esposa¹⁰⁴ fizemos um trabalho aqui com o Eduardo, sucessão familiar. E ali está tudo o que você tem que anotar de gasto de trabalho **[eu: Quem é o Eduardo?]** [agricultora 2:] Eduardo baleia, trabalha no Senar. [...] E o resultado final, depois de anotado tudo o que você gasta, o lucro do café ele é muito pequeno, então não convém investir tanto em produtos químicos e agrotóxicos, porque o resultado final ele é pequeno pra propriedade pequena. Você vê o volume depois da colheita, porque você vai vender o café, mas se você for anotando tudo, você não fecha a conta. Então não é isso que eu quero. Eu quero fechar a conta de outra maneira. Saber que eu colhi menos, mas eu investi menos, eu gastei menos. Outra coisa que me deixa mais feliz é saber que do meu lado, eu vou estar podendo tirar uma verdura no meio da roça, coisa que eu faço hoje. Eu trabalho com feira, eu tiro produto do meio da café com cabeça tranquila, porque eu sei que eu não apliquei *round up*, eu não apliquei impacto [fungicida sistêmico], eu não apliquei actara [inseticida sistêmico], tudo isso faz mal pra saúde. Então, essa tranquilidade de trabalhar eu tenho. Se vocês verem do lado ali, meu sogro, é divisa de estrada, ele passa *round up* três, quatro vezes, eu falo com ele, vamos dar uma maneirada, compra uma roçadeira, se quiser pega a minha... mas é mais fácil. Eliminar o mato por inteiro, numa vez ele é mais fácil. **[Pergunto se com a família da agricultora 2 foi parecido,** ela responde:] Sim, é o que aconteceu com a comunidade como um todo. [agricultor 2:] O tio dela, que já teve câncer duas vezes, ele deu uma resposta essa semana, que ele sempre gostou de trabalhar com tecnologia, de uns tempos pra cá investiu em cima disso. Só que a conta o ano passado não fechou pra ele. Acabou a Assistência do Senar com ele, era um menino que estava aqui, o Hildo, e aí deixou por conta dele, começou a não anotar, passou do ponto em algumas coisas e a conta não fecha. Agora, qual maneira que ele vai trabalhar, se vai reduzir o que ele não explicou, mas ele falou que a conta não fecha. É um exemplo que é pertinho da gente. **[eu: Eu não sabia que os vendedores passam nas propriedades...]** Toda semana que tem, tem várias empresas, têm seis empresas diferentes do município vizinho que passam aqui, quando não é uma empresa, é outra. [agricultora 2:] É que a gente pertence a [...] ¹⁰⁵, mas o comércio nosso é feito todo no município vizinho, então as pessoas já conhecem a gente também, a gente precisa de algum produto, alguma coisa, a gente já procura a loja, então a maioria deles já têm cadastro de todas as famílias também, então, chega um momento que ele já... é igual agora, acabou a colheita, daqui a uns dias eles passam que já é a época de... [agricultor 2:] Daqui a uns dias não, já chegou, já teve dois que vieram. [agricultora 2:] Então, já é a época da adubação. Então, eles já ficam atentos na época que eles têm que passar nas comunidades pra tentar fazer a venda. [agricultor 2:] Eu fiz uma compra em Venda Nova, eu e meu irmão, que é uma coisa aconselhada pelo Juarez, boro e zinco, é uma coisa que é natural, que a gente pode usar, ele aconselhou até a usar na horta se quiser, mas eu não usei, que é pra fazer o pé de café brotar, eu ganhei esse produto também, ele vai vir, então, isso daí é uma coisa que é natural, e a gente pode usar e o resultado é positivo, meu irmão usou o ano passado aqui.

¹⁰⁴ Nome omitido.

¹⁰⁵ Nome do município omitido.

Então o resultado foi excelente. Pós panha, acabou a colheita, aplica. O café pega os nutrientes que tem na terra que está ali parado.

- Quais são os canais de comercialização dos produtos e que canais já trabalharam?

Eu trabalhei feira de 1990 a 1993, eu e o Vinícius¹⁰⁶ meu irmão, um jeito diferente de trabalhar de hoje, nós não tínhamos horta, plantava no meio das carreiras de café, mas a gente conseguiu um resultado bom. E em novembro agora, dia 11, faz cinco anos que a gente está em [...] ¹⁰⁷, no pátio da paróquia. A gente usa o terreno da paróquia pra fazer feira. Nós estávamos em 11 feirantes e hoje nós somos três, com desistência, somos 2 na verdade. [...] [agricultora 2:] E essa feira é da agricultura familiar. Ela atende um número maior de pessoas sobre o ticket, o servidor que recebe o ticket. Mas a gente atende outras pessoas fora do ticket também. A gente já está tendo um público alvo que a gente está conseguindo atender, pequeno ainda, infelizmente, mas a gente consegue atender fora do ticket também. [agricultor 2:] Na verdade o trabalho da gente aqui, principalmente eu e a minha esposa, nós temos o apoio do papai com 83 anos e meu irmão que ajuda no preparo da mercadoria, mas no plantio somos eu e ela. O resultado pra gente, está induzindo a gente a sair da feira. E o resultado positivo, eu já tenho hortifrúti, que é onde a gente faz a compra do mês, que eu não estou conseguindo dar conta, o pessoal está gostando do produto, eu levo uma quantidade achando que vai dar para quatro dias, dá pra um dia. Só que eu também tenho freguês em [...] ¹⁰⁸ que não frequenta a feira, é particular, é restaurante, casas de pessoas, que está induzindo a gente a quase abandonar a feira, mas a feira é uma coisa segura, enquanto houver o ticket, ela é segura. E a gente vende, você sabe que o funcionário ele é obrigado a gastar na feira da agricultura familiar. Então isso é uma coisa segura pra gente. Isso já está chegando em cinco anos. [eu: **Por que será que teve tanta desistência?**] [agricultora 2:] É porque a maioria tinha os mesmos produtos, são coisas que tem aqui na horta, é uma couve, uma taioba, e no início foi muito difícil porque as pessoas, igual um primo meu, tinha um carro pequeno, ele tinha dificuldade para levar o produto dele pra lá. Algumas pessoas trabalhavam com queijo, era feito em agroindústria, então, era um investimento muito alto pra resposta que tinha ali na feira, então a pessoa acabou desistindo, porque qualquer produto alimentício você tem que ter uma agroindústria. E o investimento era muito alto. Então o pessoal foi desistindo por causa disso também. [agricultor 2:] Mas hoje, voltando a falar da rede de agroecologia, esse grupo é um grupo de troca de experiência e de conhecimentos. No caso nosso, cooperativa, eu penso assim, nós estamos em quatro nessa sala, os quatro tem que ter o mesmo poder, você ou eu posso vender mais, ou menos, mas o meu direito e o meu dever como sócio é o mesmo. Então, essa feira, essa cooperativa pra organizar a gente, ela tem algumas pessoas que não pensam no cooperativismo, pensa em si. A feira de [...] ¹⁰⁹ ela acabou por pessoas que não pensavam no próximo, eu estou vendo que tem ticket, eu vou levar algo que não é meu, pegar outros produtos pra poder acumular, pra mim vender mais, então, isso que foi um ponto que acabou. E a gente corre o mesmo risco, eu e minha esposa, de precisar parar por esse mesmo motivo. Então, quando eu vejo assim, esse projeto, se eu não me engano nós somos em cinco [famílias] no projeto [são quatro] São quatro. Se um não ajudar o outro, eu não consigo ir sozinho. Vocês que vão me dar assistência aqui, prestar o conhecimento de vocês e eu o meu. Se essa troca não for partilhada com igualdade, eu sozinha não consigo, eu posso fazer o meu trabalho, mas pra onde que eu vou com o resultado final? O produto que eu tenho ali, ele vai ser vendido com valor satisfatório pra mim manter o projeto? Então, tudo isso, tudo na nossa vida, a gente tem que ter um conhecimento e uma compreensão pra poder fazer com que tudo gira pra poder ter o resultado final satisfatório pra todos.

¹⁰⁶ Nome fictício.

¹⁰⁷ Nome do local omitido.

¹⁰⁸ Omitido nome do local.

¹⁰⁹ Omitido nome do local.

- Quais são as maiores dificuldades enfrentadas na agricultura na propriedade, coisas que gostariam de resolver, de melhorar?

Hoje a maior dificuldade nossa é a mão de obra, aliás, acho que não é só nossa dificuldade. [agricultora 2:] É geral. [agricultor 2:] A mão de obra ela é mais difícil, esse ano pra colheita do café eu trouxe um menino, que foi criado com a gente, de Muniz Freire, pra poder colher meu café. Mas uma coisa que é complicada pra gente, é quando você muda um projeto e você não tem um apoio final. No caso desse projeto, o café convencional, de maneira convencional, a gente vende ele, floriu a gente tá vendendo, porque é uma coisa segura. O café hoje é o que menos dá renda pra família, mas se você amanhã, eu vendi café ontem, se eu quiser me programar pra compra de alguma coisa e pedir esse dinheiro já no comprador, ele me compra o café do ano que vem. Essa facilidade a gente tem. Mas no caso desse projeto, a maior dificuldade que eu vou encontrar aí, é se nós, os quatro projetos, não se informar um com o outro qual a possibilidade de uma venda maior. Eu tenho duas coisas ali no meio que já é lucro garantido, se o café... com certeza nesse jeito de plantar, eu tenho certeza que ele vai me dar resultado positivo, mas eu tenho o abacate, eu tenho abacaxi, eu nunca plantei, mas lá cada cova de árvore já tem um pé de abacaxi, tá saindo bonito, tenho a banana, vou ter o ingá, a madeira, tudo isso é resultado positivo. Nós já colhemos vassoura, já colhemos milho. Aquele milho deu 244 Kg de milho se não me engano, eu anotei pro Juarez, eu não lembro o número exato, mas fora o que a gente tirou pra comer, ele verde. Mas o resultado é sempre positivo. O milho eu tirei um pouco pra gente comer e a outra parte pra criação. Nós só medimos pra poder ter o resultado que o Juarez pediu. [...] [agricultora 2:] Sobre essa questão da dificuldade, acho que a maior dificuldade mesmo é sobre essa questão de comercialização que infelizmente hoje as pessoas não dão muito valor a produto orgânico, elas preferem ir lá comprar uma coisa mais barata, mais bonita, porque você colocou agrotóxico, você colocou qualquer tipo de produto, ela cresce mais rápido, e às vezes ela vai ficar até mais bonita, e o produto orgânico, infelizmente, hoje é difícil de você colocar ele no mercado, é muito difícil de você conseguir o selo, até a alguns anos a gente começou a fazer o projeto aqui e é muito rigoroso, pra depois você não ter o retorno que você necessita, então eu acho que a maior dificuldade é mesmo isso daí. O comércio em si, ele não dá tanta importância ao orgânico como eu gostaria, como eu vou ali na horta e minha filha vai ali e cata um brócolis, cata uma cenoura, não tem problema algum. Infelizmente, o mercado a gente tem uma dificuldade, se chegar um orgânico e um não orgânico, a maioria das pessoas não se importa. [agricultor 2:] Uma coisa que estou me preparando é que nós fomos fazer uma visita a uma associação de orgânicos em Campinho, que é Iconha, e lá a gente viu o resultado, por exemplo, do café orgânico, lá a gente viu vários produtos, mas o café orgânico é um forte, e a quantidade de café que a Irenilda, que é a presidente da Associação passou pra gente na venda por semana, por feira, é muito grande, ela falou que vende até 180, 190 pacotes de café por feira. O que eu penso disso aí, se nós somos quatro no grupo, e a gente tem como beneficiar o café, eu estou preparando a agroindústria, eu dei uma freada porque a pandemia tira um pouquinho do recurso da gente, mas eu já estou numa fase boa, bem avançada, então, a hora que eu tiver esse produto orgânico e trabalhar, olha eu posso anunciar que eu tenho café de qualidade, eu tenho máquina pra isso, pra produzir que a gente tem as máquinas ali, que é da comunidade, e eu num resultado final eu puder trabalhar uma propaganda que eu tenho café orgânico de qualidade, olha ele deu bebida x, o resultado vai ser muito positivo. Mas eu preciso juntar tudo isso, eu sozinho vou conseguir tudo isso? talvez não, mas com o menino lá de Alegre... O que eu pensei nesse projeto, e valeu a pena o esforço que a gente fez, de ter o clone do café 70% dele daqui, porque esses clones que eu tirei, ele tem resistência à doenças, mais do que outros que eu vi, e todos os prêmios que eu ganhei de concursos foram dessas lavouras, então eu sei que ali, se ele estiver sombreado, mais protegido, o resultado se ele avançar em 1 ponto, só pela sombra, pela quantidade de matéria orgânica que ele vai ter ali, eu posso chegar em um resultado 100%. Então, eu comprei a muda,

eu pedi, eles deram autorização, peguei três clones da fazenda, e o restante foi daqui. Só que lá na fazenda foi catado mesmo, é esse daqui que você pode, aquele ali, porque lá a gente pegou só o que... por isso que veio de lá. Se a pessoa tiver lá, isso daqui eu fiz assim, isso você pode mudar, fazer desse jeito que funcionou melhor, essa troca de experiência é fundamental pra gente. Talvez eu faço de um jeito, mas podia mudar um pouquinho pra ficar 100%. Essa troca de experiência é fundamental pra gente.

- E quais são as principais dificuldades e sonhos?

[agricultora 2:] Primeira coisa, qualidade de vida. Você produzir um produto de qualidade e poder oferecer ele às outras pessoas. Acho isso primordial. E a outra questão também é a gente não usar agrotóxicos, porque a gente não gosta mesmo. Aqui na horta a gente não usa há muitos anos, não usa de forma alguma. Nem adubação nem nada. Tudo isso é um resultado bom que é a qualidade de vida e também ajuda na questão financeira porque é um gasto a menos que você vai ter e ter um produto de qualidade, mas eu acho que o primordial é o produto de qualidade mesmo, de poder ter o consumo e poder passar também para outras pessoas. [Agricultor 2:] Eu penso sempre no positivo, o negativo, que não vai dar certo eu não gosto nem de lembrar dele. Tudo na minha vida, tem dificuldades pra tudo, mas tem solução pra tudo. Então todo projeto desse tipo, ele é desafiador, porque tudo entorno leva a gente a não seguir, já teve pessoas que falaram assim, você tá doido entrar num projeto desses, não, eu estou felicíssimo, eu estou muito feliz com esse projeto porque eu estou conhecendo pessoas novas, que têm pensamentos parecidos com o que eu penso, que vem trazer coisas boas e é o que a minha esposa falou, se tem uma coisa que a gente dá valor aqui é qualidade de vida, o que que eu posso ter além disso daí, um produto saudável pra eu ter na minha casa e levar pra casa das pessoas que vão comprar, isso é satisfatório pra gente. Isso é uma coisa que eu preciso avançar mais, além desse projeto. E ao longo da vida da gente, o tempo vai levando a gente a fazer isso. Eu lembro quando a minha mãe era viva, ela gostava de cuidar de quintal e horta, mas ela não podia ver uma manchinha numa flor, num pé de planta que ela ia numa bomba de veneno, e ela morreu de câncer, foi causado por esse veneno? Não sei. Não foi pesquisado isso, mas tudo leva a crer que todo o resultado negativo na vida da gente é em função desses produtos que hoje em muitos países são proibidos e no Brasil são liberados. Então esse projeto aí vem dar um ânimo a mais pra gente de poder produzir as coisas sem precisar de tanto rigor com a planta. Se você devolve pra natureza o que ela te dá... o pé de café é assim, se você dá carinho pra ele, ele te devolve com produção, não precisa você matar as coisas que estão ali debaixo do pé de café, você mata a cochonilha e mata outro nutriente que está ali na terra, que vai fazer produzir outras coisas. Então, essa troca ali, você devolver pra ele, o que ela pode te devolver depois, é muito bom. Pra mim é satisfatório. [agricultora 2:] Aconteceu uma experiência nossa aqui. Dois anos. Um primo dele está com uma terra parada, a gente pegou a terra pra gente fazer um plantio, a gente colheu milho e feijão. [agricultor 2:] Feijão, milho e feijão de novo. [agricultora 2:] A terra não produziu o que ela deveria por causa de um produto que ele aplicou a uns anos atrás. A terra ainda está sentindo, dois anos que ele aplicou e a terra continua sentindo. E a gente não teve a produção esperada por causa desse produto que ele aplicou na terra. A gente plantou praticamente a mesma quantidade em um terreno que a gente tem, o feijão foi uma coisa assim, mais do que o normal que deveria dar, e lá a gente não conseguiu. [agricultor 2:] Do lado da unidade eu arranquei um trecho de café, acho que comentei no dia lá, que eu ia arrancar, joguei palha de café, joguei um pouquinho de calcário, do lado mesmo, e a produção de feijão foi fantástica. Na propriedade do meu primo, eu comprei a planta pra mim e dei pra mãe dele um pouco, só tem a divisa da estrada, onde ela não aceita passar veneno, ela não aceita passar veneno, então a produção dela, da mesma planta da minha, foi maravilhosa, e a minha foi praticamente zero, dois anos, plantei feijão, depois plantei milho, depois plantei feijão de novo, então agora eu desisti. Abandonei. [agricultora 2:] Ele estava com a terra parada, se vocês quiserem aproveitar... mas não está valendo a pena, por causa desse produtor que ele colocou

na terra. [agricultor 2:] Uma coisa que eu acho que vai ser satisfatório pra gente, você está fazendo estágio né? [Bárbara¹¹⁰:] Isso, sou bolsista do projeto] [agricultor 2:] E no seu caso doutorado que já é melhor. Toda pesquisa positiva, divulga! Divulga tudo o que você achar que o resultado foi positivo. Divulga porque isso só vai chegar nas autoridades os resultados que o próprio produtor ou alguém que incentiva o produtor a fazer, divulgar. Alguém vai saber que eu estou produzindo orgânico se eu não divulgar? Não. O resultado meu vai ser satisfatório se for pensando só na minha família? Não. Eu tenho que divulgar, eu tenho que falar. Tenho que mostrar pra sociedade que a maneira de hoje, ela vai ter um fim. Até quando nós vamos produzir café de qualidade com esse monte de veneno? Até quando o mundo vai aceitar esse jeito de trabalhar? Vai ter um fim, você pode ter certeza. Alguns países já barram compra de café por causa de veneno. Não só pensando no café, mas em outras coisas, outros produtos que vão pro mercado e vão cheios de veneno. As pessoas, a gente de vez enquanto eu vejo aí, matéria na Globonews falando de São Paulo mesmo, a quantidade de pessoas que já não vão em feiras sabendo que tem produtos com agrotóxicos. Isso vai tirar o estímulo da pessoa de produzir, se ele produz com veneno e sabe que não vai vender, ele vai mudar o jeito de trabalhar, mas tem que ser pra quem faz o trabalho no geral, certo tem que ser divulgado. [agricultora 2:] Tem uma prima minha que toda semana ela vem pegar as coisas aqui na horta, ela fala assim, eu vou comprar aquelas verduras, gente o repolho de vocês é tão bom, a cenourinha... ela tem duas filhas pequenas, ela coloca a cenourinha na geladeira, as meninas ficam o dia todo comendo, porque a doçura dela é diferente, o sabor dela é diferente, aí toda semana ela vem, ela não compra mais verdura no mercado, assim, fora o que a gente tem, se a gente não tiver aqui, ela compra, mas ela dá preferência, toda semana ela vem buscar as coisas com a gente aqui. [agricultor 2:] Na verdade esse desafio é grande, mas há um controle, por exemplo, no caso da horta, como que eu estou cuidando da saúde, porque não tá muito legal, se você controla o mato pra não dar semente, ele não vai avançar tanto, você não pode deixar ele sementar, que aí vai nascer quantas vezes mais. Você tem um controle sobre aquilo ali, mas no geral, isso daí depende muito de um projeto assim, por exemplo, eu comprei um esterco que ele não teve fiscalização do IDAF, eu fui na granja e comprei, o menino bateu aqui, ele veio com muita doença, isso pra mim foi péssimo, é totalmente diferente o material que chegou lá de Santa Maria, então, aquilo ali que incentiva a gente, olha, na hora que eu vi o produto, é completamente diferente, eu já liguei, ele falou vendo a quantidade que você quiser, eu já comecei imaginar a minha horta e a minha lavoura com esse produto, que ele é totalmente diferente dessas granjas de cá, aí o projeto já começou a me ajudar. Se a gente resumir tudo o que a gente falou até agora, é uma satisfação enorme estar participando desse projeto.

- Pergunto se já participaram de outros projetos.

[Agricultora 2:] Nesse sentido do projeto é o primeiro, a gente nunca foi incentivado a participar, e principalmente nessa área orgânica é o primeiro. [agricultor 2:] Eu conheci um projeto parecido que é na fazenda do Incaper, eu participei num dia de campo lá, mas aqui na propriedade não, ela tem o grupo de Agroecologia que um incentiva o outro, mas é parte de hortaliças, não num projeto dessa forma que eu gostei muito, gostei muito. [eu: **Esse lá de Pacotuba, como é que foi e incentivou vocês entrarem neste?**] Sim. Na maneira que eu vi lá, o impacto porque você vê uma lavoura 100%, uma coisa linda de um lado da pista, depois do outro lado eu vi um plantio de banana maçã, de banana prata, aí depois eu vi a lavoura, lá tinha ingá, tinha uma outra árvore que eu não lembro o nome, mas tinha várias outras coisas, mas eu vi que ela foi mal conduzida, mas no resultado da pesquisa deles, de produção que a gente via, ela tinha uma produção satisfatória, mas da maneira que eu vi lá e penso em cuidar aqui, o resultado eu acredito que aqui vai ser muito mais positivo, porque eu vou ter algo que vai me dar retorno além do café, que é o abacaxi, que é a banana, que é o próprio abacate, [agricultora

¹¹⁰ Nome fictício.

2:] A gente já tem o comércio pra banana [agricultor 2:] Eu escolhi algumas coisas que eu já vendo, então, no geral, ele é positivo. Então aquele projeto lá me incentivou. Outro que me incentivou foi essa visita lá em Campinho, lá eu vi de tudo, muito mais do que aqui, lá tinha café, acerola, graviola, tudo no mesmo espaço, em alguns momentos eu vi plantas que estavam muito próximas da outra, mas com produção, com produção satisfatória, porque lá eles não estão olhando a quantidade, eles estão olhando a qualidade do produto e lá eu vi que é fantástico, então aquela visita lá quando o Juarez falou desse projeto, aí sim, eu falei esse é meu, traz pra cá que eu quero. [eu: **Quem promoveu a visita?**] O grupo de agroecologia, mas o que coordena ele é o Juarez, que hoje é chefe do escritório local do Incaper do nosso município. [eu: **E como foi a participação de vocês lá nesse projeto lá em Pacotuba?**] Não, lá eu só participei de duas, porque na verdade eu já cheguei com o projeto pronto, lá o projeto já era antigo da fazenda, eu não sei quem que coordenava aquela área, mas eu conheço alguns funcionários que trabalham naquela parte ali, mas eu não sei quem coordenava, aquela área específica. Mas eu já conhecia aquele trabalho lá na fazenda quase que desde o começo, quando plantou, conhecia os funcionários que trabalharam lá, só que visita mesmo lá pra, olha aqui a gente vai saber o resultado, só duas vezes. Mas eu vi o projeto nascer e até o final, agora que eu não sei como está. Porque depois da pandemia eu não voltei, eu passei pertinho dele esses dias, mas eu não consegui reparar como que está direito, porque a gente estava de carro. [eu: **Você participou da avaliação do sistema**] Participei. Meu irmão estava comigo, Vinícius¹¹¹. Nessa área de pesquisa eu sempre gostei de participar porque a gente trabalha com café, de uma forma ou outra a gente tem que ir se informando, quando chegou, por exemplo, o café Vitória na fazenda de Pacotuba, na primeira produção, eu fui no lançamento dele, estava lá, eu vi o plantio, acompanhei o plantio, aí surgiu o projeto do Incaper, de agricultores, fazer estufinha pra plantar, no nosso caso aqui do município, os primeiros produtores a fazer a muda do café Vitória foi eu e Vinícius, meu irmão, a estufinha, acompanhado pelo Romero que hoje está aposentado, do Incaper. Então, nós fomos buscar coisa nova. Hoje já tem outras variedades de café que eliminam o Vitória e algumas que acrescentam mais produtividade junto ao Vitória, então toda informação eu gosto de ir buscar.

- Como você fizeram o pré-projeto? Como foi a dinâmica de trabalho?

No caso meu aqui, nós fizemos juntos, eu e o Juarez teve umas coisas que ele mostrou, nós fomos trocando ideias até chegar num jeito que ficaria bom pro que eu pensava [agricultora 2:] Ou ele ligava, ou ele vinha aqui em casa, mas ele sempre quis que a gente trabalhasse junto com ele. [agricultor 2:] Por exemplo, muda de café, por que eu comprar muda num viveiro que eu conheço e querer as mudas de café que eu conhecia? Essa foi uma discussão importante, porque se você compra um café de lá do norte, por exemplo, a empresa ganha [a licitação], igual a que ganhou do esterco, vem um café que eu não conheço e talvez não vai adaptar aqui. Então, esse café que eu peguei aqui, alguns clones deles estão sombreados, por banana, beirada de capoeira, de reserva, então foi tentar adaptar isso aí. E nessa discussão o Juarez ia se comunicando com outras pessoas, olha, o produtor quer isso, o que você acha, então foi uma coisa bem feita, eu gostei da maneira que foi conduzido. Mas eu, o Juarez e a minha esposa, a gente estava sempre conversando pra decidir [agricultora 2:] Ninguém decidiu nada sozinho não, em momento algum. [agricultor 2:] Algumas coisas que ele falava, a gente falava não na hora, mas depois, analisando direito... eu acho que ficou legal, pra mim ficou muito bom, é só dar sequência daqui pra frente. Depois teve os cursos [online] que eu nunca tinha participado, era uma coisa nova, [agricultora 2:] Juarez até cobrava a gente, porque como a gente nunca tinha feito, era muito novo, às vezes eu não colocava que a gente estava participando, que tinha uma assinatura virtual lá, às vezes não colocava, a vocês não assinaram, tem que assinar, lembra, que dificuldade gente, e é tudo muito novo, a gente não conhece tanto de tecnologia e

¹¹¹ Nome fictício.

ainda mais no começo dessa pandemia que a gente foi se adaptando [agricultor 2:] Mas isso é importante, o conhecimento, teve dia lá que eu estava no secador, e de lá a internet tinha hora que caía, mas eu conseguia pegar alguma coisa, eu via lá mostra uns plantios que já tem esses projetos, é muito bom. A gente tem uma coisa que é real, que está acontecendo, mesmo sem sair de casa. Então o conhecimento da gente se transforma em algumas horas e a gente não precisa se deslocar, ah, vou daqui na sede do município pra participar de uma reunião oito horas da noite? [...] Eu não gosto de mandar mensagem de voz, eu gosto de ligar, por quê? Dependendo do seu tom de voz eu sei o que você quer me responder, eu gosto de olhar no olho, se você desvia atenção... não sei se é porque eu já acostumei toda reunião querer estar presente, então o conhecimento presencialmente ele é muito melhor. Tudo que é virtual, essas coisas assim, é importante, mas eu gosto do presencial. Nós estávamos eu e Juarez conversando, o menino foi lá e fez uma cova de máquina, e é só pra dar o sinal dela, ele cavou de 40, 50cm e tem que abrir, aí eu falei assim, uns 30, não, Juarez falou 40, 40x40 é uma cova razoável, só quase de máquina lá pro norte que faz, aqui eu não sei se algumas a gente vai conseguir por causa de pedra, mas a gente tá numa reunião ali virtual, não pode deixar comigo, tá tranquilo, então ele percebeu que eu concordei com ele, quando ele falou, eu quero 40 por 40, ele olhou pra mim e falou: você entendeu? Eu entendi, vou fazer o possível pra poder pôr essa cova no padrão que você me pediu. Então tem que refazer porque ele foi guiando a máquina, pra ver aqui dá, aqui não dá, algumas já estão prontas, essa semana o menino vai lá pra terminar, porque passou da hora de plantar, a gente tem... previsão era pra março, nós já estamos um julho.

-Como está o andamento da unidade?

Teve a demora que é burocracia mesmo, por causa de compra, mas já chegou o adubo, a muda eu já comprei, estava pronta desde março, finalzinho de março chegou, mas a gente já tem uma quantidade de esterco ali. Então agora a questão é minha mesmo, é o menino acabar de colher o café que eu acho que hoje ele acaba e amanhã ele já vai pra lá, já tem outro menino junto pra reabrir as covas, elas estão prontas, só que precisa reabrir para se adequar ao que está no projeto. Mas acho que tranquilo, até a primeira semana de agosto já vai estar plantado. Porque a gente precisa de chuva porque a ideia não era pôr irrigação, mas como a gente está num período de pouca chuva eu vou ter que pôr irrigação pra poder plantar, e depois a ideia é não botar irrigação, só usar em caso de necessidade mesmo. [eu: **Então vai ser plantado o café, você falou que já tem abacaxi...**] lá tem abacaxi, eu plantei mandioca que é uma coisa que está no meio lá, plantei o ingá, e o abacate [eu: **O ingá foi muda?**] Eu plantei semente. O abacate eu plantei muda, mas o resultado meu foi ruim igual do menino, que eu ganhei de um colega meu da comunidade de Pombal, Vargem Alta e ele comprou quinhentas, morreu 400, ele me deu 56, morreu quase todas. Então agora eu replantei de semente, porque seu pai até falou lá, o que você acha de semente, então eu juntei semente e pus 3 sementes por cova, eu tirei uma pra ver como que estava, já começou a brotar, então eu vou cuidar daquelas lá, a gente vai escolher o melhor e vai fazer um enxerto. E o louro que não saiu, não nasceu, nem embaixo do pé que... você viu onde a gente deixou o carro ali? Tinha muita semente na minha lavoura, que não foi passado veneno, não achei uma mudinha, você só via semente, e não nasceu. Mas eu tirei aqui uns 3 latão de sementes, vou semear mesmo assim pra ver. Eu falei com Juarez, a gente vai esperar mais um pouquinho até o final e agosto, a hora que começa a chuva pra ver se vai, mas a ideia minha é que eu já saí na comunidade buscando, já achei umas 70 mudas, mudinhas pequenininhas, então eu vou tirar, passar pra sacola e vou cuidar aqui na horta e depois vou plantar no projeto, no local que foi marcado. Mas no meio da área tem muitas mudas, só que tá num local que não foi a medida, mas tá lá, e bonita, então eu vou cuidar delas lá também e de repente a gente conduz ela lá naquele local, corta algumas, mas a ideia... eu já vou essa semana, tinha previsto uma mudança de tempo, não é o que aconteceu, pra refrescar, mas eu vou tirar e vou pôr na horta, que vai molhar a horta, já vai molhando as mudas.

- Como você tem percebido os atrasos e dificuldades para andamento do projeto? Seja por causa da pandemia, seja por causa dos procedimentos burocráticos que podem atrasar a liberação de insumos? Qual tem sido a estratégia para lidar com essas dificuldades?

Quando me foi apresentado o projeto eu já sabia que em coisa pública, ainda mais quando se fala em licitação de coisa pública que ia, em algum momento, alguma coisa ia demorar mesmo. Mas a gente está sendo orientado pra ir conduzindo o que a gente pode conduzir. Então, da minha parte eu fui tentando conduzir assim o máximo, a limpeza do terreno que eu tinha que fazer, abertura de covas, plantio de algumas outras plantas, e a gente foi conduzindo, a compra das mudas de café, a gente tentou fazer dentro do prazo, mas isso aí era esperado, eu entendi, que é coisa assim, a gente tá se preparando pra adequar as coisas conforme quando chegar a gente estar preparado pra fazer o plantio, é o que aconteceu né, já chegou uma parte de adubo, já chegou uma parte de esterco, então agora é plantio e cuidar direitinho pro projeto seguir legal. [eu: **E a pandemia né...**] Isso aí, quando começou o projeto, já estava mais ou menos, a gente já teve alguns encontros dentro da pandemia, mas isso sempre atrasa, pessoas responsáveis por algum projeto ficaram doentes, aí se não pode repor outra pessoa pra fazer, mas todo atraso acontece mesmo, o que a gente precisa é adequar o que estamos fazendo para a hora que a gente começar, começar de verdade. Isso a gente tá fazendo, eu acho que por atrasar esse tempinho, não vai mudar o pensamento de querer melhorar as coisas e querer fazer o projeto acontecer.

- Acredita que sua participação poderá ajudar a gerar conhecimentos sobre uma produção agroecológica? De que forma?

Sim. Nesse projeto que o Incaper tem e o governo do Estado tem, eu sei que tudo o que eu fizer vai contribuir pra esse projeto ir pra outros produtores. Esse jeito de trabalhar é importante pra mim e tudo o que eu passar de volta pra vocês vai ser importante pra outros produtores também. Esse conhecimento meu, o pouco que eu tenho ele tem que ser aperfeiçoado dentro do projeto e levado adiante. Esse projeto, sem vocês eu não consigo e vocês sem mim, vocês também não conseguem. Então essa troca também é importante. [agricultora 2:] e até pra nós mesmos, a gente se aprimorar no que vai ser bom, no que não vai ser, a gente tentar talvez num outro terreno, ver o que funcionou, o que não funcionou, isso é importante. Porque aqui o nosso clima, é um clima, os outros já têm outro clima [agricultor 2:] Eu tenho um plantio de café, 1800 pés de café, esse ano de 60 e poucos sacos [de café] maduro, só que no meio tem banana da terra e banana maçã, o meu sogro falou assim, tá muito fechado, acho que vai cair muito a produção do café, você vai perder dinheiro, só que eu vendo em média por semana, 12 caixas de banana maçã, ele não percebeu que o volume de banana cobre a perda do café, mas ali o pé de café está com resultado positivo também, e a gente tem que pensar assim, hoje a comunidade vive um projeto de turismo rural, e o projeto está seguindo numa velocidade muito maior do que a própria comunidade estava esperando. Esse projeto meu, quem sabe ele pode abrir caminhos pra outros, porque quem sabe eu posso receber pra ter visita lá na minha unidade? É só uma questão da gente ir se adequando a cada coisa, olha, eu posso usar a agroindústria do café pra vender o pó, e posso usar a minha unidade como uma trilha de passeio de conhecimento... vai ter isso, você pode anotar aí que vai ter isso. Porque o dia-a-dia da gente é assim, vai chegar uma hora que os seus alunos vão falar assim, eu quero conhecer aquela, aí a gente vai ter que abrir espaço pra isso, porque vêm pessoas aqui pra ir nos pontos turísticos da região e falam assim, nossa, não tem nenhuma floresta pra gente fazer um passeio diferente, porque já perguntam, não tem uma trilha aqui, [agricultora 2:] É igual no convencional, aqui ninguém cuidava direito da lavoura, então o que aconteceu, nessas visitas de propriedades, essas visitas que vocês faziam lá, [agricultor 2:] dia de campo [agricultora 2:] Dia de campo! Foi nessas atividades em campo que foi se aprimorando pra gente ter uma qualidade melhor no café, na manutenção, na qualidade, em tudo, então, isso daí também é uma forma de quem tem interesse de participar desses projetos, depois de vir vim fazer a visita a campo também, porque se você

não fazer a visita, não adianta, você estudar, você... hoje a gente tem a facilidade da internet, tanta coisa aí, mas o que vale a pena mesmo é você estar ali, colocar a mão na terra, você vivenciar o que está acontecendo ali. É igual um dia assim, chegou um menino e falou assim comigo, ah, a gente estava comentando sobre esterco de galinha, a gente já viu que o esterco de galinha, pra nossa propriedade ela traz mais benefícios do que o esterco de boi. O rapaz é agrônomo e tal, não mas o esterco de boi tem mais propriedades, tem isso e tem aquilo, então eu não quis discutir, porque ele estudou que aquilo ali é melhor, mas na praticidade, a gente viu que o esterco de galinha, ele dá uma produtividade melhor e uma qualidade melhor, então eu não quis discutir. E o esterco de boi traz tiririca, traz um monte de coisas, não vou discutir porque não adianta nada, ele estudou lá dentro de um escritório e a gente tá estudando ali na prática, todo dia, trabalhando com aquilo ali. [agricultor 2:] Eu quero fazer um... eu pedi ao Juarez uma ajuda pra que numa área de 1200 pés, que é do lado, que já está um café adulto, formado, pra mim fazer uma experiência ali, eu pedi uma ajuda a ele pra conduzir, quanto eu vou poder jogar durante o ano? Eu vou comprar e vou fazer, não vou entrar com adubo químico, vamos ver o resultado, eu tenho certeza que vai ser positivo, porque fui roçar o café e se você ver a quantidade de mato que está sendo decomposto e ele estava num período já bem avançado na altura, mas ele estava secando, ele passou do ponto de roçar, chegando na hora da semente, mas você vê que o terreno está rico de matéria orgânica, que eu não passei veneno nenhuma vez esse ano, falei com os meninos que trabalham comigo não quero veneno aqui, se você reparar o outro, do outro lado, está lavadinho ali, então eu acho que o resultado vai ser muito positivo, a gente tem a dificuldade da compra que é muito longe, mas isso não impede também da gente comprar não, a prefeitura tem como ajudar a gente com frete, então, eu acho que vai ser viável pra esse projeto, além de gravar você pode escrever aí nas suas anotações, eu estou muito feliz de participar desse projeto, é um sonho que tá sendo realizado, eu gosto da natureza, eu sei que dela, com todo o carinho, ela devolve tudo em dobro pra gente e a gente precisa de que a natureza, as coisas sejam mais bem cuidadas.

- Antes do Juarez¹¹² vocês já tinham alguma assistência do Incaper ou foi só a partir do Lela que começou?

Nós tínhamos assistência do Romero¹¹³, aí saiu o Romero e entrou o Otávio¹¹⁴ na área do café, só que ficou um período que o governo do Estado não tinha também tanto recurso pra enviar pro Incaper, mas mesmo assim a gente continuou tendo, sempre tivemos, o Incaper sempre teve assistência pra gente. [agricultora 2:] Tem o Guilherme também [agricultor 2:] É, o Guilherme, mas na época o era prefeitura né, ele era técnico do Idaf e prestou serviço pra prefeitura, mas de um modo geral, o Incaper está sempre ligado na nossa comunidade, o Juarez numa área mais voltada para a agroecologia, que muitos não gostam, mas eu adoro o trabalho dele, por isso que estou no projeto [agricultora 2:] Nessa área mais natural, mais orgânica, a gente nunca teve, foi a partir do Juarez mesmo, mas em outros sentidos convencionais, a gente sempre teve acompanhamento sim.

- Vocês têm mais alguma consideração?

[agricultor 2:] Esse projeto só vai funcionar porque minha esposa concorda. Todo projeto é assim, se um da família quer e o outro não quer, não funciona. Então, ela está com o mesmo pensamento do que eu. Olha, vai poder ir lá na roça junto comigo? não sei, mas vai me apoiar na hora que for pra lá? Vai me apoiar. Então, está legal [agricultora 2:] Eu tenho as crianças, então eu tenho uma certa dificuldade de estar indo. Igual esses dias pra arrancar feijão, eu esperei ela chegar da escola e fomos todo mundo, levei os dois. [agricultor 2:] Você perguntou sobre o Incaper, eu conheci o Romero, que foi o primeiro técnico que deu assistência no café conilon pra gente, numa viagem que a gente fez na fazenda da Heringer em Minas, lá era café

¹¹² Nome fictício.

¹¹³ Nome fictício.

¹¹⁴ Nome fictício.

arábica e ele trabalhava em Castelo e convidou a gente aqui. [...] aí, ele junto com o trabalho de pesquisa na fazenda, ele começou a dar assistência pra gente no café conilon, nós fomos fazer visita no Norte, onde eles estavam colhendo 160 sacas por hectare, e nós estávamos em 8, 10. Então quando o resultado, assim, ele fez uma pesquisa tão boa com a gente, quantos pés de café você tem, falava a quantidade de pés, porque a gente media o adubo né, aí calculava aquilo ali, aí resultado da produção, quantos sacos, nós chegamos 8, alguns até abaixo de 8, ele falou, vocês não produzem café, vão trocar isso aqui, aí entrou o café Vitória e começou pessoas daqui, de 8 passou pra 70 sacas, passou pra 90, mesmo com o terreno cheio de pedras, essas coisas. Aí depois o Romero junto Incaper e Prefeitura, trouxe outro técnico, que era o Guilherme, pra poder dar mais assistência ainda, aí começou a vir os concursos de qualidade de café, aí nesses concursos de café precisava melhorar mais a qualidade, aí veio mais investimentos do Incaper também. Hoje nós temos o Otávio, ele não dá conta sozinho, o município é muito grande, então a prefeitura está pensando junto em parceria com o Incaper contratar uma empresa pra dar assistência na área do café, pra nós o resultado sempre foi positivo. E hoje a gente tem produção muito boa aqui de café. Eu quero melhorar ela nesse projeto. Quero provar que mais uma vez, a produção orgânica de uma maneira diferente eu vou ter 5 coisas diferentes além do café, eu vou ter a madeira no futuro, que vai ser, já tá proibido tirar nas matas, então eu vou ter a madeira de qualidade, que o louro é uma madeira excelente, vou ter a banana, o abacate, abacaxi, então isso tudo é bom.

FAMÍLIA AGRICULTORA 3 – ENTREVISTA REALIZADA PRESENCIALMENTE REGISTRADA COM GRAVADOR DE VOZ

- Desde quando vocês estão aqui? Como foi a história de vocês até virem pra cá?

[Agricultor 3:] Sempre foi aqui mesmo.

[filha-agricultora 3:] Pro sítio aqui vieram em 2006. Que a gente comprou e veio pra cá.

[Agricultor 3:] Mas já residia aqui mesmo

[Agricultora 3:] É que era o sítio do pai dele aqui [na comunidade]. Aí a gente comprou esse aqui que era pertinho do sítio [do pai do agricultor 3].

- Nesse tempo de agricultura com o que vocês já trabalharam?

[Agricultor 3:] Já trabalhei com café, milho, feijão... [agricultora 3:] trabalhamos com horta [JC] e Fruta, morango, essas coisas assim. Mas o café sempre foi.

- Comercialização? Vende pra hortifrúti, vende em feira...?

[Agricultor 3:] O negócio aqui é mais particular e entrega nas casas. Sempre foi assim.

[Agricultora 3:] feira mais pra frente a gente vai fazer.

[Agricultor 3:] A gente tá se organizando pra fazer feira

- Quais as maiores dificuldades e objetivos?

[Agricultor 3:] Melhorar a renda aqui dentro, é o principal. Porque melhorando a renda, vamos poder construir outra coisa aqui. Igual, a menina às vezes fala em agroindústria. Esse pra nós é um ponto muito interessante. Tá estudando, se formando, pra poder fazer.

[filha-agricultora 3:] Uma dificuldade que eu ia colocar, mas que a gente já começou a passar por cima dessa dificuldade, é organização. Antigamente a gente não organizava mesmo, agora a gente está começando a planejar mais, organizar mais. Tudo no caderno, tá ficando mais fácil assim. Então não é um problema, mas é ao mesmo tempo. [...]

[Agricultor 3:] Porque dentro da propriedade é simples, não é difícil não. O difícil é da porteira pra fora. O comércio. [Comercialização da porteira pra fora já é mais complicado [eu: Por quê?]] Porque nós estamos numa região que pra poder ir pra feira já é mais complicado... tem quantos anos que a feira está em Ibitirama? Tem oito anos. Tinha 16 feirantes, hoje tem só dois? Por causa de quê? Eles produzia bem e chegava lá e não saia [Agricultora 3:]] O mercado colocava os preços lá em baixo, buscava na Ceasa e eles [feirantes] vendiam um pouco mais

caro, porque dá trabalho, aí o pessoa deixava de comprar da feira pra ir no supermercado comprar, era assim [Agricultor 3:] O mercado dava pra pagar no cartão em 3 ou 4 vezes, aí foi indo até desanimar. [...]

- O tamanho da propriedade, qual é?

4.8 hectares

- Empregam mão de obra de fora da família?

É só nós. Por enquanto. Mas daqui a uns tempos nós vamos ter que contratar.

Chegar na época de panhar café nós vamos ter que contratar companheiro pra poder fazer colheita seletiva [agricultora 3:] De café especial [agricultor 3:] Pra melhorar o café.

- Como é pra vocês a relação com a Extensão Rural? Vocês já tinha assistência do Incaper antes do projeto?

[Agricultora 3:] Sempre tivemos. Eu e meu esposo estávamos tendo muita dificuldade, aí nós procuramos o Luís¹¹⁵, aí conversamos com ele, nós tínhamos muito café, mas não cuidávamos [filha-agricultora 3:] E não produzia. [agricultora 3:] Aí ele falou, por que vocês não ficam com a metade do café, mas cuida bem e planta outra coisa. Aí ele foi ajudando e graças a Deus hoje...

[agricultor 3:] Nesse dia que nós chegamos lá ele até assustou, porque nós chegamos lá, mas fomos direto ao ponto, ô Luís, nós temos tanto de café e colhemos tanto de café, e nós queremos arrancar metade, aí ele assustou. Pediu pra aguardar um pouquinho ali e chamou nós numa sala reservada lá pra gente conversar [agricultora 3:] Nós falamos com ele que a gente ia conversar particular, porque já tinha gente lá. Ele achou que era problema de família, por que ele sempre foi amigo da família, aí depois que nós falamos ele pegou a rir [agricultor 3:] De vez em quando ela lembra disso. [agricultora 3:] Mas sempre tivemos o apoio dele. [filha-agricultora 3:] Isso foi em 2013, não foi? 2013 que a gente procurou ele. **[eu: E aí vocês conseguiram melhorar a produtividade?]** [agricultora 3:] bastante. Aí começou a melhorar. [agricultor 3:] Aí já veio melhorando e a tendência é melhorar mais ainda. Se Deus quiser. [agricultora 3:] Uma coisa que ele não sabe, ele vai procura com os colegas dele, passa pra gente, a gente também fala, ó, pesquisa isso aí, ele sempre ajudando [filha-agricultora 3:] Ele sempre deu apoio.

- Vocês já participaram de algum outro projeto ou esse está sendo o primeiro?

[Todos:] Esse é o primeiro.

- Como foi a ideia de vocês participarem?

[Agricultora 3:] Ele apresentou. Falou é isso aí, interessa?

[Filha-agricultora 3:]: Ele chegou aqui, ó, tá tendo um projeto tal assim e assim, eu vi que se encaixa bastante no perfil de vocês, vocês se interessam a participar do projeto? Aí ele explicou direitinho como que ia acontecer e a gente falou assim, tinha uma parte do café pra recuperar, a gente falou assim: vamos Luís. Pra tentar melhorar.

- Como vocês percebem a Agroecologia?

[Filha-agricultora 3:]: O Luís falou pra gente bastante sobre isso.

[Agricultora 3:] Até em fazer um selo agroecológico pra depois partir pro... [orgânico?]

[Filha-agricultora 3:]: Ele falou pra gente partir por etapas, começar pelo Agroecológico e depois ir pro orgânico.

[Agricultora 3]: Que mais futuramente o morango aqui nós vamos mexer tudo orgânico. A gente já não joga remédio, só faz controle. Por que os meninos vai na roça come morango lá e pra vender também pra outra família... meu esposo falou não, criança come, todo mundo come. Então a gente prefere colher pouco, mas com menos remédio.

- Como foi essa mudança em relação às orientações da empresa¹¹⁶?

[Agricultora 3:] Era muito remédio. Muito, muito.

[Filha-agricultora 3:]: Eles passavam muito remédio, e a gente não batia eles tudo. A gente preferia ter menos produtividade, mas um morango com menos agrotóxicos.

¹¹⁵ Nome fictício.

¹¹⁶ Omitido nome da empresa para a qual a família trabalhava em regime de integração produtiva.

[Agricultora 3:] É porque eles visavam produção. Aí entrava com controle disso, controle daquilo. Era remédio todo dia praticamente. Aí nós fomos aprendendo, fomos estudando os remédios. O técnico deles foi passando, o meu esposo pegou, mas depois ele falou, não, nós vamos plantar, mas sem esses remédios. A gente vai colher menos, mas sem muito veneno.

- Vocês já tinham uma preocupação com o uso de agrotóxicos?

[Agricultora 3:] É porque a gente trabalha só com família, os filhos da gente chega na roça, eles comem, e vai subindo... os meus sobrinhos toda hora catam morango. Aí a gente falou, a gente não vai querer uma coisa ruim pros filhos da gente, a gente não quer pros filhos de outra pessoa. Aí a gente só faz o controle quando tem muita lagarta, mas graças a Deus, depois que nós paramos até isso controlou. [filha-agricultora 3:] Controlou bastante. [agricultora 3:] Negócio de mofo, quase não tem, porque a gente tira folha, a gente tira os morangos estragados pra não dar, pra não ter que jogar remédio. [filha-agricultora 3:]: A *empresa*¹¹⁷ não falava pra gente limpar o morango. Aí a gente foi pesquisando... [agricultora 3:] Não, falava. [filha-agricultora 3:] mas falava que era só tirar umas folhinhas velhas e acabou. [filha-agricultora 3:] Aí a gente foi pesquisando e vimos que se a gente limpasse de uma certa forma ai diminuir mofo, ia diminuir... aí a gente foi testando a forma de limpar, a partir do momento que a gente passou a limpar o morango diminuir mofo, lagarta, teve um controle muito bom. [Agricultora 3:] mas sempre tinha, só que como era muito morango e você tinha que catar 3 vezes por semana, e era muito, aí não tinha condição de você passar pé por pé e ir catando, aí depois que a gente diminuiu os remédios, fomos mais pra isso aí, aí ele deu foi mais fácil. Que aí ele dá menos, só que você faz mais controle, não precisa usar tanto veneno, aí foi bem melhor pra gente.

- Não sentiram medo de entrar no projeto?

[Filha-agricultora 3:]: Não, porque o Luís deixou bem explicadinho. [Agricultor 3:] E pra falar a verdade, eu já vinha fazendo uma pesquisa nisso aí, na internet, e estava vendo café sombreado, porque eu sempre tive vontade. Lá em cima lá, igual você viu, mês de agosto, setembro, dá assim lá pelas 11h, meio dia, dá vontade de abandonar aquilo tudo, de tão seco que tá [agricultora 3:] É porque é quente. [Agricultor 3:] Aí quando ele falou, falei, interessa sim. [agricultora 3:] E os café que tá na sombra, eles produzem mais. [Agricultor 3:] Ele fica um café com uns grãos maiores. [filha-agricultora 3:] A gente já vinha observando isso ao longo dos anos. [Agricultor 3:] A hora que ele falou, nós falamos, é interessante pra nós. Porque as coisas hoje estão tudo migrando pra outra coisa. Antigamente você passava na estrada, você via uma montoeira de companheiro tudo capinando. Hoje você não vê ninguém mais capinando. Você vê um, dois só, tudo na roçadeira, roçando, ou seja, mantendo a terra mais coberta. Porque a terra não tem necessidade de você estar lavando ela, de enxada. Meu pai usava falar, se tivesse uma pessoa lá capinando deixando tudo limpo, ele falava assim: vocês estão lambendo a terra por quê? Ele não gostava que fazia isso não. Ele gostava de deixar o mato pra evitar correr enxurrada. O round up o pessoal usa exageradamente. [filha-agricultora 3:] O pai não usa mais [agricultora 3:] Usa mais roçar. [agricultor 3:] usa roçadeira, porque se tiver uma coisa lá, é planta que nós tira pra comer... e aproveita melhor. Por que as frutas são assim, primeira coisa que a gente tem que fazer é pensar na gente, no produtor que vai comer ela, aí depois são os consumidor, que são as pessoas que a gente vai vender. [Agricultora 3:] tem um produtor aqui que produz morango também, aí eu falei pra mulher dele, mas vocês jogam esse negócio aí, (ela falou:) não é eu que vou comer. [Agricultor 3:] Isso é um absurdo! [Agricultora 3:] Eu falei, e se uma criança comer, ela falou, de todo jeito elas vão comer pior no mercado. Então não tem esse pensamento, só pensa nisso aqui [faz um gesto com os dedos que significam “dinheiro”] [Agricultor 3:] Se não é bom pra gente, não é bom pro outro. Nós temos que botar isso na cabeça. [filha-agricultora 3:] E ver a alegria do Vitor, dos nossos priminhos, tudo lá colhendo morango [agricultor 3:] Aqueles dois meninos que estavam lá em cima (no dia da visita). Ele

¹¹⁷ Omitido o nome da empresa.

chegou aqui era umas 7 e meia da noite pedindo morango. Aí eu peguei uma lanterna e fui lá catar morango pra eles, lavamos o morango pra ele e botou numa bandejinha pra ele, comeu... e o pai dele e a mãe dele sentados aqui, nós conversando. Comeu bastante morango, acabou de comer o morango ali, veio pra cá, a mãe dele chegou pra cá, botou uma cobertinha, ele dormiu. Não levou 3 minutos, já tinha dormido. Aí você pensa, se eu joga remédio lá, chega ele e fala quero morango, ah, hoje eu não posso catar não. Não posso. Mas não é bem assim não... tem que ser chegou, pode catar lá, pode comer à vontade. [Agricultora 3:] É, quando é empresa a gente jogava remédio, tinha que ficar uns sete dias, não podia catar, não podia entrar na moita. [Agricultor 3:] Aí isso daí não estava dando muito certo pra nós, mas mesmo assim nós fizemos um estágio de dois anos (risos) e pegamos. Porque o morango se você cobrir ele, não dá doença [filha-agricultora 3:] E limpar também, tirar as folhas. Quanto menos veneno, melhor é. [Agricultora 3:] O Luís falou que a Isabel mexe com orgânico, pra gente aprender com ela.[...]. [eu: sobre enxertia do abacate] [Agricultor 3:] É igual muda de laranja, você vai lá compra uma muda de laranja e planta um limão ali. Você vai lá na hora que ela estiver da grossura de um lápis e enxerta ela, no mesmo dia, você planta outra que você comprou ali, e vai observando qual das duas que sai melhor. Aquela que você plantou o limão e tá plantado ali, enraizou bastante, aí sai com muita força. E aquela muda que você comprou e plantou, tá com pouca raiz, ela não aguenta muito tempo. [agricultora 3:] Demora mais tempo para produzir. [E como vocês aprenderam essa técnica?] Isso aí foi vendo os outros falar. Enxerto de laranja eu nunca vi ninguém fazer, só de ouvir falar, eu fiz, e aprendi. A primeira vez eu fiz uma bengala, porque se você botar a pontinha pra cima, ele sai certo, mas se botar a pontinha pra baixo, ele vira e faz isso aqui, fica igual um cabo de guarda-chuva, certinho dá. Até sacaneei o Luís, que fazer bengala, bota o enxerto de laranja de cabeça pra baixo, ele sai e curva pra cima. O primeiro enxerto que eu fiz, deu isso. Isso foi em 1996. Aí vez em quando eu sacaneava meu pai, que ele chegou e viu, aí ele: aquele enxerto que você fez lá, se quiser fazer uma bengala é fácil, é só fazer o enxerto de laranja, aí ele já tava grosso o enxerto, por que eu também não sabia que eu precisava podar ele, aí nós fomos podar, aí tava podando ele pra poder ele ficar baixo e abrir os galhos, mas assim eu aprendi, fazendo bengala que eu aprendi. E o enxerto de abacate é a mesma coisa, se você enxertar ele lá na roça lá, é melhor. Aquele pé de abacate que vocês viram pra baixo do pé de mamão ali, ele tá indo pro quarto ano agora. Ano passado ele deu 10 frutas, aí caiu 3 e vingou 7. E já tá começando a abrir flor outra vez, que no terceiro ano já começa a produzir. Aí em cima lá nós tamo com essa ideia de plantar, marcar e plantar a semente e enxertar, aí você coloca duas sementes por cova e enxerta todas as duas. Aí depois aquela que você agradeceu mais, você deixa.

- Ano passado, por causa da pandemia, não teve como encontrar todo mundo. Ficou mais o trabalho de vocês com o Ari e teve as reuniões virtuais. Vocês participaram das atividades virtuais? Como foi?

[Todos] Sim. Ficamos mais escutando. Presencial você já pergunta, tira dúvida na hora.

[Agricultor 3:] Nunca é igual na prática.

[Agricultora 3:] Não aprende tanto quanto no presencial.

- E o pré-projeto, como foi? O extensionista falou vai ser assim, e vocês falaram tá bom? Ou vocês falaram vai ser assim... como foi?

[Filha-agricultora 3:] A gente foi conversando pra ver qual seria melhor, a gente foi decidindo... palmito... ele foi dando umas opções pra gente escolher aí a gente foi vendo qual que era melhor pra gente, conversando assim, mudando algumas coisas que não ficavam bem encaixadas, a gente conversou bastante, a gente ficou uns três dias conversando pra definir tudo [Agricultor 3:] Acho que foi até mais. [Filha-agricultora 3:] A gente ficou um bom tempo conversando com o Luís pra gente chegar no projeto final. [Pra chegar nas culturas que vocês iam plantar...] Ahã, espaçamento... levou um tempinho. [Agricultora 3:] Eu acho que espaçamento é o mesmo pra

todas as unidades não?) **[Eu: Não]** [Agricultor 3:] A região fria é mais aberta. A região mais quente é mais junta. [agricultora 3:] Eu achei que era a mesma.

- Vocês acham que o que vocês estão fazendo pode gerar conhecimentos nessa área agroecológica?

[Agricultor 3:] Isso vai ajudar outras pessoas. Por que até o Luís chegou aqui e fez essa pergunta pra nós, que... montar esse projeto aqui, se viesse visita aqui, se podia levar lá pra ver, tá aberto. Porque a gente não pode ficar com o conhecimento só pra nós. [filha-agricultora 3:] A gente vai estar aprendendo e as pessoas também vão estar. [Agricultor 3:] Ao mesmo tempo ensinando e aprendendo, porque a vida é um aprendizado. [Agricultora 3:] Às vezes a gente tem um conhecimento e a gente acha que é o certo, aí a gente vai e aprende com o outro e é melhor do que a gente imaginava. [Agricultora 3:] Esses conhecimentos agroecológicos a gente pode aprender e aplicar pra outras culturas. [Filha-agricultora 3:] Com cada pessoa que vem aqui a gente aprende alguma coisa diferente.

- Comento a questão das vendedores que vão nas propriedades...

[Agricultora 3:] Vêm sim, passam.

[Agricultor 3:] mas aí você tem que sair fora. Pra não ficar comprando adubo lá de formulação desnecessária.

- Como vocês tem percebido os atrasos e dificuldades para andamento do projeto? Seja por causa da pandemia, seja por causa dos procedimentos burocráticos que podem atrasar a liberação de insumos? Qual tem sido a estratégia para lidar com essas dificuldades?

[Filha-agricultora 3:]: A gente não teve tanta dificuldade. A gente só teve um pouco de dificuldade com as mudas do café. Aí a gente fez um orçamento e comprou. Aí essas mudas que vão vir agora a gente vai plantar em outra área que a gente quer recuperar. A mesma variedade.

[Agricultora 3:] é que essa licitação demora.

[Filha-agricultora 3:]: E a gente queria já plantar em fevereiro. Em fevereiro que a gente plantou?

[Agricultor 3:] Em abril.

[Filha-agricultora 3]: pra adiantar.

[Agricultor 3:] Pegou chuva, estão bonitinhas. **[eu: Quando vão chegar as outras mudas?]**

Luís está dizendo setembro, outubro. Pra nós aqui até 15 de novembro tá bom ainda, que aí dá tempo delas enraizarem mais. Porque novembro e dezembro não é tanto perigo. O perigo maior é de 20 de janeiro pra frente. Porque o sol de janeiro é que mata. Queima mesmo. Aí a muda não aguenta, ela tá exposta, pouca raiz, aí o sol vem e queima ela. Aí chegando mais cedo dá tempo da muda enraizar, porque se ela estiver enraizada, o sol queima ela, ela brota outra vez, é forte. [...] E muda de café o que faz estragar é nós **[eu: Por quê?]** Aí vem a história do vovô... não lambe a terra, deixa um pouquinho de mato lá. [Agricultora 3:] Manter o solo úmido [Agricultor 3:] Vai roçando e vai mesmo só... enfaixa ela só e deixa. [filha-agricultora 3:] Igual, estava muito seco, aí o Luís pediu pra gente trilhar, aí meu pai só roçou e colocou em volta do pé de café que aí mantém a umidade. [Agricultor 3:] Por que o mato, você roçou ele, qualquer chavinha ele sai. Aí o mato é o [?] da terra, ele vai sombreando. Aí já segura um pouco de água, qualquer chavinha que der, ela fica lá. Um pé de laranja, um pé de café, um pé de fruta qualquer aí, se ele tiver fruta, aquelas fruta tá sugando a água dele, aí ele murcha rápido, aí ele tem que estar num lugar mais sombreado por causa disso. Por que a fruta tá sugando dele ali, mas não joga água retorna pra ela, é muito pouquinho né, por causa do talinho ali, e pra crescer, e o pé fica murcho. Aí tem que ter água. [Agricultor 3:] Tem muitas plantas, por exemplo o pé de café, quando a planta está assim, uns 40 cm vamos botar, ele tá ajudando o pé de café, ainda, aí depois que ele passou de meio pé de café pra cima, já está prejudicando, aí você tem que ir lá e tirar ele, aí depois, o mato também na horta é certo, mas só que é mais longe um pouquinho e

roçado, porque aí tem muitos esterco que o mato pega ele aí que depois ele vira adubo outra vez. Um adubo mais elaborado. [Agricultora 3:] Alface você não pode deixar mato no canteiro, o mato estraga ela [agricultor 3:] Alface já é um, mas é mais longe. Igual, tem muitos caramujinhos, se deixar um canteiro de mato, ajuda. Porque o caramujo vai pra lá, ele tá indo pro alface porque não tem mato. [Agricultora 3:] Não pode deixar o mato no meio [agricultor 3:] É fora. E você sabe porque eu tô te falando essa? Porque lá em Venda Nova, tem uns 4 anos, eu tive lá em Venda Nova, teve um dia de campo lá, aí quem estava falando isso aí era seu pai. Mas ele estava falando lá e eu já estava alerta, que nós fazíamos e ainda fazemos. Aí ele falou que aquele mato que tá ali, você faz ele virar esterco outra vez. A terra gosta.

-Quando foi a primeira vez que ouviram falar de Agroecologia?

[Agricultor 3:] Tem bastante tempo já, aí depois foi ele falando lá em Venda Nova, na fazenda do Estado ali é, e pra nós é uma coisa muito interessante. Que aquilo que o outro errou lá, nós não podemos errar aqui. Nós já vimos que ele errou, aí não podemos errar. Nós temos que errar é na outra área lá. Que nós não vimos ainda. De vez em quando eu falo pros meus dois meninos, o meu pai, essas novidades que tá aí aparecendo pra ele, ele pegava e segurava com as duas mãos. Ele adorava novidade, pessoal, isso aí é do futuro, pode partir sim que isso aí dá resultado [agricultora 3:] E os irmãos dele já não gostam, já acham... [filha-agricultora 3:] A gente é o único da família que mexe com fruta, esses negócios. Os outros 7, só café e leite. [Agricultor 3:] Ele sempre falava, vai chegar um dia que você com pouca área, vai produzir muito. E tá chegando! Que ele costumava falar assim, pai, vai chegar um dia que você vai subir em cima de um tamboretinho e vai ver os quatro cantos da propriedade, ou seja, terra pequenininha, tudo ali, que ele era grandão também (risos). [Agricultora 3:] Eles não gostam de abrir a propriedade pra visita, eles acham isso perda de tempo, já são mais cabeça dura, eles não pegaram o conhecimento do pai deles, o pai deles sempre participava de reunião, visitas [Agricultor 3:] 1991, ou 1992 nós saímos daqui e fomos lá no Benjamim Falqueto visitar a propriedade deles lá, nós estávamos em 28 pessoas num ônibus da prefeitura, aí o pessoal falou eu vou plantar abacate, e ninguém plantou. Dos 28, 27 não plantaram, só o pai. Ele foi lá na banquetta, perto da Tecnotruta, e trouxe quase um saco de semente de abacate, aí no outro dia nós caímos fazendo cova, tudo cova funda, ia de cavadeira, afundava... aquelas cova funda assim, enchia e botava duas sementes, aí no ano seguinte, enxertamos tudo, 180 pés de abacate, tudo que ele correu atrás pra nós plantarmos. Ele não vendeu nenhum abacate. [eu: Por quê?] Aí o Francisco da Tecnotruta também plantou aqui no São Francisco pra baixo de Ibitirama ali, ele também tinha ali, ele estava com cento e poucos pés, aí o dele ele mandou pra Europa e não teve resultado. Aí ele cortou. Aí o pai mandou cortar também aqui.

FAMÍLIA AGRICULTORA 4 – ENTREVISTA REALIZADA PRESENCIALMENTE REGISTRADA COM GRAVADOR DE VOZ

- A quanto tempo a família está nessa terra? Quais foram as culturas e atividades que já trabalharam? Como foram essas experiências, o que mais marcou, que aprendizados tiveram?

[Filho-agricultor 4:] Quanto tempo minha família está aqui? Minha família está aqui há mais de 5 gerações, meu bisavô, tataravô, enfim, não sei exatamente qual geração foi uma das pessoas que ocupou essa região, então isso fez com que toda nossa descendência está por aqui, isso da família do meu pai. Da família da minha mãe, é vizinha aqui, de Martins Soares, de Minas, e lá sempre trabalhando com gado e com café, esses eram sempre os principais, e as roças brancas¹¹⁸, que até na minha infância, hoje eu estou com 30, a gente colhia muito daquilo

¹¹⁸ Roças brancas é um termo popularmente utilizado para designar plantios de milho, feijão, mandioca, inhame, plantações para subsistência e venda do excedente.

que a gente consumia. Então, batata, sei lá, as carnes, milhos pra cuidar das criações, feijões, inhame, tudo isso a gente colhia na minha infância aqui, teve um processo depois... quase ninguém queria tomar conta de animais, e tal, e aí o café foi predominando, predominando só o café, ninguém quis mais tomar conta desses outros afazeres. E aí foi diminuindo até aquela coisa do lugar de estocar o milho, que é o paiol, e até na arquitetura começou a ver que a coisa foi sumindo, que eram as nossas demandas lá da minha infância, que toda casa do tio tinha, e hoje já não tem muito disso mais. [Agricultora 4:] Aí tinha galinha, porco, tudo da roça... [filho-agricultor 4:] Então, quer dizer, da região aqui tem muitas gerações já. Inclusive esse rio que tá aqui do lado, é o Rio José Pedro, ele tem esse nome em função de um dos antepassados da minha família que veio na região e escreveu em uma pedra, aqui esteve José Pedro, e começou a ocupar toda essa região aqui. Por isso que todo mundo é meio parente, no entorno desse parque, aqui, do parque nacional, que era a família da minha avó que estava nessa região, a família da irmã da minha avó que estava lá em Santa Clara, a família do outro parente da minha avó que estava lá em Rio Claro, e aí fazendo essa borda de montanha. Laranja da Terra também, minha família, tudo muito próximo assim.

- Então foi acontecendo uma especialização da agricultura. Isso foi quando mais ou menos?

Final dos anos 1990, início dos anos 2000, todo mundo já dependia do café como principal fonte de renda, tinha ainda o leite, mas nesse contexto aí o café foi se tornando prioridade e tomando todo o tempo que a pessoa tinha, que ela começou a se dedicar ao café e não mais àquelas outras atividades que complementavam o sustento da família. Complementavam assim, de maneira que não precisasse ir ao mercado. Então, anos 2000 a galera começou a comprar tudo mais no mercado e a diminuir as outras coisas que se produzia em casa. Aí começou a ter o café como uma empresa mesmo, uma empresa que rende.

- Como foi ou está sendo a experiência da família de vocês de trabalhar nessa especialidade?

O meu pai talvez seja a pessoa mais indicada a falar, porque eu tive esse período fora. Mas... [eu: **Você saiu pra estudar em que ano?**] Eu saí em 2009. 2009 eu entrei na Universidade. Aí depois voltei em 2019, 18-19, saí em 2008, quer dizer. Então foram uns 10, 11 anos aí que eu fiquei fora. Nesse período de voltar foi pra mim, aí eu vou contar da minha experiência agora, estava me sentindo não muito bem lá na cidade, assim, claro que tinha questões de trabalho, tudo isso envolvia, a gente estava num período difícil, 2015, 2016 lá em Vitória não era um período bom pra trabalhar na arquitetura e aí a demanda aqui no sítio estava grande, meus pais estavam desmotivados, eu achei na época, muito desmotivados a dar continuidade com o sítio e aí foi um período que eu falei, poxa, mas o sítio é legal, não tem porque a gente ir desanimando e as coisas vão acabando e aí foi que eu vim pra cá e comecei a cutucar o Eduardo¹¹⁹ lá no Incaper pra gente fazer algum reflorestar, alguma coisa assim, começamos a reflorestar essa área, começamos a pensar em cafés especiais e fazer curso, procurar e eu levava meu pai e minha mãe e então eles começaram a frequentar esses cursos e eles deram uma reanimada. [Agricultora 4:] A gente começou a gostar da ideia. [Filho-agricultor 4:] Aí se começou a pensar em café especial, foi quando surgiu um ânimo pros meus pais a sair daquele modo mais tradicional e mudar essa perspectiva sobre o rural também. Até a perspectiva antiga que se tinha, do explorador sabe? Aquela coisa do vamos desmatar, vamos plantar mais, e começar a ter uma postura mais conservacionista. [Agricultora 4:] preocupação com a área... [Filho-agricultor 4:] Preocupação com a área, os animais. Então essa foi uma mudança de perspectiva, nesse contexto. E aí entrou o cuidado com os cafés especiais, que aí meu pai foi percebendo, a gente foi identificando o potencial que tinham as lavouras, eles já tinham, já produziam bons cafés, mas não se conhecia nada sobre o universo do especial. Aí o universo

¹¹⁹ Nome fictício.

do especial foi crescendo, foi chegando mais informação, a gente foi vendo qual produto que a gente tinha, e se surpreendendo com isso, surpreendendo com o posicionamento das pessoas quando viam o nosso café, então isso dava pra gente uma...

[Agricultora 4:] bastante ânimo. Quando a gente viu que o café era um café muito bom, aí a gente ficava mais animado. [Filho-agricultor 4]: Então essa valorização desse produtor, um produtor que já estava meio cansado ali, ele tem uma sobrevida de sentir que, não, o produto que eu faço é um produto legal, é um produto valorizado, e isso aí eu percebi... antes, de modo geral, as pessoas não tinham muito essa perspectiva sobre o café. [Agricultora 4:] A gente não via essa coisa boa do café, só via trabalho. Trabalhar pra sustentar a família. Trabalhar, trabalhar pra sustentar a família. E depois começou a se tornar prazer, começar a trabalhar com café se torna um prazer pra gente, felicidade. Aí começou a melhorar a cabeça de todo mundo. [Filho-agricultor 4:] Eu estava até conversando com algumas pessoas, falando sobre esse universo, que perguntava pra alguns produtores, o que é o café pra você? Aí teve gente que falava sofrimento. Por conta dessa vida difícil né, da lavoura, então, associa o café ao sofrimento. Então, poxa, que associação difícil, que associação triste. E você pensar que a pessoa tá ali a vida inteira, tá ali há gerações e gerações imersas nisso, aí você vai pensar, poxa, tá imersa no sofrimento. Não pode ter essa perspectiva. Então a gente tá buscando alternativas. Quando a gente descreve a ideia do café que a gente produz, é descrever como o café pode ser bom pra quem produz, pra quem bebe, pra todo esse universo do café, porque a gente sentia isso. E aí outra coisa que a gente sempre fala, as pessoas que trabalham com a gente, a gente tem preocupação de não ser... de remunerar bem, de fazer parceria de modo que as pessoas se sintam valorizadas. Então, a gente fica feliz quando alguém que trabalha com a gente em parceria consegue comprar o sítio dele e seguir a vida dele, dar um passo a mais na vida. Isso vem acontecendo. Das pessoas que trabalham em parceria com a gente, uma já comprou seu sítio, agora tem outro que comprou o sítio dele, então a gente tem os outros que estão almejando isso, então você vê a pessoa melhorando a condição de vida dela, trabalhando no terreno da gente também é satisfatório, trabalhando em parceria com a gente. Então a gente recebe pessoas que vieram da Bahia sem nada... [Agricultora 4:] Eu ia falar sobre isso, teve gente que chegou sem nada, nem um colchão e agora já comprou o terreno e tem casa própria. Tá tudo com casa, carro, tudo. Moto. [Filho-agricultor 4:] A pessoa que chegou aqui sem colchão, sem panela, sem nada. Sem perspectiva nenhuma.

- O que estava deixando seus pais desmotivados?

[Agricultora 4:]: um pouco também porque nós nos sentíamos sozinhos. Só nós aqui na roça lidando. Eu sentia como se fosse um mar de serviço pra gente cuidar e nós sozinhos. Os filhos estudaram e foram... eu pensei assim, a gente mesmo é que abriu essa porta de dificuldade pra gente que a gente deixou os filhos saírem pra ter a vida deles, facilitar a vida deles, mas com isso nós ficamos sozinhos. Mas a culpa foi nossa. Agora voltar os filhos pra roça, que dia isso vai ser? Aí nosso filho¹²⁰ voltou e pra nós foi muito bom, porque ele está dando muito apoio, incentivando, coisa que a gente não consegue fazer, ele já entende mais, ajuda a gente. E com isso a gente lá vai cada vez melhorando mais e ficando mais satisfeito com a roça. Porque a roça estava ficando muito difícil pra gente.

- São quantos filhos?

São três filhos, aí um morreu com 17 anos, e dessa época pra cá a gente ainda ficou pra baixo, porque isso influenciou muito no nosso pra baixo. Aí passou um tempo a gente começou, eu comecei a falar com ele, a gente tem que levantar a cabeça e começar a cuidar de novo das nossas coisas, que as nossas coisas estão ficando largadas. Os nosso cafés estão ficando deixados. Aí a gente começou, mas via aquele mundo de serviço e só os dois né?! Aí ficava preocupada com aquilo e teve épocas que a gente teve dificuldade com colonos, porque a lavoura foi ficando ruim e as

¹²⁰ Nome omitido.

peessoas não queriam, queriam pegar de outro, aí a gente começou a ficar meio perdido. Aí depois nosso filho veio pra roça, aí a gente começou a melhorar as lavouras de novo, aí esse pessoal do Incaper, o pessoal do Senar, todo o pessoal começou a movimentar com as reuniões, incentivando a gente, e com isso a gente começou a levantar de novo. Mas foi isso que desanimou a gente, ficar mais sozinho nós dois, e pouca gente na roça pra trabalhar, porque hoje a mão de obra está muito difícil. Então a gente ficava só com os colonos e quando tinha poucos colonos a gente ficava mais a gente, dependendo da mão de obra dos outro. E hoje a mão de obra ninguém quer mais trabalhar na roça, eu acho isso uma culpa muito grande dos próprios pais que moram na roça, porque os pais criam os filhos pra ser príncipes e princesas, e na verdade, ninguém tem que criar príncipes e princesas dentro de casa. Antigamente as pessoas botavam os filhos pra ajudar e ia todo mundo pra lida da roça, e hoje não, aí os filhos crescem e ninguém sabe fazer nada, até os filhos dos colonos ficam assim, são poucos que querem começar na mão de obra. As pessoas têm que começar a mudar essa ideia, de começar a criar os filhos e começar a pôr eles juntos com a lida da roça. Eu dei graças a Deus que ele voltou e tá aí pra ajudar a gente. [eu: **A outra filha...**] A outra casou, ela estava com 24 anos, já estava estudando, estudou, formou, ficou pra lá também [eu: **Vitória?**] Mora em Goiânia. Mas é difícil encontrar com ela. Muito difícil.

- Já tiveram produção integrada com alguma empresa ou cooperativa? Como foi a experiência?

Integrada não. Teve uma época que a gente teve uma outra fonte de renda, tentando melhorar as coisas. Quando a gente fazia artefatos de alumínio, painéis de alumínio, aquelas painéis grossas de alumínio batido. A gente mexeu com aquilo um tempo. Sempre tentava complementar a renda. Aí a gente viveu um pouco de tempo com isso, depois desanimamos, paramos e continuamos só com a lavoura, mas foi por pouco tempo. E também foi iniciativa própria, não foi nenhum acompanhamento.

- Quais são as maiores dificuldades enfrentadas? (no desempenho da agricultura na propriedade) Quais os sonhos vocês têm? O que visualizam para si e para sua atividade.

[Agricultora 4:] Eu acho que a dificuldade maior é em relação à mão de obra. Não tem muita mão de obra. Esse ano então, foi bem difícil. Tá bem atrasada nossa colheita por falta de gente pra trabalhar. [eu: **Pra colheita?**] [Filho-agricultor 4:] Às vezes não só pra colheita. Para alguns manejos também temos dificuldade, mas, claro, a gente tem que se organizar pra correr atrás. A dificuldade de um manejo geral. De perspectiva, do que a gente tem vontade... de ter uma propriedade que funcione legal... com esses respeitos, valorizando a nascente que gente tem, respeitando as áreas de reserva legal, tentando diversificar a produção de café, que é uma coisa que a gente entende que não é legal uma monocultura, a gente sabe disso, mas continua reproduzindo isso, que a gente veio desse sistema. O desafio hoje é como fazer isso de uma maneira legal, responsável, e que dê retorno, porque sem retorno também a gente não vai conseguir fechar redondinho no final, pra que a gente consiga falar assim, ah beleza, a gente conseguiu fechar esse ciclo aqui, ou mesmo fechar o final do ano legal, podendo viajar um pouquinho, podendo aproveitar um pouco do que esse sítio propôs pra gente. Aí nesse sentido, a gente tem os café especiais que a gente trabalha, que já é um grande passo em relação ao café tradicional, que trouxe essa valorização tanto nossa, um orgulho de falar sou produtor de café, que antes parece que a gente falava baixinho, ah, produzo café, hoje a gente já fala com mais propriedade, com mais vontade. E melhorando essas condições, por exemplo, trabalhar com hospedagem, é uma maneira de continuar aqui, mostrando esse universo pras pessoas, e feliz, e ganhando uma complementação de renda junto com isso. Então, entender essa propriedade como, quase como uma empresa, de uma maneira efetiva, que a gente consiga ter um ganho real, que não seja injusto, que você consiga não ficar ali, às vezes você trabalha muito na época da colheita, como você gerencia isso depois durante todo ano? Você não tem, você não é assalariado. Você tem que lidar com uma colheita e essa colheita, você tem vários percalços no

meio do caminho, porque você só vai ganhar dinheiro depois daqui há um ano. Quando você vender o café de novo, como você vai organizar isso. Então essa instabilidade é muito difícil, essa instabilidade que o rural também proporciona, você não saber como será a próxima colheita, você fica tateando, com medo, então isso aí são alguns dos desafios. Medo a gente vai ter sempre, porque emprego também não é uma coisa certa, autônomo também não é uma coisa certa, mas mesmo assim, esses são alguns dos desafios, e das coisas que a gente almeja é ter essa propriedade funcionando bem, implementar essas outras atividades que a gente gostaria, continuar o trabalho de reflorestamento, temos vontade de trabalhar com o abacate que está sendo uma alternativa, que a gente está levantando já. A gente já pensava independente do projeto, já estava com essa perspectiva, tentar mesclar, diversificar um pouco esse universo que a gente trabalha aqui. A gente tá tentando né. **[eu: Como uma forma de diminuir toda essa incerteza, como você relatou quando se trabalha somente com o café...]** Sim. [Agricultora 4:] Eu e meu esposo, que já tem muitos anos que a gente mexe com isso, a vida toda né? A gente já sabe, o ano que colhe café, não é o ano de gastar dinheiro, que a maioria fica feliz, vai gastar, vai comprar carro novo, viajar, fazer isso, fazer aquilo, mas você pode saber que no próximo ano você vai precisar do dinheiro que você colheu esse ano pra você comprar alguma coisa ano que vem que não vai ter dinheiro. Muita gente se atola na conta por isso. Porque o ano que dá muito, ele gasta muito, ele não deixa reserva. Tem que deixar reserva. Tem que deixar reservado, porque igual ano passado, a gente colheu um café bom, fizemos um bom dinheiro e podia ter feito muita coisa, mas pensando nessa colheita, a gente reduziu e guardou um pouco, porque senão a gente ia ficar devendo muito. Esse ano vai subir muito, a gente já estava esperando, que tudo ia subir, agora infelizmente com a desgraça do outro, que queimou, o café subiu, mas a gente não estava esperando isso, você não conta com o fracasso do outro [filho-agricultor 4:] minha mãe está falando das geadas no Sul, que essa questão das geadas no Sul influenciam diretamente o preço do café aqui] Não fica feliz com isso porque sei que o outro tá sofrendo. É muito triste isso, porque infelizmente o café só sobe quando o outro sofre. A gente fica alegre? Não tanto, porque eu lembro dinheiro meu quando cresce, o outro às vezes está sem nada, porque queimou tudo, é triste isso, não é legal. Bom é quando todo mundo vai junto. [Filho-agricultor 4:] Vou tentar recapitular aqui. Dos desafios hoje, seria a mão de obra e o desafio de conseguir implantar esse manejo um pouco mais sustentável, mais consciente no sítio, na propriedade. E o nosso principal desejo é que a gente tenha tudo isso funcionando bem, uma propriedade bem cuidada, com as suas áreas de preservação bem reestabelecidas, tem áreas que a gente ainda precisa fazer isso e organizada de maneira que a gente consiga de repente receber pessoas, hospedar, fazer visita técnica nas lavouras, dos cafés especiais nesse manejo ou agroflorestal ou... a gente não sabe ainda como a gente vai se organizar nesse sentido. E ter isso funcionando bem. Seria a nossa principal realização. Ter isso tudo bem redondinho. [Agricultora 4:] Eu acho que uma dificuldade igual o meu filho falou é a venda do café especial. A gente ainda tem essa dificuldade. Estamos engatinhando ainda, mas esse café é um pouco difícil de comercializar ele. Primeiro que a gente ainda está começando, mas a comercialização é um pouco difícil sim. [Filho-agricultor 4:] De chegar no consumidor final, o volume. [Agricultora 4:] Levar esse café, as pessoas saberem que seu café está ali, bom né. Tem essa dificuldade sim. São poucas pessoas que sabem do café. [Filho-agricultor 4:] A própria hospedagem é uma maneira de você também valorizar o produto e também vender. Então as pessoas que vêm aqui, a gente oferece o café especial como um atrativo. Você acaba criando uma rede maior, que uma coisa alimenta a outra. Então, não é só porque hospedagem é legal, mas também porque ela me ajuda a..é mais uma vitrine pra esse café especial, ou pra esse universo do café que a gente entende como positivo. Essa coisa das responsabilidades e compromisso que a gente gostaria né. Tem todo esse conceito de uma propriedade que preserva, de não ser uma propriedade que consumiu um café de uma marca, mas uma marca que você sabe de onde vem, que você sabe que não está explorando de maneira injusta as pessoas que

trabalham com café e mesmo o próprio terreno [Agricultora 4:] de maneira que todo mundo cresce. [Filho-agricultor 4:] De uma forma que seja respeitosa tanto para o ambiente quanto para as pessoas. Até uma filosofia esse cuidado, não é uma coisa do eu e o outro, somos todos um, natureza e tudo mais. Então não adianta querer crescer diminuindo o outro, ah vou crescer plantando café, plantando café, isso é ruim. [Agricultora 4:] Já tem meeiros que estão melhor que a gente, têm coisas que a gente não tem. Meu marido é muito bom de coração. Ele sempre ele olhou o lado dos outros. Então ele nunca tirou pra ele crescer muito. Ele tirava só o dele e ele pensa em ajudar. A gente cresce, mas cresce bem devagar. Aliás, tem meeiros que acham que a gente tem uma vida de meeiro mesmo. [Filho-agricultor 4:] Eles brincam que vivem igual. De certo modo, por a gente ser proprietário, e as pessoas trabalharem em parceria com a gente, a gente sabe disso, não são nossos funcionários nem nada disso, mas eles brincam que parecem mais iguais do que nessa lógica do patrão e funcionário. [Agricultora 4:] Às vezes eu brinco com meeiro, falo: “ô fazendeiro!” chega aqui de carro, de bota, chapéu (risos).

- Pergunto como foi a experiência de participar do reflorestar.

[Filho-agricultor 4:] bom, ainda está sendo. Tem uma área até grande ainda pra terminar o esperado, a gente teve um pouco de dificuldade do manejo mesmo, das plantas que foram plantadas, o cuidado ali de formiga, formiga demais da conta, atrapalhou bastante, se não fosse formiga tinha dado mais resultado. São os cuidados de manejo que são as dificuldades da gente. Mas o projeto é super bacana. A gente gosta da ideia. Que a gente já vê comentando do nosso desejo de ter uma propriedade saudável, equilibrada, uma propriedade que não seja só uma sangue suga da terra, mas que seja uma coisa que trabalha junto com ela ali. [Agricultora 4:] Também é bom ter um pouco de área preservada porque o solo fica muito ruim quando não tem umas beiradas com um pouco de mata. Tem que ter. Porque faz muita erosão, lava a terra. Aqui tem uma erosão enorme. Não sei se você já viu, ali cabe um caminhão, assim, não é assim (indica com as mãos). Eu tinha uma vontade de levar o matinho até lá em cima pra ajudar [Filho-agricultor 4:] a gente vai chegar lá. O que acontece, quando a gente comprou esse sítio aqui em específico ele era todo em eucalipto e eles tinham acabado de cortar tudo, o solo estava muito desprotegido e no meio disso ele ficou como pasto um curto período de tempo e aí ele sofreu uma queimada que veio... [agricultora 4:] várias queimadas. Punham fogo lá e virava tudo pra cá. Quando a gente acordava de manhã cedo, estava tudo queimado. Dava vontade de chorar. [Filho-agricultor 4:] É. Por ser próximo da BR, então acabava que isso sempre acontecia. [Agricultora 4:] o pessoal conscientizou bastante, que diminuiu isso. [Filho-agricultor 4:] É mas a gente fez um plantio de uma lavoura específica que o fogo não consegue ultrapassar ali, vira uma barreira verde. [Agricultora 4:] o fogo começava aqui e vazava lá no Caparaó. O meu esposo quando via, lá pras 10 da noite, subia lá pra casa do pai dele pra encher a pick up de homem e trazer pra cá apagar. Se conseguisse apagar, bem. Quando não conseguia ou não via, virava aí pra cima, queimava tudo por aí. É devastador. Hoje você não vê quase queimada. [Filho-agricultor 4:] O Reflorestar, nos últimos tempos que eu estou aqui, foi um projeto que a gente começou a desenvolver em parceria inicialmente com o Incaper, depois foi tomando outros gestores, outros condutores ali dentro do processo. Mas a gente ainda tem o que fazer pro projeto, mas a gente já está feliz com alguns resultados que ele já tem. Essa área que já tem pra cima da nascente, na nascente em específico. [Agricultora 4:] bastante. Esse ano aquele Corguinho ficou cheio de água, muita água. Eu acho que de agora pra frente... porque a gente vê a umidade pra onde que ela tá indo, lá longe, porque antes a umidade ia só perto, mas quanto mais tem mata, a água vai expandindo, a umidade vai longe e a água não seca muito. [Filho-agricultor 4:] A gente já tem resultados dessa intervenção. Nítidos. De volume de água... a nossa preocupação era muito também da própria água que a gente consome no sítio, que é uma água de poço semiartesiano e que usa dessa nascente. Então, foi uma das primeiras preocupações no meu retorno de Vitória pra cá, esse cuidado com o entorno da casa, a nascente. Preservar. Tirar aquele aspecto seco, feio, aquela coisa de área degradada, e trazer um verde

bonito pro nosso contexto, acho que isso é qualidade de vida. Então estar conseguindo refazer, remontar isso é um desafio, mas é muito gratificante também.

- Sobre o projeto do café sombreado, como foi a decisão de participar dele?

[Filho-agricultor 4:]: Inicialmente foi um convite do Eduardo, e como a gente já tinha começado com o Reflorestar, já sabíamos mais ou menos como funcionava, então, pra gente foi excelente, só veio somar com as nossas ideias, com as nossas expectativas, então estamos animados pra mais essa nova empreitada, espero que a gente consiga fazer da melhor maneira possível. Assumir essa responsabilidade e dar conta desse recado. [Agricultora 4:] Se tivesse mais mão de obra as coisas seriam melhores. [Agricultor 4:] mas temos que ir nos organizando. Mas mão de obra são bem precárias, tem pouca ainda e às vezes a gente passa um pouco da hora dos cuidados porque não tem quem vá fazer. Porque quando você tem mais gente pra trabalhar, você cuida da lavoura mais cedo e vai cuidar do outro [acho que se refere à área do reflorestar ou do projeto, que não são a atividade principal] [filho-agricultor 4:] a formiga mesmo na área do Reflorestar foi assim, eu comecei um cuidado porque vi que agora podia dar uma pausa, aí na hora de retomar depois da pausa foi difícil porque aí a gente ah beleza, não tem formiga atacando agora, então você relaxa, na hora de ficar indo lá toda semana pra ver se alguém está atacando, foi nesse tombo... [Agricultora 4:] numa época que você tá muito apertada, tá nem pensando, quando você chega lá já comeu. São grandes desafios.

- Como é feito o controle das formigas?

[Agricultor 4:]: Olha, o manejo mais simples possível. Eram aquelas iscas pra formiga. Eu sei que não é o mais indicado nesse conceito ecológico, mas naquele momento foi o que a gente pôde fazer. Eu acho que já existe um desequilíbrio do solo, então é um terreno propício pra elas devastarem tudo o que chega de novo ali naquele lugar. [Agricultora 4:] parece que elas vão mais naquele lugar. É aquela plantinha bem cuidada, mais bem vista acaba sendo o prato cheio pra elas.

- Dentro do Reflorestar tem uma assistência em relação ao manejo dessa área que está sendo recuperada?

Não sei se deveria ter mais a fundo, a gente teve uma assistência, mas não foi uma assistência muito próxima. Foi uma assistência, uma leve assistência. Até porque eu acredito que as pessoas que gerenciam o programa lidam com muitas propriedades, então elas não teriam condição de dar uma assistência mais próxima a tantas propriedades assim.

- Em relação à Extensão Rural, como tem sido ao longo do tempo, vocês já tinham assistência do Incaper?

[Agricultora 4:]: nenhuma, tinha nada. Desde quando mexe com café, desde criança a gente vê mexendo com café, os pais, depois casei, continuei, não tinha. De um tempo pra cá que começou a ter essa assistência. O meu filho mesmo sabe disso, ele pegou essa época que não tinha assistência nenhuma. Essa assistência veio de pouco tempo agora, não tem muito tempo. Às vezes vem alguém, falava alguma coisa, logo logo aquela pessoa desaparecia, não voltava mais. Mas depois que surgiu o Eduardo, o Everton, o Cláudio¹²¹, começou a... aí o Senar começou a aparecer por aqui, aí as coisas vão fluindo mais. Mas antes não tinha. Era tudo nós e nós mesmos. [Filho-agricultor 4:] Eu acho também que tinha uma resistência dos próprios produtores [agricultora 4:] não sei se tinha isso não. [Filho-agricultor 4:] Eu acredito que um pouco, porque é aquela coisa do eu sei fazer, fazer conforme o meu pai fazia, sem tecnologia, e as coisas mudam. E às vezes às pessoas não querem acompanhar. Então, a gente ainda... um parceiro ou outro que trabalha com a gente você vai falar de análise de solo e o cara fala que isso não funciona, que é besteira [agricultora 4:] não querem fazer [filho –agricultor 4:] e você tem que ficar ali insistindo pra que a pessoa, eu não quero chegar lá e falar assim, olha, tem que fazer porque tem que fazer. [Agricultora 4:] às vezes aparecia alguém, mas era pouco, Artur,

¹²¹ Nomes fictícios.

porque também era menos gente trabalhando. As pessoas não davam conta do campo, agora aparece que o campo vai aumentando. As pessoas que trabalham, procuram mais, igual vocês estão aqui. Antes quase não via isso não. Mas eu acho que também tem isso de não acreditar no serviço técnico. Vou fazer conforme eu já aprendi e não preciso de auxílio [eu: **Mas alguma assistência mesmo que privada vocês tinham? De revendas, essas coisas...**] [Agricultora 4:] Não. [Filho-agricultor 4:] revendas, como assim? [eu: **Das lojas que vendem os insumos?**] [Filho-agricultor 4:] ah, mãe, tinha sim, o George [Agricultora 4:] é, o George, mas de pouco tempo pra cá. [Filho-agricultor 4:] é relativamente recente né? [Agricultora 4:] quando você tinha 18, 20 anos não tinha não. [Filho-agricultor 4:] então, insumos, por exemplo, você não tinha... no máximo era o adubo normal, que é N, P, K, fósforo, potássio e nitrogênio, e não se falava mais em análise de solo pra entender como está esse solo [Agricultora 4:] depois de um tempo pra cá que começou mais esse cuidado. [Filho-agricultor 4:] eu, particularmente, isso é uma coisa que me aborrece ter que ficar pedindo, insistindo pra ser feito o necessário, o que é obvio. Então, você ainda está lidando com uma corrente de um não saber ali. Ou de uma crença ali que faz com que as pessoas entendam que não precisa ter uma análise de solo, que não precisa ter correção, e isso, claro, vai afetar na produtividade. Vai afetar lá no final. De uns tempos pra cá o meu trabalho aqui no sítio é ficar de olho nisso, observar o tempo das coisas, quando está atrasado, quando não está. De correr atrás dessas amostras, análise de solo, de todo esses cuidados que a gente pode ter pra que a colheita aconteça da melhor maneira, pra que a gente tenha um bom resultado, pra que o solo fique bem. [eu: **Para que vocês tenham uma eficiência...**] [Filho-agricultor 4:] Sim, isso é nítido pra gente. Acontece de ter uma área produtiva grande, mas com pouca produtividade, e isso significa muito trabalho e pouco retorno. Isso não é nada eficiente, isso é desgastante e desmotivador. Tentar inverter esse processo, de ter uma área com boa produtividade na área que tem produtiva, acredito que vai dar um retorno... quando a gente estiver com isso em 100% acredito que a gente já cresceu aí um tanto, mas a gente ainda tem a melhorar nesse sentido.

- Quando receberam o convite para participar do projeto, todos concordaram?

[Filho-agricultor 4:] por a gente já conhecer o pessoal do Incaper, já ter essa demanda, a gente já queria mesmo reflorestar essa parte, diversificar essa paisagem aqui no entorno da casa, no entorno do sítio, então tudo veio a calhar, não teve resistência nem do meu pai, nem da minha mãe [Agricultora 4:] a gente ficou feliz. [Filho-agricultor 4:] a gente ficou contente na verdade. [Agricultora 4:] a gente estava tentando fazer sozinho, reflorestar ali. Começando perto da água, mas a gente tinha vontade em subir e fazer o entorno da pedra todo. Agora a gente já pensa num pedaço que tem do lado lá em cima, que é uma ponta de pasto que ainda resta. [Pra o projeto né?] [Filho-agricultor 4:] exato.

- Como foi a dinâmica de trabalho pra decidir quais espécies, espaçamentos, o pré-projeto? Eles que falam como vai ser?

[Filho-agricultor 4:] De modo nenhum. O pessoal é super aberto no processo, eles estão o tempo inteiro perguntando o que a gente gostaria de fazer, o que é interessante pra gente, quais são as perspectivas que a gente tem. É um projeto de mão dupla, a gente tem uma assistência técnica, já algumas vezes eu perguntei pro Eduardo¹²², tecnicamente falando, agora é a sua área, como seria a melhor maneira? Até na escolha do terreno, quais são os aspectos técnicos que a gente deveria levar em consideração. A escolha das espécies, a gente já tinha algo em mente, o café a gente sabe que é um dos principais pontos de partida do projeto, a gente já trabalha com café a bastante tempo e a gente também queria entender quais são essas outras que poderiam estar envolvidas. A escolha das árvores foi uma coisa interessante, porque a gente tentou imaginar aqui junto, até com o Lauro que é um colega nosso, e pensa de uma lógica parecida. Tem uma árvore aqui que é o louro pardo, e é uma árvore que já está na dinâmica da região, então ela já

¹²² Nome fictício.

é presente aqui, nativa. A gente entende que é uma árvore que tem um potencial legal de madeira, mas que também que já acontece aqui naturalmente, não é um negócio que veio de lá de longe, e que a gente acredita que vai melhorar na paisagem também. E ver o que mais, nós ainda estamos nesse processo de construção, grande parte já está decidido, mas estamos sempre abertos pra discussão. O processo técnico do pessoal do Incaper está sempre muito aberto, muito participativo. [Agricultora 4:] Quando a gente faz na imaginação da gente, às vezes faz muita coisa errada, depois vai ver... a gente fica melhorando depois tomando prejuízo, porque pra melhorar tem que perder serviço que já fez. Então o acompanhamento você já faz ali em cima. [Filho-agricultor4:] tentando ao máximo ser assertivo.

- Como está a perspectiva de implantação?

[Filho-agricultor4:] olha, agora a gente já está recebendo insumos, chegou agora o esterco, então acredito que agora a colheita ainda está muito presente pra gente no nosso cotidiano, então acredito que mais um mês, um mês e pouco. Então, a gente acredita que daqui a um mês, mais ou menos, a gente vai estar finalizando essa parte dos cafés. E aí que a gente vai conseguir se organizar pra dar início a preparar o solo, de fato organizar o plantio em si. A nossa perspectiva está sendo essa. Ainda tem que aguardar a análise de solo pra ver calagem, coisas do tipo, pra gente começar de fato a mexer no terreno. [eu: **Já foram feita as amostras?**] Já foram sim. Assim que a gente sair do café agora, final do mês que vem, em agosto, a gente vai começar a mexer no terreno pensando nisso, como que a gente vai... aí vamos trocar ideias com os nossos técnicos pra saber o que a gente poderia plantar, sendo que a gente está em um período bem seco, e o nosso terreno é bem... Então, a gente ainda está nesse desafio de início de implantação pra que não seja tão prejudicial até pras plantinhas, ficar... [Agricultora 4:] plantar na época seca, não evolui bem.

- Porque foi pensada essa mudança da área?

[Filho-agricultor 4:] Inicialmente a gente pensou numa área o mais próximo de casa, pesando muito na paisagem do contexto aqui do sítio. Um dos desafios dessa área inicial que a gente pensou eram os fios de alta tensão e das árvores que a gente ia plantar. A longo prazo isso seria um problema. A gente pensou em uma segunda área e essa segunda área tinha um outro aspecto, é dentro de uma área já produtiva. Então essas foram as duas áreas que a gente pensou. E o que acontece, era uma lavoura que a gente já estava com dificuldade de manejo dela, mas ela teve uma melhora consideravelmente positiva, então isso fez com que a gente desanimasse dessa perspectiva inicial que seria retirada dessa lavoura. Como essa lavoura começou a dar um retorno que a gente nem esperava mais. Ela se refez, ela melhorou. [eu: **Tem quantos anos a lavoura ali?**] mais ou menos uns 5 anos. E aí estava passando pela nossa cabeça realmente retirar a lavoura, então íamos plantar nesse lugar. Com essa mudança dessa lavoura, nós começamos a pensar qual outra área possível seria interessante? E a gente tem uma área que é um alto de morro, que não tem nada nela produtivo, ela passou por um grande período de descanso, que anteriormente era o eucalipto, sobre algumas queimadas, foi pasto por um períodozinho, nem nosso o pasto, porque a gente não é de mexer com gado, mas agora ela já está um longo período descansando aí a gente imaginou nesse trecho em função também de ser um trecho alto, de ser [agricultora 4:] seria bom pra evitar erosão... [filho-agricultor 4:] e a gente teria uma diversificação nesses pontos mais altos, que a cima disso já seria mata mesmo pra continuar esse processo de no alto da montanha, nas partes mais altas vegetação e pra baixo as plantações, evitando erosões e considerando aspectos técnicos.

- Como foi participar das reuniões e capacitações virtuais?

[Filho-agricultor 4]: Olha, a gente conseguiu participar não de todas, mas de algumas, e foi bastante positivo. O objetivo era sempre uma troca, imaginando qual seria a melhor maneira de intervir nesse cenário. Então, tivemos conversas com especialistas, falando da agrofloresta, desses manejos de diferentes espécies no mesmo cenário ali, que é uma coisa nova pra gente. A gente estava sempre tentando ao máximo se munir de instrumentário técnico pra ser assertivo

nessa implantação. Analisando o solo, analisando o nosso contexto, quais seriam as alternativas de uma implantação mais eficiente? O uso de leguminosas pra aumentar o adubo verde, coisas que a gente sozinho, sem muita pesquisa, não tem o respaldo técnico pra chegar a essas conclusões e nessas reuniões a gente foi tendo bons direcionamentos. **[eu: Foi o que deu pra fazer naquele momento né? Porque, visitando todas as famílias envolvidas, fico imaginando como seria rico ter esses momentos presenciais...]** Sim. Daqui a pouco talvez aconteça.

- Houve atrasos e dificuldades, tanto em relação à pandemia quanto em relação aos procedimentos burocráticos que são necessários para a compra pública, licitação e tal. Quais são as estratégias para lidar com essas dificuldades?

[Filho-agricultor 4:] Ainda não está sendo implantado. Como não está sendo implantado no momento... até Eduardo tinha pensado, tinha visto a questão da compra, se daria pro final do ano passado, pra gente tentar aproveitar o melhor período do ano de chuvas. E a gente especificamente nessa região, a seca é muito forte, implantar nesse período não seria viável, ou teria um custo muito maior de irrigação e de manejo. Então foi reajustado de maneira que se começasse pra este fim de ano que é o período de chuvas. [Agricultora 4:] Ela vai sozinha, o cuidado que tem que ter com ela só limpar ela, e se precisar de algum remédio, uma coisa qualquer, as formigas, só isso, mas o resto ela vai sozinha.

- Qual foi o primeiro contato com a agroecologia e qual é a percepção de vocês sobre isso?

[Agricultor 4:] Eu já ouço falar a bastante tempo, mas ainda tem muito pra conhecer, esse é ainda um universo pouco explorado pra mim. Pros meus pais, minha mãe vai poder falar um pouco mais, mas já fizemos algumas visitas técnicas com o Incaper, acho que quase todas com o Incaper, todas que a gente fez. Talvez eu tenha feito uma ou outra fora do Incaper, mas a grande maioria junto com o Incaper, visitando esses lugares que já têm a Agroecologia funcionando, como é isso, mãe leva um susto tem hora porque ela vê que o chão tá sujo (risos), ah é assim mesmo, tem esse impacto, tem muito mato, quero limpar [Agricultora 4:] a sujeira né... [Eduardo¹²³.:] o dia que vocês foram lá na fazenda foi o pai dela, uma das áreas foi o pai dela que apresentou. [Agricultora 4:] foi o pai dela? É a gente assusta um pouco. Foi aquele dia que a gente foi lá em Cachoeiro, Pacotuba. É assustador porque a gente tá acostumado a ficar tirando né? E bem no tempo da gente, ficava raspando ainda perto da lavoura, deixava tudo limpinho igual deixava o quintal assim (risos) Aí agora a gente já acostumou com aquele matinho agora já tá aquele monte de folha lá. É assustador. Até que pra lá eu acho mais fácil, mas perto de casa é tão difícil ver, parece que vai criar um monte de escorpião, aqui em casa já tem. [Filho-agricultor 4:] existem esses medos. Entrar nesse universo pra quem não tá acostumado, pra quem tá com um ritmo diferente de trabalho, às vezes é um pouco desafiador, soa um pouco estranho, mas a gente tá se habituando, a gente já tem isso como meta, como objetivo, principalmente meu, e aí eu vou puxando, vou influenciando meus pais juntos. [Agricultora 4:] mas pras plantações precisa deixar mesmo. As plantas precisam né, deixar aquilo ali...

- Qual foi a impressão que a senhora teve do experimento lá em Pacotuba?

[Agricultora 4:] eu gosto porque tem o palmito no meio, tem a banana. Você pode estar colhendo o café, mas pode colher também palmito, banana. Você vai ter várias opções pra ajudar porque você está com uma lavoura, mas você está com outro plantio que te ajuda. Tem o abacate também... e a lavoura não fica ruim, porque uma imagem que a gente tinha é que [nesse sistema] a lavoura ia acabar, que vai plantar coisa ali, que vai estragar a lavoura toda. E lá estava bonito, sabe? Eu achei uma ideia legal. Eu acho que meu filho está até querendo agora colocar umas plantas de abacate no meio da lavoura, né? Essa do abacate é bem legal. [...] Pra gente o café é o clássico da nossa região, ele é historicamente produzido aqui e tudo mais, mas

¹²³ Extensionista estava assistindo a entrevista e nesse momento faz um comentário.

eu acredito que tenha outras alternativas com menos mão de obra envolvida, sobretudo a mão de obra, no nosso caso, que é a agricultura familiar, pra mim é difícil ver às vezes meu pai, ele gosta disso e tudo mais, mas ver ele se dedicando tanto aquilo é de uma coisa que lembra mais o sofrimento do que um prazer. Então pra mim isso é um desafio, fazer com que a propriedade tenha essa dinâmica de uma maneira mais leve, que a gente consiga produzir e trabalhar aqui, claro, junto com pessoas, parcerias, trabalhar no sítio não é fácil, tem hora que não vai ser... ontem estava descarregando um caminhão aqui (risos)... Mas a gente sabe que a lida no rural é essa. Cheia de imprevistos, cheia de coisas do tipo. [Agricultora 4:] aqui é uma região montanhosa, então não vai deixar de ser sofrimento mesmo não, vai ser um pouco dolorido ainda. Porque não tem como fazer tudo com máquina. Uma panhadeira aqui não pega café, o trator até pra subir é uma dificuldade, é perigoso. O meu marido nem gosta muito de pensar num trator porque diz ele que acha muito perigoso, tem lugar lá em cima na roça que é bem difícil. [Filho-agricultor 4:] Então a gente tá tentando limpar... meu pai deve estar chegando aí¹²⁴. Limpar esse... [...] Meus pais trabalharam a vida inteira no sítio, o sítio vem de herança da família, gerações e gerações. Eles incentivaram muito a gente a estudar, era um desejo nosso... [Agricultora 4:] porque na época tinha aquela visão da roça ser muito sofrida, então a gente quis estudar os filhos pra eles não sofrerem igual a gente. [Eduardo:] a maioria passou essa ideia pros filhos. [Agricultora 4:] Aí o que aconteceu, a gente cavou a nossa sepultura, deixamos eles irem e ficamos sozinhos. Não fomos muito espertos né? [Agricultor 4:] Ô mãe, não pensa dessa forma... [agricultora 4:] mas foi isso que a gente pensou na época, deixa eles irem que eles não vão ter uma vida tão difícil. [Filho-agricultor:] A ideia seria, como manter, como ser viável? De maneira sustentável, de maneira economicamente viável, de maneira positiva pra todos os envolvidos continuarem com o rural, continuar com esse modo de vida. Não ter que sair daqui pra ir trabalhar na cidade, deixar as coisas aqui e vender tudo depois. Não é esse o objetivo. O objetivo é que essa propriedade funcione legal, que a gente consiga ter essas alternativas de isso daqui dá muito trabalho, vou tentar reduzir, vou tentar achar uma outra alternativa, vou conseguir melhorar a venda do café especial com a hospedagem que também vai oferecer, enfim, esses mecanismos para que isso se mantenha de maneira saudável. Saudável para todos os envolvidos. Esse é um dos principais objetivos da gente.

[Agricultora 4:] às vezes eu rio da ideia. Hoje eu me arrependo de ter incentivado os filhos a ir pra rua. Mas na época aqui era muito difícil, dinheiro aqui era difícil, a gente colhia um café péssimo, de péssima qualidade, não sabia cuidar dele... [Filho-agricultor 4:] não é que colhia um café péssimo... [Agricultor 4:] deixa eu corrigir a sua fala aí então. Eu toda vida tive uma preocupação com qualidade, aprendi com o papai. Então, eu acredito é o seguinte, no nosso município são poucas pessoas que produzem café com qualidade, com índice alto de café de qualidade. Os café que eu colho aqui desde a muitos anos já, 90% do café bebe de duro pra melhor. Então o café nosso não é um café ruim. A produção não. Às vezes o que eu acho é que o mercado em si não valorizava esse produto. Porque a valorização até então era bem baixa. A partir do café especial agora, a gente já passa a ter uma valorização melhor um pouco, a gente consegue melhorar esse rendimento. Mas dentro da propriedade aqui toda vida foi produzido cafés excelentes, de duro pra melhor. Já teve anos aqui de a gente produzir menos de 5% da produção que não foi bebida dura.

[Agricultora 4:] A gente fazia era um preço muito ruim. [Agricultor 4:] eu acho que o *terroir*, o clima, a posição geográfica que ajuda muito. E o histórico do município é que 90% da produção é de café de qualidade inferior, café rio, café riado... [Filho-agricultor 4:] isso tá mudando também né pai? [Agricultor 4:] tá mudando. Eu tenho visto aí que de pouco tempo pra cá, uns 10 anos pra cá, tá mudando muito. Saindo muito café bom. Mas eu acho que mais é a especulação de mercado, porque desde tempos eu vejo, o produtor produz um produto de

¹²⁴ Nesse momento o agricultor chega no ambiente e começa a participar da entrevista.

qualidade, na hora o atravessador vai e compra como café rio pra aumentar a lucratividade. [Eduardo:] a S.O.S. tem um levantamento de agricultores que já produziam café de qualidade aqui no município, mas não tinham saída esses cafés. Muitos ficaram ricos às custas desses agricultores. Comprava café rio deles [pagava o preço de café rio], mas era café bom. [Agricultor 4:] tem história que eu conheço, que eu presenciei história aí do camarada comprar uma caminhonete com o lucro de uma compra de café de uma propriedade. Um proprietário vendeu 700 sacos de café tudo como café rio e no mesmo instante, assim que o comprador puxou o café já chamou um outro cidadão pra chegar e classificar o café e ali o lucro de uma compra de um sítio o cara comprou uma caminhonete. [Agricultora 4:] na verdade o café era bom, mas era comprado como muito ruim, porque o preço que eles davam nele... [filho-agricultor 4:] Aí o que acontece, a falta de informação e de conhecimento pra você poder brigar por isso pra você não entrar numa situação dessa, pro produtor às vezes é muito difícil. [Agricultora 4:] hoje já facilitou muito, por causa do conhecimento tá muito maior. Mas a um tempo atrás a gente não tinha acesso aos conhecimentos das coisas, ficava à mercê dos preços que o comprador oferecia e pronto. Não sabia o que estava rolando lá fora nas bolsas, hoje você já tem condição de saber. [Filho-agricultor 4:] hoje temos acesso à internet e tem curso e tal. Mas atentos ao mercado. Imagina um universo da pessoa que já tem que trabalhar muito, já de certo modo ganha pouco em relação a esse trabalho, cada vez mais ela tem que, ‘nossa, tenho que trabalhar muito’ e não conseguir na hora da venda não conseguir fazer um bom negócio, então, ela entra num círculo vicioso, um círculo de exploração. E aí reforça aquela ideia inicial que eu estava comentando de muita gente ter o café como sofrimento e não como uma... de associar o café a sofrimento. Então é um dos objetivos aí. [Agricultora 4:] hoje a ideia não é mais essa. Hoje se eu pudesse trazer meus filhos tudo pra roça... (risos). Acho que eles iam viver melhor do que lá na rua. **[eu: Mas a experiência que seu filho teve hoje ajuda vocês nessas decisões...]** Ajuda muito a gente né, com o negócio dele ter estudado, ele sabe muita coisa que a gente não consegue fazer, ele faz pra propriedade [Filho-agricultor 4:] tenho muito pra aprender ainda. Mas a gente, pra mim e pro pai dele, o pai dele não tem tempo e eu não sei, e o pai dele também não mexe muito com a internet, essas coisas assim [filho-agricultor 4:] às vezes encontrar um comprador, às vezes até conseguir fazer uma venda de café especial, coisas do tipo que pra eles vai ser difícil. [Agricultora 4:] pra nós é difícil, o tempo também fica mais difícil porque o pai dele não tem tempo. [Filho-agricultor 4:] é uma coisa delicada essa engrenagem. Essa engrenagem ela é muito... [Agricultora 4:] por exemplo a marca do café, ele estudou ela pra fazer. A gente não ia fazer uma coisa mais dentro porque a gente não ia saber fazer. [falo sobre sucessão familiar e sobre a experiência dos pais somadas à busca pelo novo que o filho veio agregar]. [Filho-agricultor 4:] é legal a gente falar sobre isso, porque a gente não fala muito no dia a dia, então a gente tem as coisas na cabeça, mas falar sobre elas clareia, ajuda a estruturar o raciocínio, então saber onde a gente está e onde a gente quer chegar né, é bom. É bom falar sobre isso. Então a entrevista acaba criando uma oportunidade pra organizar as ideias.

ANEXO A

CARTA ESCRITA POR ÁLVARO VIEIRA PINTO À CELSO FURTADO¹²⁵.

BELGRADO, 14 DE OUTUBRO DE 1964

Meu caro Celso,

Chegou o momento em que me parece necessário escrever-lhe não só para estabelecer um vínculo de correspondência entre nós, há muito desejado, fundando-me na antiga amizade e constante admiração que lhe dedico, como para dizer-lhe da minha situação e solicitar seus bons ofícios a fim de encontrar uma solução para meu caso. Conforme talvez você já saiba, fui levado a exilar-me na embaixada da Iugoslávia, e depois a vir para este grande e hospitaleiro país, por causa da perseguição que sofri da parte da ditadura, tendo minha casa invadida três vezes pela polícia e pelo exército. Perdi a Cátedra de História da Filosofia da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, conquistada em concurso de títulos e provas, e que ocupava há 26 anos. Desde o dia do golpe não recebi mais vencimentos. Tive meus direitos políticos cassados. O Iseb foi fechado e meus livros impedidos de circular. Perdi a esperança de poder escrever qualquer coisa que um editor conseguisse publicar. Sou de temperamento um homem sensível e entrei num estado de funda angústia e abatimento físico, ao saber que deveria responder a vários inquéritos e que minha prisão preventiva estava para ser decretada. Foi então que reuni um grupo de amigos fiéis, consultei-os e todos acharam que era conveniente asilar-me. Assim fiz, em companhia de Maria, a antiga secretária-geral do Iseb, com quem me casei e que agora aqui também se encontra. Maria foi demitida do cargo de oficial administrativo do gabinete do ministro da Educação, cargo que ocupava há 34 anos, indo aposentar-se aí no final deste ano. Encontramos toda a simpatia da embaixada da Iugoslávia e depois de longas esperas e comprida viagem chegamos a Belgrado há 23 dias.

Aqui já havia um grupo de asilados, que me precederam. Estou hospedado em um hotel muito bom, sem despesas de minha parte, mas as perspectivas de trabalho ainda não se acham definidas, e começo a crer que são incertas. Sinto que dificilmente poderei ter aqui um rendimento útil, porque não vejo, dentro das minhas habilitações, que desempenho possa ter, à

¹²⁵ Extraído da obra: FURTADO, Celso. **Correspondência intelectual 1949-2004**. Seleção, introdução e notas: Rosa Freire d'Aguiar. Posfácio: Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. Págs. 71-72.

vista da barreira do idioma que é de fato um obstáculo muito sério. Teria de dedicar ao menos um ano a aprender a língua da terra, e ainda assim não chegaria dominá-la a ponto de ficar capacitado a dar aulas ou fazer conferências. Tendo em mente as incógnitas da situação brasileira e sem saber quando haverá possibilidade ao menos para a volta, mesmo não retomando o meu cargo, decidi escrever-lhe esta carta para solicitar-lhe que examinasse a possibilidade da minha transferência para o Chile, indo trabalhar na Cepal, em alguma universidade ou instituto cultural. Não preciso descrever o meu modesto curriculum vitae, nem as minhas habilitações. O essencial você conhece e sei que decidirá por si mesmo em relação a uma oportunidade definida. Falo, leio e escrevo francês, inglês, espanhol, italiano, alemão, russo, e leio o latim e o grego clássicos. Poderia desempenhar atividades docentes e de pesquisa em qualquer das ciências filosóficas e em sociologia. Meus conhecimentos de economia não são os de um especialista, mas creio que poderia colaborar em determinado trabalho dessas ciências, especialmente na parte teórica. [...] Minha situação financeira não me permite sustentar-me no estrangeiro. Tive de vender boa parte dos meus bens para sustentar minha casa no Rio, onde ficou minha mãe e minha irmã e a casa da mãe de Maria. Desse modo precisaria encontrar um emprego que me permitisse viver com Maria muito modestamente, mas com conforto moral, enquanto aguardamos o dia de regressarmos ao nosso país e à nossa luta. Aqui fica pois, meu caro Celso, este apelo que só lhe faço porque sei do seu nunca recusado desvelo pelos amigos e companheiros. Estou certo de que com o seu prestígio não lhe será talvez difícil encontrar uma solução satisfatória para as dificuldades em que me encontro. Não é necessário dizer que mesmo para o trabalho político a minha presença na América do Sul abre-me oportunidades que neste país tão distante não existem.

Aqui fico, aguardando sua resposta e desejando-lhe todas as felicidades. Um grande abraço do amigo e admirador,

Álvaro.